

São Francisco - 1^ª bathaina - O Porto



DIOGO CAVALLARI BELLA

PROJETO URBANO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O PROGRAMA MONUMENTA EM SÃO FRANCISCO DO SUL | SC



**PROJETO URBANO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O PROGRAMA MONUMENTA EM
SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)**

Diogo Cavallari Bella

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Paisagem e Ambiente

ORIENTADOR

Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

**EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À
VERSÃO ORIGINAL , SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR
E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.**

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 04 de Julho de 2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, com a condição de que se cite a fonte.

EMAIL DE CONTATO

diogocavallaribella@gmail.com

Catologação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Bella, Diogo Cavallari
Projeto Urbano e Desenvolvimento Local: o Programa Monumenta em São Francisco do Sul (SC) / Diogo Cavallari Bella; orientador Fábio Mariz Gonçalves. – São Paulo, 2022. 339 P.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

1. Projeto Urbano. 2. Programa Monumenta. 3. Desenvolvimento Local. 4. Patrimônio Cultural. I. Gonçalves, Fábio Mariz, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalogfica/>>

PROJETO URBANO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROGRAMA MONUMENTA EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)

Diogo Cavallari Bella

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Paisagem e Ambiente

Aprovado em 06/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Regina Tângari
Instituição Universidade Federal do Rio de Janeiro / PROARQ -
Programa de Pós Graduação em Arquitetura
Julgamento **Aprovado**
Assinatura _____

Profa. Dra. Simone Scifoni
Instituição Universidade de São Paulo / Programa de Pós-
Graduação em Geografia Humana
Julgamento **Aprovado**
Assinatura _____

Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves
Instituição Universidade de São Paulo / Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Julgamento **Aprovado**
Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos é lembrar das dificuldades que perpassaram o desenvolvimento do trabalho, mas é também, e principalmente, recordar de todos aqueles que me ajudaram a superá-las, das mais diversas formas.

À FAUUSP, lugar que me acolheu desde a graduação e que me ensinou a importância do projeto, do bom debate e da ciência.

Agradeço aos professores das disciplinas que cursei na pós, todas elas extremamente ricas em contribuições para este trabalho. À Rosana Miranda por ressaltar a importância da interpretação do contexto local na prática de projetos urbanos; a Jorge Bassani e Eduardo Nobre pela visão crítica aos Grandes Projetos Urbanos; à Flávia Brito pelas discussões sobre o lugar do patrimônio cultural na contemporaneidade; à Nilce Aravecchia pela compreensão da condição latino-americana no mundo globalizado; ao Euler Sandeville por nos convidar a explorar o mundo fora dos muros da universidade, desenvolvendo sensibilidades para a interpretação dos territórios.

Aos professores Simone Scifoni e Eugênio Queiroga, pelas colocações na banca de qualificação que me trouxeram referências e olhares fundamentais para o encaminhamento da pesquisa.

Aos moradores e trabalhadores de São Francisco do Sul que me ensinaram muito não apenas sobre as demandas da cidade e os impactos do Programa Monumenta, mas também sobre a riqueza e a graça da diversidade cultural brasileira. Agradeço em especial ao Angelino e sua família, que tão bem me receberam em sua casa, e à Cláudia Musse pela simpatia e enorme boa vontade em responder minhas perguntas durante todo o trabalho.

Aos técnicos do Monumenta e do IPHAN pela disponibilidade e atenção em concederem entrevistas e fornecerem materiais relativos ao programa: Aldair Carvalho, Ângelo Pereira, Candice Ballester, Dalmo Vieira, Liliane Nizzola, Luiz Fernando de Almeida, Roberta Silva e Vanessa Pereira.

Aos amigos e sócios do AUÁ arquitetos, Isadora e Victor, por segurarem as pontas durante o mestrado e pelas inúmeras conversas que tanto me ajudaram a encontrar o caminho de pesquisa que eu desejava.

Aos inúmeros amigos que me ajudaram e me inspiraram desde

os primeiros passos da elaboração do projeto de pesquisa até hoje, seja compartilhando referências, seja nas discussões dentro de sala de aula ou nas conversas de bar.

À Letícia, que me acompanhou durante a maior parte deste processo com carinho e compreensão.

Aos meus pais Neusa e Abel, que sempre me deram todo o amor e apoio que eu precisava para chegar até aqui.

Ao meu orientador Fábio Mariz, um agradecimento especial, por me acompanhar desde os primeiros momentos da graduação, me fascinando com sua paixão pelo projeto e sua dedicação incondicional à docência. Chegando ao fim do mestrado, passados quinze anos de nosso primeiro contato no FAU, só tenho a agradecer a confiança depositada em mim, o respeito às minhas ideias, as muitas provocações feitas e, enfim, à amizade.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar os nexos entre o projeto urbano e o conceito de Desenvolvimento Local. Estas relações são analisadas por meio da noção de “Projeto Urbano de Desenvolvimento Local”, expressão cunhada por Somekh e Campos Neto (2005) para se referir a projetos urbanísticos pautados pela potencialização dos recursos endógenos e atendimento de demandas locais como habitação, equipamentos públicos, espaços livres de qualidade, preservação do patrimônio cultural e fortalecimento das cadeias produtivas locais, em contraste, portanto, com a perspectiva do planejamento estratégico, que prioriza o valor de troca – elemento através do qual se realiza o capital – sobre o valor de uso, aquele que privilegia o espaço de realização da vida cotidiana. A pesquisa utiliza o estudo de caso da intervenção do Programa Monumenta, do governo federal, em São Francisco do Sul (SC). A escolha do Monumenta deve-se ao fato de o programa ressaltar como objetivo estruturante das propostas a promoção do Desenvolvimento Local nos municípios em que atuou, intervindo em espaços livres, implantando equipamentos públicos, promovendo ações de conservação do patrimônio cultural e fomentando atividades econômicas. Por meio de pesquisa documental, entrevistas e imersão presencial, cabe-nos, portanto, analisar em que medida o Monumenta de fato se aproximou do conceito, atuando sob lógicas endógenas, e em que medida suas ações se mostraram conflitantes com as potencialidades e demandas locais. Simultaneamente a esta tarefa, outro objetivo deste trabalho é analisar as transformações espaciais do projeto urbano estudado e suas relações com as transformações na dinâmica cotidiana do território no que se refere aos usos, à relação com o patrimônio cultural, às práticas sociais, às formas de apropriação dos espaços livres e equipamentos de uso público. Por fim, procuramos apontar qual o legado urbanístico, político e simbólico do programa para a construção de um horizonte de pensamento e ação dedicado à elaboração de projetos urbanos que sejam capazes de atender às demandas e aspirações coletivas.

Palavras-chave: Projeto urbano. Programa Monumenta. Desenvolvimento Local. Patrimônio Cultural.

BELLA, Diogo Cavallari. Projeto Urbano e Desenvolvimento Local: o Programa Monumenta em São Francisco do Sul (SC). 2022. 339 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the links between urban projects and the concept of Local Development. These relationships are analyzed through the notion of “Urban Project for Local Development”, an expression coined by Somekh and Campos Neto (2005) to refer to urban projects guided by the potentialization of endogenous resources and the concern to respond to local demands such as housing, public facilities, qualified open public spaces, preservation of cultural heritage and strengthening of local production chains, in contrast, therefore, with the perspective of strategic urban planning, which prioritizes “exchange values” – the element through which capital is realized – over “use value”, one that privileges the space for carrying out everyday life. The research uses as case study the intervention of the Monumenta Program, of the federal government, in São Francisco do Sul (SC). The choice of Monumenta is due to the fact that the program emphasizes as a structuring objective of the proposals the promotion of Local Development in the municipalities in which it operates, intervening in open spaces, implementing public facilities, promoting actions for the conservation of cultural heritage and promoting economic activities. Through documentary research, interviews and face-to-face immersion, it is up to us, therefore, analyze to what extent Monumenta actually approached the concept, acting under endogenous logics, and to what extent its actions were in conflict with local potentialities and demands. Simultaneously with this task, another objective of this work is to analyze the spatial transformations of the urban project studied and its relations with the transformations in the daily dynamics of the territory in terms of uses, the relationship with cultural heritage, social practices, forms of appropriation of open spaces and equipment for public use. Finally, we seek to point out the urban, political and symbolic legacy of the program for the construction of a horizon of thought and action dedicated to the elaboration of urban projects that are capable of meeting collective demands and aspirations.

Keywords: Urban Project. Local Development. Monumenta Program. Cultural Heritage.

BELLA, Diogo Cavallari. Urban Project and Local Development: the Monumenta Program in São Francisco do Sul(SC). 2022. 339 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	DESENVOLVIMENTO: DA NAÇÃO AO LOCAL	28
	1.1 DESENVOLVIMENTISMO	29
	1.2 MUDANÇA DE RUMOS	34
	1.3 CELSO FURTADO: O DESENVOLVIMENTO ALÉM DOS PARÂMETROS ECONÔMICOS	39
	1.4 CAMINHO ALTERNATIVO: O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
	1.4.1 ENDOGENIA E IDENTIDADE CULTURAL	42
	1.4.2 SUSTENTABILIDADE AMPLIADA	48
2	PROJETO URBANO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	58
	2.1 A VIRADA ESPACIAL	59
	2.2 CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS	63
	2.3 TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS	72
	2.4 ESPAÇOS LIVRES E PATRIMÔNIO	82
3	O PROGRAMA MONUMENTA	96
	3.1 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	100
	3.2 O MONUMENTA	112
4	A INTERVENÇÃO EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)	138
	4.1 O MUNICÍPIO	139
	4.2 BAIRROS CENTRAIS	145
	4.3 RECONHECIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO E ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES	176
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
	REFERÊNCIAS	314
	LISTA DE FIGURAS	334
	LISTA DE MAPAS	338
	LISTA DE DIAGRAMAS	338
	SIGLAS E ABREVIATURAS	339
	APÊNDICE A: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	340



F. ANDREIS

FERNANDITO





INTRODUÇÃO

Tomei conhecimento do Programa Monumenta em 2013 quando me deparei com a publicação oficial do IPHAN “Intervenções Urbanas em Centros Históricos” (BONDUKI, 2010) na antiga livraria do térreo do Instituto dos Arquitetos do Brasil, edifício onde eu trabalhava na época. Até então mais dedicado à prática projetual, eu não tinha grande proximidade com o campo do patrimônio, porém, já há vários anos, durante a graduação, parecia-me essencial que projetos arquitetônicos ou urbanísticos devessem conferir especial atenção às preexistências materiais e humanas do sítio em que se instalam – fossem elas patrimônios protegidos ou não – percepção que se apurou após o intercâmbio na Universidade Técnica de Lisboa.

Quando tive contato com a publicação do Monumenta tinha acabado de terminar, em 2012, o Trabalho Final de Graduação, no qual fiz um projeto urbano para a cidade litorânea onde cresci, intitulado “Itanhaém: memória e desenho da cidade”¹. Neste trabalho estavam presentes diversas questões que são retomadas nesta dissertação: o patrimônio material protegido, o patrimônio imaterial, a criação e qualificação dos espaços livres (em especial as orlas), a pesca artesanal, a universidade pública, as potencialidades e limitações do turismo como atividade econômica, a necessidade de diversificação das atividades produtivas para além do turismo de veraneio, etc. Com estes temas ainda frescos na cabeça, a publicação do Monumenta me impressionou pelo que havia sido feito naquelas 26 cidades contempladas pelo programa: intervenções patrimoniais de escala urbanística, projetos urbanos, feitos majoritariamente em cidades pequenas. Revelou-se, para mim, uma possibilidade que até então parecia utópica, de que não apenas São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador recebessem projetos urbanos, mas que também Itanhaém, Pederneiras ou Botucatu poderiam fazê-los. Em vez de grandes e espetaculares projetos para metrópoles, projetos pequenos e simples. Destaca-se ainda o fato de que o eixo de atuação do programa não se prendia aos restauros pontuais de edificações notáveis, mas antes intervinha prioritariamente sobre os espaços públicos – ruas, praças, parques, orlas fluviais e marítimas – propondo a implantação de equipamentos públicos – universidades, museus, etc.

O livro de Bonduki utiliza deliberadamente e de maneira bastante frequente uma palavra que usei de forma pouco reflexiva no trabalho de graduação, mas que logo no início da leitura me

¹ BELLA, Diogo Cavallari. Itanhaém: memória e desenho da cidade. Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Jorge. Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves. 2012. 121 p. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:< https://issuu.com/diogocavallari/docs/diogocavallari_cadernoweb>.

pareceu bastante representativa do que, de fato, eu havia buscado promover com o projeto urbano em Itanhaém: desenvolvimento. Mais especificamente Desenvolvimento Local, conceito relacionado não apenas a crescimento econômico e aumento da renda, mas também ligado à afirmação de valores culturais locais, à melhoria da qualidade de vida da população, à fruição democrática de espaços livres e ao investimento em capital humano.

Neste ponto, notamos diversas similaridades entre as propostas do Monumenta e o conceito, cunhado por Somekh e Campos Neto (2005), de “Projeto Urbano de Desenvolvimento Local” para definir projetos urbanísticos pautados pela potencialização dos recursos endógenos, identificando vocações locais, adotando estratégias específicas para cada lugar e levando em consideração especificidades ambientais, do perfil produtivo e das relações de trabalho. Por meio da gestão compartilhada, o foco recairia, assim, na geração de emprego e renda, na execução de soluções simples e adequadas ao potencial de cada região, na ampliação da oferta habitacional de baixa renda, na criação de espaços públicos de qualidade e na valorização do patrimônio cultural e ambiental (SOMEKH e CAMPOS NETO, 2005). Tratar-se-ia, portanto, de um modelo que, ao menos conceitualmente, contrasta com a perspectiva do planejamento estratégico, que prioriza o valor de troca – elemento através do qual se realiza o capital – sobre o valor de uso, aquele que privilegia o espaço de realização da vida cotidiana não submetido às necessidades de valorização (CARLOS, 2007, p.17).

Estas compatibilidades conceituais entre o programa e o conceito nos levaram à pergunta que orienta esta pesquisa: em que medida as intervenções urbanas do Monumenta se configuraram como Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local?

Para responde-la escolhemos como estudo de caso a intervenção em São Francisco do Sul (SC), município litorâneo com cerca de 50 mil habitantes situado às margens Baía da Babitonga, com Centro Histórico tombado pelo IPHAN. A cidade catarinense figura nas publicações oficiais como “o projeto mais significativo de intervenção em orlas” (BONDUKI, 2010, p.117), uma das intervenções urbanísticas “mais completas e relevantes” (DIOGO, 2009, p.277), com “excepcional qualidade da proposta de qualificação do espaço público” (BONDUKI, 2010, p.17). Escolher uma cidade tida como bom exemplo de implementação do programa tem como objetivo

confrontar a versão oficial a partir da interpretação da realidade local, identificando eventuais desajustes não observados nas publicações, além de potencialmente permitir que identifiquemos legados positivos que possam servir de referência para futuros projetos urbanos voltados ao desenvolvimento local.

A nossa escolha por São Francisco do Sul tem ainda forte relação com o fato de que a qualificação dos espaços livres foi estruturante na intervenção, sobressaindo-se em relação aos restauros pontuais que foram realizados, de modo que podemos afirmar que, dentre as 26 cidades, a ação do programa na cidade catarinense é uma das que mais se caracteriza como projeto urbano. Isto se deve ao fato de que o projeto em São Francisco do Sul é o que mais notadamente atuou na escala intermediária, a escala do bairro, articulando as intervenções pontuais em edifícios por meio da qualificação de ruas e praças ao longo de percursos contínuos, conferindo maior unidade e completude em relação a outros projetos do Programa Monumenta.

Naturalmente, o conceito de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local não existe em estado puro, não é único, fechado, e o processo de implementação do programa não é tão harmonioso quanto desenham as publicações oficiais. Cabe, portanto, analisar em que medida o Monumenta de fato se aproximou do conceito, atuando de acordo com lógicas endógenas, e em que medida suas ações se mostraram conflitantes com as potencialidades e demandas locais. Paralelamente a esta tarefa, outro objetivo deste trabalho é analisar as transformações espaciais do projeto urbano estudado e suas relações com as transformações na dinâmica cotidiana do território no que se refere aos usos, à relação com o patrimônio cultural, às práticas sociais, às formas de apropriação dos espaços livres e equipamentos de uso público.

A partir da aspiração a um “saber não compartimentado” (MORIN, 2005, p.7), a pesquisa se alimenta dos conhecimentos de outros campos, notadamente a Economia e a Geografia. Internamente ao campo da Arquitetura e Urbanismo, por sua vez, o trabalho se coloca na interseção entre diversas outras áreas de concentração do programa de pós-graduação da FAUUSP: Planejamento Urbano e Regional, História, Paisagem e Ambiente, ou até mesmo Projeto de Arquitetura, na qual também estão presentes estudos de projetos urbanísticos. A opção pela área de Paisagem, todavia, não é mero acaso, afinal o foco da análise das relações entre projeto urbano e

desenvolvimento local é a intervenção nos espaços livres bem como as práticas sociais que deles se apropriam. Qual a importância da qualidade dos espaços livres públicos para a sociabilidade humana e para a identidade cultural dos grupos sociais? Qual o papel do projeto urbano no incentivo ou na fragilização de determinadas práticas sociais nos espaços livres? Quais as práticas reprimidas e quais aquelas que são incentivadas? Estas são questões fundamentais, envolvendo preocupações técnicas, culturais e políticas, que fazem com que esta pesquisa esteja na área de Paisagem e Ambiente.

Quanto à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo, “Desenvolvimento: da nação ao local”, discorre sobre a evolução das concepções de desenvolvimento no contexto latinoamericano desde a década de 1930 até os dias de hoje, relacionando estas diferentes concepções com as transformações culturais da sociedade nesse período. Inicia-se com a discussão da ideologia do “desenvolvimentismo”, a alternativa de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização planejada pelo Estado, passando pelas críticas dos anos 1960 e 1970 à ideologia economicista do progresso a qualquer custo e chegando aos dias atuais com a ascensão dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local.

O segundo capítulo “Projeto urbano e Desenvolvimento Local” está estruturado em quatro tópicos. O primeiro, intitulado “Virada espacial”, discute a relevância adquirida pela espacialidade na teoria social nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir da obra de Henry Lefebvre que demonstrou que o espaço não é meramente palco das ações promovidas pelo homem, pois sua produção estabelece relação dialética com a reprodução da sociedade. O segundo tópico visa compreender a constelação de conceitos relacionados ao espaço – território, região, lugar, paisagem – não para estabelecer fronteiras ou definições fechadas, mas para discutir os núcleos de significado, ou seja, quais tipos de relações são colocadas em foco em cada um deles. No terceiro tópico discutiremos as relações entre os projetos de transformação urbana pautados pelo planejamento estratégico e os processos de exclusão socioespacial, ao mesmo tempo em que refletiremos sobre possibilidades de o projeto urbano constituir-se como proposta de convivência social democrática a partir da perspectiva do Desenvolvimento Local. No quarto e último tópico refletiremos sobre a relevância dos espaços

livres públicos e do patrimônio cultural nos Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local, compreendendo desenvolvimento aqui não sob uma perspectiva economicista, mas como processo relacionado também ao fortalecimento da democracia, das identidades territoriais e da autonomia dos grupos sociais que habitam os lugares.

No terceiro capítulo é apresentada a trajetória das políticas de preservação no Brasil desde a década de 1930 até o início do programa Monumenta. Aqui discorre-se acerca do contexto em que o programa foi criado, das suas especificidades em relação a programas anteriores de requalificação do patrimônio cultural, dos atores envolvidos e seus papéis nas diversas escalas de poder. Discute-se também a relação do Monumenta com a promoção do desenvolvimento local nos municípios em que atuou e debateremos as contradições do conceito de sustentabilidade adotado pelo programa.

Em seguida, no quarto capítulo, estuda-se o caso em São Francisco do Sul, iniciando com as análises das dinâmicas territoriais à escala do município e suas relações com municípios próximos, tratando questões como mobilidade, economia, relações entre bairros, formas de apropriação dos espaços livres, especificidades culturais, etc. A partir desta compreensão geral faz-se aproximações sucessivas até chegar à análise das intervenções urbanísticas realizadas em São Francisco do Sul pelo Programa Monumenta, buscando compreender as transformações espaciais dos projetos urbanos estudados e suas relações com as transformações na dinâmica cotidiana do território no que se refere aos usos, à relação com o patrimônio cultural, às práticas sociais, às formas de apropriação dos espaços livres e equipamentos de uso público. Considerando que promover o desenvolvimento local pressupõe dinamizar potencialidades locais e agir sobre demandas e problemas endógenos torna-se relevante investigar em que medida o projeto urbano dedicou-se à interpretação das preexistências do território nas suas múltiplas dimensões, respondendo, ou não, às demandas locais.

Nas considerações finais elencam-se pontos de contato e afastamento da intervenção do Monumenta em São Francisco do Sul com o conceito de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local. Neste percurso, reflete-se sobre os progressos e limitações proporcionados pela ação do programa na cidade no que se refere ao entendimento da preservação como questão urbanística e de planejamento urbano, à relação entre usos cotidianos e turísticos, à valorização do patrimônio

cultural pela população e à dinamização de atividades econômicas. Por fim, procura-se apontar qual o legado urbanístico, político e simbólico do programa para a construção de um horizonte de pensamento e ação dedicado à elaboração de projetos urbanos que sejam capazes de atender às demandas e aspirações coletivas.



1. DESENVOLVIMENTO: DA NAÇÃO AO LOCAL

1.1. DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo constituiu-se como alternativa ao liberalismo econômico, sendo ao mesmo tempo uma forma de organização econômica e social do capitalismo, uma ideologia do desenvolvimento econômico e um conjunto de estratégias para alcançá-lo (BRESSER-PEREIRA, 2014). Enquanto o liberalismo econômico afirma que cabe ao Estado apenas garantir a propriedade e os contratos e cuidar das contas públicas, sendo o restante regulado pelo mercado, no desenvolvimentismo o Estado é o coordenador do sistema econômico agindo para regular os mercados e planejar os setores menos competitivos, principalmente o de infraestrutura. No desenvolvimentismo, o mercado tem papel reconhecido na coordenação econômica e, portanto, rejeita o estatismo, no entanto defende a intervenção moderada, mas efetiva, do Estado nos mercados seja para regulá-los, corrigir suas falhas ou promover determinados objetivos políticos (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.135).

De maneira convergente, Ricardo Bielschowsky define desenvolvimentismo como “a ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.431), que tem também o papel de definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão e captar e orientar recursos financeiros necessários para o financiamento do processo de desenvolvimento.

A origem do desenvolvimentismo brasileiro remonta aos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, em contexto que sucede a crise de 1929, quando foram desmontados os mecanismos de defesa da economia de tipo colonial e as atividades industriais conseguem descolar-se do complexo primário exportador, viabilizando o processo de industrialização (FURTADO, 1985, p.69). De 1930-1944, período considerado por Bielschowsky como o de gestação do desenvolvimentismo, surgem quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que são (1) a consciência de que é possível e necessário introduzir no país o setor industrial capaz de produzir insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais, (2) a consciência da necessidade de instituir mecanismo de centralização dos recursos financeiros capazes de viabilizar a

acumulação industrial, (3) o apoio entre as elites empresariais e técnicas do país à ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada e (4) o nacionalismo econômico, a partir do acirramento do sentimento anti-imperialista (BIELSCHOWSKY, 2004, p.251).

A partir do surto industrial inicial o nacionalismo aliou-se ao desenvolvimentismo, reivindicando para o país maior autonomia frente aos EUA e às grandes potências europeias, o que representava a tomada de consciência dos interesses próprios do Brasil no âmbito das outras nações, e das massas populares no âmbito interno do país, conduzindo o país a voltar-se para si mesmo e refletir sobre os seus problemas. A partir deste parâmetro, nacionalistas “são os que não querem entregar ao controle estrangeiro as riquezas naturais do país, ou que se negam a aceitar a interferência de potências e grupos alienígenas na determinação da economia brasileira” (JAGUARIBE, 1958, p.12) e os não nacionalistas eram, segundo Helio Jaguaribe, membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os “entreguistas” adeptos da teoria liberal, traçando assim uma linha divisória entre as duas grandes posições políticas em que se dividia a opinião pública brasileira naquele momento.

A ideia de nação constituiu-se para Jaguaribe em produto da cultura ocidental, surgido com o desenvolvimento capitalista no Renascimento a partir do estreitamento dos vínculos que uniam os povos dotados de características comuns por meio do incremento do intercâmbio de bens entre a cidade e o campo. Nesse contexto, a integração econômica era tanto mais eficaz quanto mais contínuo fosse o território e quanto mais intensa fosse a unidade cultural. O aspecto econômico somado aos imperativos de defesa fez surgir o propósito de inserir a nação no mesmo ordenamento político-jurídico, dando origem aos Estados nacionais (JAGUARIBE, 1958, p.28).

Para Benedict Anderson, a nação é uma comunidade imaginada e, por conseguinte, o “nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (ANDERSON, 2008, p.32). Esta definição de nacionalismo como invenção vai ao encontro da concepção de Jaguaribe, para o qual “as nacionalidades somente se constituem como tais quando surge o projeto político que visa fundá-las e mantê-las” (JAGUARIBE, 1958, p.20). Para que esta invenção faça sentido é necessária a existência prévia de uma nação em sentido histórico, ou seja, “a existência de um

povo, dotado de vínculos comuns, como a raça e a tradição cultural, habitando permanentemente certo território e integrado, ou propenso a ser integrado, por um sistema comum de governo” (JAGUARIBE, 1958, p.25). A partir desta preexistência, a criação de um projeto de integração nacional dá corpo à nação em sentido político: o nacionalismo constitui-se em projeto fundador e preservador da nação.

Os nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tendo a compreensão de que a dominação econômica e a dominação cultural estavam conectadas (ORTIZ, 1996, p.58), atribuem à cultura papel preponderante na luta pela libertação nacional do colonialismo, definindo-a como espaço privilegiado onde se processa a tomada de consciência dos indivíduos e se trava a luta política. A dimensão cultural seria, portanto, o campo de conquista da tomada de consciência crítica do país por ele próprio, assinalando a ruptura do complexo colonial que faz do colonizado o reflexo do outro, da metrópole.

Vinculado ao processo de desenvolvimento, o nacionalismo não consiste na afirmação pura e simples de confiança nas potencialidades do país ou no sentimento de autossuficiência, posições que conduzem ao nacionalismo incondicional, tendencialmente xenófobo. Também não é mera imposição de nossas peculiaridades ou expressão de características nacionais. Trata-se, enfim, de um meio para atingir um fim: o desenvolvimento que favoreça a industrialização por meio de medidas protecionistas e de processos de transferência de renda, a partir da consciência de que a independência econômica do país é condição para a independência política (JAGUARIBE, 1958, p.20). O desenvolvimento seria, além de tudo, humanista, porque restituiria à nação a sua essência e devolveria ao homem colonizado sua dimensão humana (ORTIZ, 1996, p.60).

No processo de legitimação do projeto de industrialização como o instrumento em que estava cimentada a nacionalidade (FURTADO, 1985, p.70) destaca-se a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 pelas Nações Unidas, com sede em Santiago, no Chile. Liderada pelo argentino Raul Prebisch, a CEPAL elaborou um amplo e original sistema analítico, que constituiu poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino americanas (BIELSCHOWSKY, 2004, p.15).

Membro da CEPAL de 1949 a 1953, o paraibano Celso Furtado foi o grande economista da corrente nacional-desenvolvimentista no Brasil. Coautor das teses estruturalistas “cepalinas”, Furtado dedicou-se a aplicá-las ao caso brasileiro e exerceu grande liderança sobre os economistas da época, tornando-se símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50.

O texto inaugural das ideias da CEPAL, foi escrito por Raul Prebisch e intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas” (1949), no qual imprime tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários além de reconhecer que nós latino-americanos estávamos longe de ter a “correta interpretação teórica” da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la necessitávamos abandonar a “ótica dos centros mundiais” (FURTADO, 1985, p.60).

O “Manifesto de Havana”, como ficou conhecido o texto de Prebisch, teve como objeto de crítica a concentração de renda em benefício dos centros industrializados, fruto do sistema de divisão internacional do trabalho. Tratava-se de criticar a tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a repartir-se com equanimidade entre os países que participavam do intercâmbio, pois a distribuição física desigual das técnicas modernas seria compensada através da transferência dos ganhos de maior produtividade por meio de preços menores – via mecanismos de mercado (BIELSCHOWSKY, 2004; FURTADO, 1985).

Existiria, pelo contrário, profunda assimetria entre centro e periferia, com a divisão internacional do trabalho provocando efeitos diferenciados entre as economias das duas regiões e gerando disparidades crescentes entre países ricos e pobres. Enquanto o avanço do progresso técnico no centro elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço. O progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo. Esta “tese da deterioração dos termos de troca”, provou que na verdade são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade para as desenvolvidas.

Diante desta tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho na civilização industrial formulou-se a teoria do subdesenvolvimento, que consiste

em perceber que enquanto a acumulação, nas economias centrais, criou “as condições para que se desse a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produzia na periferia efeitos inversos: engendrava o subemprego e reforçava as estruturas tradicionais de dominação ou as substituía por outras similares” (FURTADO, 1984, p.116).

O subdesenvolvimento configurava-se, assim, como subproduto do desenvolvimento clássico, um processo singular, diferente daquele que ocorreu na revolução industrial dos países desenvolvidos. Portanto, o subdesenvolvimento não corresponderia a uma etapa histórica comum a todos os países, mas seria condição específica da periferia do sistema capitalista (BIELSCHOWSKY, 2004 p.16).

Diante deste quadro, a industrialização seria a única opção para os países periféricos acessarem os frutos do progresso técnico e alcançarem o desenvolvimento, assumindo a iniciativa de confrontação com as forças reacionárias para liberar o país dos resquícios do passado colonial (FURTADO, 1985, p.70). De acordo com Furtado:

Nenhuma fatalidade respondia pelo atraso do país. Devíamos procurar causas na história, assinalar as motivações dos que, ocupando posições de mando, tomavam decisões. Cobia denunciar os interesses que estavam empenhados em subordinar a industrialização à reconstituição do velho sistema primário-exportador. Desenvolver o país, recuperar o tempo perdido não era apenas um desafio; deveria ser a responsabilidade maior de quem pretendesse atingi-lo (FURTADO, 1985, p.70).

No contexto da economia internacional, não bastaria o “laissez faire” nos intercâmbios externos, pois a propagação do progresso técnico à periferia não seria processo espontâneo. Visto que a dinâmica do sistema é insuficiente para impulsioná-la, caberia aos governos assumir a orientação do processo de desenvolvimento: o planejamento abrangente configurava-se para Furtado e a CEPAL como indispensável para a eficiência da industrialização num país periférico e significava tanto a ampla participação estatal na captação e alocação dos recursos como no controle do capital estrangeiro (BIELSCHOWSKY, 2004, p.365).

A mudança de enfoque promovida pela CEPAL fez ampliar o

espaço de manobra deixado aos países latino-americanos, a partir do descobrimento de uma nova América Latina (FURTADO, 1985, p.75) e dotou-a da respeitabilidade necessária para influir decisivamente na construção da consciência das elites intelectuais, técnicas e políticas do país para os caminhos do desenvolvimento no Brasil. Revelando o processo de descolonização intelectual que estavam desencadeando Furtado dirá que: “A mim me pareceu que havíamos descoberto uma fresta pela qual podíamos olhar a fundo a problemática do subdesenvolvimento, cujo campo de teorização ganhava autonomia” (FURTADO, 1985, p.89).

1.2. MUDANÇA DE RUMOS

Os anos 60 significaram na sociedade ocidental o enfrentamento do “mundo da via expressa”, ou seja, do ambiente moderno que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, baseado na ideologia do progresso e do crescimento sem limites. Para Marshall Berman (1986), essa foi a década na qual estava em curso grande rebelião na arte e no comportamento, pelo desejo de virar o mundo ao contrário, de mostrar que o ambiente cultural “insuportavelmente” solene, rígido e castrador da década de 50 não constituía o único mundo moderno possível. Buscavam-se outras direções a seguir, nas quais se pudesse recriar a abertura para a variedade de coisas e ideais que a sociedade moderna oferece.

Neste ambiente, surge a expressão “contracultura” para se referir ao fenômeno eclético, simultaneamente místico e político que emergiu inicialmente nos EUA e Reino Unido como resposta crítica diante das ilusões do capitalismo e do rigoroso sistema tecnocrático vigente, questionando, portanto, os pressupostos da civilização industrial e a racionalidade instrumental como seu paradigma central. Por meio do movimento *Hippie* e da movimentação intelectual da Nova Esquerda a contracultura colocou os jovens como atores sociais capaz de transformar a sociedade. Esse movimento, inseriu no debate novas questões e novos valores como o ativismo social de luta pelos direitos civis de grupos marginalizados da sociedade como negros, homossexuais e mulheres, bem como pela liberdade sexual, pelo pacifismo e pela defesa da desobediência civil. Fez a crítica à competitividade e o elogio à vida em comunidade, a descrença no

progresso, a proposta de reintegração do homem com a natureza e a ascensão do pensamento ecológico.

A emergência destes movimentos que projetam as diversidades cultural, regional, étnica, etc. representa a perda da credibilidade dos metadiscursos, dos grandes relatos universalizantes, partidários de um modelo de razão fundado na objetivação radical do mundo. Desde o final dos anos 60, a ascensão de uma compreensão mais ambígua, contraditória e paradoxal da modernidade estaria ligada à condição cultural “pós-moderna”, que para autores como Haesbaert e Berman, antes de representar a superação da ideia de modernidade, seria sintoma do esgotamento de um modelo de razão e a emergência de outro dentro da própria modernidade (HAESBAERT, 2002; BERMAN, 1986).

Esta sensibilidade “pós-moderna” chegou ao Brasil no fim da década de 60, no contexto da ditadura militar e da valorização do *rock'n roll* como arma contracultural, por meio do Tropicalismo, movimento que buscou “pôr as entranhas do Brasil para fora” (VELOSO, 2008, p. 194) rechaçando “tentativas ridículas de neutralizar as características esquisitas desse monstro católico tropical” (VELOSO, 2008, p. 246). Armados da antropofagia de Oswald de Andrade, o movimento agiu com “violência desagregadora” para destruir o “Brasil dos nacionalistas”, pulverizar a imagem do “Brasil carioca” e nacional-popular, acabar com a imagem do “Brasil garota da Zona Sul” (VELOSO, 2008, p. 47) e colocar no lugar uma visão de mundo diversificada e complexa capaz de “deglutir” influências tidas como antagônicas: nacional e internacional, rural e urbano, industrial e artesanal, moderno e arcaico.

Roberto Schwarz classificou o tropicalismo como “uma variante brasileira e complexa do *pop*”, cuja intenção era construir uma combinação estridente repleta de ambiguidades e tensões, um disparate que incomodava tanto a direita conservadora, para quem a tropicália representava um perigo à família e ao sistema, devido à promoção de valores de liberdade sexual, da homossexualidade e da bissexualidade enquanto dimensões da existência, quanto à esquerda nacionalista que o via como movimento individualista, de viés burguês (SCHWARZ, 1978, p.71), que agia pela descaracterização da música popular brasileira devido à inserção de símbolos do imperialismo, como a guitarra elétrica (VELOSO, 2008, p.176).

A postura antropofágica do tropicalismo caracterizada pela

canibalização, a paródia, o pastiche e a citação (DUNN, 2007, p.66) não pode ser caracterizada, segundo Caetano Veloso, pela fuga ao problema de identidade do Brasil, mas antes representa um modo de radicalizar a exigência de identidade (VELOSO, 2008, p.244), uma solução para o problema de o Brasil nunca ter se tornado o “UM” nacional. O exemplo claro de atitude antropofágica, elogiada pelo movimento, era João Gilberto, por ter criado um estilo novo, definido, fresco, que assimilava as técnicas da modernidade musical do *jaz*, mas sem aflições a respeito da identidade nacional (VELOSO, 2008, p. 244; DUNN, 2007, p.63). De acordo com esta linha evolutiva, os tropicalistas desenvolveram seu espírito de ecletismo radical enraizado em tradições locais, embora plenamente engajados com o *pop* internacional. Dessa maneira, a tropicália combateu o “nacionalismo estreito” (VELOSO, 2008, p. 126) e anacrônico com a ideia da construção de um país pluri identitário, que deseja o seu fortalecimento como povo e a afirmação da sua originalidade, mas não abre mão de participar da comunidade cultural urbana individualista, universalizante e internacional (VELOSO, 2008, p.286).

A abertura que o tropicalismo promoveu às diversidades internas e externas, contribuiu para acender no debate nacional as questões que estavam em voga no ambiente internacional no contexto da contracultura. Ao combater o “Brasil dos nacionalistas”, o tropicalismo estava também desconstruindo a totalidade unívoca e fomentando uma totalidade diversificada, composta de identidades étnicas, sexuais ou regionais. Ora, se a cultura contém uma dimensão de poder que lhe é intrínseca (ORTIZ, 2010), a recuperação de especificidades de manifestações culturais castradas por um discurso integrador representaria então o revelar de conflitos que estavam encobertos sob o manto do nacionalismo. Exemplo deste encobrimento de conflitos é a “ideologia da mestiçagem” como estratégia para a formação de uma possível unidade nacional por meio da integração e coordenação das diferenças étnicas. Ideia que permeia o imaginário brasileiro desde as teorias do século XIX, e consiste em tornar nacional tudo o que é mestiço, promovendo a ideia de sincretismo cultural isento de contradições, como se ocorresse num mundo onde não se manifestam relações de poder (ORTIZ, 2010). O relato de Caetano sobre a assunção da identidade negra por Gilberto Gil, mostra bem a mudança de paradigmas decorrente do movimento contracultural mundial e interpretado no Brasil pela tropicália:

Gil nunca parecia consciente do fato de que era preto. Isso não o humilhava ou enaltecia: ele simplesmente se portava como um cidadão desembaraçado (...). No final da década (de 60) – sobretudo sob o impacto de Jimi Hendrix – Gil vestiu a máscara do negro com consciência racial, e essa nova persona, em vez de meramente ocultar o homem resolvido atrás dos conflitos, revelou conteúdo de mágoa e orgulho havia muito latentes sob o antigo véu. Era como se ele se tivesse longamente se submetido à crença de que não era preciso bater no peito e gritar “sou negro!” ou protestar contra discriminações, considerando bastante ter uma vida digna e afirmar-se social e intelectualmente como fizera seu pai. Agora, com o aspecto “*black is beautiful*” da cultura *pop* que ele abraçava como consequência de seu refinamento pessoal, ele encontrava africanidades em suas reminiscências domésticas e revolta contra os aspectos raciais da injustiça da sociedade brasileira (VELOSO, 2008, p. 282).

Este movimento de reabilitação da história e da memória étnicas percorrerá também a década seguinte, sendo um dos temas centrais da cultura dos anos 70. A identidade étnica, pessoal e dos grupos, será aprendida pelas sociedades em seu conjunto como parte vital da identidade, essencial à profundidade e à plenitude próprias que a vida moderna proporciona e promete a todas as pessoas. De acordo com Berman: “Os modernistas de hoje não mais insistem, como faziam com frequência os modernistas do passado, em que precisamos deixar de ser judeus, negros, italianos, ou qualquer outra coisa, a fim de sermos modernos” (BERMAN, 1986, p.316).

Sob o aspecto dos modelos de desenvolvimento, os anos 70 representaram na história do mundo um período de descontentamento, amargura e perplexidade, a partir da percepção de que o avanço da ciência e da tecnologia, ao invés de ter melhorado a qualidade de vida da população, havia instaurado uma nova era de precariedade. Em um cenário composto por crise energética de caráter mundial, inflação alta e ameaça de esgotamento dos recursos naturais intensificaram-se os debates em torno das consequências da ideologia do progresso e do crescimento ilimitado ao homem e à natureza. Foi o período no qual entraram em cena ecologistas e defensores do anticrescimento, dedicando-se a encontrar melhores formas de

produzir e conservar energia e defendendo a contenção energética e a descentralização (BERMAN, 1986, p. 81).

Contestava-se, assim, a ideia de que o homem só poderia realizar grandes empreendimentos se abrir mão de qualquer sentimento de culpa e preocupação com as consequências de seus atos. Buscava-se construir a consciência de que a modernidade não poderia mais desconsiderar as experiências prévias. Em consonância com a ideia ecológica da reciclagem, entende-se a necessidade de trabalhar a partir do mundo que existe, descobrindo novos significados e potencialidades nas velhas coisas, sejam produtos, embalagens e até mesmo bairros, a exemplo do Soho em Nova York, que na década de 70 transformou-se de área degradada em bairro com vitalidade e intensidade singulares (BERMAN, 1986, p. 320).

Na esteira do movimento ecológico e da busca por modelos alternativos, ocorreu em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, que foi marcada pelo embate entre os partidários do que Sachs denominou de “economicismo estreito” e “ecologismo intransigente” (SACHS, 1993, p.11), ou seja, do radicalismo econômico do desenvolvimento a qualquer custo confrontado pelo irrealismo do crescimento zero. Embora não tenha sido possível atingir consensos que estabelecessem metas concretas, a declaração resultante da conferência estabeleceu pela primeira vez em um documento internacional os “princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente urbano” (ONU, 1972, p.1) ao mesmo tempo em que definiu o desenvolvimento econômico e social como indispensável para criar as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida do homem, constituindo o embrião do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que viria a ser formalizado no Relatório Brundtland em 1988 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

1.3. CELSO FURTADO: O DESENVOLVIMENTO ALÉM DOS PARÂMETROS ECONÔMICOS

A mudança de paradigmas e a noção de sustentabilidade gestada nas décadas de 60 e 70 e amadurecida na década seguinte coloca em evidência no debate mundial aquilo que Celso Furtado denomina “parâmetros não econômicos do desenvolvimento”. A questão central passou a ser busca por modelos alternativos de desenvolvimento, centrado na melhoria das condições de vida da sociedade civil e na qualidade do seu ambiente, exigindo para isso uma ciência econômica mais aberta às outras dimensões do desenvolvimento. Atento a este movimento mundial, Furtado conscientiza-se da necessidade de ampliar o diálogo e olhar em torno, de forma a não sobrestimar as possibilidades do novo campo de reflexão que havia aberto a partir da grande repercussão das teses da CEPAL (FURTADO, 1985, p.90).

Nesse percurso, Furtado defendeu a importância da história para desentranhar as causas do atraso do país, compreendendo que o caráter a-histórico da análise econômica moderna, apesar de aperfeiçoamentos metodológicos, criou sérias dificuldades à colocação dos problemas econômicos em termos do desenvolvimento como aspecto de um processo mais amplo de mudança social, cujos contornos somente são perceptíveis no contexto de uma realidade histórica (FURTADO, 1964, p. 25). Posto que o desenvolvimento é também uma manifestação da mudança cultural, Furtado considera que para entender o Brasil são essenciais as contribuições da antropologia. Concebendo a cultura como processo em permanente transformação, os antropólogos passaram a preocupar-se com os fatores responsáveis por essas mudanças, estabelecendo o interesse pelos aspectos históricos da herança social e aprimorando a compreensão a respeito da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram a cultura (FURTADO, 1964, p. 26).

Promovendo o reencontro da teoria econômica com a história, a antropologia e a sociologia, Celso Furtado redefiniu desenvolvimento econômico como “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações

tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 29). Estas inovações tecnológicas – essência do desenvolvimento econômico – além de modificar a estrutura do sistema de produção, desencadeiam reações nos elementos de determinada cultura, modificando as estruturas sociais.

Para Furtado, não existe o estritamente econômico, ou seja, uma realidade social cujo estudo seja da competência da economia (FURTADO, 2013, p. 238). A dinâmica econômica, enquanto movimento relacionado exclusivamente às relações de produção e troca, impede a possibilidade de intervenção do homem, esvaziando o peso das decisões políticas sobre o rumo do desenvolvimento. Deve-se, portanto, “exorcizar” a doutrina economicista que impede a consideração dos fatores extra-econômicos que condicionam os fatores econômicos (FURTADO, 1984, p.12).

As críticas do autor recaem sobre a transformação do processo de acumulação na civilização industrial em um fim em si mesmo, condicionando as relações sociais a um mero meio de alcançá-lo. Observa ainda que por toda parte a população foi transformada em força de trabalho, sujeita a padrões de disciplina social orientada para a eficiência e enquadrada espacialmente pela urbanização moderna, cujo objetivo estava mais em assegurar a regularidade do trabalho, do que em construir uma nova forma de convivência social (FURTADO, 1978, p.54). Esta ideologia do progresso, vinculada à ideia de desenvolvimento como performance internacional ignora as aspirações, a memória e os valores culturais próprios dos povos, levando à desumanização do indivíduo (FURTADO, 1978, p.7).

A descrença no economicismo é exemplificada pelo caso do processo de desenvolvimento brasileiro. As altas taxas de crescimento de 1930 a 1980 não impediram que o país se transformasse “num patético caso de mau desenvolvimento”, pelo contrário, o próprio crescimento contribuiu para esse fim (FURTADO, 1984, p.12), diferentemente de países com renda per capita menor, mas que apresentam índices sociais muito superiores. Isso aconteceu pois o crescimento econômico fundou-se na preservação dos privilégios das elites em detrimento de um projeto social. Apenas quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhora das condições de vida da maioria da população é que o crescimento se transforma em desenvolvimento (FURTADO, 1984, p.75).

Para escapar da armadilha da “racionalidade econômica” o caminho é a política: é preciso modificar as bases de sustentação do

poder assegurando a “participação efetiva no processo político dos segmentos sociais vitimados pela referida racionalidade econômica” (FURTADO, 1984, p.12). A retomada do desenvolvimento como processo endógeno requer vontade coletiva e criatividade no plano político para canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais defeituosas (FURTADO, 1984, p.28).

A vontade coletiva só poderá surgir a partir do reencontro com os “valores permanentes da nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população”. (FURTADO, 1984, p.30). Assim, o desenvolvimento poderá alimenta-se da criatividade de nosso povo e conduzir à crescente homogeneização social de nossa sociedade, abrindo espaço à realização das potencialidades de nossa cultura .

O projeto de desenvolvimento deve ser posto a serviço do enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões, proporcionando o reencontro com o gênio criativo da nossa cultura. Criatividade para Furtado é poder, é a capacidade de o indivíduo ter uma visão global das suas criações, de conceber a vida humana a partir dos fins substantivos que desejamos alcançar, liberta da lógica dos meios que nos é imposta do exterior (FURTADO, 1978, 1984).

No quadro do subdesenvolvimento, desenvolver-se é voltar a capacidade criativa do homem para a descoberta dele mesmo, ordenando o processo acumulativo da sociedade em função de prioridades e valores substantivos por ela mesma definidos. A endogeneidade torna-se a faculdade necessária para a superação da dependência, que se manifesta pela reprodução mimética de padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais e pela tendência a transformar-se sob pressão de fatores exógenos (FURTADO, 1978; 1984). De acordo com o autor: “a ideia de desenvolvimento endógeno funda-se nesse desejo de preservação da própria identidade na aventura comum de unificação do processo civilizatório” e responde à relação dialética entre a preservação da cultura e a assimilação de técnicas que ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade de ação podem mutilar a identidade cultural:

Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento (do patrimônio cultural comum da humanidade) e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão (FURTADO, 1984, p.25).

1.4. CAMINHO ALTERNATIVO: DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.4.1. ENDOGENIA E IDENTIDADE CULTURAL

As críticas às consequências do modelo industrial de desenvolvimento e a percepção de que ele depende de fatores não econômicos, ligados à identidade cultural, à maior participação social no processo político e à endogeneidade aproximam as ideias de Celso Furtado às alternativas de desenvolvimento que surgiram nas últimas décadas, como o Desenvolvimento Local. Este novo paradigma consiste em um amplo e variado conjunto de visões que têm objetivos voltados para a humanização de consequências do padrão de desenvolvimento industrial, buscando alternativas à ideologia do progresso e da “economia de crescimento”, definida por Furtado como a visão produtivista que busca o desenvolvimento das forças produtivas a qualquer preço.

Este deslocamento de paradigmas face ao padrão que marcou a trajetória do século XX, apelidado por Berman de “mundo da via expressa”, parte da constatação de que o modelo industrial fordista abordou a questão do desenvolvimento sob a perspectiva da empresa em detrimento da sociedade civil e da desejada melhoria das condições de vida cotidianas (DOWBOR, 2006, p.2). No caso da América Latina, que conta com o agravante do subdesenvolvimento, Furtado fez coro à crítica e afirmou que “nenhuma evidência existe de que a industrialização dependente conduz a formas sociais confiáveis. A crescente heterogeneidade social que tem na chamada ‘marginalidade urbana’ um de seus sintomas mais alarmantes, parece indicar a direção oposta” e ainda denunciou o autoritarismo como “uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não consegue canalizar de forma construtiva” (FURTADO, 1978, p.80).

A mudança estrutural na qual o Desenvolvimento Local se insere refere-se a um conjunto de aspectos combinados, que envolvem tanto as formas de produção quanto a relação entre Estado e sociedade civil, fugindo da dicotomia Estado/mercado para enfatizar a inserção do Estado na sociedade, elaborando parâmetros nos quais a sociedade emerge como co-protagonista (SILVEIRA, 2004, p.1), e apontando portanto para a reconciliação entre a democracia política e a democracia econômica (DOWBOR, 2006, p.4).

Desta forma, questiona-se a típica relação centralista “de cima para baixo” que relaciona a ação estrutural apenas à ação vertical, e é dada ênfase ao protagonismo local e à mobilização dos ativos locais (as potencialidades humanas, geográficas, econômicas, etc) como vetores de transformação, compreendendo os distintos territórios não apenas como pontas dos sistemas de fluxos mas como centralidades instauradoras de mudanças (SILVEIRA, 2004, p.9). A descentralização seria, portanto, uma forma de melhor distribuir o processo técnico-produtivo e de democratizar os processos decisórios, fortalecendo o poder local e ampliando a participação dos cidadãos nos processos de decisão política, que passam a poder optar por projetos de futuro diretamente adequados aos problemas e necessidades do cotidiano (DOWBOR, 2006, p.2).

É nesse contexto que se dá o redescobrimto da dimensão territorial, na qual o território passa a ser “um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento e não unicamente um mero espaço ou marco das atividades” (ALBUQUERQUE, 2001, apud SILVEIRA, 2004, p.5). O local é entendido como qualquer recorte sócio territorial delimitado a partir de uma característica eleita como definidora de identidade, seja por uma característica físico-territorial (localidades de uma mesma microbacia), econômica (localidades integradas por uma determinada cadeia produtiva), étnico-cultural (localidades indígenas, ou de remanescentes de quilombos, ou de migrantes) ou político-territorial (municípios de uma microrregião). Para o Desenvolvimento Local, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, o território possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Trata-se, assim, de uma concepção de desenvolvimento fortemente associada a identidades regionais e locais com suas especificidades de vida social, de cultura, de formação profissional, de paisagem.

Esta formulação vai ao encontro tanto das ideias de Furtado, para quem a consolidação da identidade cultural própria constitui elemento fundamental de impulso à criatividade no processo de desenvolvimento (RODRIGUEZ, 2007, p.5), quanto da concepção de Milton Santos que afirma que o lugar é a sede da resistência da sociedade civil frente ao processo de “globalização perversa” e ao seu braço político, o neoliberalismo, que impõe a lógica do mercado às pessoas e às coisas (SANTOS, 2005, p.259). O

território compartilhado constitui, para Santos, o palco de afirmação das diferentes formas de viver “cuja solidariedade é baseada na contiguidade e na vizinhança solidária” (SANTOS, 2005, p.259) e torna-se possível a construção de uma “outra globalização” (SANTOS, 2005, p.260) capaz de restaurar o homem na sua dignidade por meio da união horizontal dos lugares. Evidencia-se, portanto, o conflito entre o espaço local, vivido por todos os vizinhos, e o espaço global que, regido por conteúdo ideológico de origem distante, impõe aos lugares controles exógenos que respondem ao seu exclusivo benefício resultando no processo de desorganização das regiões e de alienação dos espaços e dos homens. Frente ao domínio destas forças centrífugas, ou verticalidades, torna-se necessário contrapor forças localmente centrípetas, e para isto é imprescindível que os lugares revejam a realidade a partir de dentro, investindo no conhecimento sistemático das realidades locais e interrogando-se sobre as suas próprias constituições (SANTOS, 2005, p.260).

Como todos os dias o mundo está inventando uma novidade, cada dia somos ignorantes do que são e do que valem as coisas novas. Essa criação cotidiana do homem ignorante também leva regiões inteiras a ignorar o que elas são, sempre que não conhecem os segredos do funcionamento dos respectivos objetos e ações. Quanto menos dominam estes segredos, têm menos condições de comandar a sua própria evolução e mais dirigidas de fora tendem a ser. (SANTOS, 2009 p.227)

Isto nos remete à noção de endogeneidade, que é o eixo central do conceito de Desenvolvimento Local e que significa agir a partir das particularidades concretas do território em questão, potencializando recursos endógenos, identificando vocações locais, adotando estratégias específicas para cada lugar, em vez de generalidades abstratas e exógenas. Considerando que entre os lugares também se estabelecem relações hierárquicas (verticalidades) poderíamos aplicar aqui o raciocínio de Furtado sobre a relação entre países periféricos e centrais e afirmar que a endogeneidade também é ingrediente necessário à superação da dependência dos lugares, municípios e regiões. Uma vez que a relação de dependência não se limita ao âmbito material do processo técnico e da acumulação mas estende-se também aos valores e às ideias que formam a cultura, torna-se

premente para países ou lugares dependentes a transformação cultural no sentido assumir a autoconfiança (SACHS, 2004, p.12) como qualidade para superação da submissão interna que alimenta o “desenvolvimento mimético” (PAULA, 2007, p. 276) e abrir caminho à emergência de uma identidade cultural própria (RODRÍGUEZ, 2007, p. 29).

O foco no local e nas suas potencialidades não deve ser confundido, como alerta Silveira, com uma atitude “localista”, avessa ao global, nem como um fragmento à parte de uma totalidade. A assunção da própria identidade, não se confunde também com a xenofobia. Trata-se sim da legitimação do lugar como forma de dar vazão a modos diferentes de ser, de emancipação perante os outros, e, portanto, como uma forma de democracia (YÁZIGI, 2001, p. 287). Para aprender a realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista (SANTOS, 2009, p. 314) pois cada evento é fruto do mundo e do lugar ao mesmo tempo, portanto o lugar é um modo da totalidade, ele reproduz o país e o mundo e só tem existência real em relação ao todo. A totalidade é ao mesmo tempo o real-abstrato e o real-concreto pois só se realiza completamente através das manifestações particulares, estes fragmentos de totalidade, por sua vez, continuam a integrar a totalidade (SANTOS, 2009, p. 122). Buscar a afirmação da força do lugar significa, portanto, a possibilidade de uma alternativa política frente à necessidade frenética de competitividade imposta pelos atores globais (empresas, bancos, instituições) (SANTOS, 2009, p. 222) que criam a distinção entre os “espaços do mandar” e os “espaços do obedecer”. A redescoberta da dimensão local no mundo globalizado está relacionada à possibilidade de uma vida menos pragmática, menos preocupada com a velocidade das mudanças que conduzem ao envelhecimento acelerado do patrimônio técnico que nos cerca e que coíbe ações mais espontâneas como o exercício da criatividade (SANTOS, 2009, p.315).

As questões da descentralização política e econômica, preconizada pelas formulações do Desenvolvimento Local, e da união horizontal dos lugares, defendida por Milton Santos, podem ser relacionadas à visão de Furtado sobre o federalismo no Brasil no contexto pré-constituição de 1988. Este modo de organização política estaria ligado, para Furtado, à solidariedade, à cooperação e responderia às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas do

imenso território nacional com o objetivo de superar a dependência econômica de certas regiões em relação a outras. Ao permitir que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional o federalismo contribuiria também para a preservação da diversidade e da riqueza cultural das distintas regiões fortalecendo o senso de identidade regional sem prejuízo à consciência de unidade nacional (FURTADO, 1984, p. 46).

Apesar de reconhecer o papel histórico do centralismo político na constituição de um sistema econômico que integrasse suficientemente a constelação de regiões com frágeis vínculos entre si, Furtado considerou que a missão histórica do centralismo estava plenamente esgotada em meados da década de 1980. Além disso, o centralismo havia favorecido a concentração geográfica da riqueza e da renda em São Paulo, a região mais industrializada, subordinando as regiões economicamente mais débeis aos interesses daquelas que assumiram a vanguarda no processo de industrialização (FURTADO, 1984, p.51). O federalismo seria, portanto, a única forma de estabelecer um contrapeso ao centralismo vigente durante o período ditatorial, restaurando a autonomia dos estados como “condição necessária para que se detenha a concentração geográfica de riqueza e da renda e se obtenha um desenvolvimento fundado no fortalecimento das matrizes históricas de nossa cultura” (FURTADO, 1984, p. 51). Para isto, não bastaria a restauração formal da federação brasileira, seria necessário instituir instâncias decisórias intermediárias entre os níveis de poder estadual e nacional e novas formas de articulação entre estes poderes que resultasse numa esfera regional do poder central que não seja apenas o executor de tarefas por ele atribuídas, mas que efetivamente encarne a efetiva vontade regional. Esta proposta vai na mesma linha do que foi tentado nos anos 50 na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão com a função de introduzir elementos compensatórios de tendências centralizadoras que se vinham manifestando. O diagnóstico era que a dependência que caracteriza o Brasil como país se apresentava agravado pelo fato de que a dependência se dá mediada por outra região também dependente (o Centro-sul do país), como se fosse um subdesenvolvimento de ordem mais elevada. Na lógica de que o desenvolvimento da região não poderia ser alcançado senão a partir do conhecimento aprofundado da realidade regional, e deverá ser endógeno, ou seja, “só poderá ser inventado no próprio Nordeste,

ou não existirá” (FURTADO, 1984, p.64). Ao contrário do que se poderia imaginar, esta descentralização de base regional reforça a necessidade do planejamento das atividades do governo central e fortalece a instituição parlamentar, “isso porque somente o poder que reúne os representantes do povo de todas as regiões pode dar origem a um consenso capaz de traduzir as aspirações dessas mesmas regiões em uma vontade nacional” (FURTADO, 1984, p.54).

Em consonância com Furtado, diversas formulações do conceito de Desenvolvimento Local também indicam que o fortalecimento de identidades culturais diferenciadas em cada “desenvolvimento nacional” não implica negar nem desconhecer que a integração nacional possa contribuir para que essas identidades se fortaleçam reciprocamente, induzindo a um “despertar conjunto” (RODRÍGUEZ, 2007, p.38). Para o filósofo Selvino Heck não há projeto de desenvolvimento nacional sem projeto de desenvolvimento local ou regional, ambos articulados entre si, visto que um projeto de país soberano, com participação popular e democracia, “deve também se concretizar no plano da comunidade local e regional, a partir de sua vocação econômica, da sua diversidade social, de seu contexto ambiental, de sua cultura, de sua tradição e de seus valores comunitários e humanos”. Ignacy Sachs, por sua vez, considera que o Desenvolvimento deve valorizar os recursos específicos de cada região (SACHS, 2007, p.61) ao mesmo tempo em que compreende o Estado-Nação como o *locus* principal das estratégias de desenvolvimento (SACHS, 2004, p.63). Desta maneira, a esfera local pode ser compreendida como o desdobramento local do Estado-nação, componente de um projeto nacional, reproduzindo de modo específico qualidade básicas deste último (DANIEL, 1999, p.63). O local, portanto, não subsiste sem o nacional e o internacional, nem estes se completam sem uma inserção local e regional que reconheça que aí está a dimensão humana, pois é onde as pessoas vivem e estabelecem relações (HECK, 2004, p.168), ou como diz Milton Santos, é onde se dá possibilidade real e efetiva da comunicação, da troca de informação e, portanto, da construção política.

Landislau Dowbor, uma das principais referências nacionais no tema do Desenvolvimento Local, retoma a questão ao afirmar que para conseguirmos pensar a racionalidade do conjunto, o país, é preciso resgatar a coerência interna das unidades básicas, os municípios. Sob esta ótica, os municípios não seriam apenas

lugares distantes, entes passivos que esperam o desenvolvimento chegar por meio dos projetos do governo federal ou estadual, mas sim o bloco básico de construção do conjunto, agentes ativos do desenvolvimento (DOWBOR, 2006, p.1). Isso não quer dizer, no entanto, que Dowbor não reconheça as limitações do poder local, relacionados, por exemplo, ao restrito poder de intervenção em fatores vinculados diretamente à economia mundial e nacional e à falta de recursos para investimento. Contudo, apesar dos fatores limitantes, o autor argumenta que o processo de democratização no Brasil tem demonstrado que os governos locais podem assumir algumas tarefas que contribuem para romper os circuitos fechados de acumulação e gerar emprego e renda (DOWBOR, 2006, p.2).

Esta visão está de acordo com outro pensador do Brasil contemporâneo, Mangabeira Unger, que defende a necessidade de reordenar o federalismo brasileiro de maneira a dar oportunidade aos estados e municípios para divergir do caminho tomado pelo poder central experimentando em seus territórios caminhos alternativos de desenvolvimento (UNGER, 2018, p. 53). Sua posição de maneira nenhuma abre mão da ação central forte que estabeleça o projeto nacional de desenvolvimento, no entanto, recomenda a existência de governos locais autônomos que estabeleçam com o poder central uma relação dialética e libertadora, sendo capazes tanto de traduzir o projeto nacional na moeda das políticas regionais quanto de construir as próprias vantagens comparativas de baixo pra cima, sem subserviência à Brasília (informação verbal)¹.

1.4.2. SUSTENTABILIDADE AMPLIADA

Outro conceito-chave presente nas formulações sobre o desenvolvimento local é o de desenvolvimento sustentável, um desdobramento da ideia de “ecodesenvolvimento” que emergiu da Conferência de Estocolmo (1972) e que propõe a compreensão de que eficiência econômica, prudência ecológica e equidade social são critérios que devem caminhar juntos no processo de desenvolvimento (SACHS, 1993, p.17), melhorando as condições de vida das comunidades humanas ao mesmo tempo que respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. (SACHS, 1993, p.94).

Durante os anos 70 e 80 ampliaram-se os conhecimentos sobre o funcionamento da biosfera e sobre os riscos possíveis de desastres ambientais, como os acidentes nucleares e químicos de Three Mile Island na Pensilvânia (1979), Chernobyl na Ucrânia (1986) e Bhopal (1984) na Índia, o maior acidente industrial da história, o encolhimento do Mar de Aral, a destruição ambiental na Europa do Leste, o aquecimento global e o efeito estufa, além das ameaças à segurança representadas pelos conflitos e disputas por recursos. Em 1978, Furtado participa deste debate ao alertar que o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador é a demora e a resistência em perceber que a “lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não-renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza” (FURTADO, 1978, p.176).

Houve também considerável avanço na institucionalização da preocupação com a gestão ambiental. Hoje, apoiados por legislação específica, quase todos os países possuem ministérios ou agências para o planejamento e implementação de políticas ambientais, inclusive o Brasil, que incluiu capítulo sobre o meio ambiente em sua constituição de 1988 (SACHS, 1993, p.14).

Um marco para a veiculação destas ideias foi a realização pela UNESCO da Conferência Internacional Rio-92, marcada pelo protagonismo dos países do sul que denunciaram o abismo entre o desenvolvimento do norte e o do resto do mundo, que se tornava vítima e não beneficiário da globalização da economia. Naquele momento, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apesar de representarem apenas 16% da população mundial e 24% da área terrestre detinham 72% do produto bruto global e eram responsáveis por 50% do consumo de energia e 45% das emissões de óxido de carbono (SACHS, 1993, p.15). Evidenciava-se, portanto, uma situação em que os padrões de consumo dos países desenvolvidos tinham impacto fundamental sobre a crise do meio ambiente enquanto as economias do sul, endividadas, assistiam ao aumento da pobreza (SACHS, 1993, p.17). Portanto, ao mesmo tempo em que se fazia premente a necessidade de modificar o comportamento econômico, ambiental e socialmente destrutivo, o sul não poderia aceitar que seu desenvolvimento fosse interrompido em nome da

¹ Palestra proferida por Roberto Mangabeira Unger no evento “Roberto Mangabeira Unger: filosofia, política e direito para a emancipação humana” na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 13 nov. 2019.

preservação do meio ambiente. Tratava-se, então, não da escolha entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre formas de desenvolvimento sensíveis ou insensíveis à questão ambiental e à equidade social (SACHS, 1993, p.17).

Ao contrário do senso comum, a sustentabilidade para Sachs possui várias outras dimensões além da conservação ecológica. O autor defende, sim, a importância da preservação do ambiente natural como modo de evitar reduções suplementares da biodiversidade e escapar das consequências hidrológicas e climáticas adversas (SACHS, 1993, p.49), contudo argumenta que este objetivo não deve ser perseguido por meio de atitudes conservacionistas de proteção absoluta que não considerem as necessidades imediatas das populações locais e o potencial de desenvolvimento sustentável destas áreas. Trata-se, sim, de estabelecer uma simbiose entre biosfera e biosfera, visto que “o não-desenvolvimento não é, de modo algum, uma solução para o “mau desenvolvimento” (SACHS, 1993, p.50).

Além da dimensão ecológica e ambiental, o desenvolvimento sustentável estaria ligado às dimensões social (com foco na ampliação dos direitos e distribuição da renda), econômica (cuja eficiência seria medida mais em termos macrossociais do que por critérios de lucratividade microempresarial), espacial (a partir da superação da excessiva concentração de recursos produtivos e de pessoas nas áreas metropolitanas) e cultural (privilegiando processos de transformação com raízes endógenas, pautados pelas especificidades de cada local, em vez de soluções gerais e homogêneas).

Outro aspecto da noção de “sustentabilidade ampliada” (SILVEIRA, 2004, p. 22) refere-se à dimensão político-institucional voltada à ampliação da esfera pública por meio da governança democrática participativa (SEN, 2010, p.33). A política, dentro desta concepção, deve radicalizar a democracia e desconcentrar o poder, levando ao maior compartilhamento de decisões e responsabilidades e gerando padrões de organização que estimulem o protagonismo da sociedade civil (SILVEIRA, 2004, p.17). Este aspecto do desenvolvimento sustentável ecoa novamente o pensamento de Celso Furtado, para quem o processo de concentração de poder deveria ser neutralizado pelo ressurgimento da atividade política direta, como forma de combater a “burocratização da vida política” (FURTADO, 1978, p.176).

As formulações em torno do Desenvolvimento Local

constituem, em grande medida, alternativas de radicalização da democracia que respondem, no Brasil, ao processo de “adensamento da sociedade civil” (SILVEIRA, 2004, p.17) ocorrido nas últimas décadas com a emergência de grupos, movimentos, organizações que representam a extensão da cidadania e da esfera pública para além do domínio estatal. A entrada da sociedade civil na cena pública a partir dos anos 60 configura-se como um terceiro sistema de poder (ao lado do Estado e do poder econômico) e sugere um reposicionamento do papel e da natureza do Estado (SILVEIRA, 2004, p.18). De acordo com Daniel, a demanda por maior participação popular aponta para um Estado local forte, em contraste tanto com um Estado mínimo de cunho neoliberal quanto com um Estado máximo estatista que visa controlar a vida social. O Estado deve ser forte, portanto, para se contrapor ao poder econômico do mercado e simultaneamente fortalecer as esferas públicas democráticas locais e garantir a autonomia da sociedade (DANIEL, 1999, p.32).

Considerando que o desenvolvimento tem sido uma exceção histórica, e não a regra, Sachs (2004, p.27) afirma que o jogo livre das forças do mercado não é capaz de desencadear espontaneamente o processo de desenvolvimento incluyente. Pelo contrário, uma vez que o mercado não capta os fatores que contribuem para o bem estar ou o sofrimento humano, uma economia de mercado sem controles aprofunda as desigualdades internas de cada sociedade e exacerba o círculo vicioso da pobreza e da degradação ambiental (SACHS, 1993, p.19). Ao estabelecer as diferenças entre sua concepção de desenvolvimento e a ideologia neoliberal Sachs, assim como Daniel, estabelece o contraste com o dogmatismo do modelo de comando central colapsado com o fim da União Soviética. De acordo com o autor, seria equivocado, no entanto, concluir de forma simplista que o fracasso do planejamento autoritário e centralizado do tipo soviético signifique o fim do planejamento como instrumento para promover estratégias de longo prazo para o desenvolvimento, ou então que seja prova da excelência das economias puras de mercado, como desejavam os neoliberais (SACHS, 1993, p.38). Em contraste com ambos os dogmas, Sachs defende a importância do planejamento essencialmente participativo e dialógico, e exige negociação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento: o poder público, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada (SACHS, 2004, p.33).

A construção de projetos de desenvolvimento que levem em consideração a articulação entre os agentes públicos e privados pressupõe determinados graus de coesão e cooperação para que se estabeleçam relações sinérgicas entre as partes, garantindo a boa governança. Esta capacidade de associação, de auto-organização em redes de solidariedade em torno de interesses comuns é o cerne do conceito de capital social, inicialmente relacionado ao campo da ciência política e posteriormente apropriado pela economia quando esta começa a perceber que fatores extra-econômicos explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões (BOURDIEU, 1989) do que os fatores estritamente econômicos. Na esteira da sustentabilidade, com a ideia de desenvolvimento se afastando gradativamente da dominação sobre a natureza e sobre os homens, o conceito de capital social emerge a partir da descrença no paradigma que relaciona competitividade sistêmica com maior dinamização da economia e melhores condições de vida para a população (SILVEIRA, 2010). Compreendendo, de modo oposto, que o dinamismo econômico depende de fatores não econômicos que se ligam mais à confiança e à cooperação social do que à competição. Enquanto a competição conduziria ao crescimento concentrador e, portanto, ao crescimento sem desenvolvimento, a cooperação buscaria transformar laços pessoais e comunitários em formas institucionais e organizacionais abrangentes, que facilitem a boa governança e possam alcançar escalas econômicas e políticas que favoreçam o desenvolvimento endógeno (MULS, 2008, p.17). Dessa maneira, quanto mais determinada sociedade se organizasse de maneira horizontal, democrática e participativa melhores condições estariam dadas para a construção do capital social. Portanto, é evidente que este não pode ser adquirido por indivíduos agindo por conta própria, mas somente por meio de uma construção coletiva e histórica (MULS, 2008, p.7).

O capital social pode ser encarado como recurso, como algo passível de investimento e que depende de fatores que tanto podem fortalecê-lo quanto enfraquecê-lo ou exterminá-lo (SILVEIRA, 2004, p.12). O sentido do fortalecimento pode ser exemplificado por arranjos regionais que enfatizam as particularidades de determinado contexto social, realçando os interesses comuns entre comunidades vizinhas para a construção de identidades territoriais que permitam aos atores locais colocar em curso alguma modalidade de reação

autônoma (MULS, 2008, p.19). O sentido do enfraquecimento do capital social, por sua vez, pela “guerra dos lugares”, ou seja, a batalha para atrair investimentos que corrói a coesão horizontal. Para Milton Santos:

Um mundo que resista à atual noção de competitividade permitiria certamente, um outro tipo de relações entre as empresas, entre as pessoas, entre os lugares. Não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. Não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares serem competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais (SANTOS, 2002, p.222).

No ambiente do desenvolvimento local, o fator cooperação também está presente no debate sobre a mobilização produtiva dos territórios, a partir do fomento das micro e pequenas empresas e instituições locais organizadas em redes diversificadas, constituindo os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Estes arranjos locais não surgem por decreto, mas dependem do desenvolvimento socioinstitucional e político do território que gradualmente geram o ambiente para que as potencialidades locais sejam convertidas em iniciativas produtivas pelos agentes locais. Nesse processo, torna-se essencial a oferta de serviços de apoio como informação, assessoria, capacitação e crédito. Estes serviços, no entanto, não podem ser genéricos, mas devem responder às circunstâncias específicas de cada território: quanto aos perfis produtivos, às características ambientais, à questão social, às relações de trabalho, à cultura, etc. (SILVEIRA, 2004, p.21).

Dentro da oferta de serviços de apoio às atividades produtivas tem papel central a questão da aprendizagem e a capacitação de recursos humanos, não apenas como capacitação produtiva stricto sensu, mas para constituir agentes locais com capacidade de desenhar futuros e gerir adaptativamente seus caminhos para a construção social de territórios sustentáveis. Afinal, a sustentabilidade também pode ser entendida como um padrão de organização de um sistema durável porque capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para sua continuidade (FRANCO, 2000, p.46).

As diversas formulações do Desenvolvimento Local têm em comum a busca por alternativas aos modelos caracterizados

pela “abordagem da engenharia” nos quais têm proeminência os espaços econômico e financeiro sobre os demais – social, cultural e político, especialmente representado pela ideologia neoliberal dominante a partir do fim da década de 70, com a assunção do comando das duas maiores potências mundiais a partir da eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra (79-90) e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (81-89). Fazendo frente à aposta na “mão invisível do mercado” e à inserção passiva na globalização, comandada pelos centros financeiros do Norte e pelas empresas multinacionais, as formulações do desenvolvimento local fazem parte do movimento de elaboração de estratégias autocentradas, a partir da conquista de uma reafirmação ética na qual se fortaleçam valores inseridos na cultura não-material que promovam capacidades e atitudes criativas indutoras da emergência de uma identidade cultural própria (RODRÍGUEZ, 2007, p.35).

Frente à “idolatria do PIB” (GIANETTI, 2016, p.51) levada a cabo pelo economicismo redutor que subordina a atividade criadora da sociedade ao processo acumulativo (em vez de satisfazer as atividades humanas), estas outras maneiras de encarar o desenvolvimento estão centradas na apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos sociais e culturais; e direitos coletivos ao meio ambiente (SACHS, 2004, p.14).

Dentro destes novos paradigmas adquire posição central a “redescoberta da dimensão local” (SANTOS, 2009, p.315) através da consideração do cotidiano como categoria que auxilia a elaboração de novos sentidos e do lugar como a sede da resistência da sociedade civil (SANTOS, 2005, p.259) à racionalidade hegemônica e, portanto, da elaboração de contra-racionalidades, racionalidades paralelas, divergentes (SANTOS, 2009, p.310), com maior capacidade de inclusão dos setores marginalizados.

Neste percurso, o desenvolvimento local busca alternativas não miméticas aos centros de poder, que sejam integradas a um projeto nacional capaz de se afirmar em um contexto global (SACHS, 1993, p. 66) mas que, dialeticamente, tenham autonomia para interpretar e valorizar os recursos endógenos dos lugares, mobilizando as diversidades geográficas, históricas, demográficas, sociais, culturais e produtivas. Afinal desenvolvimento é “a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (FURTADO, 1978, p.80).



2. PROJETO URBANO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1. A VIRADA ESPACIAL

No capítulo anterior dissemos que o desenvolvimento local se constituía como um conjunto de visões que se contrapõe ao paradigma do desenvolvimento economicista, compreendendo o processo de desenvolvimento como mobilizador dos ativos humanos, geográficos, históricos e culturais dos distintos territórios, considerados não como mero marco das atividades, mas como organizações complexas que têm identidades culturais próprias.

Podemos compreender o surgimento do conceito de desenvolvimento local, também chamado de desenvolvimento territorial (HECK, 2010; PIREZ, 2010; SILVEIRA, 2010), como inserido no processo de redescobrimto da dimensão espacial que ocorreu a partir do fim da década de 1960 na teoria social, na geografia, na arquitetura, na literatura, no cinema, na cultura popular e na política contemporânea (SOJA, 1993, p.25).

Até então, mesmo na geografia, o espaço não se constituía como conceito-chave, visto que a geografia tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região (CORREA, 2000, p.17), centrados naquele momento na descrição pormenorizada dos resultados dos processos e na diferenciação dos fenômenos em diferentes áreas (SOJA, 1993, p.21). O espaço, neste contexto, era entendido como receptáculo passivo que apenas contém as coisas (CORREA, 2000, p.19), uma espécie de “repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade” (SOJA, 1993, p.12).

A geografia humana, assim, isolava-se da produção da teoria social e se colocava numa posição de submissão teórica à história, disciplina que adquiriu papel interpretativo crucial na teoria social moderna, dotada de uma perspectiva interpretativa privilegiada para a crítica e a observação social, e com responsabilidade integradora e transdisciplinar pelo estudo do desenvolvimento, da mudança, da modernização, das transformações dos sistemas sociais (SOJA, 1993). A partir desta hegemonia da história, ascende um historicismo como contextualização histórica hiperdesenvolvida da vida social e da teoria social, que obscurece e periferaliza ativamente a imaginação geográfica ou espacial, apagando deliberadamente a sensibilidade para a relevância crítica das geografias humanas (SOJA, 1993, p.11).

Restava à geografia ficar reduzida à classificação e representação do material que descreve, debruçando-se sobre a diferenciação da Terra por áreas, porém deixando a teorização mais profunda dos efeitos dos processos a cargo de outras disciplinas que melhor compreenderiam os processos dinâmicos. Assim, o espaço foi inviabilizado filosoficamente e tratado como um mundo passivo feito para ser medido ao invés de ser dotado de ação e sentido (SOJA, 1993, p.21). Nesse embate, “O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida, a dialética” (FOUCAULT, 1980, p.70 apud SOJA, 1993, p.9).

Neste ambiente, a teorização do espaço criou interpretações que Soja (1993) classifica como míopes ou hipermetropes, duas posições distintas que, por um lado, não são capazes de enxergar além das aparências superficiais imediatas, e por outro, colocam-se num campo de idealismo deliberado e pensamento reflexivo imaterial. Na primeira classificação estariam aqueles que compreendem a espacialidade como formas objetivamente mensuráveis, apreendida por meio dos sentidos, como abstrações matemático-geométricas cartesianas ou a partir de um materialismo mecânico de viés pós-newtoniano ou pós-darwinista (SOJA, 1993, p.64). Nesta abordagem, a espacialidade reduz-se a objetos físicos suscetíveis à descrição e à observação de regularidades empíricas, ou seja, as aparências geográficas são afirmadas como a fonte de uma epistemologia da espacialidade, o que Soja considera um objetivismo sensorial ilusório. A visão hipermetrope, por sua vez, seria aquela que só enxerga além da espacialidade concreta da vida social, compreendendo-a como cognição e desígnio mental, num processo de pensamento baseado em Kant que considera que a “imagem” da realidade tem precedência epistemológica sobre a substância e a aparência tangíveis do mundo real. Para Soja (1993), esta subjetividade ideativa seria igualmente ilusória pois afasta-nos das realidades sociais materializadas, flutuando como “um universal intemporal e desprovido de lugar” (SOJA, 1993, p.65).

Com a recuperação do pós-guerra e o progresso da expansão econômica no mundo capitalista avançado e socialista, a desespacialização da teoria social pareceu atingir seu auge, no entanto, algumas vozes ressoaram por detrás do historicismo hegemônico, defendendo a equiparação da imaginação espacial à imaginação histórica. Uma das mais influentes destas vozes pertenceu ao filósofo

marxista francês Henry Lefebvre, que lutou pela reafirmação do espaço na teoria social crítica e ajudou a pavimentar novos caminhos para o desenvolvimento da geografia humana a partir do final dos anos 1960, retirando a geografia do adormecimento teórico (SOJA, 1993, p.22).

Após o término do longo surto de crescimento do pós-guerra na economia capitalista mundial e à medida que nos aproximamos do final do século XX a emergência de uma “era do espaço” assume feições mais reconhecíveis com a generalização sem precedentes de um debate sobre a adequada teorização da espacialidade da vida social, levando à revisão de estruturas conceituais e institucionais da geografia moderna e questionando tradições há muito estabelecidas no marxismo ocidental. Esta “virada espacial” (SOJA, 1993, p.22), veio tomando forma durante a década de 1970, fundada no materialismo histórico-geográfico e na dialética, e reafirmando impetuosamente a importância do espaço como referencial fundamental do ser social.

O cerne deste discurso pós-moderno emergente foi abrir o marxismo para a espacialização necessária, ou seja, para uma interpretação materialista da espacialidade, capaz de se equiparar ao já então consagrado materialismo histórico. Para Lefebvre, tratava-se de adotar uma postura contrária ao reducionismo dogmático dos intérpretes de Marx, colocando em pauta uma dialética que não se apega a historicidade e ao tempo histórico, mas que reconhece e analisa o espaço por meio dos contraditórios processos que nele se desenvolvem (LEFEBVRE, 1976, p.14 e 17 apud SOJA, 1993, p.25). Esta forma de pensar considera que a geografia e a história entrecruzam-se num processo social complexo, criando uma sequência histórica de espacialidades em constante evolução que estruturam a vida social. Trata-se, portanto, de uma visão que aspira ao conhecimento multidimensional, contrapondo ao pensamento simplificador que desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo, não compartimentado e não redutor, capaz de reconhecer e de apreender a complexidade do real (MORIN, 2005, p.6 e 10). A partir deste raciocínio não-disjuntivo é possível compreender que a constituição da sociedade é simultaneamente espacial e temporal: a existência social se concretiza na geografia e na história.

Para Soja (1993) este materialismo histórico-geográfico “é muito mais do que um levantamento de resultados empíricos através do espaço ou do que a descrição das restrições e limitações espaciais da

ação social ao longo do tempo” (SOJA, 1993, p.25), constituindo-se como uma interpretação que parte do reconhecimento de que a espacialidade nunca é inerte ou imutável, mas é socialmente produzida e se faz existir por meio das formas concretas e do conjunto de relações sociais que se desenvolvem entre os indivíduos e os grupos, no espaço. Ou seja, a espacialidade é ao mesmo tempo uma corporificação e um meio da própria vida social. Assim, em conjunto com a construção da história, a espacialidade constitui-se como condição (pressuposto), meio e produto (resultado) das relações sociais e da estrutura social (LEFEBVRE, 2006), enquanto a vida social deve ser vista como “formadora do espaço e contingente ao espaço, produtora e produto da espacialidade” (SOJA, 1993, p.67).

Este espaço (social), compreendido como produto (social) não se confunde com o espaço mental subjetivista nem com o espaço físico objetivista. Ele não é simples objeto, coleção de coisas ou vazio preenchido de matérias diversas, tampouco é idealidade, signo ou representação. O espaço social é, sim, efeito de ações passadas, “ele permite ações, as sugere ou as proíbe” (LEFEBVRE, 2006, p.112), ele é, portanto, o conjunto de relações entre as coisas (objetos e produtos). Estas relações têm existência social contanto que tenham existência espacial, “elas se projetam em um espaço, produzindo-o” (LEFEBVRE, 2006, p.186), caso contrário permaneceriam como pura abstração.

Como Lefebvre, o geógrafo Milton Santos compreende o espaço como conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Para Santos, nenhum dos sistemas nos permitem conhecimento se considerados em separado, forma e conteúdo apenas existem separadamente como verdades parciais, abstrações que somente reencontram seu valor quando vistas em conjunto (SANTOS, 2009, p.100). “Sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2009, p.63). Esta lógica novamente nos remete à natureza do pensamento complexo de Morin (2005), que define a causalidade recursiva como processo no qual os efeitos e produtos são necessários para o processo que os gera, ou seja, o produto é produtor do que produz (MORIN, 2005, p.87). O espaço para Santos é, assim, simultaneamente produtor e produto, determinante e determinado

(SANTOS, 2004, p.163).

As formas tangíveis do espaço participam do processo tanto quanto os atores, pois têm inércia dinâmica (SANTOS, 2004, p.172), são preexistências que, por ocuparem um lugar no espaço, testemunham um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído. A persistência das formas espaciais, que Santos (2004) chama de rugosidades, impõe restrições às ações. Uma vez que as formas não se desfazem paralelamente à mudança de processos, estes precisam se adaptar às formas preexistentes ou criar novas formas, de modo que as formas se configuram tanto como resultado como condição para os processos. O homem, portanto, sempre trabalha sobre heranças espaciais, o meio ambiente construído constitui patrimônio que deve ser levado em conta para a localização dos eventos atuais (SANTOS, 2009, p.141 e seg).

Este conjunto de ideias pós-1960 que tiveram por finalidade reiterar a espacialidade como fundamental para a constituição e o devir da sociedade fizeram com que a Geografia adquirisse importância relativa, tornando-se condição para a própria História e não uma mera disciplina acessória. O espaço, antes periférico, transforma-se no conceito chave da geografia, definido não mais como “um reflexo da sociedade”, mas como a própria sociedade, espacializada, ao longo da história.

2.2. CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS

Ao falarmos sobre a espacialidade utilizamos-nos, além do conceito-mestre, o espaço, de conceitos como território, lugar, paisagem e região, todos referentes ao mesmo universo: a dimensão espacial da sociedade. O que os distingue, no entanto, é o foco, seja na dimensão política, administrativa, cultural, ambiental, seja com caráter mais objetivo ou mais subjetivo, com ênfase mais analítica ou mais prática (HAESBAERT, 2010, p.160, 172).

Em um trabalho que tem por objeto de estudo o projeto urbano como ferramenta que transforma o espaço atrelado às noções de desenvolvimento que consideram as particularidades de cada espaço social como ativos, convém fazermos uma breve introdução sobre a identidade de cada um destes conceitos. Para Haesbaert (2010), o espaço é melhor definido não como conceito, mas como categoria-

mestre que estabelece relação com uma “constelação” geográfica de conceitos, na qual cada um adquire sua consistência quando relacionado aos demais (HAESBAERT, 2010, p.158-159). Desta maneira, é possível observarmos em diferentes autores definições bastante diversas, ou mesmo opostas, para um determinado conceito, de modo que este não deve ser observado isoladamente, mas sim em relação ao sistema dos demais conceitos elaborados por um autor.

Neste ponto é importante ter em mente que, diferentemente da visão cartesiana que relacionava distinção e clareza como caracteres intrínsecos da verdade de uma ideia, estes conceitos são mais bem definidos a partir de seus núcleos do que pelas suas fronteiras, uma vez que as fronteiras são sempre fluidas (MORIN, 2005, p.72-73). Desta maneira, em vez da ênfase na distinção procuraremos discutir a identidade dos conceitos, que se define mais pela imbricação com outras identidades do que pela delimitação estanque.

Haesbaert (2010) nos chama a atenção ainda para o fato de que o conceito não é uma abstração, bem como ele não simplesmente “traduz” ou “representa” realidades, mas ao mesmo tempo ele é instrumento para a produção de novas realidades. Definir uma região ou um território, por exemplo, não é mera aplicação de um conceito, pois estas delimitações retroagem sobre a realidade, produzindo efeitos políticos, simbólicos, sociais, etc.

Na ampla constelação de conceitos da Geografia, o conceito mais difundido atualmente, principalmente na Geografia latino-americana é o conceito de território, a partir do qual derivam amplos debates sobre territorialidade e desterritorialização. Este conceito privilegia a dimensão política do espaço socialmente produzido (RAFFESTIN, 1993, p.144 e seg; HAESBAERT, 2010, p.166), focalizando a espacialidade das relações de poder em suas múltiplas esferas, “do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2010, p.166). Na perspectiva geográfica, a territorialização estaria ligada tanto ao processo de domínio político-econômico bem como à apropriação simbólico-cultural do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2010, p.168).

Para o geógrafo suíço Claude Raffestin toda prática espacial se traduz por uma “produção territorial”, organizando o campo operatório de sua ação, ou seja, o sistema de tessituras, nós e redes que permitem assegurar o controle, a integração e a coesão dos

territórios (RAFFESTIN, 1993, p.150-151). Esse sistema expressa relações de poder, afinal, o poder é parte intrínseca de toda relação, ele está em todo lugar, permeando as relações econômicas, sociais, culturais, etc. (RAFFESTIN, 1993, p.52-53). O território, portanto, não é um substrato, o espaço em si, mas sim um campo de forças, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Ainda que o exercício do poder dependa muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais, estas são apenas os substratos materiais das territorialidades (SOUZA, 2000, p.87,97).

O estudo do território, ou das relações de poder espacializadas, pode ter diversas vertentes como (1) a ênfase na dimensão jurídico-política, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao Estado; (2) a vertente econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, enxergando o território como fonte de recursos ou produto da divisão territorial do trabalho; e (3) o foco na dimensão cultural com maior ênfase no simbólico e no subjetivo, compreendendo o território enquanto produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004, p.40).

Quando se fala sobre as questões de ordem simbólico-cultural é comum se utilizar do conceito de territorialidade, tida em sentido amplo como a simples qualidade de ser de um território, porém concebida em sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2004, p.36). A territorialidade pressupõe alguma delimitação territorial que controla, distingue e separa o que se encontra dentro ou fora de seus limites, e, ao separar, nomeia e classifica indivíduos e grupos sociais, produzindo identidades (territoriais). Dentro de uma lógica culturalista pós-moderna a noção de pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais uma posição num polígono de acordo com a lógica cartesiana moderna, baseada no mosaico dos Estados-nação (HAESBAERT, 2004, p.71). O processo de identificação social constitui-se, assim, como profundamente político, visto se construir a partir de lutas pelo conhecimento e pelo reconhecimento dos grupos, visando ao poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão (BOURDIEU, 1989, p.113). Para Bourdieu este poder, que é simbólico, fundado no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia pois, a partir dele determinado grupo

se torna visível para outros grupos e para ele mesmo, afinal, existir socialmente é ser percebido como distinto (BOURDIEU, 1989, p.118).

Pelo olhar da construção das identidades, a concepção mais simbólica de território se aproxima dos conceitos de região e lugar. O regionalismo, por exemplo, é fruto de lutas simbólicas em que os agentes em jogo disputam a conservação ou transformação das identidades sociais (BOURDIEU, 1989, p.124), manifestando-se contra agentes dominantes num esforço de autonomia, “entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses” (BOURDIEU, 1989, p.125), ou seja, endogenamente. Desta maneira, a região pode configurar-se como ferramenta de afirmação do direito à diferença, direito de uma coletividade de não ser negada ou negar-se diante de identidades dominantes. Nesse contexto, é interessante notar que a região não é apenas produto da diferença cultural, mas também meio, visto que o próprio ato de criar fronteiras produz a diferença, instituindo a região (BOURDIEU, 1989, p.115; HAESBAERT, 2010, p.69).

Para Haesbaert (2010) o pensamento pós-moderno traz em seu bojo, desde os anos 1980, o estímulo à Geografia Regional como reflexo de reaparecimento da preocupação pelo particular, pela diferença, pela reintrodução da subjetividade no processo de conhecimento e pela busca por compreender o mundo complexo e plural (HAESBAERT, 2010, p.60-61). Neste ambiente, ocorre o surgimento de perspectivas acerca da valorização dos contextos locais, com a abertura da Geografia para a esfera do “vivido” e, sobretudo, para o chamado pensamento pós-colonial, que chama a atenção para a necessidade para a consideração de “outras vozes”, ou seja, outras epistemes no processo de conhecimento (HAESBAERT, 2010, p.65). A partir da ênfase nas particularidades ou singularidades, surgem visões que relacionam os conceitos de região e lugar, como Milton Santos, quando afirma que é por meio da região e do lugar que o mundo é percebido empiricamente. Para Santos, a região pode ser considerada um lugar, desde que “a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique” bem como o lugar pode ser uma região, como no caso das cidades grandes (SANTOS, 2009, p.166). Também Haesbaert indica que a região passa a se manifestar no nível local, podendo mesmo se confundir com o lugar,

afinal este seria o melhor *locus* “para reconhecer uma realidade espacial minimamente coesa e que realize certa integração entre diferentes dimensões socioespaciais”, dessa maneira, a reconfiguração dos regionalismos relacionar-se-ia com um “novo período de localismo” (HAESBAERT, 2010, p.150).

O lugar, para a geógrafa Doreen Massey (2000), é o *locus* do encontro, e tem sua especificidade construída a partir de uma constelação particular de relações sociais, de movimentos e comunicações que se encontram num determinado espaço. No entanto, embora os lugares possam ter características próprias, eles não têm identidades únicas e coesas, ou seja, não há um sentido de lugar partilhado por todos: os lugares têm identidades múltiplas que são fonte de riqueza e de conflito. Massey considera, portanto, problemática a associação entre o lugar e a “comunidade”, compreensão que vê a identidade do lugar como construída a partir de uma história introvertida, “baseada na sondagem do passado”. Frente a esta visão considerada “defensiva” e “reacionária”, fruto de um “escapismo romantizado”, Massey defende um sentido “progressista” de lugar, capaz de manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e enraizamento, porém sem se alinhar a algum tipo de nacionalismo reacionário, ou de localismo competitivo. Uma interpretação alternativa dos lugares estaria relacionada menos à demarcação de fronteiras estáticas e mais à construção de um sentido “extrovertido” do lugar, considerado como “momento articulado em redes de relações e entendimentos sociais” a partir da consciência das suas ligações com o mundo, ou seja, uma “consciência global do lugar” (MASSEY, 2000, p.185).

Na mesma linha de pensamento, Haesbaert (2010) afirma a importância de não resumir os regionalismos (bem como os nacionalismos) a anacronismos reacionários, mas, pelo contrário, compreender o potencial da região como instrumento transformador da realidade que pode ser utilizado por grupos não hegemônicos. A região é também ferramenta para a concepção de projetos de desenvolvimento que visem a minimizar desigualdades regionais e descentralizar o poder político e econômico, cada vez mais concentrados em cidades-região globais (HAESBAERT, 2010, p.72 e 106). Desta maneira, Haesbaert projeta que nas próximas décadas “o conhecimento aprofundado da diversidade regional da Terra será cada vez mais um instrumento de poder”, objeto de lutas efetivas e

debates acirrados (HAESBAERT, 2010, p.183). Portanto, para que este “direito à diferença” não se torne “direito à exclusão” (GOMES, 2000, p.71) nas mãos de uma elite local que se coloque na posição de controle legítimo daquele território é importante que a identidade regional, ou a “consciência regional” (HAESBAERT, 2010, p.118) que estabelece certo sentido de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1986) seja mobilizada não para conservação estática de uma história (e de uma espacialidade) herdada, mas como instrumento político para proposições concretas de transformação .

Na dimensão política, o princípio que torna o conceito de região similar ao de território está na própria etimologia da palavra, derivada do latim *regio* que traz a alusão a recorte, delimitação ou ainda *regere*, cujo radical está presente nas palavras regência e regra e remete ao ato de administrar e comandar, também se ligando às relações de poder (GOMES, 2000, p.50; HAESBAERT, 2010, p.22, BOURDIEU, 1989, p.113). No entanto, apesar dos inúmeros cruzamentos de sentido entre os conceitos devemos notar que enquanto a região tem seu foco nos processos gerais de recorte do espaço, o território estaria mais diretamente vinculado ao mundo das práticas sociais de poder.

Assim como o território, também os conceitos de lugar e paisagem estariam, de acordo com Haesbaert (2010), diretamente vinculados ao mundo das práticas sociais, porém associados a uma dimensão mais subjetiva do espaço, sendo o lugar referente à experiência vivida enquanto a paisagem teria como foco o campo das representações (HAESBAERT, 2002, p.137).

A paisagem, conceito de maior tradição na Geografia do que lugar, viveu historicamente o dilema do confronto entre objetividade e subjetividade, a primeira, fruto de uma visão naturalista, no sentido da morfologia dos aspectos naturais, enquanto a segunda consiste na visão culturalista que valoriza mais a dimensão simbólica, a percepção e os sentidos. Para o filósofo Jean-Marc Besse a paisagem não é simplesmente objeto físico, mas sim construção cultural que, portanto, tem significações culturais (BESSE, 2010, p.61). Por um lado, a paisagem é fisionomia, impressão das atividades humanas sobre o território, e nesse sentido é uma realidade objetiva (BESSE, 2010). Esta fisionomia apreendida imediatamente na experiência sensível é a manifestação visível da história humana, da história da Terra, das relações econômicas, da produção dos bens e do comércio, enfim, da vida, que passa sobre o solo, nele deixando suas marcas. O

aspecto das coisas, no entanto, seria uma realidade geográfica que é animada por um espírito interno, do qual se pode extrair o sentido, o espírito do lugar. A geografia, como disciplina da interpretação, busca reconhecer, localizar e delimitar a paisagem tanto espacialmente como qualitativamente, ultrapassando a superfície exterior para captar a verdade da paisagem, o seu significado, ou seja, estabelecendo relações entre as dimensões visíveis e não-visíveis (BESSE, 2010).

A ideia é então que há de se ler a paisagem, decifrá-la, num esforço de interpretação visual dos signos que constituem as suas qualidades, relacionando dialeticamente o aspecto visível dos objetos com as representações suscitadas por eles e elaboradas no interior de determinada cultura (BESSE, 2010). Para isto, nada substitui a visão e o estudo direto dos fenômenos sobre o terreno, pois de acordo com Sandeville (2011), “a paisagem não é apenas algo que se contempla, que se vê (ou se representa) de longe e de fora, mas algo que se vivencia, e é essa vida que forma e transforma uma paisagem” (SANDEVILLE, 2011, p. 21). Desta maneira, além da leitura dos aspectos morfológicos, torna-se importante também a construção que o Sujeito faz da paisagem, englobando numa relação dialética a forma e a representação da forma, de modo que se pode afirmar que a paisagem não reside “nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos”. (BERQUE, 1994, p. 5 apud BARTALINI, 2013, p. 80). Esta visão remete ao pensamento de Morin (2005) que procura evitar a disjunção positivista entre sujeito e objeto a partir do conceito de “sistema aberto”, que considera a interdependência entre o sistema e o ecossistema, e portanto, sujeito e objeto como constitutivos um do outro (MORIN, 2005, p.43).

O conjunto das formulações conceituais apresentadas nos ajudam a compreender que o espaço não é, como no esquema cartesiano, simples objeto, meio inerte, abstrato, onde as pessoas, atos e situações não teriam senão que alojar-se, mas sim o resultado concreto do conjunto de relações sociais que se espacializam de maneira específica em cada *locus*. Afinal, o espaço é um “campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 2004, p.153), e portanto a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Ora, se não existe sociedade fora do espaço, e se é inegável que o espaço exerce papel ativo na estruturação e na evolução sociais, podemos concordar com Milton Santos que o espaço é um “suporte

1 Para Lefebvre (2006), o espaço é composto pela tríade: espaços concebidos (representações do espaço), espaços percebidos (espaços de representação) e espaços vividos (práticas espaciais). Estes três elementos são subjacentes a qualquer estrutura socioespacial. O espaço “concebido” se revela como “representações do espaço”, vinculadas às normas e a ordem imposta pelas relações de produção, podendo ser traduzido como as concepções hegemônicas do Estado, dos técnicos, dos planejadores, urbanistas, ou seja, daqueles que pensam e tentam normatizar, organizar e regulamentar os espaços. É o espaço dominante numa sociedade. P.66 O espaço “percebido” se revela por meio das “práticas sociais” estabelecidas no cotidiano, está,

do modelo de desenvolvimento”, contribuindo para “produzir, reproduzir e transformar os modos de produção” (SANTOS, 2004, p.185-186). Ou seja, diferentes sociedades, com modelos diferentes de desenvolvimento, produzirão espaços diferentes. Nesse sentido, podemos inferir que há correlação entre as estratégias tecnocratas e economicistas de desenvolvimento e a produção de espaços abstratos, sem conteúdo, desiguais, bem como entre modelos mais atentos às potencialidades endógenas, mais abertos à outras dimensões do desenvolvimento e à produção de espacialidades que respondam melhor às necessidades mais elementares do cotidiano. Nas palavras de Lefebvre: “O fetichismo do econômico abstrato transforma-se em fetichismo do espaço econômico abstrato” (LEFEBVRE, 2006, p.475), no qual ocorre a disjunção entre o percebido, o concebido e o vivido¹, enquanto que outros modelos de vida social poderiam produzir outros espaços.

Romper com o economicismo significa considerar o campo social como multidimensional (BOURDIEU, 1989, p.133), não reduzido unicamente ao campo econômico, afinal, não há realidade econômica separada da realidade psicológica, da realidade demográfica, etc. Portanto, para não adotarmos visões parceladas, é preciso considerar que a complexidade da realidade só pode ser compreendida se colocarmos a dimensão econômica em relação às outras dimensões (MORIN, 2005, p.68). A partir da perspectiva multidimensional, no entanto, conseguimos perceber que o mundo social é formado por um conjunto aberto de campos dentro dos quais existem diferentes espécies de poder, ou de capital, como o capital social, o capital cultural e o capital simbólico (BOURDIEU, 1989, p.133 e 153).

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. [...] Por exemplo, o volume de capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 1989, p.134).

portanto, diretamente relacionado aos objetos e aos fenômenos imediatos Os “Espaços de representação” referem-se ao espaço vivido, o espaço dos habitantes, campo dos simbolismos complexos (SERPA, 2020, p.174), é o espaço das mediações e interlocuções entre o percebido e o concebido. Trata-se do espaço dominado. “O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a Igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo” (LEFEBVRE, 2006, p.70).

O Desenvolvimento Local/Territorial como perspectiva de desenvolvimento anti-economicista incorpora a complexidade da vida social, reconhecendo a relevância dos diferentes campos, bem como encara o espaço/território não como mero receptáculo de ações, mas como ator relevante no processo de desenvolvimento, afinal o espaço é “uma dimensão ativa no devir das sociedades” (SANTOS, 2004, p.186). Estes novos paradigmas compreendem, portanto, as particularidades e as identidades de determinado recorte socioespacial não como externalidades, mas como ativos para o desenvolvimento, o que leva à adoção de ações específicas para cada território.

Como já dissemos no primeiro capítulo, a endogeneidade é a base do Desenvolvimento Local e também da concepção de desenvolvimento para Celso Furtado, e nos remete à ideia de autonomia, descrita por Souza (2000) como “o poder de uma coletividade se reger a si própria” e considerada ingrediente fundamental para se pensar o desenvolvimento como:

[...] um processo de auto instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil de discussão livre e ‘racional’ por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins de viver em sociedade” (SOUZA, 2000, p.105).

Uma sociedade autônoma, para Souza seria aquela capaz de defender e gerir livremente seu território, com poder de executar uma gestão justa dos recursos. Território visto aqui não como variável estratégica no sentido político-militar, nem apenas como continente de recursos, mas também como construtor de identidades. As identidades territoriais, assim como as territorialidades, são expressões geográficas do poder social e, portanto, recursos estratégicos que podem ser mobilizados para projetos de transformação da sociedade (HAESBAERT, 2004, p. 86-89). Assim, se o processo de territorialização envolve sempre relações de poder que são ao mesmo tempo concretas e simbólicas, a construção das estratégias de desenvolvimento envolve necessariamente a transformação do espaço, sua ordenação por meio o planejamento, do urbanismo e da arquitetura. Afinal, a produção da espacialidade capitalista, assim como a própria sociedade, está em constante reestruturação (SOJA, 1993, p.67), seja para inscrever na matriz espacial projetos

totalitários e segregadores, seja para construir espacialidades propícias à convivência democrática.

2.3. TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS

O espaço é “testemunha e veículo” (SANTOS, 2004), e nele são travadas lutas em torno dos signos da permanência e da mudança, que poderão significar a realização das estratégias político-econômicas dominantes, assentadas no planejamento voltado meramente ao aumento da produtividade mas podem também corresponder à base para a formulação de propostas que abram perspectivas para a construção de “outra cidade com um outro tempo” (CARLOS, 2007, p.60). Existem, portanto, possibilidades de construção destes “territórios alternativos” (HAESBAERT, 2002), alimentados por contrarrazões (SANTOS, 2009, p.310) que sejam capazes de promover novos arranjos espaciais que não apenas atendam às aspirações humanas de sobrevivência e reprodução material, como também à expressão das especificidades culturais que efetivamente mobilizam e animam os grupos sociais.

Na esteira da busca por formas de organização do arranjo espacial alternativos às perspectivas economicistas, como a neoliberal, surge nas últimas décadas o conceito de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local que aponta para a possibilidade de o urbanismo atuar na configuração de territórios originais, atentos tanto à reparação do passivo social quanto à expressão das especificidades culturais. Para Somekh e Campos Neto (2005), tratar-se-iam de projetos pautados pela potencialização dos recursos endógenos, identificando vocações locais, adotando estratégias específicas para cada lugar e levando em consideração especificidades ambientais, do perfil produtivo e das relações de trabalho. Por meio da gestão compartilhada, o foco estaria na geração de emprego e renda, na execução de soluções simples e adequadas ao potencial de cada região, na ampliação da oferta habitacional de baixa renda, na criação de espaços públicos de qualidade e na valorização do patrimônio cultural e ambiental (SOMEKH e CAMPOS NETO, 2005).

Quando falamos em projeto urbano estamos nos referindo a uma intervenção urbanística de escala intermediária entre as arquiteturas pontuais e o planejamento global (SOLA-MORALES,

2008), uma escala na qual o desenho urbano é ferramenta para ampliar a capacidade de entender e confrontar-se com os problemas do planejamento (LAMAS, 2007), articulando-os com as edificações e os espaços livres. Para Portas (2003), o projeto urbano surge nos anos 60 a partir das propostas do Team X, período que o autor classifica como primeira geração de projetos urbanos. A partir dos 70 começaria a segunda geração, no contexto da crise fiscal que leva a optar por intervenções pontuais, de natureza municipal, que buscam se inscrever em tecidos preexistentes, criando espaços coletivos articulados com a morfologia urbana. A terceira geração, por sua vez, é definida por Portas (2003) como um novo estilo de planificação, chamada de “estratégica” (por analogia à linguagem empresarial), na qual o projeto urbano estabelece uma relação não-hierárquica com o plano e vincula-se ao aproveitamento de oportunidades.

Este novo estilo de planificação diverge frontalmente do planejamento moderno, que regula a cidade por meio do zoneamento monofuncional e das definições de densidades e gabaritos, a partir de uma racionalidade massificadora de caráter “fordista-keynesiano-corbusiano” (ASCHER, 2010, p.28) focada na manutenção do estado de bem-estar social. O novo urbanismo, em contraste, integra novos modos de produtividade e gestão e contribuições das ciências administrativas, incentiva atores públicos e privados a encontrar modalidade de atingir objetivos de maneira eficiente (ASCHER, 2010, p.84). A partir deste discurso, o projeto urbano vem sendo defendido como uma ferramenta que surge diante da falta de sincronia entre a mutação cada vez mais rápida da sociedade contemporânea e o processo mais lento de transformações do quadro construído devido à sua capacidade de introduzir ao processo mais flexibilidade e capacidade de reação, fundamentando as transformações urbanas mais na articulação e coordenação de potenciais variados do que na massificação (ASCHER, 2010).

Frente à crise do planejamento tradicional, o projeto urbano acompanha a consolidação das transformações do sistema econômico a partir da década de 1960 nas cidades europeias e norte-americanas, com o forte crescimento do setor de serviços o início de um processo de reurbanização dos centros das cidades, que passam a centralizar novas atividades urbanas e a retomar suas funções econômicas (BUSQUETS, 1995, p.5). Para dar lugar a esta reurbanização serão utilizados, nos anos 80 e 90, os velhos espaços portuários – que se

tornaram obsoletos devido às mudanças no tamanho dos navios, no sistema de carga e descarga com o uso de containers; antigos espaços ferroviários – sem uso devido a modernização do sistema com a implantação dos trens de alta velocidade e desativação das praias ferroviárias; e área industriais, que migraram para outras regiões. Estes processos são desencadeados por meio de “rótulos” ou eventos que dão caráter especial às intervenções, aproveitando oportunidades, a exemplo das Olimpíadas de 92, em Barcelona, como o mote para abrir a cidade ao mar, a Expo 92 para modernizar Sevilha, ou a intervenção nas Docklands, em Londres, para dar uso ao maior enclave portuário europeu (BUSQUETS, 1995, p.8).

Harvey (2005) aponta que se trata da passagem de uma abordagem de governança urbana de tipo “administrativa” para outra de viés “empreendedora”, que representa a transição da dinâmica do capitalismo do regime fordista-keynesiano de acumulação capitalista para o regime de acumulação flexível. Para o autor, esta mudança está relacionada com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973, que criou o cenário de desindustrialização, desemprego estrutural e austeridade fiscal, que abriu caminho a postura mais favorável à racionalidade de mercado e à privatização. O geógrafo inglês estabelece, assim, uma profunda interdependência entre o estudo da urbanização e o estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, considerando “a cidade como unidade relevante para o entendimento de como se cria a riqueza das nações” (HARVEY, 2005, p.169).

Neste contexto, surge o conceito de Grande Projeto Urbano (GPU) relacionado não apenas às grandes escalas, mas às operações urbanas e socioeconômicas das últimas décadas que têm profundo impacto no desenvolvimento da cidade, redefinindo funções e colocando a questão da competitividade urbana sob o enfoque da planificação estratégica (LUNGO, 2004, p.17). Para Vainer (2013), os GPUs têm como principal característica inovadora a forma através da qual se faz presente o Estado: diferentemente dos grandes projetos modernistas de renovação urbana que eram concebidos e financiados pelo Estado, nos GPUs contemporâneos emergem as parcerias público-privadas (VAINER, 2013, p.143). No novo modelo o Estado não se ausenta, mas pelo contrário, age para autorizar regras urbanísticas de exceção, concede ao empreendimento poder de desapropriação por utilidade pública e viabiliza as condições

de financiamento (VAINER, 2013, p.155). Do ponto de vista institucional, é comum a constituição de agências relativamente autônomas para a condução dos GPUs como forma de superar as máquinas burocrático-administrativas tradicionais, consideradas lentas, ineficientes e despreparadas para responder com o profissionalismo e a agilidade exigidos pelos GPUs (VAINER, 2013, p.156).

A eficácia gerencial é tida pelos apologistas dos GPUs como a grande virtude que o diferencia dos programas estatais, para os críticos, no entanto, esta eficiência se dá às custas da submissão do Estado e do interesse público aos interesses dominantes do capital privado e do mercado imobiliário (VAINER, 2013, p. 143). Para esta segunda corrente de opinião, o planejamento estratégico, ao balizar-se pelo paradigma da competitividade entre cidades para a conquista de investimentos, transforma a cidade num “produto a ser visto, visitado e vendido através das técnicas de *marketing* e propaganda” (NOBRE, 2010, p.5), o que beneficiaria empreendedores imobiliários e do turismo em detrimento das demandas da população local como saúde, habitação, infraestrutura e emprego. Nesse sentido, o GPU se configuraria como instrumento chave da planificação estratégica, construindo o caminho para impulsionar a privatização da gestão urbana, de acordo com o enfoque neoliberal sobre as políticas públicas (LUNGO, 2005, p.49).

A cidade do planejamento estratégico seria, assim, comparável a uma empresa que deve competir com outras cidades pela atração de investimentos em tecnologia, indústrias, negócios e mão de obra qualificada. Nessa lógica, o governo local empreendedor adquire como função básica “vender” a cidade num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também se vendem. O *marketing* urbano surge então como estratégia básica para construir a imagem de cidade democrática, inovadora, criativa e segura (VAINER, 2013; HARVEY, 2005), tanto para fora quanto para dentro, buscando estabelecer o consenso que seja capaz de manter a cidade unificada em torno ao projeto, promovendo o “patriotismo de cidade” tanto como condição quanto como resultado do projeto (VAINER, 2000, p.92).

Harvey (2005) aponta que a utilização massiva do *marketing* urbano reflete a tendência ao triunfo do espetáculo e da imagem sobre a substância dos projetos, muitas vezes escondendo graves problemas sociais e econômicos que não foram enfrentados ou que foram agravados com a implantação do projeto. Nesse sentido, Lungo

(2005) afirma que muitos GPUs contribuíram para o aumento da segregação socioespacial com a expulsão da população pobre devido a canalização de recursos públicos para intervenções privadas, criando condições para a apropriação individual da valorização da terra urbana (LUNGO, 2005, p.54).

Nessas situações, os consensos elaborados pelo planejamento estratégico seriam “farsas” orquestradas, que se apropriam de métodos de participação popular, de gestão democrática e descentralizada para impor projetos caros aos grupos dominantes, criando estratégias ideológicas para que tais políticas sejam aceitas como inquestionáveis e necessárias pelo conjunto da população, enquanto realiza manobras para escamotear as verdadeiras reivindicações populares (FERREIRA, 2003, p. 164-165).

Diante deste quadro, Ferreira afirma que “não sobram dúvidas quanto à total subserviência do Planejamento Estratégico aos ditames do capital” (FERREIRA, 2003, p.162), enquanto Arantes aponta que o planejamento estratégico é, na prática, um eufemismo para gentrificação e que, portanto, uma cidade totalmente planificada sob o ponto de vista estratégico seria uma cidade inteiramente gentrificada (ARANTES, 2000, p.31). Explicita-se assim a contradição entre o valor de uso que o lugar tem para seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para os investidores. Desta maneira, a cidade, vista como lugar destinado à troca e transformada em espaço de exercício de um projeto empresarial pelo planejamento estratégico, observa ao processo de eliminação da esfera política local. A cidade dos negócios (*city*) sobrepõe-se à cidade como espaço de encontro (*polis*) e o habitante local vê a sua vivência cotidiana instrumentalizada pelo consumo, esvaziando o sentido da cidadania (CARLOS, 2007, p.88).

O caso das Docklands, em Londres, é apontado por diversos autores (COMPANS, 2004; SOMEKH e MALTA, 2005) como representativo desse ideário que coloca a exploração da valorização de determinada área em primeiro plano, em detrimento das carências de infraestrutura, serviços sociais e habitação popular. Realizado no âmbito da reforma neoliberal empreendida por Margaret Thatcher a partir de 1979 na Grã-Bretanha, o projeto das Docklands consiste na requalificação de uma enorme área às margens do Rio Tâmesa que durante os anos de 60 e 70 sofreu um processo de declínio econômico com o fechamento de indústrias e estaleiros que migraram para zonas

periféricas. Acompanhando esse declínio observou-se a degradação urbana e a piora substancial das condições de vida da população local, com aumento das taxas de criminalidade, miséria e mortalidade infantil, situação que levou o governo britânico a elaborar um plano para a sua revitalização em 1976 (COMPAINS, 2004, p.39). Inspirado no modelo das agências de desenvolvimento norte-americanas, o governo Britânico criou e financiou as *Urban Development Corporations* (UDCs), dirigidas por empresários do setor imobiliário, e que recebiam plenas atribuições urbanísticas em áreas delimitadas a partir de quatro objetivos fundamentais: “oferecer terrenos e edifícios para uso efetivo; encorajar o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais novas e existentes; atrair o investimento privado; e prover habitações e equipamentos sociais para estimular a ocupação urbana” (COMPANS, 2004, p.37).

Criada em 1981, a London Docklands Development Corporation (LDDC) caracterizou-se por um modo de gestão negocial que substituiu o planejamento de longo prazo pelas decisões flexíveis em função das oportunidades de mercado. Assim, foram privilegiadas as ações de curto prazo que proporcionavam resultados visíveis, obtidos por meio de projetos emblemáticos que pudessem gerar a confiança necessária para atração de investimentos, em detrimento de objetivos sociais e econômicos duradouros (COMPANS, 2004, p.40). A partir desta prática, Compans (2004) afirma que a operação nas Docklands foram um grande sucesso do ponto de vista comercial, porém um fracasso social e urbanístico pelo fato de ter gerado um processo de valorização excessiva da terra, transformando a área em enclave de ricos, expulsando a antiga população para a periferia e agravando problemas sociais preexistentes (COMPANS, 2004, p.42).

Outro caso paradigmático de projeto urbano que gerou grande a gentrificação é a revitalização do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1992 pelo Governo do Estado da Bahia. Sob o argumento de promover o desenvolvimento econômico e atrair empregos procedeu-se a investimentos públicos maciços no mercado imobiliário do Centro Histórico. Para Nobre (2003), a intervenção beneficiou proprietários e turistas em detrimento da população local (NOBRE, 2003, p.1), que foi realocada para outras áreas. Desta maneira, observa-se uma diminuição brutal do uso residencial no Pelourinho promovendo os usos comerciais e de serviços de interesse

cultural ou turístico como museus, casas de shows, galerias de arte, escolas de música e dança, pequenos ateliês, restaurantes típicos, etc.

O exemplo de Salvador nos mostra como os sítios históricos também entram na lógica de “revitalização” por meio de projetos urbanos que têm a gentrificação não como uma anomalia do processo de transformação, mas como parte das estratégias de reestruturação da cidade (SMITH, 2006, p.69). Desta maneira, os sítios históricos passam a ser compreendidos como áreas de entretenimento urbano e consumo cultural (LEITE, 2001, p.3) transformando o significado do sítio histórico em mercadoria, em cenário destinado ao lazer e ao consumo de usuários “solventes” (VAINER, 2000, p.80), ou seja, o público de classe média e alta, em particular os turistas. Dentro dessa lógica, a cultura é transformada em segmento de mercado gerando o que Otília Arantes chama de “culturalismo de mercado” (ARANTES, 2000, p.16), o patrimônio e os equipamentos culturais, nesse contexto, se adequam à nova lógica e servem como ferramenta de *image-making* para criar uma aura positiva e festiva que folcloriza e “industrializa” a memória e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma (SERPA, 2020, p.107). Desta maneira, a conservação patrimonial produz estéticas urbanas exibicionistas para o usufruto do turismo, transformando os centros históricos em “bairros-museus” e as cidades em espetáculos (DEBORD, 1997, p.44). Como resultado, não é a história do lugar que é preservada, mas sim o modelo universal “higienizado” que segue o padrão UNESCO (SERPA, 2020, p.109).

Diante desta lógica segregacionista de muitos projetos urbanos contemporâneos, o espaço público também é requalificado segundo a lógica do espetáculo, suprimindo as diferenças e coibindo usos e práticas sociais que não se adequam às lógicas do lazer e do consumo. Constata-se, dessa maneira, a vitória do valor de troca – elemento através do qual se realiza o capital – sobre o valor de uso, que privilegia o espaço de realização da vida cotidiana não submetido às necessidades de valorização (CARLOS, 2007, p.17). O valor de uso está ligado, portanto, à apropriação da cidade pelo cidadão e aquilo que Lefebvre (2006, p. 315) chama de “ordem próxima” em contraponto à “ordem distante” representada pela dominação autoritária imposta pelo Estado e pelo capital. Há, portanto, espaços dominados e espaços apropriados: o espaço dominado faz tábula rasa das práticas sociais, estimula a segregação, é abstrato, esterilizado e vazio, reunindo em si o espetáculo e a violência enquanto o espaço

apropriado é o “espaço do gozo” (LEFEBVRE, 2006, p.234), de realização da vida, da prática criadora (CARLOS, 2007, p.12) que permite com que os habitantes estabeleçam relações de identidade com um território por meio dos usos, das práticas cotidianas. Falar em apropriação é falar, portanto, em territorialização, processo que reúne uma dimensão concreta, de caráter funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva. De acordo com Carlos (2007, p.22): “a apropriação é a meta, o sentido e finalidade da vida social”.

No entanto, nos projetos urbanos o ponto de vista do habitante é frequentemente negligenciado, privando-o de apropriar-se livremente dos espaços públicos como lugares de encontro e comunicação, momentos privilegiados para a construção da identidade entre o cidadão e a cidade (CARLOS, 2007, p.88). Considerando que a cidade é potencialmente o espaço da liberdade (CARLOS, 2007, p.31) e que as formas de intervenção no espaço podem também corresponder à base para a formulação de propostas democratizantes, como pensar o planejamento e o projeto urbano a partir de perspectiva progressista que não aliene o cidadão?

De acordo com Vainer (2013), os projetos urbanos são “processos sócio-urbanos em aberto, campos de encontros e confrontos entre múltiplos atores e, por isso mesmo passíveis de mudanças, redefinições, reapropriações” (VAINER, 2013, p.164), o que nos abre a possibilidade de a cidade ser construída para o usufruto de suas comunidades urbanas, sendo a expressão de seu povo e não de modelos exógenos. Nobre (2010) também indica essa possibilidade de construção de um repertório de projetos urbanos que amplie as condições de reprodução de vida social e cultural da coletividade por meio da atuação de baixo pra cima (*bottom up*) (NOBRE, 2010, p.6). Mario Lungo, por sua vez, expressa que essa possibilidade de recuperação da essência pública da gestão urbana passa por dar relevância ao papel do Estado não apenas como facilitador de investimentos privados, mas como condutor do desenvolvimento das cidades (LUNGO, 2005, p.58). Nesse sentido, o planejamento e a regulação urbanística seguem sendo fundamentais e, ainda que estas ferramentas de gestão urbana precisem ser modernizadas, são necessárias para articular os diversos projetos urbanos com o projeto integral de cidade que seja capaz de reequilibrar desigualdades municipais. Nesta linha de pensamento, Busquets (1995) afirma que os planos devem seguir sendo uma

mediação justa para estabelecer a estrutura legal de direitos sobre o solo, porém não podem ser os únicos instrumentos (BUSQUETS, 1995, p.12).

Quanto ao Planejamento Estratégico, Ferreira (2003) aponta que não há problema na metodologia em si, o problema está no uso que se faz dela (p.167). Estratégias como a descentralização, a ampliação do poder local, a gestão participativa, a associação com o terceiro setor são ferramentas legítimas para a democratização da ação planificadora que foram apropriadas para fins contrários ao interesse da coletividade. Mesmo o empreendedorismo urbano é apontado por Harvey (2005) como algo que tem potencialidade de se transformar numa prática urbana progressista capaz de mitigar ou desafiar a dinâmica hegemônica da acumulação capitalista.

Para Lungo (2005) conceber a construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento das cidades que se oponha a concepção neoliberal de gestão urbana exige pensar dentro de qual modelo de desenvolvimento econômico e social esta proposta estaria inserida, ideia que está de acordo com a convicção exposta em Santos (2009) de que os sistemas de objetos (forma) e sistemas de ações (conteúdo) são interdependentes, indissociáveis. Esta construção de uma nova cidade que corresponda a uma nova sociedade estaria, segundo Lungo, menos ligada às utopias que têm uma visão acabada da sociedade e mais relacionada a um processo “permanente e contraditório de construção, que assume formas específicas em cada caso concreto” (LUNGO, 2005, p.51-52). Podemos associar a visão de Lungo ao pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, para quem o desafio atual é reconstruir um “arquipélago de racionalidades locais” nem mínimas, nem máximas, tão somente adequadas às necessidades locais, o que pressupõe que sejam democraticamente formuladas pelas comunidades. Estas microrracionalidades (BOAVENTURA, 2013, p.132) são capazes de configurar aquilo que Haesbaert chama de “contra-espços” (HAESBAERT, 2002, p.15) que estabelecem “microrrupturas” (BOAVENTURA, 2013, p.70) dentro das ordens sociais majoritárias, apontando para novas ordens que correspondam a novos arranjos espaciais que permitam “o florescimento permanente de uma diversidade libertadora” (HAESBAERT, 2002, p.15).

Estas especulações a respeito da configuração de “territórios alternativos” – para usar a expressão de Haesbaert (2002) –, têm

bastante proximidade com as formulações sobre o Desenvolvimento Local/Territorial, compreendido como um conjunto de visões que vislumbra novas ordens sociais nas quais a dimensão econômica não se sobreponha às demais dimensões da vida e que os diversos lugares, territórios ou regiões sejam capazes de mobilizar democrática e endogenamente seus recursos para um fim comum.

Refletindo sobre o rebatimento espacial do projeto de desenvolvimento local e o papel do urbanismo na construção destas alternativas, Somekh e Campos (2005) cunharam a expressão/conceito “Projeto Urbano de Desenvolvimento Local” (SOMEKH e CAMPOS NETO, 2005) para referir-se a projetos de renovação urbana que sejam capazes de atender às demandas reais das populações locais, como emprego, habitação, infraestrutura e equipamentos públicos, evitando os efeitos excludentes característicos dos projetos urbanos concebidos sob a lógica do planejamento estratégico neoliberal. Frente aos projetos que se utilizam de arquiteturas de impacto para criar visualidades espetaculares para efeitos de *marketing*, os autores defendem projetos que adotem soluções urbanísticas simples, que se utilizem dos recursos e dos potenciais de cada região, concebidas a partir da efetiva participação comunitária na formulação e implementação das decisões.

Em artigo de 2010, Nadia Somekh caracterizou os projetos urbanos de desenvolvimento local como propostas urbanísticas capazes de se contrapor à lógica de mercado que se utiliza da gentrificação como estratégia deliberada de valorização do solo. Para isto, a autora reconhece a importância da cooperação entre os setores público e privado – governo, entidades empresariais locais e movimentos da sociedade civil, porém defende que o Estado assuma papel fundamental na formulação de planos que façam a regulação global das cidades, articulando os projetos urbanos pontuais e definindo prioridades, com foco na população de baixa renda.

Percebe-se, portanto, que o conceito compreende a inclusão não apenas como questão relacionada à renda, mas como inclusão socioespacial, que pressupõe o direito à cidade e à territorialização como estratégias de fortalecimento da identidade dos cidadãos com a cidade, conferindo-a sentido político. Nesse sentido, a melhoria da mobilidade urbana, a qualificação dos espaços livres e a valorização do patrimônio cultural adquirem papéis fundamentais na concretização do Projeto Urbano de Desenvolvimento Local, pois participam

ativamente da construção simbólica das identidades territoriais, atuando diretamente sobre as relações de poder na sociedade local.

2.4. ESPAÇO PÚBLICO E PATRIMÔNIO

A noção de desenvolvimento endógeno presente em Furtado e nas formulações de desenvolvimento local funda-se no desejo de preservação da própria identidade no universo do processo civilizatório caracterizado pela constante mudança (FURTADO, 1984; 1978). A identidade, neste sentido, estaria ligada à compreensão de que a dominação e a dependência não se limitam ao âmbito material do progresso técnico e da acumulação, mas estende-se também aos valores que constituem a cultura, ou seja, dominação econômica, dominação política e dominação cultural estão interligadas.

A cultura configura-se, assim, como uma dimensão de poder, campo onde se processa a tomada de consciência e se trava a luta política. Se admitimos que o poder é expresso e mantido na reprodução cultural, então é necessário admitir a existência de culturas dominantes e culturas dominadas (SERPA, 2020, p.143), sendo estas as que absorvem passivamente os referenciais culturais e estilos de vida das primeiras. Para Furtado (1984; 1978) a dominação cultural é tão poderosa que se constitui num dos elementos-chave da explicação do subdesenvolvimento, enquanto a busca por alternativas não miméticas aos centros de poder constitui-se como prática emancipadora.

A assunção da identidade cultural própria assume, em sociedades dependentes, papel primordial na conquista de autonomia, possibilitando que a atividade criadora da sociedade não se subordine a processos acumulativos exógenos, mas vise à satisfação das necessidades humanas endógenas. “Só a clara percepção da identidade cultural pode assegurar sentido e direção ao esforço criativo de um povo” (FURTADO apud LIMA, 2013, p.213), ampliando a capacidade do homem para inventar valores substantivos que ampliem a visão de si mesmo. Sem a possibilidade de construirmos nossas identidades estamos submetidos à “lógica dos instrumentos que se manifesta em nossa época sob a forma de um imperativo tecnológico” (FURTADO apud LIMA, 2013, p.213).

Na escala local, a afirmação da identidade do cidadão com

o lugar se dá por meio da apropriação dos espaços urbanos tanto fisicamente, por meio do corpo, quanto simbolicamente, elaborando representações que constroem relações de pertencimento por meio do uso cotidiano destes espaços. Estamos falando aqui do espaço público, das ruas, praças, parques e orlas, como lugares de encontro dos diferentes grupos que neles manifestam suas práticas sociais, atribuindo a estes espaços uma multiplicidade de sentidos que fogem à racionalidade homogeneizante imposta pela sociedade de consumo (CARLOS, 2007, p.88). O espaço público constitui-se, assim, como lugar privilegiado de afirmação do valor de uso .

Não é de se surpreender, portanto, que os espaços públicos sejam aqueles que melhor simbolizam as cidades (QUEIROGA, 2012, p.219), como por exemplo as praças da matriz em muitas cidades pequenas e médias no Brasil, praças tidas como marco zero em grandes cidades, praças cívicas como a dos três poderes em Brasília, ruas como a Avenida Paulista em São Paulo ou a Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, parques como Ibirapuera, o Central Park em Nova Iorque ou o Hyde Park em Londres. Podemos compreender esta representatividade pelo fato de o espaço público ser o *locus* da esfera pública, compreendendo a palavra “pública” tanto no sentido daquilo que pode ser visto e ouvido por todos como para se referir ao que é comum a todos (ARENDETT, 2008, p.220 apud GONÇALVES, 2020, p.87). Sendo fator da inteligibilidade da constituição da própria esfera pública, o espaço público adquire sentidos relacionados às ações de afirmação de diferenças, explicitação de conflitos e reivindicação de direitos pelos diversos grupos sociais (LEITE, 2001, p.220). Assim:

[...]as práticas interativas atribuem sentidos aos lugares, que por sua vez, contribuem para estruturação destas ações, promovendo reflexivamente a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais a noção de espaço público retira suas principais categorias: espaço e ação (LEITE, 2001, p.220).

O espaço público, desta maneira, não é apenas o meio físico, nem somente o conjunto de ações sem referência espacial. Ele é o conjunto de práticas espacializadas que se estruturam em certos lugares, atribuindo-lhes sentidos (LEITE, 2001, p.222). Nesta mesma

direção, Ana Fani Carlos (2007) afirma que são os usos dos espaços que dão sentido à vida, revelando o conteúdo da prática socioespacial ao longo do tempo e relacionando-se com a memória e a construção das identidades dos grupos. Por isto, ao analisarmos e projetarmos espaços públicos, nos interessa reconhecer tanto as apropriações espaciais feitas pela população, quanto o desempenho e a qualidade dos meios físicos que suportam as diversas ações da esfera pública (QUEIROGA, 2012, p.61).

As práticas que se expressam no espaço público revelam as contradições e conflitos que se manifestam na esfera pública, o que significa que o espaço público não é apenas o lugar do compartilhamento de experiências comuns, mas também o *locus* do dissenso entre sociabilidades discordantes que têm distintos sentidos de reconhecimento e pertencimento. O dissenso não abala a prerrogativa política do espaço público, pelo contrário, ele a anima, pois constitui, juntamente com o consenso, o par dialético do processo social que enriquece a esfera pública (LEITE, 2001; QUEIROGA, 2012).

Nenhum elemento urbano ilustra tão bem esta dialética como a rua, o mais local dos espaços urbanos, o mais acessível e, contraditoriamente, também o mais controlado (GONÇALVES, 2020, p.112). As ruas são, para Gonçalves, lugares privilegiados para a reivindicação do reconhecimento por todos os grupos, não apenas pela manifestação consciente das reivindicações, mas também pelo fato de reunirem o patrimônio de práticas sociais destes grupos, produzidas na luta cotidiana pelas suas existências (GONÇALVES, 2020, p.373). A rua é, portanto, o lugar da cidade onde se produz cultura, saberes sofisticados, práticas, modos de vida e visões de mundo que constroem “sociabilidades mundanas” capazes de dar sentido à vida (SIMAS, 2021, p.48 e 63).

Assim como o espaço público, o patrimônio cultural, compreendido como o conjunto de bens materiais ou imateriais representativos da memória social de diversos grupos (SCIFONI, 2003, p.86), é outro elemento urbano que tem a função de produzir sentidos para construir identidades. É pressuposto do patrimônio que ele seja preservado com o intuito de possibilitar sua permanência como legado para as gerações futuras, num processo de seleção que se faz em nome do interesse público (SCIFONI, 2003, p.86). Dessa maneira, a nomeação de determinado bem cultural como patrimônio

confere a ele status e o faz funcionar como elemento estratégico de poder, como símbolo de afirmação cultural, que tem a função de construir ou reafirmar a identidade dos grupos sociais.

Se concordamos que a construção das identidades está no centro das principais formas de dominação na sociedade contemporânea, podemos perceber que o “dispositivo de patrimônio” (SANT’ANNA, 2014) configura-se como instrumento político que concretiza as relações de poder existentes no corpo social (SANT’ANNA, 2014, p.33 e 85).

Até os anos 1960, o campo do patrimônio, influenciado pelos preceitos da Carta de Atenas (1931), era bastante atrelado ao reconhecimento do valor incontestável de monumentos artísticos excepcionais que tinham como referência a representação simbólica da nação, no entanto, nas décadas seguintes observamos o deslocamento rumo à compreensão do patrimônio como bem cultural que adquire valor a partir das práticas sociais dos sujeitos. Esta nova noção de patrimônio como referência cultural para os atores que realizam as suas representações de determinado território consistiu numa renovação conceitual que colocou a percepção do patrimônio como um campo cultural em constante movimento, em contraste com a antiga noção que compreendia o “passado como um tempo histórico acabado, estático, apartado do presente” (TOURINHO e RODRIGUES, 2016, p.74). Dessa maneira, o patrimônio se coloca como recurso a serviço do habitante, que pode mobilizá-lo para o fortalecimento da cidadania, aproximando-se das expectativas e finalidades que lhes são atribuídas pela sociedade.

Complementar a esta renovação conceitual desenvolve-se, na década de 70, o interesse pelo entorno urbano dos bens excepcionais, assim como o entendimento da importância da integração entre planejamento, renovação e conservação dos centros históricos, valores consagrados na Declaração de Amsterdam, de 1975, e na Recomendação de Nairóbi, de 1976. A declaração de Amsterdam destaca que, além das construções isoladas, são patrimônios os “conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentam um interesse histórico ou cultural”, e que deve haver o reconhecimento das culturas locais. Defende ainda que o diálogo permanente entre os conservadores e planejadores se tornou indispensável, e que, portanto, “a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do

planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial” (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p.4). A recomendação de Nairóbi, por sua vez, reforça o papel da planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial na salvaguarda e integração na vida contemporânea dos conjuntos históricos ou tradicionais e recomenda a elaboração de estudos sistemáticos sobre “aspectos urbanísticos dos conjuntos históricos tradicionais e de sua ambiência”, assim como sobre “as interconexões entre salvaguarda, urbanismo urbano e planejamento físico-territorial” (UNESCO, 1976, p.12).

Em consonância com as novas discussões do debate internacional, surge no Brasil na década de 1970, o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, centrado no potencial de integração entre as ações de planejamento e de preservação, a partir da noção de que a problemática do Patrimônio Ambiental Urbano é “essencialmente urbanística” (MENESES, 2006, p. 41). Outro ponto chave do conceito é o entendimento de que o patrimônio cultural é um fato social e que, portanto, é necessário buscar novos parâmetros para atribuição de valores culturais, menos focados nos aspectos históricos e arquitetônicos dos objetos e mais atentos a historicidade dos espaços, integrando aspectos físicos e simbólicos no olhar patrimonial. De acordo com esse olhar, não é a presença de algum monumento que torna a cidade digna de contemplação, fruição ou conhecimento, não é também o conjunto de coisas em si, dotadas de significados e valores imanentes, mas, ao contrário, o parâmetro de atribuição de valor de determinado bem é a rede de significados e as práticas sociais que têm como suporte o espaço. A cidade enquanto bem cultural se caracteriza, então, mais pela relação entre elementos do que pela soma de diferentes bens, ou seja, “a cidade como bem cultural é realidade totalmente diversa da cidade “com bens culturais” (MENESES, 2006, p.70).

Neste processo de afastamento do patrimônio como prática de tutela do notável e de aproximação à ideia de valorização da construção social do espaço que está além do edifício observa-se a transição de uma percepção cultural esteticista para outra de perspectiva histórica, do enfoque artístico ao urbanístico, de modo que o patrimônio vem adquirindo uma dimensão territorial (ORTEGA VALCÁRCEL, 1998, p.36). Surge, assim o conceito de “patrimônio territorial” (ORTEGA VALCÁRCEL, 1998, p.35) para expressar a possibilidade de que o território possa ser reconhecido

como espaço dotado de valores singulares relevantes do ponto de vista histórico e social, podendo ser considerado e aceito pela sociedade como patrimônio cultural. Logicamente, o patrimônio territorial parte também da reelaboração teórica do conceito de território, menos relacionado ao caráter geométrico ou ao substrato natural que é dado, e mais próximo da visão que contempla o território como um elemento social, construído, produto da sociedade (ORTEGA VALCÁRCEL, 1998, p.38). Assim, o território como legado herdado das gerações precedentes adquire caráter de construção histórica que integra elementos naturais e artificiais, sejam edifícios, ruas, espaços livres, paisagens, infraestruturas, áreas de cultivo, etc. O território se torna, então, imagem da sociedade que o construiu, daí a possibilidade de contemplá-lo como patrimônio, como recurso cultural (ORTEGA VALCÁRCEL, 1998, p.40).

Os territórios, por sua vez, se manifestam nas especificidades de suas paisagens e em imagens sociais plurais como resultado das relações sensíveis das pessoas com seu entorno percebido, cotidiano ou visitado (MATA OLMO, 2008, p.156). Se a paisagem é a expressão visível da história humana sobre o território, estas formas possuem, portanto, sentidos e significados que podemos ler através do meio físico, suscitando representações nos sujeitos que com elas interagem. Desta maneira, a paisagem imprime um caráter a cada território, e por isso também tem sido mobilizada no campo da identidade e dos processos identitários. Ela torna-se, assim, instrumento para a construção imaginária de nações, regiões, locais ou grupos sociais, vindo a ingressar no rol do patrimônio cultural.

O patrimônio territorial, visto assim como um todo edificado ou natural que tenha valor cultural reconhecido socialmente, incorpora também os espaços livres públicos como lugares referenciais para a memória, a partir de uma perspectiva menos ligada a contemplação de bens tombados e mais relacionada a uma abordagem que visa a incorporação ativa do patrimônio aos processos de desenvolvimento social, econômico e espacial (MARTINEZ, 2008, p.258). Assim, encarando a cidade integralmente como “bem cultural”, os espaços públicos, edifícios e o ambiente natural, adquirem um importante papel na identificação e preservação das qualidades e peculiaridades dos lugares frente a processos de homogeneização, colocando a cultura própria de cada lugar como protagonista em processos de desenvolvimento local. O patrimônio territorial, nesta concepção

integrada, constitui-se como um enorme potencial para o incremento do capital endógeno, atuando como eixo transversal às diversas dimensões do desenvolvimento, como a econômica e a social, além da cultural.

O processo de valorização do território como patrimônio está, portanto, relacionado à sua utilização também como recurso econômico de um ponto de vista sustentável, vinculado às demandas sociais coletivas e atuando pela melhoria das condições de vida locais. Nesta perspectiva, a relação entre cultura e economia pode ser relacionada às ideias de Furtado, para quem o desenvolvimento, além da dimensão econômica, possui uma dimensão cultural que lhe é própria, imbricada à primeira, porém não submetida a ela, afinal “a cultura é da esfera dos fins, e a lógica dos fins escapa ao cálculo econômico em sua versão tradicional” (FURTADO, 1988 apud AMARAL FILHO, 2013, p.223). Não há, portanto, contradição a priori entre valor cultural e valor econômico (MENESES, 2006, p.38), uma vez que as necessidades humanas de natureza econômica e o trabalho humano também fazem parte da cultura. A oposição, para Meneses, se dá entre a cultura e a lógica de mercado, que tende a instrumentalizá-la, submetendo a lógica cultural de produção de sentido, identidade, enraizamento e prazer espiritual ao lucro. Exemplo desta instrumentalização da cultura é o uso que os grandes projetos urbanos frequentemente fazem dela como “um poderoso meio de controle urbano”, elemento essencial na construção manipuladora de falsos consensos entre classes e interesses e de imagens de *marketing* para promover a venda dos lugares (ARANTES, 2000, p.25 e 33). Em contraponto, a noção de patrimônio territorial como recurso para o desenvolvimento local procura estabelecer outra relação entre a cultura e economia, compreendendo a identidade cultural não simplesmente como mercadoria, mas como fator necessário à obtenção de autonomia do processo criativo das sociedades locais, visando à satisfação das necessidades humanas, sejam elas econômicas ou simbólicas.

A política de valorização e preservação do território como patrimônio e recurso para o desenvolvimento evidentemente exige planejamento para assegurar o correto e efetivo uso do território como elemento de desenvolvimento social e econômico da coletividade. Integrado ao planejamento de toda a cidade, o Projeto Urbano de Desenvolvimento Local tem potencial para ser uma

ferramenta capaz de reconhecer as especificidades dos lugares, requalificando espaços livres e edifícios a partir de lógicas endógenas, materializando no espaço os objetivos, valores e potencialidades da sociedade local. Nesse sentido, é possível vislumbrar um caminho para que o Projeto Urbano de Desenvolvimento Local/Territorial possa se configurar como contraponto às intervenções urbanísticas que atendem prioritariamente à lógica de mercado, promovendo a segregação socioespacial. Para isto, concordamos com Meneses que o foco da ordenação urbana – e da preservação do patrimônio, a ela integrada – deve ser o habitante, pois ele é o ator que tem a relação mais imediata com a cidade. Para Meneses, o habitante local é o principal sujeito da construção das identidades territoriais pois é aquele que estabelece com determinado espaço uma relação “contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa” (MENESES, 2006, p.39), como demonstra a etimologia da palavra latina *habeo*, que quer dizer “ter”, manter uma relação constante com algo (MENESES, 2006, p.39). O habitante seria, então, aquele que possui o *habitus* de determinado território, ou seja, um conhecimento adquirido, um haver, um capital (MEUCCI, 2009, p.102) que o permite ter pleno domínio das práticas realizadas sobre determinado território. Em contraponto, o turista é aquele que recebe determinada paisagem passivamente, e não tem senão a sombra da experiência vivida característica do habitante, tendo muitas vezes apenas a “ilusão turística” de uma participação na obra (LEFEBVRE, 2006, 196 e 261).

O Projeto Urbano para o Desenvolvimento Local/Territorial seria, então, aquele que busca fortalecer as identidades territoriais por meio da valorização da vida cotidiana do habitante, que se realiza no lugar. Nesse sentido, os espaços livres, o patrimônio cultural e as práticas sociais são referenciais fundamentais para a manutenção do valor de uso da cidade, relacionado às possibilidades de apropriação da cidade pelos seus habitantes, conferindo a ela uma função lúdica (CARLOS, 2007), em contraposição às noções de desenvolvimento que a reduzem à função econômica e transformam o habitante em consumidor.

Recuperando algumas reflexões de Jorge Wilhelm em seu livro “O urbanismo no subdesenvolvimento” (1969) podemos encontrar alguns encaminhamentos compatíveis com a ideia de projeto urbano de desenvolvimento local. Exemplo disso é a sua defesa para que o

urbanismo tenha um “conteúdo humano”, levando em conta a vida urbana e a capacidade criadora da sociedade urbana. Para Wilhelm, o papel do urbanista, no contexto do subdesenvolvimento, é o de despertar potencialidades, estimulando e criando processos de transformação que promovam o incremento da consciência social, tornando a cidade de “lugar do consumo e consumo de lugar a espaço a ser usufruído” (WILHEIM, 1969, p.87-92).

Esse despertar de potencialidades só pode ser conseguido, para Wilhelm, por meio da interpretação da própria cidade, por meio de dados, entrevistas, debates locais e “uma boa dose de intuição” (WILHEIM, 1969, p.86 e 100). Nesse sentido, pode-se inferir que o estabelecimento de uma relação positiva entre o habitante e projeto urbano depende do reconhecimento no território dos espaços, práticas e bens culturais representativos dos diversos grupos sociais, estabelecendo nexos entre o projeto proposto e o lugar existente, com o objetivo de minimizar aquilo que Aldo Rossi caracteriza como o “antagonismo aparentemente insanável entre o projeto como elemento racional e como imposição e a natureza do lugar que participa da obra” (ROSSI, 2001, p.189). Assim, o projeto urbano se configura não apenas como ferramenta de transformação do espaço, mas também como instrumento de análise do território, constituído pelo conjunto de relações e de formas. Para Lefebvre (2006), a análise do espaço não se confunde nem com o inventário dos objetos nem com discursos sobre o espaço, ela consiste antes na leitura dos espaços de representação, das representações do espaço e dos laços entre si, bem como com as práticas sociais². Dessa maneira, a análise espacial/territorial afasta-se das meras descrições morfológicas e volta seu olhar às modificações espaciais produzidas pelos gestos humanos, em particular pelo trabalho (LEFEBVRE, 2006, p.170).

Nesse sentido, a ascensão do lugar como protagonista em diversas áreas como a geografia, a sociologia e o urbanismo nas últimas décadas contribui para a compreensão de que os objetivos das sociedades não serão alcançados apenas por meio de conhecimentos universais, pois são necessários também conhecimentos contextualizados pelas nossas realidades únicas e complexas. A ascensão dos conhecimentos locais representa o processo de procura pela criatividade própria dos povos, desencadeando um processo que Walter Mignolo (2006) chama de “diversificação epistêmica”, caracterizado pela descolonização epistêmica e pela socialização do

conhecimento (MIGNOLO, 2006, p.668). Nesta mesma direção, Mora-Osejo e Borda (2006) afirmam que:

A ignorância sobre nós próprios, sobre a nossa origem, sobre o nosso futuro histórico, a nossa geografia, os nossos recursos naturais, entre outros, mais cedo do que julgamos, levar-nos-á a convertemo-nos no grande mercado dos produtos e tecnologias dos países poderosos e, sem que o queiramos, em promotores da economia do consumo. A mesma ignorância que nos conduzirá ao endividamento, cada vez maior, e a sobre-exploração dos nossos recursos (MORA-OSEJO E BORDA, 2006, p.714).

No campo da arquitetura e do urbanismo, desde os anos 1960, o lugar surge como dotado de combinações singulares de peculiaridades físicas e humanas as quais é necessário compreender de perto para decifrar o comportamento das cidades (JACOBS, 2007, p.12). Este conhecimento sobre o lugar passa a ser a base sobre a qual se constrói a intervenção urbanística e arquitetônica, em detrimento de ordem compositivas ou modelos pré-estabelecidos. Neste sentido, os estudos surgidos a partir da década de 1960 como dos italianos Aldo Rossi³ e Carlo Aymonino⁴, assim como os de Lynch⁵, Jacobs⁶ e Cullen⁷, contribuíram para que se compreendesse que o projeto de urbanismo depende da interpretação do sítio como lugar concreto, pretendendo encontrar sua lógica interna precisamente na riqueza de referências e solicitações que o lugar contém.

Mais recentemente outros urbanistas se dedicaram a esta questão, a exemplo do catalão Manuel de Solà-Morales que compreende que a lógica do projeto não parte de nenhuma ordem compositiva estabelecida, de nenhum modelo formal ideologicamente desenhado, mas do esforço empírico por “interpretar inventando e inventar interpretando” (SOLÀ-MORALES, 2008, p.213). Trata-se, portanto, de buscar na matéria mesma das coisas urbanas o sentido em que basear a estratégia de intervenção.

Nesta mesma linha de pensamento, o urbanista português José Lamas explica que um dos princípios sempre presentes em sua prática projetual é a consideração e o respeito pelo passado, trabalhando a memória do território e reinterpretando-o com programas, materiais e estruturas atuais, entendendo que a intervenção contemporânea

3 L'architettura della città (1966).

4 Il Significato delle Città (1966).

5 The Image of the City (1960).

6 The Death and Life of Great American Cities (1961).

7 Townscape (1961).

se sedimenta e continua nos territórios pré-existentes. Para Lamas, “qualquer arquiteto terá que saber que não se trabalha sobre tábula rasa”, há que procurar no território os elementos estimulantes e geradores do partido arquitetônico, e também aqueles que deverão ser mantidos (LAMAS, 2007, p.116).

Dentro desta lógica, o projeto urbano pode atuar dialeticamente tanto como promotor de novas formas no espaço, quanto como ferramenta de reconhecimento, valorização e salvaguarda do patrimônio cultural territorial. Afinal, de acordo com Meneses (1978) não deve existir conflito entre preservação e desenvolvimento, visto que a conservação vem a ser justamente uma das exigências do desenvolvimento (MENESES, 1978, p.46). O autor, ao mesmo tempo em que afirma a importância de preservar como forma de resistência à expropriação generalizada que exercem as forças econômicas, critica também o “culto ao passado” (MENESES, 1978, p.46) como resultado da ausência de consciência histórica e, portanto, como forma de amnésia social.

Esta visão que enxerga preservação e transformação não como polos inconciliáveis, mas como elementos de uma relação dialética vai ao encontro do pensamento de Marshall Berman quando este afirma que “Os modernistas não podem jamais romper com o passado: precisam continuar para sempre assaltados por ele, desenterrando seus fantasmas, recriando-os à medida que refazem seu mundo e a si próprios” (BERMAN, 1986, p.329). Trata-se, assim, de uma visão complexa que assume que ser moderno pressupõe também preservar o velho e resistir ao novo, e que livrar-se dos vínculos que nos unem o passado significaria o alijamento total do indivíduo pelo turbilhão da vida moderna.

Para isso, é essencial considerar a memória não como uma instância voltada ao passado, algo já acabado, ou um “pacote de recordações”, mas como processo permanente de construção e reconstrução que acontece no presente e para atender as solicitações do presente (MENESES, 1992a, p.11). A memória, afinal, gira em torno da mudança, porém se a mudança for realizada em detrimento da memória, o presente torna-se incompreensível e os projetos de futuro tornam-se alienantes, pois nos faltariam referências (MENESES, 1978, p.46).

Relacionado tanto à preservação de particularidades e vocações locais quanto à transformação que desenha futuros

inovadores, poderia o Projeto Urbano de Desenvolvimento Local potencializar a “interação com o conhecimento da nossa história, das nossas realidades geográficas, dos nossos recursos, de tal modo que daí resultem valores partilhados, geradores de solidariedade e fortalecedores da nossa identidade cultural” (MORA-OSEJO E BORDA, 2006, p.718)?



3. O PROGRAMA MONUMENTA

O interesse em estudar projetos urbanos voltados ao desenvolvimento local levou à escolha, para estudo de caso, de um projeto urbano realizado no âmbito do Programa Monumenta, do Governo Federal. Concebido a partir de 1995 e efetivamente iniciado em 2000, o programa foi uma proposta trazida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo brasileiro, inspirada na experiência do banco em Quito, capital do Equador, após o terremoto que assolou o centro da cidade em 1987. Naquela ocasião, o BID apoiou a execução de amplo leque de ações como qualificação de espaços públicos, melhoria na infraestrutura urbana e de mobilidade, recuperação de áreas habitacionais, restaurações e reciclagem de edifícios, etc. (BONDUKI, 2010; DIOGO, 2009).

Partindo desta referência, o Monumenta não se constituiu como um programa tradicional de restauração de edifícios e sítios urbanos protegidos, mas se apresentou com o objetivo de qualificar os espaços públicos destes sítios, financiar a restauração de imóveis privados, implantar equipamentos públicos, além de fomentar atividades relacionadas com a educação e a valorização do patrimônio imaterial, denominadas ações concorrentes. Desta maneira, o programa associou o investimento em obras e atividades concorrentes à promoção de processos de desenvolvimento local capazes de gerar impactos econômicos, sociais e culturais para garantir a sustentabilidade do processo de preservação.

A noção de sustentabilidade, neste caso, adquire diferentes contornos e revela a tensão conceitual entre duas visões presentes no Programa Monumenta. Uma mais voltada ao aspecto econômico, compreendida como a possibilidade de o município manter o patrimônio sem que o governo federal precisasse reaplicar, de tempos em tempos, recursos orçamentários nas mesmas áreas, outra de viés sociocultural, associada à qualidade de vida e ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural pela sociedade. Enquanto a primeira privilegia a lógica do retorno financeiro das intervenções e entende que o turismo é a principal atividade capaz de promover desejada dinamização, a segunda vincula-se mais à função social e aos usos voltados à população local.

Uma importante inovação do programa foi a introdução de uma nova maneira de tratar a reabilitação dos núcleos históricos indo muito além da noção que vigorou no país a partir da década de 1930 que relacionava a seleção de bens a serem protegidos pelos critérios

de excepcionalidade e autenticidade, valorizando os monumentos destacados, em detrimento da conservação do entorno urbano. A valorização do contexto urbano está bastante presente na orientação conceitual e no desenho institucional do Monumenta, coerentemente com o debate pós 70 no campo do patrimônio, sistematizado pela Declaração de Amsterdam (1975) e pela Recomendação de Nairóbi (1976), nas quais ascende o interesse pelo entorno urbano dos bens excepcionais. Neste contexto, além da restauração dos bens sob proteção federal e do financiamento de imóveis privados nas áreas protegidas, o Monumenta incorporou como um dos eixos de ação a melhoria das condições de acesso, permanência e fruição dos espaços livres públicos, cuidando desta questão em mais da metade dos municípios contemplados.

De acordo com George da Guia, os objetivos do programa proclamados pelo BID podem ser sintetizados em três verbos: preservar, educar e modernizar. O primeiro refere-se à superação do “elevado nível de deterioração e risco de arruinamento” (BID, 2010, p.2). Educar parte do diagnóstico de que a população brasileira desconhece o valor de seu próprio patrimônio cultural e que, portanto, é necessário atuar para o seu reconhecimento e valorização pela sociedade. O verbo modernizar, por sua vez, relaciona-se com a estratégia, trazida pelo BID, de apoiar a reforma do setor público para aperfeiçoar a gestão do patrimônio cultural, fazendo com que as instituições sejam mais eficientes e transparentes e estabelecendo critérios para a implementação de prioridades de conservação (BID, 2010, p.3), de modo que possa haver a reprodução das estratégias do programa em outros bens não abarcados por ele (GUIA, 2018, p.237).

Inicialmente programado para acabar em 2004, o Monumenta, no entanto, se estendeu até 2012 e teve cinco componentes de investimentos. O primeiro chamado “investimentos integrados” corresponde a três tipos de projeto: (a) obras de restauração de monumentos protegidos dentro da área de influência do programa, (b) requalificação de espaços públicos com provimento de iluminação, calçamento, paisagismo, sinalização e mobiliário urbano e melhorias de infraestrutura em ruas, praças, parques e orlas; e (c) recuperação de imóveis privados situados na Área de Projeto por meio da concessão de financiamento subsidiado aos proprietários, para uso residencial ou comercial. Na componente de “investimentos integrados” foram realizadas:

131 obras de restauro de monumentos (100 edifícios históricos e 31 igrejas), 563 recuperações de imóveis privados, 67 obras de requalificação urbanística em logradouros públicos, 62 intervenções em praças e parques existentes; implantação de dois parques novos, reabilitação arquitetônica e funcional em 10 mercados públicos; implantação de dois campi universitários em edifícios em ruínas, reciclagem de 76 imóveis históricos em um bairro residencial de Salvador, visando à instalação de 303 unidades de habitação social (BONDUKI, 2010, p.51).

As demais componentes são chamadas de “atividades concorrentes” voltadas para a (1) educação patrimonial, (2) formação de mão de obra, (3) atividades econômicas e (4) fortalecimento institucional. A primeira refere-se a programas educativos relacionados ao patrimônio e à sua conservação, a segunda consiste no financiamento da formação de instrutores, agentes culturais e de turismo, artesãos, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e pintores para atuarem na conservação do patrimônio edificado, enquanto a terceira refere-se à promoção de atividades econômicas tradicionais como por exemplo o apoio à produção artesanal de jóias em Natividade (IO). Por fim, a quarta componente refere-se ao fortalecimento do Iphan e do MinC sob os pontos de vista institucional, técnico e econômico, apoiando a elaboração de inventários, manuais e normas para balizar as ações de conservação e uso do patrimônio, além de capacitar estes órgãos para aprimorar os critérios de reconhecimento, administração tributária e o estabelecimento de fundos de preservação. Para a realização destas cinco componentes de projeto, foram investidos 125 milhões de dólares (225 milhões de reais), somando o financiamento do BID, os aportes do orçamento geral da União, as contrapartidas de estados e municípios e a participação do setor privado.

A escolha de uma intervenção do Monumenta para discutir a noção de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que os textos oficiais do programa ressaltam inúmeras vezes que um objetivo estrutural das ações propostas é promover o desenvolvimento local nos municípios. Nesse sentido, o programa adotou propostas conceitualmente convergentes com as formulações expostas no capítulo anterior, que se refere ao Projeto Urbano de Desenvolvimento Local como aquele que potencializa

os recursos de cada lugar por meio de soluções urbanísticas simples, construídas por meio de participação social, e que sejam capazes de atender demandas cotidianas por habitação, equipamentos públicos, fortalecimento das cadeias produtivas locais, etc. Além destes tópicos, o conceito tratado no capítulo anterior também apresenta convergências com a proposta do Monumenta de qualificar espaços livres e valorizar o patrimônio cultural, elementos essenciais para a construção simbólica das identidades territoriais e para a plena apropriação dos espaços da cidade pelos seus habitantes.

A atitude municipalista do Monumenta é outro item que converge para o conceito que estamos estudando, uma vez que o programa atuou majoritariamente em cidades pequenas, conferindo a elas relativa autonomia na concepção, execução e administração dos projetos urbanos, o que potencialmente pode contribuir para democratizar os processos decisórios e melhor distribuir o processo técnico-produtivo.

Naturalmente, o conceito não existe em estado puro e, portanto, cabe-nos analisar em que medida o Monumenta de fato se aproximou do conceito de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local, atuando sob lógicas endógenas como contraponto às intervenções urbanísticas que atendem prioritariamente à lógica de mercado, e em que medida suas ações se mostraram conflitantes com as potencialidades e demandas locais, afastando-se do conceito.

3.1. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

O Decreto-Lei nº 25, de 1937, é o instrumento legal que inaugura a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, instituindo o tombamento e regulamentando as atividades do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com o objetivo de proteger, preservar, divulgar e gerir o patrimônio histórico e artístico do Brasil.

Criado num contexto de grandes transformações políticas, econômicas e jurídicas ocorridas na esteira da Revolução de 1930, a promulgação do decreto-lei nº 25 apoia-se na Constituição Federal de 1934 que instituiu a função social da propriedade como um princípio constitucional, assegurando o direito à propriedade desde que este não seja exercido contra o interesse social ou coletivo (SANT'ANNA,

2014, p.94). Neste contexto, o patrimônio configurar-se-ia como um novo tipo de propriedade que teria, por um lado, o aspecto privado, que se expressa pela apropriação econômica individual do bem material, e por outro o interesse público, relativo ao valor cultural atribuído ao bem, de natureza imaterial, que seria inapropriável individualmente. A coletividade, neste arranjo, passaria a ser “uma parte legalmente constituída a quem o titular do bem material deveria satisfações quanto à sua conservação” (ibid., p.97). Desde então, o tombamento é o ato administrativo mediante o qual os bens selecionados são inscritos nos Livros do Tombo, sendo a avaliação do valor histórico e artístico é atribuição unilateral do poder público, apesar de qualquer indivíduo ter o direito de indicar determinado bem.

Sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que presidiu o SPHAN de 1937 a 1967, formou-se um grupo de artistas e intelectuais modernistas que tinham em comum a ideia de que a função da preservação do patrimônio era produzir discursos que apontassem o caráter brasileiro e construíssem uma identidade nacional visando à emancipação cultural da nação (ibid., p.149). Desta maneira, utilizando o “valor nacional” como guia para legitimar suas decisões, o SPHAN elencou como critérios para a seleção dos bens a serem protegidos o caráter estético-estilístico, a excepcionalidade e a autenticidade (momento da construção da obra), dando enorme protagonismo à arquitetura tradicional luso-brasileira produzida no período colonial. (BONDUKI, 2010, p.23). Constituiu-se, portanto, uma prática de preservação voltada para a conservação de edificações monumentais de “pedra e cal”, representativas do poder religioso, civil, militar e econômico: igrejas, fortes, casas de câmara, engenhos e fazendas, enquanto se deixava de fora outras frações do universo cultural.

Esta visão hegemônica sobrepôs-se a concepção defendida por Mário de Andrade em seu anteprojeto de criação do SPHAN. Para o poeta, o sistema de proteção do patrimônio deveria estar fundamentalmente vinculado à educação do povo e das elites e à democratização da cultura (SANT'ANNA, 2014, p.153). Nesse sentido, o projeto de Mário de Andrade propunha que o órgão não deveria se dedicar apenas à proteção de monumentos históricos e obras de arte, mas também inventariar e registrar manifestações culturais variadas que representassem a cultura brasileira de forma

ampla, dentro de uma ideia de nação em que todos se sentiriam representados. O seguinte trecho, retirado do estudo sobre a Capela de Santo Antonio, em São Roque, representa bem a ideia do poeta acerca dos critérios de valorização patrimonial que defendia:

(...) São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da estatúária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia. O critério tem que ser outro. Tem que ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir (ANDRADE, M. de, 1937, p.120-121 apud SANT'ANNA, 2014, p. 168).

Frente a esta ideia mais ampla de patrimônio, prevaleceu, no entanto, uma visão mais estritamente ligada à valorização e ao reconhecimento de bens materiais monumentais do período colonial, em detrimento de edificações ecléticas e neoclássicas do século XIX – consideradas alheias à cultura autenticamente brasileira – bem como do patrimônio imaterial dos diversos grupos que compõe a sociedade.

Assim, seguindo um recorte bastante restritivo na escolha dos bens representativos da brasilidade que se pretendia construir e seguindo os preceitos da Carta de Atenas (1931) sobrevalorizou-se determinadas construções notáveis em detrimento do contexto urbano e das edificações comuns, demonstrando que se optava por protegê-los como objetos de valor artístico arquitetônico e não como marco referencial da memória capaz de mobilizar o pertencimento dos grupos.

Após o final do Estado Novo, a política federal de preservação manteve-se praticamente sem alterações até o início dos anos 1970, devido à permanência do mesmo presidente, do conselho consultivo vitalício e à continuidade das ideias modernistas. (BONDUKI, 2010, p. 27). Soma-se a isto o fato de o SPHAN (DPHAN a partir de 1946) ter resistido a inúmeras tentativas de alteração e aperfeiçoamento do Decreto-Lei nº 25/1937, considerando-o como um texto legal avançado e amplo o suficiente para acompanhar, sem necessidade de adaptações, a evolução do pensamento preservacionista. Esta atitude centrada na defesa do Decreto-Lei nº 25/1937 ajudou a sedimentar no

Brasil a equivalência entre tombamento e preservação (SANT'ANNA, 2014, p.136 e 144).

Esta inércia gerou críticas às práticas preservacionistas do órgão, apontadas como elitistas e centralizadoras, uma vez que os critérios de seleção, autenticação e restauração destes bens eram sustentados basicamente na autoridade e no notório saber dos intelectuais integrantes do SPHAN. Desta forma, prevalecia a visão centrada no valor estético, prezando pela “pureza” estilística e pela limpeza visual, diluindo as marcas sociais impressas nos bens culturais (MICELI, 1987, p.44-45) e, portanto, construindo ambientes artificiais e dissociados da memória que a comunidade mantém com o patrimônio.

A dissociação entre as práticas de preservação e os anseios sociais é bem ilustrado pela aplicação do Decreto-Lei nº 25/1937 à proteção de áreas urbanas. Uma vez que o processo de tombamento de conjuntos urbanísticos não está fixado na lei, o decreto foi aplicado por analogia à sua aplicação em monumentos isolados. Para Sant'Anna (2014, p.146), disto decorre o erro básico de compreender a cidade como monumento, o que pressupõe a preservação global do objeto urbano como obra de arte, objeto de época reduzido às suas dimensões culturais. As cidades, no entanto, de acordo com a autora, são objetos de outro tipo, cuja preservação não consiste somente na conservação das formas e no controle de intervenções físicas, mas envolve as dimensões social, econômica, simbólica e funcional, e por isto pressupõe, além da intervenção estatal a participação da sociedade e dos investimentos privados (SANT'ANNA, 2014, p.148).

De 1938 a até 1960, os núcleos urbanos foram tombados seguindo quase sempre o critério do valor artístico, a partir da ideia de cidade-monumento que apresenta de modo íntegro os traços materiais do surgimento de uma arte brasileira, com homogeneidade de conjunto e predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e XVIII. Nestas cidades, os critérios de intervenção recomendados eram a manutenção do sistema construtivo original do conjunto, preservação da sua aparência interior, e expansão urbana afastada do núcleo urbano tombado (ibid., p.177, 180 e 187).

No fim dos anos 1950 o país se industrializava rapidamente tornando o panorama econômico e social bastante diferente daquele que havia durante o Estado Novo, quando a economia era predominantemente ancorada na exportação de produtos primários.

A industrialização foi responsável pelo crescimento da classe média e do operariado nos grandes centros, principalmente no Sudeste, área de maior concentração industrial. Neste contexto, em função das políticas desenvolvimentistas do período, muitos centros históricos passaram de uma realidade de estagnação e isolamento econômico para situações de maior integração com as áreas metropolitanas, experimentando processos de crescimento populacional e aumento do fluxo turístico devido a maior acessibilidade proporcionada pela construção de estradas, bem como pelo incremento da classe média (SANT'ANNA, 2014, p.205- 206).

Neste novo ambiente de desenvolvimento do país, a atuação do IPHAN, marcada pelo viés predominantemente cultural passou a ser revista, compreendendo que os novos problemas que se colocavam nas cidades históricas não eram de natureza cultural, mas sim urbana em seu sentido amplo. Diante disto, em busca de novas soluções, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou apoio técnico à UNESCO, que enviou ao Brasil Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, encarregado de assessorar o IPHAN na formulação de uma política para a conservação do patrimônio. Após visitar todas as regiões do país entre 1966 e 1967, Parent elaborou um relatório no qual propunha a política de preservação do patrimônio por meio do planejamento urbano e do aproveitamento turístico dos bens, identificando potencial turístico digno de interesse internacional, o que permitiria ao Brasil ser colocado no mapa mundial do turismo cultural.

Assim, quando Renato Soeiro assumiu a direção do IPHAN em 1967, as linhas mestras da futura política de preservação já estavam esboçadas. Soeiro assume ainda sob a repercussão internacional da Carta de Veneza (1964) que faz parte da reação europeia às intervenções do urbanismo moderno e do international style nas reconstruções do pós-guerra. A carta firmava o novo discurso internacional do campo do patrimônio relacionado à valorização do tecido urbano modesto e trivial, em contraste com a Carta de Atenas (1933) que ainda guiava o pensamento urbanístico dos técnicos do IPHAN. Assim, este se viu pressionado pelas crescentes discrepâncias entre as recomendações internacionais de preservação e as premissas modernistas que praticava.

Estava aberto o caminho para que, nas décadas seguintes, a cidade-patrimônio deixasse de ser identificada apenas como cidade-

monumento, com valor puramente arquitetônico, mas também fosse reconhecida como testemunho da evolução da organização social e como objetos portadores de valor paisagístico e ambiental, reflexo da ascensão do discurso da necessidade de contextualização do bem patrimonial em seu entorno (SANT'ANNA, 2014, p. 239-240). Por outro lado, acentuava-se a defesa da utilização econômica do patrimônio cultural, na esteira das ideias contidas na Carta de Quito (1967), que defende para os países da América Latina o estreitamento da relação entre patrimônio e desenvolvimento econômico, por meio do turismo.

Neste ambiente de mudança de paradigmas no campo patrimonial, foi criado em 1973 pelo Ministério do Planejamento do Governo Federal, com participação do IPHAN e de outros ministérios, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico regional através do turismo. Para isto, o programa investiu na restauração de monumentos históricos e na execução de infraestrutura turística, de modo que o incremento dessa atividade gerasse recursos financeiros para a preservação do patrimônio.

O programa foi formulado por um grupo de trabalho interministerial, instituído em 1972, reunindo representantes do MEC, EMBRATUR, SUDENE e Ministério do Planejamento, o que demonstra a intenção de deslocar a atuação das políticas de patrimônio da esfera exclusivamente cultural para abranger a esfera econômica (BONDUKI, 2010; SANT'ANNA, 2014). Sua implementação, por sua vez, previa a “ação integrada da União, dos estados e dos municípios, sob orientação e coordenação do então DPHAN e com a ação supletiva de órgãos estaduais e municipais de patrimônio, que seriam criados para este fim”. Explicitava-se, assim, a estratégia de descentralização da atuação no campo da conservação do patrimônio, em franco contraste com as décadas anteriores, que se caracterizaram pela ação estatal centralizada no plano federal, que era o único responsável pela seleção e salvaguarda do patrimônio.

Seguindo esta estratégia, o PCH estimulou os estados a criarem órgãos, legislações e políticas voltados à proteção do patrimônio e estipulava como condição prévia que os estados elaborassem um Programa Estadual de Restauração e Preservação, que deveria selecionar bens a serem restaurados, roteiros turísticos a serem

criados, cronograma de execução e fontes de recursos que seriam investidos como contrapartida de 20% do valor total (BONDUKI, 2010, p.31).

O potencial turístico dos bens era, então, o principal critério para seleção de cidades e priorização das obras, o que desencadeou críticas de que a vinculação do patrimônio à indústria do turismo, da forma como proposta pelo PCH, atendia às exigências do consumo massificado, em detrimento de seu significado cultural mais amplo (ARANTES, 1987, p.51-52), além de fazer prevalecer a preocupação com a dimensão material dos bens, em detrimento de outros aspectos imateriais. Nessa linha de atuação, até 1979, o PCH priorizou restaurações de monumentos de maior expressão arquitetônica que podiam ser utilizados para o turismo ou sede de órgãos públicos, embora se tenha investido também em cursos para a formação de técnicos e de mão de obra especializada, projetos, pesquisas e planos de desenvolvimento urbano para os municípios.

A partir de 1977 já se discutia dentro da Secretaria de Planejamento do governo federal (SEPLAN) que a atividade turística por si só não seria suficiente para garantir a conservação do patrimônio nos municípios. Desse modo, quando o programa se expande para Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro em 1978, o enfoque diminui sensivelmente do turismo para o desenvolvimento de projetos que solucionem problemas urbanos e são estabelecidos novos critérios para a seleção de projetos, abrindo espaço para intervenções em áreas economicamente debilitadas ou ameaçadas de destruição pelo crescimento acelerado da área urbana, das indústrias ou da atividade de mineração (SANT'ANNA, 2014, p.229).

Em 1979, com a posse de Aloísio Magalhães, o programa foi transferido da SEPLAN para o IPHAN e é estabelecida uma mudança significativa nos objetivos do programa. No novo discurso, a hegemonia da utilização turística do patrimônio dá lugar a uma formulação mais equilibrada entre as dimensões econômica e cultural, compreendendo os sítios históricos como lugares ao mesmo tempo produtivos, de reprodução do espaço econômico, e simbólicos, que propiciam às comunidades o conhecimento da própria história e a construção das próprias identidades (ibid., p. 231). Podemos interpretar esta mudança de rumos como uma transformação no conceito de desenvolvimento adotado pelo programa, que passou de uma formulação mais economicista, centrada na geração de recursos

financeiros, para uma abordagem que considera o desenvolvimento como processo não meramente econômico, mas constituído também pelas dimensões cultural e social.

Em 14 anos de vigência do programa cerca de 90% dos projetos aprovados foram de obras de restauração, dentre os quais 36% foram destinados ao uso turístico e cultural – como pousadas, museus, restaurantes típicos, teatros, centros de cultura, etc., 30% ao uso institucional, 13% ao religioso e apenas 1% ao uso habitacional (ibid. p.234). É relevante ressaltar que houve apenas uma intervenção urbanística no PCH, a requalificação do Largo da Prefeitura em Laranjeiras (SE), demonstrando que apesar das inflexões conceituais que se desenvolveram nas décadas anteriores, a política de preservação seguia majoritariamente atrelada à valorização dos monumentos excepcionais isolados de seu contexto urbano e aos usos voltados ao turista, em detrimento daqueles de interesse para o habitante local.

Apesar da hegemonia das intervenções de restauração em edifícios destacados é importante ressaltar como legados do PCH a ampliação do leque das intervenções no patrimônio para além das ações sobre a materialidade dos bens, assim como a descentralização dos órgãos patrimoniais para os estados, duas práticas que servirão de base para a concepção do Programa Monumenta no fim dos anos 90. Destaca-se ainda a inovadora proposta de atrelar patrimônio e desenvolvimento por meio da promoção de usos capazes de trazer retorno econômico. No entanto, apesar de o PCH ter favorecido o consumo turístico dos lugares, apenas 20% dos monumentos restaurados foram capazes de gerar recursos para sua própria manutenção (SANT'ANNA, 2014, p. 234), o que indica limitações da ideia de sustentabilidade financeira baseada na utilização turística dos bens no contexto brasileiro.

Assim como o PCH, outra iniciativa relevante que surgiu na década de 1970 no contexto da busca por alternativas à tradicional política patrimonial do IPHAN foi o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), cuja abrangência extrapolou em muito a questão da preservação do patrimônio. Criado em 1975 a partir de convênio firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal, o CNRC congregou corpo técnico de diversas disciplinas que, liderados por Aloísio Magalhães, dedicaram-se a montar um sistema de referenciamento da cultura brasileira. O objetivo do órgão era pesquisar as peculiaridades da cultura brasileira para identificar situações, elementos e processos culturais autênticos

que pudessem conferir ao produto brasileiro uma identidade própria, dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país (BONDUKI, 2010; SANT'ANNA, 2014; FONSECA, 2000).

Aloísio Magalhães tinha a convicção de que o desenvolvimento nacional deveria ser endógeno, ou seja, o mundo avançado da tecnologia e da indústria que se pretendia fomentar deveria estar lastreado nas raízes profundas da cultura brasileira, unindo saber técnico e saber popular, artesanal, para inventar um design efetivamente nacional. O líder do CNRC defendia que esta postura seria necessária para conciliar o progresso tecnológico com a preservação das raízes autênticas da nacionalidade, defendendo-se da descaracterização e da extinção das culturas locais que estariam sendo promovidas num contexto de globalização (MAGALHAES, 1984, p.40).

Nesta configuração, a ideia de desenvolvimento para Magalhães se aproxima bastante das formulações de Celso Furtado, para quem o processo de desenvolvimento estaria atrelado ao uso da capacidade criativa do homem para a descoberta dele mesmo, devendo proporcionar o reencontro com as raízes da nossa cultura, presentes no saber popular (FURTADO, 1978; 1984). Tanto Magalhães quanto Furtado compreendiam, na mesma época, que seria necessário identificar valores relacionados aos comportamentos, usos e costumes da população como um processo necessário para que o desenvolvimento não acarretasse a perda da identidade cultural e a dependência tecnológica, tornando-nos meros consumidores de bens culturais estrangeiros (FURTADO, 1984; MAGALHAES, 1984). Para desencadear este processo era necessário buscar a essência da cultura exatamente naqueles bens que não correspondiam aos critérios de excepcionalidade artística e monumentalidade caros ao Sphan, que sacralizava uma cultura “morta”, “museificada”, mas na pluralidade de manifestações culturais inseridas na dinâmica viva do cotidiano (FONSECA, 2000, p.116).

Na primeira fase de sua existência, de 1975 até 1979, o CNRC desenvolveu pesquisas que tinham como eixo principal a valorização dos processos de produção com foco nos grupos sociais que detinham o conhecimento dos modos de fazer (MOTTA, 2017, p.94). Em 1979, deu-se a incorporação do CNRC e do PCH ao Iphan, que foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), sob a direção do próprio Aloísio Magalhães. Desta

maneira, apesar de o CNRC não estar originalmente voltado para a questão patrimonial, sua integração ao Sphan fez com que a visão que o orientava tivesse um forte desdobramento na política federal de preservação.

O conceito que orientou a relação entre as duas instituições foi o de referência cultural, o que colocava o patrimônio consagrado como parte de um universo mais amplo de bens culturais, que incluía manifestações procedentes do fazer popular. Nesse novo viés, o foco era deslocado dos bens materiais que se sobressaem pela sua excepcionalidade para a valorização da dinâmica de atribuição de sentidos e valores pelos sujeitos sociais diretamente envolvidos na produção, circulação e consumo dos bens culturais (MOTTA, 2017, p.98; FONSECA, 2000, p.112).

Esta noção de patrimônio como referência cultural para os atores que realizam as suas representações em determinado território consistiu numa renovação conceitual que coloca a percepção do patrimônio como campo cultural em constante movimento, aproximando-o das expectativas e finalidades que lhes são atribuídas pela sociedade. Conceição bastante distinta, portanto, daquela da década de 1930, quando os bens, fossem obras de arte, edificações, ou núcleos e cidades históricas, eram avaliados tendo como referência a representação simbólica da nação, na qual se compreendia o “passado como um tempo histórico acabado, estático, apartado do presente” (TOURINHO & RODRIGUES, 2016, p.74).

Nos anos seguintes o conceito de bem cultural foi capaz de dinamizar o discurso oficial do Sphan, que passou a considerar a ideia de preservação de bens relacionados aos contextos sociais das comunidades em que se inserem, o que significa incluir bens culturais não relacionados ao patrimônio eurocristão. No entanto, apesar de alguns tombamentos emblemáticos, como o terreiro da Casa Branca em 1984, um dos centros de culto afro-brasileiro mais tradicionais e antigos da Bahia, a prática do SPHAN de valoração e proteção de bens materiais seguiu baseada nas antigas diretrizes relacionadas às características estilísticas das construções, enquanto que a nova abordagem era aplicada quase exclusivamente ao patrimônio de natureza imaterial (SANT'ANNA, 2014, p.266-272).

A despeito desta renovação conceitual ter ficado em boa parte restrita ao plano do discurso, pode-se considerar que o grande legado das ideias desenvolvidas no âmbito do CNRC foi a consagração no

texto da Constituição Federal de 1988 da ideia mais abrangente de patrimônio, voltada para a “apreensão e representação da pluralidade cultural do país e para o conhecimento e registro do saber enraizado em grupos sociais específicos” (ibid., p.266). De acordo com a Constituição de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 2016).

Como se vê, o problema da identidade nacional continuou, nos anos 1980, a permear a discussão patrimonial. Para Marcia Sant’Anna, o prosseguimento de uma abordagem nacionalista no discurso do patrimônio coloca a nova abordagem surgida no âmbito do CNRC mais como uma “nova roupagem” do antigo discurso do que de fato de um discurso marcadamente diferenciado daquele dos modernistas na fase inaugural do órgão federal de preservação (ibid., p. 272). Mesmo que não tenha instaurado uma nova prática hegemônica dentro do Sphan, consideramos que o discurso do CNRC representou uma inflexão substancial na discussão sobre a identidade cultural brasileira, adotando uma postura que é sim nacionalista, porém radicalmente diversa daquela que se construía desde os anos 1930. Frente à tentativa de inventar um Brasil de identidade única, atitude que os tropicalistas chamariam de “nacionalismo estreito” (VELOSO, 2008, p.126), os novos paradigmas cristalizados na constituição de 1988 celebravam a identidade nacional conformada pelas diversas identidades étnicas, regionais e locais existentes no território nacional, sem castrá-las em nome de um discurso integrador, mas também sem perder de vista que as diversas manifestações culturais faziam parte de

um todo maior, brasileiro.

Esta inflexão conceitual patrimonial também pode ser compreendida na esteira da revolução cultural que se processava internacionalmente desde os anos 1960, com a ascensão de uma sensibilidade “pós-moderna”, na qual perderam credibilidade os metadiscursos, universalizantes das décadas precedentes. Passo a passo com a transformação cultural, caminhava a transformação das formulações de modelos de desenvolvimento. No caso do Brasil, o conceito de desenvolvimentismo que caracterizou o processo de industrialização na década de 30 em diante aliou-se a um nacionalismo universalizante, tanto econômica, quanto culturalmente, a exemplo da política federal de preservação que se restringia à proteção de bens dotados de evidente “valor nacional”. Após 1960, tanto os novos discursos do patrimônio quanto os novos paradigmas de desenvolvimento que começavam a surgir colocaram em evidência a necessidade de uma compreensão de mundo capaz de abarcar diversidades, ambiguidades e contradições. Neste sentido, as características peculiares das regiões, dos estados e dos municípios tornaram-se elementos centrais, seja para a valorização e construção de identidades não-hegemônicas no âmbito da preservação do patrimônio cultural, seja para o reconhecimento das especificidades produtivas, ambientais, étnicas, sociais e culturais que informam os projetos locais de desenvolvimento. Ambos, patrimônio e desenvolvimento, percorreram durante o século XX o caminho “da nação ao local”, ao menos conceitualmente.

3.2. O MONUMENTA

Formulado a partir de 1995, o programa Monumenta, é fruto destas experiências anteriores, como o PCH e o CNRC, bem como das mudanças de paradigma ocorridas a partir dos anos 1960 nos campos da cultura, da política e da economia. Conceitos como descentralização, municipalismo, participação e protagonismo local, bem como a relação entre cultura e desenvolvimento passam a povoar as teorias e as práticas de diversos campos do conhecimento, entre eles o campo do patrimônio.

Esta nova constelação de conceitos que se desenhava nas últimas décadas do século XX influenciou (e será influenciada) diretamente o discurso do principal formulador do Programa Monumenta: o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID). George da Guia nos mostra como o conceito de desenvolvimento para o banco caminhou de uma concepção mais voltada à dimensão econômica, relacionada a empréstimos e cooperação técnica para o fomento da indústria e da infraestrutura na década de 1960, para outra visão, a partir dos anos 1990, que qualifica o desenvolvimento como sustentável (GUIA, 2018, p.69) e incorpora a agenda dos campos da economia urbana, temáticas sociais e de desenho institucional (ibid., p. 77), passando a operar com mais intensidade em projetos de desenvolvimento turístico e cultural, reconhecendo o patrimônio como ativo para o desenvolvimento.

A nova prática discursiva do banco dialoga com grande número de estudos, publicações e conferências relacionadas ao estabelecimento de nexos entre cultura e desenvolvimento, tema no qual tem centralidade o discurso de agências multilaterais que atuam no apoio técnico ao desenvolvimento como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No período, a UNESCO passou da compreensão de cultura como mero qualitativo dentro do projeto de desenvolvimento de viés quantitativo, para uma visão de que o desenvolvimento cultural é a verdadeira finalidade do processo. Assim, passam a ser financiáveis aqueles projetos que mobilizam o patrimônio urbano dos centros históricos por meio de programas de reabilitação urbana que proporcionem a inserção destes sítios na dinâmica econômica da indústria turística

internacional, numa estratégia de gestão do patrimônio cultural francamente contrastante com a noção vigente até então, que considerava os bens culturais como referência de interesse público para a construção de identidade nacional.

A oportunidade para a aplicação prática deste ideário surgiu em 1987, a partir de um abalo sísmico que comprometeu gravemente o Centro Histórico de Quito, no Equador, reconhecido como Patrimônio da Humanidade. Nesta ocasião, reuniram-se especialistas do BID, técnicos do governo local e consultores do projeto de cooperação técnica regional PNUD/UNESCO para firmar contrato de operação de empréstimo a ser celebrado entre o governo central e o BID. Por meio de uma empresa de economia mista ligada à prefeitura e operada por um conselho paritário, financiou-se amplo leque de intervenções: além dos tradicionais restauros de Monumentos foram qualificadas praças, parques, ruas e calçadas, foram propostas melhorias na infraestrutura urbana e de mobilidade como sinalização urbana, iluminação, reordenamento do trânsito, implantação de estacionamentos, recuperação de áreas habitacionais. O conjunto destas intervenções, articuladas com o incremento da atividade turística, deveria garantir a auto sustentabilidade financeira da conservação do patrimônio.

Ao considerar que obteve êxito na intervenção em Quito, o BID procurou expandir o modelo de projeto para outros países da região. Assim, em 1995, o banco propôs ao Ministério da Cultura do Brasil o desenvolvimento de um programa voltado às cidades históricas, a ser realizado em conjunto com os municípios e constituindo-se como “uma espécie de laboratório de Quito em escala nacional” (GIANNECCHINI, 2014, p. 61). A partir daí, o Ministro da Cultura Francisco Weffort, pediu ao então presidente do IPHAN Glauco Campello, a formulação do projeto inicial.

No primeiro estudo, apresentado em 1996 o Iphan, colocado na posição central de gerenciador do programa, considerava intervir em centros históricos de seis cidades, atuando sobre edifícios, serviços urbanos básicos, instalações voltadas à dinamização econômica, reinserção social e econômica da população residente. Previa-se ainda o fortalecimento institucional do órgão federal de preservação a partir de estruturação metodológica e de pessoal, com o objetivo de superar a precária situação em que Iphan se encontrava naquele momento.

Após este primeiro momento, seguiram-se dez missões do BID

ao Brasil para montagem e detalhamento do programa, e durante este processo geraram-se desconfiças a respeito da capacidade do Iphan em gerenciá-lo, haja vista as fragilidades do órgão aos olhos do BID: ineficiência, desorganização, falta de transparência e ausência de critérios claros para definição de valores dos bens culturais. Desta maneira, por pressão do BID, o IPHAN foi afastado da posição central do projeto, ficando com a atribuição de desenvolver apenas a componente de fortalecimento institucional bem como fiscalização e aprovação dos projetos nos núcleos históricos (ibid., p. 63). A partir deste impasse, o ministro da cultura indicou Pedro Taddei, profissional com experiência de trabalho em empresas públicas, para coordenar a Unidade Central de Gerenciamento de projetos (UCG), uma estrutura paralela ligada ao MinC e descolada da atividade corrente do Iphan (ibid., p. 64).

Este evento revela o grande poder que o BID teve nas articulações para a formulação do programa Monumenta, demonstrando como a atuação do banco não se limita a financiar projetos, mas tem também como objetivo ser parceiro intelectual e político na implementação de programas de desenvolvimento (ibid., p. 65). Além de emprestar dinheiro, o BID possui quadros técnicos altamente especializados para ser formulador de políticas, produtor e veiculador de ideias e caminhos para o desenvolvimento econômico. Desta maneira, além de poder financeiro o banco se reveste de capital simbólico, tornando-se referência conceitual por meio de publicações sobre o desenvolvimento que são consideravelmente mais citadas do que aquelas produzidas pelos governos e instituições de pesquisa (GIANNECCHINI, 2014, p. 82).

Com a retirada do Iphan da posição central, a UCG, responsável pela execução do programa, era composta por consultores contratados através da UNESCO-Brasil, que eram responsáveis pelo planejamento e acompanhamento da execução de componentes do programa, bem como pelo suporte dado aos municípios participantes. A participação da UNESCO-Brasil no programa, apesar de não prevista inicialmente, buscava também conferir agilidade à execução do programa, evitando os controles burocráticos da administração pública direta (SANT'ANNA, 2017, p. 323). O Monumenta foi, portanto, um caso de política pública coordenada e executada por estrutura terceirizada e apartada das estruturas estatais permanentes, o que exemplifica a visão do banco acerca de como as políticas

públicas deveriam ser estruturadas para se tornarem mais eficientes, pressupondo a diminuição do papel do Estado na conservação do patrimônio, tendo como expectativa que após a implementação do Monumenta, o patrimônio tornar-se-ia autossustentável financeiramente (BONDUKI, 2010, p. 38).

Neste ponto, chama atenção a concepção de sustentabilidade adotada pelo programa. Como já foi dito, o objetivo do programa é, por meio da intervenção no patrimônio, promover processos de desenvolvimento local que sejam sustentáveis, ou seja, que dêem retorno econômico suficiente para a manutenção das ações executadas. Percebe-se aqui uma concepção economicista da sustentabilidade, bastante diferente daquela desenvolvida a partir da década de 1970, inicialmente mais relacionada à conservação ecológica e que posteriormente passou a abranger aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos para indicar um sistema adequado às realidades locais e durável, capaz de se auto organizar, de ter continuidade. No caso do Monumenta, no entanto, esta expectativa de continuidade está preponderantemente relacionada aos aspectos financeiros do que às outras dimensões da sustentabilidade – relacionadas, por exemplo, ao alcance público e social das intervenções –, demonstrando que a qualidade de “sustentável” que se impôs no Monumenta é a noção própria de um banco:

O programa terá alcançado seus objetivos em longo prazo (metas) (a) quando as áreas do projeto sejam capazes de manter as características restauradas sem necessidade de recorrer aos fundos federais adicionais para sua manutenção; (b) quando aumentar o conhecimento público e melhorar sua atitude em relação ao patrimônio cultural e histórico do país, e (c) quando a estratégia utilizada no desenvolvimento desse programa seja aplicada na recuperação de sítios que não figurem nesse programa, seja com a participação do Banco ou não (BRASIL, 1999, p.22)

Este excerto mostra ainda a preocupação do BID em promover mudanças na política pública de patrimônio, reduzindo o papel do Estado na conservação. Para George da Guia, o termo sustentabilidade é, portanto, um eufemismo para “uma prática doutrinária posta em prática, desde os anos 1980, do

autofinanciamento e diminuição do papel do urbanismo normativo no ordenamento territorial e da gestão dos recursos públicos” (GUIA, 2018, p.240), dentro de uma concepção da ação pública cada vez mais financeirizada que levaria os municípios a apostarem em obras e investimentos que apresentam maiores taxas de retorno.

Diversos autores (BONDUKI, 2010; GIANNECCHINI, 2014; GUIA, 2018) estabelecem como marco temporal o ano de 2003 como ponto de inflexão no direcionamento do Monumenta, devido à chegada de Lula à presidência, sucedendo Fernando Henrique Cardoso. Giannecchini (2014) aponta como motivos para esta inflexão (1) a mudança na gestão nacional do programa, que passa a ser formada por equipe de urbanistas mais ligados à defesa da função social da propriedade e ao direito à terra urbana, (2) ao acompanhamento da Casa Civil que garantiu aprimoramento dos instrumentos de monitoramento e melhoria da disponibilidade de recursos humanos e financeiros, (3) maior articulação interministerial, como o Ministério das Cidades, Meio Ambiente, Turismo, Educação, além da Caixa Econômica Federal e o (4) reposicionamento do papel do Iphan no programa. Para Bonduki (2010) a maior articulação do programa às demais políticas públicas do governo federal abriu perspectivas mais amplas para suas intervenções, possibilitando a inserção de usos como universidades públicas e habitação social nos núcleos históricos. Neste sentido, Bonduki, Giannecchini e Guia compreendem que neste período houve certa flexibilização do direcionamento inicial, conferindo maior atenção às funções sociais e públicas em contraste com o foco mais restrito no retorno econômico relacionado ao turismo que caracterizou a fase anterior.

Guia (2018, p.250), por sua vez, ressalta que a mudança de direcionamento do Monumenta, deve-se também ao papel do Ministro Gilberto Gil na formulação da política cultural do novo governo, compartilhando de certas ideias da gestão anterior, porém colocando o foco na cultura como indutor de desenvolvimento social ampliado. Nesse sentido, é interessante recorrer aos discursos de Gil como ministro, nos quais ressalta a responsabilidade do Estado - e não do mercado - pela formulação e execução de políticas públicas e o papel da cultura como área central – e não periférica - para a superação das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento nacional (GIL, 2003, p.11, 62 e 63), defendendo uma atuação do Minc que fosse transversal a todos os demais

ministérios. Para Gil, era necessário “ampliar o raio das discussões e intervenções, de modo que possamos entrelaçar política, economia, educação, cultura, etc” (GIL, 2003, p.21). Seria preciso, portanto, encarar e valorizar a cultura como “dimensão simbólica da existência social brasileira”, “como eixo construtor de nossas identidades”, mas também como “fato econômico capaz de atrair divisa para o país – e de, aqui dentro, gerar emprego e renda” chamando atenção para o incentivo aos dinâmicos setores da “economia da cultura” e da “economia do lazer” (GIL, 2003). Em relação ao patrimônio histórico-cultural, o ministro o reconhece como um conhecimento que é base para nossa afirmação como povo e nação, e ao mesmo tempo riqueza a ser explorada pelo turismo cultural, citando o exemplo dos países da Europa como referência para a utilização econômica do patrimônio.

A tônica dos discursos de Gil, ao estabelecer a diferença da atuação do MinC em relação ao governo anterior, mas ressaltar a importância da relação entre cultura e economia, é representativa da mudança no conceito de sustentabilidade empregada pelo Programa Monumenta a partir de 2003. Neste sentido, Guia (2018) chama atenção para o fato de que apesar da inflexão conceitual no âmbito do Monumenta, o tema da sustentabilidade econômica se manteve presente durante todo o programa. Disto resulta a percepção de que a noção de sustentabilidade foi ambígua durante a execução do programa, oscilando entre uma visão mais neoliberal, voltada para as atividades econômicas fomentadas pelo mercado, e uma visão que pressupõe maior participação do poder público para atender demandas sociais de habitantes e usuários dos centros históricos (BONDUKI, 2010, p.24).

As bases da sustentabilidade econômica das intervenções urbanas são constituídas por dois mecanismos financeiros inovadores na gestão do patrimônio cultural brasileiro: o fundo municipal de preservação e o financiamento de imóveis privados. O fundo é o mecanismo de captura da poupança local gerada pelos investimentos na área de projeto e deve ser criado pelos governos locais como pré-condição para que os municípios participantes tivessem acesso aos recursos do programa. Este instrumento permite receber recursos de diferentes fontes (doações, transferências intergovernamentais e receitas geradas por aplicações financeiras) separando-os do caixa da prefeitura para destiná-los exclusivamente à preservação

do patrimônio, sendo, portanto, ferramenta indispensável para garantir a desejada sustentabilidade da intervenção. De acordo com o Regulamento Operativo do programa, o Fundo é composto pelos recursos provenientes das diferentes atividades geradas pelos investimentos, como aluguéis, pagamento das prestações do financiamento, valores de entradas aos monumentos, museus, centros culturais e eventos promovidos com recursos do Monumenta. É composto também pelos repasses por parte do governo local e ou estadual e, principalmente, da amortização da dívida dos empréstimos para proprietários de imóveis privados. O Governo local assumiria, ainda, o compromisso de prever repasse anual ao Fundo durante 20 anos, seja de parte do IPTU gerado na área do projeto, seja de outras fontes, além de criar um Conselho Curador formado por representantes do poder público e entidades da sociedade civil, com autonomia para definir estratégias de utilização e movimentação dos recursos (MinC, 2003; GUIA, 2018, p.246; BONDUKI, 2010, p.46).

A implantação dos Fundos Municipais permitiria, assim, a conversão de ativos de pouca liquidez – no caso, as edificações históricas - em ativos de grande liquidez por meio da recuperação física e reinserção no mercado com novos usos, ampliando o valor do imóvel recuperado. No entanto, apesar de 71% dos fundos localizarem-se em cidades com até 100 mil habitantes, a poupança destes municípios representava apenas 26% do saldo total dos fundos, enquanto as cidades com mais de 1 milhão de habitantes concentravam a maior parte dos recursos (GUIA, 2018, p.246). Os motivos para este desequilíbrio podem estar, dentre outras razões, na dificuldade dos municípios menores em implantar os fundos, a ponto de a coordenação nacional do programa ter tido que apoiá-los por meio da capacitação dos conselheiros, mobilização social, divulgação e desenvolvimento de projetos (DIOGO, 2009, p.37), além de conscientizar acerca da importância dos fundos para reduzir a dependência do município em relação aos governos federal e estadual. Para Giannecchini (2014), o fato de os fundos não terem sido devidamente apropriados pelas prefeituras fez com operassem de forma bastante modesta em relação ao seu potencial (GIANNECCHINI, 2014, p.28).

A principal fonte de poupança para os fundos é o instrumento chamado Financiamento de Imóveis Privados, presente desde o início da concepção do programa, mas que só passou a ser de fato

implementado a partir de 2006, sete anos após a assinatura do contrato com o BID. Isto ocorreu devido à grande dificuldade que este componente do programa teve para se viabilizar, pois se tratava de um instrumento novo, no qual o BID tinha pouca experiência, e que pressupunha a articulação com diversos atores políticos públicos e financeiros (GIANNECCHINI, 2014, p.156). Além do tempo necessário à maturação da nova ferramenta, a viabilização do financiamento ocorreu devido a já citada mudança de perspectiva do programa pós 2003, que passou a dedicar maiores esforços não apenas às ações de promoção turística, mas também ao atendimento das demandas dos habitantes locais.

Outro fato que contou para a viabilidade de implementação concreta do financiamento foi a adaptação feita no mecanismo financeiro previsto inicialmente para que se adequasse à realidade dos beneficiários do Monumenta. De acordo com Diogo (2009), a partir do momento em que a moradia passou a ser vista como eixo estrutural das estratégias de recuperação dos centros históricos dos municípios beneficiados pelo programa, foi colocado como foco prioritário o atendimento à demanda da população de baixa renda, ou seja, famílias que recebem até 3 salários mínimos e que respondiam em 2000 por 82,5% do déficit habitacional (DIOGO, 2009, p.29).

O objetivo do financiamento era basicamente promover a recuperação física das edificações situadas dentro de perímetro de ação do Monumenta para fins de moradia ou uso misto. Desta forma, esta ferramenta alinha-se com os novos paradigmas que ascenderam a partir dos anos 1970 no campo do patrimônio, colocando em destaque a necessidade de valorização do contexto urbano, conformado por edificações não-excepcionais do ponto de vista histórico ou artístico, mas que, em conjunto, são portadoras de significados acerca dos hábitos cotidianos e das práticas sociais dos habitantes. Desta maneira, o financiamento de imóveis privados promove não apenas conservação material do patrimônio, mas busca também garantir a permanência dos moradores nos centros históricos em condições mais salubres, valorizando a dimensão humana do patrimônio e atuando simultaneamente como política cultural e social.

Os itens financiáveis consistiam desde a recuperação de fachadas e coberturas, estabilização estrutural, embutimento de fiação elétrica, o projeto arquitetônico da reforma e, para os casos de famílias de renda até três salários mínimos, o financiamento de obras em

instalações sanitárias e a adequação do imóvel à criação de um negócio para geração de renda. Os imóveis eram selecionados por meio de editais específicos para cada município, destinados a pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou inquilinos, e adotavam como critérios de seleção a relevância histórica, o estado de conservação, bem como contrapartida a ser investida no imóvel e a faixa de renda do proponente (ibid., p. 34).

Com o afrouxamento das rígidas regras iniciais, o financiamento passou a ser altamente subsidiado (ibid., p.39), tornando-o mais barato que qualquer outro financiamento de mercado à época e oferecendo: juro zero, com correção anual apenas pela inflação, inexistência de limite de idade para contrair o financiamento, prazo de carência de 6 meses a partir da conclusão das obras, pagamento da dívida em até 20 anos e possibilidade de adiantamento dos recursos para o início das obras. A cobrança mensal é feita pela Caixa por meio de boletos em favor dos Fundos Municipais de Preservação – ou seja, os recursos se mantêm na cidade para viabilizar novas ações. Apesar das condições facilitadas, muitos proponentes tiveram suas propostas não contempladas por não conseguirem atender às solicitações de documentação nos prazos estabelecidos, principalmente aquela relativa a projetos, orçamentos e cronograma de obra (ibid., p.35) o que demonstra falta de comunicação do programa com a comunidade, bem como a necessidade de assessoria técnica aos proponentes.

As cidades que tiveram maior adesão aos editais de financiamento foram Natividade (TO), Goiás (GO), Lençóis (BA) e Cachoeira (BA), o que nos mostra que os impactos do instrumento foram mais relevantes nas pequenas cidades, que têm sítios históricos proporcionalmente grandes em relação à área urbana. O caso de Natividade (TO) é emblemático neste sentido pois foram recuperados 61 dos 85 imóveis situados na área protegida, o que corresponde a 72% das edificações residenciais, habitadas quase todas por famílias com renda de até três salários mínimos (DIOGO, 2009, p.25). No total, foram investidos no financiamento em Natividade R\$ 820 mil, o que corresponde a mais de três vezes o rendimento total anual das famílias residentes no Centro Histórico, impactando positivamente a economia local ligada à construção civil e demandando a qualificação e especialização da mão de obra local para realizar as obras (ibid., p.46).

Do total de contratos assinados até 2009, mais de 40% foram

para famílias com renda de até três salários mínimos e cerca de 60% do total correspondiam a valores de até R\$20 mil, representando apenas 17% do total de recursos investidos até aquele momento (ibid., p.24). Para Giannecchini, o dado mais interessante sobre o financiamento foi a verificação de que, 11 anos depois, 87% de toda a população atendida ainda permanecem em seus imóveis, demonstrando que, ao contrário do que comumente acontece em programas de reabilitação urbana, não houve alteração do perfil social do morador e a aprovação dos beneficiários ao programa de financiamento é de 94% (GIANNECCHINI, 2014, p.46).

Estes números indicam que o direcionamento do Financiamento de Imóveis Privados para a população de baixa renda gerou, com relativamente poucos recursos, muitos impactos locais positivos seja do ponto de vista econômico, seja dos pontos de vista social e cultural, demonstrando uma concepção de sustentabilidade menos restrita que aquela inicialmente enunciada pelo programa. Pelo aspecto econômico-empresarial, ampliou-se o fluxo de capital nos centros históricos, aumentando a liquidez e valor imobiliário aos imóveis recuperados, otimizando a infraestrutura instalada diminuindo, assim, a obsolescência funcional e criando melhores condições espaciais para o turismo se desenvolver (GUIA, 2018, p.248). Olhando a partir das dimensões social e cultural promoveu-se a melhoria das condições de moradia, a manutenção da população e das atividades tradicionais nos centros históricos, fortalecendo sua presença e seus vínculos com o bairro e, portanto, protegendo a base social que confere vitalidade e legitimidade ao patrimônio.

O modo de funcionamento do Fundo Municipal e de sua principal fonte de poupança, o Financiamento de Imóveis Privados, reflete o forte direcionamento municipalista do Programa, em consonância com (1) as formulações sobre o conceito de Desenvolvimento Local, que defendem a importância da autonomia local como forma de melhor distribuir o processo técnico-produtivo e de democratizar os processos decisórios, e (2) e ao texto da Constituição de 1988, que transfere aos municípios decisões e instrumentos para a elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente as de cunho urbanístico. Esta ideia de descentralização que está na base do modelo institucional proposto pelo Monumenta, pode ser considerada como uma radicalização do modelo implementado pelo PCH nos anos 1970, que era baseado na

divisão de tarefas com os estados. No Monumenta, os municípios selecionados são subexecutores do programa, responsáveis por criar e gerenciar o Fundo Municipal, nomear o Conselho Gestor do Fundo, criar as Unidades de Execução de Projeto locais (UEPs) e nomear seus quadros técnicos, que têm a atribuição de “preparar, coordenar, supervisionar, executar e administrar financeiramente seu projeto, trabalhando com o pessoal técnico-administrativo do município” (BONDUKI, 2010, p.42). Cabia às UEPs a elaboração do Perfil de Projeto, documento no qual são sistematizadas as informações sobre as principais características do núcleo histórico, apresentada a situação dos bens tombados e da área urbana protegida, explicitada a estratégia de projeto a ser implementada e definidas as intervenções a serem realizadas, com seus respectivos impactos ambientais, sociais e econômicos (BONDUKI, 2010, p.41).

Do ponto de vista financeiro o esquema de funcionamento do Monumenta se mostrou bastante vantajoso para o município visto que do orçamento total de US\$ 125 milhões, metade foi proveniente do financiamento do BID, a outra metade de recursos governamentais. Desta parte, 70% provinham do Governo Federal e 30% dos municípios, como contrapartida. Assim, o município recebia os benefícios do programa investindo apenas 15% do valor total da intervenção e ainda se beneficiava do retorno financeiro destinado ao Fundo Municipal de Preservação (BONDUKI, 2010, p.42).

No entanto, diversos autores (DIOGO, 2009; BONDUKI, 2010; GIANNECCHINI, 2014) apontam que a abordagem municipalista do Monumenta esbarrou nas fragilidades dos municípios, o que tornou a implantação do programa muito lenta. Diante das inúmeras e essenciais tarefas que cabiam ao município, esbarrou-se em estruturas governamentais locais frágeis, dificuldades financeiras, rotatividade e despreparo do quadro técnico das prefeituras, superposição de burocracias e maior suscetibilidade a desavenças políticas que atrapalhassem o andamento do programa (GIANNECCHINI, p.170-173). Além disto, frequentemente o poder local não se sentiu responsável pela preservação, comprometendo a ideia de sustentabilidade que previa que a conservação pudesse ter continuidade mesmo após o fim do programa, o que depende da ação local. Isto é agravado pelo fato de que muitas prefeituras enxergavam o Monumenta apenas como mais um programa do Governo Federal, repassando recursos para o município. De acordo com Bonduki

(2010), esta constatação não indica um problema de concepção do programa, mas reflete a mentalidade hegemônica construída durante décadas de centralismo na autoridade nacional que deixou como legado a tradição dos prefeitos com “pires na mão”, “pedindo recursos federais para obras, com apoio de deputados e contrapartidas políticas” (BONDUKI, 2010, p.43). Giannecchini, por sua vez, relata que os gestores do programa consideraram o municipalismo do Monumenta como um problema (GIANNECCHINI, p.217), pois não considerou a capacidade real dos municípios em assumir as funções que lhes foram delegadas .

A ideia de descentralização presente no Monumenta, além do municipalismo, também se reflete na implementação de processos participativos com o objetivo de estabelecer interlocução com os atores sociais locais para a concepção das intervenções. Nesse sentido, podemos considerar que a proposta do Monumenta vem na esteira dos novos paradigmas que se apresentavam nas últimas décadas do século XX, em diversos campos do conhecimento, que estabeleciam a necessidade de a sociedade emergir como co-protagonista da política, ao lado do Estado e do mercado, para superar “o maior dualismo do pensamento político moderno” (SANTOS, 2013, p.105), aquele que se dá entre Estado e sociedade civil. Nesta toada, enquanto os formuladores do conceito de desenvolvimento local questionavam a típica relação centralista “de cima para baixo”, as cartas patrimoniais passavam a reconhecer que as comunidades – e não apenas os especialistas - têm papel ativo na identificação e na intervenção no patrimônio (Conselho da Europa, 1975), enquanto o BID, à medida em que direcionava sua ação para o estabelecimento de nexos entre cultura e desenvolvimento, reconhecia a necessidade de maior participação social nas intervenções no patrimônio, como elemento essencial para conferir sustentabilidade às ações do banco (GUIA, 2018, p.110 e 114). A proposta no Monumenta pode, ainda, ser compreendida no contexto da inserção do planejamento participativo no texto da Constituição de 1988 e, mais particularmente, no redirecionamento dado ao Ministério da Cultura após 2003 por Gilberto Gil, que considerava que um dos fatores essenciais para retomar o papel do MinC como órgão formulador e executor de uma política cultural para o país era “deflagração de um amplo processo participativo capaz de subsidiar a construção dessa política” (GIL, 2003, p.50).

Neste caminho, o Monumenta previa que o Perfil de Projeto de cada município fosse desenvolvido pelas UEPs a partir de processo participativo, que reunisse diversos segmentos da comunidade local. Para isto foi utilizado o método ZOPP (Ziel-Orientierte Projekt Planung, em alemão), que traduzindo para o português significa Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos. Esta ferramenta é utilizada para o planejamento participativo de projetos nas mais diversas áreas e consiste em duas fases: a primeira é a etapa de análise, na qual são realizados diagnósticos da situação existente, prognósticos da situação futura, identificação do objetivo desejado pelo público alvo e seleção da estratégia a ser adotada. A etapa seguinte, direcionada à concepção do plano do projeto se caracteriza por sumarizar numa matriz lógica toda a estratégia do projeto (PMKB, 2020).

Para Bonduki (2010), o processo foi a experiência mais abrangente de participação social em um programa de preservação que já ocorreu no país, no entanto, considera que os resultados ficaram muito aquém do desejado. Isto ocorreu pois, devido às grandes dificuldades que o Monumenta teve para ser implantado, decorreu um longo intervalo entre a realização das oficinas ZOPP, realizadas no início do programa, e a efetiva execução das intervenções, o que desmobilizou a população e descreditou o processo (BONDUKI, 2010, p.45). Além disto, as oficinas participativas tiveram duração muito curta, apenas três dias, e contaram representação limitada da comunidade na maioria dos municípios (GIANNECCHINI, 2014, p.267). Se no início da concepção dos projetos a participação foi considerada falha, durante a implementação nenhum município contou com alguma instância de participação permanente da sociedade. Desta maneira, mesmo nos casos em que houve modificações nos perfis de projeto elaborados inicialmente, não houve qualquer debate público, ficando as decisões técnicas e políticas exclusivamente sob a responsabilidade da UEP, da UCG, do escritório local do Iphan e da prefeitura (BONDUKI, 2010, p.45-46).

Diante destes fatos, Sant’Anna aponta que o processo participativo no Monumenta foi superficial, e não possibilitou uma “reflexão mais profunda sobre a problemática patrimonial, social e econômica local, a fim de que se pudesse identificar as demandas e as potencialidades capazes de dar sustentabilidade real aos projetos”

(SANT’ANNA, 2017, p.332). Para Giannecchini, o processo participativo realizado no programa não possibilitou que a sociedade influenciasse de fato nas definições da política pública, tornando-a meramente o “público-alvo” (GIANNECCHINI, 2014, p.267).

Luiz Fernando de Almeida (2021), coordenador do Monumenta de 2005 a 2012 e Dalmo Vieira Filho (2021), superintendente do IPHAN-SC 1994 a 2013, consideram algumas destas críticas exageradamente dogmáticas e apontam dificuldades estruturais e metodológicas para a realização de processos participativos mais abrangentes. Do ponto de vista estrutural há um problema que não é exclusividade do Programa Monumenta: a falta da cultura da participação, seja por parte do Estado, seja por parte da sociedade (ALMEIDA, 2021), enquanto do ponto de vista metodológico e burocrático Almeida aponta que as dificuldades para a realização de processos participativos no âmbito do Monumenta relacionavam-se à incapacidade de a municipalidade contratar projetos, ao tempo necessário para contratação, às mudanças políticas durante o processo, à cobrança por eficiência e pela apresentação de resultados. Nesse sentido, Almeida (2021) e Vieira Filho (2021) consideram que apesar de o Monumenta não ser experiência exemplar em participação social constitui avanço do ponto de vista tecnocrático, tendo em mente que a melhor forma de construir a cultura da participação é realizando mais processos participativos, mesmo que falhos.

Ainda na chave da abordagem municipalista e descentralizadora proposta pelo Monumenta, é relevante o fato de que os municípios participantes tinham, na sua maioria, menos de 100 mil habitantes (16 de 26, ou 61,5%), sendo a maior parte destes menores que 50 mil habitantes (11 de 26)¹. Esta seleção revela a preocupação do programa em diversificar sua atuação para além dos núcleos históricos mais conhecidos e consolidados nas políticas de preservação do patrimônio, contemplando municípios em todas as regiões do país, representantes de manifestações arquitetônicas e urbanísticas de várias épocas e ciclos econômicos e com diferentes inserções na hierarquia urbana nacional.

No entanto, esta lista final de municípios selecionados só foi definida após um longo processo de debates envolvendo um grupo de trabalho que continha representantes do MinC, do BID, da UNESCO, do Iphan, da Embratur e de Universidades. Inicialmente, a proposta do BID em 1996 era concentrar o programa em um pequeno número

1 Os municípios que tinham até 50 mil habitantes à época de sua seleção para o Programa eram: Alcântara (MA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Goiás (GO), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), São Francisco do Sul (SC) e Serro (ES). Aqueles que tinham entre 50 e 100 mil habitantes eram: Icó (CE), Corumbá (MS), Penedo (AL), São Cristóvão (SE).

de municípios, entendidos como uma “amostra representativa”, um projeto piloto que poderia ser ampliado posteriormente. Para isto haviam sido selecionadas as metrópoles São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que são porta de entrada do turismo no país, e dois núcleos com título de Patrimônio da Humanidade conferido pela UNESCO: Olinda e Ouro Preto, destinos turísticos nacionais já consagrados. Em 2000, no entanto, devido às pressões feitas ao Governo Federal para que o número de municípios fosse ampliado, foi formada uma comissão especial constituída de especialistas independentes da área de patrimônio para a elaboração de uma lista classificatória dentre os 101 núcleos tombados, dentre os quais 20 primeiros passariam a fazer parte do programa (BONDUKI, 2010, p.40; GUIA, 2018, p.238; GIANNECCHINI, 2014, p.71-76).

Diante da necessidade de estabelecer critérios neutros de eletividade foi contratado estudo do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que realizou amplo levantamento do processo histórico de formação dos sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal e apontou a necessidade de uma caracterização baseada em critérios regionais, de grupos sociais formadores e de períodos históricos participantes da memória nacional. A partir daí o Grupo de Trabalho estabeleceu como critérios a pluralidade social, étnica e religiosa, a descentralização regional, a singularidade, o risco iminente de degradação e a diversidade cronológica (GIANNECCHINI, 2014, p.72-75). Desta maneira, além dos seis municípios iniciais já citados, foram incluídos centros históricos de metrópoles regionais, como Porto Alegre, Belém e Manaus; alguns dos mais importantes polos de mineração, como Mariana, Congonhas do Campo, Diamantina e Serro (MG), Goiás (GO), Natividade (TO) e Lençóis (BA); núcleos nordestinos ligados à produção de açúcar, algodão e fumo, como Cachoeira (BA), Laranjeiras e São Cristóvão (SE) e Alcântara (MA); importantes portos, como Corumbá (MS), Penedo (AL) e São Francisco do Sul (SC), e núcleos históricos representativos do processo de ocupação do interior do país, como Icó (CE), Pelotas (RS) e Oeiras (PI) (BONDUKI, 2010, p.40). Como dissemos, a maioria destes núcleos selecionados ficam em municípios com menos de 100 mil habitantes, que sofrem os problemas característicos de cidades pequenas como baixo dinamismo econômico, regressão demográfica, baixa renda da população e pirâmide etária com predominância de idosos, devido à migração da

população jovem economicamente ativa.

Para Endlich (2006), o conceito de pequenas cidades é de difícil elaboração pois envolve questões quantitativas e qualitativas, além de depender do contexto geográfico em que cada cidade está inserida. Nesse sentido, embora o tamanho demográfico seja um dado relevante, a classificação hierárquica de diferentes aglomerações da rede urbana é uma tarefa comparativa, que visa estabelecer relações com as demais cidades do entorno, e por isso, fatores “que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço podem ser consideradas como de cidade média em outro contexto” (ENDLICH, 2006, p.87). O fator relevante para a classificação refere-se aos papéis que determinado núcleo urbano exerce no conjunto urbano, de modo que a medida de importância de uma cidade está diretamente relacionada à sua área de influência. Nesse raciocínio, são determinantes critérios como a densidade e complexidade das atividades terciárias e da economia urbana de forma geral, o poder aquisitivo da sociedade local, a presença de centros decisórios, grau de urbanização, anos de estudo da população, etc. (ENDLICH, 2006, p.87-89; MOTTA; AJARA, 2001, p.8-9).

Para os fins deste estudo, em vez de adotar uma tipologia rígida para falar de cidades pequenas, nos interessa adotar um critério capaz de dar conta de abarcar os municípios de até 100 mil habitantes participantes do Monumenta, que possuem dinâmicas urbanas, econômicas, políticas e institucionais comparáveis entre si, quando em contraste com as metrópoles. Cunhado por Milton Santos, o conceito de cidade local nos ajuda a compreender o que estes municípios têm em comum, referindo ao tipo de agrupamento urbano “capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71), sempre situadas em relação às hierarquias superiores: cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. O conceito de Santos tem convergências com a classificação do IBGE de “centro local”, como aquele que cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, ou que apresentam área de influência apenas em uma área imediata ao seu entorno municipal, sobre outras pequenas cidades (IBGE, 2008; FERNANDES, 2018, p.19), classificação que se aplica a todos os 16 municípios com menos de 100 mil habitantes que participam do Monumenta.

Guardadas as diferenças entre os municípios desta faixa

demográfica, é possível dizer de forma geral que este é grupo de cidades que mais apresentou fragilidades políticas, financeiras e institucionais que dificultaram a implementação do programa. Isto se deve a alguns problemas bastante comuns em municípios deste porte, como a falta de atividades econômicas rentáveis e de empregos (MAIA, 2010, p. 29 e 38; ENDLICH, p. 64 e 276), problemas na oferta de serviços, como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, entre outros serviços (FERNANDES, 2018, p.19), o decréscimo de população, ou crescimento abaixo da média, devido ao êxodo da população jovem, que parte à procura de oportunidades de trabalho e estudo em cidades maiores, além de carências de atividades recreativas e lúdicas (ENDLICH, 2006, p. 276).

O Monumenta, ao privilegiar estes centros locais, contribuiu para democratizar as políticas públicas urbanísticas e de patrimônio, que historicamente têm como foco as cidades maiores (ENDLICH, 2006, p.320), apesar de o número de municípios com menos de 100 mil habitantes representarem 94% do total (IBGE, 2020). Ainda que o número de cidades contempladas seja insignificante frente ao total de municípios brasileiros, consideramos que a seleção feita pelo Monumenta representa um avanço da compreensão dos problemas e potenciais desta categoria de municípios, dando um passo na direção do enfrentamento da questão do desenvolvimento territorial desigual.

Do ponto de vista da preservação do patrimônio material dos centros históricos, a baixa atividade econômica faz com que as pequenas cidades sofram com o elevado grau de deterioração dos imóveis devido a dois fatores. Um deles é a baixa renda de boa parte da população destes núcleos, que não tem condições para garantir a conservação adequada, e o outro é a tendência de os proprietários de imóveis de maior renda deixarem seus imóveis desocupados, indo morar em outros bairros ou mesmo em outro município de maior porte, mas sem se desfazer do antigo imóvel, que fica sem uso e sujeito à deterioração.

Mesmo com as fragilidades características das cidades menores, foi justamente nelas que o investimento realizado pelo Monumenta se mostrou mais eficiente, quando comparado com aquele feito nas cidades maiores. Isto ocorreu porque o volume de recursos aportados pelo programa teve peso muito significativo frente aos orçamentos municipais, o que levou muitos destes municípios a darem grande atenção ao programa, enquanto nas cidades maiores a dimensão dos

investimentos era proporcionalmente muito menor em relação aos orçamentos (BONDUKI, 2010, p.307). O financiamento de imóveis privados é bom exemplo disto, pois, além de ter tido um processo mais simples e ágil nestas cidades, as reformas puderam ser feitas com poucos recursos e, devido a pequena dimensão dos núcleos históricos, provocaram grandes impactos na reabilitação física das edificações, bem como na economia e no mercado de trabalho locais (ibid. p.285). A cidade de Natividade (TO), como já mencionamos, foi exemplo disso, assim como os municípios de Goiás (GO), Lençóis (BA), Cachoeira (BA), Ouro Preto (MG), Penedo (AL). A cidade de Cachoeira (BA) também foi referência de bons resultados devido à implantação de campi universitários - juntamente com Laranjeiras (SE) – além de ter obtido sucesso nas ações de requalificação de espaços livres públicos, da mesma forma que Icó (CE), Corumbá (MS), São Francisco do Sul (SC), Lençóis (BA), São Cristóvão (SE) e Ouro Preto (MG).

A ênfase no aspecto urbanístico das intervenções no patrimônio é uma das grandes inovações do Monumenta quando comparados aos programas anteriores. O PCH, por exemplo, realizou apenas uma intervenção em espaços públicos, enquanto no Monumenta 25 das 26 cidades participantes receberam ações urbanísticas em ruas, calçadas, praças, largos, escadarias, parques e orlas marítimas e fluviais, que receberam recuperação de calçamento, iluminação, sinalização, mobiliário urbano e paisagismo. Esta nova abordagem está em sintonia com a mudança na prática de seleção de áreas urbanas como patrimônio que se processou na década de 1980, quando os critérios estéticos e artísticos que pautavam a proteção das cidades-monumento começaram a perder espaço para valorização dos núcleos históricos como objetos ricos em “informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história” (SANT’ANNA, 2014, p.301). Seriam, assim, cidades-documento, pois passavam a ser percebidas como documento vinculado não apenas à arquitetura e à arte, mas também à história, à etnografia, à arqueologia e ao urbanismo. A partir da disseminação deste novo conceito foram tombados seis centros históricos que não apresentavam as características de excepcionalidade normalmente adotadas, mas que se constituíam como documentos da história urbana do país, são eles Laguna (SC), São Francisco do Sul (SC), Natividade (TO), Cuiabá (MT), Pirenópolis (GO) e Corumbá (MS), três dos quais participantes

FIGURA 1

Mercado de Penedo (AL). Restaurado pelo Programa Monumenta.
Fonte: Bonduki, 2010.



FIGURA 2

Largo do Théberge, Icó (CE). Requalificado pelo Programa Monumenta.
Fonte: Bonduki, 2010.



FIGURA 3

Orla fluvial de Cachoeira (BA). Requalificada pelo Programa Monumenta.
Fonte: Bonduki, 2010.



do Monumenta. Neste novo contexto, as intervenções em centros históricos estariam menos pautadas pela lógica do deleite estético dos monumentos e mais relacionada à valorização dos processos históricos de produção do espaço urbano, critério no qual ascendem como protagonistas o tecido urbano e as edificações banais com configuram a morfologia da cidade e os espaços livres públicos.

O Monumenta, ao conferir cunho urbanístico às intervenções, demonstra a compreensão de que as cidades históricas são de natureza urbana, não apenas cultural, estabelecendo assim a interface da preservação com o planejamento e o projeto urbanos. Dessa maneira, o programa se propõe a atuar não apenas na restauração de monumentos, mas também na questão da moradia e na requalificação de espaços livres públicos. Expande-se, assim, a gama de problemas a serem tratados para muito além do aspecto estético-sensorial, interferindo em questões como direito à cidade, qualidade de vida e dinâmicas de crescimento urbano. A questão do incentivo à moradia nos centros das cidades, por exemplo, representa uma política no sentido de reverter o processo de esvaziamento dos núcleos históricos, que acarretam a subutilização dos recursos disponíveis nas áreas centrais, como infraestrutura, sistema de transportes, estoque imobiliário, enquanto provoca a extensão da mancha urbana para as periferias, em áreas desprovidas de infraestrutura e geralmente distantes dos locais de trabalho. Este desequilíbrio do uso do solo resulta em má utilização dos recursos públicos, satura o sistema de transportes e reforça a segregação socioterritorial (BRASIL, 2005, p. 9,12,17-18). Portanto, intervir urbanisticamente no centro de uma cidade é necessário para enfrentar estes desequilíbrios e promover a democratização do acesso na área central.

A requalificação dos espaços públicos, por sua vez, atua não apenas sobre as formas físicas, mas também sobre as práticas sociais dos diversos grupos da sociedade que ocupam os centros. Projetar e qualificar estes espaços para a apropriação pública tem função política fundamental, pois pode fortalecer a ideia de cidade enquanto locus da vida pública, como lugar de encontro e comunicação entre diferentes, de manifestações culturais e políticas, de festas e protestos, conflitos e dissensos (LEITE, 2004, p.8 e 359; QUEIROGA, 2012, p.132, 248, 262). Ou, ao contrário, o projeto pode colaborar para a segregação socioespacial, expulsando fisicamente e apagando a memória dos grupos indesejados para criar espaços assépticos destinados ao

consumo.

Nas cidades pequenas os centros são proporcionalmente ainda mais importantes, pois na maior parte das vezes constituem-se como a única centralidade, concentrando boa parte dos empregos, do comércio e dos serviços, das instituições públicas de caráter administrativo, das instituições religiosas e culturais. Concentram também os lugares públicos mais dinâmicos, potentes, com maior fluxo de pessoas e veículos, e configuram-se como o bairro de maior referencial simbólico destes municípios (QUEIROGA, 2012, p.228), de modo que podemos afirmar que os centros antigos têm maior importância relativa nas cidades pequenas, o que pode nos ajudar a compreender o fato de que vários dos melhores resultados obtidos pelo programa de acordo com as publicações oficiais foram conseguidos justamente nestas cidades.

Diante do relativo sucesso obtido pelas cidades pequenas, escolhemos como estudo de caso para a nossa pesquisa a intervenção em São Francisco do Sul (SC), cidade na qual sobressaiu-se o incentivo ao turismo cultural como atividade que qualificaria o centro como “Centro Regional de Lazer”, com o objetivo de fortalecer o bairro econômica e simbolicamente.

Apesar de a valorização do contexto urbano estar bastante presente na orientação conceitual e no desenho institucional do Monumenta, coerentemente com o debate pós-70 no campo do patrimônio, na prática muitos dos projetos foram pouco ousados na intervenção urbana, focando mais nos objetos. Nesse sentido, o projeto de São Francisco do Sul teve papel exemplar (ALMEIDA, 2021; VIEIRA FILHO, 2021), demonstrando que era possível ter uma abordagem menos focada em monumentos e, assim, influenciando outros projetos do programa a adotarem soluções com grande ênfase na dimensão urbana, como é o caso de Cachoeira (BA).

Para subsidiar a análise do caso, foi feita coleta de dados por meio de pesquisa documental, entrevistas e imersão presencial. Na pesquisa documental foram utilizadas as publicações oficiais do programa como os livros “Intervenções urbanas em centros históricos”, de Nabil Bonduki (2010) e “Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos”, organizado por Érica Diogo (2009). Foram consultados o Plano Diretor Municipal e os documentos que balizam a intervenção do Monumenta em São Francisco do Sul como os desenhos técnicos, o “Perfil de Projeto”, o Regulamento Operativo

e o “Relatório de Término de Projeto”

As entrevistas foram feitas com técnicos locais responsáveis pelo projeto e pela gestão do programa Monumenta, e técnicos do IPHAN diretamente envolvidos na implantação do programa, habitantes, comerciantes e prestadores do serviço do Centro Histórico, visitantes do centro e de outros bairros, além de trabalhadores da pesca artesanal dos bairros.

A imersão presencial foi realizada por meio de visitas de observação das dinâmicas cotidianas em diferentes períodos e dias da semana, dos usos e dos fluxos predominantes, da morfologia urbana e dos tipos edifícios, dos hábitos locais, do meio físico, dos conflitos sociais, da relação de habitantes e visitantes com o patrimônio cultural e natural, das formas de apropriação dos espaços livres e dos equipamentos de uso público. Com base neste conjunto interdisciplinar de informações que constitui nossa leitura do território é que as ações do Monumenta foram analisadas. O registro de impressões pessoais foi feito por meio de fotografias, análises gráficas (mapas e diagramas), e análises críticas e interpretativas da realidade local e das intervenções do Programa Monumenta.

A imersão presencial tem, naturalmente, grande ênfase nos perímetros de intervenção do Programa Monumenta (praticamente correspondentes aos perímetros de tombamento), ainda mais considerando que os centros tradicionais costumam ser os lugares públicos mais importantes das cidades, especialmente das pequenas. Porém, justamente por esta relevância do centro tradicional na dinâmica de uma pequena cidade, para analisar os projetos urbanos do Programa Monumenta julgamos necessário percorrer e analisar diversos bairros do município como forma de compreender a relação destes com o centro e sermos capazes de compreender, na escala municipal, as dinâmicas econômicas e demográficas gerais bem como as de crescimento urbano, de mobilidade interna e interurbana, aspectos relacionados à história e ao patrimônio cultural, conflitos socioespaciais, unidades de paisagem, etc. Afinal, mesmo considerando os bairros da cidade como partes diferenciadas e o projeto urbano como uma ferramenta que age sobre um recorte espacial bem delimitado, julga-se necessário considerar a hipótese de que os problemas e potencialidades a serem considerados para determinado projeto urbano não necessariamente encontram-se restritos ao seu perímetro, opção que vai de acordo com a posição

de Doreen Massey (2000), para quem “não é possível entender o centro da cidade [...] somente pela observação do centro. Qualquer explicação adequada tem de colocá-lo em seu contexto geográfico mais amplo” (MASSEY, 2000, p.184). Esta afirmação, por sua vez, converge para a ideia de a inteligibilidade de um sistema aberto deve ser encontrada, não apenas no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio ambiente, seu ecossistema. Nas palavras de Morin:

A realidade está [...] tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e seu meio ambiente. [...] Logicamente, o sistema só poder ser compreendido se nele incluímos o meio ambiente, que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho e o integra sendo ao mesmo tempo exterior a ele (MORIN, 2005, p.22).

A pesquisa documental, as entrevistas e a imersão presencial foram utilizadas para analisar a compatibilidade dos resultados do projeto urbano estudado com as conceituações do desenvolvimento local, um dos principais objetivos do Programa Monumenta. Nesse sentido, nos interessa analisar as transformações espaciais dos projetos urbanos estudados e suas relações com as transformações na dinâmica cotidiana do território no que se refere aos usos, à relação com o patrimônio cultural, às práticas sociais, às formas de apropriação dos espaços livres e equipamentos de uso público. Considerando que promover o desenvolvimento local pressupõe dinamizar potencialidades locais e agir sobre demandas e problemas endógenos torna-se relevante investigar em que medida o projeto urbano dedicou-se à interpretação das preexistências do território nas suas múltiplas dimensões, respondendo, ou não, às demandas locais.



4. A INTERVENÇÃO EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)

4.1. O MUNICÍPIO

São Francisco do Sul, cidade com cerca de 50 mil habitantes, localiza-se a menos de 50km de Joinville, a maior cidade do estado (e a terceira da Região Sul, atrás apenas de Porto Alegre e Curitiba), com cerca de 590.000 habitantes, à frente da capital Florianópolis, que tem 500.000 habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2020.

Joinville, pelo seu tamanho, dinamização econômica e proximidade exerce grande influência sobre São Francisco do Sul, polarizando ofertas de trabalho, lazer e consumo. É bastante comum que os jovens da cidade migrem para Joinville para cursar uma faculdade ou procurar um emprego e se estabeleçam por lá, voltando ocasionalmente à São Francisco para visitar parentes e desfrutar momentos de lazer em férias, feriados e finais de semana, uma dinâmica bastante comum em cidades pequenas localizadas próximas à centros urbanos grandes ou médios, mesmo em outras regiões do país.

Na sua relação com Joinville, “cidade do trabalho”, São Francisco se oferece como polo de lazer devido à suas características relacionadas à paisagem natural, às praias, ao Centro Histórico e à “tranquilidade”, almejada por quem mora em Joinville. É comum que os habitantes de Joinville se desloquem diversas vezes ao ano para São Francisco, estabelecendo-se em pousadas, casas alugadas, casas de amigos ou parentes ou casas próprias (localizadas majoritariamente próximas às praias) que ficam vazias a maior parte do ano. Reflexo deste posicionamento regional de São Francisco como polo de lazer é a constatação de que 90% dos turistas que visitam a cidade vêm de Santa Catarina ou do Paraná (FECOMERCIO-SC, 2015).

A dinâmica do turismo em São Francisco, seja relacionada à atração de visitantes do estado ou de outras regiões do país, sofre do problema da sazonalidade, com grande concentração de movimento nos meses de maior calor, especialmente dezembro e janeiro, seguidos por meses de baixo movimento, até chegar em períodos nos quais o movimento de turistas é mínimo, como nos meses de julho e agosto, os piores meses para os comércios e os serviços, de acordo com as entrevistas realizadas. “julho e agosto é muito parado. Tem que movimentar julho e agosto. As férias de julho é parada” afirma Cláudio Cabral, dono de pousada no centro da cidade, posição

reiterada or Norma, lojista também no centro, que confirma que os piores meses são “junho, julho, agosto...até respirar. Esse ano (2019) foi “brabo” até setembro”.

O que sustenta, portanto, a economia de São Francisco do Sul são as atividades relacionadas ao porto, um dos sete principais do país, tendo como critérios porte, área de influência, participação no comércio exterior, setores de atividades e valor agregado em seus produtos, sendo responsável por 70 a 80% da economia municipal (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 218). Esta potência econômica reflete-se no PIB per capita municipal, um dos 100 maiores do país e o 7º do estado de Santa Catarina (IBGE, 2021b), e no alto salário médio mensal dos trabalhadores formais, 3,6 salários mínimos, um dos 60 maiores do país e o terceiro do estado de Santa Catarina (IBGE, 2021a). No entanto, ao considerarmos que a taxa de população ocupada é de 25% verificamos que sua posição no país cai para 82º e no estado para 138º (IBGE, 2021a). Somado a isso há o fato de o que o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita inferior a meio salário mínimo é de 31,4 % (IBGE, 2010), o maior da microrregião de Joinville, composta por 11 municípios.

Coerentemente com esta situação contraditória, advém a percepção da população de que “é tudo em volta do porto”, gerador de riqueza e de altos salários, contudo, algo que “está na mão de poucos” que detém poder econômico e político, devido à influência que exercem no governo municipal. De acordo com Carlos Cabral, “se tu não entrar no porto tá frito. Se entrar no porto tem teu salarinho, mas tem que entrar também, não é fácil de entrar. Sempre foi assim, não abre...fica 15 anos e não abre pra ninguém entrar e aí daqui a pouco abre, mas só 20 pra entrar, 30...é uma coisa insignificante” (CABRAL, 2020). Ou ainda segundo Valdete, dona de um pequeno mercado no centro: “É como se andasse toda a Prefeitura, toda a vida foi sendo família do porto. A anterior, dois anos atrás era o pessoal do porto, agora também é do porto, duas eleições atrás era do porto, sabe? Só do porto e agora vai entrar um que não é do porto, mas o do porto vai comandar porque ele é quem tem o dinheiro, entendeu?”(GARCIA, 2020).

Outro fator gerador de conflitos relacionados ao porto refere-se ao seu impacto no ambiente natural, devido à poluição que deposita na Baía da Babitonga e aos seus projetos de expansão sobre praias e

áreas verdes, como por exemplo em áreas próximas à Praia do Paulas e à Praia do Forte. Diante desta situação acirra-se o conflito entre o valor de uso e o valor de troca dos lugares, impulsionado pela baixa participação da maioria da população na riqueza produzida pelo porto, e cria-se o deslocamento entre as demandas ortuárias e as da sociedade, exemplificado pela fala de Valdete: “A Prefeitura só quer saber do porto, e a pessoa que tem dinheiro só quer destruir, e o pessoal do porto só quer trazer mais portos pra cá, mas eles destroem a própria beleza. (...) Então ao invés de melhorar a nossa beleza, a nossa qualidade, o saneamento, sabe?” (GARCIA, 2020).

Para ir de Joinville a São Francisco do Sul, existem três opções. A primeira e mais comum é pela rodovia BR-280, a única conexão por terra existente, que chega à ilha pela porção sul, passando pelo município de Araquari. A segunda e a terceira opções envolvem o transporte rodoviário e a travessia aquática, chegando à ilha pelo oeste. Na segunda opção, possível de ser feita de automóvel, é necessário atravessar duas balsas, a primeira de Joinville para a parte continental de São Francisco e a segunda da parte continental para a ilha, chegando ao bairro de Laranjeiras, área muito pouco urbanizada a 10km de distância do centro. A terceira forma de chegada, consiste também em duas travessias aquáticas, a primeira sendo a mesma balsa da opção anterior, e a segunda apenas para pedestres chegando diretamente ao Centro Histórico. Até a poucos anos atrás havia a possibilidade de chegar à ilha de São Francisco por vias aquáticas diretamente de Joinville, no entanto, o “Marinebus” não está mais funcionando e a única forma de ir diretamente de Joinville para São Francisco pela água é por meio de barcos turísticos, como o “Barco Príncipe”, que sai do continente de manhã, percorre as ilhas da baía, aporta no Centro Histórico e volta ao final do dia para Joinville.

Desta maneira, a Rodovia BR-280 apesar de ter apenas uma faixa em cada sentido, centraliza praticamente todo o fluxo de entrada e saída da ilha, além de servir à movimentação de caminhões que prestam serviços ao porto. A BR-280 encerra-se justamente no porto, acessando-o pelo norte após contornar o Morro do Pão de Açúcar, enquanto outro ramal da rodovia (Rod. Duque de Caxias) segue em direção às praias de Ubatuba, Itaguassu e Enseada. Um dos principais problemas de mobilidade no município apontados pelos habitantes é o engarrafamento da BR-280, principalmente na chegada e na volta de visitantes aos finais de semana e feriados, situação que faz com

[VER MAPA 1](#)

[VER FIGURA 4](#)

que o percurso de cerca de 50 minutos em situação normal venha a ser percorrido em três, quatro ou até cinco horas. Como solução para este problema, muitos habitantes citam a necessidade de duplicação da rodovia. Seguindo aproximadamente o mesmo trajeto da rodovia, a linha férrea de transporte de cargas também terá seu ponto final junto ao porto, porém acessando-o pelo Sul após tangenciar o Centro Histórico.

Seguindo cerca de 10km pela Rodovia Duque de Caxias chega-se à Praia de Ubatuba, o bairro mais populoso da cidade e um dos que mais cresceu de 2000 a 2010 (IBGE, 2016). No bairro de Ubatuba, além da praia de mesmo nome estão as praias do Itaguaçu, do Forte e do Capri, em sequência de leste para o oeste. A praia do Forte tem este nome devido à presença do Forte Marechal Luz no topo do Morro do Itaguaçu, uma instalação militar do início do século XX com interessante implantação em caminhos radiais semienterrados que atualmente exerce grande atração turística, tanto pelo forte em si quanto pela vista que se tem a partir do alto do morro. A Praia do Capri está localizada na entrada da Baía da Babitonga, no ponto mais próximo entre São Francisco e Itapoá, e tem a paisagem marcada pela vista das estruturas do porto do município vizinho. Sua ocupação é predominantemente de casas de temporada, muitas delas de alto padrão, principalmente aquelas voltadas para o canal que serve de marina natural às embarcações, atracadas em trapiches “particulares” irregularmente apropriados pelas residências.

Para o leste estão as praias de mar aberto: Ubatuba, Enseada e Prainha, as mais visadas pelos turistas, principalmente nos meses de verão, e ao mesmo tempo bastante habitadas. Ao longo da avenida da orla e da rodovia, transformada na prática em avenida, há grande concentração de comércios e serviços bastante diversificados, como supermercados, restaurantes, lanchonetes, lojas, padarias, farmácias, cabeleireiros, escritórios de profissionais liberais, academias, etc, enfim, todos os tipos de usos necessários à vida cotidiana, conformando uma centralidade praticamente autônoma do Centro Histórico. Um sintoma deste fato é o hábito de moradores e visitantes destas praias referirem-se ao centro como “São Francisco”, como se estivessem em outro município, chegando a situações-limite de haver moradores das praias que nunca foram ao Centro Histórico, particularmente crianças, adolescentes e pessoas de renda mais baixa. A necessidade de ir ao centro torna-se, portanto, rara, e relaciona-se

[VER MAPA 2](#)

[VER FIGURAS 19 A 22](#)

[VER FIGURA 6](#)

[VER FIGURA 7](#)

[VER FIGURAS 8 A 14](#)

principalmente à demanda por serviços da prefeitura e dos bancos, ainda concentrados no Centro Histórico e no seu entorno. Ao perguntarmos para Cristiane, moradora do Ubatuba, se ela moraria no centro a resposta foi que “Não. (...) Porque eu amo a praia. Não que teria problema, mas nossa...aqui a gente se sente bem mais livre, e tudo que tem lá no centro, a gente tem aqui. A única diferença são os bancos, porque banco não tem aqui” (NASCIMENTO, 2020), revelando no seu argumento além do aspecto funcional, relacionado ao pleno acesso aos comércios e serviços diversificados, uma preferência por determinado estilo de vida, mais diretamente relacionado à praia do que aquele que se teria morando no centro.

Poderíamos supor que este sentimento de maior “liberdade” está relacionado não só à construção cultural tipicamente brasileira que associa fortemente praia e lazer, mas também às peculiaridades dos espaços livres das praias e suas orlas em relação a outros tipos de paisagens, fatores que contribuíram para a constituição da praia urbana no século XX como um dos mais importantes espaços públicos de lazer e convívio das cidades litorâneas (QUEIROGA, 2012, p.101). Este fato pode ser observado na intensa apropriação pública que se faz nas praias de Ubatuba, Enseada e Prainha (ao menos no verão, que foi o período que pudemos observar diretamente) resultado da interessante complementaridade entre a água, a faixa de areia, a orla calçada e equipada com mobiliários urbanos e a diversidade de usos instalados nos edifícios de frente para o mar. Desta simbiose surgem espaços vivos e complexos, destinados ao lazer e ao trabalho. Para o lazer, a praia propicia a prática de esportes dentro e fora d’água, o convívio fortuito, o descanso e o simples contemplar da paisagem. Na esfera do trabalho, a praia é oportunidade para comerciantes (fixos e ambulantes), para prestadores de serviços, principalmente aqueles ligados ao lazer como aluguel de bicicletas, caiaques, pranchas de stand up, passeios de barco, e para a pesca em toda a sua cadeia produtiva desde a captura até o beneficiamento e a venda, ou ainda o reparo das embarcações, o conserto das redes e o preparo dos apetrechos para pesca.

[VER FIGURAS 11 E 12](#)

Na Praia da Enseada, há a Casa do Pescador, equipamento da prefeitura dedicado à venda, beneficiamento e armazenagem do pescado. Lá conversamos com o pescador Marcos que nos contou das dificuldades da pesca artesanal no município, relacionadas à falta de atuação da colônia dos pescadores, se comparada a outros lugares, à

dificuldade para abastecer os barcos, à distância para se conseguir gelo, pois só há uma fábrica localizada no Bairro do Paulas, e a escassez de mestres construtores de barcos em São Francisco: “na Barra do Sul (município ao sul de São Francisco) tem bastante, mas aqui tem bem pouca, só um ou dois cara que faz (...) tudo no Paulas” (bairro próximo ao centro). Sobre a frequência com que costuma ir ao Centro Histórico, Marcos diz que “quase toda semana, às vezes uma vez por semana, às vezes duas ou três”, para pagar as contas no banco e comprar itens nas lojas.

[VER FIGURA 15](#)

Ao sul da prainha está localizada a Praia Grande, a longa e retilínea faixa de areia de quase 18km de extensão que faz a frente para o mar do Parque Estadual do Acaraí, uma unidade de conservação protegida por decreto estadual desde 2005, com área de mais de 6 mil hectares e rica diversidade de ecossistemas como dunas, floresta atlântica quaternária, mangue, alagados e restinga arbustiva. Trata-se, portanto, de uma área de baixíssima ocupação humana.

[VER FIGURA 16](#)

No extremo sul da ilha, localiza-se a Praia do Ervino, a ocupação urbana mais recente de São Francisco do Sul, podendo-se observar pela evolução da mancha urbana que até os anos 90 a ocupação era mínima, tendo se intensificado muito a partir do ano 2000, sendo o bairro de São Francisco que teve o maior crescimento relativo de população no período de 2000 a 2010, somando 121,33% no período (IBGE, 2016). No Ervino, os comércios e os serviços são escassos, sendo portanto, um bairro bastante dependente do centro.

[VER FIGURA 17](#)

[VER FIGURAS 23 A 26](#)

Outro território importante para a compreensão do território de São Francisco do Sul é terra indígena de Morro Alto, localizada na porção oeste da ilha, ao sul do centro, uma área rural de cerca de 900 ha, habitada pelo povo Guarani Mbya.

[VER MAPA 2](#)

Para melhor compreensão das dinâmicas territoriais em São Francisco do Sul, com foco na relação destas com o Centro Histórico, recortamos o território da Ilha de São Francisco em quatro unidades de paisagem, independentemente dos limites entre bairros, sendo elas Bairros Centrais, Praias, Parque Estadual do Acaraí e Terra Indígena do Morro Alto.

No caso da unidade Praias e Bairros Centrais foram recortadas apenas as ocupações urbanas, excluindo áreas verdes não envoltas pelo tecido urbano. Os recortes do Parque e do Acaraí e das praias têm como característica relativa homogeneidade interna e o menor dinamismo para a ocupação urbana. Ainda que as praias do norte da

ilha e a do Ervino tenham características contrastantes em relação a densidade de ocupação e diversidade de usos, foram consideradas como um só grupo pela similaridade de situação geográfica, forma de parcelamento do solo e tipologias construtivas.

4.2. BAIRROS CENTRAIS

Pelo fato de a unidade Bairros centrais ser bastante heterogênea, propusemos dividi-la em subunidades mais homogêneas: Centro, Porto, Praias Centrais e Entorno do Centro. Cumpre salientar que esta subdivisão não tem o propósito de compreender as subunidades em separado, mas antes entendê-las nas suas inter-relações, considerando-as ao mesmo tempo interdependentes e dotadas de especificidades.

Dentro da subunidade Praias Centrais, na sua porção norte está localizada uma sequência de pequenas praias no Bairro do Paulas até o porto de São Francisco, são elas: as praias do Calixto, do Paulas, da Figueira, dos Ingleses e da Bela Vista. Trata-se de uma área com pouca presença de usos comerciais e de serviços, bem como baixa presença de turistas, sendo, portanto composta de praias majoritariamente utilizadas por moradores do bairro. Em toda esta área se faz bastante presente a pesca artesanal e suas atividades correlatas, como a construção e o reparo de embarcações, a fabricação de gelo, o beneficiamento e a venda do pescado. César, construtor de embarcações artesanais afirma que o que mais se pesca por ali é camarão, porque:

Tem pouco peixe, tem gente que não gosta (de pescar)... aqui na nossa turma é bem pouca gente que gosta só do peixe. Dá mais mão de obra e precisa às vezes de um cara ou dois pra trabalhar, e tá difícil a mão de obra. Camarão joga a rede na água, o motor que puxa, o guincho que puxa pra cima. A mão de obra que tem é só pra separar o camarão da sujeira que vem (CÉSAR, 2020).

César reforçou a informação que o pescador Marcos, da Enseada, havia nos passado, de que são construídos poucos barcos em São Francisco do Sul, sendo a maioria feita em Barra do Sul. Quando perguntado sobre a frequência com que vai ao Centro Histórico ele

[VER MAPA 3](#)
[VER FIGURAS 27 A 30](#)

[VER FIGURAS 31 A 38](#)

[VER FIGURA 38](#)

nos disse que, apesar da proximidade, vai muito pouco, e quando vai é para “comprar alguma coisa, ver alguma loja” (CÉSAR, 2020).

A última praia antes do porto é a da comunidade da Bela Vista, que nem aparece nomeada nos mapas. Trata-se de uma pequena praia de frente para uma área de ocupação informal que faz divisa com o Porto.

[VER FIGURA 39](#)

Ao sul do Centro Histórico estão as praias da Avenida, localizada dentro do bairro Centro, e a Praia do Lixo, já pertencente ao Bairro do Rocío Grande. A Praia Avenida possui apenas um acesso viário e não possui passeio acompanhando a faixa de areia, as casas chegam direto da areia. Em relação aos usos, possui apenas um bar, o Zuru's, bastante conhecido e visitado, principalmente às sextas por conta do samba de raiz ao vivo que promove. De acordo com Cláudio Cabral, dono da pousada no Centro Histórico e navegador nas horas vagas, a Praia Avenida é um bom atracadouro natural para barcos pequenos, por ser bastante plana, mas poderia receber estrutura adequada para “incentivar a pessoa chegar e vir de fora. (...) Isso aí é turismo”.

[VER FIGURA 40](#)

No limite sul da subunidade que delimitamos como Praias Centrais, está a Praia do Lixo, área alagadiça com ocupação informal relativamente recente por meio de palafitas e galpões para guarda de embarcações. Nas palavras de Cabral “Todo mundo quer fazer uma casinha pra colocar o barco ali, entendeu? E aí houve aquela montoeira de invasão. Se tivesse feito antigamente um programa de incentivo de puxar o barco...o que a marina faz, mas devia ser pra todo mundo, pagar uma taxinha ali, sair e voltar. E daí não ia acontecer aquilo ali que aconteceu no Lixo”. Nas imediações da Praia do Lixo é possível observar diversas residências com placas indicando a venda de peixe de camarão, não se tratando portando de estabelecimentos comerciais, mas de pescadores e família de pescadores que realizam a venda do pescado diretamente para o consumidor final. Lucia Helena, ex-coordenadora do Museu Histórico de São Francisco do Sul e moradora do Centro Histórico indica a região para a compra do pescado “eu compro meu peixe lá no Rocío Grande, “do mar para o seu lar”, o peixe vem ainda sem ser congelado” (BEZERRA, 2020).

A subunidade “Entorno do Centro” agrupa parte do Bairro do Paulas, em área mais afastada das praias, parte do Bairro do Centro até a linha férrea, além de parte dos bairros Rocío Grande,

Morro Grande, Água Branca, São José do Acaraí, Rocío Pequeno, recortando-os até o limite da BR-280, importante barreira urbana. Esta área tem grande homogeneidade em relação à morfologia urbana, relativa regularidade, interrompida por morros vegetados, e composta por loteamentos residenciais de residências unifamiliares, predominantemente térreas de padrão médio a médio-baixo. Na borda da BR-280 estão localizados, por toda a área, grandes empreendimentos de empresas de logística, empresas ligadas à indústria, grandes lojas de departamentos e hipermercados

[VER MAPA 3](#)

[VER FIGURA 43](#)

Nesta unidade concentram-se as principais vias coletoras de acesso ao Bairro Centro a partir da rodovia, confluindo todas para a centralidade composta pela Rua Barão do Rio Branco e sua continuação, a Alameda Ipiranga, eixo de concentração de comércio e serviços, bancos, shopping, correios e serviços públicos.

Por fim, a unidade centro constitui-se como um recorte consideravelmente menor que o Bairro Centro, por termos excluído de seu perímetro o porto, a Praia da Avenida e toda a área localizada entre a ferrovia e a as vias Barão do Rio Branco e Alameda Ipiranga. Desta maneira, o limite leste da área é constituído pela linha férrea, um eixo praticamente plano que tangencia os morros da Rádio e da Caixa d'água, estabelecendo um limite mais condizente com a geografia física e a morfologia do sistema viário do lugar.

[VER MAPA 4](#)

No Mapa 4, estão sobrepostos o limite do Bairro Centro, o perímetro da Zona Especial de Patrimônio Histórico (ZEPH) instituído pela Prefeitura de São Francisco do Sul (SÃO FRANCISCO DO SUL, 2019), a poligonal de tombamento pelo IPHAN em 1987 (CHUVA; PESSÓA, 1995, P.127), os limites da unidade de estudo centro e o perímetro da intervenção do Programa Monumenta (BONDUKI, 2010, p.118) objeto de estudo deste trabalho.









MAPA 1

Bairros, Reservas e eixos estruturantes de São Francisco do Sul.
 Fonte: Elaboração do autor sobre imagem de Google Earth.

LEGENDA

- 1. Vila da Glória
- 2. Das Laranjeiras
- 3. Rocio Grande
- 4. Morro Grande
- 5. Água Branca
- 6. São José do Acaraí
- 7. Centro
- 8. Rocio Pequeno
- 9. Do Paulas
- 10. Da reta
- 11. Do Iperoba
- 12. Do Ubatuba
- 13. Da Enseada
- 14. Da Praia Grande
- 15. Praia do Ervino
- 16. Zona Rural

-  Parque Estadual do Acaraí
-  Terra indígena do Morro Alto
-  Rodovia BR 280
-  Linha Férrea
-  Travessia da Balsa Vila da Glória - Laranjeiras
-  Travessia de lancha Vila da Glória - Centro Histórico



MAPA 2

Unidades de paisagem para compreensão das dinâmicas territoriais municipais.

Fonte: Elaboração do autor sobre imagem de Google Earth.

LEGENDA

- 1. Unidade Bairros Centrais
- 2. Unidade Praias
- 3. Terra indígena do Morro Alto
- 4. Parque Estadual do Acaraí

- Rodovia BR 280
- Linha Férrea
- Travessia da Balsa Vila da Glória - Laranjeiras
- Travessia de lancha Vila da Glória - Centro Histórico

FIGURA 4

“Marinebus”:
transporte marítimo
entre São Francisco do
Sul, Joinville e Itapoá.
Fonte: [https://www.
marinebus.com/](https://www.marinebus.com/).



FIGURA 5

Forte Marechal Luz.
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 6

Praia do Capri. Fonte:
do autor, 2020.



FIGURA 7

Trabalhadores nos
trapiches “particulares”
da Praia do Capri, com
vista para o porto de
Itapoá ao fundo. Fonte:
do autor, 2020.



FIGURA 8

Pesca e contemplação
na foz do Rio Acaraí,
Praia de Ubatuba.
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 9

Esporte, convívio,
pesca e turismo
náutico na praia da
Enseada. Fonte: do
autor, 2020.



FIGURA 10

Complexidade de usos
na interação da orla
calçada com a faixa de
areia. Fonte: do autor,
2020.



FIGURA 11

Concentração de
barcos em frente à
Casa do Pescador,
na praia da Enseada.
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 12

O trabalho “de terra” da pesca artesanal na praia da Enseada. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 13

Edifício da orla da Enseada com lotação máxima no verão. Comércio e serviços no térreo. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 14

Espaço para jogos de mesa à frente da Casa do Pescador. Praia da Enseada. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 15

Praia Grande. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 16

Pesca em barco à vela no Parque do Acaraí. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 17

Praia do Ervino
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RglbZrXvAKM>





FIGURA 18

Vista da Prainha a partir
do Morro do Sambaqui.

Fonte: do autor, 2020.

FIGURAS 19 A 22

Evolução histórica de ocupação urbana da porção norte da ilha de São Francisco do Sul. Bairros de Ubatuba, Iperoba e Enseada. Fonte: Google Earth



[19] 1985



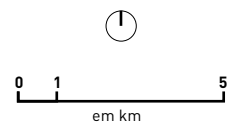
[20] 1993



[21] 2006



[22] 2019



FIGURAS 23 A 26

Evolução histórica de ocupação urbana da porção sul da ilha de São Francisco do Sul. Bairro Praia do Ervino. Fonte: Google Earth.



[23] 1985



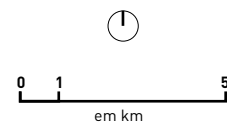
[24] 1993



[25] 2009



[26] 2019



FIGURAS 27 A 30

Evolução histórica de ocupação urbana da área central da ilha de São Francisco do Sul. Bairros Vila da Glória, Laranjeiras, Rocio Grande, Morro Grande, Água Branca, São José do Acaraí, Centro, Rocio Pequeno, Paulas, Da reta e Iperoba. Fonte: Google Earth



[27] 1985



[28] 1993



[29] 2006



[30] 2019

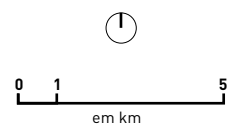


FIGURA 31

Praia do Calixto. Fonte: do autor, 2020.



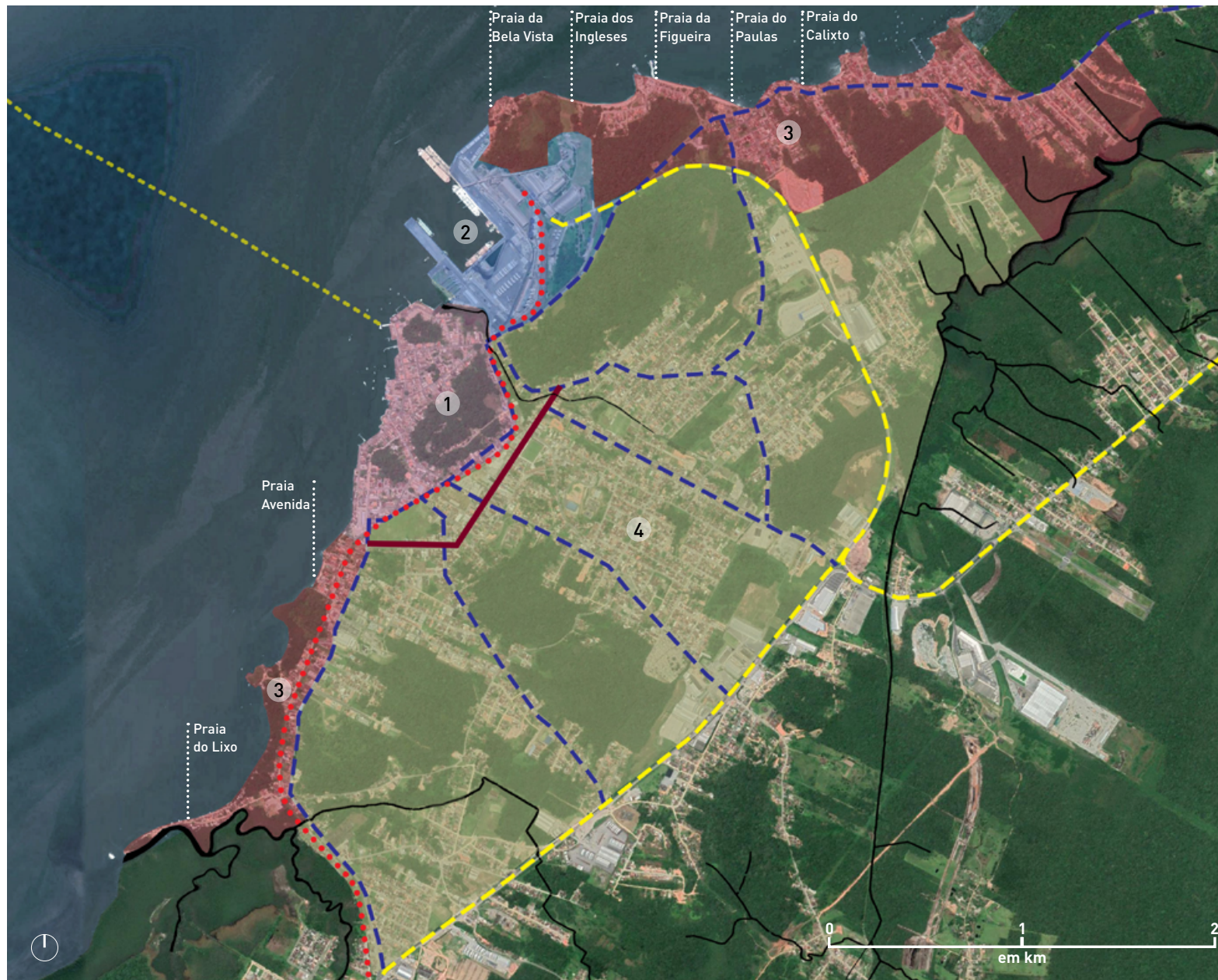
FIGURA 32

Praia da Figueira. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 33

Praia dos Ingleses. Fonte: do autor, 2020.



MAPA 3

Subunidades da unidade de paisagem "Bairros Centrais".
 Fonte: Elaboração do autor sobre imagem de Google Earth

LEGENDA

- 1. Subunidade Centro Histórico
- 2. Subunidade Porto
- 3. Subunidade Praias Centrais
- 4. Subunidade Entorno do Centro
- Rua Barão do Rio Branco e Alameda Ipiranga
- Rodovia BR 280
- Linha Férrea
- - - - - Travessia de lancha Vila da Glória - Centro Histórico
- - - - - Principais vias que levam ao Centro Histórico



[página anterior]

FIGURA 34

Vista a partir do trapiche do Paulas, com destaque para o morro do Pão de Açúcar à esquerda. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 35

Trapiche do Paulas, bairro ligado à pesca artesanal e suas atividades correlatas. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 36

Barco de pesca artesanal próximo ao trapiche do Paulas.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 37

Bairro do Paulas.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 38

Praia da Bela Vista.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 39

Praia da Avenida.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 40

Palafitas na Praia do

Lixo. Fonte: do autor,

2020.



FIGURA 41

Porto. Antiga estação

ferroviária atrás da

estrutura suspensa.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 42

Rua na subunidade

Entorno do Centro.

Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 43

Avenida Barão do Rio

Branco, centralidade

emergente na unidade

Entorno do Centro.

Fonte: do autor, 2020.












MAPA 4

Perímetros e eixos estruturantes da área central.

Fonte: Elaboração do autor sobre imagem de Google Earth

LEGENDA

- 1. Centro Histórico
- 2. Porto

-  Perímetro do bairro Centro
-  Perímetro da Zona Especial de Patrimônio Histórico
-  Polígono de tombamento pelo IPHAN -1987
-  Perímetro da intervenção do programa Monumenta
-  Perímetro da unidade de estudo Centro
-  Rua Barão do Rio Branco e Alameda Ipiranga
-  Principais Vias que levam ao centro
-  Linha Férrea
-  Travessia de lancha Vila da Glória - Centro Histórico

4.3. RECONHECIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO E ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES

O aeroporto localiza-se bastante próximo a Baía da Babitonga, onde está São Francisco do Sul, em cerca de dez minutos de carro atinge-se a balsa que atravessa um dos braços da Baía da Babitonga e chegase à porção continental de São Francisco, a Vila da Glória. Nesse momento tem-se o primeiro contato com o relevo que circunda a baía, conformando diferentes conjuntos de morros que se sobrepõe aos olhos como camadas que adquirem diferentes tons de verde e azul conforme a distância. Após cerca de vinte minutos de carro a partir da chegada da balsa, chega-se ao centro da Vila da Glória, tradicional bairro de pescadores localizado em frente ao Centro Histórico, e que é ponto de parada para almoço dos turistas que realizam passeios de barco pela Baía. A partir do trapiche do centro da Vila Glória, a travessia regular é feita por lanchas em cinco horários diários durante a semana, mas que nos fins de semana sai apenas às 7h e às 17h. Como chegamos à Vila da Glória em um sábado próximo ao meio-dia, optamos por fazer a travessia com um barqueiro particular em uma pequena lancha.

[VER FIGURA 44](#)

[VER FIGURA 45](#)

Durante a travessia vão se tornando gradualmente evidentes os contornos das edificações do centro, destacando-se as torres da Igreja Matriz, marcantes tanto devido a sua altura absoluta quanto pela sua implantação em cota mais elevada. Este perfil da cidade, visto a partir da baía e emoldurado pelos morros que protegem as costas do centro, constitui aquela que é chamada de “Paisagem Clássica” de São Francisco do Sul, consagrada pelo quadro homônimo exposto no Museu Histórico da cidade. Esta paisagem, aliás, foi um dos principais elementos de argumentação para o tombamento do núcleo histórico pelo IPHAN em 1986, ao compreender como bem patrimonial primordial a íntima relação do conjunto construído com o mar e os morros que o circundam (CHUVA; PESSÓA, 1995). Observando a partir do mar impressiona o contraste de escala entre o centro e o porto com suas gruas, silos e navios. Esta presença marcante na paisagem reflete-se na centralidade econômica que o porto adquire para o município, não apenas hoje, mas ao longo dos séculos anteriores. Desde a colônia, São Francisco – assim como outras cidades litorâneas de Santa Catarina como Laguna e Florianópolis

[VER FIGURAS 46 A 47](#)

[VER FIGURA 48](#)

– vivia em função de seu porto, seja fornecendo o apoio necessário aos navios portugueses que seguiam viagem até a desembocadura do Rio da Prata, seja como porta de entrada de imigrantes nos séculos seguintes, seja exercendo papel fundamental no escoamento da produção catarinense para exportação no século XX.

O desenho urbano de São Francisco demonstra esse protagonismo do porto na história franciscana por meio da estruturação do traçado em função do eixo que acompanha o traçado da orla, para onde tudo converge. Esta configuração remete à herança mediterrânea que subsiste na tradição urbana de matriz portuguesa, na qual se estabelece forte relação do traçado urbano com as características físicas do território em que se implanta – principalmente os cursos d’água e as linhas de cumeeada – além da estruturação comum em cidade alta, dedicada aos usos institucionais, políticos e religiosos, e cidade baixa, portuária e comercial.

Devido a este caráter do urbanismo da cidade de origem portuguesa, de orientar-se pelas características do sítio, ou na clássica descrição de Sérgio Buarque, de se enlaçar na paisagem “sem chegar a contradizer o quadro da natureza” (HOLANDA, 1995, p.110), tem-se como consequência que os traçados urbanos, apesar de muitas vezes orientados por um plano regular, raramente eram geometricamente rigorosos, pois eram subvertidos no sítio por condicionantes topográficos, hidrográficos, do regime dos ventos e da insolação. Para Teixeira (2012), um traço comum à cidade de origem portuguesa é, portanto, a síntese entre duas concepções distintas de ordenação do espaço urbano, uma componente vernácula de composições menos regulares e outra componente erudita composta por morfologias mais regulares, contribuições advindas, respectivamente, das heranças muçulmanas e romanas no território português (TEIXEIRA, 2012, p.12-13).

No caso do centro de São Francisco do Sul, é bastante perceptível a existência de uma base regular de concepção da cidade que inflexiona-se ao aplicar-se sobre o sítio, condicionada pela linha d’água e pelos morros da Rádio, do Hospício e da Caixa d’água. Verifica-se ainda que a escolha do sítio para implantação do núcleo urbano à situação geográfica peculiar da área, protegida em suas costas por uma sequência de morros que conformam uma espécie de “muralha” que delimita e protege a cidade. Entre estes morros existem fendas naturais, trechos pontuais mais planos por onde se faz

[VER DIAGRAMA 1](#)

[VER FIGURAS 49 A 54](#)

[VER DIAGRAMA 2](#)

[VER DIAGRAMA 3](#)

o acesso ao núcleo urbano, configurando-se como “portas” da cidade. Esta analogia da configuração natural do centro de São Francisco com “muralhas” e “portas” nos remete ao sistema defensivo das cidades medievais europeias, e à característica articulação do sistema viário principal destas cidades com as suas portas (TEIXEIRA, 2012, p.71). A analogia com São Francisco faz sentido se observarmos que a partir dos acessos entre morros surgem vias estruturantes tanto dentro do núcleo antigo – que seguem até a orla – quando fora dele, sendo estas “portas” os pontos de origem das principais vias que estruturam a área urbana de desenvolvimento posterior, fazendo a ligação com a BR-280.

[VER DIAGRAMA 4](#)

[VER FIGURAS 56 A 58](#)
[VER MAPA 5](#)

A chegada ao centro acontece após cerca de vinte minutos de travessia, atracando no trapiche de concreto do “Terminal Turístico”, a primeira obra finalizada pelo Programa Monumenta em São Francisco do Sul. Sobre o trapiche é possível perceber-se na fronteira entre duas paisagens e reafirma-se o contraste entre o porto, à esquerda de quem chega do mar, e o Centro Histórico, à direita. Quando chegamos, em um sábado à tarde no início de janeiro, ou seja, na alta temporada, o Terminal Turístico estava fechado. Seguimos então por um acesso lateral que chega à esquina da rua Quintino Bocaiúva com a Rua da Babitonga, a principal rua que conforma a orla.

[VER FIGURAS 59 A 63](#)

À norte desta fronteira está o Museu Nacional do Mar, que abriga o maior acervo de embarcações brasileiras no país, instalado no conjunto de depósitos e escritórios da antiga Empresa de Navegação Hoepke, construídos no fim do século XVIII. O museu existe desde 1992, mas adquiriu grande visibilidade após as intervenções do Monumenta que restaurou sua estrutura física e o divulgou nacionalmente, conferindo-lhe o status de “âncora” da intervenção urbanística realizada em São Francisco (BONDUKI, 2010, p.117), fato que pôde ser percebido tanto a partir das entrevistas com turistas (quando perguntados sobre o que já haviam visitado e o que pretendiam visitar), quanto nas entrevistas com habitantes que frequentemente destacaram o Museu do Mar como um dos principais legados da ação do Monumenta na cidade. De acordo com Cláudio Cabral, a intervenção do Monumenta no Museu do Mar trouxe bastante movimento ao centro: “o Centro Histórico vive do museu [...] Quando fala que é o maior da América Latina, as pessoas de fora se interessam. Tudo começou a girar em torno do Museu do Mar”

(CABRAL, 2020).

Durante o percurso pelo museu, são marcantes as vistas que se tem para o porto, seus navios, gruas e silos, particularmente a partir da área externa localizada exatamente de frente para o local de atracagem dos navios. Neste local, foi instalado um restaurante e um café, e as áreas livres ao redor foram equipadas com bancos e mesas, espaços ajardinados sob a sombra de grandes árvores preexistentes. O museu possui ainda trapiche próprio, em madeira, bastante utilizado por visitantes para desfrutar da perspectiva do centro, a partir do mar para a terra, porém sem utilização para o atracagem de barcos. A proposta inicial previa uma marina a norte do trapiche, proposta que não foi executada. Ao lado do museu, em direção ao porto, há um deck de madeira, também realizado pelo Monumenta, que se configura como agradável alternativa para observação do movimento do porto e da baía mesmo para aqueles que não entrarem no Museu do Mar.

[VER FIGURA 62](#)

[VER FIGURA 63](#)

[VER FIGURAS 64 A 66](#)

Voltando ao Terminal Turístico, inicia-se o percurso pela Rua da Babitonga, a rua da orla, de frente para a baía, a principal via do núcleo tombado, a que tem maior movimento de pessoas, maior oferta de espaços propícios à apropriação para o lazer e maior densidade e diversidade de comércios e serviços, concentrando os poucos estabelecimentos que permanecem abertos à noite, como bares, pousadas e restaurantes. A Rua da Babitonga, juntamente com as ruas Dr. Lauro Muller, Mal. Floriano Peixoto e Comandante Cabo conformam um eixo contínuo, porém inflexionado, que acompanha a linha d'água durante praticamente todo o percurso, configurando-se como bom exemplo de morfologia urbana de origem portuguesa. Todo este eixo recebeu grande atenção no projeto urbano do Programa Monumenta, recebendo nova pavimentação, alargamento de vias, mobiliário urbano e iluminação, reforçando seu caráter de espaço preferido de moradores, trabalhadores e visitantes. Para Aldair Carvalho, ex-presidente da Fundação Cultural da Ilha de São Francisco, “a Babitonga pra quem é morador de São Francisco é o quintal da casa [...]. É uma cidade que tá debruçada no mar, as ruas todas levam para o mar. Então as pessoas gostam de se ver e de ver a sua casa, de ver o quintal da sua casa” (CARVALHO, 2020). Esse reconhecimento da baía como quintal pode ser exemplificado pelo relato de Valdete: “Eu sou privilegiada, daqui eu sou a única que tem esse visual, você já viu? O pessoal turista fala “menina, você é privilegiada, você tem esse visual”. Quando eu vou atender, quando eu

[VER MAPA 5](#)



[44]



[45]



[46]



[47]

FIGURA 44

Igreja do centro da Vila da Glória. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 45

Trapiche da Vila da Glória. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 46

Travessia por lancha entre a Vila da Glória e o Centro Histórico. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 47

Travessia por lancha entre a Vila da Glória e o Centro Histórico. Fonte: do autor, 2020.

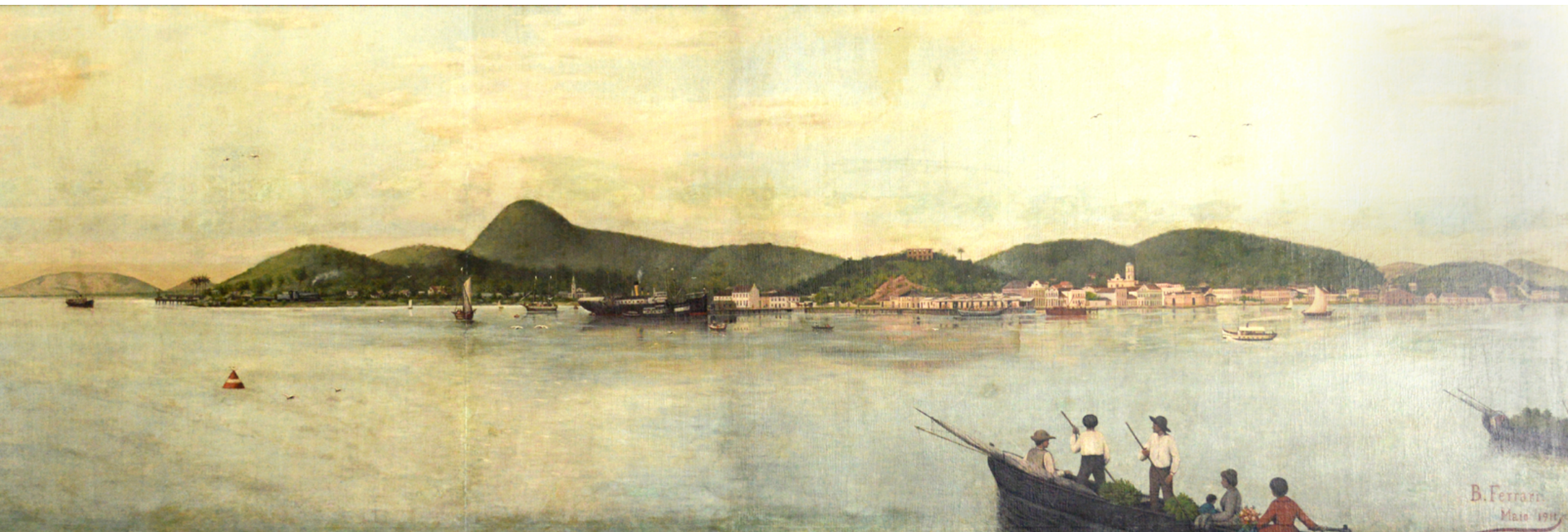


FIGURA 48

"Paisagem clássica".

Pintura a óleo de

Basílio Ferrari, 1911.

Fonte: Museu Histórico

de São Francisco do

Sul.

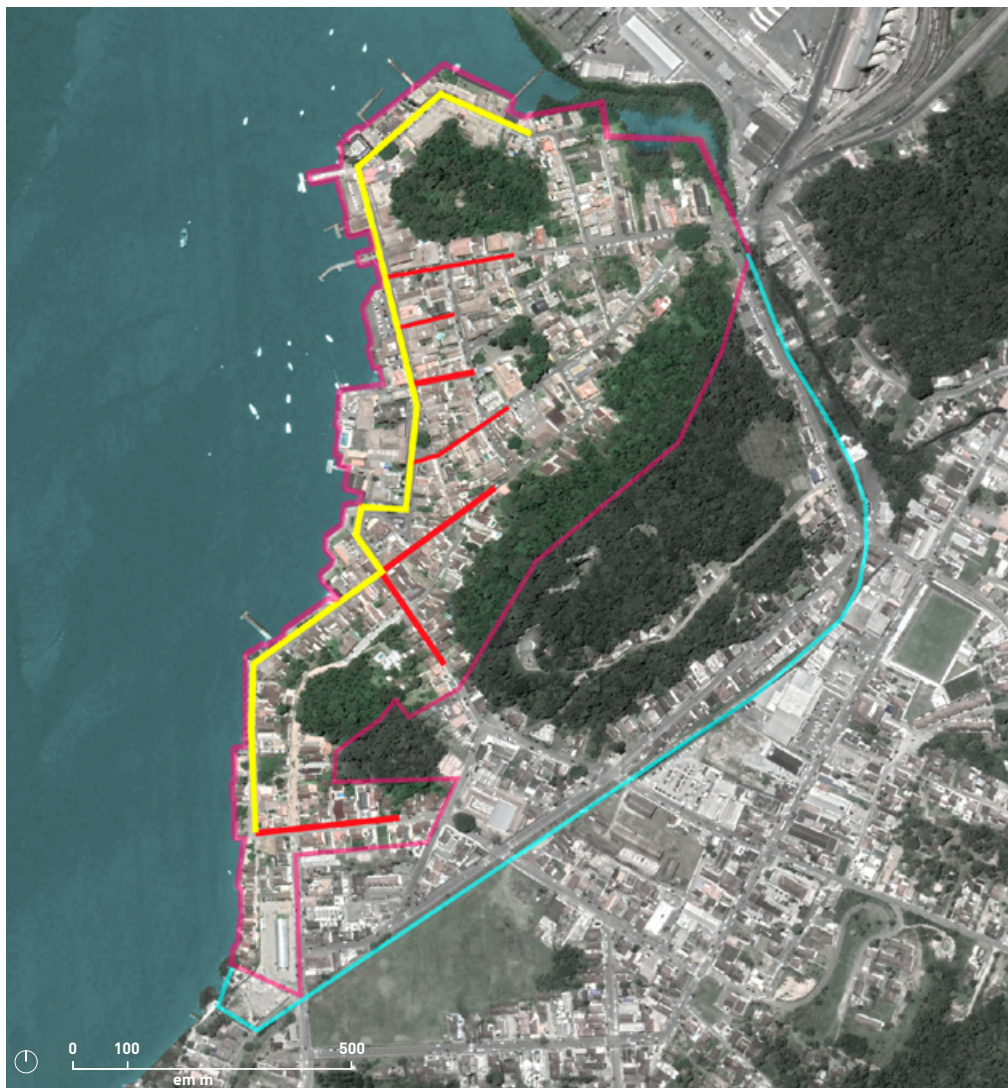


DIAGRAMA 1

A principal linha estruturante da cidade acompanhando a linha d'água, para onde convergem grande parte das vias (ver figuras 49 a 53). Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA

- Perímetro da intervenção do programa Monumenta
- Perímetro da unidade de estudo centro
- Via da Orla
- Vias que convergem para a orla



FIGURA 49

Vila Franca do Campo, Açores, Portugal. Ruas perpendicular à linha da costa. Fonte: Teixeira (2012), p. 47.



[50]



[51]



[52]



[53]

IMAGENS 50 A 53

Sequência de ruas
perpendiculares à orla.
Fonte: do autor.



DIAGRAMA 2

A ortogonalidade do traçado adaptada ao sítio (ver figura 54). Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA

- Perímetro da intervenção do programa Monumenta
- Perímetro da unidade de estudo centro
- Vias

FIGURA 54

Rio de Janeiro. A cidade baseada em uma estrutura regular, adaptada ao sítio. Fonte: Teixeira (2012), p.15.



FIGURA 55

Braga, Portugal. A articulação do traçado com o sistema defensivo e a localização das portas da muralha. Fonte: Teixeira (2012), p.71.

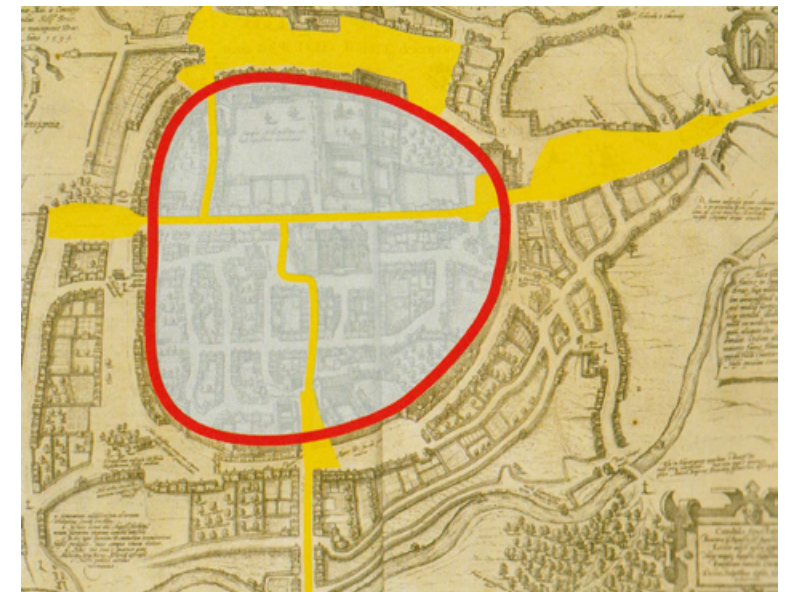




DIAGRAMA 3

A "muralha" e as "portas" da cidade, conformadas pelos morros. Fluidez entre "portas" (ver figura 55). Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA











-  Acessos ao Centro Histórico
-  Fluidez de percurso entre os acessos
-  Perímetro da intervenção do Programa Monumenta
-  Perímetro da unidade de estudo Centro
-  Curvas de nível



DIAGRAMA 4

As "portas" da cidade como pontos de origem das principais vias estruturantes do núcleo antigo e de seu entorno (ver figura 55). Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA

-  "Portas" do núcleo antigo do centro
-  Vias estruturantes a partir das "portas"
-  Perímetro da intervenção do Programa Monumenta
-  Perímetro da unidade de estudo centro
-  Curvas de nível



MAPA 5

A intervenção do programa Monumenta, os eixos estruturantes do entorno do Centro Histórico e os perímetros do Monumenta e da subunidade Centro. Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA

1. Museu Nacional do Mar
2. Terminal marítimo
3. Parque Ecológico
4. Praça da Bíblia
5. Clube XXIV de Janeiro
6. Deck do Mercado
7. Mercado Municipal
8. Praça Getúlio Vargas
9. Igreja Matriz
10. Museu Histórico
11. Estacionamento










-  Intervenções em espaços livres públicos
-  Intervenções em edifícios de uso público
-  Imóveis privados contratados
-  Perímetro da intervenção do programa Monumenta
-  Perímetro da subunidade de estudo Centro
-  Rua Barão do Rio Branco e Alameda Ipiranga
-  Principais Vias que levam ao centro
-  Linha Férrea
-  Travessia de lancha Vila da Glória - Centro Histórico

FIGURA 56

Terminal Marítimo antes da intervenção do Monumenta. Fonte: FREITAS, 2014. In: POZZOBON, 2016.



FIGURA 57

Terminal Marítimo depois da intervenção do Monumenta. Fonte: POZZOBON, 2016.



FIGURA 58

Terminal Marítimo depois da intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 59

Área externa do Museu do Mar, com vista para o porto. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 60

Espaço interno ao Museu do Mar. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 61

Restaurante em área externa ao Museu do Mar. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 62

Vista do Museu Nacional do Mar e do Porto a partir do trapiche do museu. Fonte: do autor, 2020.

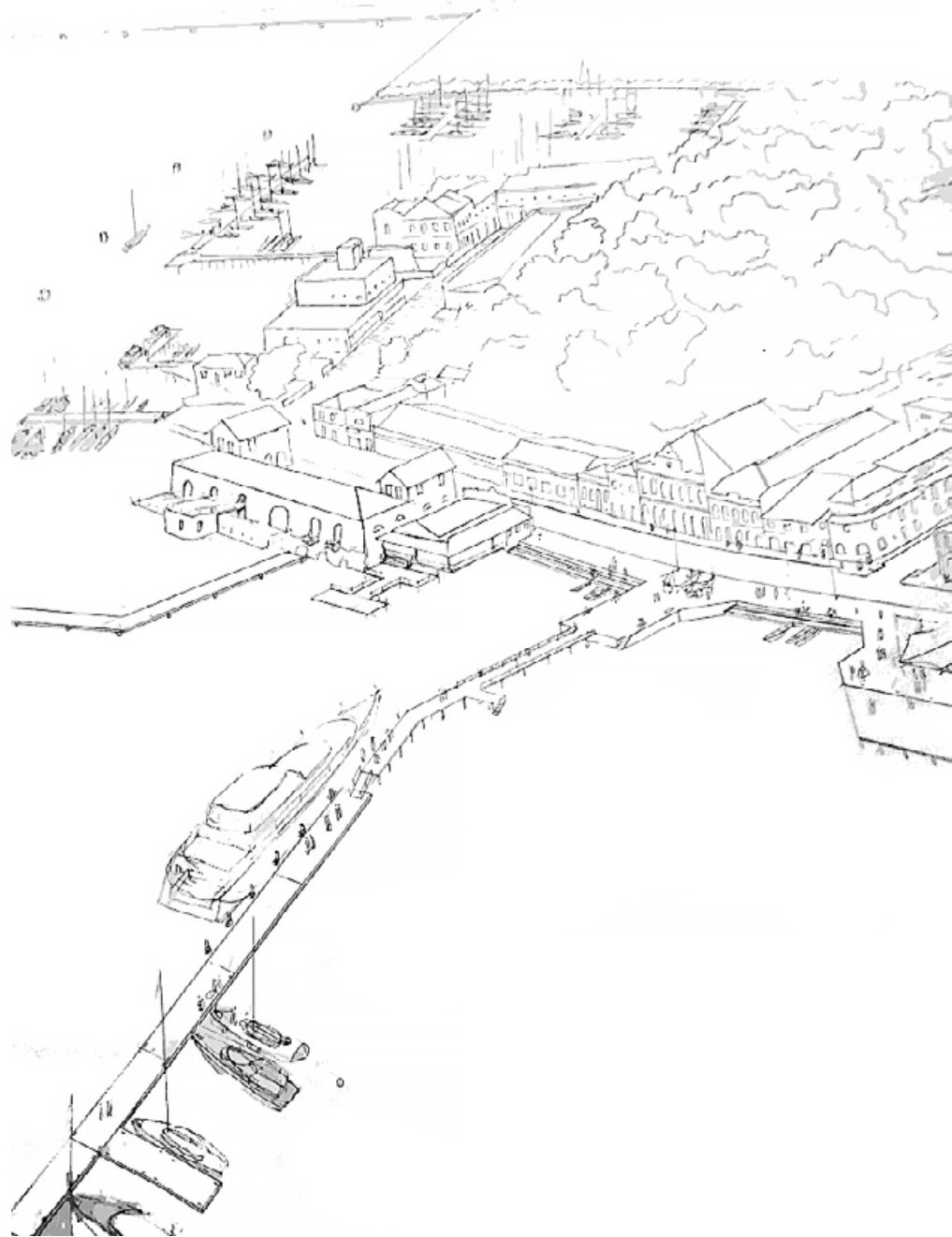


FIGURA 63
Croqui do projeto: trapiche para barcos turísticos, Terminal Marítimo e Marina do Museu do Mar (não executada).
Fonte: Arquiteto Marcelo Cabral.

FIGURA 64

Lateral do Museu do Mar antes da intervenção do Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURA 65

Lateral do Museu do Mar depois da intervenção do Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURA 66

Deck ao lado do museu do mar depois da intervenção do Monumenta. Vista para o porto e a vegetação de mangue.
Fonte: do autor, 2020.



vou guardar o dinheiro, é magnífico” (GARCIA, 2020).

A intervenção do Monumenta, por ser bastante concentrada na orla da Babitonga, é resumida conceitualmente como “de museu a museu”, pois se estende ao longo em um eixo que conecta dois extremos do Centro Histórico, o Museu do Mar, ao norte, e o Museu Histórico, ao sul. Este conceito já estava presente desde a proposta inicial feita ainda durante o processo de escolha das cidades que seriam contempladas pelo Monumenta, e foi executado sem mudanças significativas de projeto. Tanto a articulação política necessária à escolha de São Francisco pelo programa Monumenta quanto à concepção urbanística do projeto são comumente atribuídas, por diversos entrevistados envolvidos na implantação do programa, ao arquiteto Dalmo Vieira Filho, superintendente do IPHAN/SC de 1994 a 2013, e atualmente figura influente no campo do patrimônio tanto na esfera estadual quanto nacional. De acordo com Aldair Carvalho, “o conjunto todo é do Dalmo, a ideia toda é do Dalmo. Ele é o pai da criança”. Dalmo teria sido, assim, o principal agente na concepção da intervenção em São Francisco do Sul como um projeto de escala urbana, na qual a qualificação dos espaços livres é o elemento estrutural, materializando as ideias contidas na concepção do Monumenta, que compreende a atuação em cidades tombadas como de natureza urbanística.

O fato de o eixo do projeto consistir na qualificação dos espaços livres à borda da baía tem como importante foco a valorização da “paisagem clássica”, o “cartão postal” representado pela vista da cidade a partir de quem chega do mar. Esta decisão, atrelada à implantação dos dois museus que ancoram as pontas da intervenção, está intimamente relacionada com a objetivo de tornar São Francisco do Sul um “polo regional de lazer” capaz de atrair visitantes regulares das cidades próximas como Jaraguá do Sul, São Bento, Joinville, Curitiba e Blumenau.

Seguindo pela Rua da Babitonga, chegamos ao principal trapiche de atracagem de barcos turísticos, por onde chegam os barcos que vêm de Joinville, como o barco Príncipe, que realiza passeios diariamente, e também barcos locais, com destaque para o “Holandês Voador” e o “Capitão Jack”, escunas adaptadas que simulam uma embarcação pirata e atraem muitos turistas para passeios pelas ilhas da Baía da Babitonga.

Bem em frente a este píer está o Clube XXIV de Janeiro,

[VER FIGURA 67](#)

[VER FIGURAS 68 A 72](#)

formado por dois imponentes edifícios privados que apesar de não serem individualmente tombados foram selecionados desde a elaboração do Perfil de Projeto como imóveis destacados e, portanto, se tornaram aptos a receber financiamento da Caixa para as obras de restauro. Ângelo Pereira, morador de centro e ex-coordenador da Unidade de Execução de Projeto (UEP) do Monumenta em São Francisco relembra o antigo uso do edifício: “Eu cheguei quando criança a ver aquilo funcionando com a função original, que era alfândega, havia uns trilhos que saiam dali e iam em direção ao mar, saiam uns vagonetes e no Museu do Mar também havia na rua uns vagonetes, tô falando os trilhos e quando nós fomos fazer as obras já não tinham os trilhos, não tinham sido preservados” (PEREIRA A., 2020). A restauração do Clube é o único exemplo da ação do Monumenta em São Francisco do Sul de financiamento para destinação de edificação privada para usos comerciais e institucionais, no entanto, apesar do alto investimento feito no edifício, pudemos perceber que seu espaço é bastante subutilizado. No térreo, optou-se pela solução de galeria comercial, com um corredor central que atravessa o edifício e dá acesso às pequenas lojas, quase todas sem uso, ou com usos esporádicos. Ao fundo dos lotes há um salão que comunica os dois edifícios, também completamente vazio, escuro e com forte presença de umidade, devido ao fato de ao fundo estar localizado o Morro do Hospício. Além do problema da subutilização, esta solução de galeria comercial nos pareceu uma solução que se adaptou mal às especificidades arquitetônicas dos edifícios, cujas fachadas são caracterizadas pela sequência de portas bem próximas umas das outras, abrindo praticamente toda a frente dos lotes para a calçada. A valorização deste aspecto do edifício, de se abrir francamente para a rua, poderia ser feita por meio da proposição de programas e usos que fossem compatíveis com a manutenção do térreo como um salão, com o mínimo de compartimentações, como por exemplo, mercado, restaurante, ou mesmo um uso comercial de maior porte, que ocupasse todo o espaço. Em entrevista com Dalmo Vieira, o arquiteto afirmou que a ideia da galeria não era a proposta inicial dos técnicos do Monumenta, que defendiam a ideia de que o espaço se mantivesse com usos relacionados ao Clube, com atividades recreativas, lúdicas, restaurante, etc. No entanto, apesar de não considerar esta solução como ideal, a equipe do Monumenta cedeu ao interesse da administração do Clube em implantar a galeria

[VER FIGURA 68](#)

[VER FIGURAS 70 A 72](#)

no térreo como forma de gerar renda permanente para a manutenção do espaço.

O pavimento superior de ambos os edifícios se mantém como dois amplos salões interligados, destinados a bailes, aulas de ginástica, ioga, dança, entre outros usos e eventos. Inicialmente, após as obras do Monumenta, este espaço se manteve ativo devido à presença de gestores competentes na organização de atividades que reativassem o Clube XXIV como espaço comunitário, no entanto, passados alguns anos, com a mudança da diretoria de eventos, a gestão dos usos tornou-se menos dinâmica e menos capaz de viabilizar a plena utilização do espaço. Assim, passados mais de uma década desde o fim das obras este edifício excepcional no contexto do Centro Histórico de São Francisco segue subutilizado, e distante do seu potencial de se manter como uma referência para os francisquenses, seja abrigando usos coletivos, institucionais, ou comerciais:

Tem prédios lindíssimos aqui, mas tá tudo meio abandonado, olha esse XXIV aqui. Esse Clube XXIV é uma história linda, ele é lindíssimo por dentro, já foi olhar? Era uma coisa linda, eu frequentei isso aí jovem também, fui em alguns bailes aí. Coisa linda. Mas não deu história, muito mofo, muita umidade e daí tem mau cheiro (GARCIA, 2020).

[VER FIGURAS 73 A 78](#)

Continuando a caminhada pela Rua da Babitonga chega-se ao Mercado Municipal, também contemplado pelo Programa Monumenta. Os mercados dos núcleos históricos foram importante campo de atuação do programa a exemplo de cidades como Penedo (AL), Belém (PA), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Alcântara (MA), devido ao seu caráter de espaço de grande relevância funcional, econômica e simbólica na dinâmica cotidiana das cidades antigas. Mais do que um espaço físico de valor patrimonial material, e mais além de sua importância econômica, os mercados expressam a identidade cultural de determinada sociedade, sintetizando a criatividade de um povo na forma como cultiva, pesca, fabrica e comercializa seus produtos. Trata-se de um lugar onde o rural se manifesta no coração da cidade, expressando a cultura do campo que a alimenta, com suas peculiaridades regionais de cores, cheiros, canções e sabores. Dos traços comuns dos antigos mercados públicos brasileiros podemos citar a tradicional implantação de frente para a água (seja o mar, um

rio, um estuário ou uma baía), que propicia a chegada e saída de produtos por meio de embarcações. Outra característica comumente encontrada é o extravasamento da atividade comercial para fora dos edifícios, por meio das feiras que acontecem semanalmente (geralmente aos sábados), nas ruas do entorno e em espaços livres mais amplos ao redor dos edifícios, configurando as famosas “praças do mercado”. Esta característica pode ser interpretada como reminiscência da prática comercial anterior à construção de edifícios públicos específicos para a comercialização, quando o termo “mercado” servia para designar as feiras, aglomerações em espaços livres com o objetivo de comercializar produtos (BONDUKI, 2010, p.152).

No âmbito do Monumenta, ficam evidentes duas abordagens em relação às intervenções em mercados (BONDUKI, 2010, p.156). A primeira propõe, além da reabilitação do espaço físico, a preservação da teia de significados imateriais que sustentam o mercado a partir de processos mais participativos, enquanto a segunda dá ênfase ao aspecto físico do edifício, e propõe alterações nos usos com o objetivo de fortalecer a atividade turística. Como exemplo paradigmático deste segundo caso, podemos citar a intervenção no mercado de Lençóis (BA), que retirou as atividades tradicionais do mercado transformando-o em “Mercado Cultural”, destinado a exposições, bar e venda de artesanato. O primeiro caso pode ser exemplificado com a proposta realizada no Mercado Ver-o-Peso, em Belém (PA), que buscou associar a recuperação física do edifício com atividades complementares de valorização da história e da identidade do mercado, além de estimular cooperativas e organizações comunitárias relacionadas ao mercado (BONDUKI, 2010, p.157-158).

No caso do mercado de São Francisco do Sul, podemos constatar, oito anos após o término do programa, por meio da observação empírica e das entrevistas realizadas que a intervenção do Monumenta não ocasionou transformações duradouras na dinâmica de seu funcionamento, de sorte que permanece entre habitantes e comerciantes a percepção de um lugar abandonado, sujo, sem atrativos. Em relação aos dois casos exemplares de estratégias opostas adotadas pelo Monumenta na recuperação de mercados, em Belém e Lençóis, podemos dizer que São Francisco do Sul não se encaixa bem em nenhum deles, pois, apesar de a intervenção não ter promovido mudança de usos tradicionais, também não promoveu ações de

fortalecimento das práticas sociais que se relacionavam com o edifício, e não foi capaz de reverter o processo de degradação física e funcional que já o afetava antes do início do programa, de modo que, atualmente, o mercado não se mostra atrativo nem para moradores, nem para turistas. “Se sábado à tarde tu quer comer uma carne ali não tem, quer um pastel, não tem” (CABRAL, 2020).

O motivo de tal situação de “abandono” é frequentemente atribuído pela população local à má gestão da Prefeitura, problema semelhante ao enfrentado por outros municípios que receberam ações do Monumenta em seus mercados. De acordo com Cláudio Cabral “o Monumenta já teve seu auge e na sua decadência, já fizeram todo o serviço que tinha que fazer e agora temos que manter” (CABRAL, 2020). Para Lucia Helena “o mercado é muito detonado, o mercado é um nojo. A própria prefeitura não preza pelo patrimônio, a cultura é pano de fundo nessa cidade, não é prioridade e eles dizem que vão restaurar, vão restaurar e não restauram nunca. Ai quando é ano político eles correm pra restaurar à base de porcaria, entendeu?” (BEZERRA, 2020). Nas palavras de Ângelo Pereira:

[...]o maior pecado pra mim foi a deficiência de um gestor em si, [...] eu dizia ‘a gente tem que ter funcionário da prefeitura acompanhando tudo pra depois manter [...]. Não é fazer e não ter como manter.’ Hoje eu vejo passados 15 anos de muitas dessas obras e elas carecem da necessidade de alguma intervenção. E não precisa ser assim, se tivesse sido feito um acompanhamento mais passo a passo (PEREIRA A., 2020).

As razões para isto podem estar relacionadas tanto às fragilidades políticas, financeiras, técnicas e institucionais dos municípios pequenos, apontadas anteriormente, quanto ao fato de as prefeituras não terem se responsabilizado politicamente pela preservação posterior ao programa federal. Soma-se a isso o fato de que a expertise adquirida pelas UEPs não foi assimilada institucionalmente pelo governo local. Apesar de nomeada pela prefeitura, as Unidades de Execução de Projeto gozavam de autonomia para conceber e executar os projetos, assim, uma vez finalizado o programa, estas unidades se dissolveram sem que o poder local assumisse as funções que a ela eram destinadas, o que poderia ter sido feito, de acordo com Ângelo Pereira (2020), por meio da criação

de um Instituto de Planejamento Municipal, vinculado ao poder público, porém relativamente autônomo.

O proprietário da peixaria do mercado, o ex-pescador João Budal, conhecido como “Santo”, reclama da falta de assistência da prefeitura e de suas secretarias: “A secretaria de Turismo nem olha pra nós, nem conhecemos quem é. Era pra ser presente, fazer uma reunião pra nós conhecermos eles, mas nós não conhecemos ninguém, nós somos estranhos. Secretaria da Educação, é a mesma coisa. Era pra eles chegarem aqui e falar alguma coisa pra gente, o que precisa, o que não precisa, se isso ai tá legal” (BUDAL, 2020).

Frente ao cenário atual de decadência, “Santo” rememora que “antigamente esse mercado aqui vendia 10 toneladas de peixe por dia, pra hoje vender 100, 50, 60 por mês quando tem sorte” (BUDAL, 2020). Cláudio e Lúcia relembram os tempos de grande vivacidade, quando as embarcações paravam ao lado do edifício e vendiam laranjas e peixes na rua, diretamente do barco: “a minha mãe era diretora da escola quando vinham aquelas bateras de laranja cravo para vender, ai o servente da escola ia buscar as laranjas para vender na merenda escolar. E vinham barcos que chegavam ali com pescado pra comprar tudo fresquinho” (BEZERRA, 2020).

Há décadas, porém, que esta situação já não acontece. Os barcos não atracam mais ao lado do mercado, nem para descarregar nem para vender produtos, e o pescado fresco que abastece a peixaria chega por terra, proveniente do Paulas, tradicional bairro de pescadores próximo ao centro. Ao tentar compreender os motivos desta mudança podemos elencar algumas transformações ocorridas a partir de meados do século XX, como a decadência da navegação frente ao modal rodoviário, a oferta de profissões mais bem remuneradas que a de pescador ou mestre carpinteiro de embarcações artesanais, as crescentes exigências sanitárias e a fiscalização na comercialização de produtos e a generalização do hábito de fazer compras em supermercados. Diante da perda de dinamismo do mercado público, em São Francisco do Sul (bem como na maioria dos mercados da região Sul ou do estado de São Paulo) não se observa o extravasamento das atividades do mercado para os espaços livres ao redor do edifício, de modo que a “praça do mercado” é ocupada, durante a semana, com estacionamentos de automóveis, e aos finais de semana com eventos ou feiras de produtos diferenciados como artesanato, cerveja artesanal, etc.

[VER FIGURA 73](#)

[VER FIGURA 76](#)

[VER FIGURAS 76 A 78](#)

Além do restauro do edifício do mercado a intervenção realizada pelo Programa Monumenta executou um amplo deck de madeira que se projeta sobre a água, equipado com bancos e iluminação, além de mesas que servem de apoio às atividades de restaurantes e lanchonetes do mercado. Desta maneira, o deck se configura como agradável espaço de permanência para descansar, fazer refeições, tirar fotos, observar a paisagem e o casario da Rua da Babitonga ou assistir à movimentação dos barcos na baía. Diante do esvaziamento das atividades produtivas do mercado nas décadas precedentes, bem como do transporte fluvial de produtos, sobressaíram-se os usos da orla relacionados ao turismo e ao lazer, de modo que o deck implantado pelo Monumenta reitera esta nova condição, sendo implantado na frente d'água que antes se configurava como local atracável.

A partir da extremidade sul do deck do mercado iniciamos um percurso de aproximação à Igreja Matriz, guiados pelo protagonismo de suas torres que se destacam por trás do casario voltado para a baía. Por conta sua implantação em sítio topograficamente dominante e devido aos recursos de “perspectiva delimitada” e “deflexão” (CULLEN, 1993, p.45) em relação à rua que lhe dá acesso, as perspectivas que se tem ao se aproximar da igreja, constroem uma sequência bastante cinética que cria uma expectativa pela apreensão total do edifício e explora o contraste entre o aspecto estático e bidimensional das edificações voltadas para a baía, com o dinamismo e a tridimensionalidade do edifício religioso.

Muito da graça de nossa paisagem se deve a visuais que de repente se abrem, para quem percorre uma rua, revelando ora uma construção de maior interesse, ora um ângulo insuspeitado do conjunto urbano (MARX, 1980, p.45).

Seguindo pela Babitonga, à frente da Praça da Bandeira, temos o contato com a água interrompido por uma área de aterros mais recentes onde estão instalados o antigo edifício do INSS (hoje sem uso), o Clube Náutico Cruzeiro do Sul e a Capitania dos Portos. Estas construções diferenciam-se bastante dos tipos comuns no Centro Histórico tanto pelo aspecto arquitetônico, pela escala dos edifícios ou pela implantação no lote, contando com afastamentos dos limites laterais e frontal. Observando fotos antigas, podemos reparar no contraste entre a situação anterior e a atual, com a ocupação do antigo

[VER FIGURAS 79 A 83](#)
[VER DIAGRAMA 5](#)

[VER FIGURAS 85 E 86](#)

espaço livre ocasionando a perda do contato visual direto com a baía a partir do casario, e também o inverso, com a impossibilidade de se ver parte do casario a partir da água.

A intervenção do Monumenta optou por não desapropriar estes imóveis, o que seria desejável sob o ponto de vista da continuidade da orla, e opta por contornar este conjunto de edificações, retomando o contato com a baía ao chegar no Largo Almirante Moraes Rego, espaço que foi qualificado com passeios e jardins junto aos fundos de lote de algumas edificações, e chegando às ruas Marechal Floriano Peixoto e Comandante Cabo, no extremo sul do núcleo histórico, área apontada por moradores e comerciantes entrevistados como uma das que teve transformação física mais significativa no âmbito do programa. Anteriormente, o leito carroçável da rua terminava diretamente no muro de arrimo que contém a água e não havia calçamento para pedestres junto à baía, de modo que era mínimo o fluxo de pedestres nesse trecho da orla. O Monumenta, ao ganhar espaço frente ao mar, implantou passeios para pedestres pontuados com palmeiras, bancos, lixeiras e iluminação, além de um parquinho infantil, provocando a redescoberta do lugar pelos seus moradores. Por ser uma área mais afastada do “coração” do centro, é notável a diminuição da concentração de turistas na área, assim como são escassos os comércios e serviços, de modo que podemos inferir que o incremento de fluxo na orla está mais relacionado à intensificação da apropriação do espaço pelos habitantes. De acordo com Lucia Helena, moradora do centro, “depois que fizeram a orla nova, todo mundo passeia, vai pra cá, vai pra lá” (BEZERRA, 2020).

Próximo à esquina das ruas Marechal Floriano e Comandante Cabo, em um dos extremos da curvatura natural da orla que conforma uma espécie de enseada, foi implantado pelo Monumenta um píer de madeira, local estratégico para observação do outro extremo do núcleo histórico, o terminal turístico, o Clube XXIV de Janeiro, o Morro do Hospício e, ao fundo, os navios, as gruas e os silos do porto. Este trapiche, no entanto, é pouco usado para atracagem de embarcações, até por conta de seu desenho com guarda-corpos em quase todo o perímetro, o que limita o acesso direto dos barcos. No entanto, se mostra bastante utilizado para o lazer, para a pesca recreativa, para mergulhar e fotografar, sendo local privilegiado para observar a cidade a partir de um ponto de dentro da água, algo um pouco mais próximo do que seria a perspectiva a partir de uma

[VER FIGURAS 87 A 95](#)

[VER FIGURAS 96 A 98,](#)
[VER FIGURAS 102 A 104](#)

FIGURA 67

Feira de produtos turísticos e barcos turísticos atracados no píer em frente ao Clube XXIV de Janeiro
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 68

Antiga Alfândega com trilhos dos vagonetes. [19--?].
Fonte: <http://saofranciscodosulemfotos.blogspot.m/2013/09/saofranciscodo-sulemfotos.blogspot.m/2013/09/>



FIGURA 69

Clube XXIV de Janeiro após a intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 70

Clube XXIV de Janeiro após a intervenção do Monumenta. Galeria comercial subutilizada
a Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 71

Clube XXIV de Janeiro após intervenção do Monumenta. Galeria comercial subutilizada
a Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 72

Clube XXIV de Janeiro: espaço no térreo vazio e em mal estado de conservação. Fonte: do autor, 2020.





FIGURA 73

Rampa de acesso de barcos ao lado do mercado [19--?] Fonte: <https://cortinadopassado.com.br/>

FIGURA 74

Lateral do Mercado atualmente. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 75

Antiga configuração da área onde foi implantado o deck. [19--?]. Fonte: <https://cortinadopassado.com.br/>.



FIGURA 76

Imagem aérea do mercado e do deck implantado pelo Monumenta. Fonte: <https://www.esportesc.com.br/amp/cidade-historica-de-sao-francisco-do-sul-recebe-1-desafio-dos-rochas-de-mountain-bike/>, 2019.



FIGURA 77

Deck implantado pelo Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



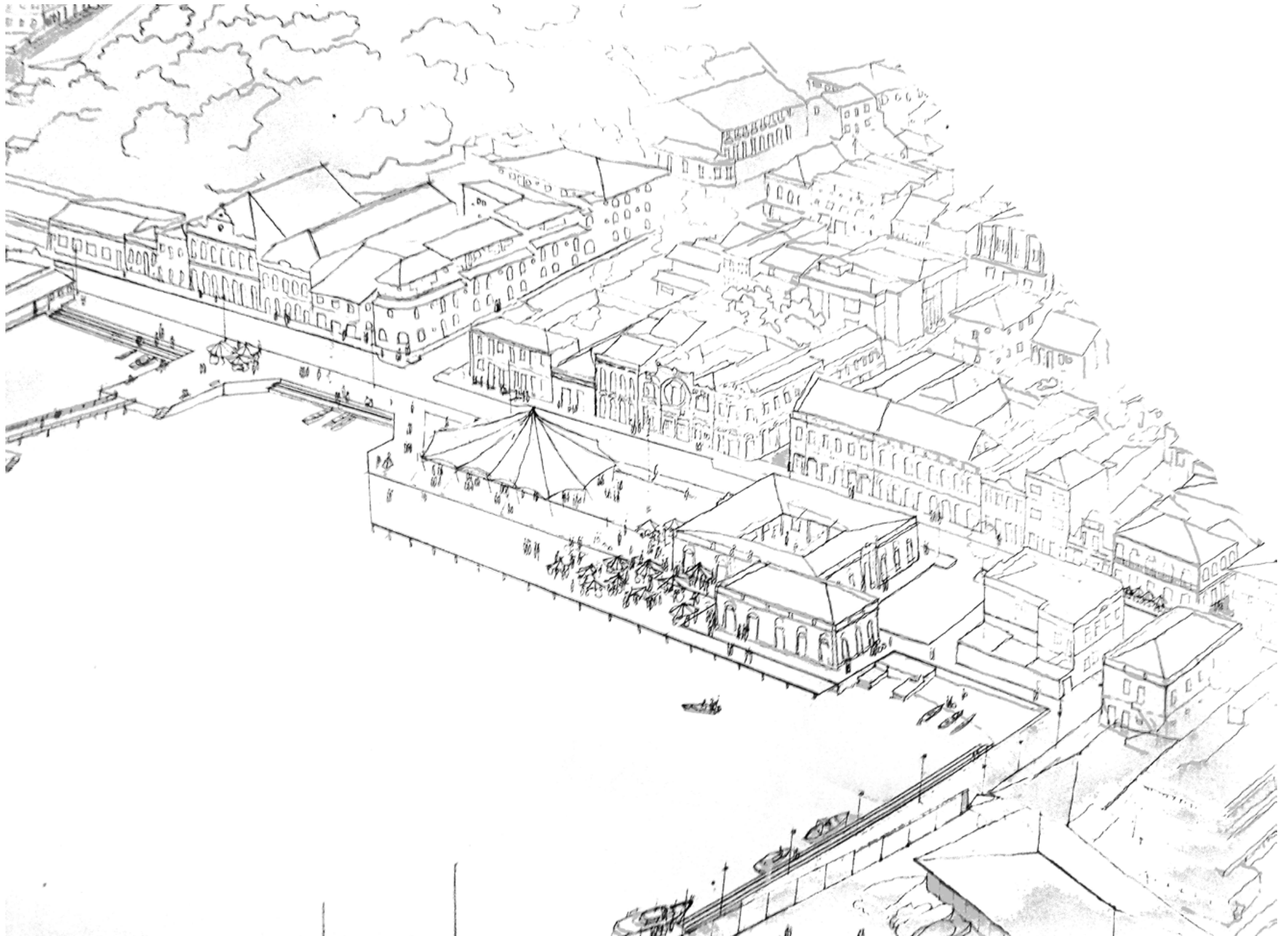


FIGURA 78

Croqui do projeto: orla
e deck do mercado.

Fonte: Arquiteto
Marcelo Cabral.



[79]



[80]



[81]



[82]

FIGURAS 79 A 82

Aproximação sucessiva à Igreja Matriz. O traçado regular articulado com a exploração de perspectivas dos edifícios notáveis.

Fonte: do autor.

FIGURA 83

Salvador. Rua portas do Carmo. Fonte: Teixeira (2012), p.152. Fonte: do autor.



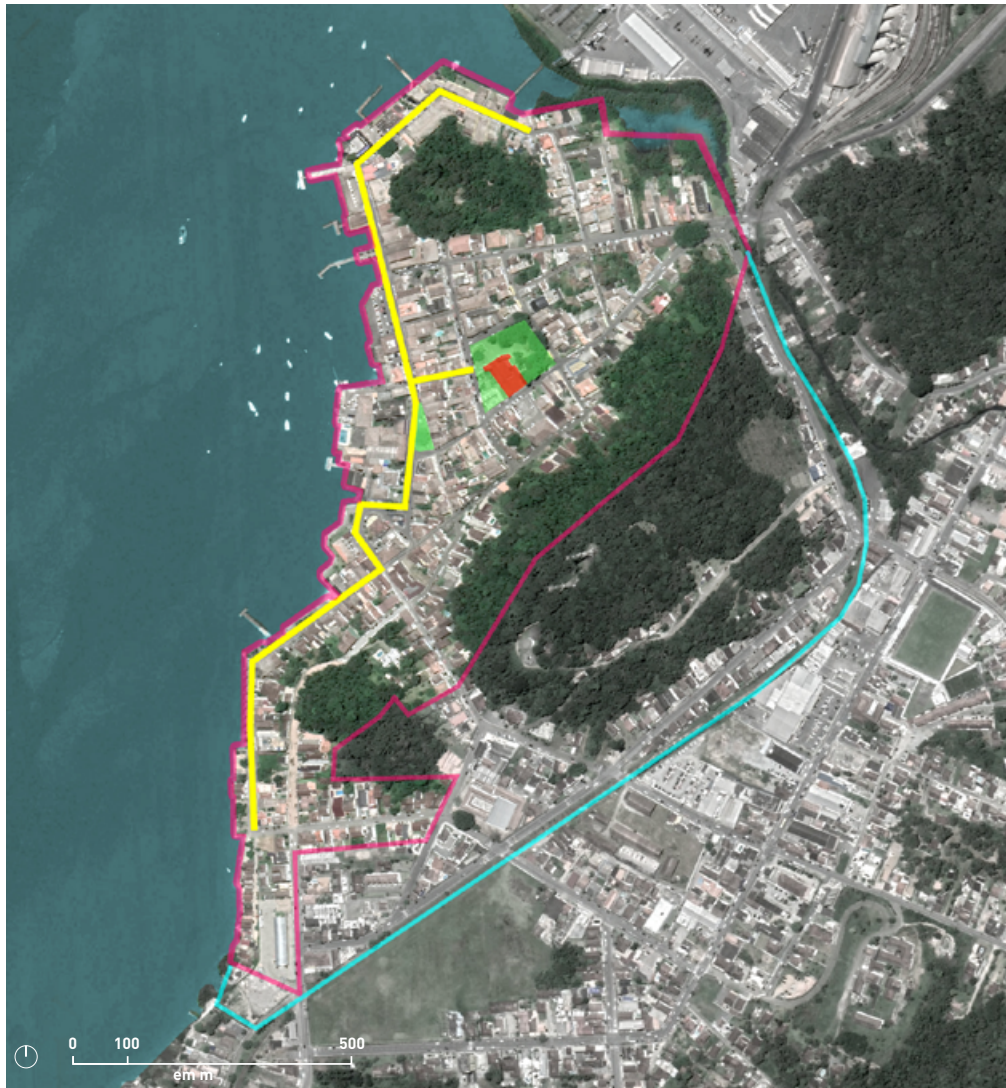


DIAGRAMA 5

A praça da matriz implantada em local topograficamente dominante e diretamente conectada à “cidade baixa”, constituída pela orla (ver figura 82). Fonte: Elaborado pelo autor sobre base de Google Earth.

LEGENDA

- Igreja Matriz
- Praça da Matriz
- Linha da orla e conexão com a Igreja Matriz
- Perímetro da intervenção do Programa Monumenta
- Perímetro da unidade de estudo Centro

FIGURA 84

São Tomé, São tomé e Príncipe. A estrutura da cidade marítima portuguesa em torno da linha da costa e a igreja implantada em uma rua perpendicular, em posição topograficamente dominante.

Fonte: Teixeira (2012), p. 48.

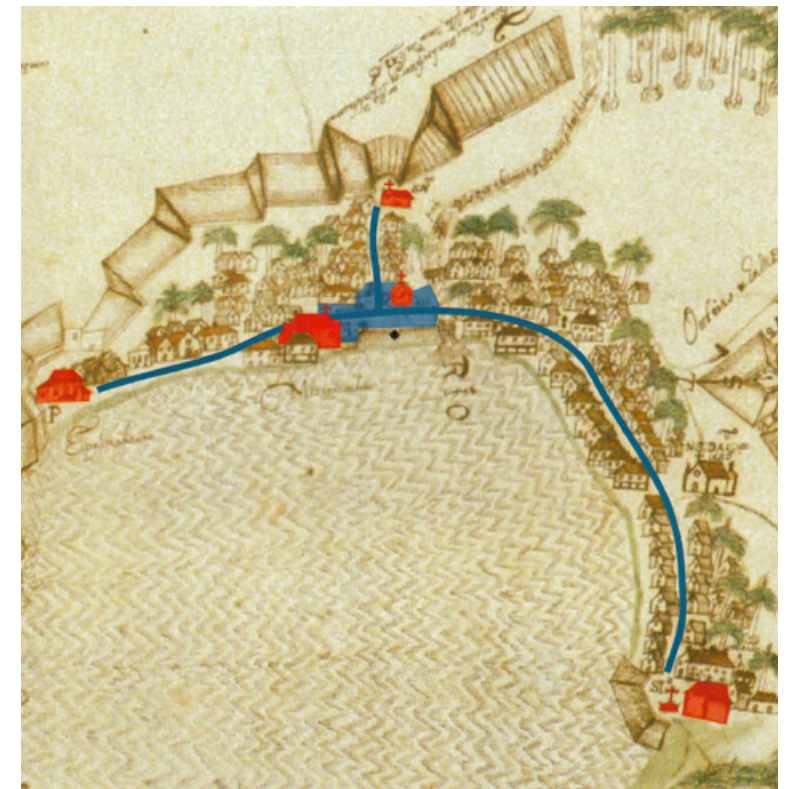




FIGURA 85

Situação atual:
edificações construídas
sobre antigos espaços
livres e execução de
aterros. Fonte: [https://
turismo.culturamix.
com/](https://turismo.culturamix.com/).



FIGURA 86

Vista a partir da
baía, 1919. Espaço
livre de edificações
permitia conexão
visual entre o casario
e as embarcações.
Fonte: [https://turismo.
culturamix.com/](https://turismo.culturamix.com/)

FIGURA 87

Rua Comandante Cabo
[19--?]Fonte: [http://
saofranciscodo
sulemfotos.blogspot.
com/](http://saofranciscodo
sulemfotos.blogspot.
com/)



FIGURA 88

Rua Marechal Floriano
Peixoto antes da
intervenção do
Monumenta. Fonte:
IPHAN, 2017.



FIGURA 89

Rua Marechal Floriano
Peixoto depois da
intervenção do
Monumenta. Fonte: do
autor, 2020.



FIGURA 90

Rua Marechal Floriano
Peixoto antes da
intervenção do
Monumenta. Fonte:
FREITAS, 2014. In:
POZZOBON, 2016.



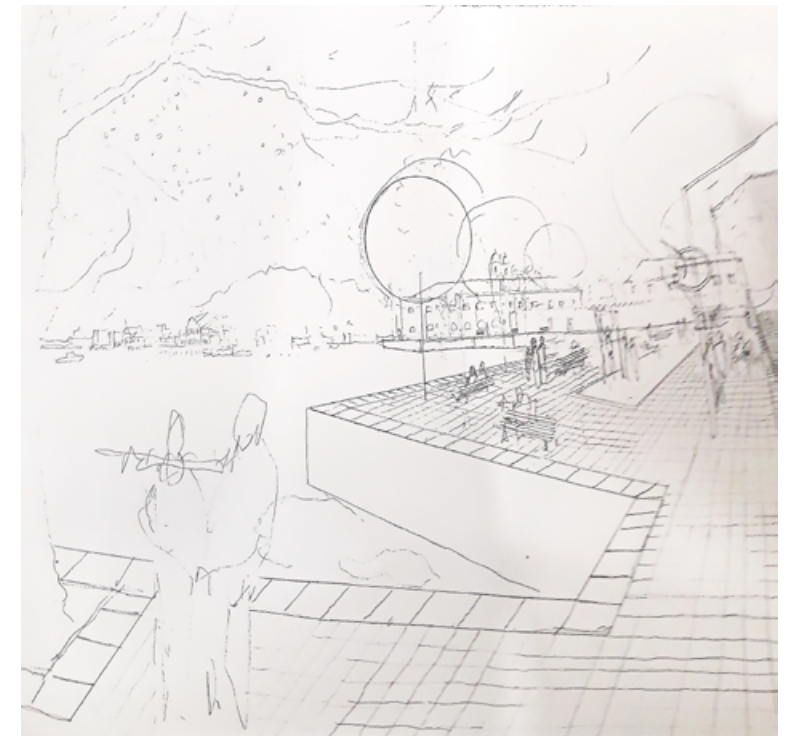
FIGURA 91

Rua Marechal Floriano
Peixoto depois da
intervenção do
Monumenta. Fonte: do
autor, 2020.



FIGURA 92

Rua Marechal Floriano
Peixoto depois da
intervenção do
Monumenta. Fonte: do
autor, 2020.



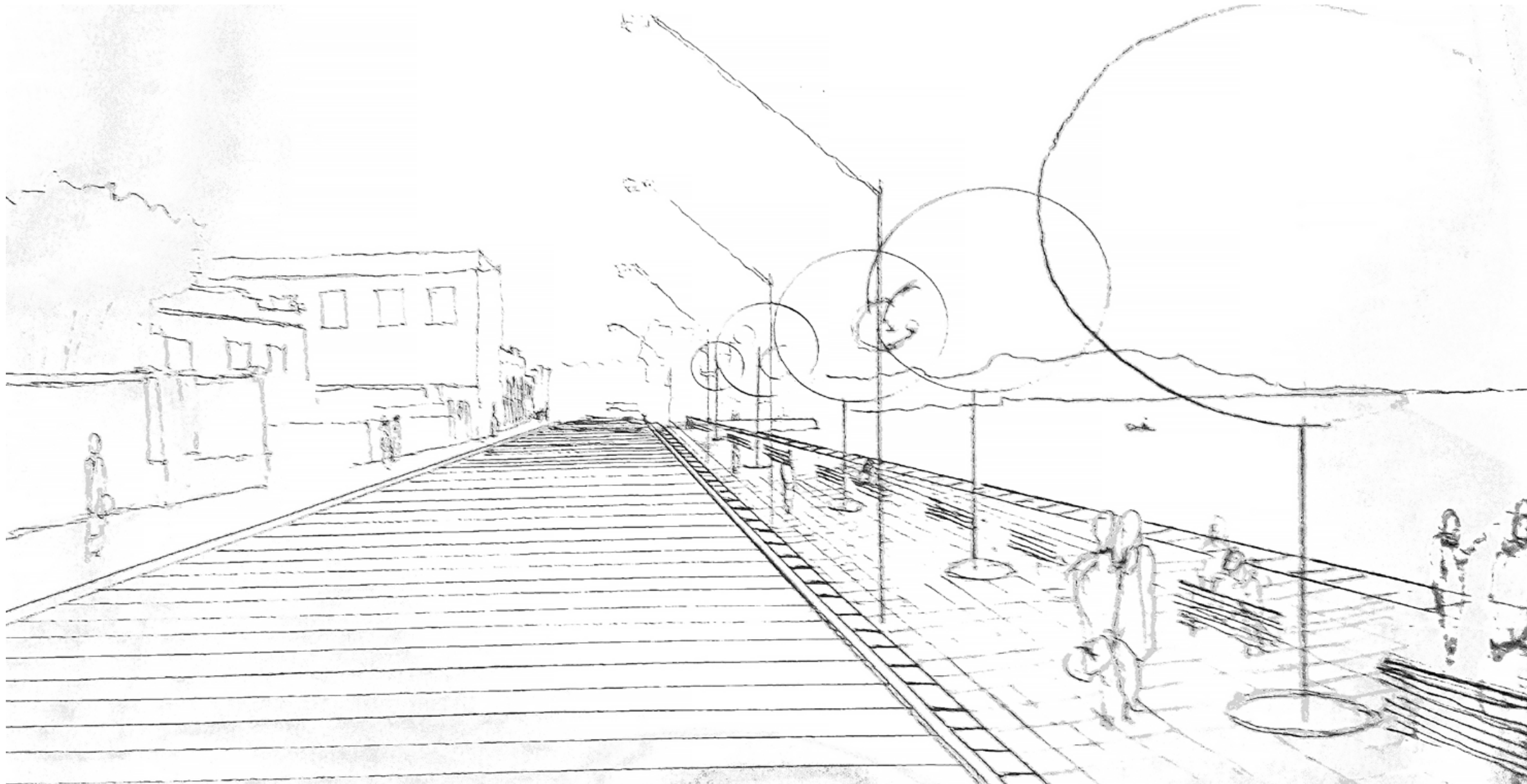


FIGURA 93

Croqui do projeto do Monumenta: orla da rua Marechal Floriano Peixoto. Fonte: Arquiteto Marcelo Cabral.

[próximas páginas]

FIGURAS 94 E 95

Orla após a intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.





FIGURA 96

Praça Gorressen antes da intervenção do Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURA 97

Praça Gorressen após execução de trapiche pelo Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURA 98

Trapiche executado pelo Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 99

Extremo sul da orla antes da intervenção do Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURA 100

Extremo sul da orla depois da intervenção do Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.

FIGURA 101

Extremo sul da orla depois da intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.





FIGURA 102

Vista do píer depois da intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 103

Croqui do projeto do Monumenta: píer com a função de atracação de embarcações. Fonte: Arquiteto Marcelo Cabral.

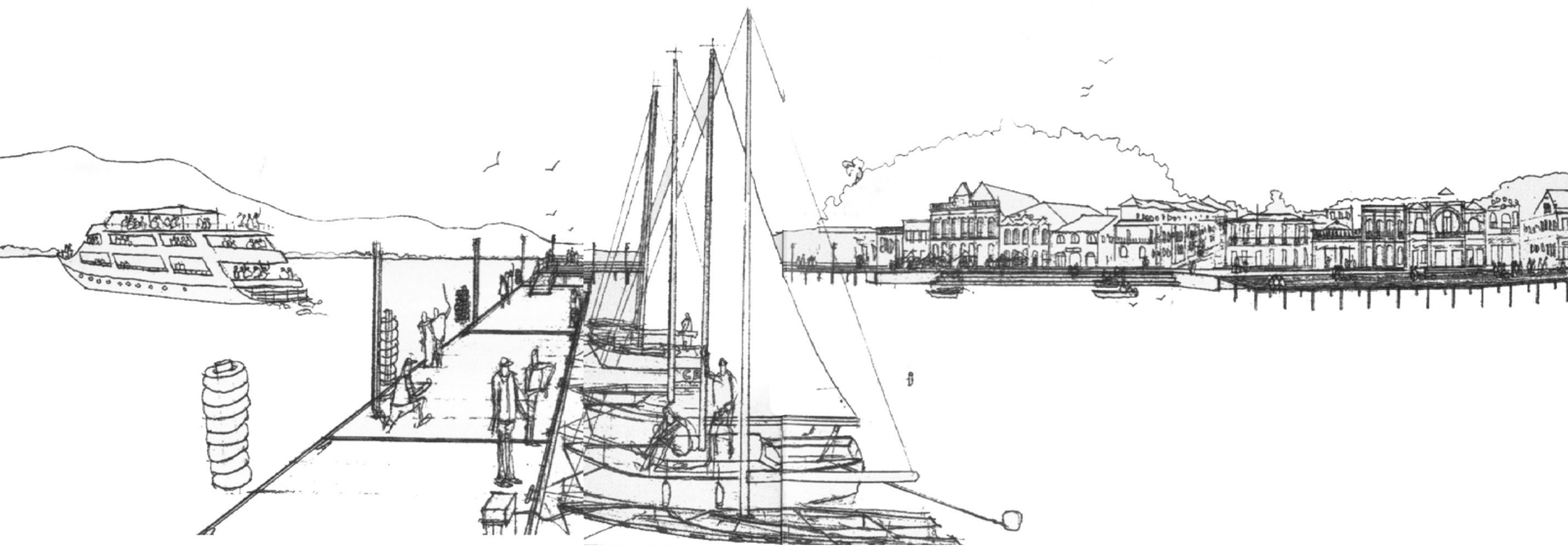




FIGURA 104

Vista a partir do píer,
depois da intervenção
do Monumenta. Fonte:
do autor, 2020.

embarcação que navega na baía.

A extensão da intervenção até esta parte da orla responde ao objetivo de qualificar toda a frente d'água do núcleo histórico, completando o percurso “de museu a museu”, e chegando ao Museu Histórico, a uma quadra da orla. Inaugurado em 1985, o museu histórico foi instalado no antigo prédio da câmara municipal e cadeia pública, que funcionou com este uso até 1968. No âmbito da implantação do Programa Monumenta na cidade o museu foi restaurado, o que exigiu que o perímetro de ação do programa fosse estendido para além da poligonal de tombamento do IPHAN, uma vez que era um pressuposto do programa que todas as ações executadas devem estar contidas no perímetro anteriormente estipulado .

Em comparação com o Museu do Mar, o Museu Histórico exerce poder de atração muito menor e por essa razão é menos conhecido por visitantes. Podemos considerar que um dos fatores para isto é a sua localização no extremo sul do núcleo histórico, do lado oposto, portanto, à área de maior movimento, localizada próxima ao Museu do Mar. Outros motivos que podemos elencar para o menor interesse despertado pelo Museu Histórico é a diferença de tamanho entre os dois museus, a ampla publicidade turística a nível nacional em torno do Museu do Mar, assim como o maior investimento realizado neste em acervo e expografia. Em relação ao tipo de acervo, podemos inferir que o Museu do Mar oferece maior interesse ao público pelo ineditismo e abrangência nacional do seu acervo, reunindo embarcações e modelos que representam barcos de todas as regiões do país, enquanto o Museu Histórico está organizado em formato mais tradicional, apresentando fotos e objetos antigos relacionados a acontecimentos locais ou regionais.

Nos fundos do museu há um portão de serviço que permanece fechado a maior parte do tempo e se volta para uma estreita rua de terra que é continuação da Rua Comandante Cabo, a rua da orla. Com acessos dispostos para esta via e debruçadas sobre a baía há uma sequência de pequenas casas, muitas de madeira, debruçadas sobre a baía, cada uma com seu barco, eventualmente uma garagem náutica e rampa de acesso à água, além de decks sobre palafitas em concreto ou madeira. Apesar deste trecho da Rua Comandante Cabo situar-se dentro do perímetro de ação do Monumenta, nenhuma ação foi proposta para esta área, que segue sem calçamento. Acreditamos que a

[VER FIGURAS 105 E 106](#)

[VER FIGURA 107](#)

[VER FIGURAS 108 A 110](#)

qualificação deste trecho de rua, além de melhorar a qualidade de vida daqueles habitantes, contribuiria para criar um novo acesso ao Museu Histórico, mais diretamente relacionado à movimentada rua da orla, o que poderia influenciar no aumento do número de visitantes. Desta maneira, o Museu Histórico, ao invés de dar as costas para a baía da Babitonga, estabeleceria uma relação mais próxima com a água, bem como proporcionaria que os visitantes tivessem algum contato com as peculiaridades destas casas debruçadas sobre a água e com o particular modo de vida de seus habitantes. Não seria esta também uma experiência de vivência do patrimônio?

Saindo do museu, seguimos nosso percurso voltando ao norte do centro pelas ruas Cel. Carvalho/Benjamim Constant a via paralela à orla que percorre cotas mais elevadas e nos levará à Igreja Matriz. Trata-se da via mais tortuosa do Centro Histórico, que ao acompanhar o pé dos morros da Rádio e da Caixa d'água, destoa da relativa regularidade das demais vias, e conforma com a rua da orla um tipo de estrutura de quarteirão que Teixeira (2012) classifica como “medieval”, comum nas cidades portuguesas planejadas dos séculos XIII e XIV. Este tipo de quarteirão caracteriza-se por ser estreito e comprido, com lotes urbanos que o atravessam de lado a lado e definem ruas de frente, principais, onde se constroem as casas – que no caso de São Francisco é a rua da orla -, e ruas de trás, hierarquicamente menos importantes, onde se situava o quintal e alguma construção acessória. As ruas Cel. Carvalho/Benjamim Constant se configuram, portanto, como “ruas de trás”, o que é observável ainda hoje pela grande extensão de muros com áreas de baixa ocupação atrás deles, além de pequenas construções secundárias, a despeito de construções e reparcelamentos mais recentes que gradualmente tendem a tornar esta via uma “rua de frente”. Por trás dos muros, abrem-se belas perspectivas da baía e do casario da Rua da Babitonga, ocultas, porém, por quem passa a pé ou de carro, visíveis apenas por meio da escalada nos muros .

Seguindo pela via que margeia os pés dos morros temos as perspectivas sempre guiadas por dois elementos verticais que se constituem como “pontos marcantes” (LYNCH, 2011, p.53,81) na paisagem: as gruas do porto e as torres da Igreja Matriz. Neste percurso as edificações são relativamente recentes, a maioria de uso residencial, e podemos observar o contraste entre a predominância de construções implantadas junto aos limites do lote no lado da rua

[VER FIGURA 111 A 114](#)

[VER FIGURA 114](#)

[VER FIGURA 112](#)

[VER FIGURA 115 A 118](#)

oposto ao morro (localizado dentro da Zona Especial de Patrimônio Histórico demarcada pelo município) e a prevalência das construções afastadas dos limites do lote no lado da rua que toca o morro (situado fora da Zona Especial de Patrimônio Histórico demarcada pelo município, no entanto ainda dentro da poligonal de tombamento) diferenciando -se da forma de ocupação tradicional da cidade de origem portuguesa.

Após passarmos pela Praça da Carioca, pequeno espaço livre na confluência de ruas também qualificado pelo Monumenta, chegamos à Praça da Matriz pela sua porção mais vegetada, situada lateralmente à igreja, justamente o trecho que recebeu a intervenção do programa por meio da reforma e uniformização de pavimentos, tratamento paisagístico, iluminação, instalação de mobiliário urbano e retirada de interferências visuais, como vegetação, postes e fiação aérea. As intervenções em praças constituíram um dos principais eixos de ação do Programa Monumenta, o que se justifica pelo fato de as praças de núcleos históricos se configurarem como os principais pontos de referência e frequentemente acumularem os edifícios de maior importância funcional e simbólica, como igrejas e Casas de Câmara.

Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-da-fé. E, pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar (MARX, 1980, p.54).

Diferentemente das plazas mayores ou de armas da América espanhola, nas quais os edifícios de destaque eram implantados fora de seu perímetro, nas praças brasileiras estes prédios eram localizados preferencialmente dentro da praça. Ao contrário das colônias espanholas, regidas por orientações urbanísticas oficiais como as Leyes

de las Indias e as Ordenações Filipinas, na América portuguesa não haviam regulamentos rígidos impostos pela metrópole, no entanto, no Brasil a Igreja acabou adquirindo papel normativo no desenho urbano, estipulando como se devia construir e a que exigências deviam atender os locais sagrados (RISÉRIO, 2012, p.64). Estas regras estabeleciam, por exemplo, que os templos deveriam ser edificadas em sítios altos, livres de umidade e longe de lugares “imundos”, bem como determinavam que as igrejas estivessem livres e afastadas dos demais edifícios, de modo a permitir que as procissões circulassem no seu entorno. Em São Francisco do Sul esta regra é seguida e, assim como em muitas cidades coloniais brasileiras, a igreja não é implantada no centro da praça: seus fundos tangenciam uma das vias que a limitam de modo que seja deixado um amplo espaço à frente da sua fachada principal, o tradicional adro. Camilo Sitte (1992) observa que esta característica das cidades antigas potencializa o interesse artístico destes espaços “já que um edifício só estará em evidência e causará seu melhor efeito quando visto a partir de uma distância adequada em uma praça não exageradamente grande” (SITTE, 1992, p.42).

Ao lado da Igreja Matriz, também situado dentro da praça, está localizado o edifício dos correios, no mesmo local onde antes se situava a Casa de Câmara e Cadeia, a sede do governo local presente nas povoações que chegavam à categoria de vila e conquistavam autonomia municipal. As fotos antigas mostram que, apesar de ser a sede do poder e da justiça, a casa de câmara de São Francisco é bastante modesta se comparada à Igreja Matriz, traço também bastante recorrente nos núcleos históricos brasileiros.

A localização dos referenciais urbanos em praças formalmente estruturadas, com características de regularidade, ainda que não rigorosamente geométricas, reflete o pensamento urbanístico português do século XVII, fruto de um lento processo de transformação na concepção urbanística desde o período medieval. De acordo com Teixeira (2012), na Idade Média não existiam praças formalmente estruturadas nos núcleos urbanos portugueses, sua importância adivinha das funções e da natureza dos edifícios que nelas vieram a se localizar ao longo do tempo, em determinada localidade. A partir do final do século XV, com as reformas empreendidas por D. Afonso V, e nos séculos seguintes, o processo de formação da praça vai gradualmente deixando de ser espontâneo e passa a ser definido pela lógica dos traçados, tornando-se a partir do século XVI elemento

[VER FIGURA 119](#)

central na morfologia e ordenamento da cidade .

Tais transformações urbanas já eram expressão dos novos ideais renascentistas (TEIXEIRA, 2012, p.116), de modo que quando os ibéricos iniciaram a construção das cidades na América, já se havia definido o “urbanismo renascentista”, que adota como modelo a antiguidade greco-latina, a geometria e a racionalidade (RISÉRIO, 2012, p.65). De acordo com Risério (2012), portugueses e espanhóis não objetivavam transplantar para o continente americano os polos urbanos peninsulares, mas sim implantar aqui povoações cujo desenho seria extraído do pensamento urbanístico clássico renascentista. A cidade de Salvador seria, nesse contexto, uma espécie de “Brasília do século XVI” (RISÉRIO, 2012, p.67).

Em São Francisco do Sul, fundada em 1553 e elevada à Vila em 1660, é perceptível a filiação a este novo pensamento a partir da constatação de que a praça da matriz é um importante elemento gerador da malha urbana, estruturando o traçado das ruas a partir de sucessivas vias paralelas e perpendiculares aos seus lados (TEIXEIRA, 2012, p. 119). A rigidez da ortogonalidade, no entanto, é flexibilizada em função das características do sítio geográfico, notadamente a linha da orla e os morros, de modo que, atendendo às recomendações Vitruvianas, “o traçado adapta-se à topografia, mas busca a regularidade” (COELHO FILHO, 2004 apud RISÉRIO, 2012, p.67). Dessa maneira, mesmo que a Praça Getúlio Vargas não seja perfeitamente retangular, as irregularidades observáveis em planta dificilmente são percebidas no sítio, ou mesmo que notadas, não comprometem a ordem estabelecida.

O papel estrutural da Praça da Matriz (ou Praça Getúlio Vargas) no desenho urbano de São Francisco do Sul é reforçado ainda pelo fato de esta ser a única praça de porte considerável no tecido urbano antigo, sendo que os demais espaços livres existentes, apesar de terem o nome de praças (da Bandeira, da Carioca, da Bíblia) podem ser classificadas como largos, espaços pequenos, triangulares, situados no encontro de ruas. Atualmente, no entanto, esta polaridade vem se enfraquecendo, com a perda de usos importantes antes localizados de frente para a praça, como os Correios e a Caixa Econômica, edifícios que atualmente estão vazios devido ao fato de terem transferido suas sedes para a Avenida Barão do Rio Branco e seu entorno, o “Novo Centro” da cidade. Considerando que estas agências são as únicas do município, compreende-se o papel âncora que estes usos exercem,

sendo comumente o único motivo de deslocamento ao Centro Histórico pelos moradores de outros bairros. Desta maneira, apesar de a prefeitura e a parada de ônibus do centro ainda permanecerem na Praça da Matriz, é visível a grande diferença de animação urbana entre este espaço público – a “cidade alta” – e a orla da Babilonga – “a cidade baixa” – que agrega a maioria dos estabelecimentos de comércio e serviços do centro e se configura como local preferido para o lazer tanto para moradores como para turistas.

Seguindo o percurso pela Rua Hercílio Luz chega-se à entrada do Parque Ecológico, última obra do Programa Monumenta, finalizada apenas em 2014, devido ao prolongado processo de desapropriação da área. Implantado no Morro do Hospício em uma unidade de conservação de 16.500m², o parque foi equipado com passeios, decks de contemplação, iluminação, bancos, ilhas de descanso, obras de drenagem, além de um edifício sede de apoio ao receptivo e administrativo do parque. O nome atribuído ao morro refere-se à antiga existência, em seu cume, da Capela de São José, inicialmente erguida em 1681, e de uma residência e hospedaria para religiosos, pois no passado o termo “hospício” além de ser utilizado para denominar locais onde era tratados doentes e necessitados, também se referia às residências eclesásticas (BANDEIRA, 2017, p.60). Por conta da presença das ruínas destas edificações o morro é considerado um sítio arqueológico histórico, portanto, para a implantação do parque municipal na área, foi necessário realizar prospecção arqueológica, com os objetivos de delimitar o sítio e os locais de concentração de materiais arqueológicos, levantar informações históricas e avaliar os impactos causados pelas obras do parque, iniciadas antes da finalização dos estudos arqueológicos.

O acesso do parque se faz por uma antiga casa, que foi desapropriada e restaurada, abrigando um sebo e os banheiros de apoio. A partir desta edificação acessa-se uma sequência de rampas e chega-se ao início da trilha calçada. A respeito da forma de acesso ao parque, Aldair Carvalho, presidente da Fundação Cultural da Ilha de São Francisco (FUCISF) nos relata que o parque foi inaugurado ainda sem esta configuração de acesso a partir da edificação existente, pois até então havia apenas um portão, sem controle de acesso.

O parque foi feito e ninguém sabia onde ia ser a entrada. Ia ser só um portão ali, as pessoas iam entrar e sair livremente,

[VER FIGURAS 122 A 123](#)

[VER FIGURA124](#)

eu disse ‘isso vai virar um pandemônio’. Aquela casinha tava abandonada, fez o processo de desapropriação da casa, que não tava anexado ao projeto inicial do parque. Fizemos o projeto de desapropriação da casa, o juiz concedeu, depositamos em juízo e começamos a obra com o dinheiro do FUNPATRI e ficou a entradinha (CARVALHO, 2020).

Uma vez iniciada a trilha, somos imersos num percurso introspectivo configurado pela vegetação densa, pontuado por súbitos alargamentos e decks de madeira que servem de miradouros ora para a baía, ora para o porto, ora para o próprio núcleo histórico. Assim, o percurso de subida ao topo do Morro do Hospício se configura como momento privilegiado de observação dos elementos-chave para construção da identidade franciscana a partir de pontos de vista elevados, por meio da implantação criativa de mirantes em posições estratégicas. No topo do morro, no entanto, espaço no qual geralmente se espera o clímax do passeio, não há nenhuma vista para o entorno, e também nenhum uso ou edificação de apoio, apenas um deck de madeira elevado do solo ao centro de uma clareira. Na borda da clareira, é possível observar vestígios das ruínas no antigo hospício, no entanto, não há informações do que se trata, bem como estão ausentes os elementos arquitetônicos de demarcação ou valorização deste patrimônio arqueológico.

Finalizado o percurso pelas principais intervenções do Monumenta, seguimos o trajeto pela área localizada entre o Morro do Hospício e o porto, trecho que não sofreu reformas pelo programa. Apesar de estar dentro da poligonal de tombamento delimitada pelo IPHAN, este trecho está fora do perímetro da Zona Especial de Patrimônio Histórico demarcada pelo município, o que pode explicar o fato de diferenciar-se bastante tipologicamente do restante do Centro Histórico, constituindo-se como área de edificações mais recentes, e que apresenta densidade construtiva bastante inferior às quadras próximas à orla da Babitonga. A razão de sua inserção no perímetro de tombamento deve-se à nova concepção que ascendia no IPHAN à época, que considerava que os valores para a salvaguarda não estariam apenas na antiguidade e na excepcionalidade, mas na cidade como “documento da história urbana do país dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais [...]” (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 53). Nesse contexto,

o estudo de tombamento reforça que, mais que nos monumentos, é no tecido urbano que encontramos as referências que contam a história do assentamento, assumindo que a diversidade arquitetônica de São Francisco do Sul não é prejudicial à sua compreensão como documento histórico. Apesar da inclusão deste trecho do centro na poligonal de tombamento, esta área mais próxima ao porto sempre foi considerada como secundária em relação às áreas próximas à rua da praia e à Praça da Matriz, como fica evidente na recomendação explícita a respeito do cuidado com o “frontispício da cidade” nas intervenções futuras. Dessa maneira, a proteção da cidade como patrimônio cultural toma como principal pressuposto a forte relação de seus habitantes com o mar, expressa primordialmente pela ocupação da rua da praia, e da perspectiva que se tem dela a partir de quem vem do mar.

A intervenção do Programa Monumenta, por sua vez, vai na mesma direção destas recomendações quando elege como área de intervenção o percurso “de museu a museu”, concentrando investimento na orla da cidade, e optando por não executar ações nas quadras mais afastadas. Desta maneira, ao mesmo tempo em que a rua da orla viu reforçada historicamente sua polaridade funcional e simbólica constituindo-se como a “frente” da cidade, a área próxima ao porto e afastada da orla configurou-se como “fundos” e entrou em profundo processo de esvaziamento e arruinamento. Foi praticamente unânime nas entrevistas que realizamos a lembrança deste trecho como o mais degradado, feio e perigoso do Centro Histórico, o que se explica pela falta de vitalidade devido à grande quantidade de edifícios sem uso ou em ruínas, que se reflete no pequeno número de moradores, bem como de comércios e serviços. O posto de gasolina, que se configura como uma quebra abrupta do tecido urbano (e talvez o elemento mais destoante de todo o centro) é bastante citado como ponto de referência quando se pretende alertar que aquela é uma área menos segura. Lucía Helena relata seu desconforto: “Isso ali é muito feio, aquela zona ali é horrível, meio portuário” e relembra antigos usos nas décadas de 70 e 80, que animavam edifícios hoje em ruínas: “A esquina de cá, que fica em frente a Vó Herta, ali era uma panificadora do alemão, uma panificadora muito boa na época. Ficou abandonada, aí tem o outro lado, teve casa de umbanda, tinha o bar Hassen, tradicional do chopp com aquelas mesas redondas e aquelas cadeiras de vidro, sabe?”. Roberta Silva, ex-coordenadora

[VER FIGURAS 125 A 130](#)

[VER FIGURA 128](#)

[VER FIGURAS 131 A 135](#)

[VER FIGURA 133](#)

da Unidade de Execução de Projeto (UEP) do Monumenta, também compartilha do sentimento de insegurança ao passar pela área:

Agora porque que aquela área não entrou como ações eu não sei te dizer, mas realmente ela ficou meio que excluída ali e até hoje é assim, né? No final de semana eu sempre corro e caminho por ali e é uma área que eu não gosto de passar. Eu só passo por ali se for de dia, à noite eu já não passo (SILVA, 2020).

Apesar de abrigar muitas empresas relacionadas ao porto, como escritórios de serviços portuários e logísticos, agências marítimas, despachantes, não se observa a vitalidade urbana necessária para reverter o processo de degradação, evidenciado pelo fato de esta zona apresentar a maior concentração de edifícios em estado de conservação regular, ruim ou em ruínas, de acordo com a classificação do IPHAN (POZZOBON, 2016, p.85). Observando o mapa 7 (PEREIRA, 2007, p.73) podemos notar que ao mesmo tempo em que esta é a área que tem níveis de proteção ao patrimônio mais flexíveis, é também a que apresenta proporcionalmente maior extensão de terrenos vazios ou subocupados, e também a que possui parâmetros urbanísticos mais permissivos à construção de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município, conjunto de fatores que tornam este o trecho com maior potencial de transformação urbanística.

Em contraste com esta área, na orla de São Francisco do Sul pudemos observar que os espaços públicos urbanos foram qualificados, convidando à permanência, ao descanso e ao lazer, pela construção de decks e trapiches de madeira, alargamento de passeios, parquinho com brinquedos infantis, nova iluminação e bancos instalados em locais agradáveis para observação da paisagem da baía, contribuindo para que este espaço abrigasse muitas outras funções além da mobilidade e circulação e reforçando a vitalidade da área. A orla da Babitonga é a principal rua do Centro Histórico, para onde convergem muitas outras ruas, e sua condição de via à beira da água, com horizonte aberto para a baía, torna-a um lugar com qualidades paisagísticas excepcionais, diferenciando-se das demais por adquirir algumas características de belvedere e de praça linear, voltada essencialmente à “fruição da paisagem através do passear” (QUEIROGA, 2012, p.61).

Considerando que o foco das ações do programa é promover o Desenvolvimento Local, podemos compreender que o fato de o investimento em espaços livres ter adquirido papel central nas intervenções significa que a concepção do Monumenta entende que a transformação espacial destes lugares públicos contribui para o desenvolvimento dos municípios. No primeiro momento, estas intervenções teriam a capacidade de gerar certa dinamização econômica temporária, mais relevante nas cidades pequenas, devido ao aquecimento do mercado da construção civil com geração de empregos diretos e indiretos. No segundo momento, a qualificação destes espaços históricos icônicos potencializa o interesse turístico da área, atraindo, maior número de visitantes aptos a consumir produtos e serviços, dinamizando a economia, visão que esteve fortemente presente na concepção do programa, em consonância com as recomendações da Normas de Quito (OEA, 1967). No entanto, numa terceira abordagem podemos também relacionar a qualificação dos espaços livres públicos com as dimensões não econômicas do desenvolvimento, como o fortalecimento da esfera pública e das identidades culturais locais, leitura que nos aproxima do conceito de Desenvolvimento Local trabalhados no primeiro capítulo.

Nesta perspectiva, estes espaços, além de se constituírem como os elementos visíveis e lugares da ordem política, contribuem para a expressão da liberdade e da democracia. São lugares para o reconhecimento recíproco dos diferentes grupos da sociedade local, adquirem papel primordial na representação simbólica e na construção identitária do lugar. Desta maneira, é possível estabelecer relações entre a qualificação do sistema de espaços públicos de determinado recorte espacial e o fortalecimento da apropriação pública, da inclusão socioespacial e da construção das identidades territoriais, fatores importantes para o desenvolvimento da comunidade. Especialmente se considerarmos que o desenvolvimento não é um processo relacionado exclusivamente às relações econômicas de produção e troca (FURTADO, 1984, p.12), alheio às aspirações, à memória e aos valores culturais próprios dos povos (FURTADO, 1978, p.7).

Assim, se concordamos, por um lado, (1) que o projeto de desenvolvimento deve ser posto a serviço do enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões com o objetivo de voltar a capacidade criativa do homem para a descoberta dele mesmo (FURTADO, 1978, 1984), (2) que “a sociedade e o espaço são

[VER MAPA 6](#)

[VER MAPA 7](#)

FIGURA 105

Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu histórico, [19xx] Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.



FIGURA 106

Museu histórico restaurado pelo Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 107

Fundos do Museu histórico: casario de frente para a baía dentro do perímetro de intervenção do Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 108

Fundos do Museu histórico: rua sem calçamento e casas de madeira. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 109

Fundos do Museu histórico: casas debruçadas sobre a baía com garagens de barcos e decks sobre a água. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 110

Descanso nas águas da Baía da Babitonga, junto à vegetação de mangue. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 111

Rua Cel. Carvalho, acompanhando a perimetra do morro.
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 112

Vista sobre os muros.
Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 113

Viana do castelo, 92.
Portugal. A estrutura de
quarteirão medieval.
Fonte: TEIXEIRA (2012),
p. 88.



FIGURA 114

Muros na Rua Cel.
Carvalho, rua de trás.
Fonte: do autor, 2020.





[115]



[116]



[117]



[118]

FIGURAS 115 A 118

Torres da Igreja
Matriz e gruas do
porto pontuam todo o
percurso pela parte alta
do centro. Fonte: do
autor, 2020.

FIGURA 119

Igreja Matriz com uma só torre e casa de câmara e cadeia [19--?].
Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.



FIGURA 122

Ruínas da capela São José [1918].
Fonte: <https://cortinadopassado.com.br/>



FIGURA 120

Antigo edifício dos correios, sem uso a dois anos. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 123

Ruínas da capela São José no alto do morro do hospício. [191-?]
Fonte: <https://papaberbigao.wordpress.com/>



FIGURA 121

Igreja Matriz atualmente, após restauro pelo Monumenta. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 124

Edifício de recepção do parque e rampas de acesso ao fundo. Fonte: do autor, 2020.





FIGURA 125

Deck voltado para o porto. Fonte: do autor, 2020.

FIGURA 127

Deck na parte mais alta do Morro do Hospício. Sem vistas ou usos. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 128

Ruínas cercadas com uma guia de concreto, sem identificação. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 126

Deck voltado para a Baía da Babitonga. Fonte: Leticia Tambellini, 2020.

FIGURA 129

Planta do projeto do parque. Fonte: IPHAN, 2017.





FIGURA 130

Parque Ecológico.
Rampas e decks
orientados para o
Centro Histórico. Fonte:
do autor, 2020.

FIGURAS 131, 132 E 135

Concentração de ruínas nas quadras próximas ao porto. Fonte: do autor, 2020.



[131]



[132]

FIGURA 133

Ruínas, alinhamentos das edificações desconstruído pelo posto de gasolina, vista das gruas do porto. Fonte: do autor, 2020.



FIGURA 134

Quadras próximas ao porto: amplos vazios urbanos e áreas subocupadas. Fonte: do autor, 2020.



[135]



FIGURA 136

Bairro da Pedreira:
presença das gruas
do Porto na paisagem
urbana. Fonte: do autor,
2020.



FIGURA 137

Bairro da Pedreira:
presença de silos e
gruas do Porto na
paisagem urbana.
Fonte: do autor, 2020.

MAPA 6


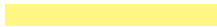





Estado de conservação dos imóveis no Centro Histórico de São Francisco do Sul. Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/ IPHAN. In: POZZOBON, 2016, p.85.

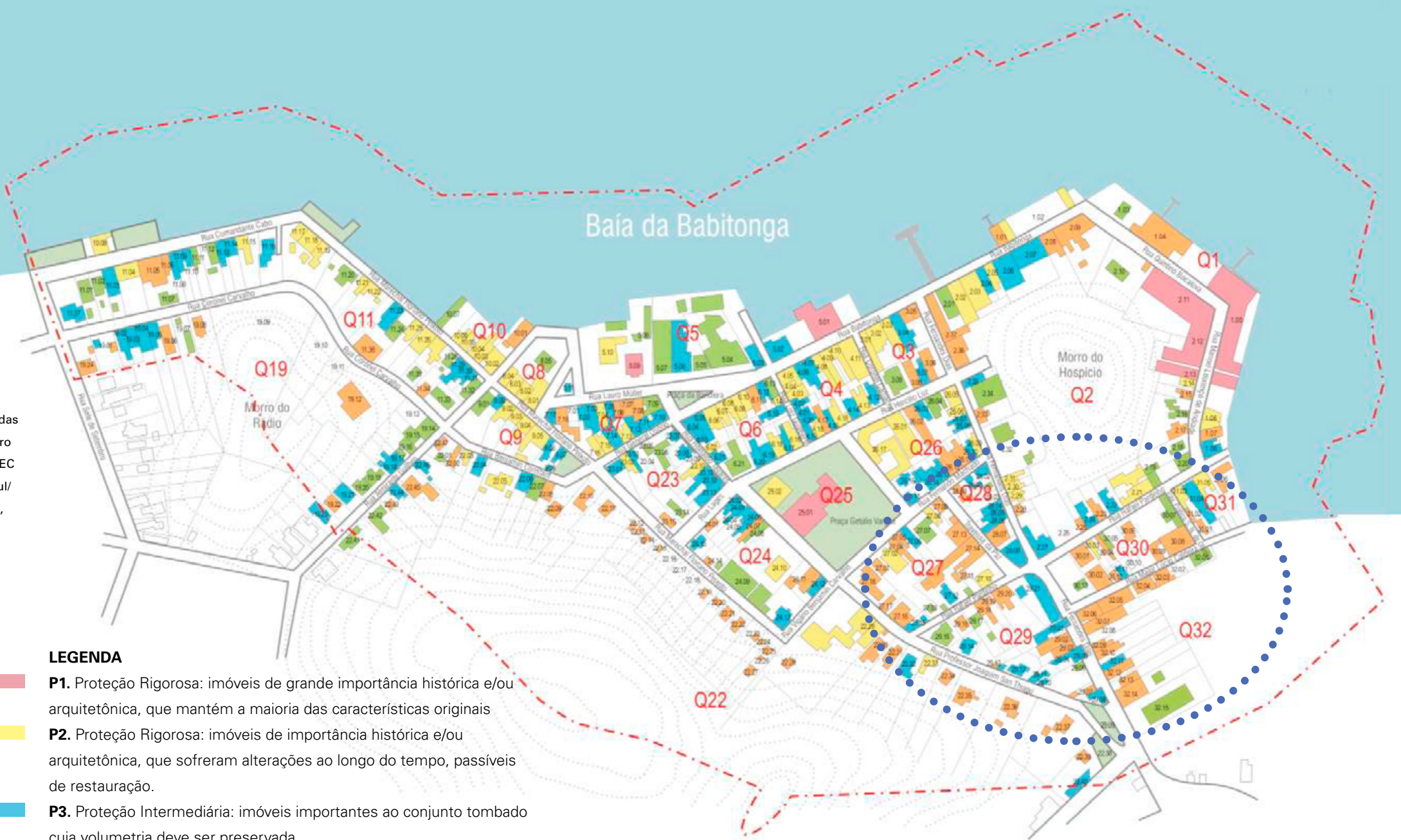


MAPA 7

Níveis de proteção das edificações do Centro Histórico. Fonte: ETEC São Francisco do Sul/ IPHAN. In: PEREIRA, 2007, p.73.

LEGENDA

-  **P1.** Proteção Rigorosa: imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica, que mantém a maioria das características originais
-  **P2.** Proteção Rigorosa: imóveis de importância histórica e/ou arquitetônica, que sofreram alterações ao longo do tempo, passíveis de restauração.
-  **P3.** Proteção Intermediária: imóveis importantes ao conjunto tombado cuja volumetria deve ser preservada.
-  **P4.** Imóveis sem relevância histórica ou arquitetônica, que podem ser substituídos integralmente.
-  **P5.** Imóveis inadequados ao conjunto tombado, que podem ser substituídos integralmente.
-  Limite da área tombada pelo IPHAN
-  Bairro da Pedreira: concentração de imóveis nas categorias P4 e P5



dimensões gêmeas” (HAESBAERT, 2007, p.20), ou seja, que não há como definir o indivíduo, a comunidade, o grupo e a sociedade senão em relação ao contexto espacial (territorial), e (3) que os lugares públicos são os territórios democráticos nos quais os diferentes grupos da sociedade se expressam e se reconhecem (QUEIROGA, 2012; GONÇALVES, 2021), podemos inferir que o caráter e a qualidade dos espaços livres públicos são essenciais para o desenvolvimento das comunidades, sob uma visão não economicista de desenvolvimento.

No caso de São Francisco do Sul, a qualificação da orla demonstrou, além das qualidades formais, que o espaço é capaz de abrigar práticas sociais variadas como a pesca com vara, o descanso, a contemplação, o piquenique, o namoro e a cerveja. As entrevistas realizadas apontaram que o projeto para a orla promoveu o estreitamento dos laços dos habitantes e comerciantes do centro da cidade com a orla, traduzido pelo orgulho em poder desfrutar daquela paisagem no dia a dia. Desse modo, compreendemos que a intervenção do programa atuou, mesmo com limitações, para a promoção do “direito à paisagem”, categoria de direitos diretamente relacionada à qualidade de vida, porém muitas vezes subjugada como secundária diante de direitos considerados mais elementares como moradia, educação e saúde (QUEIROGA, 2012, p.213). Nesse sentido, consideramos que o êxito do Monumenta na qualificação da orla da Babitonga, reconhecido pelos habitantes, técnicos e pesquisadores, deve-se ao fato de que a intervenção na orla proporcionou que a sociedade local se tornasse protagonista daquele espaço, apropriando-se dele com suas diversas práticas sociais e, assim, reafirmando seus laços com o território:

Mais do que novas formas, o que interessa são as novas relações que estes múltiplos espaços permitem construir. Nunca é demais lembrar o pressuposto básico de que o território, no sentido relacional com que trabalhamos, não é simplesmente uma ‘coisa’ que se possui ou uma forma que se constrói, mas sobretudo uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço (HAESBAERT, 2007, p. 350).

Ao mesmo tempo em que a orla viu reforçado seu histórico caráter de espaço mais representativo do centro para os moradores,

a concentração de investimentos neste percurso da frente d’água que vai do Museu do Mar ao Museu Histórico constitui ao mesmo tempo um projeto de promoção turística do centro, consoante com a concepção do Programa Monumenta que deu ao turismo enorme importância na articulação entre patrimônio e desenvolvimento. Desta forma, investiu-se no espaço que já se configurava como o cartão postal do centro, o espaço mais “vendável” devido tanto às suas qualidades geográficas e arquitetônicas peculiares quanto pela distinção conferida pelo tombamento. Feita esta escolha, ampliou-se o desequilíbrio de qualidade urbanística entre os espaços de frente pra baía e aqueles localizados algumas quadras para dentro, notadamente a área esvaziada e degradada próxima ao porto, chamada de Bairro da Pedreira, tida como desinteressante e perigosa pelos habitantes. Esta área permanece, portanto, como possibilidade futura de intervenção, devido ao seu grande potencial de receber ações de transformação urbanística por meio do fomento de novos usos, da restauração de edificações, da construção de novos edifícios e da qualificação de espaços livres, de modo a configurá-la como um lugar público vivo, de uso cotidiano pelos habitantes. Para Aldair Carvalho (2020) e Dalmo Vieira (2021), esta seria uma área estratégica para se propor aumento significativo do número de moradores no Centro Histórico, por meio da construção de novas edificações residenciais com maior número de pavimentos (o que já é permitido pela legislação municipal) tendo efeito positivo sobre a vitalidade de todo o Centro Histórico e impulsionando a dinâmica de comércios e serviços locais.

A despeito do maior interesse turístico, comercial e imobiliário despertado pela orla da Babitonga é essencial que tenhamos a compreensão de que a preservação do Centro Histórico está ligada à sua qualificação como bairro que tem dinâmica cotidiana própria. Para isto, não basta intervir apenas em monumentos e espaços livres de maior excepcionalidade arquitetônica ou paisagística, é imprescindível também o fomento de usos cotidianos e o fortalecimento das dinâmicas econômicas em todo o bairro. Evidentemente, uma política pública federal não tem condições de ter uma ação totalizante sobre todo o centro, afinal os recursos são limitados e é sempre preciso priorizar determinadas ações em detrimento de outras. No entanto, é preciso apontar, concordando com a afirmação de Vieira (2021), que ainda é muito incipiente nas políticas públicas de patrimônio a compreensão das dimensões urbanística e econômica das

áreas protegidas (VIEIRA FILHO, 2021), bem como das intrínsecas relações entre as ações de preservação e de planejamento urbano.

Em relação à criação do “Parque Ecológico” implantado no Morro do Hospício pudemos observar que, apesar do caráter inovador da ação e das belas vistas proporcionadas pelos decks de contemplação, a intervenção não demonstrou o mesmo êxito que a orla no que se refere às possibilidades de apropriação, sendo pouco frequentado por moradores ou visitado por turistas. Mesmo considerando que parques são “espaços da dispersão, de pequenos encontros, de isolamento relativo ao entorno urbano” (QUEIROGA, 2012, p.97) constatamos durante a visita de campo a baixa visitação do espaço, mesmo na alta temporada, em dias ensolarados e aos finais de semana, quando se esperaria que o parque seria mais utilizado.

Jane Jacobs nos alerta que para um parque ser frequentado a “vista magnífica e paisagismo bonito não funcionam como artigos de primeira necessidade; talvez ‘devessem’, mas evidentemente não funcionam. Podem funcionar apenas como complemento” (JACOBS, 2007, p. 119). Para Jacobs, o sucesso dos parques urbanos depende das atividades menores que podem funcionar como “artigos de primeira necessidade”, como locais para alugar e passear de bicicleta, locais para brinquedos infantis, apresentações musicais, teatro, esportes, etc. O parque em São Francisco do Sul, no entanto, não oferece usos esportivos ou de lazer, em parte porque a possibilidade de promoção desta diversidade de usos é dificultada pelo relevo bastante íngreme e, portanto, pouco propício à prática de esportes como corrida e bicicleta. Além do fato de ser área de preservação ambiental densamente vegetada, o que limita a remoção de vegetação e soluções de terraplanagem para construção de espaços que abriguem usos mais intensos. No alto do morro, o pequeno trecho plano apresenta-se como possibilidade de abrigar infraestrutura para algum uso como um pequeno café/lanchonete ou área para receber atividades físicas, lúdicas ou culturais. Esta era justamente, de acordo com Dalmo Vieira, uma das ideias iniciais do projeto, mas a proposta não se viabilizou devido a conflitos do projeto com a pesquisa de arqueologia histórica realizada no local. Em lugar da lanchonete foi executado um deck de madeira elevado do solo que não propicia nenhuma vista e nem se configura como espaço atrativo para algum uso. Ao lado do deck, as ruínas do antigo hospício, apesar de localizarem-se em sítio arqueológico estão imersas na vegetação, não há nenhum percurso

ao redor delas para que se possa contemplá-la, nem mesmo qualquer programação visual que indique se tratar de uma construção relevante para a história da formação do núcleo histórico. Perdeu-se, portanto, a oportunidade de se utilizar deste potencial local, a ruína, como atrativo de visitantes, sejam eles moradores ou turistas. Atrativo que em conjunto com a oferta de espaços propícios a receber novos usos para diferentes faixas etárias (ainda que com dimensões reduzidas devido à complexidade topográfica do sítio) poderia fomentar a utilização mais intensa do parque. Frente a esta fraca relação cotidiana que o parque estabelece com a cidade, é sintomático que ele se chame “Ecológico”, um adjetivo genérico presente em muitos nomes de parques no Brasil, em vez de “Parque do Hospício” que seria o esperado já que o morro é conhecido popularmente como “Morro do Hospício”. Para Bourdieu, nomear as coisas é “um poder quase mágico (...) de fazer existir pelo poder da nomeação” (BOURDIEU, 1989, p.142), é uma capacidade de tornar público, dizível, oficial, e, portanto, é uma forma de poder político. Desta maneira, ao atribuir ao parque uma designação que não expressa os valores históricos e culturais do lugar, aquele que nomeia desqualifica o patrimônio e contribui em certa medida para o afastamento simbólico da população com o parque.

Quanto às ações do Monumenta na inserção de novos usos em edificações do centro tem grande protagonismo os museus com a criação do Museu de Arte Sacra na Igreja Matriz e o restauro do Museu Histórico e do Museu Nacional do Mar, três museus em um percurso de cerca de um quilômetro. Podemos fazer a leitura de que o foco tão direcionado em implantar e qualificar museus no centro tem relação com o objetivo do projeto de intervenção do Programa Monumenta em impulsionar a atratividade turística da área, consolidando o centro como “Centro Regional de Lazer”. Dalmo Vieira (2021) nos explica que este conceito de Centro Regional de Lazer é uma estratégia de desenvolvimento urbano que consiste em qualificar o Centro Histórico como polo de atração de visitantes regulares das cidades próximas como Jaraguá do Sul, Joinville e Curitiba, com percursos passíveis de serem feitos por automóvel ou ônibus em pouco tempo, de modo que estes visitantes possam estabelecer alguma rotina de vida com a cidade de São Francisco do Sul. Neste sentido, Vieira afirma que este conceito se diferencia do turismo *stricto sensu*, que seria a dinâmica daqueles visitantes

pontuais, que geralmente viajam para lugares distantes do seu ponto de origem, locomovendo-se principalmente por transporte aéreo, e que dificilmente voltam para o mesmo lugar, ou quando voltam o fazem depois de anos. Esta condição de Centro Regional de Lazer seria, então, um caminho natural de São Francisco — assim como a Baixada Santista o é para a Região Metropolitana de São Paulo — que o projeto do Monumenta buscou incentivar. Tanto Vieira quanto Almeida afirmam que esta estratégia não conflita com a utilização cotidiana do centro pela população local, pois o objetivo da ação do programa na cidade era, em primeiro lugar, continuar sendo uma cidade para seus moradores: “ter o mercado, o açougue, a loja, a moradia” (VIEIRA FILHO, 2021). Vieira afirma que na concepção do projeto tinha-se a “perfeita noção de que os espaços públicos tinham que ser desfrutados pela população, mas que [...] você tem uma atração, um potencial, no mínimo regional naquelas condições de São Francisco do Sul” (VIEIRA FILHO, 2021). Almeida, por sua vez, compreende que “o ideal seria que uma coisa não fosse excludente à outra, pode ser um polo Regional mantendo determinadas dimensões simbólicas, mantendo a prefeitura, mantendo a igreja, mantendo a biblioteca, mantendo os bancos, mantendo correio; não vejo isso como uma coisa excludente” (ALMEIDA, 2021).

Diante deste conceito de Centro Regional de Lazer, o Museu do Mar adquire o papel de “âncora” da intervenção, pois sendo conhecido nacionalmente torna-se responsável por atrair grande número de visitantes com potencial de consumir produtos e serviços e dinamizar a economia do bairro e do município de forma geral. Para Almeida, além de proporcionar esta dinamização o museu é também responsável por promover a valorização simbólica do Centro Histórico:

Quem vai no Museu do Mar tem que almoçar em algum lugar, tem que ter uma oferta de restaurante, tem que ter mercado, tem que consumir da cidade, tem que usufruir da cidade, tem que conhecer a cidade, tem que compreender a cidade e andar na cidade. É uma forma também de compreender e de construir valor sobre a cidade (ALMEIDA, 2021).

Para Ulpiano Meneses (2000) os museus, antes de serem organizados em função do turismo, têm o papel de promover a

tomada de consciência dos habitantes sobre suas identidades culturais, colocando-os em contato com sua própria história, suas tradições e seus valores. A partir desta ótica, compreende-se que o museu, ao colocar-se o desafio de criar condições para o conhecimento e entendimento do que seja identidade, adquire papel político fundamental, contribuindo para o enriquecimento da consciência histórica, que é “a percepção da vida social como produto da ação humana, que a gera e transforma” (MENESES, 1992b, p.7) e portanto, adquirindo relevância para a promoção dos processos de desenvolvimento local, compreendido como processo que envolve múltiplas dimensões além da econômica.

Nesse sentido, o Museu Nacional do Mar de São Francisco do Sul, que abriga acervo de embarcações artesanais de todas as regiões do país, contribui para o reconhecimento da riquíssima cultura naval brasileira, fruto da fusão de tecnologias dos índios, escravos e migrantes, com suas jangadas e canoas, e dos portugueses, povo tradicionalmente navegador, reunindo os diferentes modos de navegar ao longo do extenso e diverso litoral brasileiro com estuários, mangues e lagoas e rios de feições e características tão variadas. O museu cria, assim, condições de compreendermos por meio da materialidade dos barcos expostos a construção da identidade brasileira relacionada ao mar, que resultou ao longo dos séculos, no surgimento de grupos umbilicalmente ligados à navegação como os jangadeiros no Nordeste, os caiçaras no Sudeste e os açorianos no Sul. Estes grupos e suas práticas sociais estão ali representados por meio de suas criações e nos permite observá-los não apenas como belos objetos expostos para a fruição estética, mas como objetos de conhecimento (MENESES, 1992b, p.3) que possibilitam ao observador estabelecer relações entre a dimensão material apreendida pelos sentidos e a memória do povo litorâneo e ribeirinho no Brasil, da qual o francisquense faz parte. Além disso, o Museu do Mar busca se apresentar não apenas como atração turística, mas como equipamento de uso cotidiano. Neste sentido adquire destaque a instalação da Biblioteca Kelvin Palmer Rothier Duarte, formada por mais de 4 mil volumes com a temática naval disponíveis para consulta pública, e a realização das oficinas de modelismo naval.

No Museu Histórico, de abrangência local, podemos aplicar a crítica de Meneses de que, assim como a maioria dos “museus de cidade”, o de São Francisco é depositário de vasto acervo

iconográfico, mas “não se mostra capaz de mobilizá-lo para trabalhar a problemática do imaginário (...), definidos a partir dos grupos sociais e práticas espaciais específicas” (MENESES, 2003, p.267). Neste sentido, no Museu Histórico de São Francisco do Sul, a coleção de objetos, fotos e quadros, apesar de despertar curiosidade sobre como era cidade antigamente, não chega a problematizar a relação do passado com o presente, bem como, não induz o observador a se interrogar sobre possibilidades futuras para o desenvolvimento da cidade. Para Ulpiano, um museu histórico deve ir além de evocar o passado, deve “organizar-se para que uma sociedade possa ser entendida como ela se apresenta, um organismo vivo, sujeito a mudanças” (MENESES, 1992, p.7). Nesta direção, uma possibilidade para ir além da representação de fatos históricos “clássicos”, geralmente representativos da classe dominante, e aproximar o museu das práticas sociais dos grupos pode ser diversificar a exposição com a inserção da ótica dos grupos sub-representados como os indígenas e os de ascendência africana, inserindo-os simbolicamente no território do centro. Aldair Carvalho nos deixa as pistas:

Tu não reconhece a comunidade de Tapera como uma comunidade remanescente de quilombo, considerando que tu tem um tecido negro em toda a região aqui (...). Tu tem uma ocupação de indígenas guarani mas tu não reconhece a ocupação (...). Nós temos uma comunidade que ultrapassa o conceito étnico (...) que é a comunidade que (...) independente se ela é negra, branca ou indígena ela vive da pesca do marisco, do caranguejo e do berbigão. Tu tem isso, tu tem isso tudo e tu não quer dialogar com o Centro Histórico? Eu acho que o centro é um bom palco, sabe, é o melhor palco (...), mas essas pessoas não estão no centro, elas estão produzindo fora, então elas tem que reconhecer que (o centro) é um palco pra todos. (...) Elas reconhecem o centro como importante mas o centro não reconhece elas (CARVALHO, 2020).

Concordamos com Vieira (2021) e Almeida (2021) que não há, a princípio, contradição entre o fortalecimento das dinâmicas econômicas e sociais cotidianas e a estratégia de alçar o Centro Histórico de São Francisco à posição de Polo Regional de Lazer, o ideal é justamente que ambas as dinâmicas aconteçam

simultaneamente, sem se eclipsarem. Nesse sentido, seria razoável pensar que, enquanto o Monumenta se disporia a fomentar e qualificar o centro para a atividade turística, o governo local se empenharia no fomento das dinâmicas econômicas cotidianas, no incentivo à moradia no centro, na manutenção dos usos existentes e incentivo à instalação de novos usos, na melhoria da mobilidade urbana, etc, de modo que o espaço do centro fosse qualificado tanto para o morador quanto para o visitante. No entanto, o que de fato ocorreu é que, enquanto o Monumenta era implementado, diversos usos de interesse público eram gradativamente retirados do Centro Histórico e transferidos para o “Novo Centro”, polarizado pela Rua Barão do Rio Branco, a cerca de 500m do antigo centro. A partir de 2009, ano de mudança de gestão municipal, saíram do núcleo histórico o INSS, a agência da Caixa Econômica, a agência do Banco do Estado de Santa Catarina, agência dos Correios, além de diversos serviços municipais de atendimento ao público, anteriormente espalhados pelo Centro Histórico, mas que foram concentrados numa única edificação, o Centro Integrado Multiuso. Os motivos para a transferência destes serviços para o “novo centro” estão geralmente justificados pela maior facilidade de acesso e estacionamento de automóveis, e à ideia de que a concentração de diversos serviços num mesmo lugar traria aumento da agilidade e eficiência nos atendimentos.

Nas entrevistas realizadas, muitos habitantes, comerciantes e prestadores de serviço do centro relacionaram a saída destes órgãos públicos diretamente ao processo de diminuição do movimento no Centro Histórico no dia a dia. Para Lúcia Helena “Quando tinha os Correios era um movimento lá em cima sabe? (o edifício que abrigava os Correios situa-se ao lado da Igreja Matriz e hoje se encontra fechado e sem uso). Para a comerciante Norma “Está lá (no novo centro) o INSS, a Caixa Econômica Federal, os Correios e a Prefeitura. Foi todo o movimento pra lá e aqui parou. (...) a maioria dos funcionários é lá. Aquele vai e vem de pessoas é lá” (BEZERRA, 2020). “Santo”, por sua vez reclama que “eles estão movimentando o centro da Barão e matando o Centro Histórico. A quebra aqui do Centro foi só isso aí, as peças chave saíram daqui. Não adianta eles dizerem, a Secretaria do Turismo, o IPHAN que vai movimentar aqui...cada vez piora” (BUDAL, 2020). Estes relatos empíricos daqueles que vivenciam o espaço diariamente exemplificam as teses de Jane Jacobs, para quem “Os órgãos públicos e semi-públicos são

responsáveis por alguns dos empreendimentos que ajudam a construir a diversidade urbana” (JACOBS, 2007, p.267) e ainda que há maior valor funcional em distribuir prédios municipais importantes pela cidade, em vez de reuni-los em conjuntos administrativos:

Além da inconveniência funcional e do desperdício econômico da diversidade de usos principais que esses projetos ocasionariam, os edifícios reunidos nessas ilhas pomposas são muito mal aproveitados como pontos de referência. Eles se eclipsam mutuamente, embora cada um, sozinho, pudesse provocar enorme efeito e ser um símbolo da diversidade de usos (JACOBS, 2007, p.429).

Desta maneira, ao mesmo tempo em que o programa federal implantava equipamentos culturais de interesse primordial para visitantes, eram retirados do centro os usos fundamentais para a vitalidade cotidiana do bairro, de modo que, pela combinação destas ações, é possível observar nas últimas décadas a progressiva especialização funcional do centro para o turismo, processo bastante comum em muitos sítios protegidos no país. Apesar de os técnicos IPHAN e da UEP do Programa Monumenta serem unânimes na crítica à saída de órgãos públicos e demais usos do centro, o programa em si não atuou efetivamente para impedir este processo, bem como não agiu no sentido de inserir novos usos de interesse cotidiano para os moradores, como por exemplo, equipamentos educacionais ou de saúde.

Neste aspecto, a intervenção em São Francisco do Sul difere das ações realizadas pelo Monumenta em municípios como Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE), nos quais a “âncora” da intervenção consistiu na implantação de campus de universidades federais. A leitura do programa era de que nestas cidades apenas o turismo não seria suficiente para reverter o processo de estagnação econômica dos municípios e degradação física de seus centros históricos. No caso de Cachoeira, foi implantada a Universidade Federal do Recôncavo Baiano nas ruínas dos antigos galpões industriais no quarteirão Leite Alves, antigamente destinados à produção de fumo, e que constituíam edifícios de porte e características adequadas para abrigar a universidade. A universidade fez parte do conjunto mais amplo de intervenções voltadas para a recuperação de espaços livres públicos,

FIGURA 138

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Campus de Cachoeira/BA. Implantada pelo Programa Monumenta. Fonte: Carlos Augusto, <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/01/exposicao-de-imagem-nas-redes-sociais-e-tema-de-seminario-na-ufrb-em-cachoeira/campus-da-ufrb-em-cachoeira-sedia-evento/>



valorizando áreas e elementos urbanísticos preexistentes, como a Praça Góes Calmon e a Praça Teixeira.

A instalação de um campus universitário em uma pequena cidade representa a possibilidade de entrada permanente de recursos muito significativa em relação aos orçamentos locais, sendo assim, estratégia para possibilitar a sustentabilidade da intervenção. Desta forma, ao mesmo tempo em que se cria nova demanda para os edifícios que se encontravam desocupados, subutilizados ou em ruínas, abre-se a possibilidade de impactar a vida econômica e cultural do município. De acordo com Bonduki (2010), o processo de dinamização econômica seria incentivado pela entrada na economia do município dos salários de professores e funcionários, dos rendimentos das pessoas que se empregam nos inúmeros serviços terceirizados, como limpeza, segurança, manutenção e reformas, assim como das bolsas de estudos e mesadas recebidas pelos estudantes que se instalam na cidade. Desta maneira, seriam impactados o comércio e os serviços, traduzindo-se na demanda de pensões, hotéis, restaurantes, bares e serviços pessoais, e também o mercado de moradia para os imóveis de interesse histórico, enfrentando o problema da baixa ocupação destes imóveis antes da intervenção. A universidade pública cria assim, uma cadeia econômica em torno de si, atuando, portanto, como elemento indutor do desenvolvimento local, em consonância com o que defende Celso Furtado, para quem na região Nordeste, mais do que em outras partes, cabe às universidades papel fundamental na luta pelo desenvolvimento e pela superação da dependência e da miséria (FURTADO, 1984, p. 64). Além dos aspectos econômicos, a presença da universidade contribuiria, segundo a concepção do projeto, com a dinamização da vida cultural e intelectual do município a partir do surgimento de atividades como palestras, debates, seminários, pesquisa e da implantação de equipamentos que poderiam ser utilizados pela população local como

auditório, biblioteca, laboratórios e centros de convenção.

Naturalmente, a prática não foi tão harmoniosa quanto o discurso, uma vez que a instalação da UFRB em Cachoeira, apesar de promover certa dinamização econômica e cultural, também ocasionou conflitos. Apesar de estar inserida no coração do Centro Histórico, a universidade ainda é vista pelos moradores como uma “ilha” (CELESTINO, 2014, p.176), devido ao contraste de hábitos entre a população local e a comunidade acadêmica, a maioria forasteiros. Entre a população local é comum a reclamação a respeito da alteração da dinâmica cotidiana após a implantação da universidade pública, como o aumento do barulho, da violência e do preço dos aluguéis, dos serviços e dos produtos do comércio (HENRIQUE, 2009, p.99).

Os conflitos gerados são relevantes e apontam para a necessidade de estudos pormenorizados para compreensão e atenuação de possíveis efeitos negativos da implantação de equipamentos de grande impacto econômico, cultural e social em cidades pequenas. No entanto, é importante considerarmos a atuação do Monumenta em Cachoeira e Laranjeiras como ações criativas no sentido de utilizar a universidade como recurso para o desenvolvimento local, uma vez que esta instituição dispõe de considerável potencial humano para assessorar e implementar projetos de desenvolvimento que respondam às demandas específicas da sociedade civil (SACHS, 1993, p.39).

São Francisco do Sul, apesar de ser economicamente muito mais dinâmica do que Cachoeira ou Laranjeiras, também tem problemas relacionados à dinâmica cotidiana no Centro Histórico, como falado anteriormente. Dessa maneira, mesmo que os museus atraiam quantidade significativa de visitantes e contribuam para a animação do centro, acredita-se que teria sido desejável que o Programa Monumenta promovesse usos mais diversos, sendo o uso educacional uma alternativa com grande potencial de gerar fluxos diários de professores, estudantes e funcionários, que se apropriariam dos espaços livres, bem como ativariam os comércios e os serviços do bairro. Considerando que já existe no município uma unidade do Instituto Federal e um campus da Universidade da Região de Joinville – Univille, poderiam haver tratativas para que estas instituições ocupassem espaços no Centro Histórico com atividades relacionadas a cursos técnicos e/ou superiores. Diversos imóveis espalhados pelo centro seriam capazes de acolher alguns usos relacionados a estas

instituições (como o antigo edifício do INSS, ou o próprio Clube XXIV de Janeiro), no entanto, acreditamos que o bairro da Pedreira, por dispor de grande quantidade de áreas vazias e maior potencial construtivo, seria uma oportunidade para instalações de maior porte, que potencialmente contribuiriam para a qualificação desta parte mais degradada do centro.

Além das dificuldades técnicas e burocráticas, um fator de primeira grandeza que dificulta a manutenção das ações do Monumenta no Centro Histórico é a progressiva perda de centralidade do bairro em relação ao município, primeiramente a partir dos anos 80 com o crescimento dos bairros balneários como Ubatuba e Enseada, e na última década a partir da instituição de uma nova centralidade, a cerca de 500m da “antiga”. Apesar da pequena distância, as duas áreas não constituem apenas uma centralidade devido às condições geográficas do Centro Histórico: de frente para o mar e protegido nas suas costas por uma sequência de morros, o núcleo urbano protegido se configura como um trecho de cidade encastelado, relativamente isolado das ocupações mais recentes que se desenvolveram na ampla área plana atrás dos morros. O sistema viário principal reforça este isolamento, pois não é necessário passar por dentro do Centro Histórico para transitar de um bairro a outro, assim, quem vai ao bairro tem algum motivo para estar lá. Dessa maneira, à medida que os usos âncora são transferidos para outros lugares, desaparecem os interesses para se ir ao centro.

A garantia de vitalidade do Centro Histórico passa, portanto, pela necessidade de retorno dos órgãos públicos, pelo incentivo à instalação de novos usos públicos e privados, pelo incentivo ao uso habitacional e pela criação de soluções de mobilidade que convirjam para o centro. Neste sentido podemos pensar em alternativas como a implementação de sistema de transporte com veículos leves, pequenos ônibus, que façam com frequência o trajeto circular entre o Centro Histórico e a centralidade da Rua Barão do Rio Branco, de forma que seja confortável e rápido estacionar o carro na nova centralidade e se dirigir ao Centro Histórico. Dalmo Vieira explica como esta ideia poderia funcionar: “eu acho que meia dúzia de ônibus circulares, já que os percursos são curtos, fazendo anéis, percorrendo ali pela Praça da Igreja, não pela orla, mas tangenciando a orla criaria uma oferta de locomoção que não precisaria de carro, que entre 5 a 10 minutos passava um ônibus, entende? Isso seria um grande motivador de

FIGURAS 139 A 141

Imóveis em mal estado de conservação no Centro Histórico de São Francisco do Sul. Fonte: IPHAN, 2017.



FIGURAS 142 A 144

Imóveis privados no Centro Histórico de São Francisco do Sul, recuperados por meio de financiamento pelo Programa Monumenta. Fonte: IPHAN, 2017.



fortalecimento da centralidade de São Francisco do Sul” (VIEIRA FILHO, 2021). Neste sentido de multiplicação das possibilidades de chegar ao centro, consideramos que a existência de um terminal rodoviário interurbano teria papel fundamental (hoje o município não dispõe deste equipamento), localizado de preferência a uma distância caminhável do Centro Histórico, e integrado às linhas de ônibus intra-urbanas.

Quanto ao uso habitacional, a atuação do Monumenta em São Francisco não foi tão consistente em comparação com outros municípios beneficiados pelo programa (BONDUKI, 2010; DIOGO, 2009). Diferentemente de cidades como Natividade (TO), Lençóis (BA), Goiás (GO) e Cachoeira (BA), que tiveram grande adesão ao Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados, em São Francisco do Sul o instrumento não teve aplicação tão abrangente, atendendo a apenas 17 imóveis no Centro Histórico, num total de mais de 400, sem capacidade, portanto de reverter o processo de arruinamento pelo qual passam boa parte das edificações do centro.

De forma geral, o excesso de burocracia é apontado como a maior causa de desistências e reprovações no financiamento. Em São Francisco 70% das propostas de financiamento inscritas em editais não foram contempladas por este motivo (DIOGO, 2009, p.279). Esta baixa eficiência poderia ser contornada com a comunicação mais intensa com a população local, informando-a adequadamente sobre o caráter e os prazos dos editais de acesso ao crédito, (por meio de rádios e carros de som, por exemplo, como aconteceu nas cidades de Lençóis e Cachoeira, na Bahia (DIOGO, 2009, p.152),

bem como na criação de canal ativo para assessoria técnica que auxiliasse na obtenção das documentações necessárias, no orçamento e no cronograma de obra, grandes obstáculos para os proponentes (DIOGO, 2009, p.36). Além disso, a concentração da propriedade urbana pesou bastante em São Francisco do Sul, pois houve diversas situações em que o mesmo interessado apresentava várias propostas, e quando este proponente apresentava algum tipo de restrição cadastral ou qualquer outro impedimento, todas as suas propostas são reprovadas (DIOGO, 2009, p.279).

Para Ângelo Pereira (2020), a maior culpa do esvaziamento habitacional do Centro é a herança. Isto porque assim que um morador falece é comum que os herdeiros deixem a casa sem utilização, sem alugar nem vender, seja por desentendimento entre os herdeiros sobre o destino do imóvel, seja por inação. Ângelo explica como ocorre este processo com o exemplo da própria família:

(Os herdeiros) Perdem o vínculo do patrimônio, tipo assim, por eles vendem, mas os meus pais estavam aí até 2018. Meu irmão, nós éramos em três, meu irmão é casado com uma moça daqui do Centro, foi pra Jaraguá, trabalha na Vega é engenheiro. 35 anos de Vega (ArcelorMittal). Não vejo ele voltando pra cá, teve filha, a filha casou e mora em Jaraguá. Vinham todo fim de semana quando meus pais eram vivos. Minha mãe morreu em 2018 e meu pai em 2016 e eu fiquei sempre morando com eles. Meu pai em vida deu a casa pra mim, no inventário minha irmã abriu mão. A gente se dá, eu não tenho herdeiros, amanhã eu faltando, se meu irmão não se desfizer da casa, qual é a tendência do que vai acontecer com casa? (PEREIRA A., 2020).

A degradação dos imóveis tem relação com a falta de oportunidades de emprego e estudo que frequentemente atinge as cidades pequenas, criando as condições para que a população jovem deixe a cidade em busca de oportunidades: “No final das contas os pais vão seguindo os filhos e vão embora (...) aí morrem os pais, os avós e (a casa) vai ficando” (NORMA, 2020). Outro fator relevante neste processo de esvaziamento, frequentemente mencionado por moradores e donos de estabelecimentos, é a morosidade e a excessiva rigidez do escritório local do IPHAN na aprovação dos projetos de

reforma dos imóveis, o que, segundo os entrevistados, desincentiva as pessoas a se instalarem no centro. Apesar de, no geral haver a compreensão da importância da existência de regras construtivas específicas para as edificações do núcleo histórico, a postura do IPHAN é ainda criticada como exageradamente purista, exigindo critérios que têm pouca relação com as necessidades cotidianas dos habitantes e dificultando a execução das melhorias rotineiras. Neste sentido, apesar de a tarefa de fiscalização ser algo intrínseco ao IPHAN (o que, de acordo com Almeida (2021) inevitavelmente causará conflitos, uma vez que o tombamento limita o poder individual em benefício do valor coletivo), é importante que o órgão esteja atento não apenas a critérios estéticos, mas também às necessidades de adaptação dos imóveis à vida contemporânea.

As casas abandonadas são consequência, ainda, de um processo contraditório: ao mesmo tempo em que muitas pessoas não desejam morar ou ter estabelecimento comercial no centro devido à ausência de garagem, às restrições para reformar e ao alto custo de manutenção; ocorre, por outro lado, a valorização imobiliária motivada pelo título do tombamento: “existe uma falsa especulação, (...) que pra mim é incoerente, se o patrimônio é um causador de problema, valoriza porque é Centro Histórico”. (PEREIRA A., 2020). Para driblar esta situação de arruinamento das casas pelo abandono, comerciantes e moradores defendem que os proprietários sejam obrigados a dar uma destinação para os imóveis ou vendê-los, em outras palavras, que se faça cumprir a função social da propriedade, enunciada pelo Estatuto da Cidade. A prefeitura e o IPHAN são os atores frequentemente citados nas entrevistas como aqueles capazes de executar esta tarefa: “Na burocracia, o IPHAN tem muito poder, ele junto com a prefeitura não há quem possa, podia restaurar 200 casas aí se quisesse” (CABRAL, 2020).

A conjunção dos fatores relacionados: à saída de usos de interesse públicos; às restrições construtivas intrínsecas à ocupação dos imóveis localizados em área protegida; e à preferência do poder público por promover usos de interesse turístico; revelam uma situação frequente nos núcleos urbanos protegidos pelos órgãos de patrimônio: a crescente separação entre o cotidiano urbano e o turismo. É como se o título do tombamento por um lado protegesse os bens culturais da destruição material promovida pelas demandas cotidianas e pelo mercado imobiliário, mas por outro colaborasse

para que se considere o centro como espaço-reliquia, um ícone do passado, (LEITE, 2001) destinado à monofunção do lazer para usufruto do consumidor diferenciado, o turista. A redução de espaços a uma função específica representa, para Lefebvre, uma fragmentação burocrática do espaço (LEFEBVRE, 2006, p.431). Desta maneira, a imposição de constrangimentos aos demais usos acaba por normatizar a vida, causando o esvaziamento das várias possibilidades de apropriação (CARLOS, 2007, p.112). Neste processo de ruptura perde-se o potencial criativo dos diversos usos e, desta maneira, procede-se à eliminação das práticas cotidianas de vários grupos tradicionais que se renovam e transformam cotidianamente, animando e disputando os espaços públicos levando, portanto, ao empobrecimento da vida pública (GONÇALVES, 2020, p. 254).

Ao se especializar os espaços funcionalmente, como os que se pretende transformar em fortemente turísticos, adquire protagonismo a preocupação exacerbada com o aspecto material do patrimônio, aquilo que é visível e vendável, em detrimento da valorização das práticas sociais e do patrimônio imaterial que dão conteúdo a estes lugares. Neste espaço-cenário, higienizado e asséptico, as práticas e os usos prosaicos são considerados incompatíveis, assim, homogeneizado pela supressão de tipos humanos, odores e ruídos característicos dos lugares multifuncionais, o habitante é alienado de seu território, e lhe é imposto o “estranhamento” (CARLOS, 2007). Este estranhamento é compreensível se considerarmos que os usos praticados ao longo do tempo são o que conferem conteúdo e significado ao espaço, produzindo a identidade de determinados grupos sociais com seus espaços vividos: espaços banais e fundamentais como as ruas e as praças. O uso está, portanto, diretamente relacionado à memória, construída a partir das práticas socioespaciais: “Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (HAESBAERT, 2002, p.93).

No entanto, apesar de o habitante local ser “o principal sujeito da cultura” e estar em condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (MENESES, 2006, p.39), frequentemente nos projetos de intervenções urbanas o ponto de vista do habitante é negligenciado, e sua fruição instrumentalizada a partir do constrangimento da realização dos atos banais da vida

cotidiana (CARLOS, 2007, p.90), enfraquecendo, assim, as relações de vizinhança e as identidades territoriais preexistentes. Esta lógica ocorre não apenas nos projetos urbanos que promovem transformações espaciais radicais, mas também naqueles realizados em sítios históricos tombados, portanto, com o viés da “preservação”, como o exemplo dado por Ulpiano Meneses, das cidades consideradas “Patrimônio da Humanidade”, como Veneza ou Ouro Preto, que se transformaram em mercadoria para o turismo cultural, alienando o habitante (MENESES, 2006, p.40).

Na intervenção do Monumenta em São Francisco do Sul, um exemplo da lógica de privilegiar o turista em detrimento do habitante é o programa definido no projeto como “Terminal Marítimo”, que não se constitui como equipamento que serve à mobilidade cotidiana, ao invés disto atende apenas aos turistas, daí o motivo de o nome escrito na fachada ser “Terminal Turístico”. Isto porque o terminal não atende todo o tipo de visitante, mas um tipo específico de turista: aquele que chegaria à cidade em transatlânticos. Na ausência deste tipo de visitante o terminal permanece fechado ou recebe usos que não têm relação com o transporte marítimo, como exposições. Mesmo os barcos turísticos que fazem passeios diários pela Baía da Babitonga ou que trazem visitantes de Joinville, também não utilizam o edifício, pois atracam no píer localizado em frente ao Clube XXIV de Janeiro, enquanto as embarcações de maior porte, como navios, atracam no meio da baía devido ao baixo calado do cais e dependem de lanchas para trazer os passageiros até o píer.

Durante a estadia em São Francisco pude observar o terminal aberto em apenas um dia, para receber turistas alemães, evento para o qual a prefeitura mobilizou funcionários públicos fluentes em inglês, de diversas secretarias, para receber os estrangeiros. Ao desembarcarem, muitos deles pegavam taxi e seguiam para as praias ao norte da ilha, enquanto outra parte caminhava algum tempo pelo centro e depois seguia para as praias. Os transatlânticos que atracam em São Francisco não costumam ficar na cidade por mais de um dia, de modo que os tripulantes embarcam novamente ao fim da tarde para seguir viagem. Percebe-se, portanto, que o potencial de dinamização econômica que pode ser promovida por este tipo de turista é superestimado uma vez que os transatlânticos são pouco frequentes, permanecem pouco tempo na cidade e menos ainda no Centro Histórico. Por esses motivos, este tipo de turista consome

FIGURA 145

Terminal Marítimo/
Terminal Turístico
Naval. Fonte: do autor,
2020.



pouco no comércio local e não movimenta o setor de hotéis e pousadas, pois seguem viagem para destinos nos quais a infraestrutura hoteleira, comercial e de serviços é mais desenvolvida, como Joinville.

Nesse contexto, parece um contrassenso que o Terminal Turístico atenda exclusivamente a este tipo de demanda, sob a expectativa de que a presença de um turista de poder aquisitivo mais elevado dinamize mais a economia local (expectativa que não se realiza, conforme as percepções dos comerciantes e prestadores de serviço do centro), em vez de funcionar como necessária estrutura de mobilidade aquaviária para atender diariamente os habitantes e visitantes de São Francisco que queiram se deslocar para a Vila da Glória, na porção continental do município ou para as cidades próximas como Itapoá e Joinville. Hoje, as linhas aquáticas existentes para a Vila da Glória e Itapoá atracam no píer central. Até há poucos anos atrás havia uma linha diária para Joinville, no entanto o “Marinebus”, como era chamado, não está mais funcionando. A única forma de ir diretamente de Joinville para São Francisco pela água é por meio de barcos turísticos, como o “Barco Príncipe”, que saem do continente de manhã, percorrem as ilhas da baía, aportam no Centro Histórico e voltam ao final do dia para Joinville. A retomada desta linha como meio de transporte viável exigiria, no entanto, articulações com a prefeitura de Joinville, de modo a garantir que os locais de atracagem sejam atendidos por linhas de ônibus frequentes e eficientes, pois o centro da cidade está a 10 km da Baía da Babitonga. Mediante os estudos necessários, a abertura desta possibilidade de deslocamento entre as cidades poderia amenizar um dos principais problemas de mobilidade no município apontados pelos habitantes, que é o engarrafamento da BR-280, rodovia de apenas duas faixas

que liga a Ilha de São Francisco à Joinville e recebe grande fluxo de caminhões que atendem ao porto. Nos finais de semana e feriados, o percurso de cerca de 50km chega a ser percorrido em três, quatro ou até cinco horas.

A ideia de um “Terminal Marítimo” que não fosse simplesmente “Turístico” estaria de acordo com a valorização da navegação como atividade representativa da cidade e teria potencial para fortalecer ainda mais a relação de seus habitantes com o mar. Relação que é justamente um dos argumentos para que o processo de tombamento considerasse o frontispício voltado para a baía como aquele que deveria receber cuidados especiais, afinal é a vista que se tem a partir da água.

Ora, se o frontispício é o elemento prioritário a ser preservado e se esse skyline só é plenamente apreendido a partir da vista do mar parece evidente que o reconhecimento deste patrimônio exige que ele seja visto. Desta maneira, ao falarmos em preservação desta fachada para o mar, tão importante quanto a manutenção física das edificações da orla é a possibilidade de que o maior número possível de pessoas tenha a oportunidade de mirar o Centro Histórico e os morros que o circundam a partir de barcos na água durante sua vivência cotidiana e não apenas como um evento excepcional. Acreditamos que desta maneira a “paisagem clássica” se configuraria menos como abstração intelectualizada e de difícil acesso para a maioria, para se manifestar como realidade concreta, experienciada no dia a dia do habitante que se reconhece como parte do patrimônio por meio de suas práticas sociais.

Nesta situação, é de se esperar que também a atividade turística seria fortalecida. Primeiramente, porque multiplicaria as possibilidades de chegada a partir de Joinville, origem de grande parcela dos visitantes, sejam habitantes do município ou viajantes de outros lugares que chegam pelo aeroporto da cidade. Chegar à São Francisco pela via aquática e desfrutar da paisagem da Babitonga poderia se constituir em atrativo turístico por si só. Dalmo Vieira considera ainda que a integração marítima com Joinville é fundamental para a consolidação de São Francisco como Centro Regional de Lazer. A intensificação do transporte marítimo possibilitaria ainda o estreitamento das relações entre o centro e a Vila da Glória, na parte continental do município, tradicional bairro de pescadores com atrativos culturais, naturais e gastronômicos. Finalmente, o

desenvolvimento da mobilidade aquática estabeleceria o Centro Histórico como “frente” de chegada e de saída, medida que, em paralelo com o adensamento populacional da área, fortaleceria sua centralidade em relação aos demais bairros do município.

Falar da navegação em São Francisco automaticamente nos remete à pesca artesanal, atividade frequente em muitos bairros no município com destaque para a Praia do Paulas, Vila da Glória e Praia da Enseada. Com fins comerciais e de subsistência, a pesca artesanal utiliza embarcações de pequeno e médio portes, geralmente de madeira, motorizadas ou não, e que suportam pequenos e médios volumes de pescado. Apesar da enorme carência de dados estatísticos sobre a pesca artesanal, estima-se que mais de 60% do pescado nacional é proveniente dessa atividade (MATTOS; WOJCIECHOWSKI; GANDINI, 2020, p.11). Esta predominância do pescado proveniente da pequena escala – apesar de sua pequena produtividade em relação à pesca industrial – tem ligação direta com o fato de o número de que 90% dos pescadores brasileiros são artesanais, o que corresponde a mais de 440.000 trabalhadores (CAMPOS; CHAVES, 2016, p.64).

Na cadeia econômica da pesca, porém, o número de envolvidos é bem maior. Soma-se aí o trabalho dos encarregados das atividades de terra: as famílias dos pescadores(as) que costumam trabalhar no beneficiamento e na venda, além dos trabalhadores em diversos segmentos da cadeia produtiva. A pesca artesanal tem vínculos com o comércio, os serviços, a indústria e o turismo, empregando manipuladores, descarregadores, peixeiros e feirantes, armazenadores e comerciantes, além de pessoal necessário à fabricação e manutenção de barcos e motores, à fabricação de gelo e dos apetrechos de pesca, criando uma cadeia de empregos diretos e indiretos dependentes do setor.

Sob o ponto de vista cultural, o processo que envolve atividade pesqueira no Brasil constrói uma narrativa que se costura dentro e fora d’água, na qual a captura é apenas um trecho da estória. Nesse contexto, seu repertório cultural e tecnológico começa com a confecção de apetrechos de pesca e com o saber dos mestres artesãos de embarcações navais, alimenta-se da experiência do pescador nas diversas artes da pesca e na leitura dos indicativos naturais: movimento das marés, das cheias dos rios e das fases da lua; e, de volta à terra, se vale dos papéis assumidos por aqueles que limpam o

pescado, que o preparam e o comercializam. Estes grupos de atores, que direta ou indiretamente trabalham em conjunto, produzem os espaços das regiões costeiras do Brasil há séculos, conferindo-os significados e reafirmando-os como suportes fundamentais das memórias coletivas. Nas palavras do geógrafo Rogério Haesbaert:

Essa constatação de que a espacialidade (social) compreende, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação(...) (HAESBAERT, 2002, p.87).

No Centro Histórico, o lugar em que este patrimônio cultural imaterial tradicionalmente se manifesta de maneira intensa é no edifício do mercado. A ação do Monumenta, no entanto, apesar de manter os usos preexistentes, não interviu na complexa teia de significados e práticas sociais que historicamente alimentaram a vitalidade do edifício, focando apenas na manutenção física. No âmbito nacional, o IPHAN apesar de ter realizado algumas ações importantes na valorização do patrimônio naval brasileiro (como o projeto “Barcos do Brasil”, os Inventários de Conhecimento e Cadastro de Embarcações e a própria criação do Museu Nacional do Mar, em São Francisco), não atuou, no entanto, sobre as dinâmicas econômicas responsáveis pelo incentivo à produção, uso e manutenção destas embarcações. Neste sentido, é importante compreender que a preservação não está ligada apenas à proteção física do patrimônio cultural, como por meio do tombamento e da restauração, e da identificação, documentação e análise dos bens culturais, mas passa também pela valorização destes bens pelo uso e pela garantia de fruição social (MENESES, 2006, p.35). Meneses argumenta que encarar a cidade como bem cultural pressupõe compreender que a cultura não é um segmento da vida à parte, um universo autônomo, um adereço, que se manifesta em momentos e lugares privilegiados como equipamentos culturais, órgãos culturais, usos culturais (MENESES, 2006, p.38), mas sim um “centro pulsante” que engloba o cotidiano e o mundo do trabalho, afinal, “é o uso

que dá sentido à vida” e revela o conteúdo da prática socioespacial (CARLOS, 2007, p.30), construindo a identidade do lugar. Nesse sentido, para Meneses não deveria haver oposição entre o valor cultural e o valor econômico, pelo contrário, encarar o cotidiano e o universo do trabalho como áreas seminais da cultura significa defender-se de definições de cultura como coisa enobrecida ou excepcional comuns nas práticas de mercado e compreender que a melhor forma de assegurar a preservação das memórias populares é assegurar que transformem em vivência, cotidiano (MENESES, 2006; ORTIZ, 2010, p.135).

No caso de São Francisco do Sul, falar em preservação do patrimônio naval artesanal local é falar da valorização da pesca e do transporte marítimo. Preservar o patrimônio naval significaria, por exemplo, prover estruturas para atracagem de barcos, beneficiamento e armazenagem do pescado, estaleiro para produção e manutenção de embarcações, crédito para compra de barcos e apetrechos, postos de abastecimento, capacitação da mão de obra, estabelecer linhas de transporte marítimo, etc. Afinal, de que outro modo seria possível garantir que os mestres artesãos continuem produzindo barcos e que novos mestres sejam formados? Naturalmente, este amplo escopo de políticas públicas não estaria apenas a cargo do Iphan, ou do Ministério da Cultura, mas exigiria ampla articulação com ministérios relacionados à pesca e à economia, bem como entre diferentes esferas de governo, o que torna a tarefa política e burocraticamente mais complexa, a exemplo das dificuldades de interlocução apontadas por Vieira: “As dificuldades são grandes, porque, por exemplo, a gente procurou inúmeras vezes o Ministério da Pesca, você acha que o Ministério da Pesca se interessa por pesca artesanal?” (VIEIRA FILHO, 2021).

Aplicando o raciocínio ao mercado de São Francisco, podemos afirmar que além da requalificação física do espaço, o outro elemento necessário para proporcionar sua vitalidade é o dinamismo das atividades econômicas que aí se desenvolvem, a exemplo de tantos mercados efervescentes como o da grande cidade de Belém (PA) ou o da pequena Laranjeiras (SE). Sob o viés do desenvolvimento como meio de estabelecer relação dialética com a preservação, a atividade econômica que historicamente se entrelaçou com os edifícios, conferindo-lhes significado social, é a pesca artesanal. Sendo esta atividade ainda hoje muito praticada em todas as partes do município

e o hábito do consumo de peixes e frutos do mar bastante presente nos habitantes, a ação de preservação do Monumenta poderia ter se voltado a tornar o Mercado Municipal o lugar de articulação e referência para a comercialização e consumo do pescado no município, polarizando a venda para os habitantes dos bairros ao redor do centro. Para isto, a experiência do Monumenta mostrou que para reabilitar um mercado decadente como o de São Francisco, não basta manter os usos existentes, é necessário a elaboração de projeto específico, luta que “exigiria um grande esforço pontual para acontecer, mas seria muito interessante” (VIEIRA FILHO, 2021). A demanda por esforços pontuais não difere, a princípio, da lógica do processo que viabilizou ações como Museu do Mar ou o Parque Ecológico, de modo que podemos vislumbrar a possibilidade de ressignificação do mercado, uma vez que haja vontade política.

Esta ação estratégica passa pela necessidade de incentivo ao atracagem de barcos pesqueiros na praça do mercado, e de seu uso também para as funções produtivas como acontecia anos atrás. De acordo com Cláudio Cabral (2020), este processo, em parte, tem a ver com restrições impostas à atividade pesqueira: “não é que seja proibido, mas o cara nem vem mais. Aí um diz que não pode limpar o peixe ali mesmo, que é uma coisa de saúde e aí acabou”, situação que, para Dalmo Vieira, demonstra que “não só não há uma sensibilidade como há, permanentemente a ideia do engessamento de um modelo único, seja de salubridade, seja modelo econômico” (VIEIRA, 2021).

À frente do mercado, o projeto implantado pelo Monumenta criou o deck de madeira elevado sobre a água à frente da praça do mercado, com guarda-corpo em seu perímetro, um belíssimo lugar de permanência e contemplação da baía, que aproxima os pedestres da água, contudo ratifica o processo que vem se desenvolvendo há várias décadas, de esvaziamento deste espaço como lugar de comercialização e navegação cotidiana e progressiva especialização para lazer e turismo. Acreditamos que teria sido desejável conciliar no projeto os inegáveis ganhos do deck e de seu mobiliário urbano para a contemplação e permanência dos pedestres com a manutenção da possibilidade de uso da praça do mercado para dinâmica cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores das atividades relacionadas ao mercado, como acontece nas inúmeras “praças do mercado” espalhadas pelo Brasil. Afinal, a multiplicidade de usos simultâneos não é incompatível com a finalidade dos espaços públicos, pelo contrário,

o trabalho, o lazer, o convívio e as manifestações que constituem a esfera pública geral e a esfera pública política têm como lugar primordial os espaços livres de apropriação pública (QUEIROGA, 2012). Aldair Carvalho nos conta que anteriormente “as pessoas chegavam aqui no Mercado Público, aqui atrás no fundo do prédio era uma calçadinha bem estreitinha, as pessoas encostavam ali, deixavam o barco ali, ali mesmo já lavava o pé, já entrava no barco e voltava (...). Faltou gente da cidade dizer, mas quem é que usa aquilo ali? [...] Aí, por que que ali não foi feito um deck lá embaixo, pras pessoas deixarem o barco amarradinho num pedaço de pau enfiado na lama? Era isso”, sugere Carvalho (2020).

Nessa linha de argumentação, o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes defende que o melhor caminho para assegurar o rumo mais eficaz e inclusivo nas ações governamentais no campo do patrimônio ambiental urbano é reverter a tendência de que os espaços das cidades ditas “históricas” sejam destinados a “usos culturais”, considerados mais “nobres”, em detrimento dos usos cotidianos e do trabalho. Para o autor, a desvalorização da presença do trabalho no espaço urbano, além de reflexo de uma sociedade que ainda tem muito a fazer na superação do passado escravocrata, representa o predomínio de interesses elitistas e mercadológicos. Esta crítica pode ser relacionada com a leitura de Lefebvre (2006), para o qual a produção do espaço capitalista tem como traço geral o apagamento tanto quanto possível dos traços da atividade produtora, numa operação que visa subtrair o trabalhador de seu produto: “A marca do trabalhador ou dos trabalhadores que produziram? Isto não tem sentido e valor a não ser que o “trabalhador” seja também o utilizador e o proprietário” (LEFEBVRE, 2006, p.291).

Se é certo que as relações sociais não ocorrem apenas nos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho, mas enfoca a vida em todas as suas dimensões (CARLOS, 2007, p.41), também é relevante considerar que “o trabalho construiu, constrói e reconstrói a cidade e seus espaços” ou seja, o trabalho molda a cidade e é moldado por ela (GONÇALVES, 2020, p.78), - cidade compreendida aqui tanto como artefato, objeto construído (*villè*), quanto como morfologia social (*citè*), constituída pelas práticas sociais dos diferentes grupos que a habitam. Desta maneira, a atitude de evidenciar o trabalho no cotidiano, ao tornar público e visível aquilo que permanecia em estado de experiência individual representa,

segundo Bourdieu, um considerável incremento de poder social dos grupos em questão (BOURDIEU, 1989, p.142).

Acreditamos que a presença mais intensiva das práticas sociais relacionadas ao trabalho, em conjunto com o maior incentivo à habitação, teria potencializado o sucesso da intervenção na orla e nos demais espaços livres requalificados pelo Monumenta, tornando-os mais inclusivos. Desta maneira, promoveria ao mesmo tempo as atividades econômicas para geração de emprego e renda, e a valorização patrimonial, criando conexões entre os usos e significados, atuais e históricos, uma vez que estes espaços sempre foram, historicamente, lugares multifuncionais onde o trabalho era evidente. O relato de Jacobs sobre da orla de Nova York nos dá pistas de como este espaço franciscano de alma portuária poderia ser mais intensamente ativado com atividades relacionadas ao trabalho. Ao analisar um trecho da orla que possuía uma barreira visual que impedia que os pedestres vissem o que acontecia à borda da água, a autora diz:

Não se devia impedir, por trechos tão longos, que as pessoas vissem as atividades de trabalho da orla, quase sempre interessantes (...). Nesses trechos deveria haver aberturas pequenas, até improvisadas, para que as pessoas pudessem olhar e acompanhar o trabalho e o tráfego marítimo. Perto de casa há um velho cais aberto, o único num espaço de quilômetros, próximo a um enorme incinerador e atracadouro de chatas do departamento de limpeza urbana. O cais é usado para pescar enguias, tomar banho de sol, empinar pipas, fazer funilaria de automóveis, piqueniques, vender cachorro-quente e sorvete, acenar para os barcos que passam e bater papo.(...) É impossível encontrar lugar mais alegre numa noite quente ou num domingo indolente de verão. De tempos em tempos, um barulho de ferro e coisas sendo despejadas enche o ar quando um caminhão de lixo joga sua carga numa chata. Não é o máximo dos máximos, mas é um momento que todos na doca apreciam. Fascina todas as pessoas (JACOBS, 2007, p.297).

Esta visão vai contra a ideia de que o patrimônio histórico seja tratado como relíquia descontextualizada (LEITE, 2021), higienizada para se transformar em mercadoria cultural destinada ao consumo

turístico. Não se trata, evidentemente, de negar o turismo como atividade relevante para geração de emprego e renda que movimentaria comércios e serviços locais, trata-se de não subordinar os significados históricos do espaço, construídos pelas práticas cotidianas dos habitantes, às demandas da indústria do turismo, guiadas apenas pelo retorno financeiro. Trata-se, sim, da concepção de que a atratividade turística deve se desenvolver a partir do que a cidade é como infraestrutura, habitação, mobilidade, etc, considerando, portanto, o próprio dia a dia do habitante, com seus hábitos de trabalho e de lazer, de alimentação, seu sotaque, como particularidades que despertam o interesse do visitante.

Afinal, o patrimônio é coisa viva e, portanto, vai além do aspecto material, da cidade como ville, mas envolve também a relação dos objetos, portadores de significados, com as práticas sociais que se desenvolvem no espaço, a cité. Para a preservação destas práticas não basta que haja restauração de edificações ou coleções de objetos, fotos, ferramentas e utensílios dentro de museus, é preciso que sejam dadas condições de manutenção destas práticas nas ruas e espaços públicos da cidade. Usando o exemplo das ações do Monumenta no mercado de São Francisco e nos espaços livres ao redor, seria possível pensarmos que além de um edifício bem restaurado e de espaços bem desenhados destinados ao lazer, o despertar do interesse turístico poderia estar ligado à oportunidade de observar o “teatro da pesca” no coração do Centro Histórico, assistindo a aproximação e o atracagem dos barcos, o descarregamento, a limpeza do pescado e o preparo dos pratos tradicionais. A orla poderia recuperar sua característica de ser simultaneamente centro social e laboral onde os visitantes passeiam ao longo do cais e apreciam a atividade pesqueira como espetáculo aberto constituído por barcos coloridos, gaivotas em busca de alimento e trabalhadores do mar. O interesse a ser despertado não tem a ver com uma encenação voltada ao deleite do turista, mas sim com o espetáculo promovido pela vitalidade da realidade concreta, construída por pessoas no seu cotidiano. Afinal, se a pesca é uma atividade muito praticada em quase todos os bairros que têm acesso à água, porque esta atividade não teria o direito de voltar a ocupar o centro, o lugar público por excelência?

Este olhar relaciona-se à renovação conceitual que ocorreu a partir dos anos 60 na qual o campo do patrimônio deslocou o foco dos bens que se impõe por sua monumentalidade, riqueza,

FIGURA 146

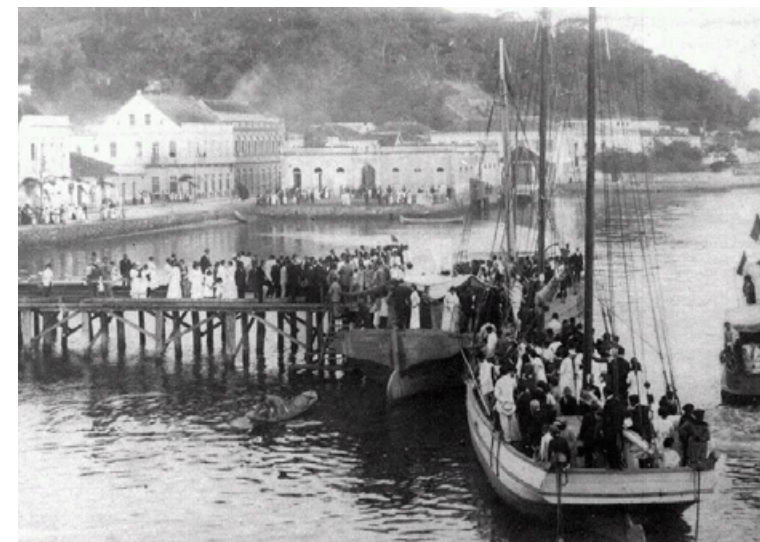
Uso antigo da Rua da Babitonga: armazenamento de carga do porto [19--?].
Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.



excepcionalidade para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores pelos sujeitos sociais (MOTTA, 2017, p.98). Desta forma, ascendeu a valorização das referências culturais dos diferentes grupos que compõe a sociedade: não apenas edificações, mas também ofícios, modos de fazer, saberes e celebrações que se manifestam em determinado território. Este novo olhar está presente em algumas das ações propostas pelo Monumenta, sobretudo nas denominadas ações concorrentes: atividades relacionadas com a educação e a valorização do patrimônio imaterial como o apoio e divulgação de processos tradicionais de criação e produção, como a ourivesaria da cidade de Natividade (IO) ou a peixada de Lima Campos, na cidade de Icó (CE). No entanto, de acordo com Ana Clara Gianneccchini, apesar destas ações, “o uso do patrimônio pelo Monumenta pesa sobre a materialidade dos bens culturais” (GIANNECCHINI, 2019, p.268). A fragilidade da incorporação do patrimônio imaterial pelo programa também é observável em São Francisco do Sul, onde ocorreram ações de “capacitação de pescadores”, “seminário do patrimônio naval” e “oficina de artesanato naval”, mas foram pontuais, sem continuidade e não tiveram relação com a “dinamização destes saberes no horizonte de um desenvolvimento sociocultural” (GIANNECCHINI, 2019, p.275). Ângelo Pereira (2020), coordenador da UEP de 2002 a 2009, admite esta lacuna: “nós tivemos essa falha que se guardaria no imaterial, né, nós focamos muito no material, até porque era uma equipe mais focada...capitaneada por mim que era engenheiro civil de obra, de prática”. De acordo com Aldair Carvalho (2020), a pouca atenção dada ao aspecto imaterial significou a perda da oportunidade de potencializar o uso e o reconhecimento pelos diversos grupos da população francisqueense, de modo que se possibilitasse compreender que a territorialidade do Centro Histórico não se limita à poligonal de

FIGURA 147

Desembarque de passageiros nos trapiches da orla da Babitonga [19--?].
Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.



tombamento, mas compreende pessoas de todos os bairros que têm alguma ligação com o centro .

Faltou alguém de São Francisco olhar pra dentro e dizer assim: mas nós podemos colocar a população de São Francisco do Sul.[...] A população negra de São Francisco é grande, nós temos uma comunidade remanescente de Quilombo dentro de São Francisco do Sul. [...] É a comunidade de Tapera, que é exatamente dentro de uma outra unidade de conservação que é um parque ecológico, então eu não podia ter feito um diálogo? Sendo que a Tapera toda a vida abasteceu o centro com a produção agrícola? [...] Tu tem uma presença libanesa enorme em São Francisco, se tu for numa casa dessa gente no Centro Histórico, em algum momento tu vai comer quibe cru. [...] Tu tem isso, tu tem isso tudo e tu não quer dialogar com o Centro Histórico? Então põe uma cerquinha em volta do Centro Histórico, e foi isso que aconteceu (CARVALHO, 2020).

Esta falta de representatividade pode ser atribuída às limitações e dificuldades para realização de processos participativos abrangentes. Vieira Filho (2021), Almeida (2021) e Nizzola (2021) ressaltam que, diferentemente do passado, o IPHAN e os técnicos do programa tiveram uma postura aberta às contribuições da sociedade seja na etapa de construção do Perfil de Projeto, seja durante a execução das obras, no entanto, a adesão da população aos processos participativos foi baixa. Isso se deve, de acordo com Almeida, a um problema mais geral na sociedade brasileira que é a falta da cultura da participação: “a gente não tem uma cultura de construção, de interlocução da

FIGURA 148

Grupos não representados: indígenas vendendo artesanato no Centro Histórico. Fonte: do autor, 2020.



sociedade com as políticas públicas, a gente também não tem uma cultura do Estado em fazer isso e não tem uma cultura da sociedade em fazer isso”. Daí o fato de as assembleias e audiências públicas serem frequentemente esvaziadas, contando geralmente com a presença de representantes de segmentos, não necessariamente tendo representação significativa da comunidade. Neste mesmo sentido, Vieira afirma que é preciso tomar cuidado para que o processo participativo não seja capturado por determinados setores que têm visões específicas, sectárias, transformando um espaço democrático em espaço dominado por grupos, atitudes que tornam nebuloso o processo de aferição dos desejos e demandas da comunidade.

Diante disso, Nizzola (2021) afirma que é essencial que se recebam as contribuições da sociedade, mas que as decisões capazes de conciliar os interesses conflitantes da sociedade deve ser técnica, opinião convergente com a de Vieira, que argumenta que não se pode tomar decisões “entre quatro paredes”, mas que é preciso “ter a coragem de ter um projeto”, apresentá-lo para a discussão com a sociedade, justificá-lo e até mesmo defendê-lo, afinal, os técnicos têm conhecimento acumulado sobre aquelas realidades: “quem detêm as informações, quem está há anos trabalhando com isso, quem está vendo as possibilidades, as perspectivas, são normalmente os técnicos do IPHAN, são as pessoas que trabalham com patrimônio” (VIEIRA FILHO, 2021).

Consideramos que, de fato, é necessário que os técnicos tenham coragem de propor, de apresentar projetos, e que em intervenções urbanísticas o saber técnico não é meramente substituível pelas contribuições da sociedade local. No entanto, de acordo com o pensamento de Meneses (2006), partimos do pressuposto de que o habitante, sendo o ator que tem relação mais imediata com a

cidade, é também aquele que estabelece com os lugares de sua vivência cotidiana relações mais densas que o torna possuidor de um conhecimento específico, um capital, relacionado ao domínio das práticas sociais que se manifestam no seu território. A incorporação destes conhecimentos locais aos projetos não se faz em detrimento do saber técnico, mas antes, o informa, de modo a potencializar os nexos entre os projetos propostos e os lugares. Nesse esforço de síntese entre conhecimentos técnicos e locais, menos importante do que perguntar ao habitante “O que deve ser feito aqui?”, esperando a resposta adequada às suas demandas, seria questioná-lo a respeito de quais são os elementos físicos ou simbólicos relevantes em determinado espaço, quais atividades costumam praticar no lugar, quais os constrangimentos ao exercício destas atividades. Estas perguntas que elencamos não tem a pretensão de estabelecer um método, mas apenas exemplificar o foco na compreensão de como as práticas sociais se apropriam dos espaços, afastando-se de meras interpretações morfológicas e voltando o olhar às modificações espaciais produzidas pelas ações humanas. Os técnicos, a partir destes conhecimentos, estão mais aptos a conceber projetos, programas e instrumentos que possam preservar e potencializar determinadas práticas ou propor novas, compatíveis com a realidade local.

Obviamente, não é possível, nem viável, que o projeto assimile a totalidade das demandas locais, conciliando todos os interesses contrastantes, afinal, é da natureza da política pública, bem como do projeto arquitetônico ou urbanístico, selecionar as demandas prioritárias e sintetizar, na medida do possível, as demandas contraditórias de grupos diversos, com resultado nem sempre harmonioso. O conflito é, portanto, inerente, como bem exemplifica Manuel de Solà-Morales a respeito de seu projeto para a cidade de Lovaina, na Bélgica: “Os ecologistas não estão muito contentes com o túnel, a comissão de patrimônio duvida da praça moderna, a cia de ônibus queria uma estação maior, os engenheiros do ministério reclamam um túnel mais largo, a cia de trem queria fazer sua promoção à parte, mas o compromisso dos contrários é o que justifica o projeto urbano” (SOLÀ-MORALES, 2008, p.90).

Neste sentido, a participação não pode ser encarada como prisão que limita a imaginação criativa de futuros possíveis. Entender o projeto urbano como ferramenta que estabelece relação dialética entre preservação e desenvolvimento é compatível com a compreensão

de que “o povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe” (GIL, 1998), e que, portanto, além do entendimento e atendimento das demandas é preciso haver espaço para a invenção. Exemplo disto são as ações do Monumenta na instalação de universidades, museus e parques nos municípios, novos usos que promovem novas práticas sociais e modificam as práticas preexistentes, alterando as relações de habitantes e visitantes com o território, o que pode ter efeitos positivos ou negativos, a depender do contexto.

Nas reflexões sobre o conceito de Desenvolvimento Local é comum que se estabeleçam relações entre maior participação social e maior sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Deste modo, a elaboração de parâmetros nos quais a sociedade local emergja como co-protagonista nos processos decisórios (SILVEIRA, 2004, p.1) tende a estabelecer governança democrática que amplia a esfera pública e fortalece a endogeneidade, criando melhores condições para a construção de futuros que atendam aos anseios das comunidades.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as limitações e acertos apontados durante todo o estudo, consideramos que a atuação do Monumenta em São Francisco do Sul representa um avanço no entendimento da preservação do patrimônio como questão urbanística, visto que a intervenção foi bastante além do restauro de bens imóveis individuais excepcionais, como era o costume nas intervenções em sítios protegidos até então. Assim, apesar de o nome do programa evocar o monumental, em São Francisco do Sul o enfoque dado às intervenções em espaços livres públicos de uso cotidiano (como a orla, a rua, a praça e o parque, nos quais foram implantados equipamentos prosaicos como bancos, postes de iluminação, vegetação) representam importante inflexão sob o ponto de vista das intervenções no patrimônio ao compreender a fruição nos espaços públicos como elemento atrelado tanto à preservação dos bens culturais quanto à melhoria da qualidade de vida do habitante.

Deste modo, podemos dizer que o que foi feito em São Francisco não se trata apenas de uma ação de preservação, mas de urbanismo, com a particularidade de ter sido concebido para uma cidade tombada. Neste ponto, observam-se progressos na aplicação prática da ideia de que a preservação não é estritamente elemento da dimensão cultural, em consonância com a compreensão de que a problemática do Patrimônio Ambiental Urbano é essencialmente urbanística e que, portanto, é essencial que sejam superadas as contradições entre conservar e ordenar o território, afinal, tanto a preservação dos valores culturais quanto o desenvolvimento urbano, têm ambos papéis fundamentais na formação e reconfiguração das identidades sociais.

Compreendendo o Projeto Urbano para o Desenvolvimento Local como aquele que busca fortalecer as identidades territoriais por meio da valorização da vida cotidiana dos habitantes, considera-se que a ação do Monumenta em São Francisco que mais se aproxima do conceito estudado é a intervenção na orla. Os espaços livres que margeiam a Baía da Babitonga foram apropriados por uma diversidade de práticas sociais, sendo reconhecidos por habitantes e técnicos como a ação de maior sucesso do programa na cidade, estabelecendo interessante equilíbrio entre o valor de uso para os habitantes e os interesses turísticos, dinâmicas que parecem conviver bem naquele espaço.

Considerando que a orla é justamente o elemento estrutural do projeto, pode-se compreender porque o Monumenta, apesar das

inúmeras críticas específicas, teve avaliação geral positiva pela maior parte dos entrevistados, sendo frequentemente a ele atribuído o fato de ter colocado o patrimônio cultural do Centro Histórico em evidência, superando a situação anterior de abandono e decadência e, assim, aumentando a autoestima dos habitantes e seu reconhecimento do patrimônio. Esta transformação cultural é o grande legado do programa, pois, ao proporcionar que os munícipes passem a estabelecer relação de maior proximidade com o Centro Histórico, o Monumenta atua na questão central, que é o valor patrimonial nos lugares: “a grande questão não é exatamente o que se fez, a grande questão é a reconstrução ou a afirmação de um universo de valores. É esse universo de valores que vai sustentar a crítica e uma visão de proteção do patrimônio num sentido mais amplo” (ALMEIDA, 2021).

Ao analisar intervenções urbanas deve-se observar que o investimento em espaços públicos não necessariamente significa a afirmação de valores como democracia, convivência e civismo, pois estas ações podem ser acompanhadas de operações imobiliárias gentrificadoras, suprimindo as diferenças e coibindo usos e práticas sociais que não se adequam à lógica do lazer e do consumo. Neste sentido, a noção de espaço público também pode ser usada como instrumento ideológico de dominação, mascarando os conflitos intrínsecos às relações sociais para afirmação da falsa igualdade entre grupos de status e classes diferentes. Sob o elogio de valores irrefutáveis como paz, tolerância e sustentabilidade, esta operação ocultaria o autoritarismo, a exclusão e a violência contra os setores menos favorecidos da sociedade, elementos característicos da cidade capitalista, apesar dos discursos apaziguadores. Nesta lógica observamos a vitória do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços públicos da cidade, ou seja, a vitória do capital frente ao espaço de realização da vida cotidiana não submetida às necessidades de valorização.

A intervenção do Monumenta em São Francisco do Sul tem como saldo a potencialização do valor de uso do Centro Histórico, no entanto, como apontado durante o percurso, há elementos que não contribuíram para a inclusão de determinados grupos e práticas sociais no território do centro, atribuindo, por vezes, demasiado valor à atratividade turística em detrimento de dinâmicas e demandas cotidianas. Exemplo disto é a aplicação quase total dos investimentos

na região cenograficamente privilegiada, a orla, em detrimento de outras áreas muito mais degradadas do Centro Histórico, o que demonstra maior vontade política em investir em áreas de maior potencial comercial, turístico e imobiliário. Também exemplifica esta lógica a instalação de equipamentos públicos que atendem apenas ao uso turístico, como é o caso do Terminal Marítimo, apesar da demanda local por deslocamento aquaviário no dia a dia.

Neste sentido, é preciso compreender que, no contexto do subdesenvolvimento latino-americano, a solução para nossos centros históricos passa inevitavelmente por atacar problemas estruturais que afetam diretamente a população local, como habitação e trabalho. O turismo tem grande importância econômica na vida contemporânea, porém é um erro pensar que esta atividade possa se desenvolver sem que se resolvam problemas socioeconômicos fundamentais. É preciso, então, reconhecer que é mais sustentável atender demandas locais do que construir dispendiosas infraestruturas turísticas que não podem ser rentáveis sem a superação prévia do atual quadro social existente nestas áreas.

A perspectiva de que a reabilitação de centros históricos está indissolúvelmente ligada ao desenvolvimento integral de toda a cidade, pôde ser observada em diversos momentos da análise de nosso estudo de caso, de modo que a vitalidade ou degradação do bairro está diretamente relacionada às questões próprias do planejamento urbano como a mobilidade urbana, a dinâmica de fortalecimento ou enfraquecimento relativo das centralidades do município (que incide sobre a densidade e a variedade de usos em diferentes lugares), a dinamização ou retração de atividades econômicas, a aplicação de instrumentos jurídicos que garantam a função social da propriedade, o incentivo ao uso habitacional.

Pôde-se exemplificar estas relações em São Francisco do Sul, contudo pode-se fazê-lo também em outros sítios protegidos, como o exemplo Cachoeira (BA) que evidencia como a preservação do patrimônio cultural imbrica-se com os problemas socioeconômicos do município e depende de soluções de planejamento urbano. No caso de Cachoeira, a decadência sofrida durante o século XX é explicada pelas dinâmicas de mobilidade, com a substituição do modal de transporte marítimo/fluvial para o rodoviário, fato que isolou fisicamente a cidade, bem como pelas dinâmicas econômicas, com o surgimento de complexos industriais e petroquímicos em municípios próximos

causando o esvaziamento populacional e a conseqüente retração econômica, devido à perda da função de entreposto comercial. Em relação à infraestrutura, a construção da barragem da Pedra do Cavalo, executada em 1983 para solucionar o problema das enchentes do Rio Paraguaçu (que banha a cidade de Cachoeira) culminou com a geração de sérios impactos sobre os ecossistemas, contribuindo para o agravamento da poluição e para o assoreamento e gerando prejuízos para a pesca e a navegação, atividades culturais e economicamente fundamentais para Cachoeira. Na esfera intraurbana, a preservação do patrimônio cultural é ameaçada com o crescimento urbano acelerado e desordenado dos bairros que fazem divisa com o Centro Histórico, gerando processos de favelização nestas áreas. A ocupação das encostas remove a vegetação preexistente, modificando a paisagem e causando riscos ambientais, além de promover o aterramento de riachos e nascentes, comprometendo o exercício de práticas religiosas tradicionais do Candomblé.

Apesar desta evidente imbricação entre preservação e planejamento, a atuação do Monumenta, em todos os 26 municípios contemplados, manteve a lógica de programas anteriores, como o PCH, e atuou apenas dentro da área de influência preestabelecida que corresponde aproximadamente à poligonal de tombamento, dentro da qual estão as edificações e monumentos considerados arquitetônicos e artisticamente mais representativos de fatos memoráveis ligados à colonização portuguesa. Apesar do progresso na compreensão da preservação como questão urbanística, o programa pouco incorporou as soluções relacionadas ao planejamento da cidade como um todo, o que o impede de atuar sobre os problemas urbanos que têm origem fora do Centro Histórico, mas que interferem diretamente sobre suas dinâmicas internas.

O fato de os investimentos ficarem, necessariamente, restritos ao perímetro de tombamento, bem como a obrigatoriedade de que os municípios participantes do programa tivessem centros protegidos pelo IPHAN, demonstra que as políticas de preservação ainda permanecem bastante ligadas à contemplação de bens tombados e, portanto, demasiadamente focadas na materialidade destes bens. Neste ponto, a mentalidade do Monumenta se afasta da noção de “Patrimônio Territorial”, que se refere ao reconhecimento das singularidades históricas e sociais de determinado território, integralmente reconhecido como bem cultural, incluindo espaços

públicos, edifícios e o ambiente natural. Ao dedicar todos os seus esforços dentro da poligonal, o programa se afasta desta abordagem, dificultando a incorporação ativa do patrimônio não tombado como recurso para os processos de desenvolvimento local vinculados às demandas sociais coletivas, demonstrando que a experiência sensível do patrimônio urbano ainda permanece muito ligada à percepção estética da obra de arte.

Por mais que um sítio protegido tenha especificidades que exijam políticas públicas diferenciadas, sua consideração como espaço relativamente autônomo, apartado das dinâmicas cotidianas dos demais bairros da cidade por abrigar o patrimônio cultural considerado de “maior valor”, colabora para a ideia de que os centros históricos sejam encarados como “reliquia”. Esta consideração fetichiza as tradições e representa a alienação do patrimônio, pois significa a perda de conexão do substrato material com os costumes locais e os significados do passado. Assim interpretado como um ícone para observação, o espaço-reliquia é visto como peça de museu, como obra de arte, e instrumentalizado como mercadoria turística e cultural. Esta visão desconsidera a natureza dinâmica dos fenômenos urbanos e encara-os como objetos estáticos em suas dimensões – morfológica, documental, social, econômica, simbólica, funcional e vivencial – e também com seus vínculos sociais.

A gradativa especialização funcional dos centros históricos para o turismo e o lazer é, em parte, reflexo desta concepção que os vê como reliquia. Mesmo que os técnicos do programa tenham discurso favorável à diversidade de usos no centro, a ação do Monumenta em São Francisco do Sul não agiu de maneira efetiva para manter os usos e práticas existentes. Da mesma forma, pode-se considerar que a fragilidade da valorização do patrimônio imaterial e da incorporação ao território das práticas sociais e laborais de grupos não hegemônicos (como trabalhadores da pesca, povos indígenas e quilombolas) reproduz, mesmo que por omissão, a visão hegemônica que oculta as dissonâncias sociais do espaço urbano. Estas ausências no projeto enfraquecem o objetivo do programa em promover o Desenvolvimento Local, pois limita as possibilidades de plena apropriação dos espaços livres e de reconhecimento simbólico no patrimônio cultural pelos diversos grupos sociais. Desta maneira, constrange-se o direito à cidade de uma parte da sociedade, reforçando a dicotomia entre o cotidiano e o turismo,

entre o habitante e o visitante, entre grupos hegemônicos e grupos subalternos.

Em publicação do IPHAN, lançada no mesmo ano em que o Monumenta terminava, Paula Porta (2012) ressalta que há consenso sobre a ineficácia de especializar o uso dos centros históricos (seja para transformá-los apenas em bairros residenciais ou em meros cenários turísticos e de lazer) e que a presença de “serviços públicos e privados, de comércio, de instituições educacionais e culturais deve ser igualmente estimulada” (PORTA, 2012, p.19). Desta maneira, o órgão demonstra, assim como os técnicos do programa em São Francisco, a consciência da importância da manutenção dos centros como espaços multifuncionais, e que, portanto, as contradições se referem mais às práticas que aos discursos.

Em contraponto, o instrumento de Financiamento de Imóveis Privados, apesar de ter tido pouco abrangência na cidade catarinense, constitui ação inovadora que aponta na direção de soluções que valorizam o cotidiano ao mesmo tempo em que colaboram para a dinamização das atividades econômicas e turísticas, promovendo habitação no centro ao mesmo tempo em que proporciona a conservação material das edificações mais modestas do sítio protegido. A promoção de habitação é questão chave na reabilitação de centros históricos, pois cria vínculos afetivos dos moradores com o edifício e o bairro (o que facilita a conservação), fortalece a economia local constituída pelos serviços cotidianos e garante segurança na maior parte do dia, dispensando custosos sistemas de segurança. Por conta destes e de outros benefícios, é importante que este instrumento se transforme em política permanente para os sítios brasileiros protegidos, funcionando como ferramenta para o desenvolvimento local.

As aproximações e afastamentos da intervenção do Monumenta em São Francisco com a noção de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local refletem a ambiguidade das noções de desenvolvimento e de sustentabilidade que balizaram o programa, uma mais voltada ao retorno econômico relacionado ao turismo, outra mais ligada às funções sociais e públicas. Esta ambiguidade acompanhou todo o andamento do programa e, como se pôde observar na cidade catarinense, muitas vezes uma mesma ação tem características das duas vertentes, por exemplo, a intervenção na orla, que ao mesmo tempo em que fortaleceu a apropriação cotidiana

também representou uma escolha política pela concentração do investimento em áreas mais vendáveis, em detrimento de outras com maiores vulnerabilidades sociais.

Na publicação oficial mencionada acima, no entanto, o IPHAN assume postura muito mais relacionada às demandas sociais de habitantes e usos voltados à população local: “Não bastam a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social e se degrada quando a perde”, estas funções sociais, por sua vez, “devem atender às necessidades e anseios concretos das comunidades” (PORTA, 2012, p.18). Nesta reorientação a própria missão do órgão é reformulada e passa a ter como foco a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural (PORTA, 2012, p.7 e 23), por meio do fortalecimento de atividades econômicas e da melhoria da qualidade de vida dos habitantes. As diretrizes do órgão apontam ainda para a importância de contar com a participação da sociedade nas definições da política de preservação (p.15), para a qualificação do ambiente onde estão inseridos os bens culturais a partir do olhar urbanístico e intersetorial capaz de compreender as dinâmicas econômicas e sociais dos diversos contextos (p.15 e 20).

Estas resoluções apontam para a compreensão do desenvolvimento como processo endógeno, não apenas relacionado à renda ou ao aspecto econômico, mas também abrangendo a inclusão socioespacial, o direito à cidade e à territorialização como estratégias de fortalecimento da identidade dos cidadãos com o lugar, ideias compatíveis, portanto, com a noção de Projeto Urbano de Desenvolvimento Local. No entanto, apesar do esforço conceitual (feito à época em que Luiz Fernando de Almeida era presidente do IPHAN) de atrelar o desenvolvimento como questão imperiosa da preservação, este discurso não foi posteriormente assimilado pela instituição, e muito menos pela maioria dos quadros pensantes do órgão, de forma que prevalece ainda a visão esteticista e a atuação muito pontual nas edificações. Por conta disto, o órgão apresenta dificuldades para compreender o papel da tradição na criação da Modernidade, bem como para proporcionar maior integração entre os patrimônios material e imaterial dentro do território. Este caminho, a ser trilhado, aproxima-se das ideias do ex-diretor do IPHAN Aloísio Magalhães que tinha a convicção de que o progresso tecnológico deve estar lastreado na pluralidade de manifestações culturais da

viva dinâmica do cotidiano da população brasileira, elementos estes que não correspondem aos critérios de excepcionalidade artística e monumentalidade que ainda regem as políticas de patrimônio.

Sobre esta relação entre tradição e inovação, passado e futuro, é relevante ressaltar que intervir em centros históricos tem importante papel não apenas patrimonial, mas também urbanístico, de valorização do modelo de cidade compacta, caminhável, adequada à escala humana, com edificações multifuncionais generosamente conectadas às ruas, afirmando, portanto, valores fundamentais para as cidades contemporâneas. Desde os anos 60, assistimos ao processo de revalorização da cidade tradicional como referência de qualidades espaciais e de potencial de vida humana e, desde então, as cidades antigas vêm sendo ressignificadas e se tornam exemplo para os projetos contemporâneos devido às combinações práticas e simbólicas que proporcionam entre o econômico e o social, entre o produtivo e o ecológico, por meio de ordens complexas que garantem diversidade, manutenção, segurança e liberdade. A intervenção urbanística do Monumenta é bom exemplo desta ponte entre o aprendizado com o patrimônio e o projeto para o desenvolvimento futuro e nos deixa a expectativa de que a experiência adquirida possa referenciar não apenas a requalificação de sítios protegidos, mas também a cidade contemporânea. Afinal, toda cidade é histórica.

Apesar das limitações apontadas a respeito da plena apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais, consideramos que há progresso no entendimento de que a cidade é espaço de comunicação pública, de encontro e trocas simbólicas, não simples território da produção. Neste ponto, o projeto contrasta com o modelo de cidade segregada dos shopping centers e dos condomínios fechados que oferecem aos seus consumidores e moradores a tranquilidade alienante de conviver apenas entre os iguais, e excluem por meio de muros, portarias e guaritas os demais cidadãos. Este modo insustentável de conceber os espaços livres em função do automóvel, torna a vida sedentária, polui o meio ambiente e empobrece a vida pública, transformando a rua em mera ligação entre pontos. Assim, destituindo os espaços livres de suas múltiplas funções, como a permanência, o convívio e a manifestação política, tendo, como resultado, a produção de cidadania sem convívio e a criação de cotidianos alienados, que reduzem a capacidade dos cidadãos de lidar com diferenças.

A oposição entre estes dois paradigmas de urbanismo reflete também a adesão a dois modelos de desenvolvimento distintos: um que se volta à qualidade de vida pública, visto sob a perspectiva da sociedade, e outro tecnicista, mercadológico e deliberadamente excludente, no qual o aspecto econômico e financeiro adquire protagonismo frente às dimensões sociais, culturais e políticas. Como destacado, o projeto do Monumenta em São Francisco do Sul incorpora elementos das duas vertentes, no entanto, acredita-se que o legado que se sobressai é a criação de espaços aptos ao fomento das oportunidades de encontro e criação de vínculos pessoais que organizam a vida social. As contradições apontadas durante o percurso não permitem afirmar, portanto, que o projeto na cidade catarinense atua sob a mesma lógica dos Grandes Projetos Urbanos, concebidos sob a ótica de operações imobiliárias que têm a gentrificação como elemento deliberado de reestruturação da cidade. Tampouco podemos atribuir à intervenção do Monumenta em São Francisco a mesma crítica que é feita à requalificação do Pelourinho nos anos 1990, balizada pelo objetivo de transformar o significado do sítio histórico em mercadoria, cenário destinado aos usuários solventes. Desta maneira, consideramos que o projeto urbano executado pelo Programa Monumenta em São Francisco do Sul está mais próximo do paradigma do Desenvolvimento Local, que preza pelo conteúdo humano das ações, do que da perspectiva economicista do desenvolvimento, caracterizada pela “ideologia do progresso”, que concebe o processo de acumulação como um fim em si mesmo.

Ao atuar majoritariamente em cidades pequenas, o Monumenta contribui ainda para diversificação e democratização das políticas públicas de patrimônio e urbanismo, colaborando para que tenhamos conhecimentos contextualizados dos lugares, informações essenciais se considerarmos que os objetivos e demandas das sociedades não serão alcançados apenas por meio de conhecimentos universais. Os conhecimentos locais adquirem, assim, protagonismo, de modo que é necessário pensar que a nacionalidade é a soma destes vários patrimônios locais.

Aprofundando este raciocínio, pode-se afirmar que o desenvolvimento não é um processo que possa ser feito apenas de cima pra baixo, mas passa necessariamente – e simultaneamente – pela construção a partir dos lugares, afinal a agenda que convém ao país precisa ser pensada e construída a partir das circunstâncias

de cada parte que o constituem, ampliando a dialética entre poder central e poderes locais. A experiência do Monumenta representa avanço nesse sentido, pois, mesmo sendo um programa do Governo Federal, proporcionou autonomia aos lugares para conceberem e executarem seus projetos localmente, a exemplo de São Francisco do Sul, cuja Unidade de Execução do Projeto era composta por técnicos residentes no município, e, portanto, habituados e conhecedores dos conflitos e potencialidades locais.

Diante da hegemonia de projetos urbanos regidos pelo planejamento estratégico que promove a submissão do Estado e do interesse público aos interesses dominantes do capital privado e do mercado imobiliário, consideramos que a intervenção do Monumenta em São Francisco do Sul foi capaz de estabelecer “contrarracionalidades” (SANTOS, 2009), revelando a possibilidade de os projetos urbanísticos estabelecerem novos arranjos espaciais que atendam não apenas aos interesses dos grupos dominantes, mas que contemplem as aspirações humanas por habitação, espaços públicos de qualidade e valorização do patrimônio cultural. Neste sentido, tanto as virtudes quanto as falhas da intervenção proporcionam aprendizados necessários à construção conceitual e prática dos Projetos Urbanos de Desenvolvimento Local.

Ora, partindo do pressuposto de que a espacialidade não é apenas palco, mas sim condição, meio e produto da estrutura social, pode-se vislumbrar a possibilidade de o projeto urbano se configurar não apenas como reflexo do modelo alternativo de desenvolvimento local, mas também como condição da existência do próprio modelo. Mesmo diante de conjuntura política avessa à liberdade, é necessário que trabalhem num horizonte de pensamento e ação no qual um conjunto de rupturas pontuais, ou “microrrupturas” (SANTOS, 2013), sejam capazes de provocar alterações dignas de nota, criando “contrassaberes” (SANTOS, 2013) e ajudando a instaurar sinergias transformadoras contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização. Afinal, frente às perspectivas prováveis de desenvolvimento urbano como continuidade do modelo economicista atual, cabe aos urbanistas do mundo subdesenvolvido inventar futuros com surpresas, não o futuro remoto e ideal, mas sim o devir conectado ao entendimento do existente, aquele que se apresenta como o “possível adjacente” (UNGER, 2018), que podemos alcançar a partir da situação em que nos encontramos, com os meios que já temos ou que podemos providenciar.





REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. Cultura, Criatividade e Desenvolvimento sob um olhar furtadiano. In: FURTADO, Rosa Freire D'Aguiar (org.) **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p.215-234.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.48-55, 1987.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.11-73.

ASCHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. Trad. Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório de Término do Projeto PCR**. Brasil – Programa de Recuperação Patrimônio Cultural (Monumenta) (BR0261; 1200/OC-BR). BID, 2010. Disponível em: <<https://www.heritageanddevelopment.org/files/Article13.pdf>>. Acesso em: 15 jun. de 2021.

BANDEIRA, Dione da rocha et al. A história do Morro do Hospício (São Francisco do Sul): primeiros passos do estudo na perspectiva da cultura material. In: BORBA, Fernanda Mara; ALVES, Maria Cristina (orgs.). **Patrimônio cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em arqueologia histórica**. Joinville, SC: Editora Univille, 2017.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **Tropicália**: contracultura, moda e comportamento em fins da década de 60. In: dObra[s]. v. 9, n. 20 (2016), p. 160-177. Disponível em <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/482>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BARTALINI, Vladimir. A paisagem em arquitetura e urbanismo: remontar às “nascentes” como opção metodológica. **São Paulo: Paisagem e Ambiente: Ensaios – No 32**, p. 67-82, 2013. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/88080/90966>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Reabilitação de Centros Urbanos. Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: Sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2014.

BUSQUETS, Juan. Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia. **REVISTA SOCIEDADE & TERRITORIO**, Revista de Estudos Urbanos e Regionais. LISBOA n°22, 1995.

CAMPOS, André G.; CHAVES, José V. Perfil laboral dos pescadores artesanais no brasil: insumos para o programa seguro defeso. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise – Artigos: n. 60, abr. 2016. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2016, p. 63-73.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

CELESTINO, Livia Fraga. **A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; PESSÔA, José Simões de Belmont. Centro Histórico de São Francisco do Sul. In: PESSÔA, José Simões de Belmont. **Caderno de Documentos 2.** Estudos de Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COMPANS, Rose. **Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais.** In: COMIN, Alvaro (Ed.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: EMURB/CEM, 2004, p.24-60.

CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã,** 1975. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000. p. 15-47.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, 1993.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio. In: **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Tradução de Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología.** Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

DIOGO, Erica (org). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Brasília: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

DOWBOR, Landislau. **Desenvolvimento local e racionalidade econômica.** Fev. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica-doc.html>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

_____. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia (Org). **Desenvolvimento Local.** São Paulo: Pólis, 1996.

DUNN, Christopher. **Tropicália: modernidade, alegoria e contracultura.** In: BASUALDO, Carlos (org). Tropicália: uma revolução na cultura brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p.59-79.

ENDLICH, Ângela. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Fecomércio de Turismo – Verão em Santa Catarina 2015: Turismo de Verão em Florianópolis, Balneário Camboriú, São Francisco do Sul e Imbituba.** 2015. Disponível em: <http://www.fecomerciosc.com.br/fmanager/fecomercio/pesquisas/arquivo389_1.pdf>.

FERREIRA, João S. W. **São Paulo: o mito da cidade-global.** 2003. 336 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Maria Cecília. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio.** In: Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília: Iphan/Minc, 2000.

FRANCO, Augusto. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, Celso. **A fantasia Organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GIANNECCHINI, Ana Clara. **Programa Monumenta: o patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento?** 2014. 308 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil.** Brasília: MinC, 2003.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e Sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000. p. 49-76.

GONÇALVES, Fábio Mariz. **Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios.** 2020. 300 p. Tese (Livro Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

GUIA, George Alex da. **Trajatórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe.** 2018. 285 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização.** Do “ fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **Do administrativismo ao empreendedorismo.** In: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 6, p. 163-190.

HECK, Selvino. Políticas de emprego e inclusão social: o pão, a palavra e o projeto. Políticas redistributivas de renda orientadas ao desenvolvimento local. In: DOWBOR, Landislau; POCHMANN, Marcio (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento Local.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

HENRIQUE, Wendel. **A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA:** Notas preliminares de pesquisa. GeoTextos (Salvador), vol. 5, n. 1, jul 2009. p. 89-112.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2019.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama>>. Acesso em: 23 ago. 2020>.

_____. **Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios - referência 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101896>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data referência em 1º de julho de 2020.** [2020]. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

_____. **IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira.** [2008]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13558-asi-ibge-mostra-a-nova-dinamica-da-rede-urbana-brasileira>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

_____. **Censos Demográficos.** 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 05 jul. 2020.

_____. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPHAN. Preservação e desenvolvimento em São Francisco do Sul. São Francisco do Sul/SP. 2017. Apresentação de Powerpoint. 71 slides.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira.** Rio de Janeiro, ISEB: 1958.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para Ciência e Tecnologia. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. 4ª Edição. Porto. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço público e política dos lugares:** usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do bairro do Recife. 2001. 390 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LIMA, Marcos Costa. Cultura e pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies. In: FURTADO, Rosa Freire D'Aguiar (org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p.191-213.

LUNGO, Mario. Globalización, grandes proyectos y privatización de la gestión urbana. In: **Urbano**, vol. 8, núm. 11, julio, 2005. Concepción: Universidad del Bío Bío, p. 49-58, 2005.

_____. **Grandes proyectos urbanos:** una visión general. In: Lungo, Mario (organizador). **Grandes proyectos urbanos.** San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2004, pp. 15-43.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 2011.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais:** instrumento para um desenvolvimento harmonioso. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.20, p. 40-44, 1984.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

MARTÍNEZ YÁÑEZ, C. **Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio.** Cuad. Art. Gr., n. 39, p. 251-266, 2008. Disponível em: <<https://revistaseug.ugr.es/index.php/caug/article/view/300>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1980.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MATA OLMO, Rafael. El paisaje, patrimonio y recurso para el desarrollo territorial sostenible. Conocimiento y acción pública. **Arbor**, [S. l.], v. 184, n. 729, p. 155–172, 2008. Disponível em: <<https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/168>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MATTOS, S. M. G.; WOJCIECHOWSKI, M. J.; GANDINI, F. C. **Iluminando as Capturas Ocultas da Pesca Artesanal Costeira no Brasil**: um estudo de caso. Relatório Executivo. Illuminating Hidden Harvests (IHH) Project, organized and coordinated by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), the WorldFish, and the University of Duke. Instituto Maramar para a Gestão Responsável dos Ambientes Costeiros e Marinhos (Maramar Institute for Coastal Management). (BR), 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marize Campos de; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2006. p. 35-53.

_____. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; CÊÇA, Guimarães. (Org.). **Livro do Seminário Internacional “Museus e cidades”**. Rio de Janeiro: Museu de Histórico Nacional, 2003. p. 255-281.

_____. O museu e o problema do conhecimento. In: IV Seminário sobre Museus-casas: Pesquisa e Documentação, 2002, Rio de Janeiro. **Anais do IV Seminário sobre Museus-casas**: Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000. P. 17-48.

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**, São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992a.

_____. Para que serve um museu histórico? In: **Como explorar um museu histórico** [S.l: s.n.], 1992b.

_____. **Patrimônio ambiental urbano**: do lugar comum ao lugar de todos. Revista CJ Arquitetura, n. 19, p. 45-46, 1978.

MEUCCI, Arthur. **O papel do habitus na teoria do conhecimento**: entre Aristóteles, Descartes, Hume, Kant e Bourdieu. 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) –Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-21052010-115236/pt-br.php>>. Acesso em: 5 out. 2021.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17881&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

MinC. **Regulamento Operativo do Contrato de empréstimo N 1200/OC-BR**. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. (versão set. 2003). Brasília: Programa Monumenta, 2003.

MORA-OSEJO, Luis E.; BORDA, Orlando F. (2006). A superação do Eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 711-720.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza & SOTRATTI, Marcelo (orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017, p. 89-113.

MOTTA, D. M. da; AJARA, C. Configuração da rede urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, jan./jun., p. 7-25, 2001. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813398>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MULS, L.M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. In: **Economia** (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2008.

NOBRE, Eduardo A. C. **Projetos Urbanos Contemporâneos: uma pequena apresentação**. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1, 2010, Rio de Janeiro. Arquitetura, cidade, paisagem e território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010. p. 1-8.

_____. Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: **X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte, 2003.

OEA. **Normas de Quito**. Quito: 1967.

ONU – **Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/posgraduacao/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declara%C3%A7%C3%A3o-da-Confer%C3%Aancia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

ORMINDO, Paulo. La lenta construcción de modelos de intervención en centros históricos americanos. In: **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: Unesco/BID/Ministério de Cultura y Comunicación de Francia e Flacso, 2001.

ORTEGA VALCÁRCEL, José. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. Ciudades: **Rev. del Instituto de Urbanística de la Universidad de Valladolid**, n. 4, p. 33-48, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense: 2010.

PAULA, João Antônio de. História e cultura no pensamento de Celso Furtado. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando (orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Manole/Instituto de Economia UFRJ, 2007, p.263-283.

PEREIRA, Vanessa Maria. **Normas de preservação - estado da Bahia: Diagnóstico de Cachoeira - Projeto 914BRZ4018**. Brasília: DEPAM/IPHAN, 2018.

_____. **São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói**. 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0003-D.pdf>>.

PIRES, Luis Henrique. A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional. In: DOWBOR, Landislaw; POCHMANN, Marcio (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento Local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

PORTAS, Nuno. Interpretaciones del proyecto urbano. In: **Urbanística** 110. Roma, 1990. Disponível em: <<http://www.etsav.upc.es/personals/monclus/cursos2002/portas.htm>>. Acesso em: 12 out. 2021.

POZZOBON, Bruno Cezar. **Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC**. 2016.194 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 p. Tese (Livro Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

RODRÍGUEZ, Octavio. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando (orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Manole/Instituto de Economia UFRJ, 2007, p.3-40.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Organização de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Visões artísticas da cidade e a gênese da paisagem contemporânea. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E PERFORMANCE**, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: Napedra/FFLCH/USP, 2012. ISBN 978-85-7506-211-1. Disponível em: <<http://biosphera21.net.br/E-ARQUIVOS/PUBLICACOES/2013-Euler-Sandeville-AnaisEIAP2012-visoescidad e5b.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2014.

_____. **A cidade- atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218713>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. O retorno do território. In: OSAL : **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliese; REIS, Maria José (Org.). **São Francisco do Sul**: muito além da viagem de Gonville. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei complementar n 12/2019 de 04.12.2019**. Plano Diretor Municipal. São Francisco do Sul: Prefeitura Municipal, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In.: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n.14, p.77-88, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, Landislaw; POCHMANN, Marcio (orgs.). **Políticas para o desenvolvimento Local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. **Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos**. Rede Dlis, 29 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/textos/desenvolvimento-local-marcosconceituais-e-historicos/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SIMAS, Luis Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SMITH, Neil. Gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed.), **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOLÀ-MORALES, M. **De cosas urbanas**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SOMEKH, Nadia. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 17-40.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS NETO, Candido Malta. **Desenvolvimento local e projetos urbanos**. São Paulo, Arqtextos, 059.01ano 05, abril de 2005. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.059/470>>. Acesso em: 21 set. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000. p. 77-116.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TOURINHO, A., & RODRIGUES, M. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, n.22, p.70-91, 2016.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do Colonialismo Mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

United Nations Educational, Scientific, Cultural Organization (UNESCO). **Recomendações de Nairóbi**, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

VAINER, Carlos B. Grandes projetos urbanos: significados e formas de avaliação. In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (orgs.). **Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira**. Porto Alegre: Masquatro, 2013. p.135-166.

_____. Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.75-103.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

MÚSICAS

GIL, Gilberto. Rep. In: GIL, Gilberto. **O sol de Oslo**. Rio de Janeiro: Blue Jackel, 1998. 1 CD. Faixa 8.

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Luiz Fernando de. Entrevista [dez. 2021]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Paulo, 2021. arquivo .MPEG-4 (74 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

BERNARDES, Norma Verginia. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (20 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

BEZERRA, Lúcia Helena de Carvalho. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (44 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

BUDAL, João Batista. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (45 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

CABRAL, Cláudio. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (45 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

CARVALHO, Aldair Nascimento. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. Araquari, 2020. arquivo .wav (211 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

CÉSAR (construtor de embarcações artesanais). Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (10 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GARCIA, Valdete. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (62 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GRUPO DE MORADORAS. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GRUPO DE TURISTAS – CENTRO 1. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (3 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GRUPO DE TURISTAS – CENTRO 2. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (4 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GRUPO DE TURISTAS – PRAIAS 1. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistadora: Letícia Tambellini Cipro. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (3 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GRUPO DE TURISTAS – PRAIAS 2. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistadora: Letícia Tambellini Cipro. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (3 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

MARCOS. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (4 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

NASCIMENTO, Cristiane Rubia. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (24 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

NIZZOLA, Liliane Janine. Entrevista virtual [dez. 2021]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Vicente, 2021. arquivo .MPEG-4 (55 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

PEREIRA, Ângelo. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (165 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

PEREIRA, Vanessa Maria. Entrevista virtual [jun. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Paulo, 2020. arquivo .wma (98 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

SILVA, Roberta. Entrevista virtual [jun. 2020]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Paulo, 2020. arquivo .wma (50 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

TURISTA – PRAIAS 1. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistadora: Letícia Tambellini Cipro. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (3 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

TURISTA – PRAIAS 2. Entrevista [jan. 2020]. Entrevistadora: Letícia Tambellini Cipro. São Francisco do Sul, 2020. arquivo .wav (2 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Entrevista virtual [dez. 2021]. Entrevistador: Diogo Cavallari Bella. São Paulo, 2021. arquivo .MPEG-4 (103 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

LISTA DE FIGURAS

	Balsa de travessia entre Joinville e a área continental de São Francisco do Sul	14-15			
	Praia do Calixto. São Francisco do Sul (SC).	16-17			
	Praia da Bela Vista. São Francisco do Sul (SC).	18-19			
	Orla para a Baía da Babitonga. Centro Histórico. São Francisco do Sul (SC).	27			
	Praia da Enseada. São Francisco do Sul (SC).	56-57			
	Igreja no Bairro do Paulas. São Francisco do Sul (SC).	94-95			
	Centro Histórico. São Francisco do Sul (SC).	136-137			
	Orla requalificada pelo Programa Monumenta. São Francisco do Sul (SC).	292-293			
	Baía da Babitonga. São Francisco do Sul (SC).	306-307			
	Baía da Babitonga. São Francisco do Sul (SC).	308-309			
1	Mercado de Penedo (AL)	130			
2	Largo do Théberge, Icó (CE).	130			
3	Orla fluvial de Cachoeira (BA). Requalificada pelo Programa Monumenta.	130			
4	“Marinebus”: transporte marítimo entre São Francisco do Sul, Joinville e Itapoá.	152			
5	Forte Marechal Luz.	152			
6-7	Praia do Capri.	152			
8-14	Praia de Ubatuba.	152-154			
15	Praia Grande.	155			
16	Parque do Acaraí.	155			
17	Praia do Ervino.	155			
18	Prainha. São Francisco do Sul (SC).	156			
19-22	Evolução histórica de ocupação urbana da porção norte da ilha de São Francisco do Sul. Bairros de Ubatuba, Iperoba e Enseada.	157			
23-26	Evolução histórica de ocupação urbana da porção sul da ilha de São Francisco do Sul. Bairro Praia do Ervino.	158			
27-30	Evolução histórica de ocupação urbana da área central da Ilha de São Francisco do Sul	159			
31	Praia do Calixto.	160			
32	Praia da Figueira.	160			
			33	Praia dos Ingleses.	161
			34-37	Praia do Paulas.	164-171
			38	Praia da Bela Vista. .	172
			39	Praia da Avenida. .	172
			40	Praia do Lixo. .	172
			41	Porto.	173
			42	Rua na subunidade Entorno do Centro.	173
			43	Avenida Barão do Rio Branco.	173
			44	Igreja do centro da Vila da Glória.	180
			45	Trapiche da Vila da Glória.	180
			46-47	Travessia por lancha entre a Vila da Glória e o Centro Histórico.	181
			48	“Paisagem clássica”. Pintura a óleo de Basílio Ferrari, 1911.	182-183
			49	Vila Franca do Campo, Açores, Portugal.	185
			50-53	Sequência de ruas perpendiculares à orla. São Francisco do Sul (SC).	186-187
			54	Rio de Janeiro. A cidade baseada em uma estrutura regular, adaptada ao sítio.	189
			55	Planta de Braga. Portugal.	189
			56	Terminal Marítimo antes da intervenção do Monumenta.	194
			57-58	Terminal Marítimo depois da intervenção do Monumenta.	194
			59	Área externa do Museu do Mar.	195
			60	Espaço interno ao Museu do Mar.	195
			61	Restaurante em área externa ao Museu do Mar.	195
			62	Museu Nacional do Mar.	196-197
			63	Croqui do projeto.	198
			64	Lateral do Museu do Mar antes da intervenção do Monumenta.	199
			65	Lateral do Museu do Mar depois da intervenção do Monumenta.	199
			66	Deck ao lado do Museu do Mar depois da intervenção do Monumenta.	199
			67	Feira de produtos turísticos.	208
			68	Antiga Alfândega.	208
			69-72	Clube XXIV de Janeiro após a intervenção do Monumenta.	208-209
			73	Mercado Municipal antes da intervenção do Monumenta.	210
			74	Mercado Municipal após a intervenção do Monumenta.	210
			75	Antiga configuração da área onde foi implantado o deck.	211
			76-77	Deck implantado pelo Monumenta.	211

78	Croqui do projeto.	212
79-82	Igreja Matriz.	214-215
83	Salvador. Rua portas do Carmo.	215
84	Planta de São Tomé, São tomé e Príncipe.	217
85	Vista aérea da orla do Centro Histórico.	218
86	Vista antiga da orla do Centro Histórico.	218
87	Rua Comandante Cabo.	220
88	Rua Marechal Floriano Peixoto antes da intervenção do Monumenta.	220
89	Rua Marechal Floriano Peixoto depois da intervenção do Monumenta.	220
90	Rua Marechal Floriano Peixoto antes da intervenção do Monumenta.	221
91	Rua Marechal Floriano Peixoto depois da intervenção do Monumenta.	221
92-93	Croqui do projeto. Orla da rua Marechal F. Peixoto.	221-223
94-95	Orla após a intervenção do Monumenta.	224-227
96	Praça Gorressen antes da intervenção do Monumenta.	228
97	Praça Gorressen após execução de trapiche pelo Monumenta.	228
98	Trapiche executado pelo Monumenta.	228
99	Extremo sul da orla antes da intervenção do Monumenta.	229
100-101	Extremo sul da orla depois da intervenção do Monumenta.	229
102	Vista do píer depois da intervenção do Monumenta.	230-231
103	Croqui do projeto do Monumenta.	230-231
104	Vista a partir do píer, depois da intervenção do Monumenta.	232-233
105	Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu histórico.	244
106	Museu Histórico restaurado pelo Monumenta.	244
107-110	Fundos do Museu histórico.	244-245
111	Rua Cel. Carvalho.	246
112	Vista sobre os muros.	246-247
113	Planta de Viana do castelo, Portugal.	247
114	Rua Cel. Carvalho.	247
115-118	Torres da Igreja Matriz e gruas do porto.	248-249
119	Igreja Matriz antiga.	250
120	Antigo edifício dos correios.	250
121	Igreja Matriz atual.	250
122-123	Ruínas da capela São José.	251

124	Acesso ao Parque Ecológico.	251
125	Deck voltado para o porto.	252
126	Deck voltado para a Baía da Babitonga.	252
127	Deck na parte mais alta do Morro do Hospício.	253
128	Ruínas da capela São José.	253
129	Planta do projeto do parque.	253
130	Parque Ecológico.	254-255
131-132	Ruínas no bairro da Pedreira.	256
133	Bairro da Pedreira.	256
134	Vazios urbanos no bairro da Pedreira,	257
135	Ruína no bairro da Pedreira.	257
136-137	Bairro da Pedreira.	258-259
138	Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Campus de Cachoeira (BA).	273
139-141	Imóveis em mal estado de conservação antes da intervenção do Monumenta.	276
142-144	Imóveis privados no Centro Histórico de São Francisco do Sul, recuperados por meio de financiamento pelo Programa Monumenta.	276
145	Terminal Marítimo/Terminal Turístico Naval.	281
146	Uso antigo da Rua da Babitonga: armazenamento de carga do porto.	290
147	Desembarque de passageiros nos trapiches da orla da Babitonga.	291
148	Índigenas vendendo artesanato no Centro Histórico.	292

LISTA DE MAPAS

1	Bairros, Reservas e eixos estruturantes de São Francisco do Sul.	148
2	Unidades de paisagem para compreensão das dinâmicas territoriais municipais.	150
3	Subunidades da unidade de paisagem “Bairros Centrais”.	162
4	Perímetros e eixos estruturantes da área central.	174
5	A intervenção do programa Monumenta, os eixos estruturantes do entorno do Centro Histórico e os perímetros do Monumenta e da subunidade Centro.	192
6	Estado de conservação dos imóveis do Centro Histórico.	260
7	Níveis de proteção das edificações do Centro Histórico.	262

LISTA DE DIAGRAMAS

1	A principal linha estruturante da cidade acompanhando a linha d'água, para onde convergem grande parte das vias.	184
2	A ortogonalidade do traçado adaptada ao sítio.	188
3	A “muralha” e as “portas” da cidade, conformadas pelos morros.	190
4	As “portas” da cidade como pontos de origem das principais vias estruturantes do núcleo antigo e de seu entorno.	191
5	A praça da matriz implantada em local topograficamente dominante e diretamente conectada à “cidade baixa”	216

SIGLAS E ABREVIATURAS

APL - Arranjo Produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FUCISF - Fundação Cultural da Ilha de São Francisco
FUNPATRI - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
GPU - Grande Projeto Urbano
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDDC - London Docklands Development Corporation
MEC - Ministério de Educação e Cultura
MinC - Ministério da Cultura
ONU - Organização das Nações Unidas
PCH - Programa de Cidades Históricas
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCG - Unidade Central de Gerenciamento
UEP - Unidade de Execução de Projeto
UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Univille - Universidade da Região de Joinville
ZOPP - Ziel-Orientierte Projekt Planung

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Roberta Silva	341
Aldair Carvalho	360
Liliane Nizzola	431
Dalmo Vieira	448
Luiz Fernando de Almeida	480
Cláudio Cabral	509
Lúcia Helena de Carvalho Bezerra	522
Norma Verginia Bernardes	559
Valdete Garcia	556
João Batista Budal	567
Cristiane Rubia Nascimento	576
César	586
Marcos	590
Grupo de moradoras	593
Grupo de turistas - Centro - 1	595
Grupo de turistas - Centro - 2	599
Grupo de turistas - Praia - 1	603
Grupo de turistas - Praia - 2	606
Turista - Praia - 1	609
Turista - Praia - 2	611

Entrevista | **Arquiteta Roberta Silva**
Coordenadora da Unidade de Execução de Projeto (UEP) do
programa Monumenta em São Francisco do Sul – 2009-2012
31.01.20

{Roberta} Eu entrei já no final do Programa, já não faltavam mais tantas obras a executar

{Diogo} Que ano que foi?

{Roberta} Eu entrei como coordenadora, durante toda a gestão do Ângelo eu permaneci, eu era coordenadora adjunta, depois eu fiquei na área de projeto de restauro. Foi...eu entrei acho que em 2006, e fiquei se não me engano até 2010, 2011 alguma coisa assim, não sei te dizer bem ao certo

{Diogo} Quais que foram as obras, o que faltava?

{Roberta} Faltava uma pequena parte daquela primeira etapa. Porque o Monumenta em São Francisco foi dividido em duas etapas, né? Uma primeira etapa e a segunda. Eu peguei o final...se participar de projeto mesmo, na primeira etapa eu não participei, eu cheguei lá os projetos já estavam prontos, eu participei só da fiscalização e conferência, enfim, das obras, aí na segunda etapa não, realmente tiveram uma série de projetos que eu participei do desenvolvimento mesmo do projeto. Ai englobava, tu deve ter visto, tanto parte do urbano quanto de arquitetônica mesmo, de edificações

{Diogo} Certo. E daí os projetos, e aí os projetos eram tudo feito dentro da UEP, ou era terceirizado, licitado?

{Roberta} Não...na verdade, algumas coisas eram feitas dentro da UEP e outras eram feitas a licitação, mas a gente priorizava desenvolver dentro do próprio escritório. Foram poucas que foram licitadas pra desenvolvimento externo do projeto. A obra em si, a execução aí sempre era licitação, a gente fazia conferência, medição e liberava os pagamentos mediante as etapas e o nosso atestado de que tava de acordo, né?

{Diogo} E esse projeto, ele era...vocês como UEP ali, vocês tinham total autonomia pra decidir sobre o que era feito, tanto em relação às soluções espaciais quanto em relação aos programas, tipo: no Clube 24 vai ser loja embaixo e não sei o que. Vocês tinham a liberdade ou esses programas, essas definições vinham da Prefeitura, do IPHAN ou do Monumenta nacional, como que funcionava?

{Roberta} Assim, na verdade, essa parte do Clube, por exemplo, eu peguei o projeto pronto, então eu não sei bem te dizer em relação ao Clube

{Diogo} É um exemplo, eu sei

{Roberta} Com relação aos projetos, eles eram discutidos primeiro dentro do nosso escritório técnico, mediante ao levantamento que era feito, o que foi feito, encontros com a própria comunidade, conversas e reuniões com o pessoal da própria comunidade, aí depois era discutido com o pessoal do IPHAN, o pessoal de Monumenta em Brasília pouco interferia nas decisões, eles deixavam mais a critério do escritório técnico junto com o IPHAN, que também no caso de São Francisco, eu acho que até por isso acabou funcionando bem, o escritório técnico ele tinha muita aproximação com o IPHAN, então a gente trabalhava muito em parceria

{Diogo} Como que era essa parceria assim na prática, como que o IPHAN fazia, como que ele ajudava?

{Roberta} Bom, ele ajudava a partir das discussões de como deveria ser feito, o que poderia ser feito junto com os resultados do que a gente colhia dos moradores e do que eles também tinham contato. E aí a gente ia desenvolvendo o projeto e eventualmente, não lembro se semanalmente, mas a gente se encontrava com o pessoal do IPHAN pra eles também opinarem e sugerirem algumas alterações que eles entendiam como melhor resolvido, né? E mesmo na parte de fiscalização de obra, liberação, a gente ia sempre junto com os técnicos do IPHAN

{Diogo} E isso é uma...era uma obrigação disso acontecer, ou era uma coisa informal, vocês se conheciam e...rolou?

{Roberta} Era uma questão profissional mesmo, a gente entendeu que essa era a melhor forma de resolver, já que nós tínhamos que dar o aceite e eles também, a gente entendeu que o melhor era irmos juntos até porque se houvesse algum problema, alguma discordância poderia discutir na hora e resolver o que fazer

{Diogo} Você comentou da participação da comunidade e tal, como que se deu a participação e em quais etapas, quem participou, morador do Centro, de outros bairros, comerciantes?

{Roberta} Moradores do Centro sim, eu não peguei ao certo, quando eu entrei eles já tinham feito. Que eu me lembro de participar da organização do material, é...aí teria que confirmar só com o Ângelo, talvez, que eu me lembre foram feitos vários seminários no início da implantação do Programa

{Diogo} Sim, ele comentou

{Roberta} Onde a comunidade participou ativamente e foi meio que descrevendo o que eles sentiam falta, o que eles achavam necessário ter no Centro, o que eles gostariam que tivesse ou que tinha e hoje em dia não existia mais, o que precisava ser de alguma maneira, né, revisto e a partir disso é que foram montadas as ações, o plano de ação da orla, das principais edificações. Mas eu não participei ativamente, eu entrei depois, só lembro da compilação desses materiais pra gente definir o que seria feito e aí era montada toda uma estratégia de plano de ação a partir de um relatório que era encaminhado pra Brasília pra eles aprovarem e liberarem a verba pra fazer a etapa da solicitação

{Diogo} Quem de morador participou, foi só o pessoal do Centro, outros bairros não interferiram?

{Roberta} Não sei te dizer, com certeza, porque como eu te disse eu não participei. Imagino eu pelo que eu lembre, era o pessoal do Centro, não lembro se foi feito, eu não estive nesse acompanhamento

{Diogo} Das secretarias da Prefeitura quem que participou durante o

processo todo, quem que tava junto?

{Roberta} Tiveram alguns momentos diferentes, porque o Projeto Monumenta, começou na gestão de um prefeito e finalizou na gestão de outro

{Diogo} É, o Odilon foi o que iniciou, né?

{Roberta} O Odilon iniciou, e aí na gestão dele o escritório do Monumenta ele era praticamente autônomo, ele tinha bastante contato direto com o gabinete do prefeito e com a Secretaria de Finanças que era quem nos orientava com relação à questão financeira, né, de pagamentos e liberação de pagamentos. Na gestão do Luís, isso já alterou um pouco, aí já houve um contato mais direto com o pessoal do Planejamento, do município também. Houve uma tentativa dessa aproximação, mas não funcionou muito bem, até porque nós estávamos finalizando já o projeto, não tinha mais muita obra pra realizar, era mesmo de finalização, então acabou não funcionando bem, foi uma tentativa que não funcionou

{Diogo} E no Odilon não tinha...em nenhum deles você falou de Secretaria de Turismo, não tava envolvida?

{Roberta} Então, a gente tinha eventualmente as reuniões de secretariado aí sim era debatido tudo que era feito dentro do Monumenta e aí os outros secretários de todas as áreas, turismo, cultura, planejamento, saúde, enfim...todos acabavam também de alguma maneira contribuindo e discutindo sobre o tema. A gente apresentava o que ia ser feito e de que maneira ia ser feito e eles colocavam o que as secretarias deles estavam trabalhando e no que poderia ser contribuído.

{Diogo} E essas conversas, essa influência das secretarias acabavam influenciando decisivamente o projeto ou era mais um...contar o que foi feito?

{Roberta} Acabavam influenciando no sentido da gente prestar alguma colaboração pra eles, mas assim, como o Projeto Monumenta, as ações do Projeto, elas já eram delimitadas quando a gente mandava

pro Programa Monumenta pra conseguir recurso, a gente mandava já quase que o pacote fechado: essas são as ações e essas são as obras que serão feitas. Então já tinha um escopo do que seria realizado, não dava pra alterar muito, tinha que seguir ali. Mas o que acabava alterando era a forma disso acontecer, por exemplo, a gente tem uma festa, que é a Festilha açoriana lá em Abril e que acabava que a gente prestava apoio junto com o pessoal da Cultura, do Turismo, na organização disso, de maneira a não prejudicar o Centro, a gente acabava fazendo uma série de desenhos, de projeto mesmo pra essas secretarias com o nosso pessoal do Monumenta. Então tudo que acabava envolvendo o Centro Histórico as outras secretarias quando iam promover qualquer ação, mesmo que fosse temporária acabavam consultando a gente ali no Monumenta.

{Diogo} Então dá pra dizer que o escritório técnico bastante autonomia, né?

{Roberta} Tinha bastante autonomia

{Diogo} Certo, do ponto de vista físico do que foi feito, materialmente qual foi a intervenção mais marcante, não só da sua gestão, mas do geral?

{Roberta} A mais marcante, acho que do Museu do Mar, talvez, que é o maior prédio que a gente tem lá e o mais conhecido além da região, né.

{Diogo} Mas o museu ele já existia desde (19)93, né? Ele foi restaurado ali com o Monumenta, né?

{Roberta} Isso ele foi restaurado, o prédio foi adaptado até pra receber umas outras...alguns outros barcos da exposição

{Diogo} Antes do Monumenta você entende que ele não era tão conhecido, não era tão marcante. O que o Monumenta...

{Roberta} Ele acabou impulsionando, por questão...após a obra houveram uma série de eventos que mesmo de parcerias, que o museu conseguiu naquela época que acabou dando uma projeção maior a ele,

eu entendo dessa forma. Havia uma gestão maior que acabava sendo em parceria, tinha um pessoal que era da coordenação do Museu do Mar, que trabalhava junto com o pessoal do IPHAN, que trabalhava com a gente, então havia uma gestão maior. Hoje, se a gente for lá, a gente tem um problema sério no museu. Tá lá sem nenhum apoio, houve uma dificuldade muito grande de se manter

{Diogo} Isso que você falou, o Monumenta deu visibilidade por questões de gestão ou também de marketing, de marketing turístico, divulgado nacionalmente?

{Roberta} Sim, acabou facilitando nesse sentido, com certeza

{Diogo} Como você acha que o Monumenta influenciou o uso dos espaços públicos ali no Centro, das ruas, das praças. Você acha que ele intensificou o uso desses espaços?

{Roberta} Com certeza, foi...isso foi assim..é bem, até hoje, apesar do Programa já ter finalizado a muito tempo, é bem claro. O Centro você deve ter visto algumas imagens de antes do Programa, ele tava bastante degradado, principalmente a questão da Orla que não tinha calçamento, tava muito ruim, parte dele a calçada já não existia mais e acabava que isso não gerava nenhum fluxo local, as pessoas não circulavam por ali, elas passavam de carro no máximo. Hoje se você caminhar por lá, no final da tarde em época de verão, em tempo melhor, é cheio. Inclusive não tem banco pra sentar

{Diogo} E antes você tinha vivência?

{Roberta} Antes não, antes não tinha. As pessoas usavam pouco as praças. A única que era utilizada antes do Monumenta era a praça em torno da igreja matriz porque tinha os pontos de ônibus ali, e aí a Prefeitura Municipal é na frente e a igreja acabava promovendo alguns eventos e as pessoas acabavam usando aquela praça, as outras todas não e hoje em dia a gente vê muito movimento.

{Diogo} Você acha que esse movimento se relaciona mais a moradores ou mais a turistas?

{Roberta} As duas coisas, bastante moradores e alguns turistas. Eu acho também que agora, assim...de um tempo pra cá, depois da revitalização do Centro, houve um aumento de turismo no Centro também. O que antes a gente via os turistas...aliás os turistas mal conheciam o Centro, eles iam direto pras praias e hoje em dia a gente consegue ver um aumento significativo de turismo no Centro Histórico mesmo

{Diogo} Desculpa, eu não perguntei no começo...você mora lá (no Centro Histórico)?

{Roberta} Eu morei até 2011, em 2011 eu vim morar em Joinville e agora eu moro em Joinville

{Diogo} Mas antes disso você cresceu lá também?

{Roberta} Sim, cresci em São Francisco e final de semana, meu pai ainda mora lá, minha irmã e final de semana quase que todos eu vou pra lá, então eu tenho bastante contato ainda com a cidade

{Diogo} Você tem casa onde lá?

{Roberta} Eu tenho casa do centro mas não é no Centro Histórico, é na Marcílio Dias, próximo ao Centro Histórico

{Diogo} Como que foi a questão da concepção dos usos, além do aspecto físico, material. Como que era concebido isso, como era inventado?

{Roberta} Na verdade, não tinha assim...o que foi feito, na verdade, uso em relação às edificações você fala?

{Diogo} É, por exemplo, eu citei o exemplo do Clube e você falou que foi fora, mas da casa de Cultura...como surgiu a ideia, vamos restaurar tal imóvel pra colocar tal uso, essa discussão

{Roberta} Tá, a maior parte dos imóveis a gente fez a restauração a partir de algo que já existia. Tiveram alguns outros imóveis como o Centro Cultural, na época a gente até tentou um outro pra ser o Arquivo Histórico mas acabou não dando certo por conta das

desapropriações, que era algo entendido pelo Programa Monumenta em Brasília como difícil, porque né, em uma desapropriação a gente não tem como prever o tempo que leva, era algo bem complexo que a gente conseguisse aprovação, mas a gente conseguiu. Por exemplo, o Centro de Cultura foi um projeto, as edificações eram selecionadas, as que eram desapropriadas, a partir das que estavam abandonadas no Centro, então, não se conseguia contato com a família e quando conseguia se entendia que tinha uma briga de espólio, né e que gerava um problema e aquilo ia continuar ruindo ali. Então as seleções das que foram desapropriadas foi nesse sentido, que foi a Biblioteca e o Centro Cultural. O uso se viu a partir das necessidades que se levantou na época, o que se entendia que faltava naquele espaço ou que era carente, por exemplo, o Centro Cultural, a partir de várias ações que a gente fez com os artesãos de São Francisco, a gente observou que faltavam espaços para que eles pudessem expor os seus materiais, fazer cursos e enfim, aí se entendeu que a melhor solução era o Centro Cultural, mas era sempre a partir de conversas e estudos com a comunidade, os interessados ali

{Diogo} E essas conversas eram promovidas pela UEP?

{Roberta} Pela UEP

{Diogo} Nesse caso específico da Casa de Cultura, vocês que decidiram o uso com base no que vocês ouviram?

{Roberta} Com base é, a gente chamava grupos ou representantes de algum...seguimento e eles iam sugerindo e a gente ia estudando, dentro do que se entendia aí entrava a questão técnica e profissional de se entender, se funcionaria ou não, o que se esperava disso e aí a gente ia montando o projeto

{Diogo} Como você acha que o Monumenta influenciou a dinâmica de comércio e serviços no Centro?

{Roberta} Então, na época que ele estava atuação ainda acabou tendo uma boa resposta, eu entendo dessa forma. Acabou que as edificações que estavam abandonadas as pessoas foram alugando, enfim e...assim se encontravam poucos imóveis abandonados, o que aconteceu e que

se vê hoje é que a partir de um momento da gestão do Luís, ele optou em tirar uma série de...o que era justamente o que a gente lutou dentro do Monumenta para que não acontecesse, era tirar uma série de atividades importantes do Centro Histórico e levar para a outra parte do centro, que foi a rua Barão do Rio Branco. Então se incentivou que todo o comércio e a parte de serviços ligado ao movimento do dia-a-dia, parte dos serviços da Prefeitura Municipal, os Correios e outras coisas que são do uso do dia-a-dia acabaram sendo levadas pra Barão

{Diogo} Essa retirada de uso do Centro começou mais ou menos em que ano?

{Roberta} Agora eu não sei te dizer, eu não lembro direito mas eu imagino que deve ter sido em 2012, 2013. Alguma coisa nesse sentido

{Diogo} O Monumenta encerrou em 2013 oficialmente

{Roberta} É, em 2013, eu imagino que sim, eu acabei saindo. Eu pedi pra sair e vim pra Joinville mas isso foi em 2011. Entraram dois outros coordenadores mas era pra finalizar duas ou três obras, era pra encerrar mesmo. Depois disso caberia ao município a gestão desse processo, inclusive tem um Fundo de Preservação que eu não sei se alguém comentou

{Diogo} Comentou, comentou

{Roberta} Que deveria ser retornado pro Centro enfim, eu não sei como que tá sendo feita a gestão porque eu não em envolvi mais com isso. Mas eu entendo que o Monumenta na época que ele estava ativo e atuante, conseguiu reverter bastante abandono assim no Centro Histórico, de imóveis

{Diogo} Qual foi o impacto do Monumenta na cabeça das pessoas, principalmente dos moradores, porque os moradores viram o antes e o depois, porque o turista geralmente vê um pedaço só. Qual que foi o impacto pra população, geral, não só do Centro mas do município como um todo?

{Roberta} Eu imagino assim, houve um impacto grande, daí teria que

observar com números, eu não sei te dizer ao certo, mas imagino eu que se você pegar número de visitantes, por exemplo, com certeza no Centro Histórico aumentou, pelo menos eu como moradora eu vejo hoje, indo final de semana pra lá, que tem muito mais gente circulando pelo Centro do que se tinha antes da revitalização do espaço. Então a questão de comércio eu não sei muito bem, por conta desse deslocamento de grande parte dos serviços pra outra área do centro, então não sei como é que ficou e as pessoas que tem comércio lá hoje pensam sobre isso. Os moradores, o que a gente sentiu, por exemplo, quando a gente começou a obra de urbano, que era uma obra que acabava gerando uma série de transtornos porque era uma obra que acabava mexendo em rua então inviabiliza o acesso de morador, eles ficaram incomodados com o Projeto mas quando eles começaram a observar o resultado, eles começaram inclusive a cuidar do que tava acontecendo, então a gente tinha, por exemplo, no início quando a gente começou a colocar o mobiliário lá na orla, a gente tinha muito problema com vandalismo. As pessoas iam lá e quebravam os bancos, roubavam as plantas do jardim e em um determinado momento os próprios moradores ligavam pra gente pra denunciar, indignados, porque imagina a gente tinha acabado de deixar tudo bonito e o pessoal ia lá destruir, onde já se viu. Então assim, acabou que os moradores começaram a se envolver com o projeto, entenderam que aquilo era deles. Então eu acho que isso facilitou muito

{Diogo} O Programa Monumenta, no geral, mas em São Francisco bastante, ele tem, vamos dizer, a balança entre fazer usos para o turista por ser um centro histórico e ao mesmo tempo beneficiar a população local, como você entende esse pêndulo no caso de São Francisco, pra que lado que ele foi?

{Roberta} No caso de São Francisco, eu entendo que foi muito mais pro lado morador local do que do turismo. Porque o que se pretendeu desde o início era organizar o Centro e isso cria as necessidades que se viam em relação aos moradores. Com relação ao turismo o que se tentou incentivar na época foi que o comércio que já existia ou que tava se formando ali é...fizesse curso ou se especializasse pra melhor atender o turista. Isso o próprio Programa Monumenta tinha uma série de ações em relação a isso. Que eram ações à parte, aí entravam tanto ações de educação patrimonial quanto ações de melhoramento

mesmo, de atendimento mesmo do Centro. Mas eu entendo, até como participante dos projetos, que eles eram muito mais no intuito de atender os moradores

{Diogo} Você comentou que procurou atender mais as necessidades dos moradores, quais eram as principais necessidades dos moradores?

{Roberta} Era a questão principalmente do urbano, de calçamento, calçada, as praças que estavam abandonadas, parque infantil que eles solicitaram, tudo isso foi trabalhado e alterado, porque realmente essa parte tava bastante degradada e aí as obras do Mercado Público, que na verdade era o pessoal do próprio município que tinham os box e queriam uma melhoria naquele espaço e acabava juntando ali a questão dos moradores e do turismo também. Porque o turista frequenta bastante o espaço, então nesse sentido de melhoria. Tinha também o programa dos imóveis privados, eu imagino que alguém já tenha te falado, que fazia financiamento à juro 0 pra morador, pra incentivar que ele permanecesse no Centro e conseguisse deixar o seu imóvel em dia, enfim, né.

{Diogo} Legal, você comentou das ações concorrentes também, né? Dos seminários que foram feitos, foi feita a capacitação de pescadores, seminário do patrimônio naval, oficina de artesanato. Quando que foi isso, foi começo, foi na sua gestão?

{Roberta} Foi durante todo o processo, na verdade, assim, eventualmente abriam esses editais pra promover uma série de ações e a gente sempre participava e mandava projetos pra isso, então, assim não foi em algum momento específico, foram em vários momentos

{Diogo} Qual que foi a abrangência assim disso? Participava bastante gente, tinha um impacto? Me conta um pouco mais desse caso, eu ouvi pouco sobre

{Roberta} Na verdade, assim, não tinha uma participação tão abrangente como a gente gostaria. Eram poucos os participantes, infelizmente

{Diogo} Acontecia tudo no Centro Histórico, mesmo?

{Roberta} Tudo no Centro Histórico

{Diogo} Onde que era?

{Roberta} Dependendo da ação era no Museu do Mar, no auditório do Museu do Mar ou no Cineteatro

{Diogo} Como que você entende que o Monumenta incorporou as referências culturais do município, porque é uma questão bastante cara pro IPHAN e sendo uma intervenção que o IPHAN tem um protagonismo grande. Como que elas foram incorporadas ou se foram?

{Roberta} Assim, não sei te dizer ao certo. Eu não lembro de ter participado de nenhuma discussão, pontualmente, em relação a isso. Então assim, era mais trabalhar a questão de projeto arquitetônico mesmo e atender as solicitações. Não tinha muita discussão sobre incorporar as questões. Pelo menos não me lembro assim

{Diogo} O que você acha que faltou no Monumenta, fazendo agora um certo retrospecto com um certo espaçamento de tempo, o que você acredita que poderia ter sido feito melhor? Não só no âmbito da UEP mas talvez no geral

{Roberta} O que eu acho que poderia ter sido melhor, talvez, a forma de desenvolvimento de projetos. Porque assim, na época que eu entrei no Monumenta eu tinha recém feito um curso de pós-graduação de projetos de restauro e eu acabei indo a minha vida toda pra essa área de restauro e eu lembro que um questionamento que eu tinha muito lá era quanto à qualidade do projeto mesmo, aí já entra uma discussão bem de arquiteto mesmo, de arquitetura, que é da qualidade de um projeto de restauro de fato, que na maior parte das vezes os projetos pendiam quase pra uma reforma e não para um projeto de restauração. E isso me incomodava um pouco e eu acho poderia ter sido melhor explorado, até pra qualidade e resultado dos projetos propostos, e eu acho que principalmente, eu acho que da gestão futura disso que ficou muito em aberto e acabou se perdendo, não se viu mais nenhuma ação em relação ao Centro Histórico, o que deveria

ser feito com relação ao Fundo, de ter um gerenciamento. A gente eu lembro que na época, um pouco antes, quando a gente viu que ia finalizar o Programa a gente tentou junto ao prefeito criar uma secretaria ou uma fundação

{Diogo} Algum instituto

{Roberta} Algum instituto, alguma coisa que desse continuação ao trabalho, não houve essa possibilidade e aí a sensação que eu tive é que ficou tudo meio largado, hoje em dia eu não sei quem gerencia e nem de que forma gerencia

{Diogo} Você imaginou que isso fosse uma incumbência da Prefeitura?

{Roberta} Sim

{Diogo} Seria esse fundo...essa fundação ou instituto atrelado

{Roberta} Exatamente, porque na verdade, assim, a gente sabia desde o início que o Programa Monumenta teria um fim, ele nunca foi feito pra durar eternamente. Então a gente sabia que era executar as obras, ele dava um grande recurso, esse fundo era o retorno, né, de todos os recursos investidos, nos imóveis privados, nas obras que teriam algum tipo de recurso de volta como parte de ingresso de museu, enfim, e deveria voltar pra esse fundo e ser administrado dando continuidade nessas ações de obra junto à comunidade e junto às necessidades do espaço e eu pelo menos não vi isso ser feito depois. O que se vê hoje é que eventualmente estão pintando ou tapando algum buraco em algum imóvel, mas não um planejamento que tinha na época do Monumenta de ações conjuntas pra impulsionar o uso, seja pelo morador ou pelo turista. Acho que essa é...eu fico bastante chateada

{Diogo} Acaba comprometendo

{Roberta} Eu gostaria que continuasse, né

{Diogo} Foi uma boa experiência, né? De certa forma, inédita

{Roberta} Foi um divisor de águas assim, porque o Centro voltou a ter uma dinâmica maior depois do Programa assim

{Diogo} Aquela parte mais perto do porto onde até tem menos interesse arquitetônico do ponto de vista do patrimônio, inclusive imóveis com categorias de tombamento mais flexíveis ou até imóveis inadequados. Lá tem muita coisa em ruína, é comum os moradores e comerciantes, quando eu pergunto qual que é a área menos interessante do Centro eles sempre colocam lá como meio perigoso, tá tudo caindo. O que o Monumenta fez lá ou poderia ter feito? Já que a gente tá falando de possibilidades que não aconteceram

{Roberta} Na verdade, imagino eu que já nessa primeira etapa que eu peguei já em execução, eu não sei porque que não foi proposta nenhuma ação lá. Eu lembro que a única ação que tinha para aquela região, era um trapiche que era pra ser feito numa área passando o Museu do Mar. Basicamente o que se elegeu quando eu entrei e se você pegar os documentos você com certeza vai ler ou vai perceber isso no mapa, se elegeu quase que um percurso de “museu a museu” que era chamado, então se entendeu que se trabalharia do Museu do Mar ao Museu Histórico, tinha inclusive, o Museu Histórico nem fazia parte da área de tombamento mas foi incluído, justamente pra criar esse percurso de um museu ao outro e essa região que chega perto ao porto ela tá depois do Museu do Mar e acabou ficando sem ação. Eu não sei te dizer ao certo porque foi entendido que era de museu a museu, eu lembro que tinha só essa obra desse trapiche que acabou não acontecendo porque a gente teve uma dificuldade imensa na época pra conseguir aprovação com os órgãos ambientais. Porque era uma área de mangue e teve toda uma problemática e a gente acabou deixando de lado porque senão a gente ia perder o recurso

{Diogo} Da onde sairia esse trapiche? Ali daquela pracinha deck, que existe hoje, ou depois ainda daquilo, mais perto daquela casinha da Colônia dos Pescadores?

{Roberta} Virando o Museu do Mar tem um deck, né? Um pouco mais pra frente ainda, é bem no final da rua, porque passando o deck tu é obrigado a virar à esquerda, indo do museu pra área portuária

{Diogo} Isso, é obrigado a virar à direita?

{Roberta} É, então, no final daquela rua teria um trapiche

{Diogo} É uma rua sem saída né?

{Roberta} Exatamente, bem ali. Só que aquilo ali é uma área de mangue e a gente teve uma série de problemas em relação ao meio ambiente e a gente acabou desmembrando os trapiches e decks e aí o que foi aprovado foi aquele deck do lado do museu

{Diogo} E ali seria um deck suspenso, de madeira

{Roberta} Sim, igual...do mesmo molde dos outros que foram feitos, né?

{Diogo} Você entende que essa desaprovação tinha sentido?

{Roberta} Não, foi bem...até hoje a gente não entendeu. Teve um problema com nomenclatura porque eles questionavam o que era deck, o que era trapiche, enfim, ficou essa conversa toda. No meu entendimento só o trapiche mesmo que tivesse sido liberado também não ia trazer grandes melhorias pra área, acho que não ia influenciar muito na dinâmica ali. Agora porque que aquela área não entrou como ações eu não sei te dizer, mas realmente ela ficou meio que excluída ali e até hoje é assim, né? No final de semana eu sempre corro e caminho por ali e é uma área que eu não gosto de passar

{Diogo} Essa é a frase mais recorrente, “a área que eu não gosto de passar”

{Roberta} E é real, eu tenho esse receio, eu só passo por ali se for de dia, a noite eu já não passo

{Diogo} Essa questão de “museu a museu”, provavelmente...

{Roberta} Eu acho que é porque eram os dois pontos principais, né, imagino eu, da área central, que eram o Museu Histórico e Museu do Mar

{Diogo} E a fachada da orla, né, que é o que tem mais destaque no tombamento

{Roberta} Sim, porque o tombamento é, ele foi feito a partir disso, da paisagem que se tem do mar ali da baía. Então aquela área da orla é a mais importante, São Francisco foi tombado pela paisagem

{Diogo} Agora essa vista do mar, quem que tem essa vista do mar? Em que medida que as pessoas conseguem desfrutar dessa vista?

{Roberta} Pois é, consegue em certos pontos, dependendo da perspectiva que se está no centro. Por exemplo, se você tá na perspectiva do trapiche da Praça Gersein do casarão amarelo que tem de esquina na orla, você consegue ter uma visual interessante de parte da orla do...olhando pro Clube 24, por exemplo, e vice versa, do trapiche do Clube você tem toda aquela visual e mesmo do calçadão que foi criado atrás, ali próximo à capitania, a gente consegue ter um pouco dessas perspectivas de vista do mar, digamos, mas total não, aí só realmente de barco

{Diogo} Os trapiches ajudam, você ir até o fim deles

{Roberta} Sim, a gente consegue ter umas perspectivas interessantes

{Diogo} Deixa eu fazer umas perguntas mais pra você como moradora, como é que é a dinâmica de emprego e estudo na cidade, principalmente pros jovens, a maioria consegue ficar lá ou tem vontade de ficar ou tem vontade de ficar e não consegue, vai pra outras cidades maiores?

{Roberta} Eu entendo assim, não vejo como muito fácil, mas aí é uma problemática de cidade pequena mesmo, não se tem grandes oportunidades. São Francisco tem assim...o ponto forte financeiro da cidade é relacionado à área portuária, pra quem atua nessa área financeira, de gestão portuária consegue emprego fácil porque realmente as empresas são grandes e tem, agora quem é de outras áreas é difícil, fica muito em função de emprego político, enfim. É bem típico de cidade pequena, não é diferente de nenhum outro lugar.

Eu fui uma que fiquei lá um tempo e depois fui embora porque se eu continuasse lá não tinha possibilidade de crescimento profissional

{Diogo} Eu sou de cidade pequena e eu também passei por isso

{Roberta} Eu acho que todas, imagino eu, pelo conhecimento que a gente tem a mesma dinâmica

{Diogo} Eu quando eu cheguei lá em São Francisco eu cheguei de barco, eu queria chegar justamente no Centro e teve que fazer uma pesquisinha brava, como é que faz pra chegar de barco lá no Centro? Eu peguei e saí do aeroporto, peguei um uber até a Vila da Glória, eu cheguei no sábado, tinham só duas balsas e eu cheguei na hora do almoço e aí eu combinei com um barqueiro e o barqueiro não me respondia. Eu almocei lá e consegui um barqueiro meio que na hora que eu queria. Seria justamente a paisagem que o IPHAN e o Monumenta buscou valorizar mais. Eu vi que antigamente, uns anos atrás tinha um transporte direto de Joinville, qual que é a percepção que você tem ou que o morador tem sobre o transporte aquático, se isso seria uma solução pra lá, tanto em relação à Joinville quanto à vila da Glória ou entre bairros da própria ilha

{Roberta} Eu não sei te explicar ao certo o porquê isso acontece, aí você ia ter que falar com quem gerencia, mas já foram feitas algumas tentativas com relação à implementação desse transporte, né? E não sei te dizer porque a coisa nunca foi pra frente. Há não muito tempo eles fizeram um transporte que ia ser direto de Joinville pra lá

{Diogo} O Marine bus

{Roberta} Isso, que funcionou um tempo muito pequeno e depois ele não funcionou mais. Antigamente eu lembro que o ferry boat que você pegou lá, provavelmente da Vila e viu lá que tinha só duas balsas, ele era muito mais utilizado tinham vários horários e hoje em dia já não se tem tanto. Também não sei te dizer se tem algum outro transporte, também como eu não utilizo não sei te dizer, porque que funciona ou não funciona

{Diogo} Mas você acha que se funcionasse bem as pessoas usariam?

O que você como moradora sente, turista ou morador ali da área continental

{Roberta} Eu acho que sim, porque, por exemplo, a gente tem turismo principalmente, porque a gente tem o Barco Príncipe que faz esse passeio de Joinville e sempre é muito cheio, sempre tem muito turista que chega com o barco assim, principalmente em finais de semana. De repente a gente tá andando no Centro e chega um monte de turista que tá passeando com o barco. Agora, porque que não tem isso mais ativamente eu não sei te dizer. Morador eu já acho mais difícil, porque apesar da estrada ser péssima até São Francisco, acaba que a gente tá hoje em dia a pegar o carro e ir mesmo e não o mar

{Diogo} É que o pessoal reclamou bastante do trânsito da estrada

{Roberta} Sim, é um horror. Dependendo da época, hoje se eu fosse ai pra São Francisco, se eu saísse agora eu ia levar no mínimo 2h30 pra chegar em São Francisco, trajeto que é 40 minutos. E domingo quando eu vou, no domingo eu tenho que sair 12h no máximo, porque se eu sair depois em época de novembro até março mais ou menos, se eu sair depois eu vou levar 3, 4, 6 horas até

{Diogo} O pessoal que participou do Monumenta em si, fala bastante da centralidade do Dalmo, o articulador nesse momento inicial que conseguiu escrever e mesmo a atuação em relação ao projeto, à solução de projeto inicial, onde intervir. É isso mesmo que você sente?

{Roberta} O Dalmo sempre foi um super apaixonado por São Francisco e meio que levou tudo no colo, era a grande paixão dele que a coisa funcionasse. Então ele sempre que era preciso tava a frente, articulando as ações e ajudando no que fosse possível pra que as coisas acontecessem de fato e como ele tem um grande conhecimento profissional e um grande contato porque ele gerenciava o Monumenta em Brasília, ele conseguia fazer várias articulações que facilitaram o processo pra gente. E claro, também, até como profissional, ele é arquiteto da área de patrimônio e ele tem uma experiência vasta e também sugeriu uma série de ações mas tudo era discutido, né, e entendido se valia à pena ou não. Nunca foi no sentido impositor mas

no sentido de colaboração mesmo. Sem dúvida ele tem um grande papel

{Diogo} Isso não só no começo mas na sua gestão também a participação dele?

{Roberta} Em todas, depois que eu saí eu vi algumas ações acontecendo e ele tava sempre lá. Agora pouco teve a inauguração de uma maquete do Centro Histórico no Museu do Mar e ele tava lá junto. Ele é sempre um grande apoiador das coisas de São Francisco

Entrevista | **Aldair Carvalho**
Ex-Presidente da Fundação Cultural da Ilha de São Francisco (FUCISF)
17.01.20

{Aldair} “São Chico” tem uma coisa que foi isso assim...foi uma...eu acho que quando se pensou na coisa do patrimônio de “São Chico” se pensou exatamente nessa...no olhar do Dalmo, muito particular, mas era alguma coisa que tinha a ver com essa coisa de revitalizar a cidade de alguma maneira, na tentativa de mexer com a cidade de um jeito diferente do que se mexia por aí. Até porque eu acho que se fosse uma coisa muito pontual em cima de alguns imóveis, eu acho que algumas das experiências de “São Chico” foram frustrantes. Eu acho que se cometeram alguns erros no início do processo. Eu acompanhei o processo durante dois momentos, três momentos. Primeiro como expectador, aquela coisa da presença do IPHAN e tudo mais, depois eu atuei com perito do MPF em patrimônio cultural, então eu fiz algumas perícias em relação à questão da abordagem do patrimônio cultural, não só em São Francisco do Sul mas na região toda aqui, mas pontualmente em São Francisco do sul, que tinha um aporte financeiro bastante considerável, na época. Teve um acompanhamento pontual quanto a isso. Depois (participei) como gestor de São Francisco. Eu peguei o final do Monumenta até a transição.

{Diogo} Foi de que ano?

{Aldair} Foi de 2009 até 2018, fiquei até o final de 2018

{Diogo} Entendi, foi a partir da saída do Ângelo (Pereira, coordenador da UEP de 2002 a 2009)?

{Aldair} Foi, eu acompanhei o processo da saída do Ângelo da secretaria e aí depois teve a intenção de que...a Fundação Cultural de São Francisco, ela era... como eu posso explicar? Enfim, não diferente...É importante dizer isso pra você se localizar onde nós estamos

{Diogo} E qual é o papel da Fundação no Monumenta...

{Aldair} Em Santa Catarina teve um governador que focou muito, ele criou, Luís Henrique da Silveira (governador), ele conseguiu fazer uma coisa bem interessante aqui que foi uma tríplice-aliança. Ele juntou situação e oposição em um governo, eu não gosto muito até porque mata a oposição, mas achei interessante o formato

{Diogo} Sim...

{Aldair} E aí acaba com a democracia, coloca todo mundo na mesma panela. E aí, ele criou uma coisa que era a Secretaria de Lazer, Organização de Lazer, que era SOL, Secretaria de Organização do Lazer. E ele colocou Secretaria de Turismo, de Cultura e de Esporte dentro dessa SOL. O pessoal da cultura dizer que “o Sol nasce para todos” e aí, porque eu tô te dizendo isso? Para você entender qual que era lógica do pensamento. Ele (governador) fez um *boom* no investimento para o turismo. Santa Catarina sempre teve uma vocação interessante pra turismo, mas ele focou na ferramenta de venda do produto, como eu posso te explicar? no mecanismo de venda, ele não focou no produto, que era o turismo. E aí, todas as gestões ao longo dos municípios ficaram sabendo do litoral, aqui, e eles começaram a juntar as Secretarias de Cultura e Turismo.

{Diogo} Todo mundo que tava alinhado com o Governador, né?

{Aldair} É, mas mesmo quem não estava alinhado. Até porque como ele focou o investimento dos recursos da SOL, as pessoas deixaram de lado (as diferenças). Então, nós tivemos em um momento anterior ao Luís Henrique, na década de 1980, a tentativa de manejar no Brasil inteiro, que era a tentativa de se estabelecer a Fundação Cultural como um órgão de captação de recursos. Isso foi fortalecido no governo do Collor, quando o Collor quebra o Ministério da Cultura, mata o Ministério da Cultura e de alguma forma o IPHAN se mantém como autarquia e de alguma forma isso foi um recado para os municípios criarem suas fundações culturais

{Diogo} Foi nessa época que foi criado...de (19)93...

{Aldair} Na verdade, de (19)87/ (19)88 a (19)93, a grande maioria das fundações foram criadas, até (19)95/ (19)96, por aí. E em Santa

Catarina, quando o Luís Henrique assume, ele pega essas secretarias autônomas e joga dentro como um apêndice do turismo, São Francisco não foi diferente. O turismo assumiu a gestão da cultura, de maneira geral. E aí, começou-se a produzir uma coisa que era a cultura à serviço do turismo, não a cultura à serviço da população e da sociedade. E aí, pronto, fodeu com tudo, assim, geral. As coisas começaram a virar efêmeras, tudo era espetáculo. E aí, é um movimento que o Brasil passou...eu tenho 23 anos de gestão, eu só estou esse ano agora fora da gestão direta

{Diogo} Da presidência?

{Aldair} Sim. Mas eu fiquei 20 anos ou como presidente da Fundação AQUI de Araquari ou como presidente da Fundação Cultural de São Francisco ou como Secretário da Educação, então eu fiquei nesses últimos 23 anos, eu não fiz outra coisa

{Diogo} Você foi secretário do Odilon?

{Aldair} Não, eu fui secretário aqui em Araquari. Na época da Fundação Cultural eu estruturei a Fundação Cultural aqui em Araquari, aí virou um “casezinho” de sucesso. Porque Araquari é uma cidade muito...o orçamento de Araquari na época que eu saí daqui e fui trabalhar em São Francisco, eu saí daqui em um dia e comecei no outro lá, o orçamento da administração lá era maior que o daqui. Então é uma coisa bem melhor, mas a estrutura da Fundação Cultural aqui era uma coisa bem interessante e aí isso fez com que eu fosse pra lá (São Francisco). E aí, só pra te contextualizar, nesse período quando o Luís Henrique assume o governo do Estado ele faz esse monte e coincide com a década de (19)90 e a instalação do Monumenta, que de alguma forma, veio com a pegada também de potencializar a cidade para buscar uma outra fonte que seria o turismo. Entretanto, as pessoas confundiram as coisas.

{Diogo} O Monumenta ele foi formulado no segunda (mandato) do FHC, (19)98/(19)99...

{Aldair} É, foi assinado no final (do mandato) e quem fez a implantação foi o Lula

{Diogo} É, porque tudo que a gente ouve na prática já se refere ao governo do Lula

{Aldair} É, mas o pensamento, o conceito, a ideia do que se queria com o Monumenta veio sendo formatado ao longo de muitos anos. Foi o Fernando Henrique que sacramentou o convênio com a UNESCO e todo aquele movimento que a UNESCO já vinha fazendo na tentativa de conciliar o movimento sustentável, econômico com o patrimônio cultural. Então ele (o Monumenta) veio nessa linguagem, ele veio em uma linguagem de fazer junção das duas coisas, você tem um produto qualificado e aí vai buscar outra fonte que não vá degradar o produto, e ele se consolida como um mecanismo de captação. A vinda e a instalação do Monumenta para São Francisco se dá nesse pacote, quer dizer, se precisava de um lugar que tivesse uma fonte econômica, que no caso era o porto com a estrutura lá em um estado que tivesse uma vocação para o turismo. Foi um movimento muito político, muito articulado então o Dalmo, Dalmo Vieira, você conhece?

{Diogo} Não pessoalmente, só de ouvir falar muito muito

{Aldair} O Dalmo tem um pró e um contra. Eu gosto muito do Dalmo porque ele tinha uma coisa de um pensamento fora da caixinha. Entretanto, o Dalmo tratou a São Francisco como se fosse dele, em algum momento ele se perdeu nisso. E as pessoas assim... em Brasília e tudo o mais estavam com ciúme de Santa Catarina e o Dalmo sempre foi muito articulado politicamente, então ele conseguiu agregar isso, ele conseguiu juntar. Teve um movimento social-político da época, teve a intenção política no sentido do estado e do município, teve o apelo que é o Centro Histórico com essa capacidade toda, ambiental e tudo mais, e teve a articulação com um articulador ali no meio

{Diogo} Que era o Dalmo, né?

{Aldair} Era o Dalmo. Aí o que acontece, ele fez todo esse movimento. Ele fez esse movimento e como eu posso dizer? Foi um movimento político de articulação. Foi muito interessante. Ele juntou

uma coisa com outro e conseguiu se instalar, conseguiu fazer esse movimento. Foi um movimento interessante para a cidade mas ele foi mal conduzido, a instalação dele foi mal conduzida, então o Dalmo teve um respeito muito grande dentro de São Francisco, ele ainda tem. As pessoas chamam ele de “Professor Dalmo”, é uma coisa muito carinho para ele. Ele sempre foi muito polido pra sair das enrascadas todas e tudo mais. Só que a condução do Programa Monumenta, eu tenho uma crítica e eu fiz a crítica para ele (Dalmo) pessoalmente, a condução do Ângelo dentro do Monumenta em São Francisco foi muito horrível, assim foi uma coisa...porque São Francisco é uma coisa muito interessante que é, como toda cidade muito monárquica, vamos pensar assim, que se enquadra nesse padrão ou tu tá fora, tá expurgado literalmente. Então o que aconteceu em São Francisco foi exatamente isso: as pessoas pegaram aquele pacotinho pronto do Monumenta e focaram no objeto

{Diogo} Material?

{Aldair} Material. Só no objeto material, não que isso não fosse importante, claro que era importante, mas eles focaram só naquilo. Eles não fizeram, se bem que havia um edital, um edital não, um processo que corria paralelo ao Monumenta, que eram as atividades concorrentes, em São Francisco uma das atividades concorrentes que fizeram foi o calendário, uma coisa ridícula que além de não ter lógica não tinha proposta. Eu penso que a proposta era muito frágil, a ideia...a proposta era muito frágil. O que aconteceu com a história dessa implantação foi quando o Ângelo assumiu o Monumenta, já no início do Monumenta ele ficou só como um fiscal, eu chamava ele de “delegado do quarteirão”. Porque ele cuidava do quarteirão e tudo mundo tinha que pedir a benção pra ele.

Ele suprimiu o poder do IPHAN. O IPHAN tava ali mas não tinha grande coisa e o programa que era pra ser institucionalizado dentro da estrutura da prefeitura com o passar do tempo, aquilo tinha que ser gradual e aos poucos ir se institucionalizando. Ele (Ângelo) criou um monstrinho fora, como delegado do quarteirão, literalmente.

{Diogo} E como poderia ter sido institucionalizado? Porque eu falei com o Ângelo ontem e eu perguntei pra ele “O UEP poderia ter continuado, ter sido incorporado pela prefeitura?”, eu fiz justamente

essa pergunta. Ai ele falou “ A nossa vontade era transformar em um Instituto de Planejamento”. E como que isso poderia ter sido institucionalizado?

{Aldair} Então, qual foi a minha intenção quando eu cheguei na prefeitura, minha crítica foi isso. Baseado em dados que eu tinha levantado quando eu estava no Ministério Público tanto da observação de quando tive experiência de gestão em cultura. Eu tive um experiência de gestão da área da cultura que era diferente de fazer gestão de projetos saídos da cabeça de um engenheiro, porque era mais ou menos isso. Porque o IPHAN era uma instituição de arquitetos e engenheiro, mais engenheiros que arquitetos em algum momento.

{Diogo} O escritório local, você diz?

{Aldair} Tudo, o IPHAN inteiro. Agora que o IPHAN abriu as portas, nos últimos 10/15 anos que o IPHAN tecnicamente deu uma quebrada naquela empáfia de arquitetos e engenheiros que tem no IPHAN. E eu acredito que foi depois dessa abertura do olhar sobre o patrimônio imaterial, das relações, da interface dos movimentos culturais, tudo isso eu acho que isso fez com que eles dessem...

{Diogo} Por que já vem faz tempo...desde o Aluizio Magalhães já se fala...

{Aldair} Eu acho que foi uma proteção que a própria instituição fez, tanto é que ele tá ai 83 anos comemorando com sucesso e com êxito, mais acerto do que erro. Tanto é que eu acho que como é uma instituição muito ligada a área social assim, acho ele conseguiu perceber, as gestões do IPHAN conseguiram perceber aquela coisa do intelectual e decidiram andar um pouquinho pra lá e um pouquinho pra cá e manter todo mundo dentro de uma elite sustentável. O IPHAN sempre teve essa coisa, que eu digo que o IPHAN é uma aristocracia dentro da república, sabe? Eu vejo...mas enfim, essa é uma observação minha, muito particular. Quando a gente chega e eles começam...eu tenho uma instituição que vem com essa pegada, um conjunto arquitetônico que precisava imediatamente de um processo de revitalização e de restauro em alguns casos, uma sociedade que

estava precisando olhar o conjunto arquitetônico como um potencial econômico. Então de fato eles tiveram uma pegada interessante. Onde eu acho que teve erro? Foi nessa impossibilidade de gestão partilhada que o IPHAN deveria ter feito. Eu vejo que nós perdemos muito mais do que ganhamos em São Francisco no sentido de que nós poderíamos ter potencializado o uso daquele espaço. Se você for no Museu do Mar hoje e pegar qualquer cidadão de São Francisco e levar dentro do Museu do Mar, as pessoas vão ignorar solenemente a vela do catamarã lá, ignorar e vão olhar pra cima e vão dizer “Esse prédio era da época...nossa isso aqui é muito legal”. As pessoas vão falar do prédio.

{Diogo} Você acha que o acervo tá descolado da cidade?

{Aldair} Tá descolado, da cidade tá descolado. Eu não tenho dúvida alguma quanto isso. Não tá descolado pra quem chegou agora, pra quem chegou depois, mas a cidade em si, não olha o Museu do Mar, claro que os mais jovens agora olham, porque já tá lá a bastante tempo, pelo menos vinte anos. Ele (jovem) chega lá e vê o museu, aquilo é referência dele agora. Mas o museu vai levar mais uns 20 anos para as pessoas olharem e dizerem de fato que aquele é o Museu Nacional do Mar.

{Diogo} Isso apesar de São Francisco ter um caráter portuário-náutico forte?

{Aldair} Não tem a ver, entra no museu e procura uma embarcação da Baía da Babitonga, você já achou? não tem. Eu propus colocar uma batera, que é a embarcação mais comum que tem aqui na baía, você sabe o que é uma batera?

{Diogo} Sei, sei

{Aldair} Eu propus colocar uma batera dentro do museu, o Dalmo disse assim “veja bem, é uma embarcação simples que não tem importância” e eu disse assim “Não tem importância em que sentido? Esteticamente ela não tem importância? E a importância simbólica pra baía?”. As pessoas não se veem dentro do museu. O Museu do Mar é o Museu Nacional do Mar e das embarcações do Brasil inteiro

menos da baía da Babitonga. Você tá instalado na baía e não tem uma batera no museu, é pra foder. Mas ai tem a tentativa, “nós temos uma baleeira de Florianópolis”, mas não é daqui. São Francisco do Sul tem Curitiba como capital e não Florianópolis, nós temos uma linha de ônibus de São Francisco para Curitiba e não temos para Florianópolis. Nós temos uma relação que ela tem uma ruptura.

Então, o que era necessário naquele momento de implantação do Monumenta? Ter uma ação integrada de educação patrimonial mas não é de falar do objeto, é de sentir o objeto, de perceber o objeto. O que aconteceu com o Ângelo? O Ângelo é um arquiteto que tem as suas limitações na observação do que é uma referência cultural, ele tá focado, eu nem acho que ele seja tão bom engenheiro. Ele é um bom mestre de obras, eu gosto dele como mestre de obra, ele tem uma noção de obra. Ele não pensou e ai foi dado a ele, eu não estou falando dele porque eu queira maltratá-lo, eu trabalhei com ele, mas eu digo que ele assumiu sozinho o risco do acerto ou do erro. Ele não compartilhou com ninguém, então ele tem que levar pau.

{Diogo} Ele fala inclusive isso, ele assume

{Aldair} Quando acontece isso, o IPHAN não consegue administrar essa configuração e ai a prefeitura se encolhe e deixa ele (Ângelo) tocar o que tem que ser feito, isso foi bom e ruim. Foi bom porque conseguiram tocar bastante obras e foi ruim porque deslocou a função pública da Fundação Cultural. Ai eu vou te responder agora: onde entraria o Monumenta? O Monumenta deveria ter entrado na função primordial da Fundação Cultural. A Fundação Cultural deveria ter, como foi feito...eu fiz uma reforma iniciativa pensando nisso, criar, dividir ela em duas áreas de patrimônio uma de patrimônio material e imaterial e outra de difusão, alinhadas e isso ser incorporado. Porque se você cria um Instituto de Planejamento numa estrutura como é São Francisco do Sul, você vai sucumbir porque o Instituto de Planejamento não pode dar conta só do Centro Histórico, porque a cidade é muito maior que o centro da cidade.

{Diogo} Sim, eu até perguntei pra ele (Ângelo), eu falei “Mas o Instituto de Planejamento nesse caso seria para o município inteiro?” “ele falou “Sim, mas como seria a equipe que trabalhou no Centro Histórico naturalmente ...”

{Aldair} Mas não funciona, funciona enquanto eu estou lá? Não. Então o que a gente pensou, a gente pensou em fazer essa estruturação, mas quando eu chego em São Francisco tem essa coisa muito doida que é: primeiro eu vou pra lá com olhar de patrimônio, segundo que a minha primeira tentativa é desmontar a Fundação Cultural, acabar com aquela estrutura, porque aquela estrutura estava à serviço do turismo e não da cultura. Desmontamos a estrutura e remontamos ela. Eu brinco que quando eu cheguei lá, a Fundação Cultural servia para carregar o boneco gigante do carnaval, fazer uma pracinha de papai Noel, uma pracinha de coelhinho da páscoa e eu odiava aquilo. Então a primeira coisa que eu fiz foi não botar o dedo na “coisa do natal” e acabar com a praça do coelhinho, queriam me matar e eu disse “calma, vamos fazer com que as pessoas usem o espaço” e aí a gente começou um movimento contrário. Abrimos uma Casa de Cultura lá na Enseada para puxar um diálogo com as pessoas e dizer que elas não vão a São Francisco e sim estão em São Francisco, que é interessante. Eu gosto dessa coisa do Bairro mais eu gosto que as pessoas se sintam que estão dentro do território.

Então começamos a discutir essa coisa do território e aí o Monumenta tava numa fase terrível, que o daí o Ângelo ficou do governo do Odilon para o Governo do Luizera. Mas aí ele achou que ia ficar no governo do Luizera, ele achou que ele ia continuar fazendo daquela forma mas aí o Luís deu um ar pra cabeça e disse “ Eu não queria isso aqui, eu queria mudar um pouco”. Porque o Monumenta entrava na casa das pessoas e proibia, eles diziam o que podia ou não podia, ele proibiu botar roupa na janela no Centro Histórico, isso é ridículo porque as pessoas moram ali.

{Diogo} Mas não tinha nenhum efeito legal?

{Aldair} Não tinha

{Diogo} Era informal, né? Coisa de Bairro?

{Aldair} É, mas ele entrava na casa dos outros e dizia, era constrangedor. Era uma coisa constrangedora e essa postura constrangedora da prefeitura começou a surtir efeito, por isso que eu digo que ele (Ângelo) era um delegado de quarteirão. As pessoas a

ficavam com receio, quem queria ter algum benefício e passar pelo crivo do Ângelo lá na UEP tinha que se condicionar às regras dadas. Ficou aquela história, havia uma fiscalização muito agressiva e não havia...havia uma conversa, claro que não era todo mundo, mas havia uma distorção entre o que era de fato patrimônio e porque abordar aquela temática e como aquilo ia influenciar no contexto geral. Foi dada uma responsabilidade e aí foi tentado fazer o Fundo de Preservação do Patrimônio e quando se pensou em fazer o FUNPATRI

{Diogo} Que é o pré-requisito do Monumenta?

{Aldair} Que é o pré-requisito, quando se pensou em fazer a formatação do FUNPATRI se escolheu, não se dialogou. Tanto que as pessoas...poucas sabem o que é o FUNPATRI, a gente fez algumas abordagens, algumas discussões sobre o FUNPATRI agora, porque as pessoas não sabiam nem o que que era, tanto que ficou anos...têm até hoje recurso em conta. Os únicos que usaram alguma parte do recurso, fomos nós que usamos para comprar uma parte do acervo do Museu de Arte Sacra, alguma coisa para a biblioteca e só. O que aconteceu com essa soma toda? Teve todo esse processo de transição, o Ângelo assumiu essa função a UEP era comandada dessa forma, tinham umas coisas que não eram legais, a forma como foi conduzida e o IPHAN como contrapartida tentou retomar e criou-se um inferninho porque o prefeito não recebia o pessoal de IPHAN

{Diogo} Qual prefeito?

{Aldair} Os dois, tanto o Odilon quanto o Luizera. O Dalmo era outra coisa, era como se ele fosse um padrinho fora. Quando ele vinha com o IPHAN, ele geralmente não chegava com o IPHAN, ele chegava como um amigo de casa. Então ele tinha essa abordagem mas ele não conseguia juntar. Foi quando a gente começou, eu chamei o Ângelo e disse “vamos mudar isso aqui” e ele disse “ Tem que ser desse jeito se não a gente perde o controle”, era tudo muito controlado em planilha, aí o Ângelo foi exonerado da UEP nesse início e foi colocada uma outra pessoa que eu não lembro de onde era, era um cara bem louco, bem excêntrico. Eu preferia o Ângelo. Era um cargo de confiança mas ele ficou pouco tempo, depois assumiu a

Roberta que era uma arquiteta

{Diogo} Eu peguei o contato dela

{Aldair} A Roberta era uma pessoa boa, relativamente boa mas ela tinha um atrito político ali com a família e tudo mais e ela era uma menina, não tinha garra pra aguentar a bronca e caiu fora, e aí o secretário do SEINFRA na época, tinha um arquiteto

{Diogo} Era o...Nor...

{Aldair} Norberto. O Norberto sempre teve o sonho de criar o Instituto, ele é cria do Luís Henrique do governo do Estado. Eu disse pra ele “Tu quer criar o instituto pra que? Pra criar tantos institutos, tantos “ípos” por aí a fora que não conseguem executar serviço exclusivamente de patrimônio. Porque nós temos um órgão da cultura que tem uma autonomia, um CNPJ e um orçamento todo próprio. Vamos juntar tudo isso na Fundação Cultural ao invés de você criar um outro instituto que vai onerar os cofres públicos e que não tem a responsabilidade principal de preservar o patrimônio, então nós temos uma que tem, que é a Fundação Cultural, então vamos puxar pra dentro dessa” e foi uma queda de braço política, eu não sou de São Francisco eu sou de Araquari, quando eu cheguei lá eu não fui bem recebido por ninguém porque eu não era de São Francisco. Eu era o demônio, as pessoas diziam “A tá, você não é daqui”, o Ângelo era um dos que diziam e eu digo “Eu vou provar pra ti que eu vou resolver essa merda” e foi onde teve todo esse atrito e o Ângelo saiu, o Norberto que era o secretário do SEINFRA tomou força e teve esse menino o Andrei que era o arquiteto e apresentava os projetos bem redondinho e bem atencioso. Agora ele deve ter uns 32 anos hoje. Ele tinha uns 22 anos na época, recém formado.

Ele apresentava os projetos tudo certinho, sabe? Bem comportado. O Norberto achou que ele ia dominar o Andrei e indicou o Andrei pra ser o cara do patrimônio do UEP, só que o Norberto não se ligou nesse movimento que ele tava fazendo. Eu me liguei, me aproximei do Andrei e propus para o Andrei “Você quer fazer uma coisa legal?” aí eu comecei a explicar pra ele.

{Diogo} O Andrei tava...?

{Aldair} De chefe no lugar do Ângelo e ficou. Tinha muita coisa mal acabada no Monumenta, tecnicamente, o parque ecológico tava horroroso. Então, tava tudo...tinha umas coisas que tavam atravessadas: a iluminação subterrânea tava travada, o parque ecológico, a biblioteca, o centro cultural. Essas obras foram tocadas por mim e pelo Andrei, aí o que aconteceu, eu não tinha o poder dentro do Monumenta, quem tinha era o Andrei. O Norberto meio que conduziu esse processo e quando eu cheguei lá, eu falei “Vamos juntar as coisas e pensar porque a gente precisa fazer isso” aí nós começamos a discutir em uma outra pegada e quando finalizou o Monumenta, nós nos tocamos, o projeto do parque nós refizemos todo ele e não ficou ideal como tinha que ser, tinha muito pra ser desdobrado

{Diogo} Tipo o que?

{Aldair} Nós fizemos um levantamento ecológico, é um centro ecológico, eles não tinham feito (o levantamento), nada. Então a gente colocou o levantamento ecológico, nós fizemos um deck porque a ideia era fazer um sítio escola lá em cima, tava tudo alinhado, nós financiamos uma ação do MP contra o Município e foi assinado um TAC antes da minha chegada com a Fundação Cultural e não cumpriram. A juíza queria executar o TAC e ia dar um rolo muito grande. Eu fui lá e propus que nós fizessemos uma pós graduação em arqueologia na UNIVILLE para que os alunos estudassem os sítios arqueológicos e fizemos um convênio, ela arquivou o processo, aceitou o acordo como executado, fizemos a pós graduação. Tiveram desdobramentos, no parque ecológico era pra ter um desdobramento com a arqueologia que era muito legal, bem interessante a proposta. Só que ou nós tocávamos todas as obras e encerrávamos aquilo tudo, passávamos a régua no final do governo ou não. Só que eu só consegui chegar nesses processos em 2013/2014, não lembro direito, acho que foi 2014. Foi quando eu e o Norberto fizemos uma guerra interna com a prefeitura, eu queria o Monumenta dentro da Fundação de Cultura e o Norberto dentro do “coisa”.

O Monumenta tinha que se encerrar, e nós tínhamos que tocar aquele processo. Nós conseguimos subtrair de dentro do fundo do Monumenta o Centro Cultural e a Biblioteca, porque a gente ia

perder. Fizemos um convênio à parte, nós fechamos um convênio à parte mas deixamos ali como se fosse do Monumenta para as pessoas de fora imaginarem que aquilo era a conclusão do Monumenta e a última obra era o Parque Ecológico, que a obra tava parada há 8/10 anos. Tocamos pau e fizemos, a gente teve que tocar 4 obras. Eu nunca me esqueço de uma viagem que eu fiz para Florianópolis e o prefeito disse “Não vamos conseguir acabar” (eu) disse para o prefeito “Dá aquela merda lá (Parque Ecológico) pra mim que eu vou tocar com o Andrei”. Porque o Norberto...não se preocupa muito. Ele (prefeito) disse “Você não vai dar conta” e eu disse “Quanto você quer perder comigo, que eu vou dar conta? Antes de você sair do seu governo você vai entregar as obras todas”

{Diogo} Como que a Fundação de Cultura entrou nisso? Qual que é o papel legal? Porque o Monumenta não previu isso, né?

{Aldair} Não existia, até hoje a Fundação não tinha um papel legal. Eu conduzia os processos e acompanhei tudo como parte integrante

{Diogo} Como sociedade?

{Aldair} Isso, como sociedade e eu administrava, eu fazia tudo eles não faziam nada sem antes passar por mim, absolutamente nada. Mas não assinava absolutamente nada, nunca assinei nada

{Diogo} Falando em termos grossos, você e a Fundação que entraram no Monumenta, não teve esse espaço aberto

{Aldair} Nós não incorporamos e aí nesse período eu consegui fazer a reforma de iniciativa da Fundação e nomear o Andrei, depois do final do Monumenta como diretor de patrimônio material da Fundação. Eu trouxe e conseguimos concluir o processo que estava conosco. E aí como o Centro Cultural e a Biblioteca eram duas obras que não tinham a ver com o Monumenta, conseguimos separar as duas coisas e conduzir esse processo, meio que eu sou um ovni ali na história. Porque eu não sou nada do Monumenta. Mas o processo foi conduzido aí e houveram inúmeras coisas relacionadas ao patrimônio que foram doidas nesse período. Quando nós fizemos a licitação da Biblioteca e do Centro Cultural uma empresa entrou com recurso.

Entrou com o recurso e a juíza deu uma liminar suspendendo (a obra) e nós tínhamos prazo, isso era...o prazo ia vencer na sexta-feira e nós tínhamos até quarta-feira para liberar. Eu liguei para uma juíza amiga minha para falar com o juiz que tava voltando de férias porque quem tinha dado a liminar era a que estava de plantão. Eu fui lá e sentei na frente dele e disse “Eu vim aqui pedir pelo amor de Deus pra você liberar isso aqui ou cancela ou libera, mas você tem que julgar isso aqui porque eu vou perder o prazo”.

O que eu quero dizer pra você é, nós éramos dois poderes ali e eu sei que não fiz nada de errado, eu disse (para o juiz) “Na hora que o terceiro poder chegar na minha frente e perguntar pra mim, por que nós perdemos o convênio de 4 milhões da Biblioteca e do Centro Cultural eu vou dizer que a culpa é tua” e ele disse “Você tá me ameaçando?” e eu disse “Não, isso é o que eu vou responder”. O terceiro poder é a empresa e nós dois íamos pro pau. E ele disse “Eu preciso do Ministério Público para resolver” e eu disse “O Ministério Público não resolve, você julga até quarta-feira?” “Ele julgou e conseguiu liberar.

{Diogo} Uma coisa que só acontece em cidade pequena

{Aldair} É, mas só acontece quando você de fato está próximo da gestão. Isso é a história verdadeira porque a história oficial não está escrita em lugar nenhum. É igual a regra da história de que não podia colocar roupa pendurada na casa, não está escrito em lugar nenhum. Se eu sei que você é o fiscal do IPHAN, todo mundo já sabe que o IPHAN no Monumenta é um demônio no meio da cidade, mandando em tudo, porque nós fomos dados para o IPHAN, essa é a ideia que as pessoas tinham em São Francisco e o cara que é o chefe do escritório de São Francisco que vai aprovar ou desaprovar o meu financiamento diz que eu não posso colocar uma toalha na janela, o que você vai fazer? Você vai colocar a toalha na janela? Não né. Então, tem a história oficial e a história verdadeira, a história oficial não conta nada disso e a história verdadeira é isso que aconteceu. Claro que tem exageros de todas as partes aqui neste meio. E aí quando o Monumenta encerra, o IPHAN, antes disso, o diálogo já era feito, eu participei de reuniões dentro do IPHAN como representante do município, acabei virando amigo pessoal do Robson que é relacionado ao IPHAN. O Robson para você ter uma ideia era uma coisa muito

doida...o Luís era prefeito e queria liberar a obra do parque que tava travado na mão do Norberto, ele tinha uma estratégia: quando ele não dava conta de fazer, ele dizia “fulano de tal tá boicotando”. Fizeram uma cagada com a questão ecológica ali, era simples de resolver era só fazer o levantamento, o custo não era tão alto assim.

O Norberto veio e tentou fazer o Parque Ecológico, o IPHAN disse “para, eu tô fazendo essa” e o prefeito queria entregar na primeira gestão dele o Parque Ecológico mas não deu conta. Ai o Norberto foi lá e disse “É que o Robson disse que não sei o que, que o senhor era isso...” e o Luizeira fez uma carta desse tamanho e mandou para o presidente do IPHAN desgraçando o Robson. O Robson, obviamente, não queria mais atender São Francisco e começou a colocar regra e usar a regra com razão. Ele disse “Se tinha alguma coisinha e a gente chamava e dizia ‘Isso aqui tá errado, faz desse jeito’ e ai quando eu chego em São Francisco pra regra do jogo tava tudo errado e ai eu chamei eles e disse ‘vai ter que embargar’”. Como o Norberto não tinha mais prazo, ele chegou lá e disse “Não vai dar por causa do Robson” e ai o prefeito ficou “cabreiro” e mandou a carta. O que aconteceu: vamos usar a regra pra tudo. Nós tínhamos muito erro no processo, em todos os processos, não era corrupção, era erro de incompetência administrativa. Como o coordenador do Monumenta não assinava, ele precisava do prefeito, porque o coordenador do Monumenta era técnico, a gestão financeira era o prefeito ou o secretário de finanças. Então se você cometesse um erro lá ia ser assinado. Cometeram vários erros: a criação do FUNPATRI, a forma como se captava o recurso para financiar o FUNPATRI. Tinham erros que davam para serem consertados, mas dependia da ajuda técnica de dentro do IPHAN e ao tu rompe com o IPHAN? O prefeito não queria receber o IPHAN. O Luizeira não recebia, não entrava no gabinete. Depois da viagem que eu fiz pra Florianópolis, eu fui pra Brasília, porque eu não conhecia o Robson, conhecia relativamente e eu sabia que ele era de Santa Catarina e tinha acabado de ter um filhinho. Ele disse “Eu não quero tratar disso, São Francisco nunca cumpriu a regra e agora vai ter que cumprir”, a gente sempre burlou a regra. O Ângelo era muito displicente em algumas coisas em outras ele era muito metódico, mas em algumas coisas ele era displicente porque ele não dava conta e realmente ele não conseguia fazer. Para você ter uma ideia, o contador do Monumenta era o Tavares e ele não sabia usar

computador, ele levava uma estagiária para ele passar. Aquela gente de 1500 que ficou ali no poder. E ai, resumo da ópera, parece fofoca mas não é, eu tô falando tudo isso pra você entender o porquê de não ter tantos dispositivos legais que teriam dado conta de resolver problemas administrativos e tu vai conseguir compreender porque isso poderia ter tido um outro encaminhamento com outro regramento. Você vai conseguir entender porque a Fundação Cultural ficou no limpo, toda essa estrutura, porque hoje o Ângelo olha para trás e reconhece algumas coisas. Ele não se dá conta do que é, e não é só ele...de maneira geral era uma baderna na gestão, não tem regra e quando não tem regra...fodeu. E ai, o que aconteceu foi exatamente isso. E ai quando chegou lá, o Robson disse assim “Eu simplesmente não vou atender, eu só vou atender o prefeito de São Francisco, a partir de hoje, por ofício. Segundo ele vai ter que cumprir essas regras aqui”. Ele fez um *check-list* desse tamanho pra foder com tudo. Eu usei toda a minha lãbia política e vim de lá com uma possibilidade e com um prazo de até 20 dias para gente fazer as modificações que precisavam ser feitas. Eu sentei com o Andrei (e ele disse) “Eu não vou dar conta”, (eu disse) “Se vira, nós vamos ter que fazer o demônio aqui dentro, nós vamos ter que resolver isso e não vamos pedir ajuda para ninguém. Porque senão cada um que chegar aqui vai dar um pitaco e essa informação vai chegar truncada lá no gabinete”. Fizemos todo o processo, conseguimos desembaraçar o processo e dar andamento no Parque Ecológico. A partir daquele momento a gente conseguiu sentar numa mesa com a Liliane que é Superintendente do IPHAN, que é minha amiga pessoal até hoje, o Dalmo e por coincidência a esposa do Dalmo, atual, substitui a Liliane no IPHAN e ela é brava, o satanás a Maria Regina. Quando a Maria Regina assumiu o IPHAN, em Santa Catarina, a Superintendência, ela veio com “fogo nas ventas” e eu não sabia que ela era namorada do Dalmo, eu botei ela pra correr de dentro da minha sala, botei ela pra correr literalmente. Ela chegou dando umas loucuras, eu deixei ela falar, contando que o Monumenta “tem que ser assim, tem que fazer desse jeito”

{Diogo} (ela era) Superintendente de Santa Catarina?

{Aldair} É, ela era substituta da Liliane que tava de férias. Eu liguei para a Liliane e falei “Que porra é essa que essa mulher tá aqui?”. A

Maria Regina, tecnicamente é uma das melhores que eu já trabalhei e hoje eu sou amigo dela, mas ela chegou, sentou na ponta da mesa e começou a dar regra. Eu falei “ Escuta aqui guria, tá se achando o que? Tu vai pra puta que te pariu, aqui dentro você não vai gritar. Aqui é assim: ou tu senta e eu vou fazer de conta que você não falou nada disso pra mim, eu vou sair da sala, vou tomar uma água e vou voltar. Se você continuar com essa loucura vai dar o demônio dentro dessa sala”.

{Diogo} Que nem castigo de criança...

{Aldair} Eu fui e voltei, acho que ela levou um susto porque ela não imaginou que eu ia ser tão louco assim. Resumo da ópera, nós estávamos num impasse e eu disse “ não quero você aqui”. Pro Dalmo eu falei “Não quero mais aquela vaca daquela guria aqui” e ai uma menina que tava do lado falou “Você acabou com a mulher dele”

{Diogo} Nossa...que gafe

{Aldair} Gafe? Um rombo. Eu disse “Desculpa, eu não sabia que tu era marido daquela mulher lá, porque ela é o demônio”, hoje nós somos amigos, eu, Maria Regina e o Dalmo e hoje nós rimos disso porque virou uma piada. Só que dai o que aconteceu, a Maria Regina é resultado daquele processo porque ela foi chefe do escritório técnico de São Francisco e a Maria Regina sofreu na pele o que era aquela história toda. Quando ela chega lá de férias do mestrado dela, ela acha que é daquele jeito e eu tava tentando costurar toda uma articulação e ela quase jogou tudo a perder. Ai quando a Liliane volta, a gente senta, harmoniza os ambientes e nós conseguimos conduzir. Por que isso foi possível? Porque o IPHAN, na pessoa do Dalmo, da Liliane e mais tarde da própria Kátia, reconheceram a minha posição dentro da prefeitura em relação ao IPHAN e ai foi muito interessante. Porque mesmo sem eu assinar absolutamente nada eu tinha uma condição política de articular toda a situação e o Andrei conduziu de maneira muito coerente o Monumenta.

{Diogo} Mais técnico que político?

{Aldair} Era, o político era tudo comigo e foi quando o prefeito

falou “você deu conta dessa merda” e foi quando a gente criou o departamento de patrimônio da Fundação, funcionou perfeitamente e tem até hoje. Nós tínhamos departamento de patrimônio material, patrimônio imaterial, departamento de difusão, criamos lei e trouxemos em lei o FUNPATRI para ser gestado pela Fundação Cultural. Hoje a gestão do FUNPATRI tá dentro da Fundação Cultural, foi muito redondo, sabe? Sabe quando tu consegue...eu vi a gente materializar aquilo, eu vi a gente dar andamento naquilo, só que eu tava a dez anos...oito anos na Fundação Cultural. Duas gestões, eu já tava, mudou a gestão e eu fiquei mais um ano na Fundação Cultural e ai eu não queria mais, eu não aguentava mais, eu queria sair um pouco. Eu disse “chega, eu já cumpri minha função aqui” e ai eu sai, e ai o Ângelo volta pra prefeitura e traz algumas pessoas que acabam voltando àquele mesmo hábito de condição e a Fundação Cultural volta a ser “enfeitadora de presépio” e abandona a função primordial. O Monumenta ficou perdido nesse meio, porque ele não conseguiu materializar uma continuidade. Por que eu digo que o erro tá lá atrás? Não querendo me livrar do erro, porque a gente fez todo o esforço para não acontecer isso, mas o erro tá lá atrás porque na verdade, as pessoas não se apropriaram disso porque quando em 2014...não, 2015/2016 nós fizemos um programa de educação patrimonial com toda a rede do município

{Diogo} Já fora do Monumenta?

{Aldair} Já fora do Monumenta, só que era...eu fui lá e resgatei o princípio do Monumenta, a ideia do Monumenta lá atrás e ai fizemos uma parceria IPHAN, Fundação Cultural e Secretaria da Educação, fizemos uma formação continuada para os professores, foi top e isso me levou a ser secretário da educação

{Diogo} Aqui (em Araquari) ?

{Aldair} Em São Francisco, eu fui secretário da educação em São Francisco, eu sai ano passado de lá. Isso me levou a sair da Fundação Cultural e ser secretário em São Francisco por 1 ano e pouco. Ai eu passei em um concurso aqui e vim embora pra cá, mas foi isso que fez com que...de fato as pessoas queriam compreender como era aquilo, como era esse processo. Então houveram duas passagens

do Monumenta que eu penso: uma que é cumprir rigorosamente o contrato...cumprir o contrato que era executar as obras pontuais, o Monumenta de São Francisco errou? Não, o conjunto todo errou: o município, a gestão do Monumenta e o IPHAN porque todos sabiam que tinha que ter atividade concorrente para aquilo se manter como estrutura pública em função, todos erraram. Isso nós fizemos alguns seminário quando eu tava dentro da Fundação Cultural de São Francisco e em um dele a gente trouxe o Dalmo e alguns debatedores ali, e em umas das mesas o Dalmo (disse) “eu quero debater contigo isso” e literalmente um debate porque o Dalmo veio e eu cheguei como Fundação Cultural e não poupei ninguém da coisa inclusive o próprio IPHAN que tava ali representado.

Eu comecei a comparar essa história da batera que eu falei dentro do Museu do Mar, que é simples como eu falei, mas que não se vê, entende? A abordagem do fiscal em relação à execução, a forma como as pessoas podiam usar o Centro Histórico, por exemplo, o Centro Histórico no final de semana era fechado, e às vezes até fica fechado

{Diogo} Fora de janeiro, fora de temporada?

{Aldair} É, ai eu dizia “Por que não fazem uma...” na Festilha pra você ter uma ideia, a maior parte da Festilha era uma feira do Paraguai, os artesãos não...era uma coisa do demônio em São Francisco faziam o bixo. Era sempre uma associaçãozinha, umas três madames com bolsinha e eu dizia que não ia falar com elas, que queria falar com todo mundo junto e fizemos um cadastro, então começamos pelos artesãos e quebramos a associação, literalmente, foi uma coisa de desmonte. É horrível o que eu tô falando pra ti mas naquele momento foi importante, as três associações eram como se fossem três partidos políticos que brigavam entre eles e daí ninguém crescia e o Paraguai tava tomando conta da Festilha. Ai a primeira coisa quando eu assumi na Fundação Cultural, eu quero tocar a Festilha, ai eles diziam “ A parte cultural da Festilha é do Dalmo”. Ai a gente cadastrou todos os artesãos e proibimos o Paraguai, a população queria me matar, literalmente

{Diogo} Por quê?

{Aldair} Porque eles queriam as coisas do Paraguai, (e diziam) “os artesãos (locais) não produzem”, ai eu falei pros artesãos “vocês vão ter que ter uma capacitação”. Contratamos uma designer e colocamos ela pra fazer o trabalho junto, ela fez um trabalho muito legal

{Diogo} Todo mundo junto?

{Aldair} É todo mundo junto

{Diogo} Todos os artesãos

{Aldair} Era o demônio...tu não tem noção

{Diogo} Quanto tempo de capacitação?

{Aldair} Nós ficamos 1 ano e pouco fazendo só capacitação e eu fazia reunião de brigar. No começo nós abrimos um espaço, fizemos toda uma estrutura e excluímos o Paraguai, ai os artesãos começaram e (falei) “vocês tem que me ajudar, não peço pra me defender mas não fale mal de mim, vocês estão ajudando o pessoal a falar mal de mim”. Ai queríamos que alguém ficasse com os artesãos, ai o Dalmo falou “ tem que qualificar os artesãos”

{Diogo} Informalmente?

{Aldair} Sim, ele falou como amigo

{Diogo} Ou como IPHAN?

{Aldair} Não, não informalmente. Teve um tempo que nós fazíamos uma gestão compartilhada, que era muito interessante. Pra você ter uma ideia, o Yuri, que trabalha no IPHAN hoje, quando ele veio transferido do Espírito Santo, pra cá...conhece o Yuri?

{Diogo} Não, nem de nome

{Aldair} O Yuri trabalha no IPHAN ali. Ele é um servidor de carreira do IPHAN. Na época, quando ele pediu a transferência pra cá, tinha sido cancelada ali na época da Dilma, do Temer as transferências.

Eu liguei direto pra Kátia (e disse) “Kátia, por favor” e ela (disse) “Tu quer? Então tá bom, vou mandar o Yuri”. Ela é a presidente do IPHAN, a gente tinha uma relação como se fosse o mesmo órgão, o que era tratado com o IPHAN era tratado com a Fundação Cultural era uma coisa que nós conseguimos juntar isso, foi muito interessante. Nesse período todo a gente teve alguns problemas, algumas divergências, por exemplo, as casinhas dos artesãos do Centro Histórico

{Diogo} Onde são?

{Aldair} Fica ali no Vinte e Quatro, no deck...aquele píer

{Diogo} A tá, as barraquinhas

{Aldair} O pessoal do IPHAN odeia aquelas barraquinhas, não quer eles lá, nunca quis, na verdade, eu disse “tá bom, mas quero e vai ficar ali, porque no final de semana todo mundo fecha” e eu negociei com elas, porque como nós não tínhamos mão-de-obra e lugar pra vender, nós fizemos aquelas casinhas pra Festilha e foi ficando, foi ficando. Ai nós botamos luz, aquela história toda e quando o Ministério Público me chamava eu dizia “não mas é móvel” ia lá com a empilhadeira e levantada, colocava de lá pra cá e (dizia) “ela é móvel e pode sair de lá a hora que quiser”

{Diogo} Agora, eu to pensando no que poderia ter sido...isso poderia ter sido incorporado no Monumenta, isso poderia estar dentro do clube porque hoje o clube tem uma série de lojinhas que tem duas alugadas, pra trás tá tudo vazio, tem um espaço expositivo que também tá vazio. Talvez tenha faltado um pouco de articulação, porque tem uma comunidade de artesãos que poderia ter sido incorporada no Monumenta até como aquelas atividades concorrentes

{Aldair} Mas essa era a ideia, sempre foi a ideia. Só que quando de fato eu assumi, o Monumenta acabou, ele acabou naquele período ali de 2014...eu não lembro direito qual é o ano mas foi naquele período ali, a última obra era o parque. Tanto que só pra ter uma ideia, você viu o Sebo na entrada do parque? Porque aquele parque foi feito e ninguém sabia tocar aquela porra. Fizemos a obra, inauguramos e

obra e o prefeito olhou pra mim e disse “quem vai tocar isso aqui?” e eu disse “isso aqui é uma unidade de conservação, quem criou o parque foi vocês, nós só tocamos a obra. Daí tu toca, eu não tenho gente”. Eles me deram dois cargos de confiança aquela gente que ninguém quer em lugar nenhum, que não vai trabalhar, que se tiver sujeira no chão não varre, é aquela gente. Eu digo “nós não podemos ter um parque que não abre final de semana, tem que abrir, as pessoas tem que visitar”, eu fui lá e fiz um cadastro para artistas, artesãos e coisas do gênero e fiz uma proposta pra eles de ocupação com um edital de ocupação de espaço cultural e ai nós colocamos e criou-se um SEBO ali

{Diogo} Aquela casinha já era da prefeitura?

{Aldair} Aquilo ali é da prefeitura, a prefeitura desapropriou

{Diogo} Desapropriou depois do parque inaugurado?

{Aldair} Vou abrir um parênteses, o parque foi feito e ninguém sabia onde ia ser a entrada do parque ia ser só um portão ali, as pessoas iam entrar e sair livremente, eu disse “isso vai virar um pandemônio”. Aquela casinha tava abandonada, fez o processo de desapropriação da casa, que não tava anexado ao projeto inicial do parque. Fizemos o projeto de desapropriação da casa, o juiz concedeu, depositamos em juízo e começamos a obra com o dinheiro do FUNPATRI e ficou a entradinha, mas quem que ia manter aberto aquilo ali? Funcionário não vinha trabalhar e eu propus pro pessoal do Sebo: nós damos um espaço comercial pra vocês e a função de vocês é manter os banheiros limpos e a porta aberta no horário tal e tal de segunda a segunda, e foi isso que eles fizeram. Eles abrem e eles revezam, dois a três livreiros ali dentro, a mesma coisa foi com os artesãos, o Centro Histórico fica morto no final de semana. A intenção é eles revezarem dentro das casinhas ali, a cada uma semana muda a equipe. A função de vocês (artesãos) é ficar com as casinhas abertas de segunda a segunda, dar informação para os turistas e ai vocês ganham um espaço comercial, mas não pode deixar fechado. E ai eles fizeram, tá tudo no edital de ocupação do espaço público, mas tudo isso era pra ter acontecido lá atrás. Porque quando o Monumenta fechava era pra estar real isso.

{Diogo} Aldair, em relação aos projetos, ao projeto urbanístico desde a concepção...de decidir, de falar assim “Não, a gente vai mexer nessa parte da orla e vai ser de tal forma...fazer um deck do lado do mercado”. Do modo como o Ângelo contou, dá a impressão...ou da forma que ele contou mesmo, ele falou “o Dalmo fez um pré-projeto pra Escrever São Francisco e esse pré-projeto já colocava todas essas coisas”

{Aldair} Exatamente

{Diogo} E depois, ampliou-se algumas áreas, pegou umas ruas que não tinham

{Aldair} O uso que forçou as modificações, a ideia central do Dalmo foi bem essa mesmo. de museu a museu, o conjunto era de museu a museu, a paisagem do morro do Hospício e do outro morro da caixa d'água, atrás no fundo compondo aquele conceito de paisagem cultural, aquela ideia de paisagem já tava posta, o circuito onde as pessoas iam andar, já tava posto. O cabeamento subterrâneo pra tirar a fiação da orla, já tava posto. O aterro do lado do Mercado Público era o lugar dos artesãos mas não tinha como competir porque não tinha onde por carro, porque na época que foi pensado não tinha tanto carro lá e com a explosão dos veículos todos onde é que os artesão iam? Porque ali do lado, aquele aterro era o Centro Cultural. E os decks avançados era pra gente ter a noção de olhar, eu sempre dizia assim, na oficina de patrimônio “ A Babitonga pra quem é morador de São Francisco é o quintal da casa, ele tá debruçado no mar. É uma cidade que tá debruçada no mar, as ruas todas levam para o mar”. Então as pessoas gostam de se ver e de ver a sua casa, de ver o quintal da sua casa, que é Babitonga e de ver a sua casa. Que é essa ideia do Dalmo que foi muito interessante, que era mirar...olhar pra casa ao contrário que era a sua paisagem. Como ela não é uma enseada mas ela tem uma envergadura assim que do Centro Cultural tu consegue ver a Praia do Mota, e da Praia do Mota ver o centro, a Babitonga ali. Então tu consegue juntar uma coisa com outra, o que é interessante. O Dalmo juntou essa estética toda, esse conjunto todo porque ele vem pelo mar, porque quando ele chega, ele vê aquilo

{Diogo} Porque na descrição do tombamento do IPHAN, a paisagem

é o primordial do processo de tombamento, é a vista ali do *skyline* .

{Aldair} Exatamente, e aí a ideia é essa, o conjunto todo do Dalmo, a ideia toda é do Dalmo. Ele é o pai da criança. Uma coisa é tu ver de longe aquilo montado, e vamos combinar que não era difícil o que o Dalmo pensou,, por quê? Porque era esticar um pouco das ruas, alargar um pouco as ruas, porque o resto já tava montado, só tinha que trabalhar. Só que a divergência interna fez com que tivesse muito atrito, o Museu do Mar é uma delas, nós ficamos anos brigando na justiça por causa do Museu do Mar, com o Estado.

{Diogo} Por quê?

{Aldair} Porque...aí que tá a história, o prédio da parte interna é da associação Amigos do Museu do Mar e a parte externa é do estado de Santa Catarina. Eles não regulamentaram nem a propriedade, não regularizaram nem a propriedade, então isso quer dizer que temos um problema ali. Porque como é que eu vou pensar a estrutura paisagística daquilo, a função daquilo sem ser dono, e aí eles brigavam e ficamos anos brigando. Agora deu uma pacificada porque, por coincidência, a atual presidente da Associação Catarinense de Cultura que é a dona representante do Estado, do imóvel da parte do mar, era a ex-diretora do Museu Nacional do Mar. Deu apaziguada, tem que aproveitar esse pulo do gato agora pra resolver as coisas. Então esses problemas afetam a função, por exemplo, tinha uma ideia pra fazer um deck pra receber passageiros no Museu do Mar, pra fazer uma marina. O Dalmo queria entre o Centro Cultural e o Museu do Mar comprar um conjunto pra fazer uma marina com hospedagem pra aluno, visitante e quem quiser pesquisar. Isso está no projeto inicial, na ideia central

{Diogo} Eu vi, o Ângelo me mostrou

{Aldair} Tinha tudo isso, o trapiche de passageiros que foi iniciado uma parte dele tava no projeto inicial. Lá na Praia do Mota, um outro trapiche que avançava no mar também é uma iniciativa que tava no projeto

{Diogo} Na ideia do Dalmo?

{Aldair} Na ideia do Dalmo já

{Diogo} Em que medida que essa ideia do Dalmo foi discutida com a população local? Com as associações, sindicatos?

{Aldair} Nenhum momento, eu acho que não. São Francisco tem uma coisa muito interessante, na abertura, na forma como eles recebem as ideias, sabe? Ao mesmo tempo que eles são resistentes ao novo, eles gostam muito que as pessoas falam que conhecem a sua excepcionalidade. Eu aprendi isso na prática, estando lá

{Diogo} Quando eu falo que tô estudando o Monumenta, o pessoal fica bem orgulhoso

{Aldair} Então, quando eu cheguei lá e fui trabalhar, eu apanhei, porque eu era de fora e não conhecia, o ignorante. Só que o que acontece, na medida em que eu fui me apaixonando por São Francisco, e dizendo o porquê que eu tava me apaixonando, eu passei a ser uma pessoa bem quista. Aconteceu esse processo com o Dalmo, ninguém discutia com o Dalmo, teve um artista lá que queria fazer uma homenagem a Nossa Senhora da Graça e fazer uma estátua de não sei quantos metros na frente da igreja. O Dalmo disse “Nós temos um problema” e eu disse “Não quero saber”, convidou o prefeito e ele queria ouvir a opinião do Dalmo, e ele tava numa situação muito complicada ali. Nós combinamos que eu avacalharia com a coisa pra poder...mas tu vê, era só o Dalmo dizer. Era uma coisa interessante, ele tinha uma autoridade em relação a isso e ele não foi louco. Ele usou a autoridade dele e autonomia dele com muita responsabilidade. Ele podia ter colaborado em outras coisas e eu sempre falo isso pra ele: “Você podia ter chamado o Ângelo e ter dado uma comida no Ângelo lá atrás para agora a gente não estar correndo atrás do prejuízo”. Mas o Dalmo também nunca foi muito assim de população, ele sempre foi um intelectual, sabe aquele intelectual que diz “isso aqui é belo” e ai ele consegue dominar aquilo sendo belo, consegue...ele não é uma pessoa que cria preconceito nem nada assim, ele é uma pessoa bem gente boa. Mas o que acontece, ele sacralizou como vários intelectuais no Brasil sacralizaram uma coisa. Ele tem crédito e ai as pessoas não discutiam

com ele, as pessoas iam. Quando era qualquer reunião que diziam “o Dalmo vai estar lá” a sociedade ia, as pessoas ouviam o Dalmo porque ele falava com emoção, fala até hoje. Se você falar com ele, ele chora, se emociona e já chora, ele é apaixonado e as pessoas se reconheciam nele. Mesmo que ele não tenha discutido amplamente com a população, eles elegeram ele como representante

{Diogo} Ao longo do tempo... décadas...

{Aldair} Porque ele tinha aquela...que nem jaguar, um que morde e um que assopra eu era o que morde, ele aceitava perder mas aquilo foi fundamental pra que ele conseguisse...pra que a gente conseguisse evoluir, se não fosse a presença do Dalmo nós não teríamos chegado onde a gente chegou. Entre erros e acertos eu acho que foi positivo São Francisco, muita coisa foi boa em São Francisco, sabe? mesmo esses erros e acertos, esses transtornos e as problemáticas todas, foi uma coisa interna da gestão do Monumenta e mais pessoal de quem estava diretamente ligado à gestão. A única coisa foi que nós perdemos a oportunidade de dizer para as pessoas que essa coisa da questão urbana, do pensamento...dessa coisa paisagística tem outros desdobramentos e ai quem chega hoje, não dá mais tempo, não tem o mesmo efeito. Por mais que as pessoas falam que tem que fazer um programa de educação patrimonial para o Museu do Mar, não tem que fazer uma ação de educação patrimonial para o Museu do Mar, o museu tem que cumprir a função dele, porque perdeu um momento de consolidar-se dentro...agora vai ter que fazer algumas campanhas, usar uma ação

{Diogo} Mas o museu também já existia desde (19)93

{Aldair} É, existia mas não existia, como eu tô dizendo, aquilo ali era uma coleção particular do Dalmo, entendeu? Então as pessoas têm mais respeito pelo Dalmo que pelo Museu do Mar

{Diogo} Entendi

{Aldair} Então, daí isso, o que que perde? Perde a sociedade assim de maneira geral, o uso que ela faz daquele bem. Porque as pessoas deixaram de morar no Centro Histórico

{Diogo} Então, esse é um assunto...

{Aldair} O Dalmo disse assim numa palestra: “a gente precisaria de pelo menos 300 famílias morando no Centro Histórico para poder revitalizar de fato o Centro Histórico”, tu é o culpado, tu é culpado porque vocês começaram a dizer “isso aqui é importante porque tem potência comercial”, mas a pessoa não podia mais botar o travesseiro na janela da casa

{Diogo} Se fala em “Centro Regional de Lazer”, né? O Dalmo fala, o Ângelo fala e acho que essa é uma questão importante e em que medida o Monumenta atuou nessa questão habitacional

{Aldair} Atuou ruim, pra ruim

{Diogo} Mas também era uma tendência que já vinha vindo, você consegue ver o Monumenta como um...

{Aldair} Eu acho que ele foi negativo, muito negativo. Porque a partir do momento que tu diz: “isso aqui, você pode ganhar dinheiro com isso” mas ao longo de 10 anos, tu dizer que aquilo ali...tu tem que fazer um negócio ali. Pô, tu pode morar ali, entendeu? O que as pessoas começaram a fazer, aquilo ali começou a se transformar em lojas ou coisa assim, virou meio que um cenário *fake* daquilo ali. O rigor contra o uso como moradia, não para as pessoas não morarem, mas pra não incentivar a moradia era muito maior que qualquer outra coisa. Então as pessoas queriam olhar aquilo ali como comercial, mais que como moradia, sabe quando tu desmotiva?

{Diogo} O pessoa cita algumas coisas assim, como, por exemplo, a rigidez do IPHAN com coisas pequenas, como pintar a fachada e pequenos remendos, e o prazo de aprovação para coisas pequenas que no dizer dos moradores não descaracteriza nada e manteria o rigor. Eles falam outras coisas, a questão do porto próximo e a dinâmica que o porto cria, porque ele busca lugar ali pra sei lá...despachante, alfandegário

{Aldair} Toda vida o porto esteve ali, e toda vida teve escritório de

alfândega

{Diogo} E que isso subiria o preço, porque o porto tá disposto a pagar mais por isso

{Aldair} Tá cheio de imóvel vazio ali no Centro Histórico, e o porto tá ocupando? não tá ocupando. Pra você ter uma ideia, o Clube 24, tu falou sobre o Clube 24...o clube financiou um erro, olha o erro que eles cometeram...e foi erro pela certeza da impunidade, vamos dizer assim, foram fazer um financiamento pra restaurar o Clube 24 e eles deram o imóvel como garantia, todo o imóvel como garantia e eles não pagaram o financiamento, e o que aconteceu? A Caixa Econômica mandou leiloar o 24. Quando eu soube, eu disse “não, pelo amor de Deus, vocês não vão leiloar o 24. O 24 é uma pena, é um desperdício leiloar... aquilo pode ter outra finalidade”. Sentei com o presidente do clube e tal, tudo mais...umas ideias, umas coisas, vimos o que ia fazer. O que eu fiz, propus que eles passassem pra nós, por 10 anos...vai vencer agora, esse ano, como se nós estivéssemos pagando o aluguel de 8 mil por mês, pra poder quitar aquele valor lá, nós pagamos o próprio financiamento com o FUNPATRI porque não nós não podíamos abrir mão da receita, no caso. Ai como se nós estivéssemos pagando, nós usamos. Mas aquilo ali era pra ser usado como atividade de entretenimento, eu não queria que ele fosse leiloado, porque se ele fosse leiloado aquilo ali ia ser transformado em agência marítima. Tinha gente querendo fazer divisória

{Diogo} Mas de certa forma...o que tá ali no térreo é divisória, né?

{Aldair} Não, não...mas o térreo não tá

{Diogo} É lá em cima?

{Aldair} É lá em cima, você já foi lá em cima, não?

{Diogo} Eu não subi

{Aldair} É lindo lá em cima, só que tá todo detonado, porque, porque, na verdade, a Fundação Cultural não tinha capacidade de ficar com o imóvel, o que eu queria era que o município assumisse, daí o

município passou pra Assistência Social primeiro e depois passou para o Esporte.

{Diogo} E qual foi a participação...

{Aldair} Quando ele (município) fez esse movimento de passar pra Assistência Social e depois pro Esporte, o que a gente teve foi...a gente conseguiu preservar o imóvel, assim de maneira geral e dar um “ar” pra aquilo tudo, e voltar a ter a sua propriedade, pra não se perder aquela coisa do clube

{Diogo} Mas o Clube usa ali?

{Aldair} Ali o Clube agora volta a ser o gestor do imóvel

{Diogo} Mas tem atividades ali em cima?

{Aldair} Ali em cima tem várias atividades, acho que tem aula de dança. Só que ficou subutilizado, talvez eu tenha cometido o erro de dizer “a...não vamos leiloar”. Talvez podia ter sido leiloado pra uma outra finalidade, sei lá, mas não tinha cabimento nós perdemos um imóvel daquele tamanho ali no centro, a sociedade não ter acesso a um imóvel daquele tamanho. Podia ter sido qualquer coisa ali, mas claro, a Fundação Cultural não tinha...nem tudo a Fundação pode. Quando começou a acontecer isso, as pessoas diziam “O que tu vai fazer com aquilo ali?”, “O que tu pretende?” (eu dizia) “Eu não tenho o que fazer, só não quero que ele vá pro lixão”. Mas é...tem outras áreas da prefeitura que podem usar, foi mais ou menos o que aconteceu, então o 24...é um conjunto, é um roteiro, que tem um lógica do roteiro ali, não sei se tem uma lógica mas tem um roteiro que é interessante. O Centro Cultural ficou parado ali, porque a gente fez o Centro Cultural daquela forma? Hoje eles mudaram a finalidade do Centro Cultural, tá confuso ali a finalidade, mas ele era um centro pra exposição, pra produção. A parte de cima ali tem uma sala em cima , que é a coisa mais linda, que era pra ser a sede da Fundação Cultural em cima, a parte de baixo acesso. Então a minha função era tentar fazer que cumprisse-se o desenho do Dalmo, mas todos os dias, não só como órgão público, fechasse final de semana, porque se era a intenção do Dalmo ter um lugar que recebesse as pessoas, as pessoas vêm visitar

final de semana.

A minha função era fazer com que pudéssemos cumprir. É o que eu te digo, pra cumprir o projeto inicial de urbanismo do Dalmo, era preciso ter desdobramentos dentro da prefeitura ou dentro os órgãos que ele fosse de acordo com o pensando do...do que adianta ter um Centro Cultural pra abrir quando? Abrir um Museu Nacional, um museu enorme como o Museu do Mar, pra abrir pra não ter funcionário trabalhando, não. Ele pensou urbanisticamente o conjunto, mas como ninguém discutiu a base lá no início, na hora de botar em prática, não tinha quem trabalhasse. Um exemplo claro foi o Parque Ecológico, inauguram e disseram “quem vai tocar isso?”, o Meio Ambiente não tem capacidade pra tocar isso aqui, então como tá no Centro Histórico, tu toca (Aldair). É pra foder. Ai não tem projeto urbanístico que dê conta, porque só funciona se tiver ocupado, se as pessoas estiverem ocupando

{Diogo} Gestão também...

{Aldair} Se tiver ocupando mesmo, a população tem que ocupar. O Centro Histórico falta moradia por expurgo da própria população no começo do processo, agora fazer com que as pessoas voltem a morar lá? Quem já foi morar em uma casa com garagem não vai querer deixar o carro no Centro Histórico na chuva, pra no dia de compras subir com compra na mão

{Diogo} Pois é, e o porto, empresas portuárias, sindicatos e outras ongs, tiveram participação nesse processo? O Ângelo me comentou que no começo do Monumenta teve um seminário com gente da Associação Comercial do Porto e tal, isso foi mais um evento ou eles tiveram uma participação nisso, de discussão?

{Aldair} Eu acho que não, a única coisa...vamos combinar, qual o interesse do porto? O máximo que afeta ali é o Museu do Mar, o máximo que afetou, e foi feito um TAC, feito, refeito que foi beneficiado o Museu Nacional do Mar, e até hoje foi isso que aconteceu. Então, à grosso modo, não tem uma competição entre essas empresas e o Centro Histórico, porque tá protegido...meio que foi dito, não posso provar, mas meio que foi dito assim: nós vamos ajudar vocês aqui, vamos manter aqui e tudo mais, mas nós queremos

algumas concessões. Então foram abertas algumas concessões em razão do apoio que eles deram pro centro Histórico

{Diogo} Que apoio que eles deram?

{Aldair} Eles deram apoio, no início lá de alguns projetos. A própria Festilha, o patrocínio da Festilha

{Diogo} (o patrocínio) Foi do porto? Da administração?

{Aldair} Não do porto mas do Conjunto Portuário, o porto em si é do Estado e não tinha patrocínio. Mas o Conjunto Portuário sim. A Arcelormittal...eles fizeram uma coisa muito doida, que foi a Associação Agenda 21, lembra daquele movimento Agenda 21?

{Diogo} Lembro, Rio 92

{Aldair} Isso, exatamente, eles criaram uma associação da Agenda 21 em São Francisco e a Arcelormittal, no início da Vega do Sul lá, era a grande incentivadora e tal, tudo mais, só que ela corrompeu a própria Agenda 21, tanto que depois foi destituída pela própria Arcelormittal. Então teve toda uma...todo um processo de troca. Eu vejo isso...eu to ali dentro, eu vejo essa troca, nós vamos ajudar tal coisa...vou dar um exemplo pra ti. O Júnior, feijão, que construiu aquele prédio enorme, ele é um empresário dos mais ricos que tem dentro de São Francisco, talvez de Santa Catarina inteira, inclusive. Ele construiu aquele prédio preto grandão ali na coisa, ali. Aquele projeto ali quando ele...tinha um outro prediozinho que era um prédio, não era um prédio histórico, era bem feio, ele mandou desmontar e simplesmente começou a construir, era uma outra coisa

{Diogo} Tinha um prédio ali no lugar?

{Aldair} Tinha, mas não era um prédio histórico, era o prédio...ali era o pátio de madeira e eles construíram um prédio de tijolo à vista

{Diogo} Há pouco tempo?

{Aldair} Sim, tinha uns 20 e poucos anos. Mas era horroroso

também, uma coisa assim...uma caixa quadrada. E ai, eles mandaram demolir que eles iam usar e começaram a construir uma caixa de tijolos assim bem feia, ai o IPHAN foi lá e mandou embargar, deu o diabo em São Francisco, porque embargaram e tudo mais. Foi ai que eu me aproximei, porque o Júnior veio e me pediu ajuda pra eu intervir com o IPHAN. Sentamos eu, Dalmo. O Dalmo não quis se meter naquilo, pra você ter noção de como era complexo aquilo. Então fomos eu, Dalmo, a Candice que era chefe do escritório técnico e a Candice com toda a habilidade convenceu o Júnior a contratar um projeto e ai pensamos uma coisa bem diferente que pudesse dialogar com a estrutura do porto, com aquela coisa de contêiner do porto e tudo mais. Teve muitas críticas em relação àquilo, muita crítica, mas como era algo totalmente novo e excepcional naquele canto ali, nem eu, nem outras pessoas...embora tenham tido críticas ali dentro que nem era da área de patrimônio, a...por que isso aqui é feio, parece tal coisa...pode ser feio, mas ele se propôs a pagar um prédio que não foi barato, pra ter uma coisa que dialogasse com as linhas...aquela coisa de ferro e vidro, e que pudesse contrapor a paisagem ali do...e também não afetou a paisagem de maneira negativa, então ficou, o novo e o antigo. Eu acho que foi positivo de maneira geral, poderia ter sido diferente? Poderia.

{Diogo} As pessoas que eu ouvi

{Aldair} Criticaram?

{Diogo} Criticaram, e a impressão assim...era de uma afronta, um prédio afrontoso

{Aldair} Mas eu acho que a intenção foi meio assim

{Diogo} Uma questão aqui sobre...a questão do projeto se restringir à poligonal de tombamento, é...eu acho lógico, por ser relacionado ao IPHAN, ou Ministério da Cultura, a princípio não é um projeto de planejamento urbano, é um projeto vinculado ao Ministério cultura, e por isso ele tá restrito ali à poligonal, mas na prática é um projeto de planejamento urbano, em que medida você entende isso dele ficar restrito à essa área, não dialogar com as áreas em volta, com a Barão, até com outros bairro em volta?

{Aldair} Eu acho...sempre quando eu falo, a minha fala sempre foi, se tu foi lá entrevistar, por exemplo um crítico, sempre teve um crítico no período quando tava lá o Saredi Boeri que é radialista ali do Centro Histórico, que é uma pessoa interessante

{Diogo} Como ele chama?

{Aldair} Saredi Boeri, ele é jornalista e tem um programa bem ouvido, popular. Eu sempre dizia assim, cada vez eu ia, “o patrimônio tá pra além do Centro Histórico, não tá só no Centro Histórico, porque as pessoas que visitam aquele território, estão na territorialidade da cidade inteira”

{Diogo} Por ser centro...

{Aldair} E o erro tá lá atrás, porque se nós tivéssemos convencido todos que o Centro Histórico é São Francisco do Sul, nós não tínhamos gente tratando São Francisco só como o Centro Histórico

{Diogo} Você acha que poderia ter colocado isso dentro do Monumenta?

{Aldair} Não tinha que ter colocado, tem isso no Monumenta. Tu leu o projeto? Se você observar as coisas do Projeto Monumenta, as atividades concorrentes eram pra isso.

{Diogo} Mas a intervenção física talvez fosse difícil...

{Aldair} Eles agiram foi do Centro Histórico, da poligonal, o Museu Histórico tá fora da poligonal, o terminal de passageiros lá na frente tá fora da poligonal, a estação ferroviária tá fora da poligonal

{Diogo} Ela foi colocada no Monumenta?

{Aldair} Foi, foi ajudado, foi colocado junto dentro do Programa, o que acontece, tu tinha que ter dialogado

{Diogo} Se o município tivesse vindo com um projeto, talvez...uma

proposta

{Aldair} É o que eu tô dizendo, é que houve...lembra lá atrás quando eu disse assim: o que houve lá no início, tinha um apelo técnico, tinha uma capacidade lá e alguém que articulou, e o Dalmo articulou o Centro Histórico, faltou alguém de São Francisco olhar pra dentro e dizer assim: “aqui Dalmo” mas nós podemos colocar a população de São Francisco do Sul, a população negra de São Francisco é grande, nós temos uma comunidade remanescente de Quilombo dentro de São Francisco do Sul

{Diogo} Onde?

{Aldair} É a comunidade de Tapera, que é exatamente dentro de uma outra unidade de conservação que é um parque ecológico, então eu não podia ter feito um diálogo? Sendo que a Tapera toda a vida abasteceu o centro com a produção agrícola? Então podia ter posto, podia ter posto não precisava ter grande coisa mas podia ter posto um diálogo com eles

{Diogo} Algum uso relacionado?

{Aldair} Eu podia ter posto alguma coisa relacionado ao forte lá dentro, o forte vai deixar os que tá lá do outro lado, lá na ponta da praia. Eu podia ter posto aqui da prainha, uma ação de musealização aqui da prainha, eu podia ter posto, porque daí eu tô ampliando o território histórico

{Diogo} E as aldeias indígenas também, né?

{Aldair} As aldeias indígenas, mas quando tu coloca esse...o Parque Ecológico, a área quilombola ou o museu, o forte, tu ta colocando essa gente toda dentro do território

{Diogo} Você acha que isso contribuiria para que o município inteiro se sentisse dono do centro?

{Aldair} Hoje tem uma divergência, quem é da praia briga com quem é do coisa (centro), é muito acirrado...São Francisco é só o Centro

Histórico, tem gente que nunca foi ao Centro Histórico, você sabia? que mora ali

{Diogo} Que mora na praia?

{Aldair} Porque não passa, não precisa passar. Às vezes quando usa o ônibus ainda passa, mas quando não usa, não passa. Então, tu não tem nada que dialogar. Quando nós abrimos em 2014 a Casa da Praia, nós abrimos uma Casa da Praia, e todo mundo (dizia) “como assim uma Casa da Praia?” a Casa da Praia é a nossa casa da praia, é a nossa casa de cultura da praia e as pessoas diziam assim “Mas como que você quer abrir uma casa da praia?” e eu dizia “ eu quero abrir uma casa da praia porque eu quero tá lá e as pessoas entender que aquilo lá é nosso e nós somos daqui”, a intenção era essa, nós fazíamos oficina, nós fazíamos feira

{Diogo} Mas por que o estranhamento?

{Aldair} Porque achavam que a parte cultural tava só no Centro Histórico, não tinha outra coisa

{Diogo} Cultura como folclore, como museu...

{Aldair} Exatamente, se não tivesse aquilo...eu lembro que uma vez teve um festilha e eu convidei o pessoal do CTG pra dançar, dança gaúcha, daí uma pessoa disse assim “Aldair tu não devia ter convidado” e eu disse “Por quê?” “Porque isso ai não é cultura de São Francisco” e eu disse “Mas (eles) moram aonde, em Júpiter?” Tão morando aqui essa gente, eles vivem aqui, eles vieram do Rio Grande do Sul mas essa gente daqui veio de onde? Não vieram da Europa, da África, não vieram de outros lugares? Eles só vieram em tempos diferentes, gente de Santos, de São Paulo, eles também não são daqui, eu não sou daqui. É essa discussão que o Monumenta...foi uma questão de gestão, porque optou-se não dialogar com isso, tu já foi em Laguna, não?

{Diogo} Não

{Aldair} Deveria ir em Laguna, conhecer Laguna, o escritório técnico

do IPHAN de Laguna, fez o contrário, ele pegou todos esses erros e começaram com a ação educativa

{Diogo} O PAC Cidades Históricas, né?

{Aldair} Tu não tem noção o quanto mudou a percepção das pessoas em relação ao Centro Histórico de Laguna, quando tu for lá, tu vai ver. E eu não estou falando assim, tô falando como quem tá fora e tem um contato. Eu percebi...eu conhecia Laguna há muitos anos e percebi esse diálogo que eles estabeleceram, ai quem conduziu o processo foi o escritório técnico do IPHAN enquanto em São Francisco, quem conduziu o processo foi o Monumenta, aliás, foi o Ângelo, a UEP..

{Diogo} Mas a UEP...seria potencialmente bom o fato de ter uma administração local porque o IPHAN..

{Aldair} O PAC também tem, também isso em Laguna, mas o que eu tô dizendo...se tu dá o poder total e se afasta, tu deixa aquilo sair do controle. O mesmo ponto positivo que o Dalmo teve em pensar urbanisticamente o conceito da cidade e as lógicas, as divergências, só que na prática ele se transformou num projeto de engenharia, de obra e ai as pessoas começaram a tocar obra, faziam as coisas mas não sabiam pra que servia. Eles restauraram o Museu Histórico, atrás do Museu Histórico tinha um engenho de farinha

{Diogo} Atrás onde era o estacionamento?

{Aldair} Não, do Museu Histórico

{Diogo} É...do Histórico

{Aldair} Tem um estacionamento?

{Diogo} É um terminal...pátio de ônibus turístico

{Aldair} Não ali, atrás... dentro do prédio, dentro do pátio

{Diogo} Do quadradinho, ali?

{Aldair} Não tem dois móveis brancos, dois blocos grandes atrás? Ali atrás era o terreno...ai ele vai, o Dalmo, o Dalmo não...o Monumenta, faz uma revitalização do Museu Histórico. Esqueceram que tinha a porra do engenho lá atrás montado, fizeram um museu ai atrás tem dois módulos, um que é um auditoriozinho e o outro...e ai quando eu fui pra Fundação Cultural em 2009 e fui visitar o museu, eles tinham transferido todo o acervo do museu para o Salão Paroquial enquanto a obra estava sendo tocada. Quando eu assumi, na primeira semana, eu fui lá no museu e veio o caminhão da prefeitura com aquela caçamba e (viraram) algumas coisas do museu que estavam dentro, eu disse “Eu não acredito, cadê o engenho que tava aqui atrás?” (disseram) “quebrou, se perdeu”, algumas peças que estavam lá atrás na garagem da prefeitura, ai as pessoas...aquele engenho era a representação da população de São Francisco, porque o museu era quase uma caixinha de relíquias da família Costa Pereira e coisa do gênero e ali atrás era a representação, não tava não tinha...e ai logo depois que eu assumi entraram com uma ação contra mim porque eu tinha que dá jeito no engenho. Eu fui lá e bati na porta do Ângelo, (ele disse) “Aquilo lá não tava adequado” (e eu respondi) “Mas quem disse que não tava adequado?” E (ele respondeu) “ agora tem aquele espaço e você pode colocar as peças lá dentro” e eu disse “eu não vou por, primeiro quem devia ter feito isso era vocês, segundo que eu não vou pôr e não tem as peças todas, eu não vou sair por aí catando, a responsabilidade é de vocês”. Eu responsabilizei o IPHAN...O IPHAN, a UEP como Fundação Cultural, deu um pandemônio, eu tô dizendo pra vocês que vocês organizaram um projeto que não tinha, essa é a prova cabal de que, primeiro, não se dialogou da forma adequada, segundo, não se pensou o que tinha. Porque se tinha mais coisa, podia ter se pensado nisso, podia ter dialogado com todo esse acervo.

Uma coisa é o projeto, outra coisa é a execução dele, e ai foi exatamente isso que aconteceu, claro, foi positivo, mas podia ter sido muito melhor e hoje talvez a gente não estivesse com tanta dificuldade de reconhecimento. Porque as pessoas gostam dessa coisa...só que nós perdemos em capacidade de produção cultural, nós perdemos muito em capacidade de produção cultural. Hoje, se produz bastante coisa, mas as pessoas perderam aquele momento de perceber São Francisco, então eu acho que isso afetou a identidade cultural de

toda a cidade, de maneira geral. Porque hoje tu tem um conjunto arquitetônico interessante, mas o uso daquele conjunto arquitetônico não tá alinhado com a origem, como ele foi formado, como ele foi concebido. Então hoje, tu tem várias coisas ali no centro que...

{Diogo} Você acha que perdeu a oportunidade da cidade se apropriar daquilo de forma mais intensa?

{Aldair} Eu acho que é como um parque temático, a questão do próprio “Piratas”

{Diogo} O navio?

{Aldair} É, o barco. Eu acho fantástico, porque nós temos um histórico de ocupação de piratas aqui na Baía da Babitonga, uma ocupação histórica real de piratas que se instalaram na Baía da Babitonga no período das navegações espanholas, nós temos isso mas nós não contamos. Nós demos um seminário sobre isso, com as temáticas que a gente fez, nós fizemos uma feira do livro que dialogava exatamente com isso. O primeiro tema era Janelas para o Mar, com um livro do Alcides Burst que falava sobre isso, ele é um escritor que tem uma relação com São Francisco bem interessante. Depois teve é...a, esqueci...Então amar, mais ou menos. Qual era a intenção? A intenção era voltar, sempre voltar, a intenção da Fundação Sempre foi voltar, mas por que? Porque o projeto urbanístico era uma coisa e a execução dele foi outra completamente diferente. Eu acho que o fato da gente ter...impedido a abertura de outras entradas dentro do conjunto do Monumenta foi negativo, o fato da gente ter ignorado solenemente a presença da universidade da Univille, dentro do Programa, a Univille poderia...a Univille é a Universidade da Região de Joinville, tem um curso de História, que é um curso antigo, tem um mestrado e um doutorado na área de Patrimônio Cultural

{Diogo} Já tinha? Oceanografia, Biologia Marinha...

{Aldair} Não mas foi implantado, eles não dialogam com a gente, eles tão lá e ninguém conversa com a gente, é uma coisa.. o único momento que nós tivemos um diálogo em produção, tudo pode

perguntar pra qualquer um, eu não tô falando isso pra me vangloriar, o momento que nós dialogamos com a universidade foi quando eu estava lá, porque eu tinha um vínculo que comecei a trazer a universidade pra dialogar. Fazer seminário, fazer troca, foi esse momento

{Diogo} Mesmo do ponto de vista material, eles podiam ocupar imóveis no centro, por exemplo, Biologia Marinha sair com o barco dali e fazer pesquisa

{Aldair} Eles podiam, o 24 podia ter sido da Univille, entendeu? O 24 podia ter sido da Univille

{Diogo} Precisaria ter tido uma articulação anterior ao Programa...

{Aldair} Exatamente, o 24, o próprio prédio do INSS que tá lá embargado. Na verdade, embargado não tá embargado coisa nenhuma, aquilo ali é tudo fake. O INSS quis sair dali e não conseguiram resolver nunca. Eles podiam ter feito...eles podiam ter feito várias coisas, o prédio dos Correios. Eu acho que faltou desdobramento, coisa que em Laguna eles perceberam, tanto que Laguna virou a menina dos olhos do patrimônio de Santa Catarina. Porque eles conseguiram, se tu falar com a Liliane qualquer dia eles vão falar pra ti: mas em Laguna eles fazem isso, eles têm uma ação de educação patrimonial muito interessante. O que que o IPHAN fez em Laguna em relação ao Centro Histórico? Foi reconhecer a pesca com o boto, de tainha, com o boto como referência cultural, algo totalmente desvinculado à materialidade

{Diogo} Inclusive, em São Francisco, ali do lado do Museu Histórico tem uma série de casinhas de madeira ligadas à pesca e ali do outro lado tem a sequência de praias do Paulas e...que são justamente ligadas ao patrimônio imaterial da pesca, da pesca artesanal e que não foi considerado. A pesca, inclusive, antigamente segundo alguns relatos que me deram era do lado do Mercado, então descarregavam os peixes e vendiam ali mesmo, né

{Aldair} Numa fala dessas aí, em umas das reuniões eu fui chamado atenção por um grupo de empresários, me colocaram como um...tem

um nome que eles usam, um nome americano, em inglês, pra se referir que a pessoa é um....

{Diogo} *outsider?*

{Aldair} É...uma coisa assim, que é bem...que é negativo pros negócios, aí em seminário que teve da MUNESP que é a Associação dos Municípios aqui, onde tava o Noberto, o Gonzala, os procurados e coisa do gênero. As técnicas foram falar de uma questão da revitalização de uma área da Praia do Mota, que é ali perto...Praia do Mota não, Praia do Lixo que é ali perto, bem perto do Museu Histórico e começaram a falar sobre o Sambaqui e aí eu falei “Gente, vamos quebrar essa coisa do Sambaqui, vamos quebrar uma coisa aqui, a gente pode amenizar aqui vai ser bom para os empresários e para o patrimônio também”. A gente pode dialogar sobre um conceito que eu acho que a gente deveria falar agora, que é um Sambaqui contemporâneo, que a gente fala muito sobre o povo sambaquiano que é quem construiu o Sambaqui, né? É um povo que vem antes dos indígenas que é o povo sambaquiano que data de 8 mil anos atrás mais ou menos, datado aqui no Museu do Sambaqui em Joinville, inclusive. Nós continuamos tendo catadores-coletores, porque no Centro Histórico, na Praia do Mota, as pessoas vão catar berbigão, fica todo mundo catando berbigão, todo mundo comendo berbigão e continuam jogando a casca do berbigão da bananeira, continuam fazendo da casca do berbigão o seu lixo, continuam colocando no fundo da casa, colocando em volta da calçada da casa pra ficar firme o chão. Então a gente precisa discutir um novo...uma nova perspectiva do patrimônio, porque as pessoas continuam produzindo culturalmente, se o Sambaqui é importante e tem aquela importância, então vamos falar sobre isso, que humaniza o Sambaqui e a gente traz o Sambaqui pra dentro do contexto contemporâneo e é uma forma de lidar com isso.

Tu deixa de fixar expurgando o Sambaqui da área urbana, tu aceita que ele tá na área urbana e tu pode a produzir coisas a partir dele, inclusive pode-se transformar aquilo num parque, tu pode transformar aquilo numa área museal, tu pode transformar aquilo apenas como áreas paisagística, tudo pode fazer várias coisas. Mas nós temos que assumir que nós temos Sambaqui, porque cada vez que faz um buraco em São Francisco é um inferno, um pandemônio

ligaram pro prefeito, ligaram pra chamar o Dalmo, eu tô aumentando a capacidade de vocês (pessoas) enxergarem as coisas, o que a gente precisa é dialogar, é o que eu digo, faltou um olhar interdisciplinar do IPHAN em São Francisco do Sul

{Diogo} Só do IPHAN?

{Aldair} Só do IPHAN, porque o IPHAN começou o processo, então teve um olhar do Dalmo, o olhar do Dalmo, embora eu ache que o Dalmo seja um cidadão do mundo, que eu acho que ele é um cidadão do mundo, que ele tem um pensamento muito interessante mas ele não teve capacidade técnica de operacionalizar aquilo porque nesse processo ele assumiu o DEPAM em Brasília, ele assumiu outras funções em vários lugares, ele colocava aqui algumas pessoas que tinham...muito estagiário trabalhou no escritório, gente boa, boa mesmo mas que não tinha maturidade pra lidar com a envergadura do que é um patrimônio imaterial em um centro histórico com 200,300 anos. Porque daí você precisa ter um diálogo, precisa conhecer o que é uma comunidade tradicional, pra te dizer que a comunidade do Paulas, embora tenham migrado de Tijucas na década de (19)70 e viraram a única comunidade remanescente de açorianos de São Francisco do Sul, porque São Francisco não tem uma ocupação açoriana, tem uma vicentista, mas a ocupação do Paulas é uma ocupação de açorianos das regiões de Tijucas, Porto Belo e Bombinhas, é mapeamento, eles estão ali desde a década de (19)70, é uma ocupação recente, é, mas nesse período que eu estive lá dois vereadores eram de lá, irmãos, os dois foram eleitos. Então tu tem uma influência política interessante, tu não reconhece a comunidade de Tapera como uma comunidade remanescente de quilombo, considerando que tu tem um tecido negro em toda a região aqui, tu não reconhece essa região como comunidade de quilombo. Tu tem uma ocupação recente de indígenas guarani mas tu não reconhece a ocupação recente dos indígenas guarani ali. Por que eu digo que é recente? Porque é aquela ocupação ali, eu não estou dizendo que os indígenas não estavam aqui

{Diogo} A comunidade da Reta ou do Morro Alto?

{Aldair} A do Morro Alto, a do Morro Alto é muito recente, eu mapeei a do Morro Alto. A área do Morro Alto foi uma troca, sabe

onde eles estavam? Lá na Tapera, lá dentro da áreas da Tapera, ai o dono do terreno lá trocou com um terreno cá e eles mudaram pra cá, entende? Então tu tem todas essas coisas que ficam...nós temos uma comunidade que ultrapassa o conceito étnico, que é uma comunidade socialmente econômica, ou social digamos assim...que é a comunidade que vive da pesca que independente se ele é negra, branca ou indígena ela vive da pesca do marisco, do caranguejo e do berbigão.

{Diogo} Do peixe não?

{Aldair} Do peixe não

{Diogo} Esses seriam os coletores?

{Aldair} Tu tem isso, tu tem isso tudo e tu não quer dialogar com o Centro Histórico? Então põe uma cerquinha em volta do Centro Histórico e foi isso que aconteceu, botou uma cerquinha ali e foda-se o resto

{Diogo} E qual foi o patrimônio então que foi considerado, foi o luso-brasileiro?

{Aldair} Nem é o luso-brasileiro, ali já é o resultado de uma intervenção da década de 1930,1940 e já houve toda uma demolição e uma tentativa de colocar uma estética diferente porque só a casinha tristinha portuguesa de sobancelha baixa, era deprimente pro Centro Histórico. Então foi colocada com a influência de todos os outros grupos que vieram pra cá. Tu tem uma presença libanesa enorme em São Francisco, se tu for numa casa dessa gente no Centro Histórico, em algum momento tu vai comer quibe cru, em algum momento tu vai comer quibe cru ali. Tu tem uma presença libanesa...tem árabes ali no Centro Histórico, tem os franceses que se mantém como presença quase que surreal ali. É, não tô falando do Binot não, tô falando da ocupação do Falanstério de Saí e da Vila da Glória, aquela história toda...dos Bittencurt, e tu tem tudo isso, e tu não considera isso na hora de pensar num conjunto urbanístico

{Diogo} E você acha que o centro seria o lugar de receber todas essas manifestações culturais?

{Aldair} Eu acho que o centro é um bom palco, sabe, é o melhor palco. O melhor palco é o centro, mas essas pessoas não estão no centro elas estão produzindo fora, então elas tem que...se elas não estão lá, elas tem que reconhecer que é um palco pra todos, só que elas não fazem isso, só que pra você ter uma ideia...

{Diogo} Elas usam o centro de alguma forma? Vão fazer alguma coisa?

{Aldair} Eu acho que usam, e elas reconhecem de alguma forma mas o centro não reconhece elas. Elas reconhecem o centro como importante mas o centro não reconhece elas, o centro que eu digo é não é uma coisa que emana do centro pra fora, há uma energia que vem de fora pra dentro. Quando nós fizemos uma feira do livro e nós fizemos uma temática ligada ao hip-hop e trouxemos uma brincadeira e tinha aquelas...não sei se você já ouviu falar, aquelas disputas

{Diogo} Batalha de Mc

{Aldair} Então, nós trouxemos as batalhas de Mc pra acontecer no Centro Histórico, tu não tem noção de como aquilo foi doido...Mc evangélico, uma coisa muito louca. Não só evangélico mas deu certo, mas tem um que é o Piaçava, é ótimo, maravilhoso, é um gênio, a família toda evangélica. O pai só foi assistir ele quando ele foi cantar no Centro Histórico, porque ele se reconheceu...ele reconheceu que ele saiu do gueto. Nós fizemos isso...nós estávamos num processo de...

{Diogo} Ele é de onde

{Aldair} Ele é ali do Paulas, a família dele é do Paulas mas ele mora no Iperoba. Houve uma tentativa de fazer isso, de conseguir fazer. Só que isso é um processo que é longo e se ele tivesse sido feito lá atrás ele...não tô dizendo que não dá pra fazer agora, mas hoje é muito mais difícil porque tu já tem institucionalizado os lugares sagrados, entendeu? E quando tu tá construindo....

{Diogo} E o Monumenta talvez fosse o momento de virada, de conseguir quebrar algumas coisas, até pelo investimento que teve, né?

{Aldair} É, mas vou dizer pra ti, hoje as pessoas usam o Museu do Mar de um jeito diferente mas durante um bom tempo o Museu do Mar era sagrado, quase como se fosse a igreja, tu tinha que rezar pra entrar, era uma coisa muito doida mas as pessoas não reconheciam e muita gente em São Francisco não foi visitar o Museu do Mar, mas de fato não sabe o que é o Museu do Mar, não reconhece o Museu do Mar. E a gente fica dizendo “ Museu Nacional do Mar: embarcações brasileiras” isso aí já fode com todo mundo, embarcação brasileira e batera não tá lá dentro, tem um pau que o museólogo colocou lá (dizendo) isso que representa a primeira embarcação humana, uma madeira boiando, eles trouxeram da praia...é interessante, é uma viagem, é uma reflexão interessante. Só que se tu quer realmente alcançar a população tu tem que ser um pouco mais prático se não as pessoas não se reconhecem, não veem a possibilidade de desdobramento e eu acho que é isso que falta de maneira geral, mas isso é um processo lento. Eu sou otimista, eu acho que vai melhorar, eu acho que vai resolver mas eu também acho que a gente tinha que ter um programa mais humanizado por parte do IPHAN

{Diogo} Mais interdisciplinar como você tinha dito?

{Aldair} É, interdisciplinar com certeza. As vezes que eu conversei... eu sempre conversei muito com o pessoal do IPHAN com os técnicos lá, e uma das vezes que a gente conversou foi isso assim...eu sempre dizia “olha a gente tinha que ter uma ação educativa”. Só que as ações educativas que alguns fazer é uma ação...mas tem que ter um conjunto, a mídia digital ajuda, tu se ver. Eu acho que tem que ter uma coisa mais aberta assim, sabe? Porque as pessoas já estão cansada e não querem mais voltar, quem conta a história de São Francisco toda a vida, foi quem era dali, quem queria se ver na história, eu vou contar a história da minha família porque eu quero me ver ali e cansou já, esqueceram de contextualizar. Quando eu chegava lá e dizia pro Saredi na rádio “Quando São Francisco achar que Curitiba é a capital de Santa Catarina e não Florianópolis” e ele (perguntava) “Por que o senhor acha?” (e eu respondia) “Porque eu acho, cadê o movimento que nós temos aqui? Nós temos um ônibus que sai daqui pra Santa Maria no Rio Grande do Sul, um ônibus que sai pra Curitiba e nós não temos um ônibus que vai pra Florianópolis”. Eu não estou

dizendo que Florianópolis seja importante, mas ou a gente se encaixa dentro desse conceito de referência....

{Diogo} Dessa identidade

{Aldair} Como tu que quer ser ponta de Santa Catarina, “por aqui entrou Santa Catarina”, fecharam a porta? Então assume que tu é porta de saída de Santa Catarina também, porque ai não cola, não rola. Eu acho que tem umas coisas que precisam ser feitas que é...mas o Município sozinho não dá conta, quando eu falo do IPHAN, porque se tu tem uma atividade conjunta com o IPHAN, de fato, de prática como aconteceu em Laguna, ele é outra coisa. Se tu for conhecer o escritório técnico de Blumenau, de Pomerodes que é a Região do Alto Vale do Itajaí, você vai ver completamente diferente. As casas cada um já cuidou da sua. Agora eles estão preocupados com o Ovo da Páscoa da Pomerodes, a árvore de natal, a não sei o que...eles não estão preocupados com o imóvel, o imóvel eles colocaram numa caixinha e disseram “isso aqui é obrigação nossa” nós vamos tocar, bota dois engenheiros tocando lá, agora nós vamos fazer uma interface com a comunidade, foi isso que eles fizeram, São Francisco não fez, em São Francisco foi assim: gente fica pra lá, vamos cuidar primeiro disso aqui, ao contrário, então eles tem muito mais abertura de diálogo, eles são reconhecidos como órgão competente e protetor do seu patrimônio, porque eu quero ser visto pra dizer que ele tá preservando meu patrimônio, então o IPHAN fez isso lá, fez em Laguna, aqui em São Francisco não fez.

{Diogo} Então vamos dizer que essa postura do IPHAN lá é um começo de uma nova postura, é um laboratório

{Aldair} É um laboratório

{Diogo} Ou fizeram já em outro lugar que você lembre?

{Aldair} Ali eu acho que é...aqui em Santa Catarina é o lugar mais eficiente, assim que eu vejo

{Diogo} Laguna e Blumenau

{Aldair} É, a Região de Pomerodes. Porque daí tu consegue, eles são arquitetos também sabe? Tem aquela loucura toda de obra, aquela preocupação, mas eles estão ali. Mas como teoricamente a observação deles de ambiente cultural é diferente, eles já estão ligados porque...quando tu diz, não sei se tu acompanha as coisas de Santa Catarina, quando eu falo do ovo...a Pomerodes inventou um ovo na páscoa...o secretário de turismo de lá inventou de fazer uma árvore e convidou todos os descendentes pra fazer uma árvore com casquinha de ovo, inventou aquilo, como não tinha dinheiro foram lá no 1,99 e compraram um monte de casquinha e enfeitaram umas árvores e convidaram as pessoas pra fazerem a decoração dos ovos. Virou um monte de arvorezinha e colocaram lá na praça. A páscoa do Pomerodes junta muita gente, as pessoas quase morrem pra ver o ovo. Fizeram agora um ovo enorme gigante, do tamanho dessa árvore, que fica na praça, até eu fui lá tirar foto com ovo. Aquilo tem a ver com arquitetura? Não, não tem, mas tem a ver com a ocupação territorial daquele lugar. Daí já tem o roteiro da carroça, o roteiro do zoológico, das casas, disso...daquilo, pronto, tu deu conta do território. Aqui nós não conseguimos fazer isso porque eles quiseram primeiro fazer a casa, as pessoas ocupavam o Centro Histórico pra fazer carnaval, ficaram com vergonha depois

{Diogo} Depois do Monumenta?

{Aldair} Depois do Monumenta, ficaram constrangido assim...tu não podia deixar um carro no meio da rua, tinha que ficar tudo limpo, se não ficar limpo...meu Deus, não podia ter uma panela na janela porque tinha que ficar com a aparência de limpo. Eles odeiam aquelas barraquinhas de artesanato, odeiam, o IPHAN, o Ângelo, aquela gente tudo odeia ... porque aquilo não é limpo. Mas eu botei aquilo ali, aquilo ali foi minha responsabilidade mesmo minha, exclusivamente minha. Eu botei e mantive aquilo ali, exatamente pra sujar o Centro Histórico, pra dizer “tem gente nessa merda aqui”, só pra isso.

{Diogo} Aquela área ali próxima ao porto, que tem bastante imóveis em ruínas, que tem menos uso, menos gente circulando e o pessoal costuma se referir (a ela). Porque uma pergunta que eu tava fazendo para os moradores era “qual que é a área menos interessante, mais perigosa, mas feia” o pessoal sempre falava do posto de gasolina: “Ali

ainda tem um restaurantezinho mas é complicado de tu passar”. Em que medida que o Monumenta atuou ali?

{Aldair} Ali teve uma série de coisas bem interessantes, aqueles imóveis ali pertenciam ao Sindicato da Estiva, se não me engano

{Diogo} Até colocaram tapume ali

{Aldair} Eles vão restaurar, e aí o que acontece, ali era propriedade que depois foi adquirida pelo Sindicato da Estiva e teve um outro... acho que o Ogmo que também é dono de um imóvel daquele ali e aí o que acontece, ali ficou meio paradinho porque eu acho que tinha uma especulação imobiliária de uma coisa...alguma especulação em relação ao porto, da abertura de mais algum beco pro porto, aí eles deixaram ali. Eu sei porque o próprio Ministério Público Federal entrou com várias ações em conjunto com o IPHAN contra os sindicatos, é igual o da...

{Diogo} Por quê?

{Aldair} Para eles restaurarem. (o Ministério Público) Entrou com vários processos, eu lembro que em 2007 eu acompanhei algumas audiências contra o Sindicato da Estiva, e aí o que acontece, como eles eram proprietários, primeiro precisa ser feita a identificação do proprietário, levou um ano pra fazer isso. Ficou espólio da família não sei das quantas, aquela coisa toda, ficou sobrando e não se identificava quem era, quando se localizou o proprietário, entrou com o processo no Ministério Público Federal. Não houve negligência do IPHAN ou do próprio município de maneira geral, mas era de interesse da própria população...população não, do próprio proprietário dos imóveis. Tem muitos imóveis ali bem mais adiante, ali perto da rádio, na mesma rua...tem o hotel e mais a frente tem um imóvel ali que o IPHAN entrou com um processo contra o proprietário e se amarrou, se amarrou, o proprietário entrou com vários recursos e aí o Ministério Público entrou com uma ação contra o IPHAN no mesmo imóvel, só pra tu ter uma ideia da lógica disso. O IPHAN entrou contra o proprietário e o Ministério Público entrou contra o IPHAN, chegou no final do processo o proprietário abriu mão do imóvel, não quis mais o imóvel, caiu na mão do IPHAN e ele foi condenado

a restaurar o imóvel. Então o que acontece, acontece que alguns imóveis ali são privados e eles podiam ter pedido o que sobrou de dinheiro de...do imóveis privados, várias vezes a Caixa pediu, só que o que acontece, como às vezes o documento não tava regularizado no nome do proprietário atual, ou não tinha ou não se identificava quem era o proprietário, havia uma necessidade...talvez, nesse sentido eu digo que era o município, que eu acho que poderia ter feito uma ação conjunta com IPHAN pra fazer uma desapropriação desses imóveis, que não fizeram, então nesse sentido eu acho que houve um erro assim, houve vários erros e o erro foi não ter agido pra desapropriar, pra poder o proprietário aparecer como foi o caso desse lá o imóvel do Beto Carço, um dos homens mais ricos aqui da região e talvez um desses que são muito ricos de Santa Catarina, era dele, ele era o herdeiro. No final do processo ele foi lá e desistiu, poderia ter desistido disso antes.

Por isso que eu digo, quando tu perguntou pra mim sobre a questão dos empresários, eles...sabem, quando tu não tá aí? É como se aquilo ali fosse o próprio quintal da casa deles, eu vou fazer o que eu quiser com aquilo ali, é meu. Então, só que o processo na Justiça Federal demora muito, então quando vai pra Justiça Federal, o IPHAN recorre, o IPHAN não coloca o município como réu, aí o Ministério Público vai lá entra com uma ação contra o IPHAN, contra o Município e contra o proprietário e aí a corda arrebenta do lado mais fraco. Nesse caso lá é o proprietário, mas às vezes é o próprio município porque o proprietário tinha dinheiro pra fazer, mas ficou ali se resguardando porque o fundo do terreno dá pro porto

{Diogo} E o que eles acham que vai acontecer? Que o porto vai comprar e demolir tudo aquilo ali?

{Aldair} Não...

{Diogo} Qual que é o motivo da especulação, porque tá tudo tão vazio ...

{Aldair} O motivo da especulação é de repente abrir um escritório que esteja ligado à área portuária, que seja da área portuária, passando ali, atrás do posto de gasolina já tem um riozinho que é o braço da baía, que é o porto. Eles...tinham um projeto, muitos anos atrás que

era de uma expansão retro portuária ali, sabe? E talvez de armazém, de alguma coisa naquela região ali

{Diogo} E precisava demolir coisas?

{Aldair} Não, não precisava demolir, mas precisava de área pra armazém, provavelmente alguma coisa que eles queriam fazer de incentivo

{Diogo} Mas aí continuaria vazio de gente, uma área esvaziada

{Aldair} De gente sim, toda a vida

{Diogo} E o que você imaginaria pra lá, sei lá, algum tipo de projeto que já foi discutido...o que a população que você já ouviu...o que poderia ser aquela área?

{Aldair} Eu sempre dizia, quando eu vi aquela região ali, eu acho que deveria ser uma área de moradia, tipo pequenos apartamentos pra moradia, talvez até pra locação. Hoje tem muito solteiro morando em São Francisco, a quantidade de filhos diminuiu, então tem muitos jovens casais que poderia ter ali um conjunto como foi feito em Lisboa, por exemplo, que é aquele programa de moradia. Eu estaria fazendo dois Monumenta ali, eu estaria revitalizando o espaço e transformando o espaço de moradia em pequenos apartamentos de um ou dois pavimentos, se não me engano cabem até três pavimentos naquela região ali e poderia ser ali...perfeitamente uma construção nova

{Diogo} Tem muita coisa que daria pra substituir ali

{Aldair} Dá pra substituir muita coisa ali

{Diogo} Até pelo próprio IPHAN mesmo, quando ele marca os imóveis que não tem nenhum interesse ou até que são indesejáveis

{Aldair} Ali tem possibilidade, aquele hotel que tá abandonado, eu acho um desperdício imenso aquele hotel

{Diogo} Qual que é?

{Aldair} Hotel Central, ali do lado, bem atrás do posto, assim o hotel...é uma delícia o lugar

{Diogo} De esquina?

{Aldair} Não, lá dentro. Eu acho o lugar uma delícia só ali virou um hotel de prostituição. Aí ficou largado assim, eu acho que aquela região toda podia ser moradia. E ali...moradia social, por exemplo, pequenos apartamentos de três peças assim, com tem...Lisboa fez um programa, não sei se tu conhece Lisboa

{Diogo} Eu morei em Lisboa, fiz intercâmbio lá

{Aldair} Aqueles apartamentos que eles estão fazendo ali na Alfama

{Diogo} Mas eu fiz em 2011, não sei se já tinha esse programa

{Aldair} Não, talvez não sei...ano passado eu fui pra lá de novo, eu já estive algumas vezes em Lisboa e eu sempre fico ali na região da... da Baixa Pombalina ou da Alfama. Eles criaram um programa que virou referência pra vários lugares no mundo. Aquilo ali, o Maranhão foi lá e copiou, e tá fazendo isso...estava. iniciou esse programa com o IPHAN, com financiamento da Caixa Econômica de moradias sociais, Moradias Sociais eu acho que é o nome disso. São prédios antigos, eles pegam e dividem em pequenos apartamentos e acabam fazendo. Quem fez isso foi o Junior, sabe a Fundação Cultural de São Francisco? em frente não tem um bem de esquina, tem o prédio preto do outro lado da rua tem um café em baixo

{Diogo} Café Azul?

{Aldair} Em cima tem apartamentozinho

{Diogo} É um hostel?

{Aldair} É um Hostel mas do lado tem apartamento, se não me engano. O Junior foi pra Lisboa, ele tem casa pra lá, ele trouxe isso

pra tentar fazer ali. Não sei se foi pra adiante ou não foi, porque eu não tenho mais contato com ele.

{Diogo} Ele fez por ele mesmo, um empresário né?

{Aldair} Sim, mas enfim. A ideia, o IPHAN gostou da ideia e queria fazer lá, tanto que o Dalmo comentou isso, que poderia ter pequenas moradias pra pesquisar, pra viajante, pra quem tá fazendo turismo. Então poderia ser...ou pra moradia mesmo

{Diogo} O Monumenta fez isso em outros lugares mais bem sucedido, Olinda eu acho...até Cachoeira mesmo

{Aldair} Em São Luís do Maranhão ele fez mesmo, específico pra Minha Casa Minha Vida, financiamento tipo Minha Casa Minha Vida

{Diogo} São Luís precisa muito, porque aquele Centro é Morto, é muito grande e muito morto

{Aldair} Mas é...eu acho um desperdício aqueles prédios enormes, tudo paradinho e aí isso aconteceu lá e eles quiseram fazer aqui, e eu acho que caberia porque aquele conjunto todo, do hotel pra cá, dá um “L”, ali dá alguns apartamentozinhos

{Diogo} E em relação ao turismo no Centro Histórico...o que regeu o Monumenta em São Francisco foi a questão do turismo, né? Mas apesar disso, se o turismo foi o objetivo final, o turismo deveria ter bombado a ponto de ter vários comércios voltados ao turista mas não é isso que vem acontecendo, né? Teve um *boom* de comércios e serviços ali? Porque o que a gente vê é: o Monumenta aconteceu e em paralelo a isso, muitos comércios foram pra Barão, bancos e mesmo o Correio e etc...e os comerciantes reclamam, quando tinha os outros serviços, quando as outras secretarias estavam aqui (no Centro Histórico), então também o turismo não representou uma solução pra eles.

{Aldair} Então eu acho que de fato, não foi investido no turismo, não foi pensado. Foi colocado como objetivo lá na frente, “Nós queremos alcançar” mas não foi planejado para o turista, entende? Se tu quer

transformar uma cidade em uma cidade turística tu tem que ter elementos pra que ela seja turística o ano inteiro, porque senão só vai preparar ela para o período de verão, e não precisa preparar ninguém porque a pessoa vai chegar de qualquer jeito ali no Centro Histórico, tendo sorveteria ou não a pessoa vai chegar ali. Então eu acho que nesse sentido a gente não teve um investimento no turismo. A gente deveria ter feito primeiro um investimento na cidade, na população, fazer uma coisa...não sei nem se usam mais essa palavra, uma espécie de endomarketing, assim...pra comunidade, pra que eles conseguissem visualizar aquilo ali como um potencial turístico, porque uma coisa é tu chegar, um especialista e dizer “aqui é lindo, eu viria pra cá fazer turismo”, mas só veio aquela vez e foi embora e nunca mais voltou, porque aquilo de fato precisaria ser montado. Aí começou-se a montar uma coisa *fake*, que é quando...eles não gostam daquele cara do Barco Príncipe, é um inferno

{Diogo} Do Barco Príncipe que é o branquinho

{Aldair} A Prefeitura não tem contato com o cara do Barco Príncipe, eu fiz...tentei várias vezes intermediar alguma coisa, mas não, o cara também só quer fazer do jeito dele, então ele é um investidor de turismo, o ano inteiro ele trabalha ali, o ano inteiro ele ganha dinheiro com aquilo ali. Faça chuva, faça sol, inverno ou verão ele tá ali. Só que pergunta se alguém faz contato com aquele cara e ele aprendeu que ele não quer mais contato com a Prefeitura, ele não precisa da Prefeitura, porque no começo ele até se dava bem com a Prefeitura mas aí ele não quis mais saber porque a Prefeitura...sabe aquela coisa de tu não perceber aquilo e aí acaba não fazendo. Então tem uma coisa bem interessante que a gente tentou fazer lá que foi uma coisa ligada ao turismo escolar, que é uma coisa...ou de terceira idade, de escola e terceira idade tu consegue trazer o ano inteiro, tu consegue trazer gente, se o velho e a criança virem, eles vão trazer a família, em algum momento a família vai vir. A Secretaria de Turismo, quando lá atrás, quando era a Jamile, lá atrás, que é a secretária de turismo hoje, uma menina...ela foi boa, agora a Jamile voltou pra Secretaria de Turismo, quando ela saiu foi jogado fora todo o trabalho que ela fez e ela fez um trabalho interessante, ela é boa, ela é guerreira e ela é dali, ela tá nessa vibe. Só que o que acontece, quando ela tava projetando aquilo, tiraram ela, teve de novo uma...porque é assim, ou é o IPHAN ou é a

Prefeitura que faz a concorrência, junto não consegue, não consegue juntar as forças. Quando um enfraquece o outro deveria estar...foi o que aconteceu quando eu tava na Fundação, quando o IPHAN dava uma enfraquecida eu ia lá e dava uma encorpada. Quando eu sai o IPHAN também deu uma saída, daí voltou a história do Papai Noel e do Coelhinho da Páscoa, porque o IPHAN ficou sem ninguém e a Secretaria do Turismo também.

Então, o que a gente precisaria? Precisaria juntar uma ação integrada, porque a ação não é integrada em São Francisco, porque ação integrada é quando tem uma pessoa que vai lá e integra, se a pessoa que tá integrando sai, meio que dá uma desanimada, assim... não tem uma permanência, sabe? O turismo em São Francisco, na verdade, nunca foi foco ele foi...ele tem uma atividade turística, mas não tem um desenvolvimento para o turismo. Mas por quê? No inverno é tão lindo São Francisco, é tão...eu adorava trabalhar no inverno no Centro Histórico, eu achava charmoso, eu acho romântico o inverno em São Francisco, mesmo com aquele ventinho, aquela coisa fria que é frio aqui em Santa Catarina, é frio assim mesmo. Mas tem um charme todo especial, mas a gente não trabalha pro turismo o ano inteiro, a gente trabalha pra maldição pra abertura do turismo, pra abertura do verão. Não precisa fazer abertura do turismo, porque uma cidade turística não faz abertura de porra nenhuma, mas eles fazem aqui. Tá lá “abertura da temporada de verão”, “encerramento da temporada de verão”, abriu e fechou. Agora não faz mais nada

{Diogo} Isso é um clássico, minha cidade é idêntico

{Aldair} Mas quando tu faz isso, tudo marca uma época

{Diogo} Que não precisaria nem fazer nada

{Aldair} Se tu tem uma cidade turística, tu não precisa abrir, já viu... Gramado faz abertura de Natal, não tô dizendo que Gramado seja bom, odeio Gramado...mas assim, eles fazem negócio de Natal, Festival de Inverno, Festival de Verão, eles fazem evento no meio. A Feira do Livro que nós instituímos em São Francisco, nós fizemos em agosto que é o pior mês do comércio. Sempre todo mundo diz isso, então nós fizemos em agosto. Por que que a gente escolheu agosto? Porque o pessoal do comércio reclamava do período, e aí quando a

gente escolheu agosto (pensamos) não vai, mas foi muito legal. Foi com turista? Não, o turista era o pessoal ali da cidade. Tu não tem uma continuidade de programação, tem que ter, quando eu cheguei lá...eu tô comparando pra te exemplificar, os dois principais eventos Natal e a Páscoa, consumiam 80% do orçamento da Fundação Cultural. Eu tirei o Natal e a Páscoa, eu tirei aquilo lá, colocamos no cinema, eu abri uma Casa de Cultura que não tinha Casa de Cultura, implantamos oficinas de cerâmica, de pintura, de desenho, dança, tecelagem. Fizemos uma ação educativa pra 450 professores o ano inteiro, com oficinas 1 vez por semana. Abrimos uma Casa da Praia, com o dinheiro desses dois eventos. Eu só deixei de fazer o Papai Noel e o Coelhinho da Páscoa e nós fizemos tudo isso. Fizemos uma programação atuante o ano inteiro e hoje o que eles fizeram? Voltaram a fazer o Coelhinho da Páscoa e o Papai Noel, fodeu, fecharam a Casa da Praia, pararam com as oficinas de dança, expulsaram o pessoal do Ballet do Centro Cultural, fizeram eles alugar uma casa, tiraram as oficinas de cerâmica e de desenho. Tiraram os professores que eram cedidos da educação pra fazer isso, fecharam o convênio, fizeram um novo cadastro com o artesão. O que o artesão tinha que fazer? Ele ganhava o espaço, mas ele doava 20 horas, no ano, pra mim...não pra mim pra Fundação Cultural, então ele ganhava o ano inteiro o quiosque e participava o ano inteiro dos eventos da Fundação Cultural e qual era a contrapartida deles? 20 horas durante o ano de uma oficina que ele podia dar pra população de um trabalho qualquer que ele pudesse dar. Se ele faz tecelagem, então ele vai dar 20 horas de tecelagem pra população, onde vai ser? Ou na Casa da Praia ou no Centro Cultural, a contrapartida...aí eu tinha o Centro Cultural aberto, artesãos trabalhando e eu tinha professor de graça, entendeu? Eu tinha o ano inteiro atividade e o que eles fizeram? Não queremos nos incomodar com essa gente, acaba com este edital e faz um novo edital, acabou sexta-feira agora as inscrições. Um novo cadastro para os artesãos.

Uma até me ligou, (dizendo) “Ai Daia como é que eu faço?”, eu (disse) “Se eu ligar pra lá e pedir ajuda, tu vai se foder de uma vez, não dá”. É uma tentativa, então...o que eu penso em relação a isso assim, é que o investimento do turismo tem que ser uma atividade rotineira e contínua, uma ação do Governo, não uma ação do Governo, uma ação de política pública para aquela finalidade e envolver a questão comercial da cidade. A relação

que nós tínhamos com o Barco Pirata, eu cheguei lá e disse assim, “olha eu acho que a gente pode colaborar com vocês”, na Feira do Livro, o que nós combinamos: nós fazíamos passeio com alunos de leitura. Pegamos aqui no Fundação Cultural ia até a Praia do Mota e voltava, dava tempo deles lerem um livrinho dentro do Barco do Pirata e voltavam. Mas as crianças que entravam ali não entravam só pra fazer leitura, a gente contava que ali durante muito tempo, teve piratas, nós contávamos toda a história dos piratas, dos espanhóis. Nós contávamos toda a história, a gente trocou e em contrapartida, o Barco Pirata deu toda a programação da Feira do Livro, olha eu não tenho dinheiro pra pagar vocês, mas eu vou dar mídia pra vocês e vocês...vou colocar no site da Prefeitura. Obrigação eu não tenho de divulgar, quer trocar? Vamos fazer um acordo? Fizemos, isso é uma coisa colaborativa, se tu não fizer uma coisa colaborativa tu não vai ter, porque a economia é colaborativa, entendeu? Mesmo que tu não tenha lucro, tu tem que colaborar pro outro ter lucro que ai tu tem lucro também, se não, não tem lucro, ninguém tem lucro. Ali o problema é que não se investiu de fato em turismo, isso é uma falácia. Não existe isso em São Francisco, se investe em atividade turística, mas em turismo como prática sustentável, economicamente viável, não tem

{Diogo} E você comentou do Barco Príncipe, a questão da mobilidade em São Francisco pras outras cidade, o pessoal comenta que a BR é muito congestionada, se duplicasse a BR melhoraria, mas tem também a questão de chegar em São Francisco por barco, já que é a paisagem principal da cidade, aquela frente d’agua...num período atrás teve um transporte, né? o Marine bus que ia direto de Joinville, não como transporte turístico, mas como transporte simplesmente, você acha que isso ajudaria?

{Aldair} Eu acho que isso não cola, não por nada, porque a entrada dessas pessoas em Joinville é ruim, não consegue, tanto que pra Itapoá vai e volta, mas pra Joinville não vai e volta, primeiro que não entra no Rio Cachoeira nem a pau. Se entra, não sai, se a maré tá alta não desce. Então eu acho que essa história de navegar pra São Francisco, acho que não

{Diogo} Mas para o aeroporto daria, porque o aeroporto tá logo ali

{Aldair} Eu acho que não, porque a logística é muito cara. Eu acho que o que poderia resolver...a questão da logística aqui em São Francisco poderia ser tratada com a Linha Férrea, eu acho que o trem resolveria um grande problema de São Francisco, de transporte de passageiros

{Diogo} A mesma linha compartilhada com os vagões do porto

{Aldair} Exatamente, a mesma linha compartilhada, o mesmo vagão. E já teve quando nós tínhamos a Litorina, tu sabe o que é uma Litorina, não?

{Diogo} Não

{Aldair} Litorina...a Litorina funcionou até a década de (19)90, a Litorina é um ônibus, é um trem todo prata, como se fosse...vai mais gente claro, vai umas 100 pessoas dentro. É só máquina assim, era um ônibus

{Diogo} Não tem vagões?

{Aldair} Não, era só ela, às vezes quando tinha muita gente era ela e mais um. E ela é rápida, tem uma velocidade bem boa e ela fazia dois horários, às 8h30 e 15h30, acho que era mais ou menos isso, claro que tinha que saber qual horário, porque agora é outro horário. Eu acho que uma saída de transporte coletivo ali seria a linha...a estação ferroviária e a minha sugestão é que pegasse o terminal Walter Gama Lobo

{Diogo} Qual que é esse?

{Aldair} Aquele cinza do lado do Museu Histórico

{Diogo} A tá, o terminal turístico

{Aldair} Aquele terminal ali e pegasse o trem, encostar ali e transforma-se em uma rodoviária rodoferroviária. Uma rodoviária e uma ferrovia que parasse ali, porque ali tá dentro do Centro Histórico,

na porta do Centro Histórico, quem vem de Joinville para ali e sai dali

{Diogo} Onde que é a rodoviária no Centro, não tem?

{Aldair} Não tem, não tem. A rodoviária velha acabou e a outra ficou ali como ponto de referência e não tem. E ali tem tudo, aquele terminal ali tem tudo pra ser...tem lugar pra estacionar, tem lugar pra fazer manobra, tem lugar pra abrigar as pessoas, tem banheiro, tem toda a estrutura. A minha sugestão inclusive era que se transformasse aquilo ali em uma rodoviária

{Diogo} Mas os ônibus teriam que passar em frente ao Museu do Mar ali, né?

{Aldair} Não, Museu do Mar não, Museu Histórico

{Diogo} Entendi, é do outro lado, achei que você tava falando do terminal turístico

{Aldair} Não, não aquele ali é o terminal naval, onde tem o deck ali, é o outro cinza, lá perto do Museu Histórico

{Diogo} Museu Histórico, sim. Você tá falando daquele terrenão que tem o galpão que é chegada de ônibus e tal

{Aldair} Ali pra mim, deveria ser ponto de chegada e saída da Litorina, que é o trem de passageiros

{Diogo} Não interfere no Centro Histórico

{Aldair} Não interfere no Centro Histórico, não atrapalha ninguém e tá na borda da linha do trem, e pode ser o abrigo dos ônibus intermunicipais ali. Ele não afeta o Centro Histórico, ele tá na porta do Centro Histórico e tu resolve todos os problemas, pronto. Ali seria uma solução que eu vejo, que ajudaria na mobilidade e na ocupação territorial, porque tu traria pra cá, pra entrada do Centro Histórico uma estrutura ótima, urbanística outra assim, que é pra difusão. Ali poderia concentrar os ônibus municipais e intermunicipais

{Diogo} Um terminal mesmo?

{Aldair} Um terminal

{Diogo} E tem aquele terreno gigante na frente, que é da Rocha, né

{Aldair} Mas atrás, tem atrás um estacionamento bom, o galpão dentro que foi todo revitalizado pelo Monumenta, é a coisa mais linda, eu adoro. Ali foi a Casa de Cultura, aquele lugar estava abandonado, quando eu cheguei lá (eu disse) “Aquilo lá é da prefeitura?”, (responderam) “é”, então vou instalar a Casa de Cultura lá dentro, eu instalei lá dentro. Fiquei 7 anos com a Casa de Cultura funcionando lá dentro. No começo do governo do Renato, esse prefeito de agora, o que aconteceu, ele disse “Não, a gente precisa desocupar porque a gente vai transformar aquilo ali num espaço”, ele queria fazer um espaço multiuso, deram uma ordem de despejo de um dia para o outro pra eu sair de lá. Saímos de lá com o rabo entre as pernas, acreditando que ia acontecer isso mas ficou abandonado e virou um depósito, largado, jogado.

{Diogo} Não chega ônibus ali?

{Aldair} Não chega, o ônibus estaciona lá dentro do pátio, lá longe, mas não tem contato nenhum. Ali tem estrutura de banheiro, acessibilidade....todo o plano, ali é ótimo, tem rede de...nós fizemos muita coisa ali dentro daquele espaço. Só que esse governo agora foi lá e...ai por isso que eu me desanimei, ai eu sai da Cultura e fui pra Educação, daí depois passei num concurso aqui e abandonei tudo e vim, porque sabe quando tu desanima? Tu vê que não era aquilo...mas eu acho que ali é o lugar que é muito mal utilizado e cumpre aquilo que o Dalmo pensou “de ponta a ponta, de museu a museu”

{Diogo} Porque a outra ponta...

{Aldair} E ai, se tu quer...Mas ai como é que a gente vai colocar um ônibus? Ele vem pela Marcílio Dias, para ali, o ônibus urbano, depois sobe de novo, para ali na ponte, passa no Centro Histórico e vai para as praias, entendeu? Ele continua fazendo o mesmo roteiro, não vai atrapalhar em nada, ele passa ali na frente... tem lugar pra estacionar,

tem lugar pra parar o trem

{Diogo} Daria tranquilo... Qual você acha que é o legado do Monumenta, positivo, seja na valorização simbólica pro habitante, pro turista

{Aldair} Eu acho que o legado do Monumenta foi tirar de alguma forma...foi tirar São Francisco de uma linha de abandono, eu acho que foi tirar São Francisco de uma depressão...como que eu posso explicar? Não uma depressão...

{Diogo} Uma baixa auto estima?

{Aldair} Eu acho que era, tinha uma coisa...a relação de maneira geral da cidade, era deprimida. Eu acho que o Monumenta deu cor pra São Francisco, ela era uma cidade cinza, o Monumenta deu cor pra São Francisco, possibilitou cores assim...mais vivas, literalmente mais harmônicas assim, São Francisco era muito...primeiro que era muito fechada, então eu acho que nesse sentido eu acho que ela abriu possibilidade, poderia ter feito mais? Eu acho que sim mas eu acho que ela deu uma tonalidade mais contemporânea para São Francisco

{Diogo} Você acha que para o município como um todo? Esse sentimento

{Aldair} Eu que não, eu acho que tem mais a ver com o Centro Histórico, quando eu falo Centro Histórico, eu não falo da localização geográfica, eu tô falando o Centro Histórico que compõe o tecido urbano assim...que é as pessoas que são ligadas ao Centro Histórico, às vezes a pessoa mora lá na praia mas ela tem uma ligação com o Centro Histórico. Eu penso que o Monumenta ele deu essa tonalidade pro Centro Histórico de São Francisco, que seria como se fosse uma referência...em termos de arquitetura foi interessante para as pessoas verem assim, gostam de ter aquela coisa aristocrata, gostam de ter museu na cidade, eles são uns iletrados a grande maioria mas gostam de ter museu, gostam de ser sede do patrimônio cultural de Santa Catarina, gostam do título, gostam de ter a história contada mesmo que eles não saibam absolutamente o que é, gostam de ser berço do espiritismo. Tem uma série de coisas que eles acham que é interessante

mas é uma coisa muito fechadinha, muito...então eu acho que o Monumenta abriu pra outras pessoas olharem São Francisco, não só o pessoal do Centro Histórico. Mas em contrapartida, ele perdeu a oportunidade de fazer com que essas pessoas se percebessem como donos do espaço, todo mundo acha muito bonito mas ninguém quer tocar, sabe aquela história do santo? Eu acho bonito, eu rezo pra ele, vou lá beijo ele tudo, mas eu não posso tocar, é sagrado, ele foi sacralizado ali. As pessoas acabam não usando, como as pessoas do Hip Hop, eles só se sentiram à vontade de fazer as batalhas, quando nós como instituição fomos lá e convidamos eles, quando alguém da instituição foi lá e disse “você não são mais convidados” eles não voltaram mais, logo, eles não são donos daquela porra, porque se eu não volto mais eu não posso ser dono daquilo ali, não é, eu não reconheço. Isso não é patrimônio, patrimônio é quando eu reconheço a minha propriedade em relação a ele e quando eu reconheço ele em relação à minha identidade, isso é patrimônio, quando isso não acontece não é patrimônio. Então o Centro Histórico é patrimônio pra quem se guardou e se fechou dentro do Centro Histórico, pra outros é apenas um lugar bonito.

Então a minha percepção é que se o Monumenta tivesse falado, de fato, com a comunidade em termos de referência histórica e utilizado os conceitos mais esclarecidos a respeito dessa função, hoje nós teríamos uma propriedade.... Centro Histórico reconhecido, de fato como patrimônio. Sequer Santa Catarina reconhece São Francisco como patrimônio cultural, e você vê que nós somos uma cidade inteira que é, teoricamente, a porta de entrada da cidade e tudo mais e a ponte de Florianópolis tomou uma proporção muito maior de patrimônio que São Francisco inteira e Laguna. Então é isso, é aquela coisa de tu aproximar e em Laguna tão fazendo uma coisa muito interessante que é, durante muito tempo a Anita foi chamada de heroína dos dois mundo, e é chamada de heroína dos dois mundo a Anita Garibaldi por causa da...conhece a história da Anita Garibaldi?

{Diogo} Conheço de minissérie e de cursinho

{Aldair} Ok, fechado. A Anita pra todos é uma italiana, ela não é, foi feita a árvore genealógica dela e se descobriu que ela é do Açores, agora eles tão num movimento forte em Laguna de açorianizar a Anita Garibaldi, porque a Itália se tornou tão dona da história da

Anita Garibaldi, muito mais que o próprio Giuseppe Garibaldi, que eles sentiram perder a própria identidade. Então o que aconteceu, a casinha que foi toda revitalizada, do lado da igreja que era a casa de moradia da Anita, onde ela se preparou pro casamento, tem três atrizes que se dividem como se fossem a Anita, se tu chegar hoje tu vai ser recebido por uma atriz que diz “eu sou a Anita, aqui me preparei”. Isso não é material, isso é imaterial. Entende? É uma apropriação da imaterialidade porque o que te toca em São Francisco é o sentimento que tu vai ter por aquilo lá, não é o prédio, que o prédio tu vai tirar uma foto e levar pra casa. O que aconteceu contigo naquele lugar é que vai te fazer voltar, então quando o IPHAN começa a perceber isso dentro da perda da propriedade territorial que ele teve em São Francisco, porque São Francisco foi muito positivo mas também foi extremamente negativo pra Santa Catarina em termos de patrimônio

{Diogo} Por quê?

{Aldair} Porque durante muito tempo o IPHAN se dedicou exclusivamente a São Francisco e abandonou o resto todo, como se o resto não existisse. Joinville tá aqui do lado, com uma série de conjuntos arquitetônicos talvez tão importantes quanto...do mesmo período de São Francisco, porque aquela coisa ali é tudo *fake* é tudo invenção da década de (19)40, se tu passar na Getúlio Vargas vai ter imóveis iguais mas é claro, tem uma história que foi contada. Mas o fragmento da história que se podia preservar com mais força, se perdeu. Nós temos uma comunidade alternativa construída pra morar, francesa que veio morar em São Francisco, que é o Falanstério do Saí e ele foi ignorado solenemente no processo, então ficou no âmbito da história...não se sabe nem onde é o Falanstério do Saí, porra, o IPHAN tem 300 arqueólogos que não fizeram o salvamento de uma peça pra fazer e não é difícil, porque tem vestígios lá dentro, só que é a prova cabal se quer um objeto material. Quando tu não faz isso se perdem possibilidades.

Ao mesmo tempo que foi positivo o Monumenta pra São Francisco, foi negativo em termos de patrimônio, ai hoje, meio que São Francisco ficou num limbo assim do IPHAN, não tá muito na crista da onda. Laguna tá mais na crista, Pomerodes tá mais na crista da onda, as outras que aprenderam com os erros de São Francisco,

porque lá (São Francisco) eles focaram no imóvel e não nas pessoas e nesses outros lugares eles focaram nas pessoas e não nos imóveis, o imóvel é uma consequência do trabalho das pessoas, lá eram as pessoas que moram nesse lugar, aqui não, foram as pessoas que construíram esse lugar, hoje a perspectiva de contar a história é diferente. Qual é o legado que São Francisco tem, primeiro, se eu observar em termos de cidade, eu acho que ele (Monumenta) deu pra cidade, cor no sentido simbólico da palavra e literal também, conforme teve mais cor na cidade, mas isso não é importante porque senão aquelas cidades brancas da Grécia não eram importantes. Mas deu mais tonalidade pra cidade, em termos de Monumenta, bem ou mal as pessoas pararam pra observar o patrimônio. Mas o que foi o legado negativo, foi ter perdido a oportunidade de dialogar e consolidar de fato qual é a referência cultural de São Francisco, porque se de fato ela quer ser o berço de Santa Catarina, lugar de nascimento de Santa Catarina, ela tem que se enquadrar, ela tem que se colocar no lugar dela. Os registros de chegada de passageiros, muitos foram pra Itajaí não tá em São Francisco, muitos acham que tá em São Francisco mas tá em Itajaí, né...mas enfim, é uma série de coisas, que quando a gente vai pensar...não sei como tu pensa Diogo, mas se eu fosse um urbanista hoje, e se eu fosse pensar numa cidade hoje eu primeiro olharia para as pessoas que moram naquela cidade pra saber qual é o caminho que elas fazem pra transitar naquele lugar pra depois projetar a calçada para elas andarem. Ali não, primeiro fizeram a calçada, depois disseram “vai ter que andar por lá” (e as pessoas responderam) “ mas eu ando por aqui”, mas a calçada é lá, primeiro projetaram a calçada e depois disseram para as pessoas andarem.

{Diogo} Essa é justamente a minha hipótese: de que esse vício que você tá contando em São Francisco é um vício do urbanismo de forma geral, mesmo um urbanismo dentro de um sítio histórico tombado que as pessoas já têm uma preocupação grande, ele não considera as práticas sociais do lugar. Você imagina o urbanismo num bairro comum de...de uma coisa que não é tombada, reconhecida nacionalmente, estadualmente como patrimônio, mas tem patrimônios, tem identificação de grupos sociais com os lugares, e o urbanismo muitas vezes não considera isso, acho que essa é uma das minhas preocupações ao estudar um programa desses. Um programa de patrimônio nesse caso tem um atrativo, eu tinha falado que foi

um acidente mas nesse caso é um atrativo e você fala “pô, como que essa preocupação com o patrimônio em um sítio tombado poderia ser transcrita para outras intervenções urbanísticas em lugares não conhecidos”, vamos dizer o que a gente vai fazer aqui nesse bairro aqui onde estamos, se o IPHAN vier aqui ele não vai ver nada de patrimônio, mas como urbanista a gente vai ter que olhar quais são as práticas, o que as pessoas fazem, como fazem, da onde vieram, pra onde vão.

{Aldair} Então, é bem isso, e eu acho que nesse sentido faltou. O Dalmo embora seja uma pessoa...eu gosto muito da ideia, o Dalmo olhou pra uma coisa que ninguém olhava, mas eu acho que olhou a partir da ótica dele. Quando ele projetou aquele deck do Mercado Público ali, ele pensou “eu gostaria que as pessoas estivessem como eu, no mar olhando pra isso aqui pra ver como é lindo”, eu acho que ele pensou isso, mas se ele tivesse pensado como um francisquense ele não teria pensado daquele jeito, ele teria deixado um atracadouro pra pequenos barquinhos de quem chega ali

{Diogo} Que era antes do Monumenta? Logo antes do Monumenta era assim

{Aldair} Era, os barquinhos encostavam ali no Mercado Público, não tinha aquele píer

{Diogo} Aquela reentrância ali?

{Aldair} É, tanto que as pessoas param ali...hoje se tu vem da Glória, onde é que tu encosta um barco ali?

{Diogo} Encosta no turístico, no terminal turístico

{Aldair} Não, barquinho, barquinho...baterinha

{Diogo} eu vim de baterinha

{Aldair} Tu vai encostar lá dentro, mas lá não é lugar de parada, mudou o roteiro, as pessoas chegavam aqui no Mercado Público, aqui atrás no fundo do prédio era uma calçadinha bem estreitinha, as

pessoas encostavam ali, deixam ali, ali mesmo já lavava o pé, já entrava no barco e voltava. Hoje não tem nem aqui e lá tu encostou porque não tinha nada encostado, talvez foi só pra te descer, tu veio com a lancha?

{Diogo} É

{Aldair} A lancha é oficial

{Diogo} Não era oficial...não era nos horários, era fora do horário, era um carinho que tava lá na Vila da Glória

{Aldair} Ele só te levou e voltou?

{Diogo} É, levou e voltou

{Aldair} Eu tô falando de quem vinha da Vila da Glória de barco pra ir no banco, ele deixava ali

{Diogo} Deixava ali, agora ele não tem onde deixar?

{Aldair} Não tem

{Diogo} Nem naquela prainha que tem lá no final do Centro Histórico?

{Aldair} Não tem, entendeu? Lá não tem

{Diogo} Ele não pode deixar no terminal turístico?

{Aldair} Não, porque se encosta um jet bus, um Barco Pirata, uma coisa maior ele não tem onde deixar, e aonde é que as pessoas deixavam antes? Atrás do Mercado. Era o local de chegada dos barquinhos

{Diogo} Que era aonde chegava peixe também

{Aldair} Entendeu? Ai por que que ali não foi feito um deck lá embaixo, pras pessoas deixarem o barco amarradinho num pedaço de

pau enfiado na lama, era isso

{Diogo} Faltou um tato de leitura, leitura de prática

{Aldair} Faltou gente da cidade dizer não, ou faltou...mas quem é que usa aquilo ali? É quem mora no Centro Histórico, não é quem mora na Vila da Glória, às vezes eles deixam entre o Portela e o coisa mas não tem uma calçada pra subir, eu já vi gente descer ali, senhoras descer ali que não tem uma calçada pra subir.

{Diogo} O que influencia no Centro...

{Aldair} Mas se você falar isso pro Dalmo ele vai dizer “mas aí o município deveria ter feito um flutuante pra ficar amarrado no Carneiro de Loyola” que é aquele perto dos artesãos ali, para que as pessoas descessem ali, mas quem tirou foi o Monumenta o lugar. Então eu tiro e digo “resolve município” depois, igual, eu tiro o engenho de trás do museu e digo “resolvam” porque eu não sei onde enfiar essa porra, mas tava ali, então por que tirou? Então primeiro eu projeto uma coisa, não observo o que tá acontecendo naquele lugar, projeto e digo “ agora vocês vão ter que se adequar a isso”. Isso pra mim não é urbanismo, isso pra mim é fazer qualquer coisa menos pensar no tecido urbano. Porque urbanismo pra mim, não sei se eu tô pensando errado, o que eu penso de urbanismo é você conciliar um espaço com o uso das pessoas, que as pessoas convivem, vão se conectar ou vão divergir, porque talvez não seja nem pra ser harmônica a coisa, ou tu separa, isso aqui não pode juntar com aquilo lá. Vamos desenhar de um jeito que cada um conviva dentro do seu mas não tenha contato. Que foi isso que foi feito, quem é de fora tem que se adequar. Hoje se chegar o pessoal da Vila da Glória lá, eles que tem que cuidar de atracar, uma cidade que virou de costas pro mar mesmo uma lancha de visitantes, se tu quer ir com uma lancha sua lá em São Francisco tu vai ter que fundiar ela lá dentro, tu não tem como encostar ela ali, tu sabia?

{Diogo} Tem que o que?

{Aldair} Fundiar ela na baía e vir com o barquinho até aqui, porque não é permitido encostar com uma lancha atrás do terminal ali

{Diogo} A lancha maior?

{Aldair} É, mas vamos pensar no pobre e no rico, porque nós estamos falando de uma cidade que tem que atender todo mundo, eu posso vir com uma batera ou com uma lancha que eu não tenho onde encostar. Eu vou ter que fundiar ela lá no mar. O cara da lancha ainda tem o barquinho pra vir e o cara da batera? Se fode, vai ficar aonde? Vai ter que se agarrar no pau do trapiche e escalar pelo trapiche pra subir, porque não tem. Tu pode até parar pra alguém descer, mas tu descer e deixar o barco onde?

{Diogo} É uma visão mais da paisagem visual, né? De uma ideia de paisagem que o próprio morador não tem, porque...o morador por si só não anda de barco, não vai lá na Glória e volta, é o morador da Glória que vem mas ao mesmo tempo esse morador não tem como desfrutar dessa paisagem. É uma paisagem idealizada

{Aldair} Claro, é aquilo que eu digo, eu acho que aquilo ali virou um parque temático, você sabe? Só que esqueceram de avisar os atores que aquilo ali é um parque temático. Então é isso, sabe Diogo? É o que eu penso a respeito de São Francisco assim e tenho bastante crítica em relação a isso mas tenho crítica não só...eu acho que o problema não é o Programa, o Programa te dá todas as ferramentas em relação a isso, foi um problema de gestão

{Diogo} Local?

{Aldair} Local, porque a gente falava, quando eu chegava lá e ia falar com o pessoal, (falava) “mas vocês tão lá, por que vocês não fazem?” gestão é de vocês, o Monumenta não impede de fazer. Eu nunca bati na porta do IPHAN e eles disseram “não vamos fazer”, mas como o município assumiu sozinho, ele assumiu a responsabilidade do acerto e do erro, sabe? E aí largou na mão de uma pessoa que tem uma visão...o Dalmo tem uma visão de mundo legal assim, sabe? Não tô dizendo que ele pensou em todas as problemáticas mas ele sabe o que é o macro, mas o Dalmo é daqueles caras que senta contigo, e diz “a tal coisa” e ele projeta aquilo mas ele precisa de bons assessores pra ele pegar o projeto dele, a ideia dele, ele é um bom idealizador,

executar e dizer pra ele. Eu gosto muito de trabalhar com ele, eu me dava bem com ele, porque eu sou um bom assessor. Faltou pra ele alguém que tivesse o pensamento dele aqui dentro de São Francisco, se eu tivesse começado o Monumenta, eu teria engatado outra coisa. Nós perdemos o PAC de Cidades Históricas, tu sabia? Perdemos por que? Por incompetência nossa, nós não fomos contemplados no PAC

{Diogo} Mas também teve isso de “vocês já foram contemplados no Monumenta, de novo...”

{Aldair} Não, foi incompetência nossa mesmo. Eu conversei com o próprio Robson, tanto que o Centro Cultural e a Biblioteca ficaram fora e eu corri por fora, pra fazer toda uma articulação pra conseguir dinheiro do Centro Cultural, da Biblioteca e do próprio cabeamento subterrâneo. Ai essa foi minha interferência e do próprio prefeito depois com o pessoal da CELESC e do próprio governador, mas nós tivemos que correr por fora pra não perder as obras, enquanto o Monumenta até aquela data tinha se preocupado em fazer os decks, os aterros. Não se pensou nem no aterro, projetaram o aterro pra fazer uma coisa mas as pessoas usaram pra outra, tanto que o próprio IPHAN disse “mas o coisa tinha que fazer...” e eu digo “Tá, mas quem vai lá tirar os motoristas de lá? Vocês quando chegam com o carro do IPHAN, vocês estacionam onde? Vocês estacionam lá no aterro”, “se vocês dizem que não é pra estacionar no aterro, vocês não podem colocar o carro de vocês lá”. É o hábito, e agora vocês estão agindo como gente, e a gente quer saber: você sai de casa com seu carro.... “mas a gente tem que habituar as pessoas a andarem de bicicleta”, mas quem vai andar de bicicleta? São Francisco quase não tem morro, andava antigamente de garelli, aqui era o lugar que mais tinha garelli

{Diogo} O que é garelli?

{Aldair} Garelli é uma motinho, tipo essa...anterior da bis

{Diogo} Mobilete?

{Aldair} Mobilete, então, São Francisco tinha muita mobilete, garelli. As pessoas não andavam de bicicleta porque é pesado em

São Francisco, é morro ali no Centro Histórico, é horrível e tu quer que a pessoa andem de bicicleta, eu dizia “ quem vai querer andar de bicicleta numa montanha de paralelepípedo solto, pra cair e quebrar os cordo” e quando chove escorrega. Depois “não pode andar com ônibus”, quando eu fui pra Educação a primeira coisa que eu fiz foi comprar um micro ônibus pra levar as crianças até os museus. Nós temos três meses do ano que chove, um dia sim, um dia não aqui, como é que as pessoas vão? Quer incentivar o idoso a vir, o idoso não vai andar naquele paralelepípedo ali, o idoso não vai subir aquela ladeira então tu tem que ter um micro ônibus para o transporte. Compramos um micro ônibus todo acessível

{Diogo} Só pro Centro Histórico? Circular?

{Aldair} Só pro Centro Histórico para atender a demanda escolar de atividades culturais dentro so Centro Histórico. Sabe onde botaram o ônibus? Agora, quando eu saí de lá, mandaram pra Vila da Glória pra transportar aluno em dia normal de aula. Eles não pensam de fato no uso, e hoje, um ônibus pode parecer uma bobagem, um ônibus foi patrocinado pela Vega do Sul, o ônibus tem um função educativa ali, era fazer com que as pessoas de fato fossem ao Centro Histórico, tem muita criança que nunca foi a museu. Então a gente tem uma infinidade de ações que poderiam ter sido....não tô dizendo que só o que eu penso é correto, tem um monte de coisa que eu não fiz, que eu não consegui executar. Mas se tu tem uma proposta de desenvolvimento integrado pra essa finalidade, o Monumenta tinha, porque as malditas atividades concorrentes naqueles cadernos e todas coisas lá diziam isso, mas pergunta se alguém leu? Ninguém leu, quando a gente foi parar pra observar, tanto que a primeira coisa que o Robson disse foi “Por que vocês não cobraram?” (e eu disse) “ o município que faz a gestão, ele disse que a prioridade era essa e nós não podemos intervir na prioridade do município”. O convênio já tava assinado, então eu posso dizer pra ti que a prioridade era essa, tanto que se tu falar com o Dalmo ele vai dizer isso assim: que uma das coisas positivas do Monumenta foi revitalizar as coisas que estavam desocupadas, ele vai choramingar dizendo que precisava que as pessoas morassem no Centro

{Diogo} Como se dependesse de uma vontade...

{Aldair} Exatamente, mas é aquela coisa se tu não é bem vindo no lugar, se toda vez que eu chego lá a pessoa fica te atormentando. Ai eles culpam, eles dizem assim “mas quando o banco tava aqui, a Caixa Econômica tava aqui”...

{Diogo} As secretarias....quando as secretarias...

{Aldair} Mas não tinha secretaria nenhuma no Centro Histórico

{Diogo} Multiuso

a Mas tudo que tinha na multiuso tem na prefeitura, o SEINFRA ainda tá lá, a única coisa que tem contato com a comunidade, mas o Meio Ambiente sempre teve fora do Centro Histórico, a Secretaria de Educação sempre esteve fora do Centro Histórico, então não tem, é uma desculpa pra culpar o outro por uma incompetência que foi coletiva, então eu tenho que arrumar um culpado. Eu não gosto do Multiuso, eu não gosto daquela coisa, aquela estrutura do multiuso, acho que poderia ter sido potencializada pra ficar no Centro Histórico, no 24, por exemplo em qualquer outro lugar

{Diogo} INSS?

{Aldair} No INSS, mas pensando nisso, nós também poderíamos estar matando a possibilidade de ter outras coisas que ficam abertas no final de semana, se a gente quer focar no turismo contínuo. Por que quando se faz turismo? No final de semana, geralmente, então o que a gente precisa é isso. Eu acho...eles reclamam que a Caixa Econômica saiu dali e foi pro centro, a Caixa Econômica foi uma perda grande, só que o problema da Caixa Econômica ali foi falta de articulação com o governo Federal, assim, sabe, o Correio, por exemplo. E a Caixa Econômica tinha uma obrigação, porque o financiamento do Monumenta foi todo pela Caixa Econômica, então ela tinha uma obrigação quase que institucional de permanecer no Centro Histórico. Mas...eu propus colocar um caixa eletrônico dentro do espaço ali, o IPHAN recomendou que não porque se alguém fosse explodir o caixa eletrônico, explodiria o imóvel. Eu queria colocar um caixa eletrônico ou naquela recepção do Parque um num box do

Mercado Público, ai eles disseram “se vierem explodir, vão explodir o prédio” e vai explodir o que? Uma porta, um vidro, uma parede ou outra, reconstrói. O ganho que nós íamos ter com um caixa eletrônico em um box daquele do Mercado que tá fechado é muito maior que uma parede, ou vocês nunca reconstruíram um prédio desses? Tava inteiro, não é toda semana que explodem um caixa, é um a cada dois anos. A Caixa foi pra Barão, a minha sugestão foi...

{Diogo} Não tem um caixa eletrônico no Centro? 24 horas

{Aldair} Só dentro da Prefeitura, a prefeitura fecha e acabou

{Diogo} E turista não vai entrar dentro da Prefeitura

{Aldair} Então, um caixa eletrônico dentro do Mercado Público não poderia ter uma possibilidade? Tá lá aberto, tem segurança, tem tudo

{Diogo} Essa desculpa ai...não foi, “não vamos colocar porque vai explodir” , é a mesma do “não vamos botar banco porque vai deitar mendigo”

{Aldair} Eu digo, então desculpa, a minha sugestão era que botasse ali facilita, “mas o IPHAN recomenda”, é uma recomendação técnica, recomendação de quem? quem recomendou isso? Chama a Caixa Econômica e manda botar um guarda, uma câmera de vigilância , qualquer coisa e se eles explodirem lá no centro não vai quebrar uma parede também? Sabe aquela história...e ai nesse sentido, as duas coisas que eu acho que perdeu foi a Caixa Econômica e o Correio, isso eu acho que perdeu. Mas considerando que eu acho que o que mais foi agressivo foi a abordagem do Monumenta no início do Programa, isso é o de menos. O Banco do Brasil tá ali, o Bradesco, o Itaú e continua tendo Monumenta, entende? Acho que tinha que pegar uns dois terrenos daqueles que não tem imóveis e fazer uma espécie de estacionamento ali no Centro, deveria ter. Não adianta querer fugir da ideia, que as pessoas andassem de bicicleta ninguém vai pro Centro Histórico de bicicleta. Eu não ia pro museu de bicicleta, eu não ia à pé. Eu saía da Fundação Cultural pegava o carro e ia até o museu, não no Museu do Mar, no Museu Histórico, é 10 minutos à pé, mas eu não ia, eu tô trabalhando ali e ia de carro.

E ai eles querem impor pra população que sai do serviço pegar uma bicicleta e vir no banco? Vai tomar no cu, né? Não tem cabimento

{Diogo} E se tivesse um circularzinho, Centro Histórico-Barão, dois assim. Rodando, levinho. De graça até, tem que ser

{Aldair} Talvez. Quando eu fui pra Portugal...faz tempo já, eu gostei daqueles tuque-tuque, eu acho que ali caberia uns tuque-tuque daqueles ali, não cobrar o valor. Porque tem uma coisa interessante São Francisco tem bastante taxista e a população usa bastante taxi, então eu acho que uns três ou quatro tuque-tuque ali seria uma mão na roda. Então eu acho que assim, de maneira geral...o Centro Histórico assim, de maneira geral, é um retalho de coisa, um retalho de várias coisas.

Entrevista | **Arquiteta Liliane Nizzola**
Superintendente do IPHAN/SC – 2013 até o momento

7.12.21

duração: 55:27

{Liliane} ... ainda tínhamos o parque, o do Hospício, assim instalado, para ser entregue, né? Para ser entregue, se eu não me engane em 2016 ou 2017, agora eu nem tenho mais as datas na cabeça. E ainda tinha uma edificação, aliás, duas, né, uma que acabou não sendo feita e outra que estava no processo para, a gente já tinha conseguido recurso, já tava com o recurso no IPHAN, que também não tinha sido executado. Essas duas edificações acabam não sendo executadas, enfim, com o recurso do Monumenta. Então eu peguei esse trecho do Monumenta, né, peguei a substituição do Monumenta por um outro programa que foi o PAC das Cidades Históricas, que agora também já foi extinto, que agora ... formalmente ele foi extinto e agora é outro programa, né? Mudou umas cinco vezes o nome. E a minha relação com o Monumenta foi basicamente em São Francisco do Sul, um pouco em Brasília também, que foi onde eu conheci o programa, e assim, eu conhecia muito bem o coordenador do programa, que é de Santa Catarina, que era o Robson. É ... quando eu estava em Brasília, ele era o coordenador do programa, então a gente tinha uma interface de troca, de trabalho e de área, né? Conversas, assim, sobre atividades de áreas, né? Então acabou que, sim, eu me inteirei um pouco no programa, até por conta disso.

{Diogo} Certo, sobre a qualificação dos espaços livres e a ideia de promover o desenvolvimento local, que é uma coisa bastante presente nas publicações do Monumenta ... essa ênfase no aspecto urbanístico foi uma grande inovação do programa em relação aos anteriores, o PCH, ou quaisquer outros que tenham havido, né? E considerando que o Monumenta tem esse viés de promover o desenvolvimento local como que você vê essa relação entre a qualificação dos espaços livres e a promoção de um processo de desenvolvimento local, isso em contraste com uma ideia anterior do IPHAN de valorizar os bens mais excepcionais, de pedra e cal e etc.?

{Liliane} Eu acho que parte disso é uma grande inovação, excelente

ideia e excelente inovação, porque até um pouco aquela questão que se fala muito, que já está um pouco batida mas é sempre bom trazer, que é aquela teoria das “janelas quebradas”. Se tu tem um espaço que não é qualificado, ele vai ser mais depredado, e se esse espaço é um espaço público, isso ... e não uma edificação individual, isso faz com que a cidade acabe se deteriorando mais, né, porque no momento que o espaço coletivo, o espaço como um todo, está ruim, a cidade automaticamente está ruim. Se é um bem individual, não tem esse impacto tão forte, tão poderoso, né? Então qualificar o espaço todo é a primeira coisa, eu acho que o IPHAN demorou a perceber isso, porque se o centro histórico está qualificado, é só o monumento que tem que ser qualificado, né, é a cidade como um todo. E nessa linha de pensamento tem em sequência as questões de embutimento de fiação, que em São Francisco aconteceram já, que em Joinville aconteceram, que em Laguna também aconteceram, né? Então se continuou nessa sequência de qualificação dos espaços públicos, dos bens também, né, mas principalmente dos bens públicos mais representativos e que têm um usufruto para a coletividade. Tanto que o programa do BNDES, aquele lá da promoção das cidades turísticas, que ao mesmo tempo que São Francisco recebeu o programa Monumenta, Laguna, que é outra cidade, recebeu recursos do BNDES, naquele programa das “Cidades Pólo” turísticas, não sei se você conheceu, o programa do BNDES.

{Diogo} Conheci.

{Liliane} Então, daí em Laguna também se focou nas edificações mais representativas, e posteriormente é que o IPHAN daria um impacto, investiria nas regiões dos espaços urbanos. Mas, pelo menos em Laguna, se investiu em edificações não tão individuais, né, no caso as edificações de uso coletivo, que são o Mercado Público, o Museu Anita Garibaldi, edificações sempre públicas ou de usufruto público, eu diria que já é um grande passo. Nessa sequência, em Laguna foi o parque, o parque também se investiu nos espaços públicos, e qualificação do mercado, inclusive com a extensão de um deque com usufruto público, né, e todo o embutimento da fiação no centro histórico, na rua {?}, próximo à igreja Santo Antônio dos Anjos, ali, e requalificação desse espaço também. E continuação das obras nos bens de uso coletivo. Então, acho que assim, foi uma grande sacada,

porque se a cidade, a orla, né, nós falamos aqui de cidades na beira da água, tanto Laguna quanto São Francisco, que já é um atrativo. Se essa orla não for qualificada, ela depõe contra todo o centro histórico. Então o primeiro passo é você qualificar essa orla, esses espaços coletivos da cidade.

{Diogo} O que acaba parecendo um caminho natural até em São Francisco, já que São Francisco foi tombada depois dos anos 70, já com uma ideia de conjunto, então, veio, parece, natural a ideia de um projeto urbanístico, mais urbanístico do que de restauro, até, em São Francisco?

{Liliane} Eu diria que é um projeto de requalificação, de um modo amplo, do centro histórico, né, eu pensaria dessa forma. Quando você pensa no global você não pode esquecer dos espaços da orla, que são os espaços de requalificação e restauro urbano.

{Diogo} É, não deixa de ser um restauro, né? Certo, bom outra inovação, né, que é sempre levada como um dos legados positivos é a questão do financiamento dos imóveis privados, como outro mecanismo inovador que deu atenção a essas edificações banais, sem valor individual, mas que tem valor de conjunto, que confere uma melhoria visual ... e na qualidade de vida dos habitantes. A Érica Diogo, no livro dela sugere que seja um instrumento permanente e contínuo do IPHAN, para todas as cidades protegidas, então como que você, o IPHAN, está vendo essa relação da habitação com a preservação do edifício histórico, considerando que é uma inovação, por mais que já tenha feito vinte anos, essa generalização que a Érica Diogo sugere também ainda não aconteceu, né?

{Liliane} É uma coisa que todos já sabem que é necessário que exista, esse reconhecimento dos imóveis privados. Até porque quando você tem uma restrição de uso, que é o tombamento, a ideia é que você tenha uma contrapartida para aqueles proprietários que não têm condições de fazer suas obras, né, no formato que o IPHAN precisa que sejam feitas, né? O formato que a coletividade precisa que sejam feitas, ou seja, mantendo aquelas características originais. É ... então, se buscou muito esse financiamento. No Nordeste já existe, que é o Banco Nordeste, mas no Brasil não se conseguiu, com a Caixa

Econômica, ou de outra forma, entra gestão e sai gestão no IPHAN e se tenta implementar isso, e não se consegue um Banco operador que possa atender. A Caixa não atende esse tipo de ... que é a Caixa, né, e não se conseguiu, então, hoje o problema maior do IPHAN é o agente financiador, o parceiro que seja o agente financiador, que não existe, mesmo sendo, assim, disponibilizando recurso do Orçamento Geral da União, para esse financiamento, no formato de operação que tem no Banco do Nordeste, a gente precisaria, não se conseguiu ainda uma parceria para implementar isso. E como é um percentual muito pequeno no Brasil, se ... ele não é pequeno em termos de quantidade, mas em termos de banco, se você pega a Caixa Econômica, se você pega o Banco do Brasil, em termos de financiamento, para eles é uma linha pequena de financiamento, então acaba sendo sem vantagem. Banco quer gerar lucro, né, então para eles seria mais um trabalho que não teria um retorno financeiro, então essa é uma realidade bem presente, assim.

{Diogo} Mesmo a Caixa sendo um banco público, essa lógica de banco permanece, né?

{Liliane} Complicou, ela é mista, né? É de economia mista, então tem capital privado também, né? Não é só pública, se ela fosse só pública talvez fosse mais fácil, né? Mas ela não é, tem que gerar lucro também. Então acaba como no Banco do Brasil, mesma coisa, acaba sendo desvantajoso para eles, e a gente tem, junto ao PAC se fez uma parceria com a Caixa Econômica para as obras públicas, a Caixa era o agente operador das obras públicas e foi uma péssima experiência. A Caixa travancou várias obras, acho que a de Laguna, a obra está travancada até hoje. Porque eles acabam tendo uma burocracia, pasme, muito maior do que a nossa. E alguns controles que não existem que eles acabam criando. Então é muito difícil operar com a Caixa, é ... eu particularmente não gostaria de operar com financiamentos de imóveis privados com a Caixa Econômica. Todas as experiências que a gente teve com a Caixa foram bem desgastantes e muito longas, e não com tanto sucesso, diria. Então esse é um debate, é um gargalo grande que hoje a gente sonha fazendo algumas obras para proprietários esporádicos que comprovam a autossuficiência. Em Laguna a gente já fez várias, em São Francisco a gente já fez, em Taioba acho que já estão fazendo. Então são ações pontuais em

imóveis ... em Jaraguá do Sul a gente está fazendo também, em imóveis que você já sabe que são mais sensíveis e que os proprietários também conseguiram comprovar condições para gente fazer a obra, então a gente está fazendo diretamente, licitando, etc.

{Diogo} Certo, bom eu adoraria entrar em um monte de questões que você já falou mas como a gente tem pouco tempo, então eu vou passando. Em relação ao Dalmo, né, ele é unanimemente, todo mundo fala, é o “pai da criança” tanto da concepção, essa é a expressão que se usa, assim, tanto da concepção urbanística quanto de articulação política, então resumindo, a ideia é do Dalmo, existe essa frase com todo mundo que você fala. E todos esses principais conceitos do projeto, de museu a museu, da orla, do deck, do mercado, etc. já estavam presentes desde o começo quando São Francisco estava pleiteando entrar no Monumenta, né, e essa ideia foi mantida durante todo o programa, o que foi pensado desde lá atrás, realmente foi implantado, considerando mudanças normais de projeto executivo, né, então, apesar das qualidades normais do projeto, de ele ser reconhecido como uma das melhores experiências do Monumenta, senão a melhor desse ponto de vista do desenho urbano, ele serve para exemplificar também o que é apontado por alguns autores como o Nabil Bonduki e a Ana Clara Gianechini, que dizem que o processo participativo no Monumenta foi, apesar de um avanço em relação aos anteriores, superficial, e que portanto não dá para dizer que tenha havido um envolvimento profundo da sociedade nas definições dessa política pública. Você concorda com isso? Você acha que nesse caso de São Francisco a autoria do Dalmo, desse projeto ter vindo lá de trás, talvez até com uma ideia mais antiga do Monumenta, reitera essa crítica, como que você vê essa relação?

{Liliane} Tu disse que a ideia do Monumenta, que essas pessoas estão trazendo, a ideia do Monumenta em geral, do Dalmo, ou como o projeto de São Francisco, que é do Dalmo? O “pai” de qual “criança” que você está falando?

{Diogo} Não, estou falando especificamente de São Francisco, mas a crítica à participação superficial é geral. Não é uma crítica específica de São Francisco, é uma crítica geral e o fato disso ter vindo tão fortemente do Dalmo não exemplifica uma participação superficial,

apesar das qualidades?

{Liliane} Olha, bom, são duas coisas: primeiro, esse sempre foi, sempre foi não, mas foi durante longos anos a forma de operar do IPHAN, né, muito na retranca porque sempre teve aquela questão do “ah, o agente que impõe sanções é o agente que dita regras e enfim”, e as pessoas não querem cumprir, então o IPHAN sempre se isolou muito e fez as regras dele, né, isso foi um modus operandi por muitos anos, tá? O Dalmo é uma pessoa muito ... vanguardista, assim, né, ele sempre está um pouco à frente, pensando lá na frente, mas nem sempre ele consegue operacionalizar, não é talvez um bom operacionalizador. Ele tem umas ideias fantásticas, como eu te falei, em termos de patrimônio, nem se fala, a questão é a implementação. Eu acho que São Francisco não foi diferente, tá, e tem um outro lado, né? É muito difícil ser tão democrático em algumas coisas, né, porque não tem agradar todo mundo, você vai fazer alguma audiência pública e daí ... eu já participei de várias audiências públicas, hoje o IPHAN não tem mais essa postura de ser fechado à sociedade e não receber as contribuições, mas a gente faz audiências públicas, a gente recebe as contribuições e no final o IPHAN acaba decidindo. Por quê? Porque você não tem como todos os segmentos e bem no fim da linha, a decisão tem que ser técnica, né, ela tem que ser a melhor que a instituição de patrimônio tem para o patrimônio, então essa é a nossa contribuição. E, inclusive, nesse caso a gente estaria dando os recursos, inclusive fazendo alguma coisa que a gente não acreditasse. Então é muito complicado você fazer todo esse processo e atender a todos os interesses, acho que isso não existe, acho utópico de mais. Então acho que no afã de se fazer as coisas no prazo que se tinha, se optou por uma solução mais rápida, vamos dizer desse jeito. Hoje, como te falei, a gente tem um procedimento de constituições públicas, inclusive quando vai se fazer normativas, para o centro histórico, né, que imputa uma série de restrições para os moradores, tanto do centro histórico quanto dos moradores e se faz essa consulta, se conversa com a prefeitura, vai se atuando com a sociedade civil, se conversa com o instituto de arquitetos e etc. Todos esses agentes envolvidos. Mas não dá para atender a tudo que eles querem porque vai ter o pessoal do SINDUSCON que vão querer uma liberalidade maior, vai ter o pessoal da Câmara Técnica de Patrimônio que vai querer uma restrição maior, vai ter o morador que quer restrição, vai ter o

morador que não quer. Então é muito complexo, assim, você atender a interesses diversos, não tem como.

{Diogo} Sim, tá certo. Uma das razões, né, das muitas razões de decadência de muitos centros históricos, de perda de centralidade, como por exemplo o bairro de Recife, que ele fica à parte, né, você não precisa passar por ele, então você só vai para ele quando você tem alguma coisa para fazer, né? O de São Francisco vem perdendo centralidade para as praias, vem perdendo centralidade para Barão, e também, de certa forma, apesar de não ser uma ilha, é como se fosse uma ilha, porque você passa alí pela ferrovia e não precisa passar por ele para ir de um bairro para outro. À medida que ele vem perdendo usos, tipo bancos e correios, etc. ele também vem se isolando. Então, com isso a gente consegue ver assim, que uma questão de mobilidade, de integração de malha viária, acaba agindo sobre questões de preservação, né? No caso de São Francisco, foi feito no âmbito de mobilidade o terminal marítimo, que na verdade é terminal turístico, né, como está escrito lá, e ele atende aos transatlânticos, na maior parte das vezes, no que eu pude observar lá fica fechado também em boa parte do tempo, às vezes tem algumas exposições e etc. É ... já que tem a ideia do terminal, não se pensou que ele poderia atender a uma ideia de fortalecimento da navegação cotidiana, como meio de transporte para a Vila da Glória, para Itapoá, para Joinville, né, que já teve no passado, tinha problemas e dificuldades nessa linha, mas é uma ideia possível, tão possível que foi feita, dependeria de mais infraestrutura mais planejamento até em termo municipal. Mas enfim, a pergunta é: esse terminal não poderia atender a isso? A navegação não seria uma forma cotidiana como transporte não seria uma forma de transformar o centro em frente, reforçando a centralidade dele no município? Isso é uma ideia que está presente no IPHAN, isso não foi pensado?

{Liliane} O que se pensa muito é a marina, lá no centro histórico, né, e entra gestão municipal e sai gestão municipal e sempre se traz essa ideia, de ter uma marina. E essa marina pode ser tanto pública quanto privada. Mas assim, são vários interesses que têm que atender para se ter uma marina, né, primeiro é o município ter o interesse de implantar, e a gente vê que não é o foco das gestões.

{Diogo} Marina ali no Museu do Mar, né?

{Liliane} No Museu, no terminal turístico, né? A princípio para o Museu seria a ideia do IPHAN, né, que é a ideia que o Dalmo trouxe, é ... essa seria a ideia do IPHAN, mas nada impede que isso ... tá, não aconteceu no Museu para dar subsídios para o Museu, né, até a ideia um pouco de financiamento do Museu, né, dele ser mais autossustentável, nada impede que tivesse um outro local. Agora, eu não vejo nas gestões essa priorização, né, isso não é uma verdade. São Francisco gira muito em torno do porto, então eu entendo que o centro histórico, embora ele esteja decaindo, tem essa questão da saída dos serviços públicos, enquanto a prefeitura estiver no centro histórico, enquanto o porto estiver onde ele está, é muito difícil que o centro histórico também perca totalmente o seu uso. Tanto que o centro histórico foi grudado no porto, ele funciona como canal para o porto também, não tem como chegar sem passar pelo centro histórico, até tem a via principal, é cartão postal a via de acesso primeira, é do centro histórico, né? E acaba que São Francisco tem um foco muito grande no porto, e tudo que gira em torno do porto, então o interesse deles são os grandes investimentos, não é a navegação, não é o transporte das pessoas de Joinville para São Francisco do Sul, sabe? Isso é muito pequeno. A visão deles é focada no porto, no terminal graneleiro que vai se instalar, no outro que vai estar no outro lado da baía, na Vila da Glória, tem na Itapoá, e assim vai indo, nas empresas que já estão no porto e que estão se ampliando, né, ampliando a sua operação, e o porto público, hoje, está ampliando a sua operação. Então o porto vai se expandindo cada vez mais. Mas a navegação cotidiana não tem o mesmo ritmo, não é uma prioridade. Eu acho que seria interessante ...

{Diogo} E pro IPHAN você acha que ... porque assim, pro IPHAN ...

{Liliane} O IPHAN não dita esse tipo de regra, né? Dizer “ah agora a prefeitura vai priorizar esse tipo de coisa, ou ampliar ...”, o IPHAN seria favorável, apoiaria a ideia assim como a gente apoia a ideia da marina, mas a gente não caminha sozinho.

{Diogo} Não, claro, seria totalmente intersetorial, né, dependeria ...

{Liliane} É, já tiveram várias interlocuções, até com o governador antigo, com o governador atual, com o prefeito anterior, com o prefeito atual, é ... essa conversa sempre vem em gestão e sai gestão, como eu te falei, não é prioridade das gestões ... por algumas razões que até de certa forma são compreensíveis.

{Diogo} Certo, é ... bom, em relação aos usos, e a dinâmica turismo versus cotidiano, houve uma preferência por implantação de museus, o Museu Histórico e o Museu do Mar, já tinha, foi implantado o Museu de Arte Sacra, mas o Monumenta investiu sobre todos eles, e de certa forma o Museu do Mar está só existindo nacionalmente com o Monumenta, no quesito visitação e conhecimento público. Isso tem a ver com o objetivo de transformar o centro num pólo regional de lazer, que o Dalmo fala que o lazer regional é diferente do turismo, eu até vou questionar ele sobre isso, não sei exatamente o que ele quer dizer com essa diferença porque ambos parecem atuar no sentido de uma especialização funcional do centro para o lazer e o consumo, por mais que eu sei que o IPHAN lutou pelos usos dos bancos e dos correios, etc. continuarem lá, mas a ação do Monumenta implantou esses três museus e de certa forma está falando “olha, isso aqui é uma área de museus”, né, isso passa essa ideia, na prática. Então, vamos dizer, esse foco em usos culturais, no caso os museus, ele não reforça essa ideia de que o centro seja tratado como uma relíquia, apartada do cotidiano, do habitante, é ... tipo, não reforçaria uma falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento? Poderiam ter pensado em outros usos, como em Cachoeira foi a universidade, ou órgãos públicos, pequenas e médias empresas, pequenas fábricas de baixo impacto, fábricas caseiras, por exemplo tecelagem, sapatos. Então, o que foi conversado em relação a isso e se essa preferência por museus você não entende que ele de fato trata o centro como uma relíquia, fora do cotidiano?

{Liliane} É ... não, não acho. Discordo totalmente dessa tua teoria. Primeiro que eu acho que o Monumenta não implantou o Museu do Mar, se eu não me engano o Museu do Mar já existia antes, né? O Monumenta qualificou ele um pouco mais, e nem foi o principal ente financiador do Museu, né, então ele já existia bem antes e continuaria existindo com ou sem o Monumenta. E em relação à questão do

centro ser uma relíquia por conta dos museus, bom, o Museu de Arte Sacra é um pedido dos padres, coisa assim que toda a igreja, por mais pequena que seja, tem ali a sua religiosidade, tem ali as suas relíquias presentes, querem fazer. Então é um caminho natural existir esse museu. Então tem essas relíquias ainda. É, o Museu Histórico ... toda cidade deveria ter um Museu Histórico, onde deve estar? No centro histórico, né, então, São Francisco o que acontece? Já tinha o Museu do Mar, antes disso tudo, já existia o Museu do Mar que é um museu diferenciado, que é voltado à navegação, então talvez esse seja o diferencial. O Museu Histórico tinha que estar lá, né, e toda cidade deve ter seu museu histórico. O Museu de Arte Sacra é uma questão muito ligada à igreja católica, à mitra, ao pedido mesmo da igreja em relação a isso, então não é bem uma, uma indicação do IPHAN. Isso “ah, vamos ter que ter o Museu Histórico ali e o Museu Sacro”, então foi um caminho natural feito pela igreja. A bem da verdade, o que foi implantado foi o Museu Histórico ... o Museu de Arte Sacra não é algo que é nosso, não é uma coisa que o IPHAN indicou, não é uma coisa que “ah, o Monumenta trouxe porque queria muito colocar o Museu de Arte Sacra no centro”, algo assim sempre acontece, na minha cabeça é assim. É ... e sim o Museu Histórico, aí sim, foi realmente trazido pelo Monumenta, então acho que é isso. O Museu Sacro já era uma demanda da mitra e o Museu Histórico foi o que se agregou porque se entendia que tem que ter um museu histórico na cidade. E eu acho que isso não transforma o centro histórico numa relíquia, por quê? Porque a gente tem que saber dos museus de uma forma diferente, né, daí eu acho que vem a questão da atualização do conceito de museu também, né? O Museu do Mar, por exemplo, sempre foi um museu que não é só um museu, por quê? Não sei o quanto tu conhece o Museu do Mar, enfim, mas o Museu do Mar promovia saraus, até não está mais fazendo ...

{Diogo} Biblioteca, né?

{Liliane} Biblioteca especializada, é, tem todo um trabalho diferenciado com as crianças da escola, são esquetes com promoção de visitas guiadas com empresas privadas, que acabam financiando esse tipo de visitação, né, e levando as escolas ali pro Museu, não só em São Francisco mas também fora de São Francisco e nas imediações e também tinha a questão das aulas de remo, escola de

velas, então ele sempre quis funcionar como uma coisa mais ampla, a oficina de maquetes de barcos, também, né, para fazer as réplicas, tinha também. Hoje, ele está um pouco decadente, eu diria, ele precisa ser retomado, tanto em termos de estrutura física, que o governo do estado anunciou que vai fazer uma ágora, né, quanto em termos dos serviços que ele oferece, que ele oferecia ali e que hoje não oferece mais, o sarau, as escolas, o remo, as oficinas de maquetes, mas a ideia sempre foi não ser um museu no sentido estrito da palavra. E sim também um equipamento que funcionasse também como equipamento turístico e de uso para a população, não só para turistas de fora. A ideia ... talvez eu até entenda um pouco do que o Dalmo fala de turismo regional, né, porque o Museu foi idealizado para ser utilizado pela região, não pelos turistas, no sentido amplo, que vêm visitar São Francisco uma vez na vida, ou duas, enfim, é para ser utilizado pelos turistas regionais, né, Curitiba, Joinville, estado de Santa Catarina em geral, ter um uso maior para as pessoas ali da região mesmo. Então esses serviços que ele oferece.

{Diogo} Não, é, sem dúvida, o Museu do Mar é completamente fora da curva ...

{Liliane} É, esse é o caminho futuro dos museus, né? Não ser mais aquela coisa estática. O museu precisa parar de ser estático, esse é o caminho.

{Diogo} E no caso do Museu do Mar também é disruptivo assim no sentido de não ser um patrimônio da elite, né? Que é uma coisa ainda nova, né? Então é um patrimônio do pescador, patrimônio da cultura popular. Mas, então, nem era isso que eu estava questionando, era mais assim, mesmo por essas circunstâncias todas, mas podemos dizer que o investimento foi concentrado, em relação aos usos, ser concentrado nos museus, né, era mais essa questão. É ... bom, tem ali uma área próxima ao porto, depois da Praça da Matriz, né, que todo mundo fala que é mais degradada, que é mais perigosa, que todo mundo tem medo, tem prostituição, tem crack, tem não sei o que, né, é uma área bem estigmatizada pela população local. E ali, apesar de estar dentro da poligonal de tombamento, e dentro inclusive do perímetro do Monumenta, são áreas que nunca recebem ações porque a orla é a paisagem clássica, é a área que tem mais identificação da

população, com a baía, e isso é bem compreensível, é só chegar lá e olhar, e é fácil de entender isso. Mas de certa forma o investimento central vem reforçando essa área como simbólica para a cidade, enquanto aquela outra área é rechaçada, então como que você entende que talvez reverter o processo de decadência do centro, reverter não, mas reforçar a vitalidade do centro, não passaria por investir nessa área, como áreas que se retroalimentam, é próximo ao Museu do Mar, é próxima ao porto, é uma via de acesso, né, ao centro, aquela via que chega próxima ao porto, então, porque não se pensou em investir naquela área, lógico, a orla é o cartão postal, isso é claro, mas, não sei, eu tô falando já de hipóteses, né, claro, eu tô no fim do trabalho então eu estou testando hipóteses, mas me parece que investir naquela área traria uma vitalidade no centro como um todo, com habitação e outros usos, hotéis, etc.

{Liliane} Ali eu acho difícil que se consolide, porque todo mundo que vai quer ficar perto da orla, né, então é até difícil que algum investidor queira um hotel ali. É ... sim, é importante que se tenham investimento naquela área, porém ali são usos privados, no geral, né, então o que se fez, hoje, é que o IPHAN tem algumas ações ali, não necessariamente com recursos do IPHAN, né, tem a antiga sede dos trabalhadores portuários, que agora eles estão fazendo obras na antiga sede, né, porque o IPHAN modificou, enfim, foi feito um Termo de Ajustamento, para que eles fizessem a recuperação do imóvel, ficou por anos parado, em ruínas, e é isso, quanto pior mais degradada a área, pior ela vai ficar, né? Tem uma ação do IPHAN também, de recuperação de um edificação ali na Rafael Quardín, que agora acho que finalizou há pouco tempo, um imóvel que tá no inventário, né, na verdade não está em inventário, foi para inventário, não se achou proprietário, né, um imóvel que ficou pro estado porque é de ninguém, foi então condenado fazer a obra ali para revitalizar o imóvel e depois a prefeitura arrecadar, que vai eventualmente utilizar o imóvel. Então foi feita a obra naquele imóvel também e tem alguns projetos, alguns empresários na cidade para fazer algum tipo de edificação residencial, um prédio residencial ali na região, aumentando um pouco o gabarito, que não seria problema no local, porque é uma área que permite o aumento do gabarito, é mais afastado, , também depende do interesse empresarial ali, né, porque o IPHAN não é um agente imobiliário, nem um agente investidor. O que a gente faz é

indicar algumas diretrizes pro centro histórico, algumas possibilidades e incentivar algum tipo de uso, né, então ali se incentivaria o uso habitacional, mais do que os outros usos, porque se tem habitação, se tem gente circulando, gente morando, também, vai ser mais cuidado, no caso, também, né, mais vigiado até pela própria população que vai ali morar. Mas ainda não teve empresário que queria fazer esse projeto e acabou não se decidindo muito bem, acho que teve uma questão também da compra do imóvel, né, porque o imóvel não era dele, ele tinha que comprar, né, toda essa negociação, enfim. Mas sim, acho que é uma área que tem que ser olhada e a gente até vem olhando para ela, de certa forma, mas não no passo que se gostaria e as coisas também as coisas não vem acontecendo ali, sendo renovadas como a gente gostaria, né?

{Diogo} O fato talvez da área não ter, pelo menos, vamos dizer, a curto prazo, um interesse tão turístico quanto a orla acaba dificultando essa, enfim, a elaboração desse consenso, né, de que ali precise de alguma ação, talvez?

{Liliane} É, hoje ela já não é mais tão visível aos olhos da população local. Agora, um problema no centro histórico é que não há moradia, né? Há pouquíssima moradia, hoje se você se muda pra São Francisco do Sul você não consegue morar no centro histórico, muito difícil, é muito difícil, então uma boa solução seria tentar implantar moradia naquela região. Mas é um interesse que vai para além da nossa instituição, né, IPHAN. O interesse tem que ser municipal e do empresariado local também tem que investir para que isso aconteça.

{Diogo} É, praticamente todas as questões que eu estou colocando são muito mais intersetoriais do que a gente entende que seja o papel do IPHAN fazer sozinho.

{Liliane} É, aí a gente entra nas questões políticas, né, eu falei no início da questão do transporte. A gente volta ao fato de que São Francisco é uma cidade voltada ao porto e que o empresariado faz, de que o porto de volta pro poder. Então, o município, a prefeitura, né, o próprio governo do estado, tudo é voltado para o porto. Então se não tiver um caminho que envolva o porto, o interesse político não vai olhar, né, é mais difícil.

{Diogo} É, essa é uma outra expressão que todo mundo fala lá em São Francisco, tudo é em volta do porto, né, essa frase mesmo.

{Liliane} É mesmo, é verdade. É de onde vem o dinheiro da cidade.

{Diogo} Bom, é ... o Nabil Bonduki aponta, até por ele ser da área de planejamento, e eu quando li, eu sendo da área de paisagem e projeto, né, então me pareceu fazer bastante sentido, né, eu queria saber como você encara isso. O Monumenta abre um caminho, segundo o Nabil, que pode ser trilhado por outras cidades que não sejam tombadas, porque todas as cidades deveriam ter praças, orlas e parques, mercados, escolas e universidades qualificados, então você entende que a experiência do Monumenta possa ser um aprendizado para referenciar a implementação de cidades mesmo, urbanismo lato sensu, se você e o IPHAN têm alguma compreensão desse legado, ou seriam coisas de outra natureza, na sua opinião?

{Liliane} Eu acho que o Monumenta se apropria da requalificação do espaço público lato sensu e traz pro patrimônio, essa apropriação, né? Ele sai das cidades e tentou fazer muito a renovação dos espaços públicos, né, naquele programa que eles tinham, esqueci agora o programa ...

{Diogo} De reabilitação de centros urbanos, né?

{Liliane} É, alguma coisa assim. Agora eu esqueci, tinha até o livro aqui que era sobre o programa. Na verdade, urbanismo é urbanismo, seja no centro histórico, seja numa cidade tradicional, né, a diferença é o objeto e a implantação, que no centro histórico vai ter mais uma delicadeza, em se pensar em como requalificar aquele espaço sem impactar o patrimônio e juntar o patrimônio a isso. Eu entendo que a requalificação desses espaços patrimoniais, dos centros históricos, ela traz, agrega valor às cidades porque o centro histórico em si é um atrativo, e se ele estiver requalificado, então isso se potencializa. É diferente de você requalificar uma praia lá em São Francisco do Sul, também tem a questão turística da praia, mas o atrativo que pode ser diferenciado, né, praia tem em todo lugar, praia tem no Brasil de norte a sul, tem as menos bonitas, tem as mais bonitas, mas tem

milhares de praias, você pode escolher. Centros históricos com orla, não temos tantos assim, então como hoje as pessoas buscam muito mais experiências diferentes, né, fugir do lugar comum, não estar sempre no mesmo mais do mesmo para ir à praia, se você requalifica o centro histórico e esse centro histórico tem uma orla e essa cidade ainda tem praias, pra mim multiplica vezes dez, sabe? Na questão do potencial turístico e na questão do desenvolvimento. Então acho que o Monumenta tem essa grande qualidade, essa grande sacada de focar no que precisa focar, sabe, e tentar deixar esse legado: olha, é por aqui. Agora a gente tem que pensar em uma maneira mais ampla de urbanismo, dentro do patrimônio e junto com o patrimônio, agregando os dois na requalificação urbana, juntos. Com a requalificação arquitetônica, né, não pensar tão separado o urbano do prédio individual.

{Diogo} Acho interessante porque essas perguntas vêm, né, e essas provocações porque o Monumenta dá a deixa dessa associação mais próxima da preservação com o desenvolvimento, o planejamento urbano num sentido mais geral da coisa, né, então ele deixa algumas dicas que a gente, como hipóteses, assim, que a gente pode esticar mais e tirar do âmbito simplesmente cultural pra gente falar de mobilidade, de crescimento urbano desordenado, por exemplo, em Cachoeira, né, as favelas em volta poluem os rios que são importantes pros rituais afro, das religiões afro, então a gente está falando de planejamento e de preservação ao mesmo tempo, né, então, acho que minhas perguntas e meu trabalho já meu encaminhamento, assim, pro final vêm no sentido de como o Monumenta provoca, mesmo que falhando em alguns aspectos, porque o Monumenta não ia resolver tudo mesmo, mas ele provoca essa aproximação maior da preservação com o planejamento, da cultura com a educação, a economia e outras coisas. E eu acho que é um grande legado, assim, né, essa provocação já é um grande legado, né?

{Liliane} Com certeza. E a gente não criou nada, né, isso já existia, isso foi adaptações do que já se conhecia de outros países, né essa aproximação do urbano com o edifício nas áreas patrimonializadas. Mas vários outros países já estavam trabalhando nessa linha, acho que a gente, na verdade, tá sempre atrasados.

{Diogo} Mas que bom que chegou, né, em algum momento, a discussão vem desde os anos 70, né, mas materializou de alguma forma.

{Liliane} Mas também, somos mais jovens, né, então eles tiveram mais tempo para pensar sobre isso. Eles são mais antigos, né, já têm um patrimônio bem mais consolidado, enfim.

{Diogo} Pois é, né, Itália, Bolonha ...

{Liliane} Europeus, né? Mas a própria Barcelona, que não tem orla, mas as requalificações dos espaços foram muito marcantes, né, enfim. Mudaram a cara da cidade.

{Diogo} Agora vou fazer só a última pergunta: é, sobre a escolha das cidades, né, então das 26 cidades do Monumenta, 16 são cidades pequenas, né, e até contra uma ideia inicial que tinha escolhido seis cidades/seis capitais, e tal, decidiram ampliar esse leque, e muitas cidades espalhadas por todas as regiões, e muitas delas até 50.000 habitantes, o que também foi, de certa forma, uma quebra de paradigma, né, do Monumenta. Provavelmente você não participou desse processo, né, que foi mais anterior, mas porque você acha que aconteceu essa escolha, essa preferência por cidades pequenas, que teoricamente teriam um interesse turístico e midiático menor, né, do que investir nas capitais?

{Liliane} Bom, realmente eu não sei responder essa pergunta com propriedade, como você falou eu não participei do processo, né, então, assim, o que eu posso falar é que simplesmente tentativa de adivinhação, porque realmente eu não tenho ideia, assim, precisa do porquê se escolheram essas cidades. Eu acho, pela minha experiência de instituição, que se tentou alavancar esses pequenos centros históricos, também penso que sejam cidades médias, pequenas e médias, tenham um olhar, até, hoje, do governo como um todo, o próprio Ministério das Cidades também, né, tem um foco nas cidades médias, até pra emplacar o desenvolvimento delas. Tem essa questão, as cidades tombadas em geral mais representativas, até, são cidades menores, os centros históricos, Parati, Outro Preto, acho que tem vários centros históricos pequenos que são centros mais

pequenos, diferente, assim, de uma São Paulo, de um Rio de Janeiro, própria Salvador, que tem alguns núcleos não é um centro histórico que é de moradia, que se preserva na íntegra, como era antigamente esses pequenos centros são assim ainda. Então tem essa questão e, assim, sempre tem a questão política de quem está ali decidindo, né, aqui em Santa Catarina tinha uma questão política de São Francisco do Sul, tinha um olhar mais voltado pra São Francisco do Sul, e o próprio Dalmo, né, ele jamais escolheria Laguna. Porque o foco dele era São Francisco, pode ser que em outros lugares também as superintendências tivessem essa preferência, esse olhar mais focado em um ou outro centro histórico, porque as decisões são sempre políticas. Tanto no Monumenta quanto foram no PAC, porque alguém decidiu politicamente. Então a gente não pode esquecer das pessoas e do caminho político que isso também envolve, né, então são esses dois fatores que podem ter, na minha percepção, né.

{Diogo} E curioso que os melhores resultados foram nas cidades pequenas, né, talvez pela proporção do investimento em relação ao PIB da cidade, ao tamanho da cidade ...

{Liliane} Foi uma estratégia inteligente, né, o impacto vai fazer mais diferença numa cidade menor do que numa cidade maior, a cidade maior já tem outros vários investimentos de outros campos, de outros ministérios e outras coisas. Quando você foca num lugar que não tem tanto investimento, você vai ser mais visto, né, vai ter mais impacto para a própria população, pra cidade. É uma estratégia assertiva.

Entrevista | **Arquiteto Dalmo Vieira**
Superintendente do IPHAN/SC – 1994 a 2013

16.12.21

duração: 1:43:31

{Diogo} Bom, vou explicar um pouquinho sobre o meu trabalho, meu trabalho é da área de paisagem e ambiente, da USP, então eu não sou do campo do patrimônio, mas estou estudando o Monumenta, justamente pela dimensão urbanística, né, que o programa conferiu às intervenções e, lógico, a questão do patrimônio histórico é fundamental pra mim também, mas é um olhar do urbanista. Então, São Francisco também, de certa forma, foi uma continuidade com o que eu fiz no Trabalho Final de Graduação, que foi um projeto urbano em Itanhaém, no litoral, que é a cidade em que eu cresci, então também lidava com essas questões da orla do rio, do patrimônio imaterial, da pesca artesanal, do patrimônio do centro histórico, né, tombado pelo IPHAN, e o projeto, enfim, era um porto de pesca artesanal. Então, São Francisco, pra mim ... de certa forma eu via Itanhaém em São Francisco. A pesquisa se chama “Projeto e Urbano e Desenvolvimento Local: o programa Monumenta em São Francisco” e o objetivo principal é analisar essa compatibilidade de objetivos e resultados do programa com os conceitos de desenvolvimento local, compreendendo o desenvolvimento local como um paradigma que parte de demandas e problemas endógenos para resolvê-los de uma maneira sustentável, no sentido mais amplo de sustentável. Bom, então queria começar do começo, né, você é uma figura pública bastante conhecida lá em São Francisco, então qual é a sua relação com a cidade em si, não apenas com o Monumenta?

{Dalmo} É uma relação de afeto, Diogo, assim, como felizmente eu continuo trabalhando e tal, eu tenho ido a São Francisco uma a duas vezes por ano, sabe, três vezes, mesmo ao Museu que esteve fechado, que a gente criou, né. E são momentos, né, nesse momento da minha vida, as oportunidades, as opções, eu tenho ficado ... como eu saí da área pública, eu me aposentei do IPHAN e da universidade, eu tenho conectado com o trabalho, não tenho tanto tempo livre assim, a gente infelizmente tem trabalhos em vários lugares, então nesse preciso momento minha relação diminuiu um pouco de intensidade. Mas eu pretendo em 2022, resgatar, sabe, porque a gente acabou de perder

há duas semanas o Luís Felipe Andrés, que era lá do Maranhão ... ele ficou doente subitamente, teve uma leucemia séria e acabou falecendo há duas semanas, exatamente. Era uma grande figura com quem alguns dias antes eu falava sempre e tudo, e isso nos motivou, a gente precisa carregar essas bandeiras, né, então eu vou ceder uma parte do meu tempo privado e tentar retomar, para fazer com que o Museu do Mar ressurgja, para que o centro histórico de São Francisco prossiga, né, por exemplo, eu falei algumas vezes por telefone com o prefeito eleito, mas eu ainda não o visitei, e já faz um ano, né, praticamente um ano. Eu fui uma ou duas vezes a São Francisco esse ano correndo e agora, por exemplo, falando contigo, eu estou em Paris, porque a minha mulher está fazendo doutorado, terminando o doutorado e eu estou então intercalando as idas ao Brasil, todo mês a trabalho, uma semana, alguns dias, e o resto eu fico aqui. Então diminuiu mais ainda essa possibilidade, mas a gente volta em fevereiro, aí a minha ideia é realmente retomar, claro que não com a mesma intensidade que a gente ia toda semana, ficava lá dois a três dias, né, o tempo inteiro trabalhava com alguma coisa relacionada com São Francisco, mas de alguma maneira retomar o contato e a participação no destino do centro histórico e do Museu.

{Diogo} É comum referirem a você na cidade como o “pai do Monumenta”, em São Francisco, né, como o “pai da criança” para usar a expressão vulgar. Então você é tido como o mentor intelectual, tanto da concepção urbanística como da articulação política e de certa forma toda essa ideia principal, de concentração na orla, de requalificação desses espaços livres, do deque, do percurso de Museu a Museu, todos colocados como uma ideia que estava presente num pré-projeto seu quando ainda da escolha das cidades, né, para as cidades que seriam contempladas. Mas eu queria ouvir de você, qual a sua relação com o projeto de São Francisco, com a autoria do projeto, como que foi a elaboração dessa proposta urbanística, se foi uma coisa que veio de anos anteriores, de décadas anteriores, quem participou desse processo de elaboração, como que foi isso?

{Dalmo} Diogo, o que eu te diria, era uma coisa quase intuitiva, sabe, porque eu comecei a minha vida profissional ainda na faculdade, primeiro trabalhando com planejamento. Eram os anos pós-Brasília, eu entrei na faculdade em 73, 74, então era planejamento, urbanismo,

todo mundo queria fazer cidade e tal, e meu primeiro trabalho foi no escritório do Jaime Lerner, que já era prefeito pela primeira vez em Curitiba, depois eu conheci o Silvío, eu tinha um primo que tinha trabalhado na restauração do Anhatomirim e eu sempre gostei de história e de geografia, e comecei a ficar bastante interessado na questão do patrimônio cultural. Mas isso era assim, não digo que foi intuitivo, mas as ideias não estavam concatenadas, sabe, não havia ainda uma questão fechada, essas coisas estavam sendo propostas. Talvez houvesse uma certa inquietude; a gente percebia que não era suficiente, que o resultado era pífio, se a gente continuasse a trabalhar com patrimônio apenas naquelas coisas pontuais, na orla de restauro, e dizer não aos processos de licenciamento. E uma coisa que eu sempre tive, aí sim intuitiva, e muito presente em mim, a gente precisaria, de alguma maneira, fazer com que o patrimônio participasse de uma coisa que eu sempre achei fundamental nas cidades do Brasil que seria ... as cidades, para se desenvolver, têm que gerar trabalho, têm que gerar qualidade, em alguma proporção têm que ser sustentáveis, e isso deveria ser a meta do patrimônio, eu não poderia trabalhar só com as obras, ou só com os processos de autorização ou negativo. Então, realmente antes do Monumenta, a gente começou a desenvolver um projeto que na origem não sabíamos ao certo como seria executado, seria proposto talvez para a prefeitura, ou algum daqueles programas que existiam na época de escoamento urbano, né, que era uma qualificação geral da cidade, da orla, depois veio a ideia do Museus a Museus. Mas no fundo isso veio de uma ideia de pensar e trabalhar, de valorizar, a cidade, o bem tombado, que era o conjunto urbano como um todo, e não pontualmente. Era tentar, realmente, que o patrimônio se transformasse num patrimônio num sentido lato. Uma questão de riqueza, de gerar oportunidades, de trazer gente, então foi muito essa inquietude. Como eu te disse, não houve uma motivação intelectual, não houve um exemplo específico que a gente ... tinha aquele entusiasmo do Aloísio Magalhães, né, o patrimônio é riqueza, faz parte da construção do futuro do Brasil, a gente precisa sair da pedra e cal; mas eram coisas difusas. Eu acho realmente que ali, em São Francisco, foi uma espécie de inspiração ditada pelo próprio potencial. Eu diria talvez que qualquer pessoa de bom senso, com um pouco de sensibilidade que estivesse no meu lugar, teria também aberto os olhos de que era necessário trabalhar aquele conjunto. Foi mais ou menos isso, eu te diria que não houve um ponto específico de partida,

né, não houve um *start*, foi uma coisa que foi sendo desenvolvida e aí, quando chegou o Monumenta, era uma coisa muito particular daquele momento, porque a maior parte do IPHAN combatia o Monumenta. Era uma coisa que vinha de fora, parecia uma invasão do FMI, do Banco Mundial, aquilo não fazia parte da expectativa, né, e no universo de receio e medo do pessoal, aquilo era motivo de pânico e a grande maioria contestava. O Monumenta não queria ... sempre tinha uma teoria conspiratória, o que estava por trás daquilo, mas a gente realmente assumiu como potencial. E aí tem muito dessas coisas de oportunidades. O prefeito entendeu a importância, a gente teve a Brianne Brica lá na coordenação do projeto ... o Odilon eu não te diria assim, olha, eu me lembro que quando o Odilon percebeu o potencial do projeto, ele foi comigo várias vezes a Brasília, na verdade eu ia com ele, ele me convidava pra ir e eu ia, né. Ele criou uma coisa, assim as coisas que eles fazem, ele levava um isopor de camarão de São Francisco pro Francisco Weffort, pro presidente do IPHAN, sabe? Ele foi criando um, assim ... porque a gente estava disputando um espaço com quinze ou vinte cidades, né, ninguém acreditava que São Francisco pudesse furar o bloqueio, né, era uma coisa recente e o projeto não estava voltado para uma cidade como aquela. Então eu diria que o Odilon, cedo, abarcou o projeto, eu acho que o Odilon ... no começo eu tive uma relação conflitiva com o Odilon, sabe, mas desde o Museu do Mar, da criação do Museu do Mar, a gente estabeleceu uma relação de confiança. E daí ele aderiu sim, desde o começo ele percebeu que o Monumenta era uma oportunidade.

{Diogo} E a intervenção de São Francisco, você falou dessa desconfiância até do próprio IPHAN, né, do Monumenta, e é interessante que o São Francisco foi uma das primeiras a começar a executar e entregar a primeira obra do terminal e vários dos entrevistados falaram que São Francisco serviu de exemplo para outros municípios que participaram do Monumenta. Qual foi essa influência de São Francisco no Monumenta, como mudou o rumo?

{Dalmo} Isso foi realmente decisivo e foi importante, porque em São Francisco a gente trabalhou com a dimensão urbana, e o projeto, na origem, estava concebido especificamente para aquelas coisas pontuais da arquitetura, entende? Foi muito importante no processo também o Luís Fernando Almeida, né, porque o Luís Fernando era

um executivo do Monumenta, inclusive depois virou presidente do IPHAN, mas o próprio Pedro Taddei, a relação com o Pedro Taddei era assim: quando o Monumenta começou, tu deve ter tido essa informação, o Weffort pediu que o IPHAN reparasse o Monumenta, o Glauco Campello na época colocou o Aguillera e o Soneca pra tocar o processo. E a coisa não acontecia. Lá pelas tantas, o Weffort ficou aborrecido com aquela história, chamou o Pedro Taddei, tirou o IPHAN, “Pedro você vai fazer o programa e tal”. O Pedro Taddei veio com um discurso que o IPHAN tinha feito tudo errado, que não tinha sido capaz, que não tinha revisão e tal. Ele antagonizou o IPHAN, sabe, de uma maneira desnecessária. Depois eu acho que ele reviu isso, mas no começo foi um choque muito grande, ele queria alijar o IPHAN do processo. E olha que coisa curiosa, quando ele fazia as oficinas, né, escolhidas as cidades, o IPHAN não deveria participar das oficinas, porque ele achava que teria uma influência ruim sobre as comunidades para escolher os projetos que seriam selecionados. O único, pelo menos nas primeiras, na sequência, município que o IPHAN participou, e não somente participou, mas aí veio essa coisa do IPHAN ter um projeto, e esse projeto foi levado pra reunião e foi completamente, vamos dizer assim, endossado, né, foi em São Francisco do Sul. A recomendação geral era que nas reuniões, por incrível que pareça, nas reuniões de seleção dos projetos do Monumenta, o IPHAN não participasse. Claro que quando mudou o governo, quando entrou então o Luís Fernando, o Marcelo e a própria Maria Elisa, que também foi importante, isso mudou radicalmente. Eles logo nas primeiras semanas fizeram uma reunião do programa com o IPHAN em Brasília, a Maria Elisa, Marcelo Ferraz e Luís Fernando, então mudou completamente isso. Mas eles ficaram tão entusiasmados e viram tão diretamente o potencial do projeto em São Francisco, que o segundo encontro nacional do Monumenta, o primeiro foi então em Brasília, logo na posse, né, na mudança, que o segundo foi em São Francisco do Sul. Pelo seguinte, o próprio Luís Fernando até atesta isso, né, mudou o projeto porque a partir do que eles viram, a partir do projeto em São Francisco, o programa passou a buscar, tanto em Cachoeira, quanto em outros lugares, justamente a colocação urbanística, e não dos restauros pontuais.

{Diogo} E o projeto de São Francisco, talvez por estar mais avançado

possa ter possibilitado isso, avançado no sentido de estruturado como proposta.

{Dalmo} É, eu acho que isso contou também, mas acho que o mais importante de tudo foi o conceito. Foi eles perceberem que isso ia mexer com a cidade, sabe?

{Diogo} Essa ênfase no aspecto urbanístico das intervenções é uma das grandes inovações do Monumenta, o que me trouxe até aqui, né, de querer estudá-lo, e eu acho que a gente pode associar essa mudança de foco, né, de bens excepcionais para uma dimensão mais urbana, nas discussões dos anos 70, das declarações de Nairóbi, de Amsterdam, o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, né, que o Ulpiano Menezes fala bastante, e nesse novo contexto, qual é o papel da qualificação dos espaços livres na valorização do patrimônio cultural, como que foi entendido, né, à época do programa, essa relação direta? A gente vai qualificar essa orla, criar parques e qualificar as praças, e o que isso tem a ver com o patrimônio?

{Dalmo} Isso foi um quebra-cabeça. Foi uma série de coisas, de pensamentos e de ações que num primeiro momento pareciam isoladas, mas elas convergiram, pra definição do processo, sabe? Antes de a gente começar o trabalho, esse de fazer o desenho, a concepção arquitetônica do projeto, que foi feita lá no nosso escritório, começado a ser desenhado pelo arquiteto Marcelo Cabral ... a gente tinha tomado uma outra providência: havia sempre e existe sempre nos monumentos tombados, aquela discordância em termos de critérios de projeto, né, por que o IPHAN aprova isso e não aquilo, essas coisas. E aí na época a gente propôs uma ação transparente, tinha uma associação de engenheiros e arquitetos, acho que chamava AREA, Associação Regional de Engenharia e Arquitetura, acho que era isso e lá pelas tantas eu fiz um desafio pra eles “olha, pessoal, se vocês querem, a gente traz aqui para a associação, pra debate, todos os projetos, ou todos que vocês quiserem, e eu não vou passar a responsabilidade pra aprovar”, essa é minha, porque eu sou responsável por isso, mas eu vou ouvir, vocês vão saber os critérios, as justificativas e nós vamos tratar isso de frente. Não estamos repassando responsabilidades, mas nós estamos tornando 100% transparente. Isso foi muito interessante, porque vários projetos na

época foram discutidos e tal e lá pelas tantas, essa associação, nós fizemos com ela uma discussão sobre São Francisco, o futuro, o papel, qual seria a vocação do centro histórico tombado. E isso se chegou a uma conclusão, Diogo, o seguinte: que nas características de São Francisco, diferente de outros lugares, é que ela está trinta e poucos, quarenta quilômetros de Joinville, e cento e poucos de Curitiba, muito próxima de Jaraguá, né; isso é muito diferente ... e do Nordeste nem se fala, algumas estão isoladas, né, então São Francisco está entre Itajaí e Balneário Camboriú, Blumenau, Joinville, Curitiba, Jaraguá e São Bento do Sul, é uma das regiões, queremos ou não, das mais ricas do Brasil, com forte demanda de lazer e tal; e nós achamos que isso era uma oportunidade para a cidade. Então criamos um conceito, e esse conceito era assim, a vocação de São Francisco está em: primeiro lugar, continuar sendo uma cidade para seus moradores, ter o mercado, o açougue, a loja, a moradia, a gente já tinha presente a importância do implemento da moradia nas áreas tombadas; em segundo, ser também um centro regional de lazer, de certa maneira era assim, o sujeito trabalha durante a semana em São Francisco ou em Jaraguá do Sul, mas o que ele faz lá no final de semana? Ele vem para São Francisco, ele navega, ele tem a Babitonga, ele tem a culinária, a tranquilidade do centro histórico, uma paisagem inusitada, aquela coisa da qualidade. Nós criamos essa estratégia, como a gente definiria isso, um norte pro desenvolvimento urbano do centro da cidade. E essa questão, quando veio também o Monumenta, então convergiu, porque no fundo a gente estaria qualificando todos os elementos que potencializam. Esse conceito convergiu, tanto na elaboração do projeto, quanto na proposição geral do programa Monumenta. Então nós tínhamos a perfeita noção que os espaços públicos tinham que ser desfrutados pela população, mas que também tinha aquela coisa de caminhar pela orla e tal, você tem uma atração, um potencial, no mínimo regional naquelas condições de São Francisco do Sul. Mas isso, por incrível que pareça, não era, assim ... por exemplo, o Pedro Taddei, coordenador do programa nacional do Monumenta, ele queria que o supermercado de São Francisco, o patiozinho ali, que virasse uma praça de alimentação, sabe, mas aí eu dizia “Pedro, mas você não está vendo que aqui tem um açougue, funciona, tem um negócio, etc.”. Bem o que a gente fez, nós acabamos mantendo os usos e na hora do desenho a gente pôs lá umas mesas pra dizer que era um centro gastronômico, como ele queria, mas inserimos lá no

texto e tal, e garantimos que todos os estabelecimentos, todos, sem exceção, ficassem lá. Nós tratamos aquilo como um espaço cultural, como realmente é. Então assim, Diogo, a gente tinha a noção de que o espaço público tinha que ser usado prioritariamente pela população mas que ele era um atrativo pra esse projeto de São Francisco de ser um centro regional de lazer, mas isso não era consenso, pelo contrário, em vários momentos andou na contramão. O Monumenta só enxergava o turismo, naquela visão mais rasa, na verdade.

{Diogo} Certo, e eu vi, em algum momento, talvez em uma entrevista sua, você diferencia essa questão de Centro regional de Lazer, ou Pólo Regional de Lazer, de Turismo, propriamente dito, você faz uma distinção, qual seria?

{Dalmo} É isso mesmo, Diogo, eu considero até hoje que é uma distinção muito grande, pelo seguinte: se a gente comparar, como é que funcionaria o turismo, vamos chamar assim, tão comum, pelo menos na Bahia, em Pernambuco e no Ceará? A pessoa compra uma passagem de avião, vai pra Fortaleza, ou pra Porto Seguro, e vai pra praia, almoça, faz aquelas festas e tal e depois volta. No ano seguinte, ela pode ir pro Caribe, pode ir pra ... ela tem uma série de nomes, e dificilmente ela vai mais de duas vezes no ano, aliás, duas vezes na vida. Agora, um Centro Regional de Lazer, se a gente pegar a população de Jaraguá do Sul, de Joinville e de Curitiba, se ele vai a São Francisco, se ele é bem recebido, se ele passa um fim de semana agradável, ele vai voltar lá no aniversário, porque ele está a uma hora e pouco de carro. Ele tem um potencial aí quer dizer, mesmo com a relação de quem recebe e de quem é recebido, é diferente porque não é aquela coisa da caravana, que chega num avião a jato, é muito mais pontual, tem uma demanda por qualidade, por cordialidade, maior do que esses grandes volumes de transferência, digamos, de recepções e tal de turismo. O Centro Regional de Lazer é o local que pode se incorporar às rotinas de vidas de uma centena de pessoas, que vão com frequência a um lugar como São Francisco do Sul, essa que era a ideia.

{Diogo} Interessante. E essa ideia de Centro Regional de Lazer contribuiria também como turismo, muitas vezes pra uma certa especialização funcional do centro histórico, não que ela cria essa

ideia, essa ideia existe em todos os centros históricos, né, a prefeitura fez diversas ações para esvaziar as funções do centro, mas de certa forma se a ideia desse Pólo Regional de Lazer também não contribuiu para a especialização dos usos culturais, né, vamos dizer, de museu, de centro cultural, etc., em detrimento de usos mais cotidianos, como correios e chuveiros?

{Dalmo} Assim, esse, Diogo, é o risco. Hoje se fala muito em gentrificação, na época a gente não tinha esses termos, mas na verdade a gente sempre achou que ... e é por isso que lá, quando, digamos, nós criamos esse mote, né, nós colocamos em primeiro lugar, ser uma cidade pra si mesma e em segundo é que viria o Centro Regional de Lazer. Não era a prioridade absoluta, ele estava condicionado. E depois, assim, era uma cidade que depois que a gente começou a trabalhar, alguma coisa entre trinta, até mais do que trinta por cento do imóveis estavam ou vazios, ou eram terrenos baldios. São Francisco tinha desaparecido do mapa, né, o porto não tinha significância econômica nenhuma, o ... eu me lembro assim, uma reflexão depois, a população saiu, quando eu estudava no Paraná, eu fiz a faculdade lá, o reitor era catarinense de São Francisco do Sul, no mesmo momento, o reitor da Universidade de Santa Catarina em Florianópolis era francisquense também, isso demonstra, a pessoa que tinha um pouco de vitalidade, queria aprender, ficando na terra dele, ela não tinha com o que trabalhar. A cidade tinha perdido as conexões econômicas e o porto, que sempre foi, bem ou mal, ele trabalhava exclusivamente naquele conceito antigo, naquela época, com soja, que significa um caminhão que passa, que circunda a cidade, chega lá no caminhão, suga a soja, vai pro depósito e o caminhão vai embora. O que ficava para a cidade era quase nada, já era aquela grande empresa Seval, então nem a empresa era local. Então era preciso trazer uma atividade econômica, um reforço, e claro que isso poderia mexer, aumentaria o custo, criaria uma nova dinâmica, isso não há dúvidas, mas era um movimento imprescindível para a própria vitalidade. Por exemplo, mais recentemente o correio saiu do centro da cidade, mas saiu por quê? Porque não tem turistas? Não, porque não tem moradores. Esse é o grande problema, Diogo, um programa como o Monumenta, que tem aqueles investimentos, mas no fundo esses programas precisariam, de alguma maneira, persistir, estarem presentes nas cidades e precisariam ainda investir mais

profundamente com o IPHAN, porque, por exemplo, essa questão de implemento de moradia, ela foi perseguida por nós, aprovamos projetos pontuais, mas isso teria que ser uma demanda permanente. Isso teria que em vários momentos, é uma questão antagônica que poderia até interferir no aspectos visuais, paisagísticos, que geralmente se lida com aprovação de projetos na cidade. Tem muita gente estudando a vitalidade das áreas tombadas, quer dizer, sair um pouco simplesmente desse território, né, visual, de aprovação dos projetos. Mas isso no caso de São Francisco, e em outras cidades, não pode ser uma hipótese de cinco anos ou de seis anos, com ênfase em obras, teria que haver, digamos assim, quase uma parceria, uma presença mais permanente capaz de dizer assim “olha, pessoal, agora as obras acabaram, agora vamos trabalhar com programas, com conceitos com os complementos, vamos buscar outros parceiros e tal”, mas isso não ocorreu.

{Diogo} Bom, voltando um pouco a esse percurso, né, de um enfoque mais artístico, mais urbanístico, dessas dimensões do patrimônio ... o patrimônio vem se aproximando, vamos dizer, de uma dimensão mais territorial, né, de compreender o território como produto da sociedade, dotado de valores culturais singulares, independente de serem tombados ou não. A partir dessa perspectiva, tem uma incorporação maior do patrimônio nos processos de desenvolvimento local que o Monumenta fala muito, as publicações oficiais colocam isso como um objetivo principal, e que a partir do Monumenta, parece que as publicações do IPHAN incorporaram também muito dessa visão, por exemplo, o livro da Paula Porta, né, de 2012, que a missão do IPHAN é promover o desenvolvimento local, sustentável e socioeconômico, os termos variam. É possível dizer que o Monumenta transformou o discurso do IPHAN, ou em que medida transformou, ou seja, que tipo de aprendizado o programa proporcionou em relação a essa aproximação entre patrimônio, urbanismo e desenvolvimento?

{Dalmo} Em relação a isso eu sou muito cético e um pouco crítico, sabe. Eu até não costumo verbalizar isso, porque como eu participei de coisas na direção central, fiquei lá por 6 anos e a gente iniciou uma série de programas que depois não tiveram continuidade, eu não quero ficar jogando pedra nos sucessores, né,

mas eu acho assim, que o Monumenta fez um esforço de atrelar a necessidade do desenvolvimento como questão imperiosa da preservação, relacionou essas coisas. Mas isso não saiu do papel e não foi assimilado pelo IPHAN, como instituição, e muito menos pela maioria da massa pensante do IPHAN, sabe? Pelo contrário, isso também foi visto como ameaça, e assim que o Luís Fernando deixou a presidência, assim que eu saí do IPHAN, de um modo geral esse discurso ficou no discurso. Ele não é incorporado, por exemplo, no curso lá do Capanema, todas essas visões ... por exemplo, ele lida com o território, mas ele, quer ver, se a gente pegar coisas que às vezes são difíceis de falar, mas que em algum momento a gente precisa questionar. Há uma tendência de se supervalorizar a ação no patrimônio imaterial, e realmente tem muita coisa meritória, muita dedicação, muitos projetos exemplares e tudo mais. Mas, Diogo, uma dimensão como patrimônio imaterial, que mais de vinte anos de política pública reconhece como patrimônio imaterial do Brasil quanto trinta ou trinta e poucos bens, a meu ver não pode ser vista como uma política de sucesso, entende? Pra pegar o imaterial, o material nem se fala, né, a ideia de que o material deixasse de ser só fiscalização, o que pode ser análise de projeto, burocracia, parece que inverteu, os processos se tornaram super, na ideia da impersonalidade e tal, mas incrivelmente burocratizados, né. No fundo eu vejo muito pouco avanço, eu acho que as bases, ali, na gestão do Luís Fernando, as muitas portas que se abriram, de um modo geral, por uma razão ou por outra, e as pessoas não verbalizam mas muitas vezes as portas foram fechadas, e hoje em dia o IPHAN precisaria de um enorme repensar, sabe Diogo, a política de preservação no Brasil, a gente costuma atribuir a esse tribalismo, a esse banco de gente do Bolsonaro, isso aí que está aí e tal, isso é inqualificável, mas a verdade é que a crise do IPHAN vem de lá atrás. O Collor já tinha extinguido o IPHAN, e o próprio Ministério da Cultura sempre teve uma visão que meio que para a sua realização o IPHAN tinha que ficar meio que abafado. A crise, no meu entendimento, vem justamente de uma capacidade de atrelar ... no fundo, atrelada à noção de modernidade do Brasil, há uma participação, digamos, decisiva, da tradição na criação da Modernidade. Isso que é essencial, e o IPHAN falhou nisso. Eu não vejo, sinceramente, e por isso que eu falo de repensar, temos que ver de que maneira, tem algumas cabeças jovens, né, pensando, tem algumas ideias sendo lançadas, mas como instituição,

hoje em dia, eu vejo assim ... eu não sei nem por que caminho, sabe, mas não sou otimista, acho que as dificuldades são muito maiores do que as facilidades.

{Diogo} Isso que você falou de atrelar a Modernidade à tradição, ou o desenvolvimento, não sei que palavra você usou, mas soa como o que o Aloísio falava, talvez?

{Dalmo} Eu acho um grande nome, a pessoa que teve essa sacada foi o Aloísio Magalhães, sabe, o Luís Fernando Almeida tem a dimensão, a inteligência, do Aloísio, acho até a sensibilidade, o grande cara. Mas ele não tinha, talvez, a pretensão, a ousadia, porque o Aloísio realmente quis fazer uma costura, ele quis incorporar o ambiental, o Luís tem uma personalidade mais tímida, ele não quis ... ele assumiu o discurso, falou e tal, mas a pessoa que tentou expressar isso, legitimar o papel do IPHAN na dimensão que a questão encerra foi o Aloísio Magalhães, eu acho isso.

{Diogo} Bom, mudando aqui, ela é tida como, bom, ela é o eixo estrutural do projeto, é tida como uma ação bem sucedida, seja pelas publicações do projeto, seja pelos moradores, comerciantes, é uma questão unânime, até pela academia, também, mesmo dissertações críticas também colocam a orla como um grande exemplo de sucesso do Monumenta. No passado, a orla era um espaço de trabalho cotidiano, relacionado ao porto e à pesca, né, hoje a gente considera ao longo das décadas, a orla como um local de lazer e o Monumenta potencializou esse uso. Agora, considerando, por exemplo, que a pesca artesanal é uma atividade ainda muito viva no município, no Paulas, no Laranjeiras, etc., ela não poderia estar presente fortemente ali no centro histórico, de certa forma até requalificando a orla como um espaço social e laboral, ao mesmo tempo? Isso traria uma maior vitalidade, na sua opinião, até potencializaria o interesse turístico?

{Dalmo} Não sei se tu sabe, mas a partir da criação do Museu do Mar, eu sou um admirador, me tornei um estudioso, um interessado, um empolgado com o patrimônio naval do Brasil, como o Luís Felipe, que falamos agora há pouco, né. Então, essa hipótese chegou a ser conjecturada, sabe, mas ela não era factível, e eu vou te dizer por quê. A orla de São Francisco era no centro de uma cidade, não vamos dizer

sofisticada, mas era uma cidade, vamos dizer assim, com noções de urbanidade, aonde o porto, que era a razão social, por trazer riquezas, por onde chegavam os imigrantes, o porto abrangia uma partezinha do centro histórico, aquela extremidade, alí, do atual portal, né, de turismo e tal, mas era só alí. E quando foi construído o porto novo, em 1950, 1960, a atividade portuária foi completamente, porque já não cabia calado, caminhões, né, não tinha como ter guinchos, não tinha mais sentido atividade portuária alí no centro da cidade. Quer dizer, então, criaram o porto novo. A pesca, nos anos 70, tinha muito recurso e tal e ela teve, daí a pesca industrial, teve no impulso que resultou, por exemplo naquela construção que hoje é litoral, alí ao lado do Museu. Mas eram empresas artificiais, que se valiam desses recursos colocados e todas faliram, sem exceção, em Itajaí, em Porto Belo, Florianópolis, dezenas e dezenas pelo Brasil inteiro, a tal da SUDEPE, um grande investimento na atividade da pesca, ele foi um fracasso total. E a pesca artesanal, por maior valor que a gente dê, Diogo, no fundo ela sempre foi uma atividade não urbana, não era compatível a vida dos pescadores, a vida do pescador com aquela coisa mais urbana, mais cidade mesmo, que tinha teatro e tal, tinha cinema, de centro de São Francisco do Sul. A pesca tinha seus pólos próprios, Palmas, do outro lado, o rio da baía, na própria enseada, né? Trazer a pesca para o centro não teria ... o que poderia ser feito, e a gente até buscou, e é uma coisa que ainda pode ser tentada, é otimizar, tem um apêndice alí do Mercado Municipal que tem uma peixaria e aquela peixaria podia ser uma grande atividade de venda de pescado, veja, o cais poderia ser melhorado, essa é uma maneira real de lidar com a valorização da pesca, melhorar as condições de comercialização. A gente também tentou trabalhar com aquele núcleozinho de pescadores que tem alí no rio que passa em frente aos fundos do Museu do Mar. Era um projeto de passeio marítimo, sabe, nós chegamos a equipar os barcos com rádio PX, sabe, salva-vidas, a Marinha autorizou, todo um processo específico. Mas assim, hoje em dia, eu defendo uma coisa que a atividade marítima é fundamental para São Francisco, mas a pesca artesanal e a pesca industrial não poderiam ir de encontro, não poderia ocupar o espaço que essa atividade marítima teve antigamente na cidade. O que eu defendo é a construção de uma marina entre o porto e São Francisco do Sul. É um modelo europeu, é um modelo francês, de marinas construídas no porto, né, nos portos antigos, nas áreas portuárias onde não

tem mais calado para os navios; e qual a questão, Diogo? Eu penso assim: sem os duzentos barcos veleiros e tal em São Francisco do Sul, 150, sendo 200, não serão moradores de São Francisco, mas serão sujeitos que passarão a ter um barco na água, significa que virão a São Francisco, uma ou duas vezes por mês ... lanchas de lazer, é, a gente tem preferência pelos veleiros, mas em qualquer caso, o frequentador vai se transformar em um frequentador assíduo da cidade, do centro da cidade, ele vai precisar de marinheiro, ele vai precisar pôr o gelo no camarão, vai fazer festa. Tem toda uma rede de trabalhos, que lida com o motor, que lida com a eletricidade, com concerto, com manutenção, com limpeza. Essa é uma receita mundial, muitas cidades litorâneas francesas, Saint Tropez, eles têm aqui dois meses de verão, elas vivem da atividade náutica. E essa receita para São Francisco, que tem um dos melhores portos naturais do mundo, no fundo, é uma readaptação daquele conceito do Pólo Regional de Lazer, né, casa com qualidade, com gente que vêm de fora para sustentar uma rede de serviços, de trabalho na própria cidade. Hoje, se me perguntassem assim “qual seria a obra mais importante para São Francisco do Sul?”, a criação da marina do Museu. Esse é o meu pensamento atual sobre a cidade.

{Diogo} E, voltando um pouquinho, em relação à pesca, quando eu falei isso, né, a referência talvez seja o próprio Mercado de Belém, que é aquela aglomeração, mesmo, né, com caminhão de fruta, com barco estacionado, é uma, vamos dizer, uma coisa pouco organizada, talvez, mas é inegável a vitalidade daquilo. Também, a gente pode falar que Belém é uma metrópole, mas o Mercado de Laranjeiras, por exemplo, que se expande para fora da cidade, e é feira, é fruta, é sujo, né, de acordo com determinado olhar, mas talvez seja a alma dos mercados, que está colocado alí. Então o pessoal reclama muito do Mercado de São Francisco, né, que é um espaço desvalorizado, sujo, mal-cuidado e tal. A gente pode interpretar isso como sendo o edifício, que não está sendo bem mantido, mas talvez a origem esteja nas cadeias econômicas que não estão conseguindo gerar renda e vitalidade para aquele lugar, né?

{Dalmo} O Ver-o-Peso, por exemplo, é na verdade o porto, o local de escoamento dos produtos da Amazônia, né, principalmente agora o açaí da Amazônia ... e o próprio Ver-o-Peso, todas aquelas

especiarias, aquela tradição. As cidades do Nordeste, de um modo geral, preservam a ideia do Mercado como dia de acontecimento, o grande espaço que extrapola, em todo lugar praticamente, o mercado construído e vai para a rua e tudo o mais. Isso no Sul desapareceu, não há nenhum exemplo, eu acho que de São Paulo para baixo, no Rio ainda tem alguma coisa, mas São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, todos os mercados tradicionais ... vamos pegar como exemplo os de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, mas podia ser também de Itajaí, de Joinville, eles se transformaram em espaços gourmet, alguns deles ainda comercializando, como é o caso de Florianópolis e Porto Alegre, pescado e tal. Mas longe daquela vitalidade, daquele aspecto popular dos mercados do Nordeste. Então eu veria com muita simpatia, como acontece no Nordeste, pelo menos nos sábados, como acontece em Cachoeira e em tantos lugares, que o Mercado de São Francisco tomasse a rua ali com frutas e tal. Isso é um dos projetos pontuais que talvez tivesse cabimento nessa dimensão de diferenças regionais que a cidade poderia assumir. Mas seria uma luta específica, seria um projeto que exigiria um grande esforço pontual para acontecer, mas seria muito interessante.

{Diogo} Em relação ao patrimônio naval, o IPHAN é muito ativo com projetos de documentação, registros, o próprio Museu do Mar talvez seja a maior ação nesse sentido, o projeto Barcos do Brasil, os inventários de conhecimento e cadastro das embarcações, né, o trabalho do Andrés, etc. E, bom, essas ações são reconhecidas, têm relevância inquestionável. Agora, o que eu questiono é o seguinte, a permanência dessas embarcações no dia-a-dia não estariam também, talvez, tanto quanto o registro e a valorização do Museu, por exemplo, ligadas às políticas públicas, aos investimentos em infraestrutura para pesca, para navegação aquaviária, que daí sim a gente está falando de uma questão de um planejamento mais global, lógico, que extrapola o escopo do IPHAN, né, mas enfim a preservação desse patrimônio não dependeria do fortalecimento dessas dinâmicas responsáveis pela produção, uso e manutenção das embarcações?

{Dalmo} Diogo, sem dúvida, mas quer ver, deixa eu ser bem sincero contigo. Quando tu fala assim “o IPHAN é muito ativo no que se refere ao patrimônio naval”, não é um fato. Eu não quero personalizar, mas quando a gente saiu da direção do IPHAN, isso

tem agora dez anos, nada se fez para o patrimônio naval, nada, todos os inventários, todas as ações, tudo parou. As dificuldades são grandes, Diogo, porque, por exemplo, a gente procurou inúmeras vezes o Ministério da Pesca, você acha que o Ministério da Pesca se interessa por pesca artesanal? Absolutamente, eles tem uma ilusão completa, eles dizem sempre assim “ah, o Peru, que é um país eco, ele pesca tanto e o Brasil pesca cinco, seis vezes menos”. Eles não sabem que tem a corrente de Humboldt lá, né, o Peru é um dos países mais piscosos do mundo, e o Brasil não é. A maneira como os governos têm estimulado a pesca, ela tem levado ao desaparecimento dos ciclos, da sardinha em Itajaí, do camarão em boa parte, da lagosta do Nordeste, até lá o peixe-sapo, quase na plataforma, ele praticamente desapareceu. Agora tem muita a questão em relação ao atum, né. Então assim, nós fizemos uma medida, eu, a Maria Regina que estava lá na gerência, três ou quatro pessoas, e pessoas não vinculadas ao IPHAN como o Luís Felipe, do Maranhão, o pessoal da Vila Saveiro, em Salvador, rigorosamente cinco ou seis locais do Brasil se preocuparam com o patrimônio naval, sempre buscaram pela opção, com marinhas, com pesca, com municípios, com a coisa social, mas não encontraram eco, sabe? As questões do patrimônio naval que a gente viu, por exemplo, vou te pegar o ... quase regra, as ações governamentais quase inviabilizando o barco tradicional, por exemplo as canoas de Valença, que por tradição vão lá e pescam, e aí vão selecionando o pescado e tal, param na beira do rio, que faz parte do Mercado de Valença e comercializam o pescado ali. Ai veio a Saúde Pública e disse que não podia fazer, tinha que fazer em caixas de plástico, entende? Isso aconteceu com os saveiros, em suma, não só não há uma sensibilidade como há, assim, permanentemente a ideia do engessamento de um modelo único, seja de salubridade, seja modelo econômico e tal. Então o patrimônio naval, hoje, realmente é um dos segmentos mais ameaçados, as jangadas praticamente desapareceram, os últimos saveiros também, tudo, tudo está em vias de desaparecimento. Não há nenhuma ação concreta do IPHAN nesse sentido. Eu tenho conversado, por exemplo, com o pessoal da Canoa de Tolda no rio São Francisco, essa morte prematura do Luís Felipe está nos levando à possibilidade, ainda, de fazermos uma reunião geral das pessoas que seguram essa bandeira ainda esse ano, ou na pior das hipóteses no comecinho do ano que vem para gente ver a quem recorrer, mas eu te diria que no IPHAN, infelizmente,

alguma coisa como perto de dez anos eu não vejo nenhuma iniciativa. Nem os processos de paisagem cultural, os primeiros que foram abertos, dois ou três deles em núcleos pesqueiros, em Camocim, no Ceará, que é espetacular, em Pitumbu, na Paraíba, e os processos foram todos riscados, estão da maneira como estavam há 10 anos. É uma pena, mas infelizmente é a realidade.

{Diogo} É, isso que você falou. Lá no litoral de São Paulo a Canoa Caiçara, feita do tronco, né, foi proibida por questão de meio ambiente. Quer dizer, o cara tira um tronco em cada sei lá quantos meses e proíbe como se fosse a causa do ... é, uma incompreensão total da cultura.

{Dalmo} E, Diogo, a minha concepção é que essa Canoa, a Canoa do litoral de São Paulo, ela é uma canoa tupi-guarani, viu? Isso está num textinho ... se tu se interessar, eu posso te mandar alguma coisa, mas existem várias evidências que, pelo menos numa concepção geral, as canoas do Sul acabaram assumindo modelos europeus, ibéricos, né, no caso de Santa Catarina até mesmo de açorianos do norte da Europa. E no Nordeste tem uma prevalência dos modelos africanos e na Amazônia, indígenas, embarcações indígenas, todas elas também ameaçadas de desaparecimento. Mas em São Paulo, especificamente, por evidências que a gente viu, desde arqueologias, canoas desenterradas no sul de Minas do século XVIII e começo do XIX, canoas lá do Paraguai e alí na região de Registro, em São Paulo, né, e no litoral, em Cananéia e tal, elas têm elementos inter relacionados que fazem super realmente a prevalência de um modelo que não é essencialmente indígena mas que é a que mais guarda, então, tradições indígenas nos barcos do litoral, pelo menos até o Maranhão, sabe, do Rio Grande do Sul até o Maranhão.

{Diogo} É eu tinha essa informação também, quando eu fiz o TFG, o TCC, eu cheguei nessa informação também que é uma canoa, basicamente a mesma tecnologia, né? Bom, falando sobre o financiamento dos imóveis privados que eu acho, também, que foi uma das grandes inovações do Monumenta, né, de dar valor à habitação, não como bem excepcional, mas como conjunto que, logicamente, melhora visualmente o espaço e também melhora substancialmente a qualidade de vida do habitante. Bom, a

Érica Diogo, no livro sobre o IPHAN, sobre o financiamento, especificamente sobre isso, ela defende que ele seja permanente e contínuo, mas mesmo nas cidades em que ele foi bastante aplicado, como por exemplo Cachoeira, ele foi utilizado em 10% dos imóveis da poligonal, e em São Francisco muito menos. O que faltou para generalizar essa ferramenta? O que falta e o que faltou no programa?

{Dalmo} O que mais faltou foi o processo seletivo do Banco, o tipo de documentação, as exigências, que eles faziam, mesmo para um processo, era quase um recurso dado, né, porque tinha carência, era um recurso muito atraente. Mas a maior dificuldade residia, exatamente, em juntar os documentos, vencer a burocracia geral do banco, teria que ser aperfeiçoado isso, sabe? A gente usou uns exemplos, muita gente tentou, alguns conseguiram, outros não. Também o recurso geral destinado para isso, componente do projeto, eram recursos relativamente exíguos, né, mas a maior dificuldade realmente foi, não foi o desinteresse da população, foi a dificuldade diante das exigências do operador, que era a Caixa Econômica.

{Diogo} E essa exigência talvez fosse tão rígida, justamente porque as taxas eram muito interessantes?

{Dalmo} Não, então, isso sempre foi muito pouco para o banco, tanto que ele nunca se interessou, a gente nunca conseguiu envolver a Caixa Econômica, por exemplo, porque ele trabalha com bilhões, entende? Então quando o recorte são cidades tombadas, os núcleos com aquelas dificuldades, onde uma porção enorme dos imóveis não têm documentos, são inventários, são posses, as irmandades religiosas detêm inúmeros, o estado de conservação é ruim, né, então esse tipo de dificuldade somado a adaptar a tipicidade do imóvel precisando de recursos, investimentos das áreas tombadas pras exigências da Caixa Econômica, pros agentes financiadores de um modo geral. Parece fácil, mas não é para a população residente da área.

{Diogo} Sim, que é apresentar orçamento, projeto executivo. Certo, é ... o Nabil fala no livro que compita essas noções do Monumenta, que foi o programa que teve a experiência mais abrangente de participação social, no entanto, considera que os resultados ficaram bastante aquém do desejado e a Ana Clara Giannecchini que fez

um doutorado sobre o Monumenta também afirma isso, que a participação foi superficial e que, citando as palavras dela, “não se pode dizer que tenha havido envolvimento da sociedade nas definições da política”, então você acredita, concorda com isso, que o processo participativo do Monumenta foi superficial? E quais foram as dificuldades para que houvesse mais participação?

{Dalmo} Eu concordo só em termos, sabe? É que o Brasil parece que é pródigo em criar armadilhas para si mesmo e na verdade a gente vêm importando conceitos, importando ideias. Os programas do Monumenta foram debatidos com as populações, depois das gestões do Luís Fernando e do Marcelo Ferraz, foram bastante discutidos com o IPHAN, as administrações, as câmaras de vereadores participaram também das decisões, mas vamos ser minimamente realistas nesse país nosso dogmático, né, quem detêm as informações, quem está há anos trabalhando com isso, quem está vendo as possibilidades, as perspectivas, são normalmente os técnicos do IPHAN, são as pessoas que trabalham com patrimônio. A gente tem uma coisa no Brasil que no fundo as pessoas chamam de participação mas é uma problematização ... a gente faz assim, nós empobrecemos culturalmente as populações, condenamos elas a verem televisão, não tem repertório nenhum e de repente quando chega um programa com um recurso como o do Monumenta, a gente chamaria as pessoas e “o que vamos fazer aqui no centro histórico?” entende, que é mais ou menos a visão dessa turma que fala de participação, mas eu tenho uma larga experiência, agora que eu trabalho mais com planejamento urbano, a minha experiência é a seguinte: quando a gente, assim, sinceramente, hipocritamente, chama um monte de gente e pergunta o que eles querem fazer, normalmente as respostas vêm relativas ao ponto de ônibus, ao asfalto, reclama disso, daquilo, da saúde, do INSS, mas claro, a participação, a transparência, são pressupostos que ao mesmo tempo é preciso buscar, mas a gente tem que ter a coragem de ter um projeto. Chama a população e diz “olha, nós temos uma opção, isso, isso, aquilo e tal” e defendemos, evidentemente devemos defender, justificar, sabe, o resto eu acho que é demagogia. E o pessoal fala, assim, genericamente, acho uma crítica impropriedade. Os programas, ainda mais um programa como aquele, precisam de eficiência, precisam de resultados, precisavam do conhecimento acumulado de quem trabalhava com aquelas realidades, né, não foi

decidido a quatro paredes, mas também não foi uma coisa demagógica de uma assembleia enorme, e aliás, em alguns casos onde houve esse assembleísmo os resultados foram ruins. Eu me lembro que na sétima etapa lá em Salvador, por exemplo, havia uma discussão sobre um estacionamento que visava ampliar a operacionalidade do Pelourinho, todo aquele contexto, bem ou mal, todos nós não somos favoráveis ao projeto como foi implantado lá na origem do Pelourinho, mas está lá. Bem, de repente entrou uma visão local que achava que aquilo era elitista, que não devia e tal, que devia era fazer uma creche, sabe, então não foi feito o estacionamento com uma visão totalmente assembleísta, sem conexão nenhuma com o universo que estava em jogo, então a gente tem que tomar cuidado, sabe? O que muitas vezes se faz em democratização, porque se não for tomar cuidado, é tudo menos democracia, porque no fundo se empodera, tem muitos setores que são, no fundo, são visões específicas, sectárias, mas se aproveitam, esse pessoal parece que nasceu pra isso, desse espaço dito democrático e transformam num espaço de domínio de grupos. Então eu digo assim, a gente tem que melhorar tudo no Brasil, inclusive o processo que se chama de participativo. Eu considero, particularmente, a Ana Gianecchini e todo o pessoal que escreveu sobre isso, de uma maneira, assim, primária, de encarar o assunto, sabe? Dogmática, um pouco irrealista, aquela coisa que parte de um conceito e não tenta ver com mais seriedade, com mais profundidade como esse conceito é aplicado, se ele seria mais eficiente, se os resultados seriam, ou não, sabe? Eu acho assim, não acho que seja um projeto exemplar, do que seria uma participação popular, do que seria uma participação aberta, não sei se teria condição de ser isso, a princípio acho que não teria. Sobre isso acho que, ainda sim, ninguém da direção do IPHAN ou do Monumenta, eu conheço o espírito do Luís Fernando, do Marcelo, ninguém nunca se furtou a uma reunião, a um pedido, a uma justificativa, escolha, “olha, aqui tem uma opção melhor”, a uma reivindicação, “vamos lá, vamos escutar e tal”, sempre houve essa discussão, sabe?

{Diogo} Sobre o turismo, novamente, ele é reconhecido pela população do centro, pelos moradores, como uma atividade que gera emprego e renda, e todo mundo deseja mais turismo, que a atividade seja mais estruturada para, enfim, gerar mais renda. Só que é unânime também nessas entrevistas que eu fiz que grande parte

da vitalidade centro vem dos usos comuns, usos cotidianos, e isso vem sofrendo um baque bastante grande nas últimas décadas com a retirada dos usos como correios, agências bancárias, serviços da prefeitura que foram para o multicentro lá da Barão sob o argumento de facilitar o acesso por automóvel, mais estacionamentos, mais facilidade construtiva, né, por não ser área tombada, possibilidade de empreendimentos maiores, como supermercados, shopping centers que está lá e etc. E somado a isso tem o fortalecimento das centralidades, das praias, enseada e dos bairros em volta desde os anos 70 que também estão se tornando semi autônomos, cada vez menos dependentes do centro. Como é possível contornar essa situação, do esvaziamento do centro, mantendo os usos existentes, criando novos, diante dos custos e das limitações que um imóvel tombado acarreta ao proprietário?

{Dalmo} Diogo, duas coisas: a gente precisaria ter algumas centenas, talvez alguns milhares de famílias morando na ideia dos “quinze minutos” ou dos “seiscentos metros” do centro histórico. Um desses lugares seria o Bairro da Pedreira, ali na sequência quando você sai do Museu do Mar, a primeira coisa é que a gente precisaria ter um número forte de novos moradores permanentes, a outra coisa é que a hotelaria, as pousadas, e outras coisas, precisariam estar amplificadas, e eu acho que a marina corroboraria esse equilíbrio. E agora assim, e claro, com o compromisso do município de, no mínimo, sustar esse esvaziamento administrativo do centro da cidade, porque, por exemplo, uma secretaria que tem trinta a quarenta funcionários sai do centro, fecha um restaurante, uma loja, quer dizer, é em cadeia. Isso precisaria ser sustado, nós chegamos aí na direção nacional da Caixa Econômica para tentar reverter a ação do gerente que pôs à venda, e acabou vendendo mesmo o prédio, né, da Caixa Econômica, também no Correio também tentamos alguma coisa, mas isso teria que ser fortalecido. Agora, os dois movimentos mais importantes, eu acho, que ainda seria o reforço habitacional forte e o turismo, porque não adianta a coisa que fica no meio termo, a coisa pequena que não chega a ter expressividade. A gente tem, talvez, não sei, hoje em dia talvez tenha duzentos, na Luís Bamba, na Contique, e a pousada ali, digamos que seja isso, de quartos de hotel no centro da cidade. Eu acho que deveria ter dois mil, que isso deveria estar, não tirando o espaço da habitação, mas tudo como correspondência ou fortalecimento

da habitação. A gente tem vários exemplos de ações concretas, de indicativos de como isso seria conduzido, mas aí que está, é um movimento de persistência, de convencimento, a gente sempre tem que estar lá, direto, teria que ser por aí, eu acho.

{Diogo} Certo, você citou o Bairro da Pedreira ali, né, essa é a área que tem o posto de gasolina? Ela é tida pelos moradores, por todo mundo que eu perguntei, como a área mais desinteressante, mais perigosa, mais degradada. Então, e ali, ao mesmo tempo, está dentro da área tombada, né, mas nunca recebeu ações, as ações se concentram na orla então acaba criando uma discrepância bastante grande entre as qualificações desses espaços da orla, que sempre são requalificados, e aquele espaço degradado e com vulnerabilidades sociais. Ao mesmo tempo é uma área que tem muitos vazios, tem muito edifícios substituíveis, né, tem potencialidade de uso construtivo, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo da prefeitura, ou seja, é uma área de possível projeto, né, eu já ouvi você comentar sobre isso também. De certo modo você já respondeu, mas a pergunta que eu tinha colocado era qual o potencial dessa área para intensificar a vitalidade do centro como um todo? Então o maior potencial seria a habitação nessa e talvez renovando substancialmente a área?

{Dalmo} Para um determinado projeto, sabe, a gente desenvolveu um pré-estudo de massas, onde inserimos alguns milhares de metros quadrados de áreas que seriam destinadas preferencialmente a moradias no Bairro da Pedreira, sem prejuízo do Patrimônio. É como tu disse, tem muitos espaços vazios, tem muitos edifícios desimportantes, porque a Pedreira foi um lugar importante, quando o porto era basicamente um porto público que girava em torno da estiva, ali ficava a estiva, então os estivadores distribuíam os serviços e tal, eram centenas de pessoas e o porto trabalhava basicamente com mão de obra dos estivadores, mas isso desapareceu com essa modernização, com a automatização do porto e dos navios. O navio que levava uma semana para ser descarregado a mão, praticamente, ele hoje, as máquinas ficam horas e vai embora; e tem cinco ou seis tripulantes, antes tinham 50 ou 60. Então essa inversão fez com que a Pedreira fosse completamente esvaziada, nem o posto de gasolina mais existe lá, né? Esse tipo de raciocínio, que eu diria um tipo de

raciocínio urbanístico, econômico, é isso que está faltando para o IPHAN. Há anos eu insisto, falta ao IPHAN dimensão urbanística das áreas protegidas, não se trabalha com isso, sabe, agora é que estão surgindo pessoas interessadas levantando ideias, mas são as exceções, como política pública não existe. Seria muito possível de ser executado na Pedreira.

{Diogo} Inclusive no âmbito do IPHAN?

{Dalmo} É, eu acho que vai chegar um momento em que o IPHAN vai precisar começar a olhar para essas opções e quem sabe São Francisco poderia ser uma outra vez um paradigma, sabe? Porque teria toda condição do IPHAN aprovar previamente um plano de massas, por exemplo, com alguns pressupostos, com algumas condições que simulassem o crescimento urbano da Pedreira em nome da preservação, da vitalização do centro histórico com um pequeno ... num primeiro, mas eu nem colocaria, porque essas coisas podem ser, nesse nível que a gente está propondo, poderiam ser amigáveis, algum prejuízo da questão estética, digamos, uma questão estética. Tem ali o porto que cresce, vamos inserir algumas construções que não seriam realmente. Então assim, seria alguma coisa madura, falta quem queira enfrentar isso.

{Diogo} Bom, outro fator relacionado à perda de centralidade do centro em relação aos outros bairros é uma questão do isolamento do sistema viário, que é comum também em outros centros históricos, como o de Recife, que em Recife, é claro, é uma ilha, mas em São Francisco acaba sendo também uma espécie de ilha, né, porque você não precisa passar por dentro do centro para ir de um bairro para outro, a não ser que você tenha um objetivo específico lá. A questão da mobilidade, então, acaba se configurando como uma questão importante para a degradação ou para a vitalidade desses centros, e o Monumenta, então, não atuou nas questões de mobilidade? Bom, em São Francisco a gente poderia pensar a importância do terminal rodoviário, à uma distância caminhável do centro. Mas talvez uma coisa que gerasse mais impacto e teria mais relação mais forte com o patrimônio seria talvez o fortalecimento da navegação cotidiana, né, de São Francisco com Vila da Glória, Itapoá, Joinville que já teve o Marinebus que já funcionou durante pouco tempo, não funcionou

bem porque teve uma série de dificuldades de infraestrutura. Você acha que tem algum potencial do centro se configurar como uma frente de navegação que conecte com as cidades em volta?

{Dalmo} Existe, mas falta densidade, né, Diogo. A Vila da Glória, por exemplo, não tem uma densidade para manter um transporte, mas com Joinville, com a coisa do Centro Regional de Lazer, seria uma coisa fundamental para Joinville manter essa conexão, acho que ela tem futuro. Eu tive uma grande decepção, assim, pessoal, com o Renatinho, o ex-prefeito. Porque ele era jovem e rico, não precisava ser prefeito e eu fui muitas vezes conversar com ele, até antes da gestão dele e eu tinha em mente, justamente propor um projeto revolucionário de mobilidade urbana que passava pela ... o Monumenta teve um viés, tu lembra que ali, perto do Museu Histórico, foi criado um estacionamento, a ideia era de que lá parasse os ônibus de turismo e também os carros. E a gente tinha pensado em restrições, nos finais de semana, para percorrer a rua da orla, ficaria como uma espécie de grande calçada e os circulares que passassem pelo Rocio, eu acho que meia dúzia de ônibus, já que os percursos são curtos, fazendo anéis, percorrendo ali pela praça da Igreja, não pela orla, né, tangenciando a orla criaria uma oferta de locomoção que não precisaria de carro, que entre 5 a 10 minutos passava um ônibus, entende? Isso seria um grande motivador de fortalecimento da centralidade de São Francisco do Sul. É uma das coisas que eu quero conversar com o Godofredo, eu não acho ficção, sabe? Acho perfeitamente viável e a proposta que eu lançaria pra eles era assim, porque um dos conceitos e uma das práticas mais modernas que a gente tem no Brasil de transporte coletivo mesclando com a tradição de um centro histórico tombado. Mas o Renatinho não ousou nada, eu cheguei a comentar com ele isso mas ele também não queria fazer marola, e lá pelas tantas eu também desisti.

{Diogo} É, existe uma articulação regional complexa, né, também não é só São Francisco, vai conversar com Itapoá, vai conversar com Joinville, como os ônibus vão chegar ...

{Dalmo} Mas na essência o mais importante seria São Francisco mesmo, sabe, seria conversar com a concessionária, do ponto de vista de, pelo menos por algum tempo, dar um subsídio qualquer, mas

eles têm a perspectiva de aumentar os clientes, de investir no negócio deles. É uma conversa que eu já fiz com outros concessionários em outros municípios. E hoje em dia Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Joinville, pagam subsídios para manter o transporte coletivo, todos decadentes, todos transportando um número muito menor de usuários do que transportava há dez anos, por incrível que pareça, com todo crescimento dessas cidades. E São Francisco não é caso isolado, também seria isso, uma reversão, quase que uma otimização do transporte coletivo. É uma conversa que eu tô guardando pro começo do ano com o Godofredo, sabe, as regionais daí, acho que Itapoá, não tem densidade para manter um fluxo significativo, teria Joinville, mas os custos são maiores, as distâncias são maiores, né, não é todo dia, porque o transporte coletivo, seja ele qual for, Diogo, ele precisa de número de usuários e a gente não tem. Poderia até pela manhã ter um barco com 50 pessoas, com 40, com 30, mas às 10h da manhã vai ter 5 pessoas, entende, não mantém os custos.

{Diogo} É, talvez tivesse que ser subsidiado mesmo, quase como as ações de patrimônio, né?

{Dalmo} E associado a processos de densificação, né, em alguns lugares, em alguns núcleos ao longo da baía. Isso teria um sentido a médio prazo.

{Diogo} Também nessa interface da preservação com o planejamento e de problemas e ações que afligem a vitalidade do centro, mas na verdade estão fora do centro, extrapolam a poligonal. Então, tem questões, por exemplo, como miserabilidade, violência, falta de saneamento básico, crescimento urbano desordenado, esvaziamento funcional, como a gente falou, e muitas dessas questões afetam o centro histórico. No caso de Cachoeira, por exemplo, que o crescimento desordenado ali além do perímetro muitos rios são importantes para as religiões de matriz afro, né, então está tudo realmente interligado e agir dentro da poligonal muitas vezes é insuficiente. Bom, o Monumenta esboçou algumas ações mais intersetoriais, como as universidades em Cachoeira, em Laranjeiras, talvez o próprio financiamento de imóveis privados seja um exemplo disso, na interface com a Caixa, e, mas assim, a partir dessa perspectiva eu gostei de uma sugestão que o Nabil, de que talvez a partir dessa

perspectiva mais intersetorial daria pra pensar o Monumenta como exemplo a ser trilhado, não só por centros históricos, mas por qualquer cidade contemporânea, que de fato carece de projetos urbanos, de espaços livres qualificados, que valorize as especificidades culturais independentemente dos bens tombados? Ou seja, a pergunta de fato é se isso foi comentado, como um balanço do Monumenta, que isso poderia ser usado como exemplo pra outras cidades, como projeto urbano de fato, não só de patrimônio?

{Dalmo} Eu acho que sim, Diogo, porque o nosso país, que é um país essencialmente urbano, porque pessoalmente acho que as cidades pequenas são o maior problema que a gente está legando para as próximas gerações e quando se vai para o Ministério das Cidades, e eu já fui várias vezes para o Ministério das Cidades, como secretário de urbanismo, por exemplo, de Florianópolis. E sabe o que você ouviu? Não há recurso, não há linha de investimentos específicos, nós estamos repassando emendas parlamentares. Totalmente esvaziado, não há política pública, não há diretriz. E um programa de investimento urbano em centro de cidades, em áreas centrais, programas de requalificação, que são mundiais e que não existiram no Brasil poderiam perfeitamente formatar um grande projeto de investimento na qualificação urbana, partindo do Ministério das Cidades, poderiam, né?

{Diogo} Certo, umas reflexões finais, aqui, como eu já estou no final do mestrado, você já percebeu que muitas perguntas são reflexões e acabam ficando perguntas longas, né, mas nesse momento é importante pra mim. O Celso Furtado reflete bastante sobre a relação entre desenvolvimento e cultura e ele diz que a noção de desenvolvimento funda-se em “no desejo de preservação da própria identidade no universo civilizatório caracterizado pela constante mudança”, referindo-se aí na globalização, e ele relaciona a cultura e a consciência das próprias identidades, autonomia e ao poder das próprias comunidades, independente da escala. No entanto o que a gente vê nos planejamentos urbanos das cidades é uma insensibilidade, de uma incompreensão do papel estratégico da cultura, do patrimônio, do centro histórico no desenvolvimento local dessas cidades. A Barão é um exemplo disso, né, que asfixia o centro pra um modelo de desenvolvimento genérico, sem caráter e sem

qualidade urbanística. E aí acaba criando, talvez, uma falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento, né, como se uma coisa fosse de fato oposta à outra. Você acha que o Monumenta, partindo desses exemplos, desses poucos 26 exemplos, procurando construir projetos de desenvolvimento a partir dessas culturas locais, ele serve de exemplo para um projeto nacional de afirmação de um modelo de desenvolvimento que persiga o progresso baseado no que a gente é? Ele é um exemplo, pode ser extrapolado, ele representa um projeto nacional, né, de valores?

{Dalmo} Diogo, em partes, porque ele lidou com um condicionante muito forte que teria que abandonar, no caso, dessa visão mais abrangente, né, que era justamente a definição da área de projeto, lembra? Havia uma poligonal, que às vezes extrapolava um pouco a área tombada, mas normalmente não, era um recorte da área tombada, onde os investimentos, fora disso, não podiam acontecer. É uma antítese, né, como tu mesmo falaste, são vários elementos que não estão na área tombada mas que contribuem para a costura urbana em que ela deve estar inserida e tal. O Monumenta não pôde trabalhar nessa dimensão extra-poligonal de tombamento, muito em função disso, havia uma restrição formal, no ensejo do programa, sabe, isso teria que ser ultrapassado.

{Diogo} Então, sobre a gestão local, né, uma reclamação bastante constante ali do pessoal do centro, que o Monumenta fez o que tinha que fazer, mas a prefeitura não tem capacidade de manter, ou vontade, né, capacidade num sentido mais geral. E, é lógico, isso é um problema recorrente das prefeituras de cidades pequenas, mas o fato de a UEP ser uma instância separada da prefeitura pode ter alguma influência disso, desse conhecimento não ter sido institucionalizado dentro da prefeitura?

{Dalmo} De certa maneira pode, o risco é esse, mas de um modo geral eu não ... as UEPs, aconteceram conflitos e tal, mas muitas vezes elas foram absorvidas, algumas vezes elas foram, no caso de São Francisco, compostas por pessoas locais, né, o secretário de planejamento de São Francisco, no começo da gestão do Godofredo, no começo do ano, era o coordenador do Monumenta, o braço direito do prefeito, né, então eu diria que não houve sempre uma

dicotomia, sabe? Eu acho que foi mais um outro tipo de visão de desenvolvimento, essa coisa mais típica, uma coisa mais primária de enxergar a atualidade nos nossos municípios, noções de progresso, de conforto urbano, né, continua sendo uma dificuldade grande de lidar com repertório de ideais dos prefeitos. Eu acho que isso é o mais difícil, Diogo. E principalmente quando não se tem dinheiro, porque quando se tem dinheiro, dá pra lidar com isso, eles se interessam, mas quando chega a parte deles, e eles precisam desembolsar, é difícil lidar com as prefeituras porque os valores são outros.

{Diogo} Lá em Itanhaém é complicado também, eu tenho projeto pra lá, o parque do Morro do Convento inspirado em São Francisco, e de vez em quando eles chamam para conversar, mas as ideias são bem incompatíveis e aí fizeram um portal turístico, gastaram o que poderiam ter gasto no parque, aí acabaram com uma praça, tiraram toda a vegetação, uma praça super bonita, para fazer aquelas barracas de artesanato para turista, é complicado.

{Dalmo} O Odilon virou meu amigo, né, e faleceu de COVID, no ano passado, uma pena, era uma figuraça. E lá pelas tantas a gente sumou uma série de projetos para São Francisco e lá pelas tantas veio aquela empresa, agora é a Arcelor, a grande usina e tal, metalúrgica, né? E tinha recursos de contrapartida, da implantação, e a gente conseguiu que o cine-teatro, o projeto e todo o restauro, toda a requalificação do projeto fosse pago pela Arcelor no bojo do licenciamento e o Odilon punha a mão na cabeça e falava “ah, mas você vai me levar e eu nunca mais ganho uma eleição aqui, porque no centro moram 10% ou 15% da população de São Francisco já”. E ele era muito bom, um cara de conversa e ele acabou topando, mas ele tinha o raciocínio, ele estava fazendo um investimento maciço para um lugar, do ponto de vista político, onde mora 25% da população do município.

{Diogo} Acho que agora só tem umas questões pontuais, por exemplo, o clube 24, né, que eu visitei, ele tem aquela solução de galeria embaixo, só as lojas da frente ocupadas, aquele salão lá no fundo, teoricamente para exposições ou atividades, vazio, mofado, desinteressante, é ... o que poderia ter sido pensado para lá, o Aldair Carvalho falou “poderia ter sido da UNIVILLE”, né, um uso

educacional, aquilo não seria usado o tempo inteiro mesmo. A solução de galeria acabam não alugando, talvez porque não tem demanda pra isso. Mesmo arquitetonicamente aquela galeria meio que não se adapta àquela fachada, né, não valoriza a arquitetura do prédio. Lá em cima depende dos usos da prefeitura, aí depois aula de ioga, aula daquilo, mas vira e mexe está vazio, mas um pouco do que a gente já discutiu, foi pensado outros usos para aquele espaço?

{Dalmo} Foi, o projeto de lá, Diogo, era transformador, foi um projeto que na época a gente conseguiu 700.000 reais, foi um nó na questão dos imóveis privados, mas ali teve uma deturpação quase total e tem uma realidade triste, que está na essência de não ter dado certo o projeto do Clube, viu, Diogo. Isso acontece em São Francisco e acontece em outro lugar também, a gente pensa muito na história da área pública, da documentação da área pública, mas muitos dos clubes tradicionais tem as diretorias que se especializaram em viver sinceramente, e o clube 24, e me parece que o Cruzeiro também, ele foi exaurido por gente que “meteu a mão”, pra falar assim, bem francamente, no ... o projeto não era a galeria, sabe, o projeto era o seguinte, a gente convenceu o Monumenta de que primeiro, o Clube devia ser clube, ali tinha o grande Carnaval popular da cidade, então ele teria o salão; esse salão funcionava algumas vezes por ano, os bailes que são cada vez mais raros, no Carnaval, né, e fora isso, ele seria duas coisas: esse espaço poderia ter, vamos supor, ser um espaço para uma academia de dança, ioga, nós procuramos na época o Centro Eventos lá de Joinville que tinha uma agenda de eventos para cinco anos depois, foi o auge do Centro Eventos quando o Luís Henrique era governador do estado. E eles se entusiasmaram com a ideia de ter uma subsele em São Francisco, onde pequenos eventos, então todos aqueles salões, eles foram adaptados para serem, tanto usos do Clube, nos momentos especiais, como para serem alugados para pequenos eventos, junto com o Centro de Eventos. Mas isso precisaria de uma gestão dinâmica de gente que vai atrás, que viabiliza e ... e assim, nunca houve isso, o pessoal se acomodou com aquelas galerias, a maior parte deles ficou dono das galerias, aí já não pagavam o ... então o projeto consentiu com as galerias, abriu a segunda depois que a gente instaurou aquele prédio, mas a galeria representava 10% da ideia, funcionava o restaurante, um buffet, um restaurante grande e assim, o Clube ainda era um clube ativo, sabe? Não tinha mais o

seu apogeu, mas fazia os seus bailes, fazia as suas arrecadações e tal. Só que foi, não se conseguiu no fundo, superar essa decadência de atividade mesmo, esse fôlego do próprio Clube, ele recebeu aquilo restaurado, com aquela carência toda para pagar e tal, e no final ficou de tal maneira que o patrimônio acaba revertendo para o município, que não era a ideia.

{Diogo} E essa ideia da galeria veio do Clube, ele teve autonomia pra decidir isso?

{Dalmo} É porque eles propuseram e nós acabamos aceitando porque era também um recurso permanente, de aluguel, imagina, eles teriam ali, vinte, trinta aluguéis. Então isso para uma coisa bem administrada seria um lastro, né, de uma maneira de corresponder com a via pública e tal. E nós aceitamos, mas no nosso projeto, isso não era a essência, de maneira nenhuma da integração, sabe?

{Diogo} Vou fazer a minha última pergunta aqui. Sobre o parque, né, ele criou um percurso que vai descortinando os principais patrimônios da cidade, o centro histórico, a baía, o porto, e criando *frames* dessa paisagem, que é bastante interessante. Ao chegar lá em cima, no entanto, né, tem uma clareira que não se tem mais essa apreensão e não se tem também usos, o espaço é exíguo, também, mas não há um grande interesse de se estar lá em cima, na minha opinião. E tem a ruína, que é uma das coisas que conta a história de São Francisco, né, tem fotos antigas do antigo hospício. Não está identificado, não está valorizada, tem um deque de um lado e a ruína de outro. Por que não se pensou nessa ruína como protagonista?

{Dalmo} É, se pensou, a ideia era essa, ali deveria ter uma área de permanência, deveria ter um restaurante, na concepção do projeto deveria ter um restaurante, e o parque, claro que ele tem um viés turístico, mas o grande viés era a ideia da cidade, quase como da cidade ideal, né, Diogo. Eu dizia assim para o prefeito “prefeito, nosso desafio é o seguinte, não dá para ser como hoje, que o engenheiro da Petrobrás trabalha lá na enseada e depois tem os filhos na escola em Joinville e depois volta pra Joinville, entende?”. Ou o pessoal da atual Arcelor. Então ter um parque urbano, ter a coisa de fazer as caminhadas, tanto a orla quanto a subida do morro estavam previstas

pra essa coisa que eram tão comum para as cidades do mundo que era ter um parque urbano, com a área verde, e claro, também com a destinação turística, mas deveria ter lá em cima, sem dúvida, um restaurante, uma área de permanência que respondesse, em parte, por parte da sustentabilidade da área. Isso enfrentou problemas com a arqueologia, entrou uma burocracia qualquer do IPHAN, sabe, tosca, que não tem sentido em se resolver isso. É ... uma das coisas que teria que enfrentar.

{Diogo} Problemas com o meio ambiente, também, ou é com arqueologia?

{Dalmo} Não, acho que foi especificamente com arqueologia. Arqueologia histórica, não tem sentido nenhum guardar alguns pilares ali, completamente ...

{Diogo} É, foi cravado pelo deque, já, né?

{Dalmo} Exato, exatamente. Eu acho que ali houve uma exaustão, a arqueologia se incomodou um monte para a própria exequibilidade. É uma das políticas que teriam que ser revistas, sabe, Diogo, arqueologia histórica é, aquilo ali tem depoimento, tem cadastramento do tal do morro do hospício, tem fotografias, não se vai ter nenhum conhecimento extra a partir da escavação arqueológica, daqueles restos, aquilo não pode ser tratado como algo no Egito, a Acrópole, porque não é. A capacidade de fornecer informações, aquilo é exíguo além das que já se têm. Estão em ruínas mesmo, bucólicas, não teria nenhum problema em ter um restaurante, sabe? Mas tem que enfrentar a burocracia.

{Diogo} Às vezes são ciências que, não a ciência como um todo, mas são técnicos que não têm a ciência da função social da arqueologia, nesse caso, qual a função social?

{Dalmo} Isso, e sobretudo, não tem uma visão do todo, fica trabalhando de maneira estanque, né, só com a visão do seu universo específico. Então tem necessidade de descompartmentalizar o conhecimento e a ...

{Diogo} Com visão setorial não dá pra fazer urbanismo, né?

{Dalmo} Não, de jeito nenhum.

Entrevista | Arquiteto Luiz Fernando de Almeida
Presidente do IPHAN – 2006 a 2012
20.12.21
duração: 1:17:13

{Diogo} É ... bom, justamente isso, o Dalmo é tido nas entrevistas com os técnicos, com a própria população local como o “pai da criança”, ele é o autor do projeto. Então eu queria saber como que foi a construção do projeto em si, desde aquele período em que as cidades estavam concorrendo para serem pleiteadas ou não pelo programa, que já apresentou um pré-projeto, , e já tinha essa estrutura toda. É uma ideia que veio do Dalmo, é uma ideia que já tinha para essas cidades?

{Luiz} É ... então, eu não estava nesse momento dentro do programa, em 2003, isso de alguma maneira já estava configurado, que eram os projetos da cidade. O que eu enxergo, o que eu fiz foi mudar alguns projetos, no caso de São Francisco teve uma singularidade e, ao invés do projeto ter sido feito pela municipalidade sem a participação do IPHAN, ali teve uma presença grande do IPHAN sob um ponto de vista conceitual e a gente deve isso ao Dalmo. Então o Dalmo que estrutura, ele era o superintendente do IPHAN em Santa Catarina, ele que estrutura, num acordo que ele faz, numa interlocução qualificada que ele tinha com o poder público, a partir de um reconhecimento dele como um articulador do Museu Nacional do Mar ele monta, projeta na cabeça dele, um plano de intervenção ou um projeto de desenvolvimento pra São Francisco, e ele consegue pactuar esse plano dentro do que a municipalidade teria de apresentar pro programa Monumenta. Então tem essa distinção com relação aos outros processos. Por mais que o programa Monumenta estabelecesse dentro de seus princípios que você tinha que ter um recorte territorial, e pensar essa intervenção dentro desse recorte territorial, boa parte das cidades acabavam escolhendo monumentos dentro desse recorte, sem fazer intervenção urbanística, então teve um olhar urbanístico que conseguiu construir um trabalho ali em São Francisco. E isso se deve a ele, ainda que, se você for olhar São Francisco, ele partiu de um princípio também de não desapropriação de áreas privadas, e você vê que ali você tem situações que poderia ter feito desapropriações, no sentido de se tornar mais lógico aquele percurso junto ao mar. Então

acho que foi uma opção, que de uma certa maneira a prefeitura não criou conflito com ninguém, mas acho que a distinção que teve foi ter alguém, um superintendente do IPHAN, que tinha uma interlocução com o poder público diferenciada, e era um urbanista, basicamente o Dalmo é um urbanista. Se você for olhar o histórico dele e tal você vê que ele é um cara que tem muito mais preocupação com a dimensão urbana, territorial, do que exatamente do objeto, então essa singularidade que fez com que o projeto de São Francisco fosse possível, evitando conflito e tendo uma visão urbana.

{Diogo} E o projeto de São Francisco, muita gente fala que ele serviu de exemplo pra outros projetos do Monumenta, por ter começado antes talvez ...

{Luiz} Não, é mais no sentido que se mostrava o projeto de São Francisco como uma intervenção urbana que era necessária, então, isso que eu estava dizendo, os outros projetos eram muito pouco ousados na intervenção urbana, que era o que na verdade o programa queria, mas acabavam se limitando às intervenções nos objetos e fazendo a qualificação urbanística sempre como uma coisa inibidora. É óbvio que as situações territoriais de um local não se reproduzem no outro, tinha esses espaços vazios, esses espaços públicos lineares em São Francisco que não se repetiam em outros lugares, a não ser Cachoeira, a não ser ...acho que Laranjeiras estava fora do programa?

{Diogo} Qual? Laranjeiras está dentro. A ideia da universidade.

{Luiz} Tá, a ideia da universidade era um pouco disso também, induzir um processo de intervenção na beira do rio, mas muito menos ousado do que foi possível em São Francisco. Então São Francisco também era adequado a isso.

{Diogo} Em Cachoeira até pela importância dos monumentos de lá, a maioria dos investimentos foi muito mais ...

{Luiz} Tiveram investimentos, você tem que pensar em Cachoeira, sempre Cachoeira e São Félix, , na orla de Cachoeira e na orla de São Félix. A gente tratava isso como se fosse uma coisa só.

{Diogo} Sim, então você acha que São Francisco não influenciou esse viés urbanístico, São Francisco não influenciou outras cidades a terem um viés urbanístico também?

{Luiz} Não, porque essa era uma questão que estava colocada dentro do programa, as cidades enfrentaram isso, ou o próprio IPHAN enfrentou isso, ou nós mesmos do Monumenta enfrentamos isso de uma maneira diferente, mas usando São Francisco como exemplo para dizer “olha, é possível ter essa abordagem menos focada em monumentos”, que no caso de Cachoeira era fundamental focar nos monumentos. Eu sempre dizia que Cachoeira era a cidade que tinha o patrimônio mais importante do Brasil em pior estado de conservação. Não, tudo caindo.

{Diogo} Bom, de certa forma ainda está, muita coisa. Não no que o Monumenta mexeu, mas o resto ...

{Luiz} Exatamente, mas assim, a aposta em Cachoeira foi uma das mudanças que a gente fez no programa, foi pensar ações estruturantes, para apostar que você ia criar uma nova dinâmica na cidade a partir da entrada da universidade, que isso aconteceu. Então parte do problema de sustentabilidade do Casario Histórico do patrimônio de Cachoeira estava ligada à falta de dinâmica socioeconômica da cidade. Como enfrentar isso com as armas que a gente tinha? A oportunidade veio quando começou o programa de expansão das universidades, foi quando eu, junto com o ministro Gil, conversar com o então ministro Tarso Genro para montar um programa em comum e usar essas cidades históricas como parte dessas estratégias de expansão universitária. Então o projeto de Cachoeira estava ligado a uma mudança socioeconômica que precisava ser feita. É uma aposta, que a partir disso, tu consiga ter uma dinâmica capaz de, pelo menos, enfrentar parcialmente a situação do centro histórico.

{Diogo} E em São Francisco, por que não se pensou em algo parecido com Cachoeira, nesse sentido de ter um uso cotidiano. Em São Francisco se pensou muito nos museus, como instituições ...

{Luiz} A grande questão de São Francisco é o porto, o problema

de São Francisco não era a dinâmica, era estabelecer uma dinâmica de qualificação para impedir, na verdade, o processo de expansão do porto em direção ao centro histórico. Então a qualificação do centro histórico de uma certa maneira freia a expansão do porto. Se você for olhar o desenho do porto, ele tem um píer que avança na direção do Museu e esse projeto era um projeto de estender esse espaço de atracamento, não sei exatamente como chamar isso. Então assim, o problema maior ali, em São Francisco era a qualificação do centro no sentido de se contrapor ao porto. O problema de São Francisco não é a dinâmica econômica, ao contrário, São Francisco é uma cidade rica.

{Diogo} Mas de certa forma os centros têm algum problemas em relação à dinâmica econômica?

{Luiz} Exatamente, aí a aposta era que o centro se estruturasse com uma qualificação, ele está no meio de uma zona metropolitana de Joinville. Ele ia, na verdade, estruturar uma demanda capaz de frear e ocupar o espaço que era desocupado ali. O centro histórico é pequenininho.

{Diogo} É, comparado ao de Cachoeira.

{Luiz} É, comparado ao de Cachoeira, e comparado sob o ponto de vista também da qualificação dos seus monumentos. Então estabelecer São Francisco como um espaço de lazer, o centro como um espaço turístico, como um espaço com uma demanda, ali inclusive fortalecendo a demanda populacional, não é, preciso inclusive consultar os livros como é que foi o resultado dos imóveis privados em São Francisco, mas eu acho que teve demanda. Então a ideia era um pouco fortalecer também a habitação ali, o Clube, a Biblioteca, a qualificação do morro com o parque, então assim, era numa direção de fortalecer a ideia de centro histórico ali. Obviamente que Monumenta não conseguia enfrentar todos os problemas de dimensão urbanística e patrimonial da cidade, uma ponta só. Então eu sou do ponto de vista também da análise, porque eu acho que é um equívoco pensar também que “olha, vamos enfrentar todos os problemas”. Não, com o dinheiro absolutamente limitado, e a gente tentou fazer com que aquilo tivesse sentido. Algumas vezes conseguimos, algumas vezes não.

{Diogo} Certo, bom, essa ênfase urbanística que está no Monumenta em si, que está nos documentos, já tinha essa ideia de que São Francisco materializou, e a gente pode, de certa forma, associar à mudança de paradigma que veio da década de 70, a Carta de Nairóbi, de Amsterdam, o próprio conceito do Ulpiano de Patrimônio Ambiental Urbano, de ter essa ênfase urbanística e como que o Monumenta, o IPHAN, você veem essa relação da qualificação dos espaços livres e a valorização do patrimônio?

{Luiz} Bom, ela está absolutamente dissociada?

{Diogo} Na prática histórica?

{Luiz} É, na prática, da vida da cidade, na prática da apropriação da cidade ela é totalmente desassociada. O que você vê da prática do ponto de vista institucional era de apoio ao monumento, do monumento isolado, mas isso tem tudo a ver, acho que menos por uma questão conceitual, e muito mais com as questões do ponto de vista político, de política pública, de capacidade de intervenção, de uma leitura ainda arraigada de que a proteção do patrimônio também congela a cidade. Eu acho que a intervenção urbanística colocada ali naquele momento, de uma maneira clara para o Monumenta, ela responde a todo um arcabouço conceitual que já estava colocada, se você pega também os discursos dos anos 70, nos 60 já tinha também algo dessa abordagem, e foi a circunstância toda do programa que permitiu que isso acontecesse de formas diferenciadas na cidade. De uma certa maneira, a elaboração do PAC, que era uma continuidade do Monumenta, aborda isso como uma questão mais estruturada e central, mas ainda a visão do poder público sobre o patrimônio era uma visão de objeto, era uma visão de excepcionalidade. A ideia de cidade está muito ligada à vida cotidiana, da vida normal da cidade e usufruindo das diversas dimensões da cidade. E a isso se contrapõe uma visão que ainda é muito forte, do patrimônio como excepcionalidade. De uma certa forma o Monumenta pretende fazer isso dentro de sua concepção liberal, que a gente tenta alterar quando a gente entra dentro do programa, mas usando os instrumentos todos que ele tem, que são instrumentos importantes, que são apoiar as iniciativas, apoiar a recuperação dos imóveis privados, fazer

intervenção urbanísticas, apoiar a criação de uma economia criativa dentro da cidade. Tentar usar os instrumentos que existiam até então para fazer esse processo de re dinamização. Mas assim, numa escala também muito pequena, se você for ver o valor de investimento e assim, o que seria fazer uma grande intervenção na cidade, a gente está falando de um valor de ...

{Diogo} São 125.000.000 dólares, na época.

{Luiz} Isso não implicava numa mudança estrutural, de fato, nas cidades, eu me lembro de um momento, não me lembro para quem que eu estava falando, pra um ministro, eu disse que o valor de um viaduto, que ele tinha gastando num viaduto, era a intervenção que a gente tinha feito em Cachoeira, que foi super significativa pra cidade.

{Diogo} Até, assim, o Nabil fala no livro dele, que a Ponte Estaiada que ele compara, é mais cara que o programa inteiro?

{Luiz} É, e falando em valores, assim, essa dimensão é muito baixa para uma intervenção necessária, e obviamente que as intervenções necessárias, quando você olha o estado de arruinamento de monumentos, você fica naquela situação de no que você vai investir primeiro, e tem monumentos fundamentais que você perde, acabou. É diferente quando você tem isso numa situação melhor, quando o programa pode fazer uma intervenção um pouco mais estratégica, quando você vai enfrentar uma cidade como Cachoeira, você tem monumentos caindo aos pedaços e que são super importantes para a história do Brasil, o que você vai fazer? Não vai fazer aquilo? Então assim, tem uma visão estratégica que não necessariamente se verifica nas ações que foram feitas.

{Diogo} Certo, e depois do Monumenta, o IPHAN fez algumas publicações, por exemplo, aquela da Paula Porta que até você fez o prefácio?

{Luiz} Não, foi o IPHAN que contratou a Paula para fazer aquilo lá, um relatório de atividades.

{Diogo} Certo e aí está bastante focado a relação de patrimônio,

urbanismo e desenvolvimento. Dá para dizer que tem alguma relação com o aprendizado do Monumenta, aquele discurso que está ali? Porque aquilo diz que a missão do IPHAN é desenvolvimento, basicamente isso que está colocado ali?

{Luiz} Está colocado desta forma ...

{Diogo} Por meio do patrimônio.

{Luiz} Depende da maneira como você enxerga desenvolvimento, pode pensar em desenvolvimento de uma maneira mais ampla, mas pode pensar em desenvolvimento como desenvolvimento econômico, pode pensar em desenvolvimento como desenvolvimento social, como desenvolvimento simbólico, como desenvolvimento intelectual, quer dizer, desenvolvimento econômico, no sentido de gerar renda, então é isso, não necessariamente precisa gerar renda, claro que as pessoas precisam viver no local, para ter uma capacidade de manter-se naquele local você tem que ter alguma dinâmica, e esse abandono de determinadas cidades no Brasil, que de uma certa maneira tinha uma visão romântica que esse abandono econômico fez a preservação, ele também é um motivo de destruição, a gente pode criar a mesa dos horrores mostrando tudo aquilo que se perdeu no país também, por falta de uma política pública, de uma visão da importância do patrimônio, da importância da história, da importância da vida, e da diferença das cidades por falta de dinâmica econômica também. Cachoeira é o melhor exemplo disso. Bom, vamos pegar São Francisco que é o que você está trabalhando. São Francisco, ainda que tenha dinâmica econômica do porto e tal, a cidade estava se transferindo para a beira da praia, para o outro lado da ilha, com todos os serviços que estavam no centro da cidade se transferindo para lá, mas o porto, se não tivesse um projeto de intervenção também, a prefeitura ia sair também. Um dos grandes problemas de desconstrução da ideia de centro histórico no Brasil é a perda de dimensão simbólica. Então São Luís no Maranhão, sai a câmara dos vereadores, sai a prefeitura, sai o governo do estado, sai tudo e o que que sobra? Vai sobrar o que? Então assim, tem uma construção de retomada simbólica desses centros.

{Diogo} E no caso de São Francisco esse problema também

vem acontecendo e nas entrevistas que eu fiz com comerciantes, moradores, apesar de todo mundo reconhecer o turismo como uma atividade desejável e querer que o turismo seja mais estruturado, todo mundo tem certo consenso de que essa retirada dos usos cotidianos, como, por exemplo, os correios, as agências bancárias, ocasionaram num esvaziamento do centro bastante grande? O Monumenta, de certa forma, não atuou diretamente sobre esse aspecto desses usos cotidianos, porque lógico, é uma questão de planejamento urbano da cidade, mas você acha que o programa teria como criar mecanismos?

{Luiz} Acho que não. Acho que essa ideia de imaginar que os programas ou que a intervenção federal consiga abordar todas as dimensões do programa de desenvolvimentos das cidades é equivocado. A política pública de patrimônio é incapaz de resolver todos os problemas de patrimônio, num sentido mais amplo de problemas de patrimônio, a gente tem que estar enraizado em diversas dimensões de outras políticas públicas, a política pública de saúde, a política pública de educação, de transporte, tudo isso tem que abordar essa dimensão simbólica do centro, mas para isso tem que ser importante, essa aposta toda que foi feita, de qualificação das cidades, que deu menos certo ou mais certo numa cidade ou em outra, ela visava, na verdade, você ter um redimensionamento simbólico desse espaço, desse território. Agora, absolutamente acho que é limitado você pensar o que aconteceu como os indicadores de sucesso ou fracasso, de qualidade ou não dos projetos, porque assim, é impossível você resolver o problema de um território só com uma dimensão de política pública, ainda que ela pretenda ou faça um discurso de totalidade. São sempre estratégias no sentido de forçar ou no sentido de apontar direções, mas por isso só ela não resolve.

{Diogo} Sim, e nesse caso, do esvaziamento do centro, ali no centro da rua Barão, que enfim, estão recebendo vários usos que estão saindo do centro histórico por questões de facilidade de estacionamento, facilidade de chegar com o carro, e o fato de também de não ter restrições que o tombamento impõe, as moradias que as pessoas sentem que a casa não é delas. Como vencer essa barreira do ... por exemplo, essa dinâmica do automóvel, que o centro histórico não permite com tanta liberdade como a rua Barão, por exemplo, como vencer essa barreira para fazer ...

{Luiz} Tem que gerar um prazer de andar a pé, prazer de andar de bicicleta que se sobreponha a isso.

{Diogo} É um problema de construção de valores.

{Luiz} É, um problema de construção de valores. Então o prazer de morar em uma casa histórica tem que ser maior do que o prazer em morar numa casa construída recentemente, ainda que ela possa ter qualidade arquitetônica, o que é raro também, mas tem que ter alguma forma de prazer, no campo simbólico construído socialmente, mentalmente, coletivamente, capaz de achar que vale a pena fazer isso em detrimento de uma vida, sei lá, contemporânea em outro local. Por outro lado também, tem que ter uma visão do campo de qualificação também das pessoas que trabalham nas instituições de controle e de avaliação de projeto de entender que é preciso adaptar os imóveis à vida contemporânea. Então, às vezes não há essa visão.

{Diogo} Sim, é bastante criticada, bom, o IPHAN é bastante criticado nesse sentido, as ações dos escritórios locais como uma ação meio, vamos dizer assim, policialesca, de proibição.

{Luiz} É da natureza?

{Diogo} Do IPHAN?

{Luiz} É da natureza, que na verdade acaba estabelecendo um valor público sobre o valor individual, sobre o valor privado. Então, é da natureza do IPHAN esse campo de tensão. Agora, é um problema pro IPHAN não ter uma visão contemporânea, e obviamente que eu não posso falar isso também de uma maneira generalizada também, quer dizer, tem ainda um espaço pra galgar, pra melhorar esse espaço de tensão, mas o que você cita é da natureza do IPHAN, também é uma maneira do poder público que regula e limita o poder individual, de você fazer o que você quer, a partir de uma ideia de um valor coletivo. Agora, o problema é esse valor coletivo está sendo trabalhado, esse valor coletivo está claro para as pessoas, as regras estão claras, a visão que o IPHAN tem, ela é condizente com uma necessidade que as pessoas têm de adaptação e tal. Bom, as crises todas são necessidades

de adaptação que maculam todo o valor estabelecido dentro daquele patrimônio, ou assim, uma rejeição total de uma intervenção, de uma ideia de valor comum em cima da sua propriedade, , então isso não é uma questão, porque isso é da natureza. Se a instituição não tiver isso, pra que ela serve?

{Diogo} Não, eu acho que talvez a crítica dos moradores seja mais no sentido de ...

{Luiz} Não, mas a crítica dos moradores está correta. Entendeu? Mas o IPHAN tem que continuar exercendo o seu papel.

{Diogo} Ah, sim.

{Luiz} A crítica dos moradores está correta, assim, como crítica, ela não está certa, porque é da natureza que hajam algumas críticas, entendeu?

{Diogo} Claro, claro. O Dalmo fala que o objetivo do projeto de transformar São Francisco num Polo Regional de Lazer e ele faz uma distinção de Polo Regional de Lazer e Turismo, e eu conversei com ele sobre isso, mas a questão é: de certa forma, mesmo o Polo Regional de Lazer não causa uma certa especialização funcional do centro desses usos do lazer ... tornando o centro menos multifuncional relacionado ao cotidiano e ao trabalho, mesmo com o Polo Regional de Lazer não é uma especialização?

{Luiz} Pode ser, eu acho que essa é uma questão. Eu acho que o ideal seria que uma coisa não fosse excludente da outra, pode ser um Polo Regional mantendo determinadas dimensões simbólicas, mantendo a prefeitura, mantendo a igreja, mantendo a biblioteca, mantendo os bancos, mantendo correio; não vejo isso como uma coisa excludente sob um ponto de vista de evitar que isso aconteça. Mas veja, você constrói um museu, com aquela dimensão do Museu Nacional do Mar, você está falando com um público que não é só aquele público local, você constrói uma esplanada daquelas, um passeio daqueles, quer dizer, você está dentro de uma região metropolitana, que é Joinville, você está refreando na verdade um processo de expansão portuária, então, na minha opinião, um projeto de um centro de lazer

já está colocado, o problema é ele ser qualificado e ele excluir outras dimensões, como você não exclui outras dimensões.

{Diogo} Mas você acha que o Monumenta, no caso de São Francisco, esse enfoque, por exemplo dos Museus, já tinham dois museus que foram requalificados pelo Monumenta e foi implantado mais um ...

{Luiz} Qual foi implantado?

{Diogo} O Museu de Arte Sacra, na Igreja Matriz.

{Luiz} Ah, eu não me lembrava disso.

{Diogo} É pequeno, dentro ali da Igreja mesmo. E ...

{Luiz} Mas assim, o museu mesmo que atrai pessoas é o Museu do Mar, os outros tem uma escala, assim, que é uma escala muito local, mas diga.

{Diogo} Não, é ... pode continuar.

{Luiz} O Museu preparado para atrair visitantes e que ele só tem sentido estar ali, inclusive atraia visitantes para manter uma estrutura daquelas é o Museu Nacional do Mar.

{Diogo} E de fato funciona dessa forma.

{Luiz} Não sei como ele está hoje.

{Diogo} Não, e inclusive os comerciantes e moradores do centro histórico, todo mundo tem uma noção que o carro-chefe dali é o Museu do Mar. Eles falam que o Museu do Mar mudou muita coisa ...

{Luiz} Quem vai no Museu do Mar tem que almoçar em algum lugar, tem que ter uma oferta de restaurante, tem que ter mercado, tem que consumir da cidade, tem que usufruir da cidade, tem que conhecer a cidade, tem que compreender a cidade e andar na cidade, caminhar na cidade, é uma forma também de compreender a cidade,

de construir valor sobre a cidade, então assim, essas intervenções todas também tem que ter uma qualificação do ponto de vista da narrativa, , sobre aquele espaço, sobre o processo todo histórico de construção, os valores que estão ali, essas intervenções têm que ser capazes de reafirmar. É um pouco a história de Congonhas também, você foi em Congonhas para conhecer o Santuário, a ideia do museu lá é um pouco a história do Santuário e você tem que entender essa Santuário, entender a cidade, então tem que ter mais um local para isso acontecer, ficar mais tempo em Congonhas, ficar mais tempo em Congonhas significa também ter que comer em Congonhas, fazer um lanche em Congonhas, e isso estrutura também um campo de serviço que é importante, porque as pessoas ficando, vão ficar em pousadas, você monta uma estrutura a partir disso e não necessariamente essa estrutura vai ser maior ou vai se sobrepor à atividade mineradora, por exemplo, de Congonhas, que é muito maior e do mesmo modo essa estrutura não vai se sobrepor à atividade portuária de São Francisco do Sul, tanto ela vai ter um valor simbólico que seja capaz de impedir que isso seja destruído em função, quer dizer, de um projeto de expansão do porto. E isso, se você ver a lógica territorial de São Francisco, é o que estava colocado.

{Diogo} Bom, em relação à orla, bom, a orla é o que estrutura todo o projeto de São Francisco e é tida como, por moradores, por publicações oficiais, é tida como a grande ...

{Luiz} Ela está mantida hoje?

{Diogo} Está mantida, o mobiliário urbano, tudo, está bem mantida. E ela é tida como um caso de sucesso de São Francisco. Todo mundo, aparentemente, sente que as coisas mudaram depois da qualificação da orla, é, como as pessoas falam que usam muito mais a orla, andam muito mais naquele espaço, principalmente aquela região mais distante, do miolo do centro ...

{Luiz} Que é usada pra caminhada?

{Diogo} Para caminhada, para bicicleta, pesca, etc. E assim, eu queria fazer uma relação: antigamente, antes, olhando as fotos antigas, a orla era um centro social e laboral também, um centro de trabalho ...

{Luiz} Sim, os trapiches estavam todos ali, o porto estava ali.

{Diogo} O porto era ali, de fato, hoje o porto está em outro lugar, mas por exemplo a pesca artesanal era uma atividade muito presente no município, em todos os bairros que têm acesso ao mar, e ela é o que estruturou o mercado historicamente, que estruturou, apesar do mercado ter outros usos, a pesca é o que movimentava aquilo. Você vê alguma possibilidade daquilo continuar sendo um centro laboral também, não só de lazer, como exemplo, da pesca, como foi outras atividades?

{Luiz} Aqueles píers todos não possibilitam as pessoas todas pescarem?

{Diogo} É, a pesca recreativa, não a pesca como trabalho, assim como a pesca artesanal, no sentido, estou falando, claro que tudo é trabalho, mas no sentido do trabalho não relacionado ao lazer.

{Luiz} Eu não tenho essa leitura. Eu sei que essa dinâmica da indústria de pesca ainda, com os barcos de pesca, ela ainda existe muito em Laguna, mas eu não sei da existência dela em São Francisco.

{Diogo} Em São Francisco é bem viva no Paulas, por exemplo, que é um bairro de pescadores, que é ao lado do centro, é bastante viva, mas no centro isso não se manifesta, apesar de ser uma atividade que historicamente estava presente ali.

{Luiz} Fazer um píer na frente do Mercado, por exemplo?

{Diogo} É, eu conversei com o Dalmo sobre isso. Se a alma do mercado, como o próprio Nabil fala, como o que foi feito em Belém e o que não foi feito em Lençóis, que ele contrapõe esses dois exemplos de mercado, daí eu conversei com o Dalmo justamente sobre isso, se o Mercado hoje é visto como um lugar abandonado, sujo, mesmo depois do Monumenta daí eu questionei com ele também essa questão do fortalecimento das cadeias econômicas e disso se manifestar no centro. Ele de certa forma viu como uma certa incompatibilidade, vamos dizer, da pesca artesanal no centro histórico.

{Luiz} É? Eu acho, eu não vejo como uma incompatibilidade, inclusive eu vejo como um uso legal para aqueles píers que ainda existem lá, acho que isso seria uma atração, isso ... por exemplo, o centro histórico de Belém, isso está claro, , mas eu acho que já tinha um esvaziamento daquele Mercado e dessa relação, eu não sei por que não se pensou nisso

{Diogo} É, esse esvaziamento vem desde os anos 70 da pesca no centro, mas eu questiono essa possibilidade do programa cultural de atuar sobre a pesca artesanal e colocar ela ali dentro.

{Luiz} Acho que sim, acho que agregaria mais valor.

{Diogo} E também sobre isso do patrimônio naval, o IPHAN tem vários projetos, bom, o Barco do Brasil ...

{Luiz} Tinha?

{Diogo} Tem historicamente, e o próprio Museu do Mar trabalha nesse sentido, mas, justamente, são ações, como você tinha falado, de uma dimensão cultural, e falando de pesca artesanal a grande questão é ter quem construa os barcos e ter como fazer a manutenção dos barcos e ter uma dinâmica ...

{Luiz} A pesca é uma atividade econômica da pesca é o que garantiu ter os construtores de barco, , então se tivesse uma demanda de construção de saveiros, no Recôncavo, a partir da relação do saveiro como meio de transporte entre o Recôncavo e a cidade de Salvador, os saveiros permaneceriam. Então, na verdade, o problema é de manutenção e isso está ligado à manutenção da atividade do pescador, entendeu, do transporteiro, e a partir disso você consegue construir uma política de manutenção do modo de construção dessas embarcações, , e você pode, obviamente, ter uma política de registro desse modo de construção dessas embarcações e construí-las, mas você não vai ter mais o construtor tradicional, você vai ter isso como meio de informação, mas você não vai ter isso como uma demanda capaz de manter esses circuitos, esse sistema de construção, então são coisas que estão ligadas e essa é uma das qualidades e um dos

fascínios do trabalho com patrimônio no país, você vai trabalhar com uma situação territorial onde existe uma pesca tradicional, existe o pescador tradicional, existe a comunidade tradicional, então você tem esses circuitos ainda protegidos, mas que estão num processo de desaparecimento. Como é que você consegue manter isso, se isso é importante para a sociedade manter, é investir nisso como uma cadeia produtiva, investindo nisso numa dimensão aonde aquele pescador consiga sobreviver daquela pesca.

{Diogo} E como atuar sobre essas cadeias produtivas, sendo que o IPHAN ou o Monumenta estão focados na dimensão da cultura, só que o patrimônio depende de outras questões, de outras dimensões não culturais?

{Luiz} É, exatamente. A gente colocou de uma maneira muito clara e o Dalmo foi fundamental na elaboração desse pensamento no momento em que eu estive dentro do IPHAN de que o futuro era a paisagem, de que a gente tinha que discutir o território, discutir o território implica numa leitura do território, mas implica numa pactuação do território também, partindo do princípio de que você é só mais um agente. Então o IPHAN, a dimensão cultural, stricto sensu, ela é só mais um agente num processo de pactuação de um modelo de desenvolvimento pra esses territórios, e essa é a grande questão que está colocado para o Brasil, um país que de um lado tem uma cidade como São Paulo, e por outro lado você tem comunidades totalmente isoladas, ou comunidades autóctones com modos de produção e de vida completamente diferentes de uma grande metrópole. Toda essa diversidade em todos os estágios socioeconômicos, não de desenvolvimento, ela é a grande questão, a gente quer manter isso? A gente quer manter o Recôncavo como uma área ainda protegida, a gente quer manter a pesca tradicional em Santa Catarina? Então o valor do peixe ali tem que ser diferente do valor do peixe da pesca industrial, para você manter aquele sistema funcionando; hoje aquele pescador, concorrendo com a pesca industrial, com o peixe comprado no supermercado ele não consegue mais sobreviver, então esses pactos que precisam ser feitos e eles têm a ver com uma leitura de território e uma pactuação no sentido, não somente de organização das políticas públicas, mas de uma pactuação social, cultural do país, das comunidades. O grande problema do

Brasil é um modelo de desenvolvimento.

{Diogo} Em qual sentido?

{Luiz} De conciliação de modelos de desenvolvimento, e a política de patrimônio é uma política que experimenta isso o tempo todo, porque uma política de patrimônio em geral está atribuindo valor ao que existe, e que em geral o senso comum, e que é transformar aquilo, a partir de uma ideia generalizada de desenvolvimento, desenvolvimento industrial, desenvolvimento econômico, de imaginar que aquilo que existe tem que ser substituído por algo mais qualificado. Tem também a dimensão que a gente precisa ler com mais cuidado que é essa dimensão de que, de fato, essas comunidades têm acesso restrito à saúde, a educação, e como é que isso pode ser conciliável, todo esse acesso que precisa ser qualificado, com a manutenção de determinados modelos, e padrões e sistemas de desenvolvimento. No meu ponto de vista, e tenho certeza que na do Dalmo também, isso está ligado a quanto as pessoas recebem, se elas conseguem ter uma vida melhor, mantendo a sua atividade pesqueira qualificada, sendo qualificada a atividade pesqueira. É isso, enquanto não conseguir fazer isso, o cara vai deixar de ir para o mar para ir trabalhar na indústria de Joinville. Por que o cara sai do mundo da pesca tradicional e vai trabalhar na indústria? Porque ele está recebendo com o trabalho dele tradicional é menor do que o que ele estaria recebendo lá, então é um problema maior de um sistema e de um processo. Mas qual é a grande questão, assim, para a política de patrimônio, é colocar isso, é explicitar isso, o problema hoje, já há algum tempo atrás, é, aliás, sempre foi, o modelo de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento é atribuição de valor.

{Diogo} E inclusive nesse sentido eu uso bastante o Celso Furtado para estabelecer essa relação entre cultura e desenvolvimento, como necessidade de afirmação de um outro modelo de desenvolvimento que ele coloca. E ele relaciona a cultura como uma dimensão essencial do desenvolvimento e como uma forma de autonomia, de empoderamento, de poder, ele relaciona bastante a poder.

{Luiz} Eu não preciso trabalhar na indústria, eu posso ficar no meu local.

{Diogo} E é muito comum no planejamento urbano, e São Francisco não foge à regra, que ele seja pouco sensível, assim, à estratégia da cultura do patrimônio do centro histórico, no caso, como um agente de desenvolvimento. O exemplo da Barão, por exemplo, é isso, o novo desenvolvimento é isso daqui ...

{Luiz} É, e as pessoas olham isso como uma coisa positiva, em geral, e isso é uma parte do problema. Então a gente volta de novo para uma questão de valor. Como mudar esse conceito de valor que vê esse novo como uma coisa positiva.

{Diogo} Sim, e no caso de São Francisco, de São Francisco não, mas talvez do Monumenta, até eu queria te perguntar isso, se você vê alguma relação, principalmente no que foi feito no Monumenta, de associar, mais talvez que outros programas, Cultura e Desenvolvimento, pelo menos bastante nas intenções e nas práticas com algumas falhas, mas isso está muito colocado desde o começo do programa e se isso de certa forma você vê alguma relação do que foi feito nessas 26 cidades e na afirmação de um modelo de desenvolvimento nacional?

{Luiz} Não, como modelo de desenvolvimento nacional, acho que é demais, mas eu vejo assim ...

{Diogo} Como a soma dos locais?

{Luiz} É, o que eu vejo é: o senso comum, a ideia de que patrimônio, ou tombamento, atrapalha, no sentido de atrapalhar não só a minha liberdade de fazer o que eu quero na minha casa, , metaforicamente falando disso, mas também no sentido de impedir o desenvolvimento dos territórios é muito forte. E eu acho que, de certa maneira, o Monumenta, a qualidade do Monumenta menos do que ter enfrentado isso de uma maneira que você possa verificar em determinados indicadores ela mudou sob o ponto de vista cultural, porque algumas cidades começaram a dar mais valor ao seu patrimônio, que é uma questão central, exatamente para o campo de patrimônio, e foi interessante nesse período todo a quantidade de cidades que começou a demandar o IPHAN pedindo os processos de tombamento, então

assim, o IPHAN deixou de dizer “olha, eu tenho uma visão de país”, ainda que isso estivesse construído também por esses inventários nacionais e tal, retomando da época, mas eu quero tombar essa cidade, e a cidade passou a vir dizendo “quero ser tombada”. Então assim, acho que foi uma mudança na questão central que é exatamente a questão do valor, do valor do patrimônio dentro dos lugares e imaginar que isso possa ser positivo para a cidade, porque, na verdade, você está trabalhando num lugar em que a maioria das pessoas que acham que isso é um problema, se você for fazer a análise de cidades, inclusive mais consolidadas, do ponto de vista do tombamento, e consolidadas também do retorno que essa proteção gera sob o ponto de vista econômico, vamos falar Ouro Preto, você vai ver que há uma rejeição muito grande da população e há também esse lugar comum de achar que atrapalha, então por isso que eu sempre te digo que é da natureza do problema e é da natureza da relação. Mas, talvez o indicador, que para mim, talvez tenha sido mais claro, da importância que o Monumenta teve foi um pouco isso, foi aumentar a demanda das cidades brasileiras nos processos de tombamento.

{Diogo} E talvez num sentido mais subjetivo também, não tão mensurado como este, mesmo quem tem bastante crítica ao projeto lá em São Francisco coloca que o grande legado foi dar uma auto-estima para as pessoas, se sentir parte daquilo ...

{Luiz} E se conseguiu isso, o resto não importa, porque assim, a grande questão não é exatamente o que se fez, a grande questão é a reconstrução ou a afirmação de um universo de valores. É esse universo de valores que vai sustentar a crítica e uma visão de proteção do patrimônio num sentido mais amplo.

{Diogo} E você acha que o Monumenta foi mais bem-sucedido nesse sentido?

{Luiz} Eu acho que nesse sentido sim, porque eu acho que colocou, primeiro porque foi uma atualização de política pública no campo do patrimônio, então o fato de uma política pública ligada ao Ministério da Cultura, ligada ao IPHAN, fazer financiamento de imóveis privados, fazer promoção de atividade econômica, fazer intervenção urbanística mostrou que é possível ... primeiro, criou uma atualização

dos instrumentos, e essa atualização de instrumentos mostra que é possível, então, ter uma visão e uma abordagem mais ampla do que o objeto, numa interação sobre as cidades. Recriou também uma relação de discussão comunitária, quer dizer, recriou um poder político pro IPHAN e para a dinâmica de patrimônio com relação às outras políticas públicas, quer dizer, a política de patrimônio passou a ser considerada importante também, junto com outras políticas públicas, o que é importante também do ponto de vista da estruturação da política de patrimônio, porque a gente está falando do momento em que o IPHAN não investia nada, de 2003, quer dizer, a gente estava numa situação do IPHAN se constituindo só nessas sociedades, só nessa estrutura policialesca, e essa estrutura policialesca, você tem que contrapor ou equilibrar com uma capacidade de investimento, com uma capacidade de intervenção, uma capacidade de leitura e de intervenção dos lugares. Então, de uma certa maneira, isso foi importante sob o ponto de vista estratégico; e isso que eu estou dizendo é diferente da leitura de um projeto em si em uma cidade em si, entendeu?

{Diogo} Certo, você comentou do financiamento, é ... foi uma grande inovação também do Monumenta, o financiamento de imóveis privados e a Érica Diogo no livro só sobre financiamento defende que devia ser uma medida permanente, mas mesmo nas cidades que mais usaram o instrumento, como em Cachoeira, que é tida como exemplo disso, só 10% dos imóveis da poligonal foram atendidos.

{Luiz} Mas isso é muito.

{Diogo} É bastante? Mas a pergunta seria se daria para ampliar isso ou você acha que ...

{Luiz} Falta o programa ter continuado. Sustentabilidade da política pública é permanência da não ruptura, o que houve foi a ruptura. Tinha uma aposta, obviamente que esse programa fosse tocado também sob os fundos dentro das comunidades, mas assim, sem o aporte do IPHAN, nesse sentido de que esses fundos se estruturam sob o ponto de vista jurídico, você tem os instrumentos, por exemplo, nós usamos a Caixa Econômica Federal para poder fazer essa intermediação financeira, aí fica muito complicado, como é que o

município, o Conselho de Patrimônio vai pegar um dinheiro e dar para o privado e como é que ele vai receber tudo isso. Então o problema fica, a continuidade do programa, tanto sob o ponto de vista da base, quanto sob o ponto de vista da continuidade do orçamento federal ficou comprometida e é isso. Então assim, o programa ter enfrentado e ter viabilizado uma intervenção de 10% dos imóveis do centro histórico é uma coisa raríssima e maravilhosa. O problema é descontinuidade.

{Diogo} Verdade, não tinha pensado por esse lado. A hora que eu fiz a pergunta e vi 10% me pareceu pouco...

{Luiz} É, mas é um problema de ponto de vista, eu sou o gestor.

{Diogo} E outra questão é em relação à participação: o Nabil disse que foi a experiência mais, o processo mais abrangente que teve nesse tipo de política, mas ao mesmo tempo ficou bem aquém do desejado, e a Ana Clara Gianecchini, por exemplo, tem um doutorado sobre o Monumenta, ela fala que os anseios da população não foram considerados na construção da política, de uma forma estrutural, foram feitos processos participativos, mas isso não garantiu, que ela fala aqui, uma sustentabilidade sociocultural do desenho do Monumenta. Você acha que foi superficial esse processo do Monumenta?

{Luiz} Não, eu acho que é um problema mais geral na sociedade brasileira. A gente não tem uma cultura de participação, a gente não tem uma cultura de construção, de interlocução da sociedade com as políticas públicas e a gente também não tem uma cultura do Estado em fazer isso e não tem uma cultura da sociedade em fazer isso. Por exemplo, você coloca na lei que para fazer planos diretores é preciso sempre ser participativo o plano diretor, como é que você resolve isso? Você monta as audiências públicas, você monta uma audiência pública num plano diretor daqui em São Paulo, quem participa, quantos porcentos da população participa, até que ponto essa discussão, entendeu? Então assim, o problema de participação está ligado, na verdade, a uma estrutura que você não tem, então mesma coisa do Monumenta, “ah, vamos discutir com a comunidade, para montar o dia de conversa com a comunidade” aí chegava lá

e tinha meia-dúzia de pessoas, ou vinte pessoas, ou trinta pessoas, representantes de segmentos, não necessariamente representantes da comunidade. Nós não temos a cultura e isso implica que nós precisamos investir em formas para poder construir essa cultura.

{Diogo} Como o que? Como se constrói essa cultura?

{Luiz} Fazendo mais isso, fazendo mais essas audiências, colocando em choque os projetos com os desejos da comunidade, mas é muito comum as pessoas falarem também que é o desejo da comunidade sem aferir, o que é o desejo da comunidade, o que se afere, como é que você sabe disso, como é que você mede isso? Numa sociedade que não tem uma cultura de participação social, você mede como, fazendo uma entrevista? Quantas pessoas você entrevistou em São Francisco, entendeu, perto da população? Ana Clara fez esse comentário, mas assim, como é que ela diz que isso não representou os anseios da comunidade, a partir de que pesquisa, a partir de que método? Não tem, então, por um lado, você não tem uma política pública, de relação com a comunidade, por outro lado você também não tem uma sociedade qualificada, qualificada não, o termo não é esse, com uma cultura de participação no campo das decisões públicas, como é que você muda? Criando uma necessidade de que isso aconteça e investindo nisso, apostando para um momento em que isso vai se estruturar de outra forma.

{Diogo} Então o Monumenta, ao ter o processo participativo, imagino, você acredita que foi um avanço nesse sentido ...

{Luiz} Eu acho que um avanço tecnocrático, só isso. Mas é um avanço, é diferente de você resolver uma política num gabinete e depois chegar na cidade. Teoricamente quem monta os projetos todos são as comunidades, a partir de critérios, de diversas dimensões que foram colocadas lá no programa. O Monumenta foi capaz de alterar isso? Em alguns momentos foi, que eu me senti um agente, no sentido de discussão das comunidades com o setor público desses processos todos e alterando bastante o programa naquilo que depois a gente passou a dirigir, mas isso não implica que se tenha aumentado a legitimidade coletiva dele. Isso é uma conquista ... eu não sei te dizer, assim, eu só sei te dizer que é um caminho que precisa ser trilhado e é

preciso experiências para trilhá-lo, então é isso.

{Diogo} É, a crítica do Nabil vinha mais no sentido de que o processo participativo foi feito antes dos projetos, mas aí teve um vazio de tempo bastante grande até começarem as obras e daí as obras demoraram bastante para acontecer, ou seja, o processo participativo meio que ficou 10 anos para trás, assim, então ele diz que ficou perdido no tempo, e não teve uma atualização desse processo durante a execução do programa, durante a execução das obras, por exemplo, então vinha num sentido mais metodológico, talvez.

{Luiz} É, mas talvez, sob o ponto de vista metodológico, o que acontece? A partir da definição dos projetos, esses processos precisavam ser contratados e quem contratava os projetos era a municipalidade, então entrava em jogo, a capacidade da municipalidade de contratar a qualidade dos projetos, o tempo de contratação, as mudanças políticas que aconteciam, que aconteceram no poder municipal até terem esses projetos, até esses projetos serem licitados, serem aprovados pelo IPHAN e dentro dessas licitações você tinha as contrapartidas, você tinha um inferno sob o ponto de vista de processo, para poder enfrentar. Só pelo fato do programa ter chegado ao fim, no sentido de ter cumprido não sei quanto por cento da sua proposta é uma conquista enorme, e isso não tem a ver necessariamente com a capacidade da cidade, tem a ver com o envolvimento, então interessante isso...

{Diogo} Capacidade financeira, você diz?

{Luiz} É, São Paulo, por exemplo, não contratou seus projetos e quando contratou seus projetos, contratou projetos inexequíveis, como um projeto que foi contratado de transposição do leito ferroviário atrás da Sala São Paulo até o Bom Retiro.

{Diogo} É, um aspecto interessante do programa também, uma das coisas que me motivou a estudar também, depois eu pude verificar também que tem certo consenso sobre isso que os melhores resultados foram nas cidades pequenas.

{Luiz} Foram nas cidades menores, então, tem duas dimensões:

tem a dimensão que é que nas cidades pequenas, investir 10.000.000 de reais fazia diferença, se você investir 10.000.000 de reais numa cidade grande não faz diferença absolutamente nenhuma, então eu acho que isso foi importante. E nas cidades pequenas, o fato de você investir 10.000.000 de reais e isso ser importante fez com que tivesse uma apropriação do poder público maior também, mas assim, em algumas cidades pequenas também não deu certo. Então assim, é uma leitura de que, também sob o ponto de vista de desenho, sob o ponto de vista de proposta de trabalho, em algumas cidades pequenas isso ficava mais claro porque era mais fácil, era mais difícil mexer nas cidades e imaginar que isso vá fazer diferença, sendo que na grande cidade, essa necessidade de você ter outros agentes era muito mais evidente e muito mais difícil de conseguir também. Por exemplo, investimento no Rio de Janeiro, qualificação da Praça Tiradentes para qualificar a Praça Tiradentes, você tem que tirar um ponto de ônibus, você sabe o que é tirar um ponto de ônibus? Não basta você só fazer um projeto, porque a Secretaria de Transporte que ia ter que tirar, viabiliza aquele local para ter um ponto de ônibus, isso é um processo, que vai perdendo governabilidade, por outro lado, é uma necessidade, então, você ter essa interlocução com outras políticas, você fazer uma intervenção urbana em uma grande cidade é necessariamente você fazer essa interlocução com essas várias dimensões da política pública, isso é um aprendizado também.

{Diogo} Mas nesse caso em São Francisco, o fato de estar na cultura um programa como esse dificulta essa interface com outras políticas, talvez fosse o Ministério das Cidades fazendo isso ...

{Luiz} Não, eu estava dizendo que a gente tinha financiado mais intervenção e qualificação de casas de baixa renda do que o próprio programa do Ministério das Cidades, o problema não é esse, o problema não é de onde sai a política pública, o problema é como ela se constitui, de como é que elas criam uma legitimação de intervenção no território, e eu acho que a cultura tem uma grande vantagem, que é conseguir ter uma visão mais ampla sobre o território do que programas mais territoriais dentro do Ministério das Cidades, dentro do Ministério dos Transportes, parte do problema que a gente enfrenta da política pública hoje, no que a gente vê dentro da cidade, é que a cidade virou um amontoado de política pública distinta, sem

uma visão geral, então uma das vantagens da cultura é ter essa visão geral, então se você não enxerga o patrimônio só sob o ponto de vista do objeto, que é o pressuposto que você falou e que está correto e está na elaboração do programa.

{Diogo} E também em relação a essas associações com outras dimensões, com outros setores, a questão da mobilidade é fundamental, muitas vezes para um centro histórico ter vitalidade ou não ter vitalidade. Por exemplo Cachoeira, que a estrada passou à margem da cidade, e não só isso, mas um dos motivos pelo esvaziamento, no caso lá não o esvaziamento físico, mas o esvaziamento econômico, e no caso de São Francisco ...

{Luiz} Mas foi físico também, se você for imaginar, se você tivesse uma estrada passando no meio da cidade, quer dizer, também a intervenção sob o ponto de vista da estrada, que é o que acontece em Santo Amaro da Purificação a entrada da estrada trouxe uma dinâmica de uso econômico que destruiu parte significativa do patrimônio da cidade, e isso não aconteceu em Cachoeira.

{Diogo} É contraditório, e no caso de São Francisco, por conta da localização geográfica também, aquela via que margeia a ferrovia, então para ir de um bairro a outro, você não precisa passar pelo centro, ele fica como uma espécie de ilha, que nem o bairro do Recife, assim, você não precisa, a não ser que você tenha um motivo muito específico; e o Monumenta não atuou sobre questões de mobilidade, como por exemplo pensar uma linha de ônibus ou micro-ônibus que passasse pelo centro e tal, isso poderia estar dentro do escopo?

{Luiz} Poderia sim, deveria, numa visão mais geral deveria sim, mas não. O aprendizado é o que eu te falei, a sensibilidade da gente sacar hoje que a política de patrimônio não resolve os problemas de patrimônio, quer dizer ...

{Diogo} Os problemas do centro estão fora do centro?

{Luiz} O problema, o maior problema é você conseguir fazer uma coesão das políticas públicas capazes de intervir no território.

{Diogo} Sim, e também nessa questão da mobilidade, eu até conversei com o Dalmo sobre a possibilidade de um transporte marítimo cotidiano, não simplesmente o turístico, como já existe em São Francisco, mas em que medida que fazer um transporte para Joinville e tal, Itapoá, que são cidades que estão ali na baía, isso não seria uma ação de valorização do patrimônio, de transformar o centro em frente?

{Luiz} Às vezes montar programas assim, Marechal Deodoro, restabelecer a relação entre Marechal Deodoro e Macció pelas lagoas, São Cristóvão também tinha uma relação com Aracajú. A própria Cachoeira, retomar uma relação de Cachoeira com Salvador, tentar combater o assoreamento do rio Paraguaçu, que se acentuou pela construção da Pedra do cavalo, então tem várias questões aí que no campo da mobilidade que seriam fundamentais para o patrimônio, agora há uma dificuldade em se trabalhar com isso enorme.

{Diogo} E você percebe uma compreensão de que isso é importante dentro do IPHAN?

{Luiz} Eu vejo vantagens e desvantagens, assim, essa vantagem de querer abraçar o mundo e entender que a política de patrimônio dá pitaco em tudo é uma grande vantagem, que mostra uma visão geral sobre o território. E a desvantagem disso é que ela é imobilizante em diversas dimensões, atribui uma intervenção à existência de outra, e você faz uma intervenção e ela fica capenga também porque a outra parte, que está fora da sua governabilidade não aconteceu; então se requer um imóvel, mas se assim, se a cidade não tem uma dinâmica, se as pessoas não chegam até lá, aquele imóvel não tem fruição, não tem uso, então isso é uma grande questão. É a questão.

{Diogo} Certo, ali aquela parte, atrás da Igreja Matriz, ali perto do porto, é tida como a mais degradada, a mais perigosa, que as pessoas menos querem passar ...

{Luiz} Continua?

{Diogo} Continua, parece que estão mudando algumas coisas, algumas empresas, alguns sindicatos que estão reformando alguns

casarões lá, mas a percepção geral daquela área como uma área renegada, ou seja, ninguém quer passar por lá. E ela está dentro da poligonal de tombamento, e apesar disso nunca tiveram ações estruturais para a área, os investimentos são sempre feitos na orla e reinvestidos na orla. Você entende que mexer naquela área poderia promover a qualificação do centro histórico?

{Luiz} Ah, eu acho que o centro histórico inteiro é importante, entendo que ele precise de intervenção e requalificação, mas as opções são questões de estratégia em função das determinantes que você tem, do dinheiro que você tem, do que é possível fazer com o seu orçamento, do que é possível fazer do ponto de vista de pactuação, do que é possível fazer sob o ponto de vista dos projetos que você tem. A opção em se fazer a orla estava ligada a um perigo maior que é isto que eu estou dizendo, que era refrear o processo de expansão portuária.

{Diogo} E como é esse processo, eu não estou muito ligado, o que o porto pretendia fazer ali?

{Luiz} O porto queria avançar a fazer um píer em cima do Museu. Isso aqui é hoje, e foi feito um acordo para chegar até aqui, a proposta do porto era de fazer isso.

{Diogo} Ah, de fechar.

{Luiz} É, com os navios todos aqui.

{Diogo} Mudaria totalmente a paisagem.

{Luiz} Mudaria totalmente a paisagem, e aqui, isso foi uma negociação.

{Diogo} E isso foi no âmbito do Monumenta?

{Luiz} No âmbito do Monumenta, o Monumenta foi uma estratégia pra fazer, e isso foi construído há pouco tempo, não lembro, mas a proposta era vir para cá. E assim, você pode imaginar o que foi o poder político e econômico de Santa Catarina. E acabou, depois,

construindo outro porto aqui, na frente. Mas a gente está falando de um momento que não existia aquele, não existia a outra proposta, a proposta era estruturar este porto sobre o centro histórico.

{Diogo} E o Museu, assim, o fato do Museu estar ali refreou essa ...

{Luiz} O Museu foi o grande movimento, entendeu, que é reforçado pelo, depois, pelo investimento no centro histórico. O Museu está até aqui, olha, e tinha sido feita uma negociação, inclusive de fazer uma marina para o Museu, porque parte do projeto do Dalmo sobre o Museu era ter uma escola de vela. Então essa é a questão central. Mas sobre os píers você tem razão, falta um projeto, eles podiam ter um projeto de pesca, uma pena.

{Diogo} E é curioso porque no Paulas, que é um bairro de pescadores, ele não é nada turístico, você não vê nenhum turista indo para lá e tem uma paisagem muito bonita ali, tem uma espécie de uma pequena baía, assim, uma praia. Aqui, olha, essa baía aqui é muito bonita, esse píer é tudo para pesca artesanal, nenhum uso de turismo ou lazer. E é vizinho, então, e pensar que se vem aqui também no Mercado.

{Luiz} O Mercado está sem uso?

{Diogo} Não, ele está usado, mas assim, ele é tido por todo mundo como um lugar desinteressante, sabe, tanto em relação aos comércios ...

{Luiz} Não está ligado à vida cotidiana?

{Diogo} Não está ligado à vida cotidiana, as pessoas meio que estão sobrevivendo lá.

{Luiz} E o que se vende lá é coisa para turista, ou não? Tem banca de verdura, tudo, ou não?

{Diogo} Não, não tem verdura, tem uma peixaria, a peixaria está lá e tem coisas para comer, assim, pratos.

{Luiz} O projeto do terminal marítimo é muito ruim, eu acho, como intervenção mesmo, eu acho mal feito, mal resolvido.

{Diogo} Até sobre o terminal, tem uma questão sobre isso, o terminal, ele é, na verdade está se formando um terminal turístico...

{Luiz} Mas o que atraca lá?

{Diogo} Nada. Porque os navios têm que atracar no meio da baía, depois vêm em botes, assim, em lanchas, bom, atracam lanchas, mas é um uso esporádico.

{Luiz} Mas não precisava ter lancha se eu tenho um suporte daqueles, entendeu? Eu acho que é um projeto que foi mal resolvido.

{Diogo} O que acontece lá são exposições, assim, não um uso de terminal. Uma outra questão, Luiz, o parque tem aquela trilha, que vai descortinando ...

{Luiz} Eu não fui no parque, eu só vi no projeto.

{Diogo} Ah, enfim, a trilha é bem interessante, que você tem vista para o porto, vista para o centro histórico, vista para a baía e isso reforçado pelos deques para a contemplação com mobiliário urbano e etc. Só que quando se chega lá em cima, não se tem mais essas vistas, o que seria o momento apoteótico, assim, ...

{Luiz} Mas não foi feita investigação arqueológica? Porque ali tinha uma capela.

{Diogo} Sim, foi feita a investigação arqueológica, só que você chega ali e você nem sabe do que se trata aquilo. Não tem nada, então ela está meio escanteada, no meio do mato. Eu até conversei com o Dalmo e ele falou que tinha a ideia de um restaurante lá para cima, pelo menos para ativar esses usos e ele falou da necessidade de valorização dessa ruína que é importantíssima, .

{Luiz} Se tivesse um mirante ali em cima já seria incrível.

{Diogo} É, não tinha, a chegada até lá em cima era bem desinteressante, assim, e o percurso é muito legal.

{Luiz} Mas é legal, como intervenção na cidade foi legal.

{Diogo} Foi, foi incrível. Até lá em Itanhaém a gente, junto da irmandade, a gente fez um projeto com o meu escritório para um estudo, um parque, lá no Morro do Convento, baseado na ideia de São Francisco também.

{Luiz} Esse parque não estava no projeto, a gente inseriu esse parque depois.

{Diogo} Eu vi, e foi a última obra a ficar pronta? Lá em 2012, 2013, parece.

{Luiz} Acho que foi 2013, porque eu não fui e já não era mais do IPHAN.

Entrevista | **Cláudio Cabral**
Proprietário da Pousada Baía Sul - Centro
18.01.20

{Diogo} Você mora aqui no Centro mesmo

{Cláudio} Sim

{Diogo} Mora onde?

{Cláudio} Moro um pouco na minha casa na Praia Grande e pouco aqui

{Diogo} Por época do ano assim? No verão lá...

{Cláudio} Não, não...dois dias lá, um dia aqui

{Diogo} Você conhece o Programa Monumenta que teve ali de 2002 a 2013, o que você entendeu assim que ele mudou, o que ele mudou pra melhor ou pra pior, qual foi a transformação que ele fez na cidade?

{Cláudio} O Monumenta entrou na cidade, ficou acho que 11 anos aqui. Ele transformou a cidade, a orla marítima, essa parte...de lá daquela pracinha lá de baixo até o Mercado Municipal, foi retificada, foi alargada a área de calçada, também de...como que é o nome daquelas pedras que eles colocam?

{Diogo} Paralelepípedo?

{Cláudio} É, mas que colocam no saco pra poder fazer...eles fazem um aterro

{Diogo} O Gabião

{Cláudio} Essa orla marítima foi toda refeita, esses decks grandes do Mercado Municipal foram feitos pelo Programa Monumenta, foi bem feito na época, tudo que eles fizeram na época foi bem. As ruas foram alargadas, também as calçadas.

{Diogo} O Monumenta, você acha que depois dele teve mais movimento de gente?

{Cláudio} O Monumenta já teve no seu auge e na sua decadência, porque já teve...já fizeram todo o serviço que tinha que fazer e agora temos que manter, pra nós mantermos, pra restaurar o Mercado Municipal, agora abriu uma licitação mas é muito devagar. Tipo assim...ali atrás tem umas madeiras que foram trocadas, eles tem fundo pra resolver mudar e arrumar as coisas mas não usam pra nada, é muito difícil esse acesso, devia ser automático. Uma madeira estragou, vai lá e repõe, faz a nota e cabou-se. Eu sei que não é nada fácil e também, o IPHAN teve grande valia em cima do Museu do Mar, né? Porque tudo começou a girar em torno do Museu do Mar. Quando esses galpões que eram do Seu Cominesi, que era um armador, ele cedeu os galpões pra poder fazer o museu, e esse museu aí é o maior da América Latina, é bacana demais.

{Diogo} Ele trouxe bastante movimento o museu?

{Cláudio} Bastante, hoje o Centro Histórico vive do museu, porque sem o museu...tem que ter, as pessoas vêm. Quando fala que é o maior da América Latina, as pessoas se interessam, as pessoas de fora.

{Diogo} Foi bem divulgado...e bom, qual você acha que foi a influência do Monumenta pros comércios e serviços, teve um efeito positivo?

{Cláudio} Hoje a rua, de uns 3 anos pra cá, 4, 3 anos...porque antes os comércios, as pessoas que moravam aqui no Centro não moram mais, foram morrendo, foram se desfazendo. Então essas casas que tinham um monte de criança brincando, não tem mais

{Diogo} Isso há quanto tempo?

{Cláudio} Isso de uns 10 anos pra cá, mudou tudo. Foram...morre um, morre outro. A tendência é via gastronômica, de uns 3 anos pra cá ela começou a modificar, abriu um barzinho, abriu outro que nem Portugal, que tem a parte nova, a parte velha e que tá se descobrindo

esse turismo de barzinho, bem legal. Quando tem um crescimento que é ordenado é legal, quando abre uma casa que coloca um som muito alto até tarde, aí já começa a mudar tudo. Tem que ser bom pra todo mundo. Esse pessoal do Barco Príncipe, o Barco Príncipe e o Museu do Mar, são duas coisas que acrescentaram bastante na parte turística, alavancaram

{Diogo} O Barco Príncipe tem todo dia?

{Cláudio} Tem todo dia

{Diogo} De Joinville?

{Cláudio} De Joinville

{Diogo} Ele vem...desde quando que tem o príncipe?

{Cláudio} Uns 10 anos já, as escunas também. Isso aí mudou muito o perfil da Babitonga, com a entrada desses barcos

{Diogo} Eles também são de 10 anos pra cá?

{Cláudio} Isso, nós ficamos um tempo que você olhava pra direita, olhava pra esquerda não tinha uma pessoa passando. Era assim antes, nós tínhamos comércio aqui em baixo, mas nós alugamos tudo pra poder...não tem porque você vender nada. A saída é bar, restaurante ou pousada. A minha pousada aqui é pequena, hoje mesmo eu perdi...agorinha, queriam três suítes já não tem mais, só tem uma e mais quarto simples. Então se tivesse bastante...é aquela história, tem hora que fica três dias sem alugar e daqui a pouco querem tudo no mesmo dia, e isso nunca vai mudar porque as pessoas dependem do final de semana, né? Como se fosse...é diferente de Paraty, que é muito mais turismo, é muito mais gente

{Diogo} Tá entre São Paulo e Rio de Janeiro

{Cláudio} Mas aqui, agora tem aquela outra parte mas assim...o IPHAN, ele tanto ajuda como também atrapalha. Eu queria trocar os telhados tudinho, foi indeferido por Florianópolis, não pode tem

que deixar essa porcaria, é a mesma coisa que andar pra trás, é uma coisa que eu não concordo, não concordei nunca, é ridículo. Chega o Bradesco aqui do lado, fez o que quis, fez o telhado novo com a telha que queria, colocou gesso, colocou não sei o que um monte de coisa, quem manda é o Bradesco, não tem IPHAN não tem nada. Manda o grande e obedece o pequeno. Aqui no final da rua, o milionário que passou a mão fez o que quis. Ele pode passar a mão, mandaram pôr umas madeirinhas em pé só, e ficou por isso mesmo

{Diogo} As madeirinhas foram depois?

{Cláudio} Foi só pra esconder. Primeiro ele fez tudo moderno, mas como o IPHAN tinha que colocar umas coisinhas, só pra dizer que foi retificado, aí colocaram umas madeirinhas em pé e por aí ficou moderno

{Diogo} E o Bradesco aqui do lado nem reconstruiu o segundo andar?

{Cláudio} Não, aqui era o terreno baldio com uma casa na frente que tinha só a fachada, aí eles tiraram tudo, fizeram o telhado novo, colocaram a telha que eu queria colocar, eles podem e não posso. Essas coisas são simplesmente lamentáveis, por quê eles fizeram daquele jeito? Não pode isso

{Diogo} Bastante gente reclama disso

{Cláudio} Nós temos casa aqui, a terceira, essa aqui é o casarão, depois tem a vermelhinha que é a casinha pequenininha nesse terreno que eu tenho e a do lado a amarela, é só tu olhar pra cima tá lá o remendo em cima do telhado e não pode trocar, tem que ficar tudo remendado, não sei porque, na época eu vi ali...em Portugal tem muita coisa de telhado antigo, eu vejo por ali, mesmo assim podia ser. A telha que eles colocaram aqui do lado é colonial, já é feita pra isso aí, eu acho que é difícil porque você investe mó grana pra restauração depois fica pingando. Eu dei uma retificada bonita agora essa semana, peguei uma pessoa aí, peguei aquelas...aqui é telha por telha amarrada

{Diogo} Por causa de vento?

{Cláudio} É, elas são amarrada com aquele fio da Gerdau e virada na chave de alicate, mesmo assim ainda tem umas coisinhas que...o forro bom, mas vai estragando. Então assim, eu acho que o IPHAN trouxe muita coisa, por que como é que ia recuperar uma orla marítima? E outra coisa, nós não temos mais postes antigos os postes são novos, tudo subterrâneo. Esse dinheiro é da Cultura que também faz parte do patrimônio histórico e assim vai, uma coisa puxa a outra, né? Se não tivesse eles talvez estivesse igual Cuba, tudo feio, tudo caindo os pedaços e ainda tem muita coisa pra recuperar, eu acho que tá indo bem. Pra quem conheceu eu acho que melhorou muito o Centro

{Diogo} E o que você acha que falta hoje no Centro, de comércio, de serviços, de coisas que vocês ou os turistas precisam que não tem aqui?

{Cláudio} Eu acho que poderia dar...eu acho que tem muito ainda, tipo assim...essas escunas, eles extrapolam o preço, R\$ 40,00 por pessoa, se tu fizer a conta tem 150 pessoas ali a R\$ 40 é mó grana. O próprio IPHAN deveria arranjar novas embarcações menores pra fazer, tem muito turismo pra pegar aí. Tu vai comprar um barco de R\$ 500 mil, tu não vai comprar, é inviável

{Diogo} Por que não tem barquinhos menores fazendo passeio?

{Cláudio} Tem um monte de lugar, eu tive na Indonésia em (19)97 e tem barcos pequenos

{Diogo} Será que tem monopólio desses barcos grandes?

{Cláudio} É assim, pra tu registrar um barco é mó trabalho

{Diogo} Pra turismo

{Cláudio} Pra turismo. O IPHAN deveria ter um esquema, tá aqui o barco, tá aqui o dinheiro, vamos movimentar mais, vamos fazer mais turismo. Porque a saída é o mar, o turismo tem que ir pro mar. Deveria fazer mais essas embarcações menores e um turismo diferenciado, que você faça um churrasco...já pega o camarão, o peixe

e ali mesmo faz. E esse tipo de turismo deveria ter, isso tem por ai tudo, no Nordeste tem muita coisa, eu acho que poderia sair muito por esse lado. Novas embarcações, quem tá no turismo deveria ser chamado pra fazer isso ai, e fundo perdido, eles tem dinheiro de monte pra fazer essas coisas. Outra coisa lamentável que não tem aqui, tu vem com teu barco na cidade e não sabe onde descer, deveria ter os lugares públicos

{Diogo} Onde que pode descer?

{Cláudio} Desde lá no Paulas, na frente da igreja católica, tem uma escondidinha ninguém sabe. Os caras passa ai o verão todo e nunca vai saber daquele lugarzinho

{Diogo} Não pode descer aqui?

{Cláudio} Não desce por causa da altura

{Diogo} Por que é muito alto?

{Cláudio} É

{Diogo} É só pra barco alto, barco grande?

{Cláudio} É, não, eles não incentivam

{Diogo} E naquela prainha do lado do Mercado que tem uma faixa de areia não podia encostar ali um barco pequeno?

{Cláudio} Onde que é?

{Diogo} Do lado esquerdo do Mercado, do lado direito tem o deck, ai fica junto com a marina, tem uma areiazinha ali

{Cláudio} Mas não desce por causa da altura, não tem... a rua não desemboca. Isso ai deveria ser feito pela...eu acho que deveria crescer muito essa parte de que você tá vindo com o barco e você já tem um lugar pra descer

{Diogo} Pra barco pequeno?

{Cláudio} Pequeno

{Diogo} Por que os grandes já podem, já conseguem ali

{Cláudio} Os grandes já ficam no mar já...mas os pequenos, isso ai é turismo, a própria Enseada não tem atracadouro, mas lá o IPHAN não vai fazer nada, faria por aqui. Nós temos praia aqui pra isso, tu conhece o Zuru's aqui?

{Diogo} Sim, fomos ontem lá, à noite

{Cláudio} Aquela rua ali é ideal, ali deveria funcionar mesmo o que era pra ser, que é o lugar mais plano e mais no Centro, e é natural ali. Ali deveria ter também esses trapiches pra incentivar a pessoa chegar e vir de fora, já vai pelo trapiche pra praia. Tanto pra sair quanto pra voltar. Eu não sei se o IPHAN mexe com isso, mas mexe com tudo

{Diogo} Fora do perímetro tombado eles não se responsabilizam muito. Como que é no inverno aqui, movimento?

{Cláudio} Tem melhorado bastante, melhorou muito. Antes era zero de animação noturna, hoje pode se dizer que tem 30%

{Diogo} E mais devido ao turista ou morador local mesmo?

{Cláudio} Turista. O turismo funciona mesmo no verão, 90%. No inverno movimenta os serviços, né? O porto, é tudo envolta do porto, mas poderiam, eu acho que o Monumenta deveria não se preocupar com a gente que já tá arrumando e sim se preocupar com aquela casa caída no canto ali que ninguém faz nada

{Diogo} Qual casa?

{Cláudio} Qualquer lugar, tem 400 casas aqui e se tu olhar tem 200 casas caíndo, entendeu? Então eles tem que se preocupar com as casas caíndo e não com o resto que quer arrumar e não pode. Isso é uma coisa que não entra na cabeça do IPHAN, não entra e nunca

vai entrar, então olha, se eu quero trocar um telhado e deixar bonito não pode. Isso é inviável e as pessoas que estão ali com aquela casa deveria... ou o IPHAN compra ou dá meios pra Prefeitura tirar, tu não quer construir, tu não quer sei lá...vende, fazer a pessoa ir pra frente. Na burocracia o IPHAN tem muito poder, ele junto com a prefeitura não há quem possa, podia restaurar 200 casas ai se quisesse, se tu não quer, é obrigado a vender, ai o outro vem e reforma e isso movimentam a cidade. Faz novas restaurações, fica mais bonito e eles tem poder pra isso, mas não faz, eles querem só “a fulana quer pintar, não pediu autorização de cor”, troca a cor é uma palhaçada, isso não existe estamos em 2020, isso é coisa de 1970, não existe mais

{Diogo} Qual que é a área que você mais gosta do Centro Histórico e qual é área que você menos gosta, que é menos interessante

{Cláudio} Eu acho que tudo aqui, arrumaram a rua do Pega Unha, aquela subida ali. Passa o posto primeira à direita, primeira à esquerda e primeira à direita. Aquela rua, aquele morro, aquilo foi restaurado, foi muito bom. Arrumaram essas ruas aqui de trás, arrumaram a rua do Zibamba, mas a parte mais crítica que a gente não falou até agora foi a parte do esgoto, né? Que o IPHAN tem que entrar junto com a Prefeitura, existe projeto já, a Prefeitura já ta mexendo nisso ai, é a parte mais crucial, fizeram tudo naquela época mas não mexeram no esgoto. A mesma coisa tu restaurar todo o Centro Histórico e esquecer o principal

{Diogo} E como que é o esgoto hoje?

{Cláudio} Precário, do mesmo jeito que era antigamente, não foi arrumado. A descida da igreja que é o cartão postal tem cheiro de esgoto, entendeu? Que vem de cima, isso ai é a parte crucial, não adianta nem mexer em nada. Fizeram poste subterrâneo, tá ótimo, isso ai se tu mexer, ver mesmo, tem os projetos ai e eu acho que vai sair, tá no cronograma de São Francisco essa restauração do esgoto. Na frente do Zibamba que tá muito ruim, quando tá com maré seca, muito baixa bem na frente da padaria ali na esquina é um ponto crítico, bem aqui na esquina é outro ponto crítico

{Diogo} O que acontece nesses pontos críticos?

{Cláudio} O cheiro, principalmente na maré seca

{Diogo} Mas o esgoto ele é jogado na baía?

{Cláudio} Sim

{Diogo} Todo o esgoto do Centro Histórico joga lá?

{Cláudio} Sim, tem poucos que nem eu...essa casa aqui eu fiz fossa e sumidouro, fazer as coisas direitinho. Mas é a parte principal, não adianta trazer barquinho novo se não arrumou o esgoto. Teria que ser por ai, primeiro a parte justamente de esgoto e a segunda esquecer as casas que estão sendo feitas e reavivar as casas paradas, que estão tudo jogada ai, caindo os pedaços...eles querem especulação, “meu terreno vale então não vou vender”, se tu não vende, tu não vai restaurar, então tem que vender mas querem especular, ganhar em cima. Não vende, não faz, entendeu? Isso tem que acabar

{Diogo} Tem casa de mais de 1 milhão ai, né?

{Cláudio} Sim

{Diogo} Algum deles vende? Por que que todo mundo acredita que vai vender? Alguns conseguem vender?

{Cláudio} Não

{Diogo} Ninguém vende por um preço desses

{Cláudio} Essa casa aqui quem fez foi a família Guerce, na época, essa é a casa mais antiga e a família Guerce...

{Diogo} É a que mais tem cara de portuguesa

{Cláudio} E essa sacada de ferro ai, ela não enferruja é a mesma do coqueiro, não tem ali a Praça do Coqueiro na frente do trapiche aquela casa amarela?

{Diogo} A casa bem na esquina

{Cláudio} A mesma família que fez essa aqui, a família Guerce, fez aquela lá e essa peça que veio, deve ter vindo de navio. Isso aí veio da Europa, uma peça que veio pronta de algum lugar e a mesma sacada que tá aqui, tá lá, mandaram fazer igual. Aquela pessoa quer 3 milhões por aquela casa e tem que gastar mais 1,5 milhão pra arrumar

{Diogo} Quem paga, né?

{Cláudio} É, por isso que não vende. Na época eu pude comprar com meus irmãos pra depois eu ainda gastar com arrumação e o último dinheiro eu vi lá na frente, pelo menos tem alugar

{Diogo} O que você considera que são as principais festas, os eventos aqui da cidade?

{Cláudio} Hoje funciona...agora fizeram uma coisa certa, esse governo agora da Prefeitura do Renato, ele acertou. Ele faz uma estrutura pro Carnaval, que é aqui os toldos novos, as tendas grandes, a mesma estrutura é gasta depois do Carnaval...tem a tal Festilha, que é nossa, e depois tem a Festa Internacional de Moto e a mesma estrutura que ele colocou no Carnaval gasta uma vez só, fica a mesma pra Festilha e a mesma pra Festa da Moto

{Diogo} A de moto é quando?

{Cláudio} Acho que é dia 25 de abril

{Diogo} No mês da Festilha

{Cláudio} É, e a Festilha é dia 12, uma semana depois. Isso aí foi muito bom

{Diogo} Dá uma movimentada

{Cláudio} Sim, essas três festas...precisava fazer mais três festas porque o inverno é pior mês que tem aqui. Agosto e setembro, esses meses tem que inventar um sei lá...um mega show nesta baía

{Diogo} Uma FLIP

{Cláudio} Um Woodstock, alguma coisa que chame as pessoas, mas bem numa época ruim que é agosto. É um mês antes da Festa da Graça, que é 7 e 8 de setembro

{Diogo} E a Festa da Graça traz turista?

{Cláudio} Melhora um pouco, depois da Festa da Graça tudo vai, mas julho e agosto é muito parado. Tem que movimentar julho e agosto. As férias de julho é parada, Joinville já tem festival de dança. Essa maquete que fizeram do Uruguai é magnífica

{Diogo} Magnífica, quem fez foi aquele Roni...

{Cláudio} Koni

{Diogo} Koni, isso. Você acha que aqui tem oportunidade pro jovem estudar, trabalhar ou o pessoal costuma sair muito da cidade pra encontrar oportunidade disso?

{Cláudio} Olha, aqui se tu não entrar no porto tá frito, vem pra cá... se entrar no porto tem teu salarinho, mas tem que entrar também, não é fácil de entrar. O lugar de jovem não é aqui, meu filho tem 20 anos mora em Curitiba, já tá há 3 anos e eu não quero ele aqui. Lugar de ir pra frente é vai estudar pra lá, vai fazer a vida dele, vai pra frente. A gente quer melhorar. Mas poderia, tem muita coisa pra explorar uma baía dessa aí bonita. E agora do dia 27 de janeiro até o dia 3 de fevereiro vai vir um pessoal, vai ter uma regata de barcos a energia solar. Isso tá movimentando muito já, aqui tá tudo lotado e todos os hotéis estão lotados

{Diogo} É uma etapa de um campeonato estadual, nacional ou é só um evento?

{Cláudio} Eu não sei, é um evento. O pessoal de Florianópolis tá fazendo, eles tão promovendo. Se tivessem mais coisas assim, começa pequeno mas movimenta toda a cadeia de hotéis e os restaurantes

claro também, isso ai que movimenta, isso que é legal. Eles tem tudo na mão, o pessoal. Como é que era o nome do cara que era dono daqui...

{Diogo} Dono do..?

{Cláudio} Existia um cara que era o chefe daí do IPHAN

{Diogo} Dalmo?

{Cláudio} Dalmo, ele era muito amigo do meu pai e o Dalmo sabe de tudo que se promove em Ilhabela, ele sabe muito bem do campeonato de vela

{Diogo} Ele navega, né

{Cláudio} Ele navega e o Amir Klink também tem casa aqui do lado do Rio do Mar, ele tem as coisas dele ali e o Dalmo sabe tudo, o que trazer pra aumentar. A saída é por ai, a saída é pelo mar e se esse evento deu certo pode ter corrida de barco que pode ser à vela, o outro à energia solar. Fazer mais eventos desses. Isso ai que movimenta o turismo porque ai ele já pega e já lota tudo de cara quando a pessoa procurar já tá cheio e isso ai vai movimentando a cidade. Se conseguissem fazer mais, eu sou surfista e a gente já faz campeonato desde 1980 lá na prainha, isso nunca para e olha como cresceu o surf desde 1980 pra cá, 40 anos

{Diogo} Você foi um dos primeiros

{Cláudio} A nossa associação era a Lorcás, foi uma das primeiras do Brasil. A gente fazia campeonato naquela época

{Diogo} Surfa de long, hoje, ou pranchinha?

{Cláudio} Pranchinha, pequenininha

{Diogo} Você falou do porto...ou entra no porto ou tá ferrado, que que o porto dá de emprego? Que tipo de emprego que o pessoal da cidade consegue entrar? Porque os altos cargos vêm de fora

geralmente

{Cláudio} Então, tu não entra fica ai 20 anos e não consegue entrar na estiva, na STF, tu não consegue entrar em nada. O jovem que vem pra cá não tem onde trabalhar

{Diogo} Por quê? O porto tá diminuindo função, tipo mecanizando coisas, ou por que que é? Ou sempre foi assim? Vem empregado de fora?

{Cláudio} Sempre foi assim, não abre...fica 15 anos e não abre pra ninguém entrar e ai daqui a pouco abre mas só 20 pra entrar, 30...é uma coisa insignificante. É uma panelinha, uma renda per capita grande, o pessoal ganha bem tudo. São Francisco tá de parabéns porque se tu olhar pra Paraná, tu anda nas rua nem chegou no porto, nas ruas de Paraná nem chegou no porto tudo é cheiro de Soja, nós estamos de parabéns, hoje nós temos estacionamento de caminhão. O caminhão chega aqui e é colocado no estacionamento pra caminhão ali atrás. É tudo guardadinho, é tudo limpinho, não tem mais fila aqui de caminhão. Você não tem mais cheiro de soja

{Diogo} Tinha antes?

{Cláudio} Nossa, era muito ruim, era caminhão que ninguém conseguia andar de tanto caminhão que tinha. Agora você vai até o Paulas, não tem. Eles são sincronizados, eles entram na hora certa e não ficam enfileirados no portão, eles já entram direto, porque isso já foi feito o trabalho. São Francisco tá de parabéns, outra coisa, limpeza nós temos a Gepasa, gastamos 12 milhões por ano de limpeza

{Diogo} Da cidade toda ou do Centro?

{Cláudio} Da cidade toda, as praias todas bem limpas. Praia Grande, Prainha a própria Enseada. Funciona muito bem a Gepasa, terceirizar com a Gepasa vale à pena, é cara mas vale à pena. Outra coisa, Plano Diretor nosso saiu agora

{Diogo} Revisão, né?

{Cláudio} Ele saiu mesmo, saiu do papel

{Diogo} Já foi aprovado

{Cláudio} Sim, agora foi demarcado o que é e o que não é

{Diogo} Esse ano, né? 2019

{Cláudio} É, finalzinho do (20)19, qual é o lugar que você pode fazer prédio, onde não pode fazer. Mas o que que é assim, nós tínhamos a Prainha selo azul, que ganhamos esse ano, a Praia Grande também é selo azul porque ela não tem nada de poluição. Já a Enseada, Itaguaçu, Ubatuba são sujas, mas olha...esses eventos, tipo assim de Kitesurf do que for, corrida de motovelocidade, corrida de barco, tudo que for feito na parte de navegação traz o turista. Eles fizeram bastante motivando a parte de bicicleta, o pessoal vem faz as corridas pra andar, faz as bicicletas também. Isso ai tem motivado bastante

{Diogo} É tipo um campeonato o que que é?

{Cláudio} Eles fazem tipo assim...as associações

{Diogo} Tipo um passeio conjunto?

{Cláudio} É, coletivo. Isso movimenta também os hotéis, isso é muito bom. A secretária do turismo é a Jamile, é minha prima

{Diogo} Tua prima? Ela tem seu sobrenome também...

{Cláudio} Eu sou Cabral, ela é Castro, por parte da minha mãe e eu por parte do meu pai

{Diogo} Legal, aqui no Mercado tem umas fotos antigas e o pessoal conta também que os barcos de peixe atracavam bem aqui, ai onde é....

{Cláudio} Aqui esse Mercado é tudo errado, tudo errado. Antes... hoje você vê uma fiorino parar ali e sair cheia de caixas, que vende e distribui pra não sei onde, leva cheio, chega cheio, sai mas tu não vê o

público indo comprar sardinha, eu quero sardinha, quero baratinha. Antigamente vinham os barcos, paravam ali do lado, as canoas eram cheias de laranja dentro e eles mesmos vendiam o peixe que traziam e era vendido ali, na rua, na praia mesmo. Era assim que funcionava

{Diogo} De que lado do Mercado?

{Cláudio} Do lado de cá

{Diogo} Do esquerdo, olhando aqui, né?

{Cláudio} Sim, do lado de cá. Então funcionava assim

{Diogo} Até quando funcionou isso?

{Cláudio} Eu acho que até uns 1970 era assim

{Diogo} E depois, por que parou, você acha?

{Cláudio} Porque eles colocaram peixaria ali dentro e não deixam mais o coitado vender

{Diogo} É proibido?

{Cláudio} É, não é que seja proibido, mas o cara nem vem mais. Ai um diz que não pode limpar o peixe ali mesmo, é uma coisa de saúde e ai acabou. Eu acho que deveria ser... porque o Mercado vai sofrer agora, houve uma licitação e ai tem gente dentro desse Mercado ai que acham que são dono do estabelecimento. É o cara que corta o cabelo, que pensa que tá em casa e coloca o pé pra cima e fica lá dormindo, é a sujeirada que tá o chão, tá precária, o chão tudo de pedra tá tudo sujo ali. Fazem uns pagodes domingo à noite no Mercado Municipal, é uma sujeira só. Vai e entra criança de berço, de carrinho nesse pagode alto. Eles reclamaram que tava dando briga, ai colocaram segurança e funciona com segurança. Melhorou. É, de noite tem que ter segurança mas funciona das 9h da noite até meia noite. Deveria ser samba, mas é pagode e ai de pagode eles não se contentam e colocam música de escola de samba que daí fica só aquela batedeira e ninguém entende mais nada. Sábado de manhã as músicas são sambinhas. Eu

acho que com a nova restauração do Mercado Municipal eles vão mudar o esquema porque se sábado à tarde tu quer comer uma carne ali não tem, quer um pastel, não tem. No domingo nem pensar.

{Diogo} Só até a hora do almoço, né?

{Cláudio} Não funciona, é uma coisa que não é direcionada pro turista, porque se sábado à tarde, nem domingo de manhã, nem domingo à tarde, tu não pode ir. O que tu veio fazer aqui em São Francisco? (o turista) Queria ir no Mercado mas ele não funciona então aquilo ali não está sendo feito para o turismo. Foi tudo mudado. Mas eles vão...a Prefeitura não é boba, eles vão colocar no eixo. Ali deveria vender o peixe frito, né? Queria comer um peixe frito, uma sardinha recheada, não tem essas coisas. Deveria ter, servir ali na hora como tem no Mercado Municipal de Florianópolis, funciona bem melhor lá

{Diogo} Lá tem o Samba também

{Cláudio} É, tem que ter tudo. Já esses barcos...navio de passageiro, eles ficam aqui e o ônibus já levam um bocado já, não movimenta, faz muita badalação por muito pouco

{Diogo} Esses dias teve um dos alemães, né?

{Cláudio} É, dia 6

{Diogo} Todo mundo foi lá recebê-los

{Cláudio} É...eles entram dentro do ônibus e uns vão pra Joinville e outro vão pra Blumenau. Eu já preferia diferente, essas regatas são mais interessantes que elas ficam ai uns 6 dias movimentando os hotéis e as regatas são mais interessantes pro cidadão daqui

{Diogo} E a regata acontece aqui na frente do Centro?

{Cláudio} É, essas regatas são geralmente patrocinadas pelo Clube Náutica Cruzeiro do Sul

{Diogo} Aquele azul ali?

{Cláudio} Eu conheço o presidente, o Jarão, ele é gente fina. Tu vai lá conversa com ele pra tu saber, ele tem umas ideias, eu tenho umas ideias. De Repente fecha essas coisas. Ele é presidente do clube, é novo, mudou bastante o esquema

{Diogo} Aquele pessoal que tem barco ali no clube, é mais turista ou mais pessoal daqui, você sabe?

{Cláudio} Não, é pessoal daqui

{Diogo} Pessoal daqui guarda o barco ai

{Cláudio} Muita gente de fora tem o barco ai. Gente de Curitiba, gente de Joinville, mas não digo que é turista. Os barcos do Iatch não é turista que tá vindo, é barco particular

{Diogo} Você navega também?

{Cláudio} Sim

{Diogo} Você tem um barco?

{Cláudio} Sim, umas casquinha de 15

{Diogo} Guarda aqui?

{Cláudio} Antes eu tinha barco grande. Guardo na outra praia. Eu saio lá pelo Zuru, é o que eu te falei, deveria ter o apoio, entendeu? Pra sair, apoio pra essas coisas.

{Diogo} Onde tem garagem ali? Na Praia do Lixo ou mais pra frente?

{Cláudio} Na Praia do Lixo tem muita casa, e ai o que eles fizeram, por não incentivar você oficializar que o lugar é ali pra tu sair e voltar, é que as invasões da Praia do Lixo aconteceram. Todo mundo quer fazer uma casinha pra colocar o barco ali, entendeu? E ai houve aquela montoeira de invasão. Se tivesse feito antigamente um programa

de incentivo de puxar o barco...o que a marina faz, mas devia ser pra todo mundo, pagar uma taxinha ali, sair e voltar. E daí não ia acontecer aquilo ali que aconteceu no Lixo, um monte de casa uma grudada na outra, uma lixarada.

{Diogo} É recente aquela ocupação ali?

{Cláudio} É, uns 15 anos pra cá. Uma casa do lado da outra grudada. O Fórum tá em cima disso ai

{Diogo} Mas tem bastante gente morando ali, não tem?

{Cláudio} Muita gente, onde tem água luz...pode crer que acabou-se, já tem gente morando dentro. Tem água, luz, acabou-se ai vira moradia. Tem palafita na praia toda.

Entrevista |

Lúcia Helena de Carvalho Bezerra | Ex-coordenadora do Museu Histórico

Rosângela de Freitas Machado | Coordenadora da Casa da Cultura

16.01.20

{Diogo} Onde você mora, Lúcia?

{Lúcia Helena} Eu moro, atualmente, na (rua) Sete de Setembro,80.

{Diogo} Que é aonde?

{Lúcia Helena} Fica ali perto, em torno do Centro Histórico

{Diogo} Pra cá (direção apontada)n né?

{Lúcia Helena} Não, pra lá (direção apontada), próximo ao museu histórico

{Diogo} Próximo ao museu? ta. Por que você escolheu morar ali?

{Lúcia Helena} Por que eu escolhi? Vou te contar: eu morava na praia, porque eu fui casada. Eu tinha uma casa lá no Lúcio Grande, lá na entrada. Ela tinha uma vista belíssima, era uma casa muito boa. Ai eu me divorciei e fui morar em um apartamento que nós tínhamos na prainha. Mas como eu também tenho casa no Itaguaçu, eu resolvi vender o apartamento e investir aqui na cidade, em algum lugar. Um dia, por acaso, eu passei por ali e vi que (a casa) estava à venda, ai eu entrei e perguntei o preço. Me falaram que era R\$ 100.000,00, dai eu pensei “meu Deus, eu não tenho”. Então me falaram para falar com o Careca, que era o dono da casa, que ele...pode deixar à vista. Então eu voltei lá na praia e vendi meu apartamento. Eu vendi meu apartamento por R\$ 70.000,00 para um senhora. Fazia tempo que ela queria (meu apartamento), e comprei a casa por R\$ 75.000,00. Eu fiz um ótimo negócio! E já era uma coisa que eu queria, porque minha família sempre morou no centro. Essa rua aqui todinha era só minha família.

{Diogo} Só os Bezerra?

{Lúcia Helena} Bezerra...Costa Pereira. Então eu queria morar no centro, porque é tudo perto e a gente conhece todo mundo aqui.

{Diogo} O Ângelo Pereira tem a ver com esse Pereira (da família)?

{Lúcia Helena} Não, ele é (só) Pereira e o nosso é Costa Pereira, sabe? Então é por isso que eu vim morar (no centro)

{Diogo} E a sua casa que foi financiada pelo Monumenta, não é a que você mora, né?

{Lúcia Helena} É a que eu moro

{Diogo} Então ela está no perímetro de intervenção do Programa?

{Lúcia Helena} Ela tá, mas ela está no perímetro de intervenção mas em área de interesse. Porque aquele lado da rua está (no perímetro) mas o meu (lado), não é;

{Diogo} É a divisa, né

{Lúcia Helena} Mas como eu tenho consciência de que a cidade precisa conservar a História, de que a História não é nossa, ela é da cidade, eu fiz questão de conservar a casa como ela era. Eu fiz umas modificações mas que não eram gritantes. Pena que eu não tenho uma foto dela.

{Diogo} Eu tenho um mapa aqui, e imagino que ela (a casa) esteja marcada

{Lúcia Helena} No *Google Maps*?

{Diogo} Não, eu tenho um mapa do Monumenta

{Lúcia Helena} Mas ela (a casa) não vai aparecer, porque minha casa é aqui (indicação do lugar) e o outro lado que é (parte do programa).

E outro lado, não tem nada a ver com casa antiga, nada. Uma casa de janelão que é do seu Musée. Todas aquelas casinhas ali do lado direito são bonitinhas e antigas.

{Diogo} E bom, você trabalha aqui na casa de cultura?

{Lúcia Helena} Sim, eu sou professora de Artes. Mas eu estou “emprestada” para a Casa de Cultura

{Diogo} O Programa Monumenta, para você, ele foi vigente ali de 2002 a 2013, o que você percebeu de mudança, para melhor e para pior?

{Lúcia Helena} Olha, eu achei que foi para melhor, sabe? A cidade antes, estava numa decadência muito grande. Com o Monumenta, muitas casas que aceitaram o Programa tiveram uma revitalização muito legal. Esse cerco aqui era muito escuro, era pintado e um branco “desmaiado”, entendeu? E agora não. O pessoal assim... quem aceitou, porque tem gente que não aceita ainda, os que tiveram dinheiro para fazer a restauração, eu achei muito positivo. Que tivesse mais, porque acabou né?

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} Que tivesse mais, porque precisaria.

{Diogo} Do ponto de vista do movimento de pessoas? Teve alguma influência?

{Lúcia Helena} Sim, eu acho que o turismo aumentou bastante, porque as pessoas vêm para visitar o Centro Histórico também.

{Diogo} E antes isso não acontecia tanto?

{Lúcia Helena} Não...

{Rose} A gente não tinha conhecimento disso

{Lúcia Helena} Bom, eu acho assim: foi uma...como que se diz?

Tudo ajudou, tudo ajudou... depois que fizeram a Orla nova, todo mundo passeia, vai pra cá, vai pra lá. Foi o Odilon que fez, eu te falei, né? Foi na época do Odilon, foi uma coisa muito boa. No começo até tinha gente que achava que não tinha que ter; tinha gente que achava que tinha que ter, aquela coisa né. Mas eles fizeram

{Diogo} E aqui é uma parte no canto do Centro Histórico, né? Aqui era mais...tende a ser menos movimentado né, essa parte daqui para lá

{Lúcia Helena} É, tende a ser menos movimentado

{Diogo} E antes era menos ainda?

{Rose} É, menos ainda

{Lúcia Helena} Era menos. Porque não tinha isso aqui, isso aqui, por exemplo, também não tinha, era uma casa em ruínas, tudo em ruínas. Ai o secretário de cultura que fez, fez não...fez o projeto, ai ficou muito legal, ficou uma esquina bonita.

{Diogo} E...eu abri o mapa aqui...aqui a....

{Lúcia Helena} É, rua Sete de Setembro

{Diogo} Aqui é o final do Centro, aqui é o Museu Histórico

{Lúcia Helena} Onde é que tá o Museu Histórico?

{Diogo} Sua casa é aqui?

{Lúcia Helena} Onde é que tá o museu?

{Diogo} Aqui, essa é a (rua) Sete de Setembro e esse é o museu, o museu é esse laranja

{Lúcia Helena} Minha casa é essa aqui

{Diogo} Uma das (casas) cinzas? Será?

{Lúcia Helena} Abre (o mapa). Museu Histórico, vira, aqui na esquina tem o Conselho Tutelar, a minha (casa) é essa do lado.

{Diogo} Então ela tá marcada

{Lúcia Helena} Ela tá marcada?

{Diogo} Tá marcada como “propostas apresentadas como edital” É, mas acho que na época ainda não estava contratado, né? Depois acho que deu certo.

{Lúcia Helena} Sim, porque ali foi um centro espírita, foi o primeiro...não foi o primeiro centro espírita. O primeiro foi um casarão lindo aqui na bica d’água, que foi colocado à baixo. Mas casarão mesmo de 1800, entendeu?

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} E daí, foram pra essa casa, que é a minha casa. Tanto é que essa casa era só um salão grande. Cada vez que um ia morar lá botava a parede do jeito que quisesse, as divisórias, mas eu não. Eu fiz a divisão toda de alvenaria. A madeira embaixo era de canela, eu coloquei um outro piso e depois me arrependi. Mas eu tirei a canela e coloquei no mezanino. Aproveitei sabe? Do lado, eles fizeram uma varanda horrível, que não tinha nada a ver com a casa, que não tinha. Eu fui no centro espírita e peguei a foto da época (da construção original). Como a casa ia ficar pequena, meu arquiteto fez o mezanino.

{Diogo} O arquiteto que você contratou mesmo?

{Lúcia Helena} Foi, ele deu uma levantadinha e ai tem duas janelas em cima não muito grandes, e não descaracterizou a casa, sabe? Ficou legal não foi que nem aquela varanda horrível que tinha do lado e não tinha nada a ver com a casa.

{Diogo} E o IPHAN aprovou tranquilo?

{Lúcia Helena} Aprovou tranquilo, porque não afetou assim, sabe? Ficou bom

{Diogo} Desde 2002 pra cá, você sente que tem mais ou menos gente morando no Centro Histórico?

{Lúcia Helena} No Centro Histórico? acho que é menos gente, né Rose?

{Diogo} Por que vocês acham que isso acontece?

{Lúcia Helena} As pessoas procuram o Centro Histórico para morar e elas querem garagem. Primeiro eles pensam no carro

{Rose} E ai não pode reformar do jeito que quiser

{Lúcia Helena} Não pode reformar, o que, pra mim, tá certíssimo, tá? Porque quando você vai na Itália, tem um palácio onde eu estudei e na escadaria dele você podia ir até o quarto andar, mas atrás, discretamente, tinha um elevador e ninguém quebra a parede para colocar carro dentro. Os carros ficam na rua. Aqui não tem esse hábito de colocar o carro na rua.

{Diogo} E essa questão dos carros também foi o que motivou a saída das Secretarias daqui do centro para Barão, né?

{Rose} Sim

{Lúcia Helena} Porque era muito apertado, não tinha lugar para estacionar. Se bem, que foi uma grande burrada, porque lá também não tem mais lugar para estacionar, tem que pagar estacionamento

{Rose} Eu acredito que seja jogada política

{Lúcia Helena} É, e aqui o centro que tinha aquelas lojas tradicionais, elas até fecharam porque não tinha mais movimento, não tem movimento.

{Diogo} Quais que eram as lojas tradicionais?

{Lúcia Helena} Tinha a (loja) da Maria, do Manuel Rosa, a da Maria

tá fechada porque ela quebrou o fêmur, e eu acho que aquelas roupas vão apodrecer ali na frente porque tá fechada com as roupas ali.

{Diogo} Não tem quem toque

{Lúcia Helena} Não, não tem quem toque porque são os sobrinhos dela que são de Curitiba, de Joinville e têm vida própria, tem médico, tem dentista, eles não vão vir pra cá.

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} Tinha a GG calçados, ela é tradicional é desde a época dos pais deles

{Diogo} Sim, a Cláudia me falou

{Lúcia Helena} É, os Assef, eles sabem, são turcos

{Diogo} GG Al Assef?

{Lúcia Helena} GG Assef, o que mais que tinha? Tinha o Klaus Foster, fechou.

{Diogo} O que que era?

{Lúcia Helena} Era uma loja de tecidos, o Klaus Foster era uma família alemã que veio para São Francisco e se deram bem, uma família que todo mundo conhece. O pai morreu e a mãe morreu e ai ficou a moça com uma loja enorme de tecido no Centro Histórico. Ninguém entra pra comprar, quer dizer...até comprava, hoje ela tá morando em Pomerodes com uma lojinha bem menor em Pomerodes

{Diogo} E fechou aqui?

{Lúcia Helena} Fechou aqui, porque ela é de origem alemão e lá é cidade mais pomerana do Brasil, né? Ela foi pra lá.

{Diogo} Entendi

{Lúcia Helena} Mercado também, tinha loja de tecidos, loja de roupas. O mercado é muito detonado, o mercado é um nojo. Na verdade, a própria prefeitura não preza pelo patrimônio, a cultura é pano de fundo nessa cidade, não é prioridade e eles dizem que vão restaurar, vão restaurar e não restauram nunca. Ai quando é ano político eles correm pra restaurar a base de porcaria, entendeu?

{Diogo} Mas isso em relação à prefeitura, foi sempre assim? ou é de uns tempos pra cá? Sempre foi assim?

{Lúcia Helena} De uns tempos pra cá, porque teve...

{Diogo} Essa época do Monumenta também se aplica à essa sua crítica?

{Lúcia Helena} Não, essa época do Monumenta foi quando teve o *boom*, porque as pessoas fizeram e aconteceram. Mas agora o orçamento da Cultura e do Turismo são os menores orçamentos. Como é que tu vai trabalhar numa cidade com os orçamentos tudo pequenininho, sendo uma cidade de turismo e cultura? Mas eles não vêem isso

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} É só mais assim, empresa, empresa que vem e porto que vem, sabe?

{Diogo} Sim. E o porto é a principal atividade econômica?

{Lúcia Helena} Sim, é a principal atividade econômica. É uma máfia

{Diogo} Por quê?

{Lúcia Helena} Porque está na mão de poucos, né. Agora não, com esse governador assim, gera empregos mas tá cheio de gente de Jaraguá que vem trabalhar aqui no porto.

{Diogo} Mas eles vêm todo dia?

{Lúcia Helena} Acho que sim

{Diogo} Porque é perto, né?

{Lúcia Helena} Sim. Tem gente de Minas Gerais trabalhando aqui no porto.

{Diogo} Mas eles vêm morar?

{Lúcia Helena} Sim, eles vêm morar. É cargo comissionado, tá?

{Diogo} Mas...altos cargos, né?

{Lúcia Helena} Sim, eles vieram pra acabar com isso, mas vai lá ver, tudo pendurado.

{Diogo} Qual que é o lugar que você mais gosta aqui do centro e o que você menos gosta?

{Lúcia Helena} Do Centro Histórico? Eu adoro passear no Centro Histórico

{Diogo} Mas tem um lugar específico que você acha mais representativo, mais significativo?

{Lúcia Helena} Qualquer um? Eu gosto muito, pra lazer, do Porto Mediterrâneo.

{Diogo} Qual que é?

{Lúcia Helena} Nunca foi lá? Porto Mediterrâneo é uma casa restaurada que é uma adega

{Diogo} É um restaurante?

{Lúcia Helena} É um restaurante com um jardim no fundo

{Diogo} Ali atrás da igreja, né?

{Lúcia Helena} É, é muito legal lá, um lugar que eu gosto muito de ir, adoro

{Diogo} Você costuma ficar na Orla, assim? Sempre? De passatempo?

{Lúcia Helena} Sim, eu adoro caminhar aqui, sempre que eu dou a volta na cidade, mas o meu caminho é esse aqui, eu nunca deixo de vir aqui porque eu adoro passear na Orla, eu só não entro no Mercado, eu acho que ele é um símbolo, mas ele é sujo, ele é porco, ele é horrível e aquele bar...

{Diogo} E sempre foi assim?

{Lúcia Helena} Não, ele era um mercado de cidade pequena, os barcos paravam ali embaixo pra vender peixe, atrás (do Mercado)

{Diogo} E isso há muito tempo?

{Lúcia Helena} Não, a minha mãe era diretora da escola quando vinha aquelas bateras de laranja cravo para vender, aí o servente da escola ia buscar as laranjas para vender na merenda escolar, né? e vinham barcos que chegavam ali com pescado pra comprar tudo fresquinho.

{Diogo} E hoje, pescado não vende aqui no centro?

{Lúcia Helena} Vende no Mercado

{Diogo} Vende no Mercado? Mas os barcos de pesca atracam ali?

{Lúcia Helena} Não, não atracam, ali eles compram de atravessador, não é mais direto do pescador.

{Diogo} Por quê?

{Lúcia Helena} Porque eles tem salga, tem lugar pra venda de peixe

{Diogo} Mas por que que eles não comprariam direto do pescador?

{Lúcia Helena} Porque tudo que eles pescam eles vendem para o atravessador

{Diogo} Mas o peixe é daqui mesmo? O peixe que vende no Mercado?

{Lúcia Helena} Não, muitos não são daqui não. Eles vêm de fora

{Diogo} De Laguna? Do sul? Mais pro sul?

{Lúcia Helena} Não sei de onde, eles vêm de fora, não são daqui assim. Têm pescadores ainda, artesanais onde eu compro meu peixe.

{Diogo} Onde você compra seu peixe?

{Lúcia Helena} Eu compro meu peixe lá no Rossio Grande, “do mar para o seu lar”. O peixe vem ainda sem ser congelado.

{Diogo} Ali no Paulas tem um entreposto, né?

{Lúcia Helena} Tem, ali tem o Neni, o Neni é tudo congelado também

{Diogo} Lá é tudo congelado, mas tem um terminal público ali

{Lúcia Helena} Sei, onde todo mundo chega com os barcos e tal

{Diogo} O que que é ali?

{Lúcia Helena} Ali é uma área de pescador né

{Diogo} Mas não é bom pra comprar?

{Lúcia Helena} É bom, tem gente que compra lá. Mas é que o meu é mais perto aqui, e eu sei, eu garanto que é “do mar pro seu lar”, entendeu? Camarão, outro dia eu comprei um camarão fresquinho. Eu peço pra congelar um pouquinho pra depois descascar porque gruda quando tá gelado.

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} E é tudo fresco, mas não tem assim, barco pra comprar

{Diogo} Lá na enseada é bom também, pra comprar?

{Lúcia Helena} Lá tem, lá tem uma Casa do Pescador, que o pessoal vem com o barco e aí tem a Casa do Pescador, aqui deveria ser assim. A pessoa vem e vende seu pescado ali, mas não é.

{Diogo} Não acontece mais...

{Lúcia Helena} É...

{Diogo} Bom, nos museus, você já foi em todos?

{Lúcia Helena} Eu já fui coordenadora do Museu Histórico, que era a menina dos meus olhos. Eu cuidava muito daquele lá. Cuidava muito bem dele, muito bem mesmo. Fiz curso de museologia pra poder estar tocando, porque eu sou formada em Artes, né? Aprendi muita coisa e inclusive estou ajudando no levantamento dos objetos lá, museológicos

{Diogo} Sim

{Lúcia Helena} A gente já fez o levantamento de quase 200 objetos lá, e eu gosto muito desse trabalho lá, é muito minucioso, pesquisa

{Diogo} Sim, legal. Se eu precisar de algumas fotos daquelas que estão lá, vocês têm digitalizadas?

{Lúcia Helena} Tem

{Diogo} Aquelas do porto antigo? aquelas com carregamento de madeira?

{Lúcia Helena} Sim, sabe quem tem? Você pode falar com o Luís

Augusto Ozório, ele mora do lado do Porto Mediterrâneo, você pede pra ele que ele te passa. Porque isso aí é tudo foto pública, é tudo do Museu Histórico.

{Diogo} É...Luís...?

{Lúcia Helena} Augusto Ozório, ele mora do lado do Porto Mediterrâneo

{Diogo} Certo...

{Lúcia Helena} Tem uma casa de Esquina, aí embaixo da casa dele tem uma lojinha de artigos religiosos. Ele mora em cima, ele trabalha na prefeitura também. Ele tem muita foto, você pode falar com ele.

{Diogo} Ele trabalha no Museu?

{Lúcia Helena} Ele trabalhou muito tempo no Museu

{Diogo} Você tem o contato?

{Lúcia Helena} Eu tenho da esposa dele

{Lúcia Helena} Ele pode falar muita coisa pra ti

{Diogo} Ele mora aqui há bastante tempo?

{Lúcia Helena} Ele é morador antigo da região

{Rose} O Giovanni?

{Lúcia Helena} Não, o Bacía

{Diogo} Giovanni do Museu de Arte Sacra?

{Lúcia Helena} Você falou com ele?

{Diogo} Eu falei com ele informalmente, antes de ontem. Eu ainda não tava fazendo as entrevistas. Ele mora aqui também no centro?

{Lúcia Helena} Ele já morou no centro

{Diogo} Qual área vocês acham que é mais desinteressante do Centro Histórico? Mais feia? Mais perigosa?

{Lúcia Helena} Olha, essa subida aqui é desinteressante mas tem uma vista belíssima, mas quase ninguém sobe ali para ver. O que mais...acho que ali né

{Rose} Mais perigosa assim?

{Diogo} Mais desinteressante ou feia

{Lúcia Helena} Aquela ponta da pedreira, aquilo lá tá horrível. Agora começaram a fazer a restauração, né?

{Diogo} Onde é?

{Rose} Colocaram uns tapumes, mas a gente não sabe

{Lúcia Helena} É lá perto do...sabe o segundo hotel? Você sobre o Zibamba (hotel) e desce, lá embaixo

{Diogo} Chega no posto de gasolina?

{Lúcia Helena} Isso, ali é muito feio, aquela zona ali é horrível, meio portuário

{Diogo} Tem bastante coisa em ruína e vazia ali né?

{Rose} Tem

{Lúcia Helena} Tem, aquela subida ali meu Deus, é um horror

{Diogo} E tem bastante serviço relacionado ao porto ali também, né? E esse serviço não movimenta? Não tem gente andando?

{Rose} São os sindicatos, movimenta bastante, mas tem horários

específicos

{Diogo} E esses sindicatos estão arrumando (o imóvel) ?

{Lúcia Helena} Não, quem tá arrumando são os portuários, A Associação dos Portuários que são os donos de agência marítima.

{Diogo} E eles tão...o imóvel é deles?

{Lúcia Helena} O imóvel é deles e eles que estão restaurando, eu acho que vai ser tudo escritório ali

{Diogo} Qual que eles estão restaurando, tem o posto, o restaurante...?

{Rose} Em frente ao restaurante eles estão restaurando e mais à frente onde era um hotel, muito antigamente. Ali colocaram um tapume também

{Lúcia Helena} Qual? do Hotel Central?

{Rose} Não, do (hotel) Boavista, da ponte da pedreira

{Lúcia Helena} Do Hotel Boavista já não tem quase nada, fica bem na esquina do Sinaleiro

{Diogo} Sim, é que tem dois que estão com tapume,né? tem o da frente do posto e tem outro mais perto daqui, as duas esquinas opostas

{Lúcia Helena} A esquina de cá, que fica em frente a Vó Herta, ali era uma panificadora do alemão, uma panificadora muito boa na época

{Diogo} Nossa, mas faz muito tempo, né? Porque já tá muito destruída

{Lúcia Helena} Sim, mas eu lembro dessa panificadora

{Rose} Ficou abandonada

{Lúcia Helena} Ficou abandonada, ai tem o outro lado, teve casa de umbanda, tinha o bar Hars, tradicional do chopp com aquelas mesas redondas e aquelas cadeiras de vidro, sabe?

{Diogo} De que época que era?

{Lúcia Helena} (19)70, (19)80

{Rose} Eu lembro da época de (19)70, mas já tinha, né?

{Lúcia Helena} Sorvete do Hassen que tinha, a gente ia lá comprar sorvete, a tampa ainda era de inox e chopp, lembro muito do chopp e do submarino.

{Diogo} E ali, naquela área, não só nessa esquina, tinha comércio e serviços que funcionavam nas ruas em volta?

{Lúcia Helena} Na esquina ali onde é a Vó Herta, era uma loja de móveis. Na esquina ali passou depois uma loja de aviamentos, imagina que tentaram quebrar uma parede daquela, de pedra

{Diogo} O que vocês acham que falta no centro? Algum tipo de comércio, serviço educação, saúde?

{Lúcia Helena} Tudo né, o centro foi abandonado. Se não é fim de semana pra ter as coisas e dois bancos que ainda estão sobrevivendo ali, se resolvem mudar pra outro lugar, morre completamente (o centro). Ai eu digo que a culpa é da prefeitura sim, por que não poderia pegar esses imóveis antigos? O INSS...só um parênteses, do lado da minha casa tem o Conselho Tutelar, que é do Governo Federal, o prédio, que era a antiga SUNAMAM que é a Superintendência da Marinha Mercante. Ai teve um Secretária do Bem Estar Social que foi atrás, foi atrás e conseguiu a concessão de 20 anos do imóvel para o Conselho Tutelar, tá lá. Por que ainda não conseguiram uma concessão do INSS, do Correio? Quando tinha o Correio era um movimento lá em cima, sabe? Mas se meteram tudo com aquele comercial que não tem nada a ver com a cidade

{Diogo} A Barrão?

{Lúcia Helena} É a Barrão, eu nem vou pra lá porque é uma bosta, só vou quando sou obrigada

{Rose} Eu vou porque minha mãe mora lá

{Lúcia Helena} Pois então, e os imóveis que estão abandonados eles deveriam fazer alguma coisa, assim como teve o Lar Legal, alguém deveria fazer uma Lei para “Moradia Legal no Centro Histórico” para facilitar a venda desses imóveis, para quem tá com papelada complicada, como eles fizeram com o Lar Legal, você conhece?

{Diogo} Você comentou...

{Lúcia Helena} É muito legal, muita gente já tava na mão com a documentação toda

{Rose} As pessoas que compram aqui...tem um caso bem específico ali na casa do Milton Peregrino, que o Batista comprou. Ele tinha interesse na área do lado, que é uma porta de garagem

{Lúcia Helena} Que não era porta de garagem, aquilo lá não era garagem

{Rose} Então, ai ele foi ver. Ele queria comprar, negociou e tal. Ele foi no IPHAN consultar e não (não podia ser garagem). Para ele mexer ali ele tem que refazer como era antigamente

{Lúcia Helena} Mas tá certo, sabe por que que tá certo?

{Rose} Mas ele teve interesse porque ele não tem garagem

{Lúcia Helena} Mas ele sabe que não tem garagem, é isso que eu digo Rose, as pessoas de fora que vêm comprar, que compram na Baía não se importam com garagem, eles sabem que não tem garagem. Pra que colocar o carro dentro de casa?

{Rose} Mas tem que ter garagem

{Lúcia Helena} Aluga

{Rose} Mas tem que ter garagem

{Lúcia Helena} Tem ali, tem em outro lugar, eu acho que não. Eu consegui fazer garagem mas...

{Rose} Na época eles me permitiram fazer garagem porque eu fui assaltada, na frente de casa e meu carro foi roubado, não podia fazer garagem, então, deixa o carro na rua porque na época não tinha vaga (de garagem). Meu muro era baixo, a gente não tinha privacidade. Numa reunião com o Talmo, foi permitido que fizesse (a garagem) pra nossa segurança.

{Lúcia Helena} E é um lugar que dá nos fundos pra outra rua e não quebra assim a harmonia da arquitetura

{Diogo} É mais pra trás?

{Lúcia Helena} É lá no fundo, mas eu digo assim: é que as pessoas não têm consciência. Quer morar no Centro Histórico? É que nem naquela cidade, que as casas são todas brancas... Treze Tílias, quer comprar um terreno no Centro Histórico? Então a tua casa tem que ser feita assim, nesses moldes, tá aqui o papel, não deixam. Por isso que Treze Tílias é assim. Eu acho lindo, é conhecida como o Tirol brasileiro. Eu penso assim: e como o nosso nome, tira uma letra, tira outra letra, muda seu sobrenome e daqui a 100 anos quem é você? Ninguém sabe. Assim são as casas, todas as casas têm história. Mas como a coisa surgiu de cima pra baixo é que teve essa polêmica toda, ninguém aqui foi preparado para receber o Monumenta, foi assim “pega o Monumenta”

{Diogo} De supetão?

{Lúcia Helena} É de supetão

{Diogo} O que vocês acham que poderiam ter feito pra preparar

melhor?

{Rose} Deviam ter feito um trabalho de conscientização da população, que não foi feito

{Lúcia Helena} Deviam ter mostrados outros lugares, sabe? Que deu certo, tem aqueles Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. A gente teve uma palestra quando fez 10 anos de Monumenta, foi o PT que organizou tudo, foi assim de gente, lá no Clube 24. Foi a arquiteta que idealizou. Ela mostrou aquelas lojas que vendiam botões e elas continuaram ali, porque teve incentivo e as pessoas vão pra ver aquilo ali, não pra ver shopping e nem centro comercial. É muito legal, eu tinha vontade de conhecer Flores da Cunha

{Diogo} Santa Catarina?

{Rose} Rio Grande do Sul

{Diogo} Bom, o que vocês acham do turismo em São Francisco, ele é bom pra cidade? Poderia ser melhor?

{Lúcia Helena} Poderia ser melhor

{Rose} Agora que tá sendo feito um incremento, não vou defender, ela (secretária do turismo) é uma boa profissional. Ela vê o turismo como fonte econômica também, então ela tá trabalhando. Porque não é fácil de fazer as coisas

{Lúcia Helena} Lembra que eu te falei da questão de verba, né?

{Rose} Tá fazendo, tem todo um planejamento pra cidade e as coisas estão indo assim, em passo lento.

{Lúcia Helena} É porque na verdade, nunca se pensou São Francisco como turismo né. Não precisava, porque as pessoas vinham, as pessoas vêm. E não é bem assim

{Rose} Mas também não tinha essa consciência

{Lúcia Helena} Não tinha a comunicação que hoje tem nas redes sociais

{Rose} Vinham pra cá os parentes de gente que mora aqui, gente que foi embora e retorna. Tanto que teve uma época que São Francisco era a cidade dos aposentados. As pessoas saíam (da cidade) pra trabalhar, e quando se aposentavam voltavam.

{Lúcia Helena} Mas precisa muito ainda, sabe?

{Diogo} E o que você acha que precisa ser mais explorado?

{Lúcia Helena} Mais? A primeira coisa era arrumar essa BR-280, duplicar, porque é um inferno essa BR. Leva, às vezes em dia de domingo, pra chegar em Joinville, 4,5,6 horas. É fila desde que sai de São Francisco até chegar em Joinville

{Diogo} E o trecho tem quantos quilômetros?

{Lúcia Helena} São 40 e poucos quilômetros, eu acho

{Diogo} Mas ai, chegou na parte ali que passou de Araquari, já tá bom ou não?

{Lúcia Helena} Não, dependendo do Domingo. Mas o pior lugar é de Barros do Sul até o Porto Grande. Mas às vezes, um dia eu fui com o Jair em uma reunião em Joinville, quando nós entramos na BR e chegou em cima do morro da palha aquela fila até o Linguado. Eu disse “Jair, vamos voltar”. A gente não foi porque a BR não deixou

{Diogo} E aquele outro caminho pela Vila da Glória?

{Rose} Pega o Ferry Boat?

{Lúcia Helena} A gente não tem esse hábito

{Rose} Você tem que pegar um Ferry Boat aqui, andar e pegar outro lá, fica longe do centro. Não é muito prático

{Lúcia Helena} É só pra quem vai pro Aeroporto

{Diogo} Eu vi que uma época tinha um barco direto de Joinville pra cá, uns cinco anos atrás. Vocês acham que ajudaria?

{Lúcia Helena} Eu acho que não, as pessoas não têm o hábito

{Rose} Não tem logística, a localização dele também, é longe

{Diogo} E as pessoas têm mais o hábito de vir de carro pra cá, então não adianta

{Lúcia Helena} Ou de barco

{Diogo} Como que é no inverno aqui? Tem uma diferença muito grande de movimento, de gente?

{Lúcia Helena} Baixa bastante, mas tem eventos, tá? Por exemplo, tem o festival gastronômico em julho, vem muita gente, é bom. Tem comidas típicas, as pessoas gostam porque o preço é bem acessível e todo mundo pode comer de tudo, tem bebida. Tem a festilha em Abril, vem muita gente, que é o Festival das Tradições da Ilha. Tem a Peça da Graça em Setembro, no centro.

{Diogo} Na Igreja ?

{Lúcia Helena} Na igreja, e tem o Carnaval em Fevereiro

{Diogo} Tem atrativos pros jovens aqui? Estudarem, trabalharem ou o êxodo é grande?

{Lúcia Helena} Já foi mais

{Rose} Já foi maior, porque agora têm dois pólos, o Instituto Federal e a Univille que tem cursos aqui. Quem não pode sair pra estudar, estuda aqui.

{Lúcia Helena} Tem o SENAI também

{Diogo} Que são recentes, né?

{Rose} São, relativamente sim

{Diogo} O que vocês fazem no tempo livre de lazer?

{Lúcia Helena} O que eu faço? Eu...quando é verão eu vou pra praia, à noite a gente vai pros “botecos”. Quando tem teatro eu não perco.

{Diogo} Onde é o teatro?

{Rose} Do lado da prefeitura

{Lúcia Helena} Quando tem eventos, eu não perco

{Diogo} Quando vocês pensam em São Francisco do sul qual é a primeira coisa que vem à cabeça, a coisa mais representativa da cidade?

{Rose} Quando eu penso em São Francisco eu acho que é o sentimental

{Lúcia Helena} Eu penso no Centro Histórico, na cidade toda

{Rose} Eu penso na minha casa, que eu adoro minha casa

Entrevista | **Norma Virginia Bernardes**
Proprietária da Loja Pôr do Sol - Centro
18.01.20

{Diogo} Há quanto tempo você tá aqui?

{Norma} A loja tá com 16 anos

{Diogo} A gente tá em 2019...então desde 2003, é bem o começo do programa. O que você sentiu mudar no movimento?

{Norma} Caiu bastante

{Diogo} Caiu bastante desde que você abriu?

{Norma} A diferença de quando abrimos para agora é o outro centro, né?

{Diogo} Por que? A...a Barão?

{Norma} Está lá o INSS, a Caixa Econômica Federal, o Correio e a Prefeitura. Foi todo o movimento e aqui parou

{Diogo} Quando foi pra lá esses comércios?

{Norma} Foi saindo né...acho uns oito anos. Acho que um ano, dois anos atrás o último (a sair) foi o Correio que fechou, faz muita falta

{Diogo} Você mora aqui no centro? Aonde?

{Norma} Moro, em frente ao Banco do Brasil

{Diogo} E há quanto tempo você mora no centro?

{Norma} 45 (anos)

{Diogo} Você não tinha comércio antes? Ou tinha em outro lugar?

{Norma} Eu tenho um restaurante

{Diogo} Qual que é o restaurante?

{Norma} Restaurante da Cida

{Diogo} Você falou que o movimento caiu né, desde que você abriu

{Norma} É, a circulação de pessoas, fluxo de pessoas assim...em torno do INSS, a Caixa Econômica, a Prefeitura que a maioria dos funcionários é lá (na Barão). Aquele vai e vem de pessoas é lá

{Diogo} Diminuiu...e é um vai e vem de pessoas que moram aqui em São Francisco, mas e turista aumentou?

{Norma} O turismo, ele aumentou assim...antes da crise. Então, agora mês de dezembro, janeiro você sabe que tem pessoas circulando mais, mas depois do carnaval...mas antes já quem tem família, ou estuda já tá indo já

{Diogo} Esse aumento de turistas que teve não foi suficiente pra compensar a saída dos serviços, né?

{Norma} Não, nós precisamos aqui pro comércio um fluxo de pessoas maiores, porque são pessoas que têm família, outros que vêm conhecer como agora no verão. No Forte já ficou sem água na praia... tudo isso. Esses dois três dias tá calmo com a queda da temperatura, então o pessoal da praia vem circular por aqui. Esses barcos são lindos e maravilhosos, mas no passado já teve melhor, saia oito horas da noite daqui

{Diogo} Tá mais fraco

{Norma} Bem mais fraco, eu acho que isso também...poder aquisitivo também, desemprego tudo isso, a crise

{Diogo} Desde 2015 seria a crise?

{Norma} O pior ano que nós passamos foi ano passado

{Diogo} Bom...você mora ali no centro, o número de habitantes aqui do centro, você acha que vem aumentando ou diminuindo?

{Norma} Diminuindo...muitas famílias têm casas pra alugar, tem salas pra alugar, que faltava e agora sobra

{Diogo} E por que você acha? O pessoal não quer morar no centro?

{Norma} Tem muitas coisas, justamente, os dois lados da moeda. Eu amo isso aqui mas quem já vai morar e comprar uma casa que está à venda, também tem o aquele jogo de cintura que não pode mexer, não pode reformar, tem que adaptar tudo como era antes. Tem gente que gosta do antigo, eu adoro, eu amo essas fachadas e fico encantada, tem aqueles que não

{Diogo} Tem a questão da garagem que o pessoal preza bastante

{Norma} A maioria não tem garagem, paga aluguel de garagem. Mas o centro é muito gostoso, maravilhoso isso aqui

{Diogo} Bom, o Monumenta ele fez uma série de reformas aqui na orla inteira, na igreja, nos museus, ele restaurou os museus. O que você achou dessas intervenções e o que de mais interessante foi feito de 2002 a 2013 que tiveram as obras.

{Norma} Olha...como que eu vou me expressar pra ti...As calçadas alargaram, diminuíram a rua, eu tiro pelo cinema...pelo Cineteatro, tá bonito e maravilhoso, não vou dizer que não. Só que aquilo...quando tirou a vaga de uns 3 carros pra 4 na frente do Cineteatro, quando vem um ônibus pra descarregar, quando tem um evento ele não tem estacionamento. Está bonito, mas em praticidade...não sei...vocês arquitetos...

{Diogo} Não, eu quero ouvir vocês

{Norma} Vocês sabem mais do que eu

{Diogo} Não, acho que vocês sabem mais porque vocês moram aqui

{Norma} Eu vejo assim...maravilhoso, mas ai tem um evento, estacionar caminhão, tem aparelhos. O Cineteatro tem muitas coisas do próprio espetáculo, chega 11:30 / meia noite e o caminhão ainda tá lá de frente, claro. É mesma coisa quando vem ônibus de criança, idosos, ele tem que ir antes ou depois se não fica no meio da rua. Carro forte pro próprio banco fica no meio da rua

{Diogo} Qual que é o lugar que você mais gosta do Centro Histórico?

{Norma} Aqui onde eu moro...caminhar pela orla (apontando numa direção)

{Diogo} Você costuma caminhar pra lá, ali pro Museu Histórico, por que é mais tranquilo?

{Norma} Não, porque é lindo, eu desço aqui...e você olha essa baía aqui é maravilhosa, segue a praça

{Diogo} Ficar sentada ali na orla, você costuma?

{Norma} Não, só caminhar...é muito bom

{Diogo} E qual que é a área que você menos gosta dessa parte histórica?

{Norma} Não é que eu não gosto, eu acho triste, eu vejo tristeza. Antes a gente via tantas famílias e agora as casas abandonadas. Agora lá embaixo já está restaurado

{Diogo} Aonde tem o posto?

{Norma} Onde tá o posto

{Diogo} Lá é a pior área, você acha?

{Norma} Sim, está perigoso, até pra uma ou duas famílias

{Diogo} Perigoso em qual sentido?

{Norma} A malandragem, eles escalam o muro. 1 hora da tarde, escalaram o muro e entraram no quarto da minha filha, graças a Deus não houve nada...outro dia aqui na frente, é coisa rara mas acontece, você tem que tá...outro dia, essa semana, uma patotinha de 8, eles bebem...é mais bebida que droga, mas assusta. Tem menor de idade, pode empurrar, a pessoa pode cair, levaram uma carteira da moça na padaria. Aqui tudo tranquilo, a gente não vê maldade, todo lugar tem mas a gente fica triste quando acontece né

{Diogo} O que você acha que falta aqui no centro? Que poderia ter e não tem, você falou algumas coisas que saíram

{Norma} Aqui pra turista...

{Diogo} No geral, pra vocês, pra turista...o que você preferir

{Norma} Farmácia tu vê, fecha agora, se alguém se cortar não tem nem um curativo, um pente, uma pasta de dente...se um turista se machuca, se corta

{Diogo} Não tem...

{Norma} Banco 24h só os caixas eletrônicos, tem que vir com cartão...então falta pra todos, a Caixa Econômica é mais ali no centro, ai tem Itaú, Bradesco e Brasil. A Caixa Econômica com prédio próprio e não colocou um caixa, a Prefeitura fecha às 14h

{Diogo} Fecha cedo, é o ano inteiro assim?

{Norma} Às vezes muda mas é mais pra não do que pra sim. O certo eram os dois horários, a prefeitura acompanhar o comércio, isso ajuda pra todos. Porque das sete até às duas da tarde, tinha que ser no ritmo do comércio

{Diogo} Eles começam antes?

{Norma} Eles começam às 7h e vão até às 14h

{Diogo} Aqui vocês abrem às 9h?

{Norma} Abrimos às 9h e fechamos pra almoço

{Diogo} Se a Prefeitura abrisse às 9h, fecharia às 16h...seria melhor

{Norma} Porque o banco fecha às 15h, então se alguém vai fazer alguma coisa na prefeitura que tem banco, cartório...uma coisa funciona atrás da outra, junta a circulação de pessoas

{Diogo} O que você acha do turismo em São Francisco, ele é bom pra cidade? Ele funciona bem?

{Norma} É como eu te falei, tem que tá o banheiro do Mercado sempre bem cuidado, porque o turista chega e é cobrado, cobra (pra usar), tem que ter uma pessoa pra manter limpo, aqui da igreja (o banheiro), tem aquilo também né, tem o consciente que vem e tem cuidado e tem aquele que avacalha, mas isso em todos os lugares (tem). Tinha que ter...é cobrado, mas é cuidado, porque vem família, vem ônibus e vem barco. Hoje, se eu quero ficar, por exemplo hoje, até 20h não tem banheiro, se vai numa lanchonete, mas se não vai gastar ou ele paga ou não tem

{Diogo} Bom, no inverno aqui você já falou que é fraco

{Norma} É fraco, atravessar é só na raça. Só pras despesas

{Diogo} Quais são os piores meses?

{Norma} Junho, julho, agosto...até respirar, esse ano foi “brabo” até setembro

{Diogo} Você acha que a cidade tem oferta de estudo, trabalho pros jovens ou os jovens saem muito daqui e vão pra outras cidades por falta de oportunidades?

{Norma} Já existem ai...é coisa de anos, eles estudam e se formam, é difícil ficar porque não tem carreira pra eles. No final das contas os pais vão seguindo os filhos e vão embora, é aqueles das casas, ai morre os pais, os avós e vai ficando

{Diogo} Eles não vendem as casas?

{Norma} Mas é isso, acho que tem que ter uma opção assim, ou vende ou faz um acordo com a prefeitura

{Diogo} Mas eles não vendem e ficam com a casa abandonada ai

{Norma} Ficam com (ela) amarrada

{Diogo} O que você considera que são as principais festas da cidade?

{Norma} Do centro, aqui, são em Abril que é a festa da cidade

{Diogo} Festilha né?

{Norma} É a Festilha

{Diogo} E o Carnaval?

{Norma} Carnaval agora tá voltando pro centro, porque tinham tirado

{Diogo} Ele foi pra Barão?

{Norma} Não pra Barão, pra Marcílio Dias e aqui é o Centro Histórico, eu acho que fica uma coisa mais gostosa porque tem os barzinhos, as lanchonetes pro pessoal ficar e tem hora pra encerrar. Hoje tá mais agitado e tá mais agressivo, não só Carnaval mas em todo lugar, então hoje tem horário mais cedo pra encerrar, diminuiu bastante mas tá voltando pra cá devagarinho.

{Diogo} E quando você pensa em São Francisco do Sul qual é a primeira coisa que vem à cabeça? O que é mais representativo da cidade? Mais simbólico?

{Norma} O emprego, claro não vou dizer que não. Tem esses supermercados que favoreceram mas eu acredito que o Turismo, se investisse direitinho, certinho acho que nós sairíamos disso. A gente que viaja um pouco por ai tem cada lugar.

Entrevista | **Valdete Garcia**
Proprietária do Mercado Garcia - Centro
16.01.20

{Diogo} Onde você mora aqui em São Francisco?

{Valdete} Eu não moro aqui, eu moro no Guanabara em Joinville

{Diogo} Vem todo dia?

{Valdete} Não todo dia, mas venho quase todo dia, digamos assim

{Diogo} Por que você não mora aqui em São Francisco?

{Valdete} Por que eu não moro aqui? Eu tenho herança aqui, temos um terreno grande com uma casa até, temos uma casa nele, mas a casa os drogados já...

{Diogo} Onde que é a casa

{Valdete} No Riacho Grande, os drogados já depenaram a casa, tiraram todas as portas e todas as janelas mas eu tenho irmão...eu sempre gostei de morar sozinha, pra gente não ficar se incomodando a casa tá lá. E lá também pra morar sozinha é meio perigoso, sabe por quê? Tem área que teve de drogado, você não pode nem morar sozinha

{Diogo} Ali é meio área rural

{Valdete} É, a casa até foi alugada mas quando a pessoa saía pra trabalhar o bandido entrava pra roubar, entendeu? É desse jeito, ai você vai dizer "você vai morar lá sozinha?". Nem pensar, vou amanhecer morta lá

{Diogo} Você conhece o Programa Monumenta que teve aqui no Centro Histórico?

{Valdete} O Monumenta conheço, do IPHAN

{Diogo} Do IPHAN, isso. O que que mudou com o Monumenta? O Monumenta foi ali de 2002-2013 e o que mudou pra melhor ou pra pior?

{Valdete} Se mudou pra melhor?

{Diogo} Ou pra pior, ou que mudou pra melhor e pra pior

{Valdete} Acho que não foi melhor, tudo bem que nós temos umas belas arquiteturas, alguns prédios. Alguns prédios é uma bela arquitetura, mas acontece eu acho que não foi uma boa história, seria bela história se tivesse um casarão bem bonito, ai o dono conservava, coisa assim, tá entendendo? Mas essas coisas de herança às vezes os netos, os filhos não têm esse capital, e depois fica um dependendo de um, dependendo do outro. Se nós somos dois irmãos, você não tem dinheiro pra investir, eu tenho, mas você não quer. Como que eu vou investir pra você, depois a minha herança vai ser dividida. Depois também se eu não tô de acordo. O IPHAN pra fazer alguma coisa demora uma eternidade, hoje tudo é barato se for pra consertar mas demora muito tempo

{Diogo} Quem que dá o financiamento pra consertar?

{Valdete} Seria mais uma pró-ação do IPHAN, o banco, sei lá. Isso ai eu não entrei muito em detalhe e depois tem outro detalhe, que não é interessante, quando a pessoa não tem condição, a pessoa não tem condição; quando a pessoa tem condição e quer fazer alguma coisa diferente o IPHAN também o Monumenta não deixa, entendeu? Entendeu qual é a história? Ai se torna um pouco meio complicado. Por que? Tem prédios lindíssimos aqui, mas tá tudo meio abandonado, olha esse 24 aqui. Esse Clube 24 é uma história linda, ele é lindíssimo por dentro, já foi olhar ?

{Diogo} Já

{Valdete} Era uma coisa linda, eu frequentei isso ai jovem também, foi em alguns bailes ai. Coisa linda. Mas não deu história, muita mofo, muita umidade e daí tem mau cheiro. E as pessoas não sabem trabalhar, quando eu cheguei nesse prédio também era só mofo, mas

ai foram retirados todos os madeirames pra arejar, pra limpar, pra lavar. Se você não lavar vai ficar que nem lá. Tá vendo, ai começa a mofar as paredes, olha eu lavei só até ali, não lavei pra cima. Mas olha, final de ano foi muito corre corre e eu cansei muito. Tem que aproveitar as oportunidades. Então, a umidade não dá, não deixa

{Diogo} Com esses museus, esses restauros que o Monumenta fez, Museu do Mar, Museu Histórico, aumentou o movimento aqui no comércio?

{Valdete} Não, não tem movimento nem nada, nem no Museu Histórico nem no do Mar. Ainda falta algum entretenimento bom, de qualidade

{Diogo} Esses não são suficientes?

{Valdete} Não

{Diogo} E antes, como é que era? Antes tinha movimento ou nunca teve?

{Valdete} Nunca teve muito movimento, São Francisco é meio parado mas eu adoro isso daqui, mesmo que seja parado eu adoro isso daqui

{Diogo} Essa vistinha aí, mais ou menos?

{Valdete} É, não precisa de movimento de mais, porque movimento de mais traz muita bandidagem, tá? Que nem em Joinville, tá terrível lá, aqui é uma cidade mais tranquila pra você ter um comércio ou coisa assim, eu adoro essa tranquilidade ao mesmo tempo, entende? O movimento, talvez, na temporada nós temos movimento.

{Diogo} Mas agora não é temporada?

{Valdete} É temporada, é um bom movimento. Natal em dezembro isso aqui foi terrível de bom, é uma maravilha a temporada toda. Eu tenho trabalhado até domingo, trabalhei domingo passado, não trabalhei no dia 25 mas trabalhei no dia 1º. Dia 1º só trabalhou a

menina do ladinho do chocolate e eu, a Portella ali, o restaurante, a sorveteria e o deck, aproveitamos. Nem a padaria ali abriu no dia 1º, então a gente tem que saber aproveitar, tá entendendo? Depois a gente tem tempo até pra ler uns livros, mas eu adoro essa tranquilidade, tá entendendo? Eu trabalho até sozinha, mas é bom aqui, não vou reclamar, não posso reclamar muito da minha cidade. Não posso reclamar de barriga cheia, eu estou bem, estou saudável, tenho de tudo que eu quero, então a gente não pode reclamar de muito. Se eu não fosse pra Joinville, trabalhar lá, estudar lá e ganhar lá, eu seria um pé de chinelo à esquerda.

{Diogo} Como é que é no inverno aqui?

{Valdete} No inverno...

{Diogo} Maio, junho, julho cai muito o lucro aqui? Como que é?

{Valdete} Normal, porque depende de cada um...não

{Diogo} Você moraria aqui no Centro?

{Valdete} Adoraria poder comprar algo aqui, mas eu não tenho tanto dinheiro assim. Porque às vezes as pessoa tá cobrando extremamente caro, tá entendendo?

{Diogo} Mas aqui no Centro, especialmente é mais caro que em outro lugares?

{Valdete} É, 300 mil, o outro já quer 450, o outro 600 mil, é dinheiro, também não

{Diogo} Uma casinha térrea?

{Valdete} “Joseli, você já tá com 64 anos e vai entrar em banco”. Não, não é minha história. Daqui amanhã eu morro e vou deixar dívida ai pro banco, não é minha história. Mas eu tô com ideia de comprar alguma coisa aqui, mas acho que não vou ter dinheiro pra comprar. Também não preciso de muito. Eu tendo um pouco de dinheiro, tô bem não posso alugar pagando todo mês, deu pra você entender?

{Diogo} Deu

{Valdete} Pra falar a verdade pra você, até que eu queria sair daqui de onde eu tô e ir pra lá, mas que eu pague o máximo mil reais de aluguel, aí eu sei que eu garanto, mas vamos ver...eu até pensei em falar hoje pra dona, sabe aquele negócio que a gente diz assim....eu saí da história

{Diogo} Você tava falando...minha pergunta era....

{Valdete} Se eu moraria aqui? Se eu compraria aqui? Eu vou conversar com a pessoa pra ver se ela me aluga

{Diogo} Mas você tem vontade de morar aqui?

{Valdete} Tenho vontade, tem dois lugares aí que eu gostaria de ver, acharia maravilhoso. Duas casas que vão ser, não sei se elas vão vender ou não, ainda vou ver, mas eu ainda não sei, não te garanto. Pode ser que sim, pode ser que não

{Diogo} Tomara que der certo

{Valdete} Não sei meu anjo, mas obrigada

{Diogo} E você já foi nos museus, Museu Histórico, Museu do Mar?

{Valdete} Já fui no Histórico, no Histórico de lá eu já fui. No do Mar eu não, me perdoe, eu não vou, por quê? Eu já fui lá umas duas vezes, eu já comprei lá, já fui lá pra comprar uma feijoada que eles fizeram lá, entrei numa partezinha lá, mas tem um cheiro de mofo terrível, Deus me livre

{Diogo} Mas o que você acha do fato de ter um museu que é o maior museu do Brasil de embarcações

{Valdete} O Museu do Mar?

{Diogo} É, que tem a maior variedade

{Valdete} Meu anjo aquilo lá tá meio abandonado, esquecido. Então não é nenhuma história, as pessoas vão lá, curiar, olhar. Eu não falo nada, quando o pessoal pergunta eu indico onde é que é, eu não me senti bem lá não, eu não. Vai quem quer, mas eu não, agora precisaria mais museus aqui, nós temos tantas coisas bonitas aqui que a gente vê, que acontece mas falta aquela qualidade da própria Prefeitura porque nós temos casas aqui que a Prefeitura comprou e tá lá completamente abandonada, sabe?

{Diogo} Comprou pra que?

{Valdete} Pra que? Só porque o cara era dono do partido. Tu sabe que pra Prefeitura, ao invés de ser 10 mil, eles vão cobrar 20, 30,

sabia disso? Ao invés de cobrar menos, ou só 10, quanto vale. Aí tá lá abandonado, uma casa linda ali do lado da Prefeitura, tá lá tudo abandonado. Aquela casa era a coisa mais linda, aí depois teve um outro detalhe...aqui nesse próprio 24, era uma sociedade e não pagava os impostos, a Prefeitura pegou, adquiriram os impostos como se fosse alugado pra ela, não sei se pagam o aluguel ou não, entende? Aí fica ali na mão dela, mas destrói tudo e não arruma. Onde eles entram, entra a história e não arruma, aí é terrível, não é história e podia ser... olha, nós temos aqui casas belíssimas no Centro, podia fazer ali um museu de...maquete, sabe? Eu me lembro, o colégio Francisquense aqui a criançada fez as maquetes belíssimas, sempre no final do ano que eles fazem um curso de maquete, aí eu me lembro que um garoto (disse) “Valdete, eu vou fazer a maquete do teu prédio, pode?”, eu disse “pode” mas não fui lá ver, agora tá a maquete aqui, tá lá perto da igreja, tem uma praça lá, tá uma maquete grande. Tiveram uma ideia bonita, fizeram uma maquete meio grande e botaram um banco na frente, a pessoa senta ali e tira foto, ficou legal, muito bonito e o pessoal adoraram, apreciaram muito aquilo, entende? Porque ela senta e leva aquela lembrança daquela maquete. Justamente o prédio do 24, aqui, tu viu lá a maquete?

{Diogo} A maquete do Museu do Mar?

{Valdete} Não meu anjo, lá do lado da igreja

{Diogo} Essa eu não vi

{Valdete} Você vai lá, bem perto do coreto ali, tá lá uma maquete e um banco na frente, tu pode fotografar a maquete, você sentadinho no banco e a maquete atrás, aí tá, esse prédio, o meu, o da Mirane e o sorvete. Tá tão bonito, ficou bonito e o pessoal gostou. Eu me lembro que algumas pessoas disseram, “esse prédio é o que tá a maquete lá em cima”, legal

{Diogo} Qual que é o lugar é o lugar aqui do Centro Histórico que você mais gosta e a área que você menos gosta e porque?

{Valdete} A área que eu gosto, meu anjo, todas as áreas daqui são uma maravilha. Todas as áreas do Centro Histórico, a rua Babitonga ali em cima na igreja, sabe? E aquela igreja ali...ela foi tão fotografada, é tão fotografada, sabe? É uma igreja linda, ali onde era o Correio é um prédio lindo, ali até por sinal, aquele prédio ali dos Correios pra ser um museu seria maravilhoso, tá lá não sei se tá abandonado, pintaram recente por fora mas tá lá, mas ao mesmo tempo se entregar pra Prefeitura....entendeu? Tudo eles abandonam, não têm cacife, fica

abandonado, deu pra você entender?

{Diogo} Entendi

{Valdete} Não tem história, fica abandonado e ai depois fica caindo aos pedaços, mas toda essa área é belíssima

{Diogo} E você costuma sentar ai, dá tempo, de ficar de boa, fazendo nada?

{Valdete} Olha meu anjo, eu não sento, o que eu posso fazer...daqui mesmo eu atendendo eu tenho um belo visual. Eu sou privilegiada, daqui eu sou a única que tem essa visual, você já viu? O pessoal turista (fala) “menina, você é privilegiada, você tem essa visual”. Quando eu vou atender, quando eu vou guardar o dinheiro é magnífico, só me dói o meu coração quando eu vejo lá uma latinha boiando, um copinho boiando ou até a minha sacola boiando. Meu Deus do céu, dói meu coração

{Diogo} E qual que é a área que você menos gosta daqui? Que você acha menos interessante, do Centro Histórico aqui

{Valdete} Do Centro Histórico que não é boa? Eu acho, que se torna meio perigoso porque tem um bar à noite, ali parece que tá um acúmulo de drogado

{Diogo} Que rua que é?

{Valdete} A daqui...descida perto do posto

{Diogo} Posto de gasolina? A mais perto do porto?

{Valdete} É, você subindo aqui, descendo ali, sabe? Tinha um posto de gasolina ali...se torna meio perigoso, entende

{Diogo} Tem muitas ruínas, né?

{Valdete} Mas se torna perigoso porque tem alguns drogados, entende? Ai a gente torna...mas aqui no Centro, não

{Diogo} E o que você acha que falta aqui no Centro, algum tipo de comércio, algum tipo de serviço, algum tipo de escola, posto de saúde...essas coisas faltam aqui? Como é que é?

{Valdete} O que falta aqui no Centro...olha, aqui no Centro pra mim não faltaria nada, está magnífico

{Diogo} O que você acha do turismo aqui em São Francisco, é bom pra cidade?

{Valdete} Pra cidade seria bom, sim, isso é uma boa mas ao mesmo tempo o turista tá bem pobre, passeia, passeia mas dinheiro que é bom eles não tem. “Tá bem...”

{Diogo} Fraco

{Valdete} É, não é assim “o turista traz (dinheiro)”, não é sempre,

não é assim. Eu tenho trabalhado os domingos, trabalhei até agora mas tu diz “Valdete, você vai trabalhar mais?”. Talvez eu trabalhei domingo agora, depois não trabalho mais. O ser humano tá ficando terrível, sabe onde é que o ser humano é terrível?

{Diogo} Onde?

{Valdete} A educação tá feia, respeito, sabe? É, por exemplo, assim? Por que você não tem cartão? Acha que a gente é obrigado a ter cartão. Por que não pode entrar sem camisa? Bem aqui não é mar, onde é que é mar? Sem camisa é feio, né. Depois tem outro detalhe... eu esqueci agora a palavra, o que o cara me falou ali, não é mais a classe jovem que é mal educada, você sabe qual é classe mais mal educada? É o 45, 50 anos. Esses é que são os terríveis. Depois tem mais um detalhe, é como se achasse assim, essa classe é como se eles achassem assim: os filhos deles podem entrar, podem danificar, pode fazer tudo e você não pode reclamar. Me dá um tempo. Se você educar seus filhos eles não vão chegar aqui e fazer ou ficar respondendo. Tem uns que se desculpam, tem uns que vem (e falam) “Eu sou advogado” e eu com isso? Ai é que devia respeitar, não entrar sem camisa, entendeu?

{Diogo} Entendi, você não mora aqui, então não sei se essa pergunta é tão pra você, os jovens aqui da cidade eles costumam sair, pra estudar, trabalhar fora ou costumam ficar aqui?

{Valdete} Sim, olha, não sai quem não quer meu anjo. Não sai quem não quer estudar, porque quando você quer estudar ou trabalhar, tu vai morar em Joinville. Eu era natural de São Francisco com 20 anos eu fui pra Joinville pra trabalhar e estudar

{Diogo} Porque aqui não...

{Valdete} Não tinha na época

{Diogo} Mas mesmo hoje não tem?

{Valdete} Às vezes pode ser que não tenha mas não quer dizer que você não possa sair. O jovem hoje é pro mundo, mas sabe o que acontece às vezes, os próprios pais que não dão educação pros filhos, não diz “o pai já deu pra você até os 18 anos” é o dever do pai dar alimentação e educação até os 18 anos, e “agora você meu filho você vai trabalhar de dia e estudar à noite”. Mas eles não querem trabalhar, não querem estudar de noite. Eles preferem entrar numa faculdade federal durante o dia e de noite vão galinhar. E ai tu vê, tinha uma aqui que tinha um casal de filhos, pai e mãe trabalhavam, ela era muito Dilma, pt, pt, pt, foi a Dilma que deu faculdade, mas eu acho

que tá errado, devia estudar de noite e trabalhar de dia. Não levou nove meses o filho dela trouxe pra dentro da casa dela, uma mulher e uma criança. Foi estudar na federal de dia, valeu à pena? Ela não podia ajudar o filho a fazer faculdade durante à noite. Entendeu? A educação vem de casa

{Diogo} Valdete, quando você pensa em São Francisco do Sul o que te vem à cabeça? O que você acha mais representativo da cidade?

{Valdete} As nossas praias, a lindeza dessas praias, nós somos ricos em natureza, em beleza. Tu vai na praia da Enseada, vai aqui a nossa orla todinha é linda. Não temos outra coisa igual e ao mesmo tempo querem destruir tudo isso

{Diogo} Quem quer destruir?

{Valdete} Olha, se eu ficar te contando toda a história meu lindinho. A Prefeitura só quer saber do porto, e a pessoa que tem dinheiro só quer destruir e o pessoal do porto só quer trazer mais portos pra cá, mas eles destroem a própria beleza por ganância já não é mais nem por dinheiro, é por ganância de dinheiro

{Diogo} Esse pessoal do porto ele é da Prefeitura também?

{Valdete} É como se andasse toda a Prefeitura, toda a vida foi sendo família do porto. A anterior, dois anos atrás era o pessoal do porto, agora o Lobo também é do porto, duas eleições atrás era do porto, sabe? Só do porto e agora vai entrar um que não é do porto mas o do porto vai comandar porque ele é quem tem o dinheiro, entendeu? Então ao invés de melhorar a nossa beleza, a nossa qualidade, o saneamento, sabe? Que tá faltando fazer tratamento de esgoto, mas por eles não. Eles querem destruir tudo a nossa beleza natural

{Diogo} Mas o porto ele gera bastante empregos também, né, pras pessoas?

{Homem ao fundo} Gera, é um dos maiores do Brasil, porto natural, o de São Francisco

{Valdete} Mesmo assim nós ainda temos, não posso reclamar mas precisa investir no saneamento, sabe? Na qualidade, porque não tem 1m de tratamento de esgoto, não temos

{Diogo} Joga tudo aqui na Babitonga?

{Valdete} Um metro não tem, pode isso? Poderiam pensar um pouco melhor nisso, porque ela é tão linda, tão linda. Joinville, quantos turistas vêm e (falam) “como é bonito São Francisco”. Lindíssimo

{Diogo} A maioria dos turistas daqui são de Joinville ?

{Valdete} Isso, Joinville...mas vem bastante no Carnaval de São

Paulo, vem bastante, de Curitiba

{Diogo} De outros estados é mais Paraná e São Paulo?

{Homem ao fundo} Paraná, São Paulo, Minas e tá vindo muito do Mato Grosso

{Diogo} Eu encontrei de Minas e Mato Grosso (pausa pra atender clientes)

{Diogo} Eu lembrei de outra pergunta aqui, o que tem de festa tradicional aqui no Centro? Carnaval?

{Valdete} Há festas tradicionais, nós temos a Festilha

{Diogo} Em abril, né?

{Valdete} É, três dias mas tá bom, é bela. O Carnaval já não é mais a mesma história, não tem mais, o pessoal não investiu tanto no Carnaval ou pode ser até que a Prefeitura invista, mas acontece que quando passa aquele Carnaval ela (Prefeitura) vai gastar aquele dinheiro que ela ganhou na Festilha, talvez não gaste, entendeu ou não entendeu? Provavelmente tá se acabando. Eu me lembro que uns 3 ou 4 anos atrás uma menina incentivou fazer um Carnaval aqui no Centro. Unidos do Centro Histórico, deu o papelzinho pra cada um, e ai fomos fazer o Carnaval de novo, porque o Carnaval tinha morrido

{Diogo} Por que que tinha morrido?

{Valdete} Porque não foi mais investido, não tinham mais investido no Carnaval

{Diogo} Mas que época que morreu?

{Valdete} Olha, eu acho que foi quase isso, porque sempre nós tínhamos um Carnaval aqui, desfile e tudo, mas ai não fizeram mais, entende? Acabou. Ai a menina, duas amigas fizeram um papelzinho e entregaram pelo Centro Histórico pra fazer um Carnaval assim das amizades aqui do Centro. Eu me lembro que fomos, uniram e fizeram a camiseta de carnaval né. O primeiro ano deu muito bom e o segundo ano deu muito bom

{Diogo} Foi quando o primeiro ano?

{Valdete} Agora eu esqueci

{Diogo} Mas mais ou menos...10 anos atrás?

{Valdete} O primeiro ano foi esse...leia o que ela trouxe. Fazem 3 anos, entendeu? Ela fez isso, o primeiro ano não deu muita gente, mas o segundo ano bombou. Fotografavam e colocavam na internet. Eu dizia para os clientes que chegavam aqui, os turistas. Eu sei que ano passado, entrou o prefeito na história e acabou

{Diogo} Acabou? Não teve nada?

{Valdete} Teve mas não é história boa, sabe quando não é história boa? A coisa tá funcionando bem, parece que eles vêm e destrói.

Entrevista | **João Batista Budal - “Santo”**
Proprietário da Peixaria do Mercado Municipal - Centro
17.01.20

{Diogo} O que que mudou no Mercado, como que era antes e como que é aqui agora?

{Santo} Eu vou dizer pra ti, antes isso aqui era um lixo. Era sujeira pra todo canto, agora que nós viemos pra cá, tem o pessoal da limpeza e melhor do que era. A Prefeitura, na verdade, não dá assistência pra nós, a Secretaria de Turismo nem olha pra nós, nem conhecemos quem é. Era pra ser presente, fazer uma reunião pra nós conhecermos eles mas nós não conhecemos ninguém, nós somos estranhos. Secretaria da Educação, é a mesma coisa. Era pra eles chegarem aqui e falar alguma coisa pra gente, o que precisa, o que não precisa, se isso ai tá legal

{Diogo} Tá meio caidinho

{Santo} Nós viemos pra cá trabalhar, era um lixo, tinha rato. Ninguém tomava café aqui dentro. Hoje tá tranquilo e eles não dão assistência. Nós logo não vamos ter mais, nós vamos sair desse lugar, porque na verdade...

{Diogo} O aluguel é caro? Tem pouco cliente?

{Santo} O aluguel até que não é muito caro, mas só que tu vê só, nós pagamos o aluguel, pagamos um contador, pagamos água, pagamos luz, freezer. Nós gastamos 6 mil reais por mês de despesa. E depois a Secretaria de Turismo, a Prefeitura eles deviam trazer o movimento pra cidade, eles querem trazer mas não tem a ideia, a noção do que é o movimento. O INSS foi embora, quebrou a cidade.

{Diogo} Esse prédio alto aqui né?

{Santo} É, a Caixa Econômica foi pra lá, quebrou aqui o Centro, o Correio mandaram pra lá. Tá tudo alugado, aqui era deles.

{Diogo} Foi lá pra Barão, né?

{Santo} Foi lá pra Barão, então quer dizer que quebrou o Centro, agora o prefeito diz, na eleição, que vai trazer o Multiuso pra cá, porque lá é alugado 35 mil por mês. Parece que vem o Multiuso, o Correio e o INSS depois. Se o Luís ganhar, ele tá fazendo essa proposta, porque se ele perder....

{Diogo} O Monumenta não trouxe mais turista, a partir de 2010, assim?

{Santo} Mas é o que eu digo todo turista vinha, porque, às vezes vinha no INSS às vezes então...é tudo turista, vinha fazer alguma coisa, no Correio precisava de turismo, né, porque o Correio funciona com o turismo. O Multiuso, o pessoal vem aqui e pergunta pra mim, “onde é a prefeitura?” e eu digo “tem que ir lá no Multiuso” e (eles respondem) “Mas não era aqui?”. Tem que ir lá, então o movimento no Centro tá zero. Essas lojas aqui já fechou um bocadinho de loja, as pessoas que estão trabalhando aqui de noite, mas as outras coisas, nós... o que tá em pé ainda mais ou menos se arrastando é nós, o açougue

{Diogo} Você estão há quanto tempo aqui no ponto?

{Santo} Quinze anos

{Diogo} Vocês são de família do Paulas, né? De pescadores e a família toda tá envolvida na pesca?

{Santo} Só nós dois

{Diogo} Só vocês dois? E os peixes que tem aqui, é só local ou vem congelado também?

{Santo} Congelado não vendemos, só fresco

{Diogo} E pescado de pescador do Paulas?

{Santo} Do Paulas e da Enseada

{Diogo} Entendi, como que é, vocês vão buscar lá? Eles entregam aqui de barco?

{Santo} Eu vou buscar

{Diogo} Antigamente aqui atracava os barquinhos, né? Aqui ou ali, não sei

{Santo} Não, antigamente esse Mercado aqui vendia 10 toneladas de peixe por dia, pra hoje vender 100, 50, 60 (por mês) quando tem sorte. Outra coisa que a Prefeitura não dá assistência é sobre a fiscalização, fiscalização zero em São Francisco. Pra eu vender o peixe ali eu falo com a sanitarista, quinhentos pau por mês mais uma nota que vem de Florianópolis...seiscentos e pouco mas uma nota daqui de cento e pouco. Tu é daqui?

{Diogo} Não, sou de São Paulo

{Santo} Já teve na Enseada?

{Diogo} Já

{Santo} Então tu vai lá e tem uma Casa de Pescadores, é uma nojeira, vende quase coisa podre ali, não paga um tostão, não paga água, não paga luz e lá funciona. Não tem fiscalização. A fiscalização vai lá e fecha, um telefonema pro Prefeito e ele manda abrir de novo. É muito nojento sabe. Aqui nós temos um espaço bem limpo pra fazer o peixe e fiscalização fica em cima, e lá não...cidade que vive da política, a política compra tudo se tu vim trabalhar pra cá, tu é empregado da prefeitura?

{Diogo} Não, eu sou estudante. Faço mestrado de arquitetura

{Santo} Aqui no nosso mercado aqui passa muito estudante, só que de biologia, da Universidade de Itajaí, passa por aqui. O estudo deles é um estudo técnico, eles passam por aqui e dão uma aula de informação e lá, já é diferente, lá na enseada é diferente, eles trabalham por conta

{Diogo} Como assim, eles trabalham por conta, você quer dizer...eles não tem atravessador?

{Santo} Trabalham por conta: não tem alvará, não tem licença, não é um lugar adequado. Porque um lugar adequado é um lugar fechado pra trabalhar com o peixe, igual aqui. Mas sempre a fiscalização tá aqui, lá um espaço aberto

{Diogo} Qual é o papel da Colônia dos Pescadores aqui pra pesca do município ?

{Santo} A Colônia não envolve, eu tenho o caderno de pesca que eu sou aposentado, quando eles querem informação eles mandam alguém aqui pra fazer uma pergunta e quando eu quero informação eu também mando, sobre aposentaria e isso, eu sou um cara experiente nessa área, 50 anos de pesca... 60 anos de pesca

{Diogo} Bastante hein, e o que falta pra pesca aqui no município, de apoio, de infraestrutura?

{Santo} Na pesca, na verdade, tá um espaço bom...o que tu queria mais?

{Diogo} Eu queria entender o que o Monumenta mexeu aqui, o que melhorou ou piorou e como que é a pesca aqui

{Santo} Não melhorou nada, desde que nós entramos aqui, ele piorou. Porque é o que eu digo sobre essa área...que mandaram os comércios...comércio grande como INSS, Correios, a Caixa Econômica, agora o Banco do Brasil foi pra lá e voltou, mas isso ai é tudo o governo. O governo quer cortar gasto, porque o INSS lá tá pagando 35 mil (de aluguel), a Caixa pagando 35 e os Correios acho que tá pagando 25 e tem mais coisa alugada, então no invés de cortar de gastos, aumentou os gastos

{Diogo} Mas aqui o prédio em si tava mas velho antes do Monumenta e foi restaurado?

{Santo} Não, toda vida tava assim, não teve mudança nenhuma, nada.

Apenas eles chegaram ai deram uma pintura e fica por isso mesmo. Aqui tinha que fazer o seguinte: tinha que fazer um barraco grande, e nós vamos pro barraco, daqui mais alguns dias vão mandar nós pra rua pra poder reformar e precisa trocar o telhado que tá podre e dar uma pintura, só que aqui tinha que fazer o seguinte, tinha que botar tudo a baixo a parte do reboco, todo o reboco...tudo, do prédio todo e rebocar tudo de novo e deixar como tá, trocar o telhado e ai seria um restaurador. Agora nós irmos pra rua e ficar quatro meses fora pra pintar o Mercado.

{Diogo} Se eles fossem pintar o Mercado, vocês iriam pra onde? Eles alugam um outro lugar?

{Santo} Não, ai é que tá o negócio. Nós estamos pagando, água luz e se por acaso a firma que ganhou a licitação não fizer um barraco adequado, eu já tenho advogado, que é da minha parte. Eu vou entrar na justiça pela minha parte, os outros que se virem, já tá tudo escrito eu já conversei com o advogado, tudo. Se eu ficar quatro meses fora, porque é quatro meses, vão ter que dar um espaço pra colocar o freezer, botar isso ai, um espaço pra limpar o peixe, o freezer ai, o freezer grande, água e luz eu não posso pagar, porque eu vou lá pra fora, vai quebrar o movimento, e o aluguel ainda, tudo isso ai vai cair na mão do advogado. Ai a firma que ganhou a licitação, se ela não cumprir com o dever, a gente não vai sair. Porque o advogado, o juiz do Ministério Público não vai deixar, se nós não pagássemos nada, era outra coisa

{Diogo} E depois do Programa Monumenta, teve mais movimento de turistas aqui?

{Santo} Não, nada, nada

{Diogo} Não aumentou?

{Santo} Nada, depois que passou pra barão... porque na época trabalhava todo mundo

{Diogo} Habitante local? O pessoal daqui?

{Santo} É, o pessoal daqui. Aqui tinha mais ou menos, tinha mais de 150 empregados, todos aqui. Hoje se tiver 10 empregados é muito e fora as lojas que fechou.

{Diogo} Esses 150, você acha que foi em que ano, só um chute.

{Santo} Esse ano saiu...uns 20

{Diogo} Não, você disse que trabalhavam 150 pessoas, em que época que trabalharam 150?

{Santo} Isso faz....

{Diogo} Uns 10, 20 anos?

{Santo} Menos, foi quando o INSS saiu daqui, foi depois que saiu o INSS, a Caixa Econômica e os Correios.

{Diogo} Quando que eles saíram?

{Santo} Os Correios saiu faz 1 ano, mas quando saiu o INSS já quebrou, uns 30%

{Diogo} Quando que ele saiu?

{Santo} Eu não me lembro, acho que foi...2005,2007. Daí o movimento já diminuiu.

{Diogo} Então você vendia mais para morador local, morador de São Francisco Sul que pra turista...

{Santo} É, só daqui não tinha de fora, hoje nós estamos vendendo só pra de fora, porque daqui né...e depois é o seguinte. Eu não posso fazer o empanado. Por que? Porque eu não tenho o espaço fechado, adequado tudo, com ar condicionado. A sanitária não deixa, mas por ai tá cheio, a fiscalização não vê. No Paulas tá cheio de casa que faz tudo em casa e sai vendendo de porta em porta

{Diogo} É que aqui é mais visível, né?

{Santo} Tá quebrado aqui, entende? Isso ai é tudo culpa da Prefeitura, a Prefeitura não dá assistência. Aqui nós, aqui estamos encurralados. O Prefeito saiu...que ganhou não fez nada, aqui não fez nada, na Enseada nesses cantos ai....agora no Centro aqui, tá acabando cada vez mais porque o INSS, levaram pra lá, Correios levaram pra lá, Multiuso levaram pra lá. Então eles tão movimentando o centro da Barão e matando o Centro Histórico. A quebra aqui do Centro foi só isso ai, as peças chave saíram daqui. Não adianta eles dizerem, a Secretaria do Turismo, o IPHAN coisa que vai movimentar aqui... cada vez piora. A semana passada andaram capinando aqui, tava só o matagal, que assistência que eles dão? Tu vai lá no banheiro dar uma mijada pra tu ver como é que é o banheiro, tu chega lá tu não vai mijar, aquilo tá podre. Caindo porta e o escambau, então eles dão assistência pra isso? Já entrou no banheiro?

{Diogo} Não

{Santo} Daqui a pouco tu vai lá.

{Diogo} Lá no Paulas tem um prédio que é um entreposto de pesca, como é que chama? Um prédio de apoio a pesca, o que é que acontece ali?

{Santo} Tem uma fábrica de gelo

{Diogo} É uma fábrica de gelo aquilo?

{Santo} Isso, aquele ali trabalha bem, é bom e faz...aquilo ali tem uns 2, 3 anos, mas ele serve faz gelo, nós compramos gelo (lá). Eu vou muito mais pra Barra do Sul, hoje de manhã eu peguei lá.

{Diogo} Como é que é lá? Vocês compram gelo, é um preço bom?

{Santo} É um preço bom

{Diogo} Preço bom, meio subsidiado assim.

{Santo} Eu pego lá em Itajaí, eu pago R\$ 7,00 a caixa, só que o gelo

de lá é melhor. Aqui eu pago R\$ 4,00 mas o gelo de lá é bem melhor, uma caixa de gelo aguenta 12 dias. É que tem um produto química eu acho que é hidrogênio, uma coisa assim que segura. Ele faz o gelo e ali na forma de inox, ele gruda e vai engrossando e esse não, ele gruda e cai.

{Diogo} Demora mais pra derreter?

{Santo} O de lá sim, o daqui não.

{Diogo} E os peixes que vocês vendem aqui, vocês comprar direto dos pescadores ou tem atravessador?

{Santo} Direto do pescador.

{Diogo} É tudo conhecido também, né. E se eu quiser falar com alguém lá no Paulas, um pescador tradicional, quem você indicaria pra eu fazer umas perguntas?

{Santo} Tem bastante lá, pode falar com qualquer um. Você já teve na fábrica de gelo lá?

{Diogo} Tive, tive no Paulas andando e tal

{Santo} Tem um rapaizinho ali na peixaria, no Neném.

{Diogo} Que é o dos peixes congelados, que vende peixe congelado, esse que você tá falando?

{Santo} Isso, vendendo só congelado ali, bem pouco fresco e nós não queremos. Nós só trabalhamos com fresco

{Diogo} Onde são os estaleiros, onde constroem dos barcos, conserta, no Paulas?

{Santo} Ali do lado da Salga tem um rapaizinho que faz barco, né, bem arrumadinho e também cá na ilhinha, em frente à igreja, lá embaixo parece que tem um estaleiro também

{Diogo} Qual igreja?

{Santo} Em frente à igreja do Paulas, lá embaixo, parece que tem um estaleiro, não sei se estão consertando ainda, mas consertava.

{Diogo} Mas tem pouca gente que faz ou bastante gente que faz, você acha?

{Santo} Não, lá...quem faz é só esse rapaz do lado da Salga, lá (em frente à igreja) ele só conserta

{Diogo} Sobre o Museu do Mar aqui, você já foi lá, já visitou?

{Santo} Já.

{Diogo} O que você achou?

{Santo} Eu tenho um grande amigo lá.

{Diogo} Quem que é?

{Santo} Meu amigo lá, foi fundador daqui lá. Quando ele chegou, eu acho que ele é...é árabe, uma coisa assim. Ele veio morar no Paulas.

{Diogo} Como é que ele chama?

{Santo} O nome dele é Roni, ele era cabeludo, cabelo comprido, barbudo. Hoje ele cortou o cabelo, se não me engano, ele é o chefão lá, ele é o mestre. Ele faz tudo, agora ele tá fazendo um monte de coisa. Ele pega um vidrinho e faz o barco lá dentro, com as velas, tudo armado.

{Diogo} Eu sei, eu vi...as miniaturas.

{Santo} Isso, ele é amigo nosso. Ele faz grande, ele fazia pra vender grande e tudo, só que depois ele começou a dar aula no museu, aula de arquitetura, aula de um monte de coisa. Ele é formado em muita coisa, então ele começou a dar aula pro pessoal ali e hoje parece que ele é o chefão ali, encarregado geral. Eu sei que ele trabalha há muitos anos ali.

Entrevista | **Cristiane Rubia Nascimento**
Moradora da Praia de Ubatuba
17.01.20

{Diogo} Por que vocês escolheram aqui, Ubatuba, pra morar?

{Cristiane} Bom, a escolha não foi minha. Desde que eu me conheço por gente, minha mãe tinha essa casa aqui, então a gente morava no Paraná e essa casa era uma casa de veraneio. Depois que meu pai e minha mãe se separaram essa virou nossa casa, a gente veio embora pra cá e meu pai ficou no Paraná

{Diogo} E isso foi quando

{Cristiane} Fazem uns 25 anos já

{Diogo} Bom, quando ela (mãe) veio pra cá, porque que ela veio, você lembra?

{Cristiane} Ai que tá, a gente já tinha essa casa e vinha todo verão pra cá. Meu pai ficou com a casa de Araucária, no Paraná e a gente veio morar pra cá

{Diogo} Você costuma ir no Centro Histórico com que frequência?

{Cristiane} Bem pouca, é mais pra...curso, né?

{Diogo} Curso da Secretaria de Educação?

{Cristiane} É, banco

{Diogo} E banco, onde você vai? Ali no Centro Histórico mesmo ou na Barão?

{Cristiane} No Centro Histórico porque lá que é o Banco do Brasil

{Diogo} Basicamente banco...compra e essas coisas você faz por aqui mesmo?

{Cristiane} Por aqui ou Joinville

{Diogo} Com que frequência você vai pra Joinville? Tipo, seja comprar, médico...uma média, uma vez por mês ou a cada 15 dias

{Cristiane} Acho que 1 vez por mês

{Diogo} E no Centro Histórico, (você vai) uma vez por semana?

{Cristiane} Acho que umas três vezes por mês

{Diogo} Vocês moraria lá no Centro Histórico?

{Cristiane} Não

{Diogo} Por que não?

{Cristiane} Porque eu amo a praia. Não que teria problema, mas nossa...aqui a gente se sente bem mais livre, e tudo que tem lá no centro, a gente tem aqui. A única diferença são os bancos, porque banco não tem aqui. Os únicos que abriram aqui, que foram os caixas eletrônicos, nenhum vingou

{Diogo} Por quê?

{Cristiane} Porque explodem, tem esses problemas

{Diogo} E lá no centro isso não acontece?

{Cristiane} Não

{Diogo} Você conhece o Programa Monumenta, no Centro Histórico, aquele programa de restauração que eles fizeram um tempo atrás e você sabe alguma coisa dele? O que ele impactou? Vocês moram aqui...claro que o impacto é muito menor do que quem tá lá no centro, mas o que você tem de lembrança dele, qual é a percepção que você tem?

{Cristiane} Esse Programa Monumenta é bem isolado, ele não trouxe

nada que fizesse ele ser visualizado...que você pudesse olhar e dizer que alguma coisa mudou. Esse programa a gente tinha há vários anos já e nada, nada...eles falaram assim “a gente vai fazer esse programa e vai ser restaurado...”, não sei se é a mesma coisa que a gente tá falando

{Diogo} Esse programa ele foi de 2002 à 2013

{Cristiane} Sim

{Diogo} Você percebeu alguma coisa que mudou nesse período, quando você visitou o centro?

{Cristiane} Não, ai que tá. A gente fala que foi um dinheiro de um programa que a gente não sabe pra onde foi, porque não teve nada visível, eles falam “a...aquilo lá foi restaurado” e nada, a gente não sabe onde esse dinheiro foi colocado

{Diogo} Você já foi nos museus, no Museu do Mar, no Museu Histórico, no Museu de Arte Sacra e no Parque Ecológico?

{Cristiane} Sim

{Diogo} E o que você achou deles?

{Cristiane} São maravilhosos, eu passeio todos, porque eu sou professora de artes. Eu levo as crianças todo ano lá pra ver

{Diogo} Uma vez por ano?

{Cristiane} É, uma vez por ano

{Diogo} Todo ano você vai levando a turma anterior? Ou a mesma turma vai duas vezes?

{Cristiane} Não, não. As turmas que não foram ainda, pra eles é maravilhoso, eu como já conheço...não tem muita novidade

{Diogo} E o qual você acha que é a atividade econômica mais

importante pra cidade? O importante não é uma resposta certa, é o que você acha mais importante assim pra cidade

{Cristiane} O turismo, né? O turismo...eu acho que eles deixaram muito a desejar para os turistas

{Diogo} Como assim? Em quais sentidos?

{Cristiane} Já é o trânsito, o trânsito é assim uma das prioridades, e não é desse ano e de vários anos. Por exemplo, quem mora em Joinville, nossa quando vai embora no domingo, são 3,4 horas pra chegar em casa

{Diogo} Que é 50 km?

{Cristiane} É, questão de meia hora, 40 minutos tá em casa . Então eu acho que isso é uma das prioridades, eu como sou leiga não sei qual é a parte aqui, não sei como isso acontece e muitas outras coisas, banheiro químico, a falta de água. Porque esse ano a gente sofreu muito

{Diogo} Porque a cidade triplica de tamanho, né? Ou mais?

{Cristiane} Muito, a falta de água, a luz esse ano graças a Deus a gente não teve problema nenhum, fora o trânsito...acho que é só isso mesmo

{Diogo} E o turismo, você acha que tem o ano inteiro ou só no verão?

{Cristiane} O ano inteiro

{Diogo} No inverno como é que é aqui? Em junho, julho, agosto?

{Cristiane} É porque assim: em junho tem as férias de junho, né? Os argentinos não tem tanto mas os ingleses, os curitibanos

{Diogo} Porque muitos tem casa aqui, né?

{Cristiane} Sim

{Diogo} Principalmente nas praias. Em relação ao turismo, tem alguma coisa que você acha que tinha que ser mais explorada, que os turistas tinham que visitar mais e que hoje não visitam?

{Cristiane} Porque assim, quando chegam lá...quando nós tivemos o navio, assim, a cidade não tem um ônibus ou uma van que pegasse aquelas pessoas que querem vir conhecer a praia, entendeu? Mas não cobrando, eles saírem de lá, mostrar o Capri, mostrar as praias, mas tudo pra eles é cobrado. Para eles virem pra cá eles tem que se virar, ou pegar um ônibus, procurar um Uber

{Diogo} Uber quase não tem?

{Cristiane} Quase não tem, então eu achava assim...eles vê que não é embarcação de agora né, que vem direto, deveria ter um carro disponível pra mostrar a cidade pra eles e ir levando, não aquilo de parar e ficar horas, só passando, eu acho que é isso que falta

{Diogo} Ali na frente do terminal do navio, tinha uma plaquinha de táxi mas com uns preços bem absurdos tipo: praia do Paulas, R\$ 80, praia do não sei o que R\$ 110...

{Cristiane} Mas ele leva lá pro Paulas e lá ele fica, pra você querer voltar tu tem que pagar pra voltar. Eu acho que ele teria que ter um valor, sendo uma praia turística ele deveria levar

{Diogo} Os jovens na cidade, você acha que eles costumam ficar aqui na cidade pra estudar, trabalhar ou é muito comum o pessoal sair por falta de oportunidade de trabalho aqui...é o seu caso?

{moça} Eu saí pra procurar serviço, porque na época, 3 anos atrás não tinha. Agora tem um monte de mercado grande. Agora talvez (os jovens) fiquem mais que antes

{Cristiane} Não...

{Diogo} Mas de 3 anos pra cá, você acha que mudou?

{moça} Tem bastante mercado grande agora, tem Havan, tem um monte de comércio que não tinha antes

{Cristiane} É, mas as pessoas que moram aqui não querem

{moça} Porque Joinville é uma cidade próxima que eu me mudei, né? Eu me mudei por causa disso, e pra estudo é a mesma coisa, tem uma faculdade e a faculdade que tem aqui são os cursos, que os primeiros anos são em Joinville. Tipo, você não consegue iniciar os cursos aqui

{Diogo} A Univille daqui?

{moça} Então, a Univille só tem administração aqui

{Diogo} E Oceanografia, Biologia Marinha e esses cursos?

{moça} Então, esses cursos são 5 anos, os 3 últimos são aqui e os 2 primeiros são lá (em Joinville). A pessoa continua morando aqui, vai morar lá e depois vem morar aqui nos últimos anos

{Diogo} Mas quem é de Joinville também vem pra cá?

{moça} Sim, esses cursos tem que vir fazer. Mas é curso que tem que tá próximo à praia, pra estudo precisa vir. Mas tem os cursos que tem lá e não tem aqui, se tu quer fazer matemática tem lá, não tem aqui, aqui só administração. Então, nesse quesito peca bastante

{Diogo} E o pessoal geralmente volta ou fica por lá, pra onde foi?

{Cristiane} Voltar pra morar?

{Diogo} É, ou se engrena por lá com a faculdade

{Cristiane} Eu acho que se engrena por lá e não volta

{moça} Eu não pretendo (voltar), perguntaram pra mim hoje se eu voltava. Eu amo São Francisco mas morar...não dá mais

{Cristiane} Aqui é assim: ou é porto, ou pescaria ou prefeitura, ai engloba professor, tudo e tem ramo que ninguém quer, então não volta mais

{Diogo} E no porto, o que tem de emprego no porto? O que o pessoal costuma fazer?

{Cristiane} Ai eu não entendo muito, né? Mas acredito que é em balsa, e só né, tem a Vega, a Vega do Sul. Foi uma empresa que abriu e que já deu muita oportunidade pro francisquense mas o povo daqui não quer trabalhar. Eles mandam eu acho que quinze ônibus pra fora da cidade, ai vai pra Jaraguá, vai pra Joinville, vai pra Araquari e traz todos pra trabalhar aqui na Vega e depois vai embora. Porque o povo daqui não quer saber

{Diogo} Onde que você trabalha, qual que é a sua escola?

{Cristiane} Aqui atrás, na Beatriz, na Major...é a pior comunidade que tem

{Diogo} É a mais perigosa?

{Cristiane} Muito...ali na escola eles falam assim “E ai professora, qual é a pá?”

{Diogo} Qual é a parte?

{Cristiane} Qual é a pá

{Diogo} Que que é essa gíria? Eu não conheço

{Cristiane} Tipo qual é a parte, porque tu tá perguntando

{Diogo} Tipo “qual é a sua?”

{Cristiane} Você pergunta “Por que tu tá colocando o pé em cima da cadeira?” e (eles respondem) “Professora, qual é a pá”, o que tá me incomodando ele com o pé na cadeira. Eu falo “Nenhuma, porque a carteira é o lugar de você colocar o seu caderno” e ai (eles

respondem) “ Mas tá te incomodando por quê?”

{Diogo} Quantos anos eles têm?

{Cristiane} 12, 13

{Diogo} Adolescentes

{Cristiane} Adolescentes, é a pior...eu já peguei de aluno fumar na sala de aula e tu não poder falar nada

{Diogo} Por que são tudo envolvido trafico, essas coisas?

{Cristiane} Tem uns que a turma sabe, com tio patinhas, com dinheiro, umas coisas assim

{Diogo} O que você faz no seu tempo livre, algumas coisas eu já vi mas...mas agora que você tá de férias, você vai caminhar na orla, mas o que mais além disso, você costuma ir pra outros lugares aqui dentro de São Francisco, outras praias? Não, mas só por aqui mesmo?

{Cristiane} Só

{Diogo} Mas você costuma ir na praia?

{Cristiane} Sim, agora mas só isso

{Diogo} Nas férias, só?

{Cristiane} Só

{Diogo} Mas durante a semana, quando você chega do trabalho?

{Cristiane} Só em casa ou ali na praia

{Diogo} Quando você pensa em São Francisco o que vem à sua cabeça? O que é mais representativo da cidade? Mais simbólico

{Cristiane} A curva da Enseada. A curva depois que vai da ponte,

aquela curva. Onde desde que eu me conheço por gente minha mãe levava nós ali

{Diogo} A é? Daqui ela levava lá? E não tinha nada, né?

{Cristiane} Não

{Diogo} E era tudo areia?

{Cristiane} Ali é o que marca. Então, quando (alguém) fala assim “Onde vocês vão tá?” e a gente fala “Vamo tá na curva”, não precisa nem explicar, todo mundo já sabe onde que é

{Diogo} E pro turista, o que você acha, se ele fosse pensar em uma imagem assim, o que ele pensaria de São Francisco? O que você acha que é mais conhecido assim...

{Cristiane} A prainha

{Diogo} A prainha? Mais que o Centro Histórico?

{Cristiane} Mais que o Centro Histórico, porque normalmente que vem pra São Francisco vem pra praia, eu acredito que não vem pra ver a história de São Francisco, vem pra praia

{Diogo} Até porque é mais o pessoal de Joinville, né?

{Cristiane} É

{Diogo} Quem tem casa aqui...

{Cristiane} Normalmente quem vem, não vem pra conhecer a história de São Francisco do Sul, eu acho que vem mais pra praia, e normalmente quem vem a prainha é um ponto turístico, a praia grande, ai tem aquele casarão entre a Prainha e a Praia Grande. Conhece?

{Diogo} Casarão?

{Cristiane} Entre a Prainha e Praia Grande

{Diogo} É uma casa só? A... na pedra, uma branca com uns arcos. Ela tá abandonada

{Cristiane} Abandonada? Ela serviu pra uma novela, eu acho que ali é a melhor cena

Entrevista | César

Construtor de embarcações artesanais

18.01.20

{Diogo} Você que constrói os barcos aqui?

{César} Eu arrumo, eu escranginho, eu “estrunho”

{Diogo} Constrói os barcos novos do zero também?

{César} Faço zero também

{Diogo} Quem mais que faz aqui?

{César} Ai é o Cláudio, depois da peixaria, ali tem um sobradinho. Ele trabalha ali

{Diogo} Além de vocês dois, aqui em São Francisco, você conhece mais gente que faz, na Enseada?

{César} Tem um lá no Santa Regina, de onde saía barco grande

{Rauri} A produção de barco é mais forte na Barra do Sul

{Diogo} E vocês compram de lá? O pessoal compra de lá?

{César} Não, a maioria é tudo daqui mesmo. Alguns fazem em casa... porque tem gente que faz, né? Tenho irmão que faz, outro arruma, a família é assim

{Diogo} E tem bastante, então, fazendo? Ou tem cada vez menos, como é que é isso?

{César} Fazendo mesmo, novo que cai na água, é bem pouquinho. No ano, cai um barco novo na água

{Diogo} Cada ano? E quantos deixam de entrar na água, de ficar velho, por ano?

{César} É...a turma reforma, né? Tem barco de 20 anos, 30, 40 anos que tá na água ainda. É o custo, troca uma tábua, duas e vai tocando...

{Diogo} Vocês costumam ir no Centro Histórico? Ali na parte antiga?

{César} Eu quase não vou no centro

{Diogo} E você mora aqui?

{César} Eu moro aqui, no campo do Corinthians

{Diogo} Você vai com que frequência no centro?

{César} Às vezes eu vou de carona, eu vou de pé. Eu tenho carro também, mas agora eu nem vou mais de carro porque minha carteira já tá vencida e nem me interessa, ai eu vou de pé quando eu quero ou pago um mototaxi

{Diogo} E você vai fazer o que lá, quando você vai?

{César} A gente vai lá numa loja, comprar alguma coisa. Às vezes só vai olhar...

{Diogo} No banco?

{César} No banco eu não vou...isso ai é com a mulher, a mulher pega o cartão e já devora tudo

{Diogo} O pessoal...os pescadores aqui vendem peixe pra quem? É mais pra restaurante ou pra turista?

{César} É mais pra essa peixaria aqui

{Diogo} Só pra peixaria do Neném?

{César} É mais a peixaria que compra, e aqui é mais camarão...peixe é bem pouco, aqui é mais camarão

{Diogo} Por que dá pouco peixe ou por que vende pouco peixe?

{César} Tem pouco peixe, tem gente que não gosta...aqui na nossa turma é bem pouca gente que gosta só o peixe. Dá mais mão-de-obra e precisa as vezes de um cara ou dois pra trabalhar e tá difícil a mão-de-obra

{Diogo} E o camarão é só deixar a rede lá?

{César} Camarão joga a rede na água, o motor que puxa, o guincho que puxa pra cima. A mão de obra que tem é só pra separar o camarão da sujeira que vem. A gente fica o dia todo, dois dias...três dias...quatro dias

{Diogo} E nos meses agora de verão que tem mais turista...vende mais peixe, camarão?

{César} Vende...Tem mais saída

{Diogo} E no inverno, é ruim?

{César} Aqui não, a peixaria pega e ela tem máquina de limpar o camarão. Não tem quantidade, pode vir 200, 300, 400, 500...1000 quilos que eles pegam tudo

{Diogo} Pegam e congelam?

{César} Eles pegam, no outro dia limpam tudo e colocam na máquina, aí já faz o que tem que fazer, empacotam e já vendem pra um e outro

{Diogo} E o que você acha que mais falta de apoio para a atividade pesqueira, tanto pra atividade de pesca como pra construção (dos barcos)

{César} Aqui...como eu já moro aqui, tem alguma coisa já. O governo já investiu aí mas...depende de pescador hoje, tem muita gente que paga mas tem muita gente que não paga. A coisa é ruim, chegar e investir num pescador...a coisa é ruim, tem muita gente boa mas tem

muita gente ruim de pagar

{Diogo} Pagar o que?

{César} O dinheiro que pega emprestado, se pega um dinheiro do banco e não paga

{Diogo} E tinha empréstimo especial pra pescador?

{César} Tinha...tem ainda, mas agora tá meio parado porque a turma deu muito calote e não é só aqui. Tem isso aí...os caras faz um financiamento e juros também...são meio abusivos

{Diogo} É o SICREDI, né?

{César} Aqui pelo Banco do Brasil, faz um financiamento pra pagar em 10 anos e aí tem 2 anos de carência, tem que pagar. Se você pega 20 mil ou 30 mil tu vai pagar quase o dobro. Hoje a turma já não pega dinheiro emprestado

{Diogo} O pessoal mais jovem também pesca? Você (aponta) pesca?

{César} Ele pesca, tá começando agora. Já saiu da pesca, voltou, já morou em São Paulo

{Diogo} O pessoal aqui não costuma vender direto? Vende só pra peixaria?

{César} Eu vendo direto quando eu pego, vendo aqui, vendo em casa...eu já tive peixaria

Entrevista | **Marcos**

Pescador na Praia da Enseada

18.01.20

Observação: Pesca a 35 anos, a família não trabalha na pesca é só ele e está pescando pouco agora, trabalha mais com turistas, levando os turistas para pescar na Baía da Babitonga

{Diogo} Onde que vocês fazem os barcos, que consertam os barcos, quem faz?

{Marcos} Conserta aqui mesmo, faz na Barra do Sul, no Paulas o cara faz

{Diogo} No Paulas? Mas não tem muita gente que faz ?

{Marcos} Não, bem pouca. Na Barra do Sul tem bastante, mas aqui tem bem pouca só um ou dois cara que faz

{Diogo} E é tudo no Paulas, os dois?

{Marcos} É tudo no Paulas

{Diogo} E a Colônia dos Pescadores, qual é o papel dela? No que que ela ajuda, o que ela faz?

{Marcos} Aqui pra nós, ela faz o que...ela agiliza o negócio de defesa, de licença e mais nada

{Diogo} Mas, questão de INSS também, né?

{Marcos} Quando a gente precisa, eles mexem com essas coisas né, mas é bem pouco.

{Diogo} E tem um auxílio na época de defesa, né?

{Marcos} Três meses de defesa, três salários mínimos

{Diogo} O que falta de apoio e de infraestrutura aqui, para a atividade

da pesca em São Francisco?

{Marcos} Cara, falta um monte de coisa. Um posto, porque não tem, tem que andar lá longe. Faltava a Colônia ser mais...todo mundo fala lá em Itajaí, em Florianópolis falam que a pior Colônia do estado é a nossa.

{Diogo} É mesmo? Por quê?

{Marcos} Porque aqui pra puxar uma embarcação, se você não tiver dinheiro tem que emprestar ou deixar a embarcação ali, a Colônia não te ajuda em nada. Lá em outros lugares a Colônia puxa o teu barco, se tu não tiver dinheiro eles te arrumam e depois tu paga, entendeu? E aqui a nossa é um atraso de vida, a nossa é um atraso

{Diogo} E você comentou do óleo, onde você falou que tem que abastecer?

{Marcos} Tem que ir lá no Ubatuba (praia) buscar, antigamente nós tínhamos um posto aqui. Ai fecharam o posto, quem tem carro busca mas e quem não tem carro?

{Diogo} E gelo?

{Marcos} Gelo só em São Francisco, na fábrica

{Diogo} No Paulas?

{Marcos} No Paulas, nós ganhamos a fábrica lá no canivete ali mas até agora não botou na fábrica (gelo), tem a câmara fria mas tá desligada

{Diogo} Tá quebrada?

{Marcos} Não

{Diogo} Desliga para não gastar (energia), entendi. Com que frequência você costuma ir lá no Centro Histórico?

{Marcos} Eu vou quase toda semana, uma vez por semana, às vezes duas ou três

{Diogo} E você vai fazer o que lá?

{Marcos} Tem que ir no banco pagar luz, pagar as contas, né? Ir em loja

{Diogo} E você mora onde?

{Marcos} Eu moro aqui perto da ponte

{Diogo} Aqui não tem os bancos, tem que ir lá?

{Marcos} É, mas agora abriu esse Sicredi. Tinha banco mas tá fechado.

Entrevista | **Nara e Rafaela**
Funcionárias do Mercado do Peixe - Enseada
18.01.20

{Diogo} Vocês moram aonde?

{Nara} Aqui mesmo

{Diogo} Aqui na Enseada? O que vocês acham que falta de estrutura pra pesca aqui em São Francisco?

{Nara} Olha...falta bastante coisa, mas isso ai é melhor, eles mesmos, os pescadores, falarem pra você

{Diogo} Mas pra vocês também que vendem, não precisa falar do ponto de vista deles mas da sua visão mesmo

{Rafaela} Quer fazer uma lista ai? Porque olha...se eu começar a falar

{Diogo} Pode falar, estrutura pra pesca, pra vender e para pescar mesmo, construir barco, vender, câmara fria e esse tipo de coisa

{Rafaela} Olha, colocaram uma câmara fria lá atrás, mas tá lá, o pessoal tá dormindo dentro

{Diogo} Mas por que? Tá quebrado?

{Rafaela} Porque não terminaram de colocar gelo

{Nara} (Falta) A câmara fria, gelo, trapiche pro pessoal puxar os barcos

{Diogo} Trapiche aqui na Enseada mesmo, você diz? É difícil trazer o barco pra areia, é?

{Nara} É

{Diogo} Seria mais fácil deixar lá, né? A fábrica de gelo, tem uma lá no Paula's, vocês usam a de lá?

{Nara} Usa...mas vão abrir uma aqui pra nós

{Rafaela} Mas...o gelo para vir tem que pedir uma ou duas semanas antes. Porque não dá pra todo mundo, o gelo não dá pra todo mundo.

{Diogo} E lá é da prefeitura e aqui também?

{Rafaela} É, e que vão abrir aqui é da prefeitura também

{Diogo} E esse mercadinho também é da prefeitura?

{Nara} É...

{Diogo} Vocês costumam ir no Centro Histórico? O que vocês costumam fazer lá?

{Nara} Pagar conta

{Rafaela} Pagar conta, ir no shopping

{Diogo} No shopping da Barão ali, né? Mas na parte antiga ali da cidade o que vocês costumam?

{Nara} Eu nem chego lá, a não ser ir em loja

{Diogo} Com que frequência vocês costumam ir lá?

{Rafaela} Sempre que eu tenho tempo

{Diogo} Toda semana assim?

{Nara} É...

Entrevista | **Bernadete, Imaculada e Simone**

Grupo de Turistas - Centro

16.01.20

{Diogo} Oi, licença. Tudo bom? Vocês são turistas né?

{Bernadete} Sim

{Diogo} Tá. Eu estou fazendo um mestrado em urbanismo sobre São Francisco do Sul. Será que eu poderia tomar dois minutinhos de vocês fazendo umas perguntas?

{Bernadete} Claro

{Simone e Imaculada} Se soubermos responder

{Bernadete} É, se soubermos responder

{Imaculada} Porque nós acabamos de chegar aqui

{Diogo} Não, beleza. Não são perguntas de conhecimentos técnicos não, é sobre a experiência de vocês. Qual o nome de vocês?

{Simone} Simone

{Bernadete} Bernadete

{Imaculada} Imaculada

{Diogo} Vocês são de onde?

{Imaculada} Minas Gerais

{Bernadete} Nós somos de Minas Gerais, mas eu agora estou morando em São José e elas (Imaculada e Simone) estão morando em Minas Gerais

{Simone} É, Minas Gerais

{Diogo} E, quantos dias vocês estão passando aqui em São Francisco?

{Bernadete} Viemos só hoje

{Imaculada} Viemos só hoje visitar

{Diogo} Vocês vieram de barco, de navio, alguma coisa assim?

{Bernadete} Viemos de carro de São José, porque elas (Imaculada e Simone) estão na minha casa lá.

{Diogo} Legal, é a primeira vez que vocês veem?

{Bernadete} É

{Imaculada} Sim

{Diogo} E por que vocês escolheram vir aqui?

{Imaculada} Para conhecer, ficamos sabendo da cidade.

{Bernadete} Acho que pelo fato de ser a terceira cidade mais antiga do Brasil e tal.

{Diogo} E nesse caso também, talvez influenciada por você que tá aqui.

{Bernadete} Não, foi até ela (Simone) quem deu a ideia

{Simone} Fui eu que escolhi

{Bernadete} Ela viu alguma coisa no Google que despertou a atenção.

{Simone} É...

{Bernadete} E aí a gente veio... até porque meu filho faz história, e ele falou que eles vieram visitar aqui por causa do fato histórico da

cidade, né?

{Diogo} Legal, É o segundo (grupo) que eu entrevisto que vieram por causa dos filhos também, (dizendo) “ Ah, meu filho descobriu e me falou”. Bacana. E o que vocês já viram aqui no Centro Histórico e o que vocês pretendem ver?

{Imaculada} Nós fomos no Museu Naval

{Diogo} Certo

{Bernadete} E agora estamos dando uma volta aqui

{Imaculada} É, agora a gente veio pra cá

{Diogo} E vocês tem alguma coisa na cabeça pra ir?

{Bernadete} Além do museu, não né? Só ver mesmo, andar.

{Simone} Centro histórico

{Diogo} No geral que tipo de viagem vocês gostam de fazer? Turismo cultural, ecológico, praia?

{Simone} Cultural

{Diogo} bom, quando vocês pensam em São Francisco do Sul, qual é a primeira imagem que vem na cabeça?

{Bernadete} O que eu pensei foi realmente história

{Imaculada} História do Brasil

{Bernadete} É, História do Brasil

{Diogo} Centro histórico, né?

{Bernadete} É, centro histórico

{Diogo} E vocês pretendem voltar?

{Simone} Sim

{Imaculada} Numa outra oportunidade

{Bernadete} Depois de ver um tanto de coisa

{Diogo} Certo, tá bom, obrigado.

Entrevista | **Marcos e Edinéia**

Turistas - Centro

16.01.20

{Diogo} Oi, licença. Desculpe, vocês são turistas? São? Eu tô fazendo um mestrado sobre São Francisco do Sul, em urbanismo. Será que eu podia fazer umas perguntas pra vocês, dois minutinhos, coisa rápida?

{Marcos} Sim

{Edinéia} Pode, mas a gente chegou ontem e não viu nada ainda

{Diogo} Qual o nome de vocês?

{Marcos} Marcos e Ednéia

{Diogo} Vocês são de onde?

{Edinéia} Mato Grosso do Sul

{Diogo} Quantos dias vocês vão passar aqui?

{Edinéia} Cinco

{Diogo} Cinco, e já passaram um, né?

{Edinéia}. É

{Diogo} É a primeira vez que vocês vem?

{Marcos} É

{Diogo} E por que vocês escolheram São Francisco? Por que escolheram visitar aqui?

{Marcos} Na verdade foi meu filho que achou, pela internet, a gente não tinha nem noção, só tinha ouvido falar de São Francisco mas...

{Edinéia} Ele (filho) gosta dessas coisas antigas

{Diogo} Ele (filho) é arquiteto?

{Edinéia} Não, ele (filho) é publicitário, ele descobriu.

{Marcos} Ai eu comecei a pesquisar um pouco também sobre a cidade, percebi que ela é histórica, é a mais antiga de Santa Catarina. Na verdade, começou Santa Catarina aqui.

{Diogo} Foi, ela é a mais antiga

{Marcos} Então ai acho que é interessante, então falei “vamo conhecer”. E além de pontos históricos tem praia perto também.

{Diogo} Vocês pretendem ir para a praia também?

{Marcos} Sim, nós fomos ontem

{Diogo} Mas o motivo principal, você considera que foi aqui o Centro Histórico ou as praias?

{Marcos} Acho que as duas coisas, né?

{Edinéia} É, acho que uma casou com a outra

{Marcos} Mas eles (filhos) não conheciam praia assim, tomar banho na praia, meus filhos ainda não tinham conhecido

{Diogo} Que legal. O que vocês já viram aqui no centro, o que vocês pretendem ver? O que vocês conhecem assim de nome?

{Edinéia} Dizem que tem uns museus

{Marcos} Nós fomos no Museu do Mar ali

{Edinéia} Tem mais dois (museus), parece

{Marcos} Nós fomos...

{Edinéia} Fomos no mercadão, na igreja

{Marcos} A gente volta...vamos conhecer umas praias aqui pertinho, aqui do lado ali, né?

{Diogo} Tem...Tem a Praia dos Paulas

{Marcos} Não sei qual é a melhor ali

{Diogo} As duas são legais, a dos Paulas é mais de pescador. Então eu acho que é mais bonito para foto, tem um píer, tem os barcos e tal. É mais legal.

{Marcos} Dá para tomar banho?

{Diogo} Dá para tomar banho, dá sim

{Marcos} Então, eu acho que amanhã a gente vai para lá.

{Diogo} Certo, e bom... no geral que tipo de viagem vocês gostam de fazer? Do tipo turismo cultural, que dá pra conhecer o centro, ou ecológico ou montanha?

{Marcos} Acho que é cultural mesmo

{Diogo} Cultural? É, legal.

{Edinéia} É, os meninos (filhos) falaram que o (tipo de turismo) deles não é praia. Porque eles se queimaram muito ontem.

{Marcos} Meu filho se queimou muito, ai tá todo vermelho. Ele falou hoje “minha praia não é praia”, acho que é mais piscina, mas é legal pra conhecer, né? Para quem nunca tinha conhecido, entrado na água assim.

{Diogo} E, bom, vocês estão no começo ainda...mas vocês pretendem voltar? Pretendem voltar para São Francisco? Quais foram as impressões, positivas e negativas?

{Marcos} Eu acho que é bom, interessante, principalmente a parte histórica aqui, né? É bem antiga, tem um estilo português.

{Edinéia} Não é cara

{Marcos} Eu achei que não é cara também, nós conhecemos Gramado também

{Edinéia} Lá (Gramado) é um absurdo

{Marcos} Gramado é um pouco mais caro, e aqui, por ser uma região turística, eu acho que não é tão cara. Eu percebi que não são tão caras as coisas para comer e tal. Eu acho que com certeza, a gente voltaria sim.

{Diogo} Legal, beleza. Desculpa aí por tomar o tempo, viu? obrigado.

Entrevista | **José Cássio e Rosimeri**

Turistas - Enseada

18.01.20

{Leticia} Onde vocês moram?

{José Cássio} A gente mora em São Sebastião da Amoreira no Paraná

{Leticia} Qual é a idade e profissão de vocês?

{José Cássio} Eu sou policial militar aposentado, tenho 58 anos e minha esposa é vendedora autônoma e tem 53 anos.

{Leticia} Quantos dias vocês estão passando aqui?

{José Cássio} Nós chegamos ontem e vamos ficar até o dia 27

{Leticia} É a primeira vez que vocês vem aqui?

{José Cássio} Não, é a terceira

{Leticia} E por que vocês escolheram a cidade? Vocês tem amigos, parentes aqui?

{José Cássio} Não, nós viemos a primeira vez para conhecer, gostamos e já é a terceira vez que a gente vem.

{Leticia} Vocês tem casa aqui?

{José Cássio} Não, não, a gente fica aqui na pousada. No Chalé do Mazinho (nome da pousada)

{Leticia} Entendi. O que você já visitou aqui na cidade?

{Rosimeri} O Centro Histórico

{José Cássio} Nós visitamos o Centro Antigo, fomos naquela escadaria lá em cima, na prainha mas ainda falta muito lugar pra gente ir ainda, porque a gente gosta mais de ficar parado em um lugar

{Letícia} E o que vocês mais gostaram do que vocês viram? Tudo?

{José Cássio} Não tudo, por isso que a gente tá vindo aqui

{Rosimeri} Porque a gente não conhece litoral.

{José Cássio} A gente é do Paraná e não conhece o litoral do Paraná

{Rosimeri} Na verdade, nós éramos de São Paulo, ele é policial militar do Estado de São Paulo, ai ele aposentou e nós viemos morar no Paraná.

{José Cássio} No interior do Paraná

{Rosimeri} Nós viemos na praia aqui uma vez, gostamos

{José Cássio} Gostamos, gostamos de tudo e retornamos

{Letícia} Entendi, e lá no Centro Histórico, o que vocês já visitaram?

{Rosimeri} Tava chovendo

{José Cássio} Tava chovendo, muita chuva. Nós ficamos lá cerca de 15 minutos e viemos embora porque tava muita chuva, nós fomos no domingo e tava chovendo demais

{Letícia} Mas de lá, o que vocês tem vontade de conhecer, o que vocês já ouviram falar?

{José Cássio} Então, o que nós pesquisamos é...aquela vila....

{Rosimeri} Vila da Glória

{José Cássio} É, acho que é Vila da Glória

{Letícia} Que é do outro lado ali?

{José Cássio} Isso, isso. A gente não sabe nem como chegar lá

{Letícia} Tem um barco que tem os horários, ele faz todo dia a ida e a volta

{José Cássio} De onde que ele sai? do porto?

{Letícia} Sai bem ali do Centro Histórico, tem um lugarzinho de onde saem os barcos. Vocês ouviram falar de algum lugar do Centro Histórico, sem ser a Vila da Glória, assim, os Museus?

{José Cássio} Não

{Letícia} No geral, que tipo de viagem que vocês mais gostam de fazer? Quando vocês viajam o que vocês gostam de fazer? Praia, viagem cultural, montanha?

{José Cássio} É mais praia

{Rosimeri} Cultural também, é que nós não conseguimos

{José Cássio} Mas é mais praia mesmo

{Letícia} Quando vocês pensam em São Francisco, o que vem na cabeça de vocês? O que é mais representativo da cidade?

{Rosimeri} Paz

{José Cássio} Tranquilidade, segurança, né? Conta muito a segurança, porque graças à Deus dos dias que a gente esteve aqui, a gente nunca ficou sabendo de nada e nunca teve problema nenhum

{Letícia} E vocês pretendem voltar mais vezes?

{José Cássio} Sim, com certeza

Entrevista | **Andressa e Oliviana**
Turistas - Enseada
18.01.20

{Letícia} Qual que é o nome, profissão e idade de vocês?

{Andressa} Meu nome é Andressa, tenho 26 anos e sou uber

{Letícia} Uber? E você?

{Oliviana} Eu sou Oliviana, tenho 35 anos e sou operadora de caixa em um posto de combustível

{Letícia} Onde que vocês moram?

{Oliviana} Eu moro no Costa e Silva...Joinville

{Letícia} Quantos dias vocês estão passando aqui em São Francisco?

{Andressa} Só hoje

{Letícia} Só hoje, bate e volta? E você, você (Oliviana) também?

{Oliviana} Também

{Letícia} É a primeira vez que vocês vem aqui?

{Oliviana} Eu vou considerar que é a primeira vez, porque a primeira vez que eu vim aqui eu tinha 15 anos, então...faz muito tempo

{Letícia} E por que vocês escolheram vir pra cá?

{Andressa} É mais perto de Joinville

{Letícia} Porque é pertinho?

{Andressa} É...e a gente trouxe o filho dela que nunca tinha ido no mar, enseada é melhor que o mar é calminho

{Letícia} Entendi, o que vocês já visitaram aqui na cidade?

{Andressa} A gente só veio na enseada e na prainha

{Letícia} Vocês nunca foram no Centro Histórico?

{Andressa} Eu já fui, não hoje

{Letícia} Já? E o que você visitou por lá?

{Andressa} Aquele museu que era um presídio, sabe?

{Letícia} O Museu do Mar? O Histórico?

{Andressa} É (o Museu Histórico)

{Letícia} Do que você visitou lá, do que você mais gostou no Centro Histórico?

{Andressa} O museu, né? Tinha um restaurante bem grande, espelhado, gostei muito daquele restaurante mas não lembro o nome.

{Letícia} Você que nunca foi no Centro, tem vontade de ver alguma coisa lá? Já ouviu falar de lá e tem vontade de visitar?

{Oliviana} Eu vi alguma reportagem na televisão mas eu não cheguei a ir lá, não tenho conhecimento sobre isso

{Letícia} Quando vocês viajam, que tipo de viagem vocês gostam de fazer?

{Andressa} Eu gosto de ir para lugares que tem história, tanto faz se tem mar ou cidade, sendo histórico. Eu gosto de visitar as coisas históricas

{Letícia} Quando você pensa em São Francisco do Sul, o que é que vem na sua cabeça?

{Andressa} Mar...paz

{**Oliviana**} Tranquilidade, né?

{**Leticia**} Vocês pretendem voltar?

{**Andressa**} Sim, com certeza. É perto de Joinville, né, então sempre volto.

Entrevista | **Fabiane**

Turista - Enseada

18.01.20

{**Leticia**} Deixa eu fazer uma entrevista rapidinho? É para um mestrado, menos de cinco minutos

{**Fabiane**} Pode falar

{**Leticia**} Qual é o seu nome, sua idade e profissão?

{**Fabiane**} Meu nome é Fabiane, tenho 32 anos e eu sou pedagoga

{**Leticia**} Onde você mora?

{**Fabiane**} Eu moro em São José dos Pinhais

{**Leticia**} Quantos dias você tá passando aqui em São Francisco?

{**Fabiane**} A gente veio só conhecer, veio ontem e vai embora hoje

{**Leticia**} É a primeira vez que você vem?

{**Fabiane**} Na verdade, é a segunda. A gente e visitou o Centro Histórico e agora a gente tá conhecendo as praias

{**Leticia**} Entendi, e por que você escolheu aqui a cidade?

{**Fabiane**} Nós viemos sem destino, e ai como a gente conheceu o Centro Histórico e ficou sabendo que a praia era bem calminha, ai a gente veio por esse motivo

{**Leticia**} Você tem casa de amigo, parente ou você ficou em pousada?

{**Fabiane**} Nós ficamos em um hotel

{**Leticia**} O que você já visitou aqui na cidade? Você falou do Centro Histórico, né?

{Fabiane} Sim

{Letícia} Lá no Centro Histórico, o que você viu e mais gostou?

{Fabiane} A gente foi em um museu, é... no Museu do Mar, naquele outro museu que eu não lembro o nome, na avenida principal

{Letícia} Museu Histórico?

{Fabiane} É, e em uns restaurante ali, a gente gostou muito. Ontem a gente foi naquele onde atraca o barco do pirata. A gente gosta bastante de fazer essas coisas em família, descobrir novos lugares

{Letícia} E no geral, quando você faz viagens, que tipo de viagem você gosta de fazer? O que você mais gosta de visitar?

{Fabiane} Olha, geralmente é praia que a gente procura, por conta das crianças, porque é o lugar preferido delas, então é o que a gente busca. De vez em quando a gente vai pro sítio onde minha vó mora, uns tios. E aí, lá é pra descansar mesmo, mas não é lugar preferido das crianças

{Letícia} Quando você pensa em São Francisco do Sul, o que vem na sua cabeça? O que representa mais a cidade?

{Fabiane} Ai, a natureza. Eu gostei muito, muito, muito mesmo. A gente já estava na BR e aí eu falei “Vamo pra lá?” Porque a primeira vez que a gente veio, a gente teve uma sensação muito boa de tranquilidade.

{Letícia} Você pretende voltar pra cá?

{Fabiane} Sim, mas em um dia de sol né, porque juntou com frio (risos)

Entrevista | **Maria Odete**

Turista - Enseada

18.01.20

{Letícia} Qual é o nome, a idade e a profissão da senhora?

{Maria Odete} Meu nome é Maria Odete mas...eu sou “do lar”

{Letícia} Qual é a idade da senhora?

{Maria Odete} 65 (anos)

{Letícia} Onde que a senhora mora?

{Maria Odete} Eu moro em Panema do Borba, Paraná

{Letícia} “Tá passando quantos dias aqui em São Francisco?”

{Maria Odete} Hoje já tá com três dias

{Letícia} Três dias?

{Maria Odete} A gente só vai embora segunda-feira

{Letícia} É a primeira vez que a senhora vem?

{Maria Odete} Não, já é a terceira

{Letícia} E por que a senhora escolheu vir pra cá? A senhora tem casa de amigo, parente?

{Maria Odete} Não, a gente não tem parente (aqui) mas assim...a praia mais tranquila, assim, o lugar mais limpo, sabe? Gostei muito daqui, a gente sempre ia para Paranaguá, Guaratuba...mas a água (é) muito suja, aqui a água é mais limpa, o lugar é mais gostoso.

{Letícia} Aqui na cidade o que a senhora já visitou o que mais gostou de ver?

{Maria Odete} Assim, quase a gente não visitou nada, a gente só veio

na praia mesmo. Porque a gente quase não conhece. Eu tenho medo de andar nesses barcos, sabe? Então a gente fica só aqui na praia mesmo

{Leticia} Entendi. A senhora nunca foi ali pro Centro Histórico?

{Maria Odete} Não

{Leticia} Tem vontade de ir lá conhecer?

{Maria Odete} Eu tinha, porque a gente fica sempre no mesmo lugar

{Leticia} Você já ouviu falar de alguma coisa interessante que viu lá, alguma coisa que você tem vontade de visitar, específico do Centro Histórico?

{Maria Odete} Eu nunca fui, então nem sei o que falar pra você. A gente nunca foi, se a gente fosse ai eu teria alguma coisa pra falar pra você.

{Leticia} Quando a senhora viaja, no geral, que tipo de viagem a senhora gosta de fazer?

{Maria Odete} Como assim? Você diz...

{Leticia} Você prefere praia, viagem na montanha, viagem cultural?

{Maria Odete} A gente prefere mais praia.

{Leticia} Quando a senhora pensa em São Francisco o que é que vem na sua cabeça?

{Maria Odete} Eu gosto daqui, como eu falei pra você, porque é um lugar tranquilo...não tem esse negócio de vandalismo, roubo, essas coisas, sabe? Eu acho um lugar bem tranquilo pra vir com a família, eu acho importante essas coisas

{Leticia} A senhora pretende voltar?

{Maria Odete} Sempre que Deus preparar a gente tá aqui.